



***Plano  
Diretor  
Municipal***

***Três Barras do Paraná***

***Volume I***

**GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
ROBERTO REQUIÃO GOVERNADOR**

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO  
LUIZ FORTE NETTO SECRETÁRIO  
WILSON BLEY LIPSKI DIRETOR GERAL**

**SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE  
LUIZ FORTE NETTO SUPERINTENDENTE  
ANTONIO A. TOLEDO DA SILVA DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
MIRYAN KRAVCHYCHYN DIRETORA DE OPERAÇÃO  
VIRGÍNIA THEREZA NALINI COORDENADORA DE PROJETOS  
KAREN BARRETO CAMPÊLO COORDENADORA DE OPERAÇÕES  
ALBARI ALVES DE MEDEIROS COORDENADOR ER MARINGÁ  
EDGARD VIRMOND ARRUDA FILHO COORDENADOR ER PONTA GROSSA  
GERALDO LUIZ FARIAS COORDENADOR ER REGIÃO METROPOLITANA E LITORAL  
HÉLIO SABINO DEITOS COORDENADOR ER CASCAVEL  
UBIRAJARA CEBULSKI COORDENADOR ER GUARAPUAVA  
VALTER OGUIDO MORISHIGUE COORDENADOR ER LONDRI NA**

**MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ  
VALDIR BERNARDINO MARTINAZZO PREFEITO**

**SUPERVISÃO  
SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE  
DIRETORIA DE OPERAÇÕES**



# ***Plano Diretor Municipal***

## ***Três Barras do Paraná***

### ***Volume I***

PLANO DE TRABALHO  
AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA  
DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES  
PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS  
PROCESSO PARTICIPATIVO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº2/2007  
REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº26/2006

Junho/2008



---

## EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

**Marlete Dal Magro**

Secretaria de Agricultura • Coordenadora da Equipe Técnica Municipal

**Cloves Blau**

Tributação

**Edgar Martins**

Secretaria de Educação

**Germano Fritsche**

Agricultura

**Marizete Aparecida Fernandes Carabolante**

Administração

**Nelson Pauli**

Secretaria de Indústria e Comércio



---

## COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

**Hélio K. Bruning**

Governo Municipal • Coordenador da Comissão de Acompanhamento

**Carlos A. Sartori**

Associação Comercial

**Jaqueline P. Oenning**

Conselho de Saúde

**José Marinho H. Filho**

Governo Municipal

**Valmir Schlickmann**

Associação de Desenvolvimento dos Moradores do Distrito Barra Bonita



## CONSULTORIA CONTRATADA



**DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA S/S. LTDA.**  
CNPJ: 04.915.134/0001-93 • CREA Nº 41972  
Avenida Higienópolis, 32 Sala 403, Centro  
Tel.: 43 3026 4065 - CEP 86020-080 - Londrina - PR  
Home: www.drz.com.br • e-mail: drz@drz.com.br

### Equipe Técnica:

**Luciana Quevedo Nunes**  
Arquiteta e Urbanista • Coordenadora Geral do Plano Diretor  
CREA RS 104464/D – 64462V/PR

**Fabrcio Vergara Mota**  
Arquiteto e Urbanista

**Fernanda Lima Lanziani**  
Arquiteta e Urbanista

**Carolina Prates Mori**  
Auxiliar de Arquitetura

**Cátia Andersen Casagrande**  
Engenheira Ambiental

**Paulo Borges**  
Economista

**Rubens Menoli**  
Bacharel em Direito

**Agostinho de Rezende**  
Administrador de Empresa

### SUPERVISÃO



**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE**

**Renata Helena da Silva**  
Analista de Desenvolvimento Municipal  
Arquiteta e Urbanista  
CREA PR 61.343/D



---

## SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	vii
APRESENTAÇÃO.....	x
PARTE I – PLANO DE TRABALHO.....	1
PARTE II – AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA.....	30
PARTE III – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES.....	235
PARTE IV – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS.....	287
PARTE V – PROCESSO PARTICIPATIVO.....	352
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	398



## LISTA DE SIGLAS

ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas  
AMOP: Associação dos Municípios do Oeste do Paraná  
ANA: Agência Nacional das Águas  
ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
APAE: Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais  
API: Sistema de Informação de Imunização  
ASSISCOP: Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná  
ATI: Avaliação Temática Integrada  
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
BPC: Benefício da Prestação Continuada  
CAEDA: Centro Especializado na Área Auditiva  
CAEDV: Centros Especializados na Área Visual  
CDP: Condicionantes/ Deficiências/ Potencialidades  
CE: Colégio Estadual  
CEAMA: Centro de Atendimento a Criança e ao Adolescente Mão Amiga  
CISOP: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná  
CMEI: Centro Municipal de Educação Infantil  
COHAPAR: Companhia de Habitação do Paraná  
CONDETEC: Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu  
COPEL: Companhia Paranaense de Energia  
CRAPE: Centro Regional de Atendimento Especializado  
CRIE: Centro Regional de Imunobiológicos Especiais  
CTG: Centro de Tradições Gaúchas  
DERAL: Departamento de Economia Rural  
DP: Diretrizes e Proposições  
EJA: Escola de Jovens e Adultos  
EM: Escola Municipal  
EMATER: Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária  
FINBRA: Finanças dos Municípios do Brasil  
FPM: Fundo de Participação dos Municípios  
FUNDEF: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental  
IAP: Instituto Ambiental do Paraná  
IAPAR: Instituto Agrônomo do Paraná  
IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços  
IDH-E: Índice de Desenvolvimento Humano – Componente Educação  
IDH-L: Índice de Desenvolvimento Humano – Componente Longevidade  
IDH-M: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IDH-R: Índice de Desenvolvimento Humano – Componente Renda  
IESDE: Inteligência Educacional e Sistema de Ensino  
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
INPE: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
IPEA: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas  
IPHAN: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
IPI: Imposto Sobre Produtos Industrializados  
IPTU: Imposto Predial Territorial Urbano  
ISS ou ISSQN: Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza  
ITBI: Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis  
ITDE: Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Educacional  
ITR: Imposto Territorial Rural  
LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LOA: Lei do Orçamento Anual  
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MEC: Ministério da Educação  
MINC: Ministério da Cultura  
MMA: Ministério do Meio Ambiente  
MTB: Ministério do Trabalho e Emprego  
MTUR: Ministério do Turismo  
NBR: Norma Brasileira  
NRE: Núcleo Regional de Educação  
OMS: Organização Mundial da Saúde  
PAI: Plano de Ação e Investimentos  
PCC: Paridade do Poder de Compra  
PDM: Plano Diretor Municipal  
PEA: População Economicamente Ativa  
PETI: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PIB: Produto Interno Bruto  
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPA: Plano Plurianual  
PPD: Pessoa Portadora de Deficiência



---

PRODUSA: Produção Solidária de alimentos  
PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSB: Programa Saúde Bucal  
PSF: Programa Saúde da Família  
RAIS: Relação Anual de Informações Sociais  
SAI: Sistema de Informação Ambulatorial  
SANEPAR: Companhia de Abastecimento do Estado do Paraná  
SEAB: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento  
SEDU: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano  
SEED: Secretaria Estadual de Educação  
SEFA: Secretaria de Estado da Fazenda  
SEMA: Secretaria de Estado do Meio Ambiente  
SESA: Secretaria Estadual de Saúde  
SETU: Secretaria de Estado do Turismo  
SIAB: Sistema de Informação Atenção Básica  
SIFAB: Sistema de Informação Farmacêutica  
SIFAD: Sistema de Informação da Dengue  
SIM: Sistema de Informação de Mortalidade  
SINAN: Sistema de Informação de Doenças Notificação Compulsória  
SINASC: Sistema de Informação Nascidos Vivos  
SINAVISA: Sistema Nacional de Vigilância Sanitária  
SISAGUA: Sistema de Informação da Água  
SISVAN: Sistema de Gestão Federal/ Estadual da Vigilância Alimentar e Nutricional  
SNIU: Sistema de Indicadores Urbanos  
STN: Secretaria do Tesouro Nacional  
SUS: Sistema Único de Saúde  
TR: Termo de Referência  
UNIOESTE: Universidade do Oeste do Paraná  
VISA: Vigilância Sanitária



## APRESENTAÇÃO

A sociedade brasileira passou por um rápido processo de urbanização. Novas cidades surgiram, as existentes passaram por um processo de crescimento vertiginoso e grandes pólos metropolitanos se formaram.

Em 1960, a população urbana representava, aproximadamente, 45% da população total, contra 55% de população rural. No ano 2000, 81% da população brasileira vivia nas cidades, contra 19% na zona rural.

Este desafio tem que ser enfrentado e, neste sentido, o processo de planejamento contido no Plano Diretor Municipal incorpora o conceito de gestão como processo permanente de discussão, avaliação, proposição e monitoramento do desenvolvimento urbano e territorial. As ações de planejamento adquirem, assim, um caráter organizador que implica na articulação de diferentes sujeitos e interesses e na participação mais ampla da população para a definição da política urbana.

Esta nova concepção de gestão e planejamento da cidade foi consolidada pelo Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001 – que trata da política urbana e das funções sociais da cidade e da propriedade, regulamentando os dispositivos constitucionais, artigos 182 e 183 que compõem o Capítulo da Política Urbana, da Constituição Federal de 1988 (primeira Lei Magna Brasileira). Tal capítulo que trata especificamente sobre a questão urbana, dispõe que compete aos municípios executar a política de desenvolvimento urbano, através de diretrizes gerais fixadas em lei municipal, visando ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (BRASIL, Constituição Federal)

A Constituição do Estado do Paraná de 1989, em seu Capítulo da Política Urbana, também prevê em seu artigo 152 que:

*“§ 1º o Plano Diretor disporá sobre:  
I – normas relativas ao desenvolvimento urbano;  
II – políticas de orientação da formulação de planos setoriais;  
III – critérios de parcelamento, uso e ocupação do solo e zoneamento, prevendo áreas destinadas a moradias populares, com garantias de acesso aos locais de trabalho, serviço e lazer;  
IV – proteção ambiental;  
V – e ordenação de usos, atividades e funções de interesse zonal.”  
(PARANÁ, Constituição Estadual)*

O Estatuto da Cidade estabelece assim, as normas de ordem pública e interesse social que devem ser adotadas pelos municípios, visando à regulamentação do uso da propriedade em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Utilizando o Plano Diretor Municipal, aprovado pela Câmara Municipal, abrangendo o território do município como um todo, e que conforme a Constituição Federal “é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana”.



O Estatuto da Cidade define que o plano diretor é instrumento obrigatório da política urbana para municípios:

*I – com mais de 20.000 habitantes;  
II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;  
III – onde o poder público pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º\* do art. 182 da Constituição Federal;  
IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;  
V – inseridos em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.”  
(BRASIL, Lei nº 10.257/2001)*

O Governo do Estado do Paraná determinou ainda que somente firmará convênios de financiamento de obras de infra-estrutura e serviços com municípios que disponham de Planos Diretores que observem o Estatuto da Cidade, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 2581, de 17 de fevereiro de 2004, substituído pela Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006, publicada no Diário Oficial nº 7276 de 26 de julho 2006, que dispõe sobre normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, nos termos do art. 141, da Constituição Estadual.

*“A Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná – PDU se constitui em instrumento operado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU e Serviço Social Autônomo PARANACIDADE. Promove a implantação de ações voltadas ao planejamento sustentável, à geração de emprego e renda e à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e população de baixa renda do Paraná. Recomenda, inicialmente, a indução de um processo de planejamento para a implementação de Planos Diretores para municípios com mais de 20.000 habitantes, municípios pertencentes às regiões metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá, assim como municípios de interesse turístico no litoral e no oeste paranaenses, além de outros ao longo da calha do Rio Iguaçu”.*

*“Este processo permitirá aos municípios do Estado o acesso aos investimentos disponibilizados pelo Governo do Estado para a execução de obras e investimentos municipais, com base na construção de um Programa de Ação e Investimentos (Locais e Setoriais do Município) que é resultante da implementação do processo de planejamento local durante a execução dos Planos Diretores Municipais”. (Termo de Referência, PARANACIDADE)*

O município de Três Barras do Paraná elabora este Plano Diretor Municipal, não somente pelas imposições legais, como também por reconhecer a importância do planejamento para seu desenvolvimento e expansão.

O Plano Diretor Municipal é parte integrante do processo de planejamento municipal, cujas diretrizes e prioridades devem ser incorporadas pelo plano plurianual, pelas diretrizes orçamentárias e pelo orçamento anual. Neste sentido, busca-

\* Instrumentos de parcelamento ou edificação compulsórios, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo, desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.



se superar a dicotomia existente entre as diretrizes de desenvolvimento e expansão urbana previstas no Plano Diretor Municipal e o direcionamento dos investimentos públicos, mediante a integração entre as políticas públicas e os investimentos municipais.

O Plano Diretor Municipal não expressa apenas a visão do governo. Trata-se de uma síntese de conceitos e idéias debatidos durante o período de formulação, envolvendo vários segmentos que atendem ao chamamento para a análise. O resultado final, portanto, não representa uma visão única de cidade, mas o produto com base em propostas dos vários segmentos da sociedade.

A gestão territorial municipal deve ser um processo permanente de construção da cidade, no qual o poder público deve desempenhar seu papel de articulador e formulador de propostas, com ênfase na atuação coordenada e integrada dos diversos agentes que produzem e constroem a cidade.

Desta forma, pode-se dizer que o Plano Diretor Municipal é constituído de quatro vertentes:

- Proteção e Preservação Ambiental
- Desenvolvimento Social e Econômico
- Desenvolvimento Institucional
- Desenvolvimento Físico-territorial

Os objetivos e princípios da política urbana e do desenvolvimento territorial contidos no Plano Diretor Municipal visam à justiça social, à redução das desigualdades e à inclusão social, mediante o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade. O Plano Diretor Municipal aponta os instrumentos e os mecanismos de operação da política urbana que devem ser aplicados na cidade para a promoção e a proteção dos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais de seus habitantes.

A propriedade cumpre sua função social quando atende às diretrizes e exigências do desenvolvimento e expansão urbana, as quais objetivam o uso efetivo da terra e da infra-estrutura instalada, a otimização dos recursos naturais e a contenção do crescimento urbano em direção à periferia e às áreas ambientalmente vulneráveis. Os critérios que definem os imóveis não edificadas, subutilizados e não utilizados e as normas que determinam o cumprimento de sua função social, constantes, são aplicáveis aos imóveis do município, os quais ficam também sujeitos a edificação ou parcelamento compulsórios, ao imposto predial e territorial progressivo no tempo.

O Plano Diretor Municipal incorpora e regulamenta instrumentos de política e reforma urbana previstos no Estatuto da Cidade relativos a indução do desenvolvimento urbano; intervenção no solo; indução do uso social da propriedade; normas de uso, ocupação e parcelamento do solo; regularização fundiária; gestão ambiental e participação popular.



Neste processo de desenvolvimento territorial que o Município vem construindo, a consolidação do planejamento a partir do Plano Diretor Municipal é fundamental para a conformação de uma cidade mais justa, democrática e sustentável, em que as oportunidades sejam oferecidas a qualquer cidadão e o futuro seja construído por todos.

O Plano Diretor Municipal está formatado em dois volumes. O primeiro deles, além de documentar o processo de participação popular, assim como as reuniões de trabalho junto da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento, contém os produtos dos trabalhos desenvolvidos nas fases I, II, III e V conforme o Termo de Referência do Serviço Social Autônomo Paranacidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano (SEDU):

- Plano de Trabalho;
- Avaliação Temática Integrada;
- Diretrizes e Proposições;
- Plano de Ação e Investimentos.

Estão contemplados neste volume o diagnóstico e a análise dos principais componentes da estrutura demográfica, ambiental, sócio-econômica, físico-territorial e institucional do Município. Também há a proposta proveniente desta leitura técnica e comunitária da realidade municipal, primeiramente esboçada através de diretrizes, e então definida com proposições e ações específicas, com prazos e estimativas de custo, além de indicadores e metas.

O segundo volume trará os anteprojetos de lei:

- do Plano Diretor Municipal;
- dos Perímetros Urbanos;
- de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano;
- de Lei do Parcelamento do Solo Urbano;
- de Lei do Sistema Viário;
- de Lei do Código de Edificações e Obras;
- de Lei do Código de Posturas.

Estes provêm do pacto firmado nas fases anteriores, em que se definem diretrizes a partir da leitura municipal.

O conjunto do Plano Diretor Municipal é, desde o seu início, acompanhado pela Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor Municipal, supervisionado pelos Analistas de Desenvolvimento Municipal do PARANACIDADE e discutido em, no mínimo, três Audiências Públicas com a comunidade. É importante ressaltar que o processo participativo permeia toda a construção do pacto social, através da própria Comissão de Acompanhamento, das audiências e, mais diretamente, da aplicação de questionários



como método de pesquisa da opinião popular, realizado como diagnóstico da realidade municipal. O Plano Diretor é, portanto, um processo de bases sólidas, juntamente construído e ratificado pelos cidadãos do Município.

## **OBJETIVOS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL**

A proposta do Plano Diretor Municipal de Três Barras do Paraná tem por finalidade principal a instituição do planejamento urbano e rural através do aperfeiçoamento da legislação de uso e ocupação do solo, visando privilegiar a melhoria na qualidade de vida da população do Município, considerando a promoção da equidade e justiça social, da eficiência administrativa e da qualidade ambiental. Para isso, o Plano Diretor Municipal tem em vista os seguintes objetivos gerais:

I. Orientar o crescimento do Município em seus aspectos físicos, econômico, social, cultural e administrativo, além de promover o pleno aproveitamento destes recursos;

II. Permitir o atendimento às necessidades da população quanto à habitação, ao trabalho, ao lazer, à cultura, ao transporte e ao saneamento básico, bem como, no âmbito da competência municipal, promover políticas de distribuição de renda;

III. Preservar o patrimônio cultural e ambiental natural do Município, direcionando a sustentabilidade de suas atividades;

IV. Promover a integração entre a ação governamental municipal e ações dos órgãos e entidades federais e estaduais;

V. Ordenar o Uso e a Ocupação do Solo Urbano e Rural, visando à garantia da função social da propriedade.

São objetivos específicos proporcionar aos órgãos gestores, estaduais e municipais, instrumentação técnico-administrativa abrangente e acessível que possibilite:

I. Estabelecer mecanismo de planejamento, respeitando a dinâmica urbana e rural, que democratize o uso dos equipamentos urbanos;

II. Atualizar os mecanismos legais, incorporando alternativas de desenvolvimento com justiça social;

III. Orientar ações da iniciativa privada e das demais esferas de poder quanto às intervenções no meio urbano e coordená-las, garantindo proteção às paisagens e sítios de relevantes interesses arqueológico, histórico e cultural;

IV. Criar Unidades de Conservação, bem como mantê-las, garantindo o lazer às populações locais;

V. Incrementar as atividades do turismo rural e urbano com proteção ao meio natural, viabilizando suporte econômico para as populações locais.



***Parte I***

***Plano de Trabalho***





## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. OBJETIVOS .....	7
3. METODOLOGIA GERAL DO TRABALHO.....	9
4. FASES DO TRABALHO.....	12
5. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR .....	22
6. PRODUTOS.....	27
7. PRODUTOS E PRAZOS .....	29



## 1. INTRODUÇÃO

A aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, regulamentando o capítulo da política urbana da Constituição Federal de 1988 abre novas possibilidades aos municípios brasileiros, o governo do Estado do Paraná também trata de Plano Diretor através da Constituição do Estado do Paraná de 1989, artigo 152 e o Decreto nº. 2581 de 17 de fevereiro de 2004 e a Lei Estadual nº. 15.229 de 25 de julho de 2006 que oficializou a necessidade dos municípios em elaborar seus Planos Diretores Municipais, visto a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional para o Estado do Paraná – PDU que se constitui em instrumento operado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU e Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, promovendo a implantação de ações voltadas ao planejamento sustentável, à geração de emprego e renda e à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e população de baixa renda do Paraná, que recomenda, inicialmente, a indução de um processo de planejamento para a implementação de Planos Diretores para municípios com mais de 20.000 habitantes, municípios pertencentes às regiões metropolitanas de Curitiba, Londrina e Maringá, assim como municípios de interesse turístico no litoral e no oeste paranaenses, além de outros ao longo da calha do Rio Iguaçu.

Assim, a dualidade presente na realidade urbana brasileira – cidade real x cidade legal – pode, a partir desta base legal, ser “enfrentada” no sentido de buscar soluções propositivas que respondam satisfatoriamente aos problemas que se arrastam há muito tempo.

Para atender a este anseio da sociedade brasileira, e em particular da comunidade de Três Barras do Paraná é apresentado este plano de trabalho que deve elaborar o Plano Diretor Municipal de Três Barras do Paraná, incorporando os instrumentos do Estatuto da Cidade e a nova concepção predominante, que deverá ser o grande eixo estruturador desta construção: o envolvimento da comunidade e sociedade civil organizada.

Um amplo processo de participação da sociedade, através de suas mais diversas formas de organização – sindical, associativa, não governamental, institucional, acadêmica, cultural, etc. – será o elemento norteador do processo de construção do Plano Diretor Municipal. Será aproveitado todo o acúmulo existente de processos participativos já realizados tais como o orçamento participativo, a conferência do Município de Três Barras do Paraná, a conferência do meio-ambiente, da saúde e outras tantas que vem norteando a definição das ações atuais do poder público local.



Dessa forma o Plano Diretor Municipal deve traduzir os princípios das políticas públicas, urbana e rural, em leis municipais. Deve materializar as obrigações estabelecidas no Estatuto da Cidade quanto a:

- Regulamentação dos processos municipais de gestão urbana participativa, criando condições que permitam à população e aos setores populares participar do planejamento da cidade, construindo uma cidade que proporcione qualidade de vida e condições para o desenvolvimento, democratizando o acesso à habitação, ao saneamento, à saúde, o transporte público, à alimentação, ao trabalho, ao lazer, à informação, à liberdade de organização e a um território rico e diversificado sem distinção de gênero, raça e crença;
- Determinação de critérios para a função social da propriedade e da cidade propondo o ordenamento territorial, de uso e ocupação do solo que expresse um “projeto de cidade”, prevalecendo os interesses coletivos sobre o interesse individual, proporcionando distribuição mais justa dos serviços públicos, combatendo a especulação imobiliária e recuperando para a coletividade a valorização imobiliária proveniente dos investimentos públicos;
- Incorporação dos instrumentos urbanísticos a serem utilizados, para alcançar o projeto de cidade, democraticamente debatido e que balizará a construção da cidade que queremos uma cidade para todos;
- Identificação de áreas de proteção e de intervenção visando a sustentabilidade sócio-ambiental e também que a propriedade cumpra com sua função social, aumentando a eficiência da utilização da infra-estrutura do município e de sua gestão visando o desenvolvimento econômico com sustentabilidade.
- Identificação das potencialidades e oportunidades para a sustentabilidade que permitam a inclusão social.

Na elaboração do Plano Diretor Municipal busca-se a democratização do acesso à terra urbana e rural, em localizações adequadas para o desenvolvimento humano e para que a propriedade cumpra sua função social e ambiental. A leitura sócio-territorial da zona rural deve analisar as tendências de desenvolvimento das atividades agrícolas e não agrícolas. Ao mesmo tempo as preocupações sobre a área de influência do município devem estar presentes, não só quanto aos municípios limítrofes, mas toda a região.

O processo de construção do Plano Diretor Municipal está sob a coordenação de uma Equipe Técnica Municipal - ETM, uma Comissão de



Acompanhamento - CA, e uma Equipe Técnica da empresa de Consultoria, que desenvolverão os trabalhos em parceria com o PARANACIDADE, Câmara Municipal, EMATER, Defesa Civil e demais membros da comunidade que através das Audiências Públicas se incluirão no processo.

A ETM terá a responsabilidade de coordenar todas as Fases de trabalho, determinando tarefas e prazos, analisando e aprovando ou reprovando os produtos referentes a cada Fase e liberando as Fases seguintes, bem como solicitando o pagamento devido às Fases cumpridas.

A Comissão de Acompanhamento – CA será composta por representantes de organizações, instituições e órgãos públicos e particulares que deverão colaborar e opinar no processo de construção do Plano Diretor Municipal.

A consultoria realizará análise, diagnóstico dos problemas, elaboração das preposições, relatórios intermediários e a peça final da fundamentação do Plano Diretor Municipal, bem como elaborará os anteprojetos de lei para apresentar à Câmara Municipal e preparar as apresentações para divulgação do trabalho.

O Plano Diretor Municipal deverá ainda ser concebido como parte de um processo de planejamento que permita sua contínua atualização e revisão pela Equipe Técnica Municipal especialmente capacitada para isso, pelo menos a cada 10 anos. Constitui, também, o instrumento orientador e articulador dos demais instrumentos que compõem o sistema de planejamento municipal, entre eles:

- O Plano Plurianual – PPA, cuja duração deve estabelecer-se até o primeiro ano do mandato subsequente, fixando objetivos, diretrizes e metas para os investimentos;
- A Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, compreendendo as metas e prioridades que orientarão a elaboração do orçamento anual;
- A Lei do Orçamento Anual – LOA, compreendendo o orçamento fiscal e o orçamento de investimento das empresas em que o município detenha maior parte do capital social.

Por fim, para sua elaboração o Plano Diretor Municipal deverá ser compatível também com o constante nos seguintes instrumentos:

- A Lei Orgânica do Município;
- Os Planos Setoriais do Governo do Estado do Paraná;
- O Plano de Desenvolvimento Regional em que o município se insere;
- A Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal;
- A Agenda 21 para o Estado do Paraná e a Agenda 21 Local, particularmente no que refere a: (i) promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos; (ii) integração entre meio



ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões e (iii) iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21.

### **O que é o Plano de Trabalho?**

O Plano de Trabalho é um instrumento que visa determinar estratégias e mecanismos que viabilizam a melhor forma de execução dos trabalhos propostos no Plano Diretor Municipal. Identificando concisamente e exatamente as diferentes etapas, bem como a quantidade de tempo que será necessário para a execução das mesmas, com intuito de apresentar informações necessárias à completa compreensão do trabalho a ser executado bem como servir de instrumento de acompanhamento e avaliação por parte do Município e do SEDU - PARANACIDADE durante o desenvolvimento do trabalho.

O Plano de Trabalho destina-se, portanto à:

- Apresentar informações necessárias à completa compreensão do trabalho a ser executado;
- Possibilitar ao Município, como executor ou contratante, o acompanhamento e a avaliação das conclusões e propostas, de acordo com as fases de desenvolvimento dos trabalhos;
- Organizar um processo de transferência de conhecimento em ambos sentidos de direção entre representantes da contratante e os representantes da consultoria contratada, que aja como facilitador da implementação do Plano Diretor Municipal (PDM) e atualização permanente;
- Permitir o esclarecimento de dúvidas e resolver eventuais controvérsias que possam surgir entre as partes, contratante e consultoria contratada;
- Garantir a compatibilização dos serviços propostos com a legislação vigente - federal, estadual e municipal sobre o desenvolvimento urbano e municipal.



## 2. OBJETIVOS

### DO PLANO DE TRABALHO

Alimentar o processo de construção do Plano Diretor Municipal de Três Barras do Paraná determinando estratégias e mecanismos que viabilizam a melhor forma de execução dos trabalhos propostos como arrecadação de dados e informações promovendo a "leitura técnica" do município em sua totalidade – áreas urbanas e rurais – nos aspectos regionais, ambientais, sócio-econômicos, urbanísticos e sócio-espaciais, de infra-estrutura e serviços públicos e institucionais.

### DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

- Avaliar os impactos e resultados da estrutura vigente para subsidiar o processo de construção e implementação do Plano Diretor Municipal de Três Barras do Paraná;
- Realizar e disponibilizar pesquisas e estudos técnicos para conhecimento da realidade do município de Três Barras do Paraná;
- Conhecer, analisar e diagnosticar os problemas e ameaças existentes, as potencialidades, oportunidades e alternativas possíveis ao desenvolvimento urbano e rural do município de Três Barras do Paraná em bases sustentáveis e que possibilitem a inclusão social.

### DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E DA CONSULTORIA

- Propor e/ou rever a regulamentação municipal e elaborar novos instrumentos legais;
- Adaptar os instrumentos legais à Constituição Federal, Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal, às Leis Federais nº. 6.766/79 e 9.785/99 e nº. 10.257/01 e outras pertinentes;
- Delimitar as áreas urbanas onde poderão ser aplicados o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória, considerando a existência de infra-estrutura e de demanda para utilização, na forma do art. 5º da Lei Federal nº. 10.257/01;
- Definir o zoneamento de todo o território municipal com vistas ao desenvolvimento sustentado;
- Apresentar diretrizes para implantação e organização da infra-estrutura e dos serviços públicos;
- Incluir no Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal (PDM) a possibilidade de o Município adotar, a partir de leis municipais



específicas, os instrumentos mencionados nos artigos 25, 28, 29, 32 e 35 da Lei Federal nº. 10.257/01 – Estatuto da Cidade;

- Regulamentar, em Anteprojeto de Leis específicos, os instrumentos, artigos 25 a 27 (direito de preempção), artigos 28 a 31 (outorga onerosa do direito de construir e alteração de uso do solo), artigos 32 a 34 (operações urbanas consorciadas), artigo 35 (transferência do direito de construir) e artigos 36 a 38 (estudo prévio do impacto de vizinhança – EIV) da Lei Federal nº 10.257/01 – Estatuto da Cidade, se houver consenso em relação ao benefício que trarão ao município, em função dos objetivos e diretrizes de ação propostos para o plano.
- Propor os mecanismos e instrumentos que possibilitem a implementação pelo município de um sistema de atualização, acompanhamento, controle e avaliação constantes do processo de planejamento.
- Propor formas alternativas ao transporte público oficial para circulação das pessoas (ciclovias, transporte coletivo de empregados de empresas, etc.).
- Considerar em todas as fases da execução dos serviços as recomendações de órgãos e instituições como: Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, Coordenação Estadual de Defesa Civil, Companhia Paranaense de Energia – COPEL, SEDU PARANACIDADE, Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense - AMUNPAR, Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, Companhia de Abastecimento do Paraná - SANEPAR e demais órgãos e instituições federais, estaduais e municipais que tenham atuação no território municipal.



### 3. METODOLOGIA GERAL DO TRABALHO

A metodologia que será aplicada na elaboração do Plano Diretor Municipal de Três Barras do Paraná para leitura técnica será a Sistemática CDP, que apresenta basicamente um método de ordenação criteriosa e operacional dos problemas e fatos, resultantes de pesquisas e levantamentos, proporcionando apresentação compreensível, facilmente visualizável e compatível da situação atual da cidade.

Em virtude das suas possibilidades de apresentação gráfica, esta sistemática e os resultados de sua aplicação podem ser transmitidos com maior facilidade à comunidade e a administração.

Ela pode orientar o planejamento territorial e todas as fases do processo baseando-se nos critérios de eficiência, de adequação dos meios e recursos e de controle de resultados, evitando com isto os erros de uma simples eliminação de deficiência. A classificação dos elementos da estrutura municipal segundo Condicionantes/Deficiências/Potencialidades atribui aos mesmos uma função dentro do processo de desenvolvimento da cidade, isto significa que as tendências desse desenvolvimento poderiam ser percebidas com maior facilidade.

- **CONDICIONANTES (C):** figuram como restrições, impedimentos e obrigatoriedades. Portanto, devem ser consideradas para o planejamento aspectos de preservação, manutenção e conservação, dependendo das peculiaridades das diferentes Condicionantes e das diferentes exigências locais.
- **DEFICIÊNCIAS (D):** são situações de caráter negativo para o desempenho das funções urbanas e que significam estrangulamentos de caráter qualitativo e quantitativo para o desenvolvimento das áreas urbanas e suas comunidades e a sua eliminação ou recuperação implica normalmente em investimentos elevados.
- **POTENCIALIDADES (P):** são elementos, recursos ou vantagens que até então foram aproveitados adequadamente e poderiam ser incorporados positivamente ao sistema urbano sem a necessidade de grandes investimentos públicos.

Após a classificação dos elementos da estrutura municipal definirá as áreas prioritárias de ação com a sistematização destas informações e espacialização das mesmas em mapas para apresentação. A prioridade para ação municipal será definida de acordo com a seqüência em ordem abaixo:

- 1º - Áreas que possuem CDP
- 2º - Áreas que possuem CD



- 3º - Áreas que possuem CP
- 4º - Áreas que possuem DP
- 5º - Áreas que possuem apenas D
- 6º - Áreas que possuem apenas P
- 7º - Áreas que possuem apenas C

## FORMULAÇÃO DE DIRETRIZES E PROPOSTAS

Para cada área prioritária de ação são identificadas as medidas, segundo grupos de demanda sendo:

- Condicionantes que geram uma demanda de manutenção e preservação;
- Deficiência que geram uma demanda de recuperação e melhoria;
- Potencialidade que geram uma demanda de inovação.

São identificadas e sucintamente descritas as medidas necessárias para fazer frente às demandas de cada área e destacadas aquelas que podem atender simultaneamente os três tipos de demanda. A descrição das medidas deve considerar as formas alternativas como serão satisfeitas as demandas e ordem de grandeza das medidas, assim como a sua caracterização em termos de urgência e a sua relevância para a área em questão e para estrutura global da cidade.

As medidas são classificadas em três tipos:

- Medidas urbanísticas que direcionam planos de ação municipal;
- Diretrizes políticas que direcionam a lei do plano diretor;
- Legislação específica que direcionam as leis urbanísticas.

Medidas urbanísticas são ações que deverão ser desenvolvidas e priorizadas em curto (do primeiro ao quarto ano), médio (do quarto ao oitavo ano) e longo prazo (do oitavo ao décimo ano) de acordo com os seguintes critérios em ordem de prioridade:

- Abrangência social;
- Custo de investimento e manutenção;
- Capacidade técnica de execução;
- Atendimento dos objetivos do Plano Diretor Municipal.

De posse do plano de ação municipal são definidas as diretrizes e estratégias que estarão contidas na lei do Plano Diretor Municipal sendo sucintamente descritas no documento de apoio.

Na leitura comunitária serão realizadas consultas informais como também a aplicação de questionários que solicitam a opinião da comunidade sobre os aspectos positivos e negativos sob a sua leitura da cidade, que junto aos levantamentos técnicos fomentarão as discussões com a comunidade.



---

Na aplicação destes questionários a Equipe Técnica juntamente com a Comissão de Acompanhamento e o Departamento de Educação e Saúde terão grande responsabilidade na busca por caminhos que garantam a participação da comunidade no processo.



## 4. FASES DO TRABALHO

### FASE I – PLANO DE TRABALHO E TREINAMENTO

#### Metodologia e Atividades

Nesta primeira fase do trabalho, a equipe técnica da DRZ, elaborará o Plano de Trabalho, contendo: a metodologia para execução; a descrição das atividades necessárias para o cumprimento dos objetivos referentes a cada Fase; o cronograma contendo as datas de reunião de trabalho com a equipe local; o fluxograma do trabalho definindo a seqüência, a relação e a interdependência de cada Fase e suas respectivas atividades; o organograma da equipe do trabalho, entendida esta, como o conjunto de profissionais formado pela equipe contratada, equipe local e sociedade civil, descrevendo a atribuição de cada agente no processo de execução do trabalho e treinamento da Equipe Técnica do município.

PRODUTO: Documento contendo o Plano de Trabalho para Elaboração do Plano Diretor Municipal, com a metodologia detalhada para o desenvolvimento dos serviços a serem executados, de acordo com a proposta da equipe da Consultoria, conforme subitem 5.1 do Termo de Referência.

### FASE II – AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA

#### Metodologia e Atividades

Após a aprovação da Fase I pela Equipe Técnica Municipal do Plano Diretor Municipal, a DRZ Gestão de Cidades irá desenvolver as pesquisas e os estudos técnicos necessários ao conhecimento da realidade do Município.

Será realizado o levantamento das informações pertinentes às áreas de interesse do Plano Diretor Municipal em conjunto com a Equipe Técnica Municipal, funcionários e técnicos dos diversos departamentos municipais e com técnicos dos outros órgãos envolvidos no processo. Estes deverão disponibilizar toda e qualquer informação já existente no município como: legislação, estudos, dados, mapas, entre outros, julgada pela consultoria como necessária e pertinente para a elaboração dos trabalhos dispostos nos termos a seguir, deverão ainda cooperar no levantamento de informações que se fizerem necessárias e não estiverem prontamente disponíveis ou necessitarem de atualizações. Os pedidos para encaminhamento desses levantamentos deverão ser registrados por meios de ofícios. Esses levantamentos servirão de base para a realização dos outros estudos.

Cabe à DRZ Gestão de Cidades à realização de estudos comparativos a partir de experiências de utilização dos instrumentos do Estatuto da Cidade em outros



municípios, avaliando qualitativamente os seus resultados e analisando sua eficácia considerando as especificidades regionais.

### Temas

Deverão ser avaliados os seguintes temas, especializados em mapas correspondentes:

#### ASPECTOS REGIONAIS

- Tendências, potencial estratégico e fatores que concorrem para o desenvolvimento econômico de Três Barras do Paraná, considerando sua região de influência e relações municipais considerando os aspectos ambientais, econômicos e culturais;
- Circulação de pessoas, mercadorias, bens e serviços, em relação à área de influência;
- Identificação e caracterização de áreas de armazenagem e sua relação com os sistemas viários urbano, rurais e regionais;
- As principais condicionantes, deficiências e potencialidades regionais: do ponto de vista ambiental; do ponto de vista da infra-estrutura; do ponto de vista socioeconômico; e do ponto de vista da distribuição espacial da população (rural e urbana).

PRODUTO: Mapas temáticos em versões impressas e digitais em escala 1:50.000 e relatório contendo análise dos aspectos regionais.

#### ASPECTOS AMBIENTAIS

- Identificação e mapeamento das áreas de risco sócio-ambiental sujeitas a alagamento, inundação, deslizamento, erosão, contaminação do ar, da água, do solo e subsolo, áreas de aterros sanitários, cemitérios entre outros;
- Identificação e mapeamento das bacias e micro bacias hidrográficas e suas respectivas áreas de recarga;
- Identificação e mapeamento das condições de clima, solos, geomorfologia, condicionantes geotécnicos, declividades, hipsometria, vertentes, drenagem natural (cursos d'água), recursos hídricos, biota, áreas de preservação, mata ciliar e faixa sanitária;
- Caracterização dos espaços potenciais para áreas de expansão urbana, de conservação e preservação permanente, áreas de reserva legal, áreas públicas de lazer, assim como locais para arborização pública e tratamento paisagístico específico e respectivo mapeamento;



- Zoneamento ambiental.

PRODUTO: Mapas em versões impressas e digitais na escala 1:20.000 da área urbana e 1:50.000 da área do município e relatório contendo análise e diagnóstico dos aspectos ambientais.

#### ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

- Sistematização dos dados demográficos, compreendendo no mínimo os últimos 10 anos: a taxa de crescimento, evolução, densidade demográfica e migração;
- Sistematização dos dados referentes às condições de saúde, educação, oferta de emprego, renda, consumo de água e energia e outros indicadores conforme necessário para caracterizar o perfil sócio-econômico da população residente por bairros e distritos;
- Identificação e localização das atividades econômicas do município, o perfil produtivo e o potencial produtivo, quanto ao valor, quantidade e produtividade (agropecuária, comércio, serviços, indústrias e turismo);
- Caracterização do potencial turístico do Município, incluindo os recursos naturais;
- Identificação da capacidade de investimento do município, visando à priorização dos investimentos caracterizados como necessários, para a efetivação dos objetivos, diretrizes e metas do Plano Diretor Municipal;
- Estudo da situação atual de arrecadação própria do município dos últimos 5 anos, sua evolução anual e projeção para os próximos 10 anos, considerando também possíveis fontes alternativas de recursos financeiros e possibilidade de realização de operações de crédito (capacidade de endividamento), considerando as condicionantes da legislação específica sobre o assunto;

PRODUTO: Mapas em versões impressas e digitais na escala 1:20.000 da área urbana e 1:50.000 da área do município, mapas com identificação do potencial turístico em escala 1:5.000 e relatório contendo análise e diagnóstico dos aspectos sócio-econômicos.

#### ASPECTOS URBANÍSTICOS E SÓCIO-ESPACIAIS

- Identificação, caracterização e mapeamento:
- Estrutura fundiária urbana e rural, quanto à ocupação, à distribuição e uso da propriedade, em especial as inseridas em áreas com oferta de infra-estrutura;



- Tendências de ocupação e uso do solo urbano para os próximos 10 anos, demonstrando os principais entraves existentes;
- Imóveis subutilizados ou desocupados;
- Tipologia edificada;
- Áreas de ocupação irregular e clandestina, avaliando seu impacto sócio-ambiental e urbanístico;
- Densidade construtiva e demográfica, relacionada com a capacidade de suporte da infra-estrutura urbana (áreas com infra-estrutura ociosa e áreas ocupadas com precariedade de infra-estrutura).
- Indicadores de mobilidade e circulação, compreendendo os deslocamentos da população, circulação viária e transporte urbano e municipal, considerando inclusive os deslocamentos alternativos;
- Uso e ocupação do solo por bacias hidrográficas;
- Áreas de vazios urbanos com potencial de ocupação e uso exclusivamente urbano, delimitando-as;
- Evolução urbana, compreendendo o marco de origem e o núcleo inicial da ocupação, os referenciais históricos e culturais, os principais períodos e os fatores que determinaram a forma de ocupação;
- Questões de gênero relacionadas aos aspectos de renda, violência e ambiente;

PRODUTO: Mapas em versões impressas, e mapas em versões digitais na escala 1:20.000 da área urbana e 1:50.000 da área do município e relatório contendo análise e diagnóstico dos aspectos urbanísticos e sócio-espaciais.

#### ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

- Mapeamento do sistema de abastecimento de água;
- Mapeamento do sistema de saneamento (rede coletora, fossas sépticas e sumidouros esgotamento sanitário, resíduos sólidos); levantar a quantidade e qualidade população atendida;
- Estudo da macro-drenagem e micro-drenagem urbana e proposição de tecnologias inovadoras e sustentáveis de captação, infiltração, deposição e condução;
- Atualização e validação da equação de chuvas intensas (intensidade-duração-freqüência) para o posto pluviométrico do Município;
- Identificação das áreas prioritárias para ampliação da rede de abastecimento de água potável e rede coletora de esgoto sanitário, com respectivo tratamento, de acordo com parâmetros sócio-sanitários emergenciais;



- Identificação dos pontos críticos e de estrangulamento do sistema de transporte coletivo e do sistema viário;
- Mapeamento local de maior incidência de acidentes de trânsito;
- Quantificação da frota de veículos – ônibus, automóveis, motocicletas, bicicletas, etc.;
- Identificação dos pólos geradores de tráfego e de ruído;
- Identificação das áreas de grande fluxo de pedestres e bicicletas;
- Mapeamento do sistema de energia elétrica e iluminação pública;
- Mapeamento do sistema de telecomunicações, inclusive do sistema móvel com abrangência das antenas;
- Mapeamento dos equipamentos sociais (equipamentos de saúde, educação, assistência social, cultura e esporte, segurança pública, recreação, etc.);

PRODUTO: Mapas em versões impressas e digitais na escala 1:20.000 da área urbana e 1:50.000 da área do município e relatório contendo análise, avaliação e diagnóstico qualitativo e quantitativo dos aspectos da infra-estrutura e serviços públicos, quanto à sua situação atual e tendências para os próximos 10 anos.

#### ASPECTOS INSTITUCIONAIS:

- Identificar as unidades administrativas da estrutura da Prefeitura Municipal que se relacionam com a gestão do Plano Diretor Municipal de Três Barras do Paraná;
- Análise das competências e estrutura de tomada de decisão visando à gestão democrática e participativa do município;
- Identificar as necessidades institucionais para permitir o monitoramento e controle social do PDM;
- Identificação da cultura organizacional das unidades administrativas e do município visando à gestão do município e do plano diretor;
- Análise da Legislação vigente do município, verificando a aplicação ou não das mesmas;
- Análise da Gestão Tributária, Gestão de Informações, Gestão de Recursos Humanos e Programas Setoriais existentes;
- Análise da Gestão Financeira, com a identificação da capacidade de endividamento do município através do modelo de planilha elaborado pelo PARANACIDADE, visando priorização dos investimentos segundo as diretrizes e proposições contempladas no Plano Diretor Municipal.



PRODUTO: Ata e lista de presença da primeira audiência pública e documento contendo a Avaliação Temática Integrada conforme subitem 5.1 do Termo de Referência.

### FASE III – DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

Nem todas as questões são igualmente relevantes em todos os momentos da história municipal. A partir da leitura da cidade e sistematização das informações, serão definidas áreas prioritárias de ação e desenvolvidas estratégias de planejamento e instrumentos que estarão contidos no plano diretor para intervenção nessas áreas, contemplando especificamente propostas para curto, médio e longo prazo.

As proposições deverão envolver diretrizes como:

- Diretrizes para o estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento Urbano e Municipal;
- Diretrizes para o estabelecimento de uma sistemática permanente de planejamento;
- Proposta de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos a serem executados a curto (até o quarto ano), médio (a partir do quarto até o oitavo ano) e longo prazo (a partir do oitavo ano em diante), considerando a estimativa de seus custos e as estimativas e projeções orçamentárias municipais;
- Diretrizes para a dinamização e ampliação das atividades econômicas a fim de estruturar o fortalecimento da economia do município (emprego, renda, geração de receitas);
- Propostas, instrumentos e mecanismos referentes à: Racionalização da ocupação do espaço urbano, de expansão urbana e rural; Distribuição eqüitativa dos usos, atividades, infra-estrutura social e urbana e densidades construtivas e demográficas; Estruturação e hierarquização do sistema viário, assim como a articulação do sistema de transporte coletivo; Controle do meio ambiente, saneamento básico e proteção ao patrimônio natural, paisagístico, histórico, artístico, cultural, arqueológico e demais elementos que caracterizam a identidade do município; Critérios e Normas para a Arborização Pública;
- Procedimentos e instrumentos para atuação na solução das ocupações irregulares e clandestinas e contenção de sua proliferação;
- Diretrizes para a coleta e disposição final de resíduos sólidos, inclusive industriais e hospitalares;



- Procedimentos e instrumentos a serem adotadas nos projetos de parcelamento, (loteamentos, desmembramentos e remembramentos), edificações e consultas prévias, liberações de alvarás, laudo de conclusão de obras e “habite-se”;
- Processos e recursos para a atualização permanente dos instrumentos de política e planejamento territorial e para a institucionalização e o funcionamento de mecanismos de gestão democrática;
- Parâmetros para o dimensionamento de logradouros públicos;
- Identificação de parâmetros e ações para possibilitar a regularização da situação fundiária das áreas ocupadas irregularmente ou identificação de áreas para relocação, caso não haja possibilidade legal de regularização, ou seja, áreas de risco, nestes casos, também a identificação de diretrizes de uso e ocupação dessas áreas após a desocupação.
- Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal visando à implementação do Plano Diretor Municipal e gestão do desenvolvimento municipal e conseqüente atualização permanente.
- Organização de sistema de informações para o planejamento e gestão municipal, produzindo os dados necessários, com a frequência definida, para concepção dos indicadores propostos para o Plano Diretor Municipal – PDM.

As diretrizes citadas serão articuladas e especializadas em mapa, em escala apropriada, constituindo um Macro-zoneamento, abrangendo o território de todo o município onde serão aplicadas as ações estratégicas. Para a concepção do Macro-zoneamento o embasamento físico-territorial-ambiental serão consideradas as bacias e micro-bacias hidrográficas. O Macro-zoneamento embasará o futuro Zoneamento, quando cada macro-zona dará origem a distintas zonas, que definirão o uso e a ocupação do solo do município.

PRODUTO: Documento contendo a Definição de Diretrizes e Proposições, conforme subitem 6.2 do Termo de Referência.

#### **FASE IV – ELABORAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO PDM E DE SUAS LEIS COMPLEMENTARES**

Serão desenvolvidos pela DRZ Geotecnologia e Consultoria S.S. Ltda. os instrumentos que serão apresentados sob a forma de minuta de Anteprojeto de Lei, acompanhados de mapas em escala apropriada, abrangendo:



### **Minuta de Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal**

Estabelece as Diretrizes e Proposições de Desenvolvimento Municipal indicadas, incluindo:

- Macro-zoneamento (Organização Espacial), articulada à inserção ambiental englobando o uso, o parcelamento e a ocupação do território urbano e municipal, a infra-estrutura e os equipamentos sociais;
- Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Municipal, definindo os instrumentos que auxiliarão o Poder Municipal na tarefa de planejar e gerenciar o desenvolvimento;
- Sistema de acompanhamento e controle do plano.

### **Minuta de Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano e do Perímetro de Expansão Urbana**

Delimita as áreas urbanas e de expansão urbana do Município, onde se proverão os espaços de equipamentos e serviços, bem como exercer o seu poder de polícia e de tributação municipal. Os perímetros devem ser apresentados, contendo de forma detalhada o memorial descritivo da poligonal levantada, acompanhada de mapa em escala apropriada, conforme consta no Termo de Referência do PARANACIDADE:

*“O(s) perímetro(s) urbano(s) deve(m) ser apresentado(s), contendo de forma detalhada o memorial descritivo da poligonal levantada, seus respectivos ângulos, rumos ou azimutes e distâncias calculadas, bem como as informações de localização e as coordenadas de cada um dos vértices que deverão estar referenciados à Rede de Alta Precisão do Estado do Paraná - SEMA/IBGE, acompanhada de mapa em escala apropriada;”*

### **Minuta de Anteprojeto de Lei de Parcelamento do Solo Urbano**

Define os procedimentos relacionados com os loteamentos, desmembramentos e remembramentos de lotes urbanos e demais requisitos urbanísticos: tamanho mínimo dos lotes, a infra-estrutura que o loteador deverá implantar bem como o prazo estabelecido para tal, a parcela que deve ser doada ao poder público com a definição de seu uso (assegurando ao Município a escolha das áreas mais adequadas), a definição das áreas prioritárias e das impróprias ao parcelamento, proposição de áreas para loteamentos populares (Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS), faixas de servidões, faixas de proteção, faixas de domínio, áreas ou pontos de interesse paisagístico e outros requisitos em função da peculiaridade local. Ressalte-se que a Lei de Parcelamento do Solo Urbano é uma regulamentação da Lei Federal nº 6.766/79, alterada pela Lei Federal nº 9.785/99 e Lei Federal nº 10.932, de 3 de agosto de 2004.



---

### **Minuta de Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural**

Divide o território do Município em zonas e áreas, define a distribuição da população neste espaço em função da infra-estrutura existente e das condicionantes ambientais.

Para as áreas urbanas são utilizados parâmetros urbanísticos – parâmetros mínimos (para fazer cumprir a função social da propriedade), parâmetros básicos (parâmetros em função da capacidade de suporte da infra-estrutura) e parâmetros máximos (parâmetros atingidos com a utilização da outorga onerosa do direito de construir ou a transferência do direito de construir). Os parâmetros urbanísticos a serem definidos, em compatibilidade com a infra-estrutura, são: coeficiente de aproveitamento (preferencialmente coeficiente único), taxa de ocupação, gabarito (número máximo de pavimentos e altura máxima), recuo e afastamento, taxa mínima de permeabilidade e classificações dos usos (usos permitidos, permissíveis e proibidos) que garantam a qualidade ambiental e paisagística do espaço urbano. A definição dos parâmetros urbanísticos mínimo, básico e máximo devem se embasar na capacidade de suporte das infra-estruturas urbanas, existentes ou projetadas.

Para as áreas rurais os parâmetros utilizados devem se embasar nas condicionantes ambientais (mananciais, florestas, declividades acentuadas, etc.), condicionantes de proteção de infra-estrutura (faixas de proteção de rodovias, ferrovias, dutos, linhas de alta tensão, cones de aproximação e faixas de proteção de aeródromos, etc.) e parâmetros de potencialidade de exploração econômica (extrativismo vegetal, extrativismo mineral, agricultura, pecuária, silvicultura, etc.).

### **Minuta de Anteprojeto de Lei do Sistema Viário**

Hierarquiza e dimensiona as vias públicas, bem como sua define para novos parcelamentos e as estradas municipais, ciclovias, etc. Considera ainda as normas da NBR 9050, análises de sinalização viária, regulamentação de táxis, a arborização e o sistema viário, entre outras considerações.

PRODUTO: Documento contendo a Legislação Básica, subitem 6.3 do Termo de Referência e os instrumentos relativos ao Processo de Planejamento e Gestão Municipal, subitem 6.4.

### **FASE V – PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS**

Indica as ações e os projetos prioritários tendo em vista a implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados, para os próximos 5 anos em



---

compatibilidade com a projeção orçamentária, incluída a previsão de capacidade de endividamento municipal.

Esse Plano de Ação e Investimentos será o elemento balizador para permitir aos Municípios do Estado do Paraná atender ao Decreto Estadual nº 2581 de 17 de fevereiro de 2004.

PRODUTO: Documento contendo o Plano de Ação e Investimentos conforme o item 6.5 do presente Termo de Referência.



## 5. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

A participação da população em processos decisórios é fundamental para garantir co-responsabilidade entre órgão público e população. Durante o desenvolvimento do trabalho a participação deve ser meta a ser alcançada e mantida, pois deve ser estimulada durante todo o processo através de “espaços” efetivos e estratégias adequadas, assim como, audiências públicas realizadas em três momentos do processo de elaboração do Plano Diretor Municipal. Para isso, se fará necessário compor uma estrutura mínima de participação efetiva em todo o processo a participação, sendo esta a Equipe Técnica Municipal em conjunto com a Comissão de Acompanhamento.

### EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

O município deverá constituir uma equipe formada por funcionários da prefeitura que trabalhará em parceria com a Consultoria proporcionando informações, acompanhando os estudos e analisando a pertinência das proposições. Para garantir a implementação e controle do Plano, esta equipe receberá treinamento durante todas as fases do processo inclusive para tomar decisões quando for necessária a futura adequação do Plano, sendo realizados em treinamentos a respeito dos seguintes temas:

- Avaliação temática integrada, definição de diretrizes e proposições e legislação básica a ser realizado durante o desenvolvimento das fases correspondentes;
- Processo de planejamento e gestão pública, plano de ação e indicadores, a ser realizado após a segunda audiência;
- Implementação do Plano Diretor, atribuições, composição e funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Municipal a ser realizado após a terceira audiência pública em conjunto com a Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor Municipal;

A Equipe Técnica Municipal terá a responsabilidade de:

- Participar em todas as atividades realizadas durante o processo de elaboração do Plano Diretor participativo;
- Realizar oficinas técnicas junto aos segmentos organizados do município, buscando fomentar a participação no processo de construção do Plano Diretor participativo;
- Realizar a leitura de todos os documentos produzidos, aprovando ou reprovando os produtos referentes a cada Fase para liberar as fases seguintes;



- Mobilizar, registrar as reuniões e audiências públicas do Plano Diretor Municipal Participativo;
- Preparar ou reservar os locais de reuniões e audiências públicas, cuidando de toda a organização, cerimonial, equipamentos de som, projetores e toda a infra-estrutura necessária.

### **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL**

Após a primeira Audiência Pública do Plano Diretor Municipal, será nomeada uma equipe formada por representantes dos segmentos organizados da sociedade civil local que acompanharão todo o processo dando contribuição aos trabalhos realizados pela Consultoria nas diferentes fases, recebendo treinamentos sobre:

- Embasamento técnico-administrativo-legal do Plano Diretor Municipal;
- implementação do Plano Diretor Municipal, atribuições, composição e funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Municipal a ser realizado após a terceira audiência pública.

### **CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL**

O processo de participação terá continuidade com revisão da lei que constituiu o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano sendo proposto alterações em forma de lei com a participação da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento, onde será contemplado todo o seu funcionamento como Conselho de Desenvolvimento Municipal. Este possuirá uma função propositiva, provocador e receptor de discussões e demandas, cuja dinâmica deverá focar globalmente todas as questões de cunho urbanístico e territorial, podendo formular, aprovar e solicitar políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento territorial, como interlocutor entre a iniciativa popular e governo municipal, bem como acompanhar a aplicação da legislação municipal relativa ao planejamento e desenvolvimento territorial, propor e opinar sobre a atualização, complementação, ajustes e alterações do Plano Diretor Municipal.

### **MOBILIZAÇÃO**

Na elaboração do Plano Diretor Municipal, a mobilização social para participação das reuniões e audiências públicas será de inteira responsabilidade da Equipe Técnica Municipal que poderá utilizar-se de:

- Convites pessoais;
- Cartazes ou faixas distribuídos em locais estratégicos;
- Divulgação através de carro de som;



- Publicação em Jornal;
- Divulgação na internet,
- Publicação de cartilhas, vinhetas;
- Filmes produzidos pelo Ministério das Cidades;
- E de quaisquer outros meios que julgar conveniente para a divulgação.

Nas reuniões técnicas para ajustamento de propostas e treinamentos deverão ser convidados a Comissão de Acompanhamento, Equipe Técnica Municipal, vereadores, representantes da EMATER, Defesa Civil, PARANACIDADE e comunidade interessada. Nas audiências, além destes, o convite será aberto para a população em geral.

Além das reuniões técnicas e audiências públicas coordenadas pela consultoria contratada e equipe técnica municipal, o município poderá realizar reuniões junto à comunidade e setores especializados através de sua Equipe Técnica Municipal.

É importante lembrar que todas as reuniões e audiências do processo de elaboração do Plano Diretor deverão ser registradas em livro ata com assinatura dos presentes e registro fotográfico, sendo de responsabilidade do município.

## **PLANO DIRETOR NA INTERNET**

Todas as atividades relacionadas à construção do Plano Diretor Municipal de Três Barras do Paraná serão publicadas e divulgadas na Internet através do site [www.drz.com.br/tresbarrasdoarana](http://www.drz.com.br/tresbarrasdoarana). Neste site, mantido e atualizado pela Consultoria, a Equipe Técnica Municipal, a Comissão de Acompanhamento, os servidores municipais e a comunidade em geral poderão participar e acompanhar ativamente de todas as atividades já realizadas e em execução do Plano Diretor Municipal Participativo de Três Barras do Paraná.

## **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

As Audiências Públicas deverão ser convocadas com antecedência mínima de 15 dias da data da sua realização e deverá ser precedida de ampla divulgação no intuito de atingir o maior número possível de pessoas. Durante a elaboração do Plano Diretor serão convocadas 3 audiências, cada qual com registro em ata e recolhimento de assinatura dos participantes, estando disponível a consulta da população.

A metodologia a ser utilizada será a exposição dialogada com apresentação em power point fazendo uso de projetor de imagens, mesa de som e computador com programa adequado sendo de responsabilidade da Prefeitura de Três Barras do Paraná a providência destes equipamentos.



---

### **Primeira Audiência Pública**

Objetivo: esclarecer o que é o Plano Diretor, sua importância para o município, a necessidade de participação da população no processo, sondagem inicial sobre as necessidades e aspirações comunitárias, convocação para a composição da Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor Municipal.

### **Segunda Audiência Pública**

Objetivo: apresentar à população a avaliação temática integrada, diretrizes e proposições e em caráter inicial o plano de ação municipal para avaliação, conhecimento e sugestões.

### **Terceira Audiência Pública**

Objetivo: apresentação do plano de ação municipal e investimentos para avaliação, conhecimento e sugestões, bem como esclarecimentos das alterações principais na legislação.

Para discussão, avaliação e conhecimento das proposições para a legislação básica, serão convocados em reunião os vereadores do município, Comissão de Acompanhamento e Equipe Técnica a ser realizada antes da terceira Audiência.

## **PUBLICIDADE E ACESSO À INFORMAÇÃO**

*“Se as pessoas têm que ter autonomia, iniciativa e responsabilidade compartilhadas, elas precisam e têm direito a ter acesso a toda informação. É um direito e uma exigência para uma participação livre e consciente.” (Bernardo Toro)*

Todo material desenvolvido e entregue pela consultoria a cada fase deverá ser colocado à disposição da população na sede da administração pública e demais espaços públicos destinados à informação e cultura, podendo ser reproduzido e distribuído sob responsabilidade da Prefeitura de Três Barras do Paraná.

## **CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE**

Sob a coordenação do Município, apoiada pela consultoria, após a conclusão das fases e da realização da última Audiência Pública, será organizada uma Conferência Municipal que tem como objetivos:

- Garantir a instauração de um processo permanente de planejamento, visando obter o comprometimento do poder público municipal com a implementação do PDM construído coletivamente e na sua atualização permanente;
- Criar o Conselho de Desenvolvimento Municipal a partir da experiência da Comissão de Acompanhamento de elaboração do PDM



---

e dos demais Conselhos Municipais existente, definindo sua composição e suas atribuições;

- Obter o compromisso da Câmara de Vereadores com a aprovação do PDM construído coletivamente.



## 6. PRODUTOS

### FASE I

O produto é o documento ora apresentado, que compreende o Plano de Trabalho revisado, a ata e lista de presença do Treinamento da Equipe Técnica Municipal, contemplando o progresso das atividades da Fase 1.

### FASE II

Serão entregues os seguintes produtos:

- Documento das atividades de leitura técnica e leitura comunitária, contemplando o progresso das atividades; mapas síntese das leituras para todas as escalas estudadas (os mapas terão como base a cartografia georreferenciada disponibilizada pelo Município).
- Registro da 1ª Audiência Pública, com relato da estratégia de divulgação, registro dos participantes, discussões e encaminhamentos.
- Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal.

### FASE III

Serão entregues os seguintes produtos:

- Documentos das propostas, contendo o progresso das atividades e as recomendações para a próxima fase; com mapas síntese das propostas para cada uma das escalas estudadas e mapas.
- Mapa de macrozoneamento (cópia impressa e digital).
- Registro da 2ª Audiência Pública, com relato da estratégia de divulgação, registro dos participantes, discussões e encaminhamentos.
- Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal.

### FASE IV

Serão entregues os seguintes produtos:

- Projetos da legislação, incluindo:
- O texto do Projeto de Lei do PDM e seus anexos;



- Texto de minutas de Anteprojeto dos seguintes futuros diplomas legais: Lei do Plano Diretor Municipal, Lei do Perímetro Urbano, Lei de Parcelamento do Solo Urbano, Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural, Lei do Sistema Viário, Lei do Código de Edificações e Obras e Lei do Código de Posturas.
- Processo de Planejamento e Gestão: adequação da estrutura administrativa e elaboração de indicadores para desenvolvimento municipal.
- Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal.

#### **FASE V**

Serão entregues os seguintes produtos:

- Documentos do Plano de ação e investimento.
- Registro da 3ª Audiência Pública, com relato da estratégia de divulgação, registro dos participantes, discussões e encaminhamentos.
- Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor Municipal.
- Conferência Municipal da Cidade.



## 7. PRODUTOS E PRAZOS

Fase	Atividade:	Métodos e Técnicas	Produto	Cronograma
				Prazos (em dias)
I	Plano de Trabalho	Metodologia para execução do trabalho	<b>Produto 1:</b> Documento com o Plano de Trabalho	20
II	Avaliação Temática Integrada	1º Audiência Pública, desenvolvimento de pesquisas e os estudos técnicos necessários ao conhecimento da realidade do Município.	<b>Produto 2:</b> Mapas temáticos em versões impressas e digitais e documento contendo a Avaliação Temática Integrada	80
III	Diretrizes e Proposições	A partir da leitura da cidade e sistematização das informações, serão definidas áreas prioritárias de ação e desenvolvidas estratégias de planejamento e instrumentos que estarão contidos no plano diretor para intervenção nessas áreas, contemplando especificamente propostas para curto, médio e longo prazo. 2º Audiência Pública	<b>Produto 3:</b> Mapas temáticos em versões impressas e digitais e documento contendo as Diretrizes e proposições para implementação do PDM	130
IV	Elaboração do Projeto de Lei do PDM e de Suas Leis Complementares	Proposição dos instrumentos que serão apresentados sob a forma de minuta de Anteprojeto de Lei, acompanhados de mapas em escala apropriada.	<b>Produto 4:</b> Mapas em versões impressas e digitais e documento contendo os Anteprojetos de Lei	140
V	Plano de Ação e Investimentos	Apresentação da hierarquização de investimentos com a estimativa de custos aproximados, para os próximos 5 (cinco) em face da capacidade de endividamento municipal. 3º Audiência Pública Conferência Municipal do Plano Diretor	<b>Produto 5:</b> Mapas em versões impressas e digitais e documento contendo o Plano de Ação e Investimentos	180



***Parte II***

***Avaliação Temática Integrada***





## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS .....	33
LISTA DE GRÁFICOS .....	35
LISTA DE TABELAS .....	36
LISTA DE MAPAS .....	39
INTRODUÇÃO .....	41
<b>1. ASPECTOS REGIONAIS .....</b>	<b>42</b>
1.1 Município de Três Barras do Paraná .....	43
1.2 Região de Três Barras do Paraná .....	45
1.3 Relações Intermunicipais .....	60
<b>2. ASPECTOS AMBIENTAIS .....</b>	<b>62</b>
2.1 Clima .....	63
2.2 Solo .....	65
2.3 Cobertura Vegetal .....	71
2.4 Hidrografia .....	74
<b>3. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS .....</b>	<b>76</b>
3.1 Demografia .....	77
3.2 Desenvolvimento Humano .....	82
3.3 Economia .....	90
<b>4. ASPECTOS SÓCIO-ESPACIAIS .....</b>	<b>105</b>
4.1 Uso e Ocupação do Solo .....	106
4.2 Habitação .....	111
4.3 Sistema Viário .....	117
<b>5. ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA .....</b>	<b>120</b>
5.1 Abastecimento de Água .....	121
5.2 Esgotamento Sanitário .....	124
5.3 Drenagem de Águas Pluviais e Pavimentação .....	127
5.4 Resíduos Sólidos .....	128
5.5 Energia Elétrica e Iluminação Pública .....	131
5.6 Comunicação .....	135
<b>6. ASPECTOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS .....</b>	<b>137</b>
6.1 Saúde .....	138



---

6.2 Educação .....	144
6.3 Cultura .....	152
6.4 Esporte e Lazer .....	154
6.5 Assistência Social .....	157
6.6 Segurança .....	160
6.7 Serviços Funerários .....	161
<b>7. ASPECTOS INSTITUCIONAIS .....</b>	<b>162</b>
7.1 Organização Administrativa .....	163
7.2. Finanças Públicas .....	166
7.3 Legislação e Instrumentos de Planejamento .....	186
<b>8. SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES .....</b>	<b>189</b>
8.1 Opinião Pública .....	190
8.2 Sistemática CDP .....	198
ANEXOS – MAPAS .....	202



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1.1 – Municípios limítrofes.....	44
Figura 1.2.1 – Serviços de Saneamento Básico em domicílios urbanos .....	49
Figura 1.2.2 – Serviços de Saneamento Básico em domicílios rurais.....	50
Figura 1.2.3 – Ocupação dos Setores Predominantes.....	52
Figura 1.2.4 – Culturas predominantes .....	53
Figura 2.1.1 – Classificação climática .....	64
Figura 2.1.2 – Temperatura média anual .....	64
Figura 2.1.3 – Precipitação média anual.....	64
Figura 2.1.4 – Umidade Relativa anual .....	64
Figura 2.1.5 – Direção predominante do vento .....	64
Figura 2.2.1 – Distribuição dos Planaltos Paranaenses .....	66
Figura 2.4.1 – Hidrografia do Estado do Paraná .....	75
Figura 3.2.1 – Índice de Desenvolvimento Humano na região Sul e São Paulo em 2000	83
Figura 3.2.2 – IDH-M dos municípios da microrregião de Cascavel em 2000.....	84
Figura 3.2.3 – IDHM-Educação na Microrregião de Cascavel em 2000 .....	85
Figura 3.2.4 – IDHM-Longevidade na microrregião de Cascavel em 2000.....	87
Figura 3.2.5 – IDHM-Renda da microrregião de Cascavel.....	89
Figura 4.1.1 – Vista aérea da sede de Três Barras do Paraná .....	107
Figura 4.2.1 – Déficit Habitacional Absoluto.....	113
Figura 4.2.2 – Déficit Habitacional Relativo .....	113
Figura 4.2.3 – Domicílios improvisados .....	114
Figura 4.2.4 – Famílias conviventes .....	114
Figura 4.2.5 – Co-habitação disfarçada.....	115
Figura 5.1.1 – Abastecimento de água na Mesorregião Oeste Paranaense.....	122
Figura 5.2.1 – Esgotamento sanitário na Mesorregião Oeste Paranaense .....	125
Figura 5.4.1 – Coleta de lixo na Mesorregião Oeste Paranaense .....	129
Figura 5.5.1 – Consumo de energia elétrica residencial .....	132
Figura 5.5.2 – Consumo de energia elétrica rural .....	132



---

Figura 5.5.3 – Consumo de energia elétrica comercial.....	133
Figura 5.5.4 – Consumo de energia elétrica industrial .....	133
Figura 6.2.1 – População Adulta Alfabetizada.....	145
Figura 6.2.2 – Frequência escolar .....	146
Figura 6.2.1 – C. E. Princesa Isabel.....	147
Figura 6.2.2 – Ginásio C. E. Princesa Isabel.....	147
Figura 6.2.3 – Escola Estadual Alto Alegre.....	148
Figura 6.2.4 – Escola Estadual Barra Bonita .....	148
Figura 6.2.5 – E. E. Pedro Luiz Messias.....	148
Figura 6.2.6 – E. E. Pedro Luiz Messias.....	148
Figura 6.3.1 – Biblioteca Cidadã .....	152



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1.1 – Evolução da População Urbana e Rural de Três Barras do Paraná – 1970 a 2000 .....	78
Gráfico 3.1.2 – Evolução populacional estimada – Três Barras do Paraná.....	79
Gráfico 3.1.3 – Pirâmide etária da população da Mesorregião Oeste Paranaense – 2000	80
Gráfico 3.1.4 – Pirâmide etária da população de Três Barras do Paraná – 2000 .....	80
Gráfico 4.2.1 – Déficit habitacional segundo classe de renda – 2000 .....	115
Gráfico 6.2.1 – Taxa Bruta de Frequência Escolar Total e em Graduações – município de Três Barras do Paraná – 1991 a 2000.....	146
Gráfico 7.1.1 – Composição por nível escolaridade dos funcionários .....	164
Gráfico 7.3.1 – Arrecadação Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná .....	187
Gráfico 8.1.1 – Pontos positivos segundo a população rural .....	192
Gráfico 8.1.2 – Pontos negativos segundo a população rural .....	192
Gráfico 8.1.3 – Sugestões de melhorias da população rural .....	193
Gráfico 8.1.4 – Pontos positivos segundo a população urbana da sede .....	194
Gráfico 8.1.5 – Pontos negativos segundo a população urbana da sede .....	195
Gráfico 8.1.6 – Sugestão de melhorias da população urbana da sede .....	195
Gráfico 8.1.7 – Pontos positivos segundo a população urbana dos distritos .....	196
Gráfico 8.1.8 – Pontos negativos segundo a população urbana dos distritos .....	197
Gráfico 8.1.9 – Sugestão de melhorias da população urbana dos distritos .....	197



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1.2.1 – Municípios que compõem a Microrregião de Cascavel e população de 2000. ....	55
Tabela 3.1.1 – População Urbana e Rural – Três Barras do Paraná 1970 a 2016. ....	78
Tabela 3.1.2 – Comparativo de Índice de Dependência em Três Barras do Paraná, Microrregião e Mesorregião – 2000. ....	79
Tabela 3.2.1 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano. ....	83
Tabela 3.2.2 – IDHM-Educação na Microrregião de Cascavel – 1991 a 2000. ....	85
Tabela 3.2.3 – IDHM-Longevidade na Microrregião de Cascavel – 1991 a 2000. ....	86
Tabela 3.2.4 – IDHM-Renda na Microrregião de Cascavel – 1991 a 2000. ....	88
Tabela 3.3.1 – PIB a preços correntes e per capita – Três Barras do Paraná, Santa Tereza do Oeste e Catanduvas. ....	91
Tabela 3.3.2 – PIB – Três Barras do Paraná (segundo ramos de atividades) 2004. ....	92
Tabela 3.3.3 – Dados gerais das unidades locais por faixas de pessoal ocupado total, segundo seção da classificação de atividades no município de Três Barras do Paraná. ..	93
Tabela 3.3.4 – Distribuição de Ocupação Total – Três Barras do Paraná (2001-2004). ..	94
Tabela 3.3.5 – Estabelecimentos e empregos por atividade econômica – 2005. ....	94
Tabela 3.3.6 – Ranking - VBP de Três Barras do Paraná em 1997, 2001 e 2005. ....	95
Tabela 3.3.7 – Produção Agrícola Municipal – Soja – Rendimento Médio kg/ha. ....	95
Tabela 3.3.8 – Participação da Soja no Valor da Produção Agropecuária Municipal. ....	96
Tabela 3.3.9 – Produção Agrícola Municipal – Milho - Rendimento Médio kg/ha. ....	96
Tabela 3.3.10 – Participação do Milho no Valor da Produção Agropecuária Municipal. ....	97
Tabela 3.3.11 – Evolução Municipal - Valor da Produção Agropecuária e Valor da Produção. ....	97
Tabela 3.3.12 – Número de estabelecimentos por grupo da atividade econômica e condição legal das terras – Ano 1996 – Três Barras do Paraná. ....	98
Tabela 3.3.13 – Produção Agrícola Municipal – Lavoura Temporária 2004 – 2005. ....	99
Tabela 3.3.14 – Produção Agrícola Municipal – Lavoura Permanente 2004 – 2005. ....	100
Tabela 3.3.15 – Efetivo dos Rebanhos por Tipo de Rebanho (Cabeças) – 2001 a 2004. ....	100
Tabela 3.3.16 - Efetivos de rebanhos e produtos – período de 2002 a 2005. ....	101
Tabela 3.3.17 – Produtos de origem animal. ....	102



Tabela 4.1.1 – Número e área de estabelecimentos rurais segundo categorias de proprietários rurais, Três Barras do Paraná (1996) .....	108
Tabela 4.1.2 – Número de estabelecimentos rurais segundo grupos de área por atividade econômica, Três Barras do Paraná (1996) .....	108
Tabela 4.1.3 – Utilização das terras em área, Três Barras do Paraná (1996) .....	109
Tabela 4.1.4 – Condição legal das terras, Três Barras do Paraná (1996) .....	110
Tabela 4.2.1 – Percentual de Famílias residentes por número de componentes e situação domiciliar – Três Barras do Paraná 2000. ....	111
Tabela 4.2.2 – Percentual de Famílias residentes por condição de ocupação e situação do domicílio – Três Barras do Paraná 2000. ....	112
Tabela 4.2.3 – Conjuntos habitacionais públicos em Três Barras do Paraná. ....	116
Tabela 6.1.1 – Evolução do coeficiente de mortalidade por 100 mil por causa, comparado com as médias da 10ª Regional do Estado – 2002 e 2004 .....	139
Tabela 6.1.2 – Unidades de Atendimento .....	140
Tabela 6.1.4 – Quadro de funcionários .....	143
Tabela 6.2.1 – Comparativo do Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais) de Três Barras do Paraná e Paraná – 1991 a 2000. ....	144
Tabela 6.2.2 – Comparativo do Nível Educacional da População Jovem de Três Barras do Paraná e Paraná – 1991 a 2000. ....	145
Tabela 6.2.3 – Atendimento na rede privada de ensino – Três Barras do Paraná 2006. ....	147
Tabela 6.2.4 – Atendimento na rede municipal de ensino – Três Barras do Paraná 2006. ....	147
Tabela 6.2.5 – Atendimento na rede estadual de ensino – Três Barras do Paraná 2006. ....	147
Tabela 6.2.6 – Quadro de funcionários das escolas municipais – Três Barras do Paraná 2006. ....	149
Tabela 6.2.7 – Atendimentos especializados da Entidade Escola – Três Barras do Paraná – 2007. ....	150
Tabela 7.2.1 – Composição da Receita Municipal – Três Barras do Paraná (Valores em Reais) .....	167
Tabela 7.2.2 - Receita Total Líquida do Município de Três Barras do Paraná – 2002 a 2005 .....	167
Tabela 7.2.3 - Receita Tributária X Receita Corrente – Três Barras do Paraná (Valores em Reais) .....	168
Tabela 7.2.4 – Composição da Receita Corrente – Três Barras do Paraná – 2002 a 2004 (em R\$) .....	168



---

Tabela 7.2.5 – Composição da Receita Corrente – Três Barras do Paraná 2003 a 2005	168
Tabela 7.2.6 – Receitas Próprias do Município de Três Barras do Paraná (Valores em R\$)	169
Tabela 7.2.7 – Participação Percentual de Tributos Municipais na Receita Corrente.....	169
Tabela 7.2.8 – Composição da Despesa Três Barras do Paraná (valores em R\$). ....	170
Tabela 7.2.9 - Gastos com Pessoal X Despesas Totais - Três Barras do Paraná .....	171
Tabela 7.2.10 - Despesas Municipais por Função - Período de 2003 a 2005.....	172
Tabela 7.2.11 – Evolução da Despesa e Receita 2003 – 2005 (Valores em Reais) .....	172
Tabela 7.2.12 - Indicador de Esforço Tributário (Valores em Reais).....	173
Tabela 7.2.13 – Indicador de Dependência (Valores em Reais).....	173
Tabela 7.2.14 - Indicador de Financiamentos dos Gastos (Valores em Reais) .....	174
Tabela 7.2.15 – Indicador de Poupança (Valores em Reais) Período 2003-2005.....	175
Tabela 7.2.16 – Evolução dos Tributos Municipais na Receita Corrente - Três Barras do Paraná (Valores em Reais) – Período de 2003 a 2005 .....	175
Tabela 7.2.17 – Evolução dos Repasses Federais Realizados – 2003 a 2006 (R\$) .....	177
Tabela 7.2.18 – Repasses de Receitas ao Município de TRÊS BARRAS DO PARANÁ – 2002-2005 (R\$) .....	178
Tabela 7.2.19 - Comparativo Valor Adicionado – Ano Base – 2002-2005 (em Reais)...	179
Tabela 7.2.20 – Evolução Valor Adicionado e Produção Agropecuária – 2002-2004.....	180
Tabela 7.2.21 – Valor Adicionado dos Setores da Economia em relação ao Município de Três Barras do Paraná – período 2002-2005.....	181
Tabela 7.2.22 – Participação do Valor Total da Produção Agropecuária (2002 – 2005)	182
Tabela 8.2.1 – Síntese das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades .....	201



## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização no Paraná .....	203
Mapa 2 – Município .....	204
Mapa 3 – Mesorregião Oeste .....	205
Mapa 4 – Microrregião de Cascavel .....	206
Mapa 5 – AMOP.....	207
Mapa 6 – Relações Intermunicipais .....	208
Mapa 7 – Hipsometria Municipal .....	209
Mapa 8 – Declividade Municipal .....	210
Mapa 9 – Hipsometria Urbana .....	211
Mapa 10 – Declividade Urbana .....	212
Mapa 11 – Solos.....	213
Mapa 12 – Cobertura Vegetal .....	214
Mapa 13 – Arborização Urbana .....	215
Mapa 14 – Hidrografia Municipal .....	216
Mapa 15 – Bacias Hidrográficas .....	217
Mapa 16 – Evolução Urbana.....	218
Mapa 17 – Uso do Solo Urbano.....	219
Mapa 18 – Uso do Solo Rural .....	220
Mapa 19 – Conjuntos Habitacionais.....	221
Mapa 20 – Sistema Viário Regional .....	222
Mapa 21 – Sistema Viário Municipal .....	223
Mapa 22 – Sistema Viário Urbano .....	224
Mapa 23 – Abastecimento de Água .....	225
Mapa 24 – Rede de Coleta de Esgoto.....	226
Mapa 25 – Pavimentação.....	227
Mapa 26 – Drenagem.....	228
Mapa 27 – Resíduos Sólidos.....	229
Mapa 28 – Iluminação Pública .....	230



---

Mapa 29 – Equipamentos Urbanos .....	231
Mapa 30 – Equipamentos no Município .....	232
Mapa 31 – Abrangência da Saúde .....	233
Mapa 32 – Abrangência da Educação.....	234



## INTRODUÇÃO

A Avaliação Temática Integrada caracteriza-se por apresentar o diagnóstico municipal, apoiado em dados e informações numéricas e qualitativas, tendo como fonte a Prefeitura Municipal, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Associação de Municípios, Defesa Civil e outros órgãos Estaduais, Federais e Regionais, além de sites específicos.

Serão avaliados os seguintes temas, especializados em mapas correspondentes:

- Aspectos Regionais;
- Aspectos Ambientais;
- Aspectos Sócio-econômicos;
- Aspectos Sócio-espaciais;
- Aspectos de Infra-estrutura;
- Aspectos dos Serviços Públicos;
- Aspectos Institucionais.

Serão elaboradas análises individualizadas de cada informação, sua inter-relação e inserção no contexto geral, o que permite uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais. As análises também estarão acompanhadas de mapas temáticos.

Esta fase se configura como um dossiê da realidade do município de Três Barras do Paraná e das expectativas do Governo Municipal (executivo e legislativo), dos órgãos setoriais específicos e da comunidade local. Todo material subsidiará a formulação das diretrizes e proposições para o desenvolvimento municipal atual e para os próximos 10 anos, regido através da implementação do Plano Diretor Municipal, com a conseqüente atualização e acompanhamento permanente.

# **1. ASPECTOS REGIONAIS**



## 1.1 Município de Três Barras do Paraná

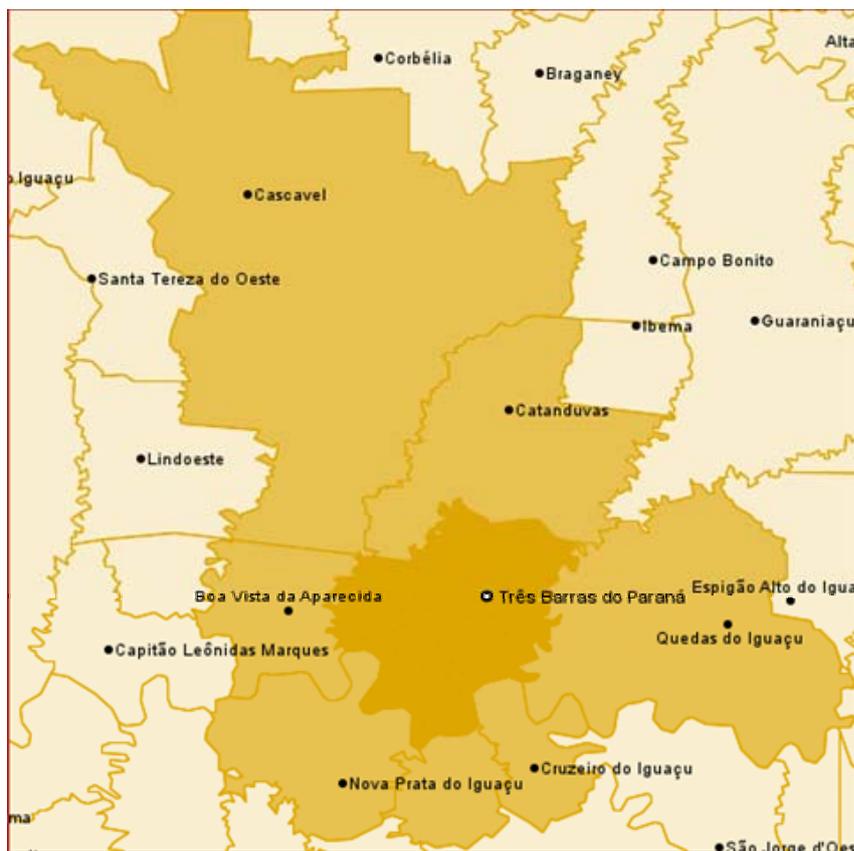
Três Barras do Paraná, segundo dados do IBGE, antigo Distrito de Catanduvás, emancipou-se no dia 13 de maio de 1980 pela Lei Estadual nº 7.305. Seu nome foi escolhido em função da existência de três nascentes localizadas na extensão da Rua Mato Grosso, denominada Vila Alta. Tais riachos encontram-se formando o Rio Três Barras, afluente do Rio Guarani, que, por sua vez, deságua no Rio Iguaçu.

Os primeiros habitantes do local pertencem à família Prestes, proveniente do sul do Brasil, cujo patriarca, Sr. Timóteo Bernardes Prestes, chegou a Três Barras do Paraná entre o final da década de 1940 e início da de 50. Na história do Município, constam lutas violentas produzidas por grileiros, pistoleiros de aluguel e foragidos da justiça, além de brigas eleitorais acirradas que acarretaram mortes. Hoje, Três Barras do Paraná é um município tranquilo, com índice de desenvolvimento humano médio e produto interno bruto acima da média nacional para municípios menores de 15 mil habitantes.

O Município está localizado na porção oeste do Estado do Paraná, em altitude de 657 metros acima do nível do mar, nas coordenadas geográficas de Latitude de 25° 25' 08" Hemisfério Sul e Longitude de 53° 10' 51" Oeste de Greenwich (Mapa 1 – Localização no Paraná). Sua comarca é Catanduvás e possui três distritos: Alto Alegre, Barra Bonita e Santo Isidoro (Mapa 2 – Município). Seu Prefeito atual (gestão 2005 a 2008) é Valdir Bernadino Martinazzo.

A área de Três Barras do Paraná é de 506.959 km<sup>2</sup>, segundo o IBGE, fazendo limite com os municípios de Quedas do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Boa

Esperança do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Boa Vista da Aparecida, Cascavel e Catanduvas (figura 1.1.1).



**Figura 1.1.1 – Municípios limítrofes.**  
**Fonte: MuniNet**

O acesso ao Município acontece principalmente pela PR-471. As principais distâncias da cidade de Três Barras do Paraná são: 80 km de Cascavel e 460 km da capital Curitiba (Mapa 1 – Localização no Paraná).



## 1.2 Região de Três Barras do Paraná

### MESORREGIÃO

Na divisão territorial do IBGE, Três Barras do Paraná pertence à Mesorregião Oeste Paranaense, área que faz fronteira com a Argentina e o Paraguai e possui como principais divisas os rios Piquiri, Paraná e Iguaçu (Mapa 3 – Mesorregião Oeste).

Abrangendo aproximadamente 11,5% do território estadual, segundo o IPARDES, é constituída por 50 municípios, dos quais se destacam Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo, em função de suas dimensões populacionais e níveis de polarização.

### HISTÓRICO

Historicamente a exploração da região iniciou-se em toda a vasta gleba dos Campos de Guarapuava, que se estende do ocidente do Paraná, até a Cidade de Foz do Iguaçu. Na ocasião do povoamento destas terras, a região de Três Barras do Paraná permaneceu desconhecida por alguns anos e somente começou a ser povoada e explorada a partir das entradas das bandeiras paulistas e primeiras expedições espanholas (1888). Foi fundada, então, a Colônia Militar do Iguaçu, que deu origem à Cidade de Foz do Iguaçu, primeiro centro populacional instalado na linha divisória do Brasil com os países Argentina e Paraguai.



Regida por uma legislação específica, a faixa de fronteira, apesar da fertilidade das suas terras e das inesgotáveis riquezas naturais de que é dotada, permaneceu inexplorada e desconhecida até poucos anos.

A urbanização ocorrida na Mesorregião Oeste se deu de forma bastante similar à do próprio Estado do Paraná. Historicamente, a região Oeste constituiu a última fronteira de ocupação do Estado, integrando-se à dinâmica estadual apenas a partir dos anos 70. Sua localização distante da porção leste do território, por onde se iniciou o povoamento do Paraná, e a quase total inexistência de infra-estrutura de comunicação interligando-a ao restante do Estado, foram fatores decisivos que a mantiveram, por tanto tempo, isolada e com baixas densidades populacionais.

A partir da década de 1940, algumas iniciativas governamentais, como a criação do Território Federal do Iguaçu, geraram os primeiros impulsos de ocupação e de exploração econômica da região. Neste processo, duas correntes migratórias se destacaram: a primeira, formada basicamente por agricultores de origem alemã e italiana provenientes das áreas serranas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina em busca de terras férteis e disponíveis, intensificada nos anos 50; e a segunda leva de imigrantes penetrou a região a partir da vasta área cafeeira do Norte paranaense e foi formada, principalmente, por fluxos populacionais liberados das plantações de café à medida que estas iam progressivamente sendo substituídas por outras lavouras ou pela pecuária.

No entanto, foi apenas no final da década de 1950 que a integração e dinamização do Oeste deslancharam, estimuladas pelos primeiros esforços efetivos para implantação de um sistema viário que viabilizou e impulsionou a produção de excedentes para comercialização. A atividade agrícola da região, fundada na boa qualidade dos solos e numa razoável capacidade técnica dos produtores, ampliou-se rapidamente, propiciando incrementos de renda e expansão dinâmica do comércio. Assim, não apenas as áreas rurais experimentaram crescimentos substantivos de população, ao longo desse período, mas também inúmeros núcleos urbanos foram se formando para dar suporte à agricultura em expansão (MAGALHÃES, 2003, p.15-16).

Nesse contexto de acelerado crescimento populacional, a Mesorregião Oeste Paranaense alcançou o início da década de 1970 concentrando cerca de 750 mil habitantes, uma das áreas mais populosas do Estado, particularmente em termos rurais. No entanto, apesar do intenso surgimento de cidades verificado na região no transcorrer do processo de ocupação, seu grau de urbanização, em 1970, ainda situava-se abaixo dos 20%, equiparando-se aos menores do Paraná.

A partir dos anos 70 a região integrou-se rapidamente ao movimento mais amplo de expansão da agricultura moderna que se instaura no Paraná, marcado pela introdução maciça, no campo, de avançadas tecnologias de cultivo, de substituição



de culturas alimentares pela produção de *commodities* e de alterações radicais nas relações de trabalho, todos estes elementos altamente poupadores de mão-de-obra. Desse modo, a região, rapidamente, experimentou um processo intenso de urbanização, estimulado ainda mais pelos efeitos da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, caracterizando-a como uma região de intensa atração migratória e mobilidade espacial da população. Entre 1970 e 1980, a população rural do Oeste decresceu, porém o ritmo de crescimento da população urbana atingiu 12,5% ao ano, o mais elevado dentre as mesorregiões e o dobro da média paranaense. Nas décadas seguintes, a intensidade da perda de população rural e de incremento do meio urbano da região permaneceu superando os níveis estaduais, de sorte que o grau de urbanização, que entre 1970 e 1980 havia saltado de 20% para 50%, prosseguiu incrementando-se aceleradamente, alcançando quase 82% em 2000. Mesmo assim, a Mesorregião, naquele ano, ainda abrigava uma das mais elevadas proporções de população rural do Paraná – 11,8%. (IPARDES – Leituras Regionais 2003 – Mesorregião Oeste Paranaense)

Em 1970, possuía 19,9% da população vivendo nas áreas urbanas, situando-se entre as mesorregiões menos urbanizadas do Paraná, com um grau bastante inferior ao do Estado, então de 36,1%. Em 2000, equiparava-se à média estadual (81,4%), alcançando 81,6% da população nas áreas urbanas.

A rede de cidades da Mesorregião Oeste articula um conjunto de 50 cidades, sendo apenas duas (Foz do Iguaçu e Cascavel) com população urbana e total superior a 200 mil habitantes, e uma (Toledo) na classe subsequente, não tendo atingido ainda 100 mil habitantes. Tais municípios concentram 52,9% da população total mesorregional e 61,5% da urbana. Do restante da população, 18,6% localizam-se em municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes, e 24,2% em municípios com menos de 5 mil habitantes, que têm em Iguatu o extremo inferior (2.255 habitantes).

## **HIERARQUIA MUNICIPAL**

Cascavel pode ser considerado pólo regional, estrategicamente situado no acesso às fronteiras internacionais, comandando um subsistema urbano com vínculos muito estreitos ao principal pólo do Estado, Curitiba. Destaca-se pelo desempenho de funções de alta e média complexidade para o atendimento das demandas regionais. Sua localização geográfica e a extensão da área de influência de sua centralidade atribuem-lhe a condição de articular em sua rede de centros, além de cidades da própria Mesorregião e de mesorregiões vizinhas, centros do Estado de Mato Grosso do Sul, compartilhando sua influência com Dourados (MOURA e WERNECK, 2001). A partir de Foz do Iguaçu, compõe ainda relações intensas com cidades fronteiriças do Paraguai e da Argentina; e Foz do Iguaçu polariza um fluxo de relações urbanas internacionais, destacando-se pelo acúmulo das funções comerciais e de serviços, intensificadas pela



presença do comércio fronteiriço e de um dos mais importantes pólos turísticos nacionais, as Cataratas do Iguaçu.

Essas centralidades polarizam a dinâmica da economia regional, constituindo dois eixos: o eixo "A" estende-se ao longo da rodovia BR-467, entre as cidades de Cascavel e Guaíra, passando por Toledo, Maripá, Palotina e Terra Roxa; e o eixo "B", também polarizado por Cascavel, acompanha um trecho da BR-277, entre Cascavel e Foz do Iguaçu.

## **DESENVOLVIMENTO HUMANO**

A Mesorregião Oeste constrói seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), indicador responsável em expor as desigualdades municipais de forma abrangente e comparativa, destacando 16 de seus 50 municípios em posições acima da média do Estado (0,787), dos quais 11 deles por apresentarem IDH-M superior a 0,800.

Outras formas de evidenciar de modo mais direto o grau de desigualdade social dos municípios da Mesorregião está na mensuração do número de famílias pobres e na obtenção do indicador taxa de pobreza, que se refere ao percentual de famílias com renda familiar mensal per capita até ½ salário mínimo em relação ao número total de famílias residentes na área em estudo. Na Mesorregião Oeste encontram-se 71 mil famílias pobres, o terceiro maior contingente desse segmento, representando 12,0% no Estado. No entanto, comparativamente com as mesorregiões paranaenses, o Oeste desfruta de uma melhor posição quanto ao indicador taxa de pobreza, uma vez que detém proporcionalmente menor número de famílias em patamar de renda muito baixo (21,4%), proporção apenas superior à verificada para as mesorregiões do Norte Central e Metropolitana. Os municípios que se destacam, com taxas de pobreza superiores a 40% são: Braganey, Campo Bonito, Catanduvás, Diamante d'Oeste, Diamante do Sul, Ibema, Lindoeste, Ramilândia e Três Barras do Paraná.

## **INFRA-ESTRUTURA**

### **Saneamento Básico**

Um fator de grande importância no desenvolvimento social é a existência de serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e coleta de resíduos sólidos.

*A disponibilidade de serviços de saneamento, englobando a oferta de água, esgotamento sanitário adequado e coleta de lixo, apresenta-se como mais um indicador das desigualdades sociais pela sua importância em dimensionar o grau de acesso da população a esses serviços, os quais têm efeitos diretos na*

qualidade de vida. (IPARDES Caderno de Desenvolvimento Regional – Mesorregião Oeste Paranaense)

No atendimento desses serviços, a Mesorregião Oeste Paranaense, apresenta descompasso entre a oferta de água e adequado esgotamento sanitário: enquanto que quase 90% dos domicílios urbanos da região são atendidos por rede geral de abastecimento de água, apenas 22,93% são atendidos por rede geral de esgoto, sendo na zona rural pior ainda a situação. Cerca de 10% dos domicílios urbanos da região são atendidos por rede geral de abastecimento de água e apenas 6% são atendidos por rede geral de esgoto (Figuras 1.2.1 e 1.2.2.). A coleta de lixo é bastante satisfatória, dos 50 municípios 23 realizam o serviço em um patamar acima da média regional (96,5%), segundo o Caderno de Desenvolvimento Regional – Mesorregião Oeste Paranaense, elaborado no ano de 2003 pelo IPARDES.

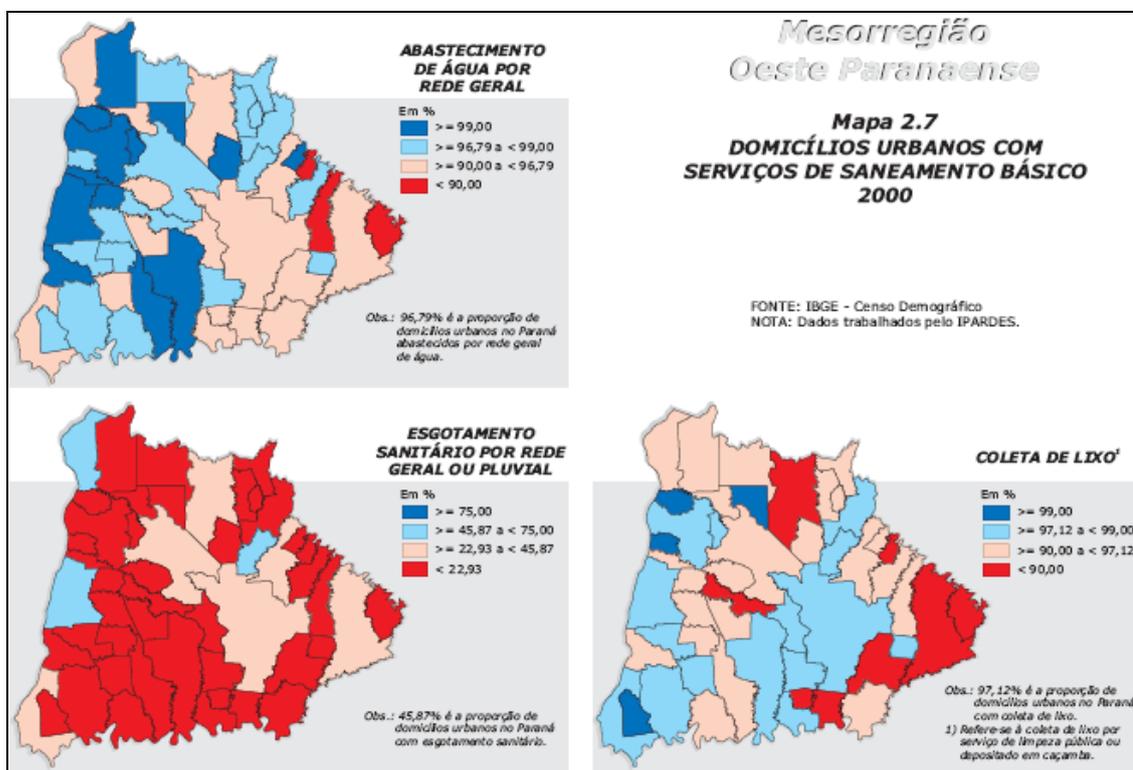


Figura 1.2.1 – Serviços de Saneamento Básico em domicílios urbanos  
Fonte: IPARDES – Caderno de Desenvolvimento Regional – Mesorregião Oeste Paranaense

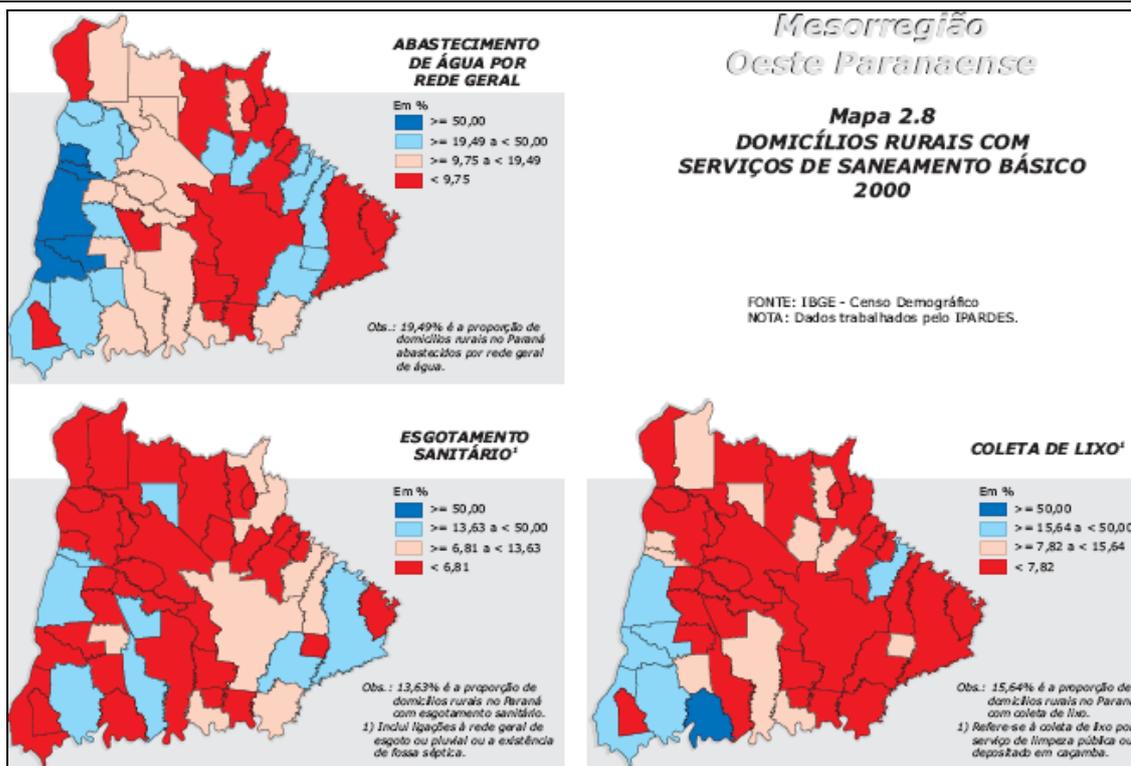


Figura 1.2.2 – Serviços de Saneamento Básico em domicílios rurais

Fonte: IPARDES – Caderno de Desenvolvimento Regional – Mesorregião Oeste Paranaense

## Transportes

O sistema rodoviário da Mesorregião Oeste é formado por uma significativa malha de rodovias e um ramal ferroviário.

*“Seu eixo viário principal, a BR-277, corta o Paraná no sentido leste-oeste, ligando o litoral e o Porto de Paranaguá a Foz do Iguaçu, passando por Curitiba, Guarapuava, Laranjeiras do Sul e Cascavel. Em outra direção, essa rodovia interliga-se com a “Ruta 2” (Rodovia Transparaguaiá), alcançando Assunção; ainda seguindo rumo à fronteira com a Bolívia, pela “Ruta 33”, liga-se a La Paz e a Lima, no Peru. A BR-277 constitui, portanto, parte integrante da Rodovia Transversal Panamericana, possibilitando a esses países acesso a portos brasileiros no Atlântico”. (PARANÁ. Secretaria de Estado dos Transportes, 2003)*

*“Dentro do território da Mesorregião, convergem para a BR-277, em Cascavel, mais duas rodovias federais: a BR-467, proveniente de Toledo, com aproximadamente 46 km, e a BR-369, vinda de Campo Mourão. A segunda também integra o sistema concessionado, possuindo na totalidade 170 km de extensão, sendo aproximadamente 65 km até o Rio Piquiri, que delinea os limites ao norte da Mesorregião”. (VIAPAR, 2003)*

*“Ainda como rodovias federais, a Mesorregião apresenta um pequeno trecho da BR-272, de Guaíra a Umuarama, e dois trechos descontínuos da BR-163, sendo um deles de Toledo a Guaíra, que segue para o Mato Grosso do Sul, e outro de Cascavel até o limite da Mesorregião no Rio Iguaçu, em Barracão, tendo sua continuidade no Estado de Santa Catarina”. (Caderno de Desenvolvimento Regional – Mesorregião Oeste Paranaense, elaborado no ano de 2003 pelo IPARDES)*

A infra-estrutura da região favorece seu desenvolvimento econômico com malha viária atendendo a todos os municípios, sendo recentemente recuperados principais trechos pelo governo estadual. As rodovias federais são complementadas por



uma extensa malha de estradas estaduais e de ligações secundárias, cuja manutenção também garante razoáveis condições de trafegabilidade.

*“A Mesorregião Oeste conta, em seu território, com um trecho da Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A (Ferroeste), que liga Cascavel a Guarapuava, com 248 km em sua extensão total, construída pela empresa de economia mista de mesmo nome – da qual o governo do Estado é o maior acionista. As operações dessa linha tiveram início em 1996. Esta obra possibilitou a integração do Oeste com o Porto de Paranaguá, propiciando uma importante alternativa de transporte de cargas, embora a trafegabilidade ao longo do percurso apresente restrições que impedem sua utilização como opção preferencial”. (Caderno de Desenvolvimento Regional – Mesorregião Oeste Paranaense, elaborado no ano de 2003 pelo IPARDES)*

A consolidação do transporte ferroviário para essa Mesorregião depende fundamentalmente de investimentos na modernização da malha, em seus trechos mais antigos, para potencializar seu uso com trafegabilidade segura até o Porto de Paranaguá.

*“Também é estrategicamente importante a expansão da malha ferroviária, já contemplada em projeto, em trecho que liga o Oeste Paranaense ao Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraguai e norte da Argentina, mediante a construção de dois ramais, a partir de Cascavel: um para Foz do Iguaçu e outro para Guaíra, ambos com 171 km de extensão. A implantação desses segmentos permitiria não só o aumento do poder de competição de diversos setores econômicos do Estado do Paraná, especialmente aqueles voltados para a exportação, como o fortalecimento da integração regional em relação ao Mercosul”. (Caderno de Desenvolvimento Regional – Mesorregião Oeste Paranaense, elaborado no ano de 2003 pelo IPARDES)*

Como sistema hidroviário a região conta com a hidrovía do Rio Paraná, de responsabilidade da Administração da Hidrovía do Rio Paraná (Ahrana), com extensão navegável da ordem de 1.020 km, estendendo-se desde a Usina Hidrelétrica de Itaipu, no município de Foz do Iguaçu, até São Simão (GO) e Iturama (MG). O trecho inserido na Mesorregião situa-se entre a Usina e a entrada do Canal de Navegação, sob a Ponte Rodoviária de Guaíra (Ayrton Senna), e apresenta uma extensão de 170 km com profundidades que variam entre 10 e 180 metros (BRASIL. Ministério dos Transportes, 2002). Com a conclusão das obras da eclusa de Jupιά, no Rio Paraná, e incluindo as vias secundárias alimentadoras, totalizam-se 2.400 km de hidrovias navegáveis transformadas, em 1998, na Hidrovía Tietê-Paraná – a “Hidrovía do Mercosul”.

O sistema aeroportuário da região garante uma abrangente oferta de linhas regulares, destacando o aeroporto internacional de Foz de Iguaçu, além de mais seis aeroportos públicos em: Cascavel, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Palotina e São Miguel do Iguaçu; e mais quatro aeroportos privados em: Santa Terezinha de Itaipu, Palotina, Vera Cruz do Oeste e Foz do Iguaçu.

## **ECONOMIA**

Economicamente, a Mesorregião Oeste se compõe de forma setorial, no que diz respeito à empregabilidade. A ocupação da população economicamente ativa

(PEA) em 2000, era composta por 495 mil pessoas, A estrutura se apresenta de forma setorial, conforme figura 1.2.3.

Os setores mais representativos da Mesorregião, em termos de geração de emprego, são os tradicionais – agroindustrial, industrial e de serviços, além de certos segmentos agroindustriais.

*“A Mesorregião Oeste, dentre as regiões do Estado, é talvez aquela na qual melhor se visualiza o processo de desenvolvimento tecnológico na produção agropecuária. A constituição dos segmentos industriais, principalmente a jusante do setor e através de organizações de cooperativas, bem como a importância das exportações primárias, definiram a dinâmica da economia regional e sua articulação às economias estadual, nacional e mundial”. (Caderno de Desenvolvimento Regional – Mesorregião Oeste Paranaense, elaborado no ano de 2003 pelo IPARDES)*

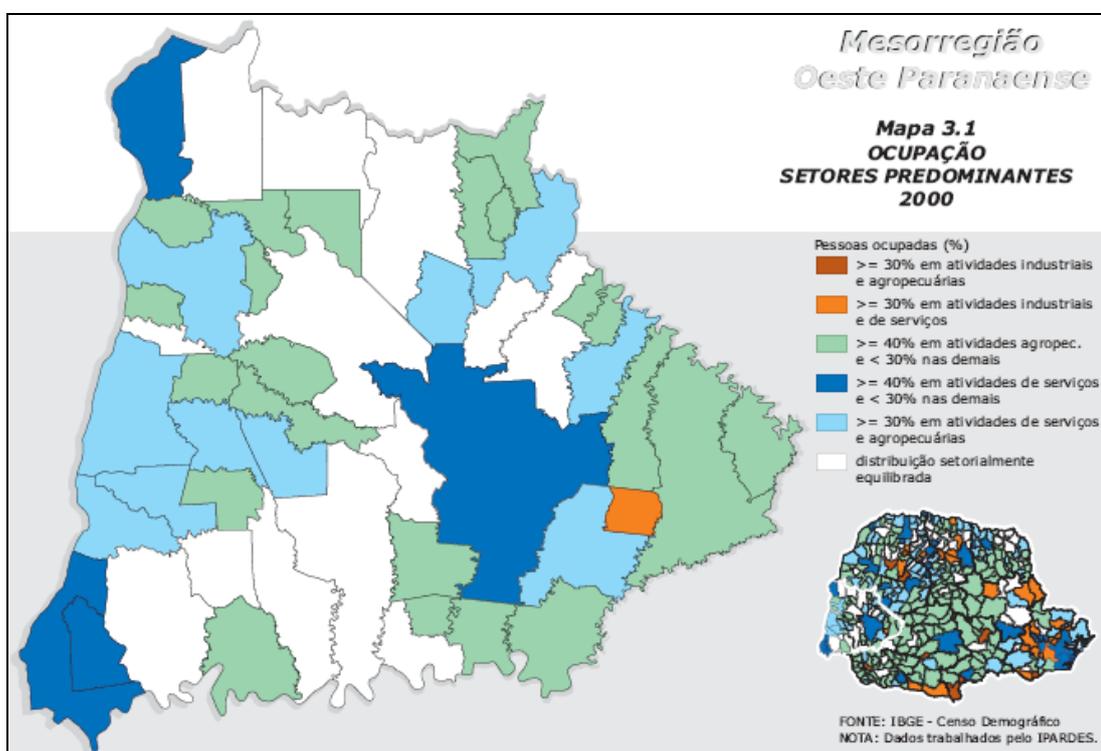


Figura 1.2.3 – Ocupação dos Setores Predominantes

Fonte: IPARDES – Caderno de Desenvolvimento Regional – Mesorregião Oeste Paranaense

## Agropecuária

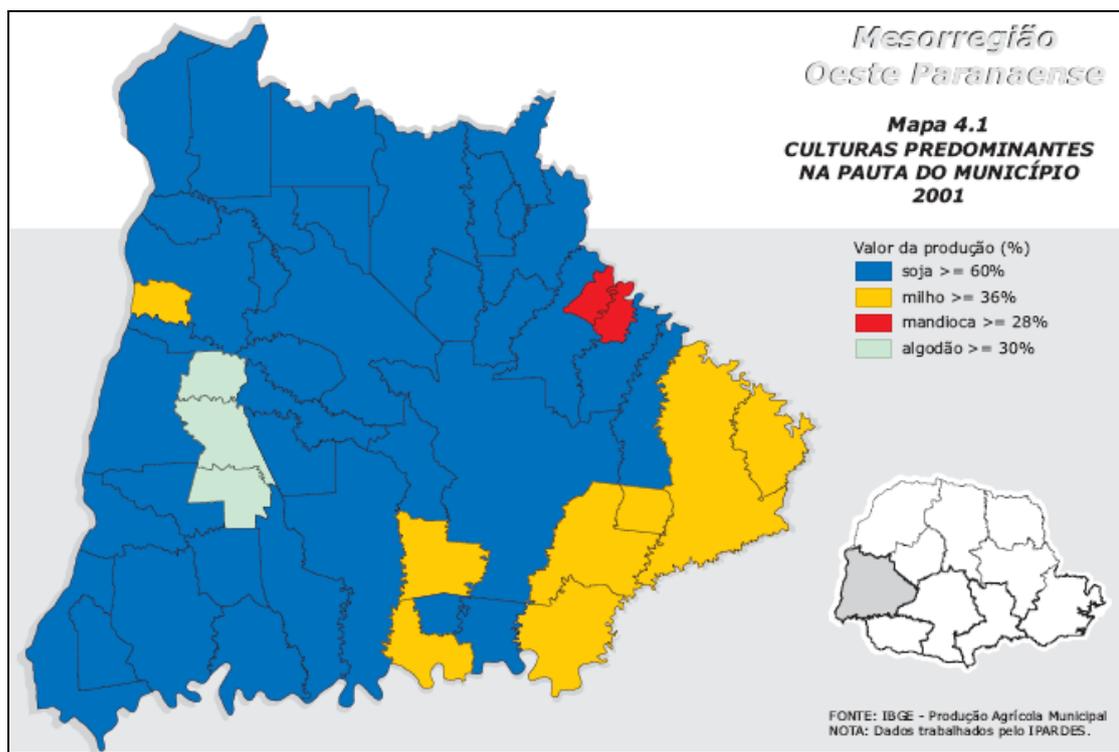


Figura 1.2.4 – Culturas predominantes

Fonte: IPARDES – Caderno de Desenvolvimento Regional – Mesorregião Oeste Paranaense

Verifica-se que de modo geral, na grande maioria dos municípios a pauta agrícola é pouco diversificada e reproduz o padrão concentrado da Mesorregião, com predominância dos cultivos de soja e milho (figura 1.2.4), em 31 dos 50 municípios esses dois produtos representam mais de 70% do valor da produção agrícola, destacando-se Palotina (93,2%) e Entre Rios do Oeste (92,9%), e em apenas sete municípios é inferior a 50%, situando-se no limite os municípios de Anahy (38,9%) e Diamante d'Oeste (23,0%).

## Indústria e Agroindústria

A Mesorregião reúne hoje o maior número de agroindústrias cooperativadas no Estado, criadas em sua maioria ao longo das décadas de 80 e, principalmente, de 90, com estrutura gerencial e de mercado comparada à das grandes empresas do Estado e do país (COOPERATIVISMO, 2002). São elas: Cooperativa Agropecuária de Cascavel (COOPAVEL), com sede em Cascavel; Cooperativa Agroindustrial Lar (ex-COTREFAL), com matriz em Matelândia; Cooperativa Agrícola Consolata (COPACOL), sediada em Cafelândia; Cooperativa Agrícola Mista do Vale do Piquiri (COOPERVALE), com base em Palotina; Cooperativa Central Regional Iguazu (COTRIGUAÇU), que congrega as cooperativas singulares: COOPAVEL, COOPERVALE, COPACOL e Lar, com unidade de armazenamento e terminal no porto de Paranaguá e moinho de trigo na cidade-sede Palotina; e a Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste



(SUDCOOP), em Medianeira (IPARDES, 2003a). O parque industrial da Mesorregião Oeste paranaense é composto de 2.282 unidades industriais e 32.447 trabalhadores ocupados, com uma participação relativa no total de empregos industriais do Estado de 8,7% em 2001.

### **Comércio e Serviço**

A Mesorregião Oeste mostra grande concentração espacial, tanto no que concerne à participação no VAF (Valor Adicionado Fiscal) do Estado quanto na geração de postos de trabalho, embora a quase totalidade dos municípios da Mesorregião tenha registrado agregação de valor em atividades do Setor Comércio, no ano 2000, os valores mais significativos na participação no total setorial do Estado ocorreram em Cascavel (3,5%), Foz do Iguaçu (2,1%), Toledo (0,9%) e Marechal Cândido Rondon (0,6%), que totalizam 74,7% dos postos de trabalho da Mesorregião em 2000, segundo informações da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

### **Turismo**

A Mesorregião compreende municípios que se caracterizam pelo diversificado potencial turístico e pela riqueza ambiental e natural. Esses municípios vêm sendo protegidos pelos Parques Nacionais do Iguaçu e de Ilha Grande. No interior do Parque Nacional do Iguaçu situam-se as Cataratas do Iguaçu, produto turístico tombado pela Unesco como Patrimônio Natural da Humanidade. No entanto, a especialização produtiva regional assenta-se na agroindústria (IPARDES, 2003), o que a torna centro de referência na atividade e, de certa maneira, limita a sua identidade com a atividade turística a poucos municípios da Mesorregião. Embora isto seja pouco divulgado, a Mesorregião Oeste é considerada um dos principais pólos de ecoturismo no Brasil (BNDES, 2000). O complexo Oeste Paranaense, assim classificado pela Embratur, inclui os municípios de Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Santa Helena e Santa Terezinha do Itaipu, com destaque para o Parque Nacional do Iguaçu, e Guaíra, com o sítio arqueológico das Missões Jesuíticas no Parque Nacional de Ilha Grande. Ao analisar os dados da RAIS para a Mesorregião Oeste, percebe-se a concentração espacial e a especialização produtiva do segmento do turismo, o que é claro indicador da clusterização da atividade. Com relação ao total do Estado, o município de Foz do Iguaçu concentra grande parte da infraestrutura hoteleira e de alimentação (4,1% dos estabelecimentos do Paraná), de transportes rodoviário (2,2%) e aéreo (14,6%), de aluguel de automóveis (2,8%), de agências de viagens (10,4%) e de atividades de lazer e recreação (3,3%) (tabelas 4.13 e A.4.26). No ano 2000 a Mesorregião já era destaque no turismo de eventos, perdendo apenas para a Metropolitana de Curitiba. (IPARDES 2003)



## MICRORREGIÃO

Ainda de acordo com a divisão territorial do IBGE, Três Barras do Paraná pertence à Microrregião de Cascavel, com 18 municípios e uma população total de 395.423 habitantes, sendo 245.369 habitantes de Cascavel, conforme a tabela 1.2.1 e (Mapa 4 – Microrregião de Cascavel).

Tabela 1.2.1 – Municípios que compõem a Microrregião de Cascavel e população de 2000.

Município	População total 2000	Município	População total 2000
Anahy	3011	Diamante do Sul	3659
Boa Vista da Aparecida	8423	Guaraniaçu	17204
Braganey	6191	Ibema	5872
Cafelândia	11143	Iguatu	2255
Campo Bonito	5128	Lindoeste	6224
Capitão Leônidas Marques	14377	Nova Aurora	13641
Cascavel	245369	Santa Lúcia	4126
Catanduvas	10421	Santa Tereza do Oeste	10754
Corbélia	15803	Três Barras do Paraná	11822

Fonte: Sistema Nacional de Indicadores Urbanos.

## ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS

Três Barras do Paraná faz parte de duas Associações de Município: a Associação dos Municípios Cantuquiriguaçu e a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP).

### Associação dos Municípios do Oeste do Paraná

Fundada em 1969 e considerada modelo internacional pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em eficiência e gestão, a AMOP mantém programas e iniciativas permanentes em defesa do municipalismo e dos interesses dos municípios da região Oeste do Paraná. É parceira de diversas entidades da sociedade organizada na execução e acompanhamento de programas fundamentais para a melhoria da qualidade de vida da população, atuando em sintonia com as necessidades da comunidade. É composta de 50 municípios (Mapa 5 – AMOP), sendo eles: Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Oeste, Diamante do Sul, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Jesuítas, Itaipulândia, Iracema do Oeste, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis



do Iguçu, Terra Roxa, Três Barras do Paraná, Tupãssi, Toledo e Vera Cruz do Oeste. Atualmente é presidida pelo Sr. Edson Antônio Primon – Prefeito de Matelândia.

A AMOP oferece aos municípios associados assessoria jurídica, de planejamento e de imprensa. Além disso, dispõe de moderno auditório e amplas dependências ao departamento administrativo. Um dos veículos automotores da AMOP está emprestado ao Hospital Universitário, prestando importantes serviços ao Banco de Aleitamento Materno.

A Assessoria Jurídica contribui de forma inestimável para aproximar assessores e procuradores jurídicos das novidades impostas com a entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, promovendo cursos, seminários, palestras e rodas de conversa para a troca de idéias e unificação de procedimentos. Mesma atenção foi dispensada com a aproximação proporcionada pela AMOP junto a prefeitos e conselheiros do Tribunal de Contas do Estado;

A Assessoria de Planejamento elabora gratuitamente projetos para os municípios filiados à entidade, concretizando importantes aspirações que antes não seriam possíveis. São desenvolvidos projetos de caráter urbanístico e social principalmente para as prefeituras de pequeno porte e menor IDH. Também acompanha o andamento de obras executadas pelo governo do Estado através do programa Paraná Urbano.

A Assessoria de Imprensa produz anualmente o Calendário Regional de Eventos, um apanhado das principais festas, confraternizações, exposições e feiras realizadas em todos os 50 municípios da área de abrangência.

### **Associação dos Municípios Cantuquiriguaçu**

A Associação dos Municípios Cantuquiriguaçu foi fundada em 07/08/1984, e tem sua sede instalada em Laranjeiras do Sul. Esta Associação tem por finalidade representar judicial ou extrajudicialmente os municípios de maneira coletiva, bem como promover a integração dos mesmos, visando o desenvolvimento econômico, administrativo e social da região e dos municípios isoladamente. É composta por 20 municípios: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Diamante do Sul, Espigão Alto, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguçu, Reserva do Iguçu, Rio Bonito do Iguçu, Três Barras do Paraná e Virmond.

Margeada pelos rios Iguçu, Piquiri e Cantu, os quais dão origem ao nome Cantuquiriguaçu, conta com sete usinas hidrelétricas, entre as quais: Salto Caxias, Salto Segredo, Salto Santiago, Salto Osório e Foz do Areia, no Rio Iguçu.

A existência da Associação tem proporcionado muitos benefícios à região como um todo, entre eles: asfaltamento de estradas e rodovias, instalação dos Núcleos Regionais de Educação e de Agricultura, agência do Instituto Nacional de Seguro Social



(INSS), em Laranjeiras do Sul; implantação da extensão da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) em Laranjeiras do Sul; criação do consórcio de saúde Associação Intermunicipal de Saúde do Centro do Paraná (ASSISCOP); organização do ônibus para transportar pacientes das cidades da região para tratamento em Curitiba; criação do Plano Diretor de Desenvolvimento envolvendo todos os setores; elevação à categoria de Território pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); criação do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (CONDETEC); e projetos coletivos.

O Plano Diretor Regional teve início a partir da percepção dos prefeitos da região de que a maioria dos municípios vinha sofrendo um esvaziamento demográfico sistemático nos últimos anos, o que ficou evidente quando o IBGE publicou os primeiros dados do censo de 2000. A Associação dos Municípios solicitou apoio ao Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) que, por meio do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), assessorou a elaboração do Plano Diretor em 2002 e 2003.

A primeira ação concreta deste processo foi à escolha de técnicos dos municípios que, após rápido treinamento, articularam os atores sociais para identificar as potencialidades e limitações da região segundo princípios de desenvolvimento local integrado. O Plano Diretor estabeleceu diretrizes para a formulação de programas e projetos estratégicos para os municípios e se constituiu num processo permanente de leitura do ambiente, interno e externo à região, orientando a tomada de decisão dos gestores públicos e privados. Após a formulação inicial do Plano foi organizado o CONDETEC, para gerir o mesmo, com a participação de representantes de todos os segmentos sociais, econômicos e políticos da região.

Em decorrência do Plano Diretor a Associação Cantuquiriguaçu (também chamada de CANTU) foi selecionada como um dos territórios prioritários para atuação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF Infra-estrutura). Em 2004 recebeu investimentos da ordem de R\$ 400.000,00 e em 2005, aproximadamente, outros R\$ 800.000,00. Baseado nas Diretrizes que o Plano estabeleceu, o CONDETEC definiu e priorizou projetos que estão sendo formulados visando captar recursos dos órgãos do governo estadual e federal. Os projetos são formulados e gerenciados no âmbito do CONDETEC. O Plano Diretor e as deliberações do CONDETEC são objetos de debate junto aos segmentos da sociedade representada, de modo a dar conhecimento e colher opiniões e críticas, melhorando, com isso as decisões do Conselho e o processo participativo.

O CONDETEC, órgão de caráter consultivo, normativo e deliberativo da política de desenvolvimento territorial abrange os 20 municípios que integram a região.



Instituído em abril de 2004, é composto por 44 entidades que representam os segmentos público, privado e não-governamental da região, secretaria executiva, câmaras setoriais (educação, saúde e promoção social, infra-estrutura, agricultura, turismo), assessoria de planejamento e articulador territorial, e tem por objetivo:

I - Contribuir para a organização das ações voltadas para o desenvolvimento territorial, considerando as suas diversas dimensões e setores;

II - Articular as políticas públicas do Território, através da integração das instituições públicas e privadas que representam a comunidade organizada da região de abrangência da Cantuquiriguaçu, visando concentrar esforços e recursos voltados para o desenvolvimento harmônico;

III - Acompanhar o desenvolvimento dos programas governamentais e não governamentais voltados ao desenvolvimento sustentável do Território;

IV - Estimular o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social, visando otimizar os esforços e fortalecer o desenvolvimento sustentável;

V - Propor a adequação da legislação sanitária, ambiental, tributária e fiscal visando fortalecer a micro e pequena agroindústria e o desenvolvimento sustentável;

VI - Promover a elaboração e atualização do Plano Diretor Regional para o Desenvolvimento dos Municípios da Cantuquiriguaçu e acompanhar a implantação das ações, programas e projetos previstos nele, sugerindo a adoção de medidas corretivas, quando for o caso;

VII - Articular-se com outros conselhos setoriais no âmbito estadual e federal, como o Conselho Estadual e Federal de Desenvolvimento, buscando a cooperação mútua e o estabelecimento de estratégias comuns para o fortalecimento da participação, bem como o controle social das políticas públicas;

VIII - Promover a realização de estudos, debates, pesquisas e seminários sobre os temas de interesse para o desenvolvimento territorial;

IX - Propor políticas estruturantes para o desenvolvimento sustentado;

X - Desenvolver, em parceria com organismos governamentais e não governamentais mecanismos de acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas com o desenvolvimento sustentável;

XI - Promover a divulgação das potencialidades e oportunidades que a região oferece, visando atrair novos empreendimentos e investimentos, de acordo com as opções estratégicas definidas para a Região;

Foram realizados investimentos no território através da associação em: Cadeia Leiteira; Centro de Comercialização; Casas Familiares Rurais; Estruturação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); Plantas Medicinais;



---

Saberes da Terra; Redes de Referência; Regularização Fundiária; Moradia de Baixa Renda; Vinicultura; Agroecologia; Capacitação; Biodiesel; e Planejamento Estratégico.

São necessários ainda diversos outros projetos que promovam a inclusão social, geração de emprego e renda, infra-estrutura (recuperação e abertura de estradas), na área do meio ambiente. Ainda, devem ser firmadas parcerias para que as ações estratégicas, apontadas pelo Plano Diretor e organizadas pelos macro-programas, possam gerar uma dinâmica no território que dê sustentabilidade ao seu processo de transformação, principalmente ações de resgate da cidadania e de acesso às políticas públicas existentes.



## 1.3 Relações Intermunicipais

A proximidade territorial do município de Três Barras do Paraná com a cidade pólo da região, Cascavel, contribuem para algumas relações de dependência. Isto se reflete nos setores de educação, saúde, comércio, serviços e produtos especializados e no setor de emprego, já que muitos moram em Três Barras do Paraná e trabalham em Cascavel.

Na área da Educação, Três Barras do Paraná utiliza-se do ensino técnico profissionalizante e ensino superior principalmente de Cascavel (Mapa 6 – Relações Intermunicipais).

No setor de saúde o Município possui dependência maior de Cascavel para urgências e emergências de alta complexidade e atendimentos às cotas do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná (CISOP) e Sistema Único de Saúde (SUS). O serviço de saúde de Três Barras do Paraná é utilizado também pelo município de Boa Vista da Aparecida (Mapa 6 – Relações Intermunicipais). Observa-se que a cidade apresenta boa cobertura do Programa Saúde da Família (PSF), que oferece às famílias, serviços de saúde preventiva e curativa em suas próprias comunidades e resulta em melhorias importantes nas condições de saúde da população.

Na relação de empregos, alguns moradores de Três Barras do Paraná trabalham em Catanduvas e Cascavel, configurando uma malha de migração pendular entre as cidades descritas acima (Mapa 6 – Relações Intermunicipais).

Quanto ao lazer, área bastante deficiente segundo os municípios de Três Barras do Paraná, há carência de "shopping", boates, teatros, cinemas e pontos de



---

diversão encontrados apenas em Cascavel. Em contrapartida, Três Barras do Paraná é procurada para lazer pelos moradores de Cascavel e Catanduvas (Mapa 6 – Relações Intermunicipais).

Em relação ao Poder Judiciário, Três Barras do Paraná faz parte da Comarca de Catanduvas.

## **2. ASPECTOS AMBIENTAIS**



## 2.1 Clima

O clima de Três Barras do Paraná segundo a classificação de Köppen é do tipo Cfa, sendo subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes e geadas pouco frequentes, com tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida (figura 2.1.1).

A temperatura média do município de Três Barras do Paraná é de 20 graus centígrados (figura 2.1.2), sendo que, as temperaturas nos meses mais quentes são superiores a 23°C e as dos meses mais frios inferior a 16°C.

O volume de chuva varia entre 1800 a 2000 mm ao ano (figura 2.1.3). A umidade relativa do ar tem uma média anual de 75 a 80% (figura 2.1.4).

Segundo dados do Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR), os ventos predominantes na região próxima a Três Barras do Paraná têm Nordeste como direção de maior frequência anual. (figura 2.1.5)

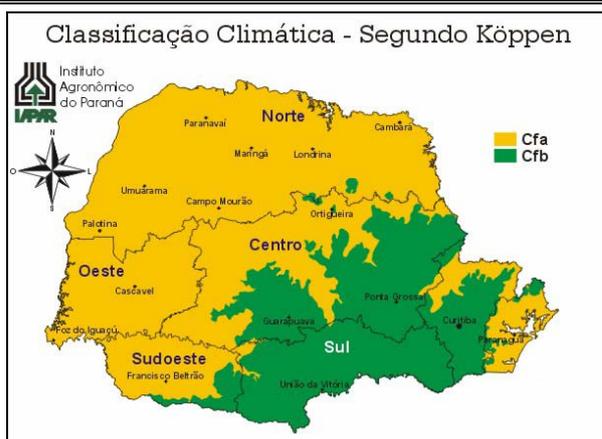


Figura 2.1.1 – Classificação climática  
 Fonte: IAPAR

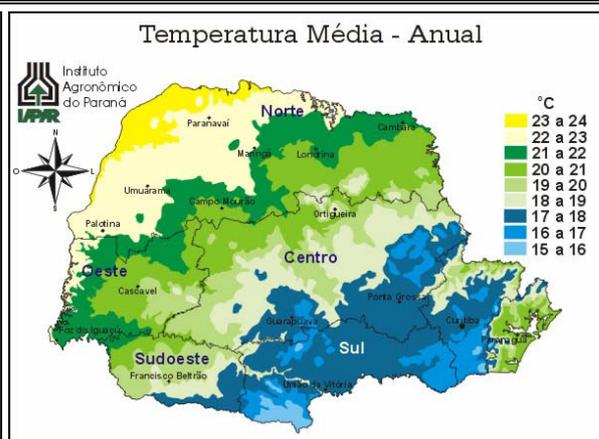


Figura 2.1.2 – Temperatura média anual  
 Fonte: IAPAR

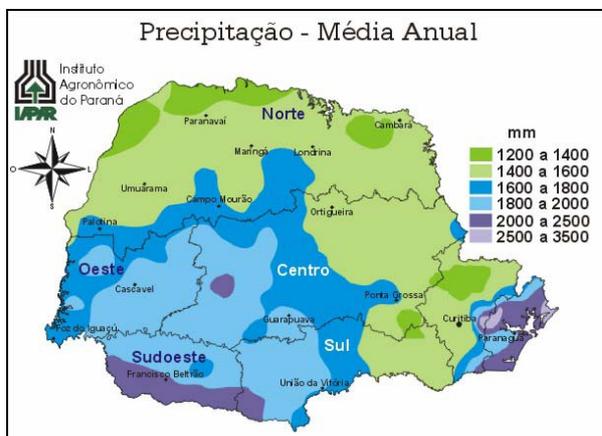


Figura 2.1.3 – Precipitação média anual  
 Fonte: IAPAR

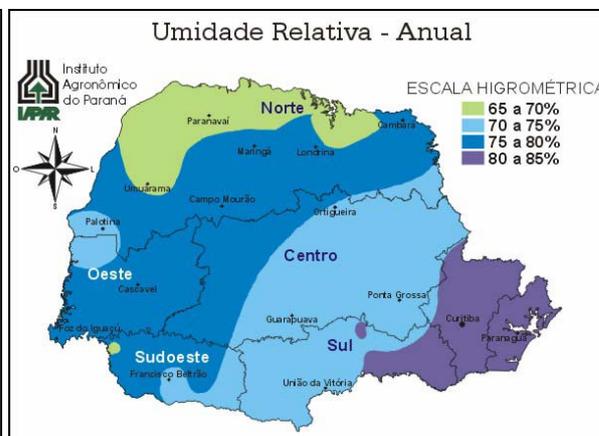


Figura 2.1.4 – Umidade Relativa anual  
 Fonte: IAPAR



Figura 2.1.5 – Direção predominante do vento  
 Fonte: IAPAR



## 2.2 Solo

### RELEVO

A altitude varia bastante no Município, abrangendo um intervalo de 300 a 720 metros (Mapa 7 – Hipsometria Municipal). As cotas mais baixas estão às margens do Rio Iguaçu, ao sul do território municipal, e também em boa parte do fundo de vale do Rio Adelaide. As mais altas se localizam ao norte, no divisor de águas entre as sub-bacias dos rios Guarani e Adelaide.

O relevo caracteriza-se por terreno acidentado, com declividades expressivas nos vales (Mapa 8 – Declividade Municipal). Apresenta poucas áreas mais planas, cuja declividade varie entre 0 e 10%, formadas somente pelos topos de morro arredondados. Estes se situam no divisor de águas já citado entre os rios Guarani e Adelaide, onde também se encontra a sede de Três Barras do Paraná.

Na área urbana as cotas de altitude estão no intervalo de 570 a 510 metros acima do nível do mar. O relevo caracteriza-se por ser moderadamente acidentado, com áreas mais baixas ao norte e ao sul da malha urbana, próximas aos córregos Três Barras e Trigolândia. As cotas mais altas encontram-se no centro da malha urbana, ao longo do eixo formado por sua avenida principal, a Avenida Brasil. (Mapa 9 – Hipsometria Urbana)

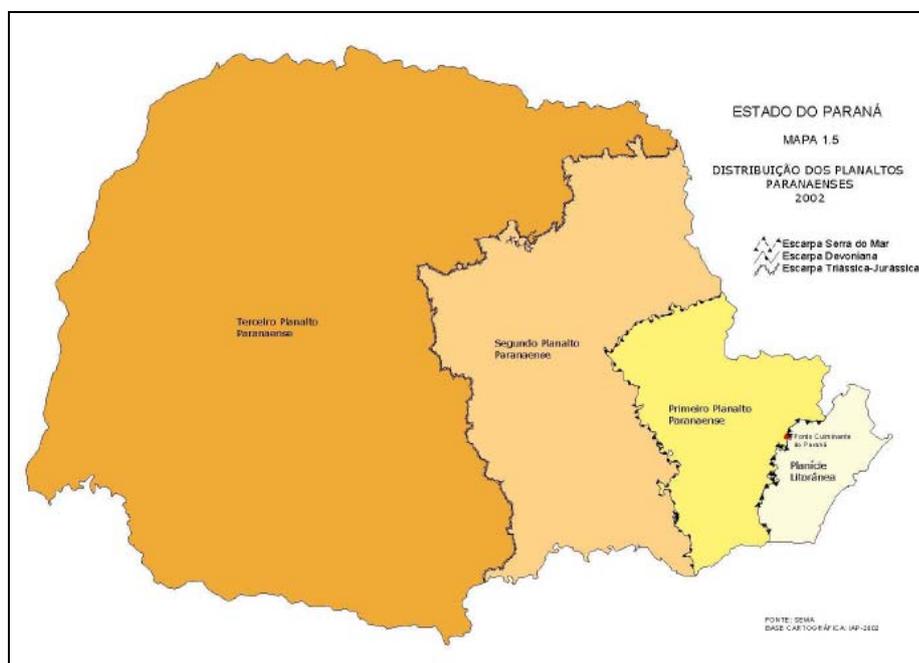
A declividade em quase toda área da malha é menor do que 15%, havendo alguns trechos dos fundos de vale com declividades maiores, chegando até 30%, principalmente próximo ao Córrego Três Barras. O vale do Trigolândia apresenta vertentes íngremes somente fora da malha, como pode ser observado no Mapa 10 –

Declividade Urbana. É fundamental a preservação destas áreas, incluindo a recuperação das matas ciliares, para evitar problemas de erosão.

Os melhores sítios para fins de expansão da cidade podem ser encontrados primeiramente a oeste da malha urbana, continuidade da Avenida Brasil, e, secundariamente, ao sul, atravessando-se o Córrego Trigolândia – áreas indicadas no Mapa 10 – Declividade Urbana. Já o distrito de Alto Alegre situa-se em porção onde predominam declividades acentuadas, de 15 a 30%, impróprias para edificação. Os outros dois Distritos, Barra Bonita e Santo Isidoro estão locados em sítios relativamente planos, com declividades de até 15%.

## GEOMORFOLOGIA

A região de Três Barras do Paraná localiza-se no Terceiro Planalto Paranaense (planalto do Trapp do Paraná) ou Planalto de Guarapuava, limitado, a leste, pela serra da Boa Esperança ou escarpa triássico-jurássica. Caracteriza-se pela uniformidade e pela presença de derrames vulcânicos de lavas basálticas e areníticas, extensos e espessos (até 500 metros), sendo composto por rochas básicas da era Mesozóica (formada entre 230 e 65 milhões de anos).



**Figura 2.2.1 – Distribuição dos Planaltos Paranaenses**  
Fonte: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA)

## CLASSIFICAÇÃO DOS SOLOS

A classificação dos solos, que vem a seguir, foi elaborada pelo Centro Nacional de Pesquisa de Solos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária



(EMBRAPA\*), concluído e publicado no ano de 1999, através do título, "Sistema Brasileiro de Classificação de Solos". Através destes estudos e do Mapa 11 – Solos, verifica-se a predominância no município de Três Barras do Paraná dos seguintes tipos de solos:

### **Latossolos**

Conceitos – compreende solos constituídos por material mineral, com horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer um dos tipos de horizonte diagnóstico superficial, exceto H hístico.

São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos, como resultado de enérgicas transformações no material constitutivo (salvo minerais pouco alteráveis). Os solos são virtualmente destituídos de minerais primários ou secundários menos resistentes aos intemperismo, e têm capacidade de troca de cátions baixa, inferior a 17 cmolc/kg de argila sem correção para carbono, comportando variações desde solos predominantemente caulíníticos, com valores de  $k_i$  mais altos, em torno de 2,0 admitindo o máximo de 2,2, até valores oxidicos de  $k_i$  extremamente baixo.

Variam de fortemente a bem drenados, embora ocorram variedades que têm cores pálidas, de drenagem moderada ou até mesmo imperfeitamente drenados, transicionais para condições de maior grau de gleização.

São normalmente muito profundos, sendo a espessura do solum raramente inferior a um metro. Têm seqüência de horizontes A, B, C, com pouca diferenciação de horizontes, e transições usualmente difusas ou graduais. Em distinção as cores mais escuras do A, o horizonte B tem aparência mais viva, as cores variando desde amarelas ou mesmo brunoacinzentadas até vermelho-escuro-acinzentadas, nos matizes 2,5YR a 10YR, dependendo da natureza, forma e quantidade dos constituintes – mormente dos óxidos e hidróxidos de ferro – segundo condicionamento de regime hídrico e drenagem do solo, dos teores de ferro na rocha de origem e se a hematita é herdada dele ou não. No horizonte C, comparativamente menos colorido, a expressão cromática é bem variável, mesmo heterogênea, dada a natureza mais saprolítica. O incremento de argila do A para o B é pouco expressivo, e a relação textural B/ Anão satisfaz os requisitos para B textural. De um modo geral, os teores da fração argila no solum aumentam gradativamente com a profundidade, ou permanecem constantes ao longo do perfil. Tipicamente é baixa a mobilidade das argilas no horizonte B, ressalvados comportamentos atípicos, de solos desenvolvidos de material arenoso quartzoso, de constituintes orgânicos com  $\Delta pH$  positivo ou nulo.

São em geral, solos fortemente ácidos, com baixa saturação por bases, Distrórficos ou Álicos. Ocorrem, todavia solos com média e até mesmo alta saturação por

\* Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Sistema Brasileiro de Classificação de Solos, 1999.



bases, encontrados geralmente em zonas que apresentam estação seca pronunciada, semi-áridas ou não, como, também, em solos formados a partir de rochas básicas.

São típicos da região equatoriais e tropicais, ocorrendo também em zonas subtropicais, distribuídos, sobretudo, por amplas e antigas superfícies de erosão, pedimentos ou terraços fluviais antigos, normalmente em relevo plano e suave ondulado, embora possam ocorrer em áreas mais acidentadas, inclusive em relevo montanhoso. São originados a partir das mais diversas espécies de rochas, sob condições de clima e tipos de vegetação os mais diversos.

Definições – solos constituídos por material mineral, apresentando horizonte B latossólico, imediatamente abaixo de qualquer tipo de horizonte A, dentro de 200 cm da superfície do solo ou dentro de 300 cm, se o horizonte A apresenta mais que 150 cm de espessura.

Abrangências – nesta classe estão incluídos todos os Latossolos, executadas algumas modalidades anteriormente identificadas, como Latossolos plínticos.

### **Neossolo**

Conceitos – compreende solos constituídos por material mineral ou por material orgânico pouco espesso com pequena expressão dos processos pedogenéticos em consequência da baixa intensidade de atuação destes processos, que não conduziram, ainda, a modificações expressivas do material originário, de características do próprio material, pela sua resistência ao intemperismo ou composição química, e do relevo que podem impedir ou limitar a evolução desses solos.

Possuem seqüência de horizonte A-R, A-C-R, A-Cr-R, A-Cr, A-C, O-R ou H-C sem atender, contudo, os requisitos estabelecidos para serem enquadrados nas classes dos Chernossolos, Vertissolos, Plintossolos, Organossolos ou Gleissolos. Esta classe admite diversos tipos de horizontes superficiais, incluindo o horizonte O ou H hístico, com menos de 30 cm de espessura quando sobrejacente à rocha ou a material mineral.

Alguns solos têm horizonte B com fraca expressão dos atributos (cor, estrutura ou acumulação de minerais secundários e/ ou colóides), não se enquadrando em qualquer tipo de horizonte B diagnostico.

Definição – solos constituídos por material mineral ou por material orgânico com menos de 30 cm de espessura, não apresentando qualquer tipo de horizonte B diagnostico e satisfazendo os seguintes requisitos:

- Ausência de horizonte glei, exceto no caso de solos com textura areia ou areia franca, dentro de 50 cm da superfície do solo, ou entre 50 e 120 cm de profundidade, se os horizontes sobrejacentes apresentam mosqueados de redução em quantidade abundante;
- Ausência de horizonte vértico imediatamente abaixo de horizonte A;



- Ausência de horizonte plintico dentro de 40 cm, ou dentro de 200 cm da superfície se imediatamente abaixo de horizontes A, E ou precedidos de horizontes de coloração pálida, variegada ou com mosqueados em quantidade abundante, com uma ou mais das seguintes cores:
- Matiz 2,5Y ou 5Y ou;
- Matizes 10YR a 7,5YR com cromas baixos, normalmente iguais ou inferiores a 4, podendo atingir 6, no caso de matiz 10YR;
- Ausência de horizonte A chernozêmico conjulgado a horizonte cálcio ou C carbonático.

Abrangência – nesta classe estão incluídos os solos que foram reconhecidos pela Embrapa Solos como: Litossolos e Solos Litólicos, Regossolos, Solos Aluviais e Areias Quartzosas (Distróficas, Marinhas e hidromórficas). Solos A-C com caráter sálico pertencem a classe dos Gleissolos, pois todos os Solonchacks (identificados no país) têm horizonte glei.

Pertencem ainda a esta classe solos com horizonte A ou hísticos, com menos de 30 cm de espessura, seguidos de camada(s) com 90% ou mais (expresso em volume) de fragmentos de rocha ou do material de origem, independente de sua resistência ao intemperismo.

### **Nitossolos**

Conceitos – compreende solos constituídos por material mineral ou por material orgânico pouco espesso com pequena expressão dos processos pedogenéticos em consequência da baixa intensidade de atuação destes processos, que não conduziram, ainda, a modificações expressivas do material originário, de características do próprio material, pela sua resistência ao intemperismo ou composição química, e do relevo que podem impedir ou limitar a evolução desses solos.

Possuem seqüência de horizonte A-R, A-C-R, A-Cr-R, A-Cr, A-C, O-R ou H-C sem atender, contudo os requisitos estabelecidos para serem enquadrados nas classes dos Chernossolos, Vertissolos, Plintossolos, Organossolos ou Gleissolos. Esta classe admite diversos tipos de horizontes superficiais, incluindo o horizonte O ou H hístico, com menos de 30 cm de espessura quando sobrejacente à rocha ou a material mineral.

Alguns solos têm horizonte B com fraca expressão dos atributos (cor, estrutura ou acumulação de minerais secundários e/ ou colóides), não se enquadrando em qualquer tipo de horizonte B diagnóstico.

Definição – solos constituídos por material mineral ou por material orgânico com menos de 30 cm de espessura, não apresentando qualquer tipo de horizonte B diagnóstico e satisfazendo os seguintes requisitos:



- Ausência de horizonte glei, exceto no caso de solos com textura areia ou areia franca, dentro de 50 cm da superfície do solo, ou entre 50 e 120 cm de profundidade, se os horizontes sobrejacentes apresentam mosqueados de redução em quantidade abundante;
- Ausência de horizonte vértico imediatamente abaixo de horizonte A;
- Ausência de horizonte plintico dentro de 40 cm, ou dentro de 200 cm da superfície se imediatamente abaixo de horizontes A, E ou precedidos de horizontes de coloração pálida, variegada ou com mosqueados em quantidade abundante, com uma ou mais das seguintes cores: matiz 2,5Y ou 5Y ou matizes 10YR a 7,5YR com cromas baixos, normalmente iguais ou inferiores a 4, podendo atingir 6, no caso de matiz 10YR;
- Ausência de horizonte A chernozêmico conjulgado a horizonte cálcio ou C carbonático.

Abrangência - nesta classe estão incluídos os solos que foram reconhecidos pela Embrapa Solos como: Litossolos e Solos Litólicos, Regossolos, Solos Aluviais e Areias Quartzosas (Distróficas, Marinhas e hidromórficas). Solos A-C com caráter sálico pertencem à classe dos Gleissolos, pois todos os Solonchacks (identificados no país) têm horizonte glei.



## 2.3 Cobertura Vegetal

Segundo o IBGE, o Paraná apresenta oito regiões fitogeográficas típicas: Floresta Ombrófila Densa (Floresta Atlântica), Floresta Ombrófila Mista (Floresta com Araucária), Floresta Estacional Semidecidual (Floresta Semicaducifólia ou, segundo Reinhard Maack, Floresta Pluvial), Estepe (Campos Limpos), Savana (Campos Cerrados), Formações Pioneiras (com influência marinha – praias e restingas; com influência flúvio-marinha – manguezais e várzeas; com influência fluvial – comunidades aluviais, charco úmido), Áreas de Tensão Ecológica (onde há interpenetração de floras) e Refúgios Vegetacionais (Relíquias – Regiões Altas das Serras). Todas são consideradas patrimônio da humanidade, abrigando muitas espécies raras e/ou ameaçadas de extinção. O território de Três Barras do Paraná se enquadra tanto na Floresta Ombrófila Mista como na Floresta Estacional Semidecidual.

A política ambiental do Município bem como do Estado do Paraná foi marcada por ações pontuais sem considerar uma visão holística capaz de permitir uma adequada conservação dos ambientes naturais e suas comunidades bióticas. Por outro lado, tornou-se crescente o entendimento de setores da sociedade de que a conservação das matas ciliares é fundamental para a harmonização entre os sistemas produtivos e o modo de vida das populações humanas, para preservar a importância vital do recurso água e das espécies nativas da flora e fauna. Por conseguinte, muitas ações em favor da recuperação e preservação da vegetação ciliar foram e continuam sendo desenvolvidas por cidadãos, instituições e entidades, agentes que se sentem responsáveis pela manutenção desses ecossistemas naturais. A Lei Federal nº 4.771/65 – Código Florestal



Brasileiro define que a mata ciliar tem a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e de flora, bem como proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Essa Lei estabelece, ainda, que as florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as devidas limitações legais.

O município de Três Barras do Paraná, em relação a remanescentes florestais, possui o Parque Estadual Guarani, criado em 19 de setembro de 2000, pelo decreto nº 2.322. A área, que apresenta 2.235 ha, constitui importante habitat da fauna nativa e diversificada, principalmente porque se insere em um dos três corredores de biodiversidade do estado do Paraná, o Corredor de Biodiversidade Iguaçu-Paraná. (Mapa 12 – Cobertura Vegetal)

O Parque representa potencial econômico para a população local devido a seu valor turístico. Ao mesmo tempo, os cuidados inerentes à sua preservação – que se estendem muito além do limite do maciço vegetal – impõem restrições a atividades que podem prejudicar o equilíbrio do meio físico (ar, água, solo e seres vivos).

A reserva legal é uma das grandes preocupações do Município, pois os proprietários rurais não têm respeitado esta área e, portanto, em muitas propriedades não se encontra os 20% com cobertura vegetal original, o que seria o mínimo exigido por lei. Muitas das áreas devastadas se encontram ao longo dos cursos d'água – matas ciliares – e em locais de grande declividade, o que tem agravado os processos erosivos no território municipal.

## **ARBORIZAÇÃO URBANA**

A arborização urbana, além da função paisagística, contribui significativamente na melhoria da qualidade do ambiente urbano, desde que bem planejada e adequada aos demais elementos da cidade.

As árvores auxiliam no processo de purificação do ar pela fixação de poeiras e gases tóxicos e pela reciclagem de gases através dos mecanismos fotossintéticos; promovem melhoria do microclima da cidade, pela retenção da umidade do solo e do ar e pela geração de sombra, evitando que os raios solares incidam diretamente sobre os espaços urbanos; reduzem a velocidade do vento; influenciam no balanço hídrico, favorecendo a infiltração da água no solo e provocando evapotranspiração mais lenta; proporcionam abrigo à fauna, propiciando uma variedade maior de espécies, conseqüentemente influenciando positivamente para maior equilíbrio das cadeias alimentares e diminuição de pragas e agentes vetores de doenças; além de amortecerem ruídos. Outra função importante da arborização que acompanha o sistema



viário das cidades é seu préstimo como corredor ecológico, interligando as áreas livres vegetadas da cidade, como praças e parques. Além disso, em muitas ocasiões, uma árvore defronte a residência confere uma identidade particular e propicia o contato direto dos moradores com um elemento natural significativo, considerando todos os seus benefícios.

Na área central a arborização urbana é constituída basicamente por legustros. No restante da cidade foram observadas diversas espécies, plantadas sem critério algum quanto ao crescimento ou ao sistema radicular, o que gera problemas à fiação elétrica e quebra do pavimento das calçadas. Existem, em alguns pontos, árvores frutíferas. (Mapa 13 – Arborização Urbana)

Dos problemas relativos à arborização, observou-se que têm ocorrido aos poucos eliminações dos espécimes pelos proprietários dos imóveis. Sendo que nos locais ainda não alcançados por esse processo, as árvores entram em conflito com a iluminação pública. As podas são feitas indiscriminadamente pelos moradores, apesar da Secretaria de Serviços Urbanos, em parceria com a Companhia Paranaense de Energia (COPEL), realizar tal serviço na cidade sempre que há interferência na rede de eletricidade. Não acontecem ações que proíbam a mutilação das árvores, tampouco plano municipal concernente à arborização. A COPEL desenvolveu e implantou um Guia de Arborização Urbana cujo objetivo é orientar os municípios e as comunidades a realizarem um planejamento de arborização para ampliar os benefícios à população e reduzir os problemas de ordem ambiental. Também presta orientação técnica referencial sobre arborização, disseminando informações relativas, mais especificamente, ao plantio adequado de uma árvore na calçada, área mínima do solo para absorção de água, distância entre as árvores nas ruas, porte e tipos de árvores para uma boa convivência sob a rede elétrica.

Em função da importância da arborização urbana em todos os seus aspectos, é fundamental iniciar e desenvolver ações para reduzir os problemas, conflitos e interferências causadas por ela quando da sua implantação não planejada.



## 2.4 Hidrografia

O sistema hidrográfico do Paraná está dividido em duas bacias, sendo a Atlântica com rios desaguando diretamente no Oceano Atlântico e a do Rio Paraná com seus afluentes principais (Rio Paranapanema, Piquiri, Iguaçu e Ivaí) percorrendo o sentido leste-oeste (figura 2.4.1).

Quanto às subdivisões dentro do Estado, o município de Três Barras do Paraná está dentro da bacia do Rio Iguaçu, sendo por este banhado em sua divisa sul. Neste foi construída a Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, formando a represa que hoje representa potencial não só energético, como também turístico, de lazer e pesca.

Os principais corpos d'água de Três Barras do Paraná (Mapa 14 – Hidrografia Municipal) são os rios Adelaide, Guarani e Tormenta, que deságuam no Rio Iguaçu. Todos estes definem limites do Município: o Rio Adelaide ao noroeste com o município de Catanduvas; o Rio Guarani a leste com Quedas do Iguaçu; e o Rio Tormenta a oeste com Boa Vista da Aparecida. A Sanga dos Porcos e os córregos Barra Bonita, Santo Isidoro, Três Barras e Trigolândia têm relevância dentro de estudos sobre o Município por atravessarem áreas urbanas, sabendo que estas aglomerações humanas tendem a ocasionar problemas como poluição e assoreamento. Dentro do perímetro urbano de Três Barras do Paraná, os corpos d'água não são respeitados por sua importância ambiental, de suprimento das necessidades humanas básicas (Mapa 17 – Uso do Solo Urbano). Há ocupação de praticamente toda a área de preservação, inclusive de nascentes (faixas de 30 m laterais a contar do eixo do corpo d'água e círculo de raio igual a 50 m com centro no olho d'água). O córrego Trigolândia é o abastecedor da

sede municipal, e também recebe águas provenientes das lagoas de tratamento de esgoto localizadas às suas margens. Além dessas questões, existem muitos cemitérios próximos a córregos em todo município, sendo que aquele sob administração pública, a menos de 1 km da sede urbana, localiza-se na mesma micro-bacia onde é feita captação para abastecimento da população.



**Figura 2.4.1 – Hidrografia do Estado do Paraná**  
**Fonte: DRZ Gestão de Cidades**

As rede hidrográfica no território municipal pode ser dividida em 10 micro-bacias conforme Mapa 15 – Bacias Hidrográficas, sendo duas delas (dos rios Guarani e Iguaçu) subdividas em três áreas por não serem contíguas.

### **3. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS**



## 3.1 Demografia

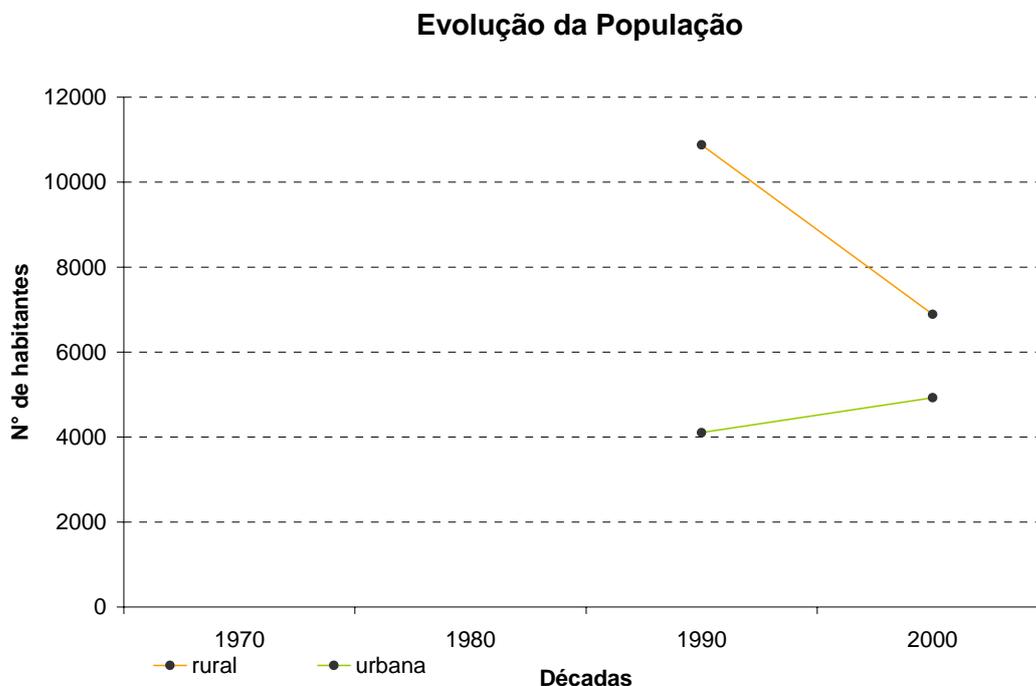
Na dinâmica populacional de Três Barras do Paraná podemos ressaltar dois momentos:

Primeiro momento – Os primeiros habitantes do município de Três Barras, na ocasião que ainda era um distrito, chegaram ao local entre o final da década de 40 e início da de 50. A partir dos anos 70 a região Oeste como um todo, incluindo o município de Três Barras do Paraná, integrou-se rapidamente ao movimento mais amplo de expansão da agricultura moderna, marcado pela introdução maciça de avançadas tecnologias de cultivo, substituição de culturas alimentares por produção de *commodities* e alterações radicais nas relações de trabalho – elementos altamente poupadores de mão-de-obra. Desse modo, a região, rapidamente, experimentou um processo intenso de urbanização, estimulado ainda mais pelos efeitos da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, caracterizando-a como uma região de intensa atração migratória e mobilidade espacial da população. Em 13/05/1980, pela Lei Estadual de nº 7.305, o distrito é elevado à categoria de Município.

Segundo momento – No bojo das transformações modernizadoras das atividades agrícolas, o meio rural da região vem experimentando saldos migratórios negativos bastante elevados, dos mais expressivos do Estado, no transcorrer das últimas décadas do século XX. Em 1990 o Município tinha 14.982 habitantes sendo 10.878 residentes na zona rural, a partir de então manteve o intenso processo de urbanização na década de 2000 atingindo taxa de 41,70% de urbanização, média inferior a do Estado do Paraná (81,4%), porém considerada alta. Ainda que os ganhos populacionais das áreas urbanas igualmente resultem significativos, no cômputo geral, o Município vive

uma realidade de decréscimo populacional, definindo assim o segundo momento da dinâmica demográfica.

Gráfico 3.1.1 – Evolução da População Urbana e Rural de Três Barras do Paraná – 1970 a 2000



Fonte: IBGE

Nota: Dados trabalhados pela DRZ Consultores Associados

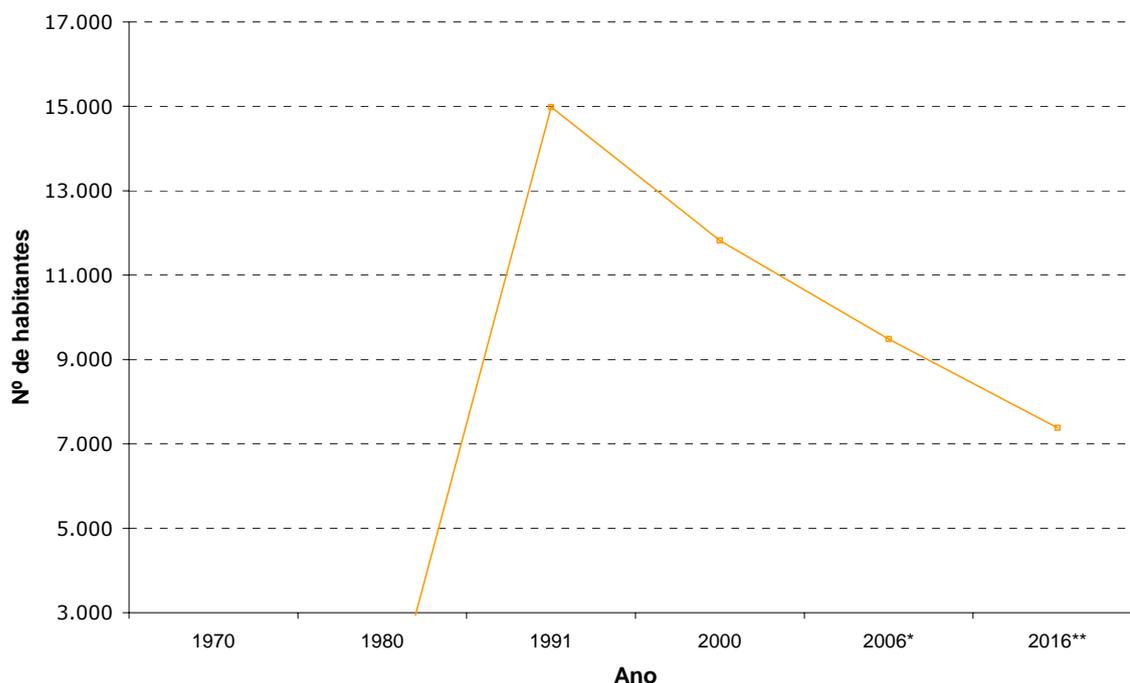
Tabela 3.1.1 – População Urbana e Rural – Três Barras do Paraná 1970 a 2016.

População	Períodos					
	1970	1980	1990	2000	2005*	2015**
Rural	-	-	10.878	6.892		
Urbana	-	-	4.104	4.930		
Total	-	-	14.982	11.822	9.486	7.383
Taxa de urbanização (%)			27,39%	41,70%	-	-
Crescimento da população urbana (%)				20	-	-
Crescimento populacional (%)				-21,09	-19,76	-22,17

Fonte: Sidra IBGE 2000 dados trabalhados pela DRZ Consultores.

Vale ressaltar que a estimativa de crescimento populacional de Três Barras do Paraná para 2016 baseia-se na taxa negativa de 2,70%, com diminuição linear, estimando-se que em 2016 a população do Município será de 7.383 habitantes.

Gráfico 3.1.2 – Evolução populacional estimada – Três Barras do Paraná



Fonte: IBGE

\*Estimativa IBGE 2006

\*\* Estimativa - Plano Diretor Municipal.

O índice de dependentes, relação do número de idosos e crianças sobre o número total de habitantes, de Três Barras do Paraná é de 37,54%. Analisando a tabela 3.1.2 constata-se que o índice da média da Mesorregião Oeste Paranaense é 34,59%, menor do que o da Microrregião que é de 34,90%, e menores que o índice do Município de Três Barras do Paraná.

Tabela 3.1.2 – Comparativo de Índice de Dependência em Três Barras do Paraná, Microrregião e Mesorregião – 2000.

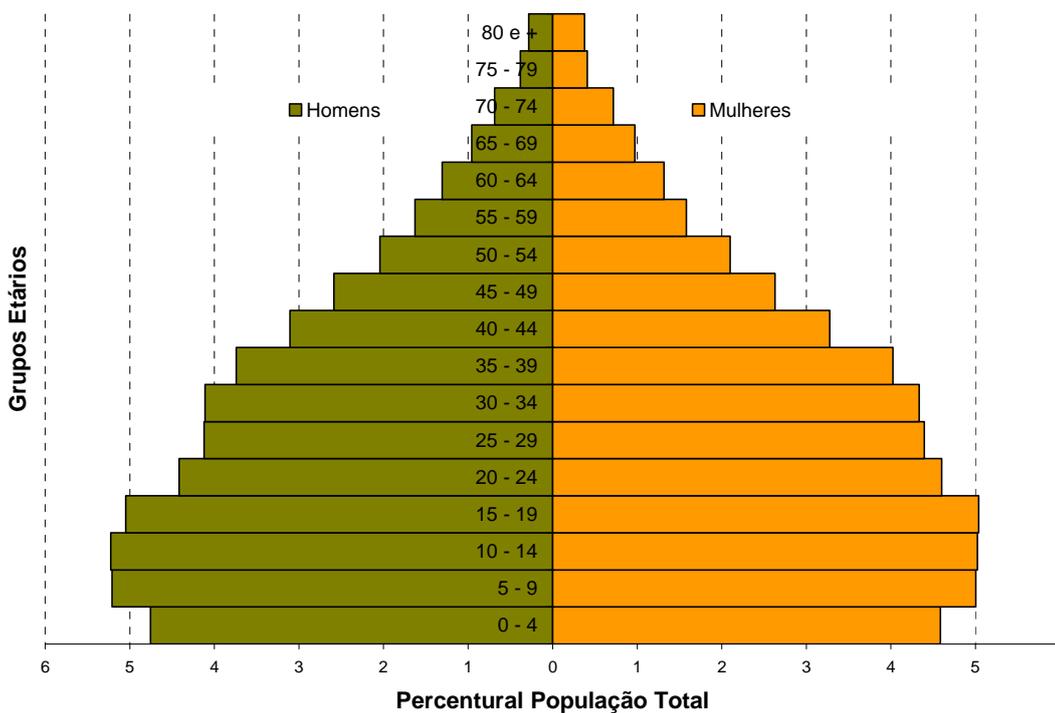
Variável	Grupo Etário		Razão de dependência
	0 à 14 anos	mais de 65 anos	
Município	3792	646	37,54%
Microrregião	119916	18104	34,90%
Mesorregião	339411	54439	34,59%

Fonte: Sidra IBGE 2000 dados trabalhados pela DRZ Consultores.

A composição por sexo da população focalizada segundo cada um dos três grandes grupos etários (0-14, 15-64 e acima de 65 anos) evidencia que em Três Barras do Paraná, a razão de sexo é muito similar entre população feminina e masculina (gráficos 3.1.3 e 3.1.4).

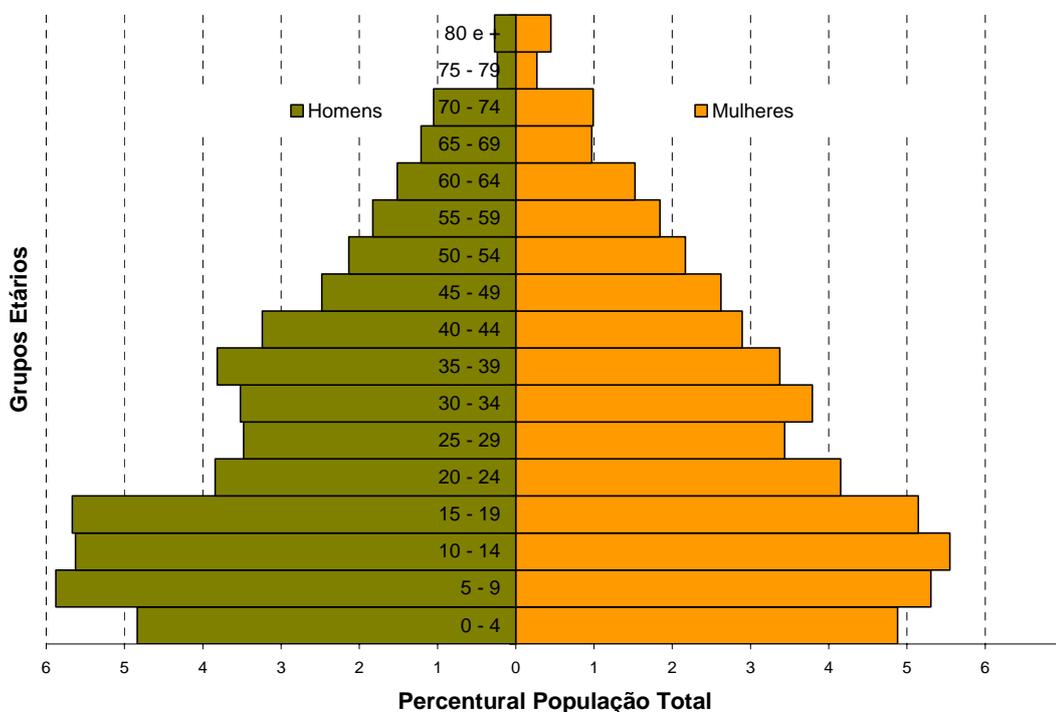
Observando-se a pirâmide etária de Três Barras do Paraná verifica-se a redução de mais de 1% da população masculina maior que 19 anos, evidenciando a perda desta população ativa para outros centros, fenômeno observado na Mesorregião Oeste, porém com menor intensidade.

Gráfico 3.1.3 – Pirâmide etária da população da Mesorregião Oeste Paranaense – 2000



Fonte: IBGE (Censo Demográfico)  
 Nota: Dados trabalhados de DRZ Consultores Associado.

Gráfico 3.1.4 – Pirâmide etária da população de Três Barras do Paraná – 2000



Fonte: IBGE (Censo Demográfico)  
 Nota: Dados trabalhados de DRZ Consultores Associados.



---

Importante estabelecer que a conformação etária constitua resultados dos efeitos combinados entre fecundidade, mortalidade e migração, gerando pressões de demanda diferenciadas sobre os serviços públicos de atendimento às necessidades básicas da população (principalmente saúde e educação) e defina estratégias para assegurar o futuro das comunidades.



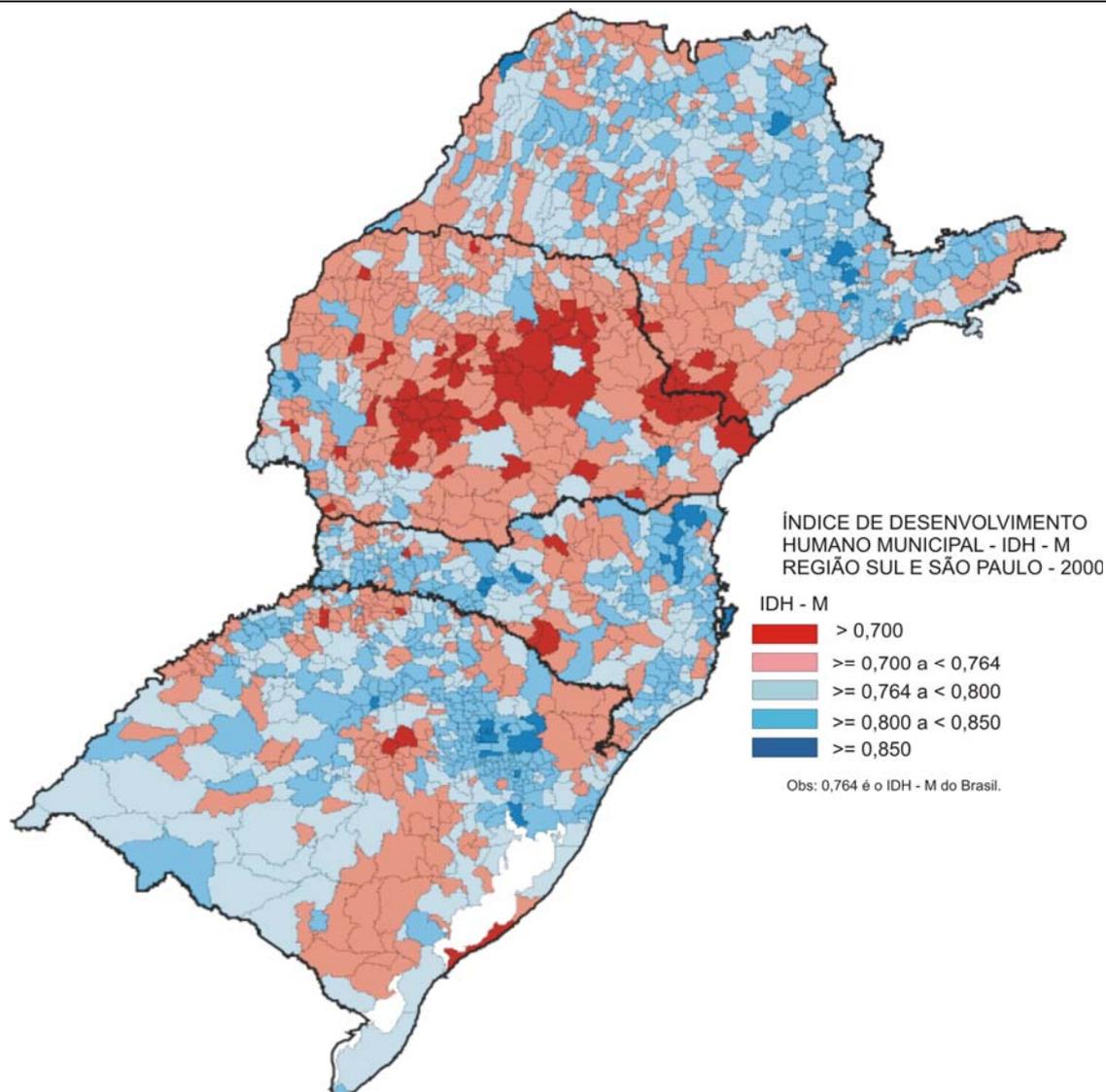
## 3.2 Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) varia no intervalo de 0 a 1, sendo que quanto maior for o grau de desenvolvimento econômico-social, mais próximo o indicador estará da unidade. O índice é ainda uma média aritmética de três outros indicadores:

- Indicador econômico: considera o produto interno bruto (PIB) per capita em dólar PCC (paridade do poder de compra);
- Indicador de saúde: analisa a expectativa de vida ao nascer;
- Indicador de educação: avalia o índice de analfabetismo e a taxa de matrícula em todos os níveis de ensino.

Em termos de distribuição, 33% da população paranaense vivem com IDH-M inferior à média nacional (0,766), inclusive o município de Três Barras do Paraná, sendo que nos demais estados essa proporção atinge 10% da suas respectivas populações. No Paraná, apesar do grande prestígio nacional e internacional, apenas 36% da população, contra 60% dos demais estados do sul, vive em municípios com índices de alto desenvolvimento. Neste quesito, os Estados de Santa Catarina e São Paulo atingem a marca de 72% (figura 3.2.1).

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Três Barras do Paraná era 0,720 e, segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8), como se observa na tabela e figura 3.2.1.



**Figura 3.2.1 – Índice de Desenvolvimento Humano na região Sul e São Paulo em 2000**  
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Tabela 3.2.1 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano.

Variável	Período de 1991			Período de 2000		
	Três Barras	Paraná	Brasil	Três Barras	Paraná	Brasil
IDH-M	0,661	0,711	0,696	0,720	0,787	0,766
Educação	0,736	0,778	0,745	0,816	0,879	0,849
Longevidade	0,687	0,678	0,662	0,703	0,747	0,727
Renda	0,559	0,678	0,681	0,642	0,736	0,723

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Com relação ao Estado, o município de Três Barras do Paraná apresenta situação ruim, com o 269º IDH-M em ordem decrescente. Há 130 municípios paranaenses (32,8%) em situação igual ou pior.

No período 1991-2000, o IDH Municipal cresceu 8,93%, passando de 0,661, em 1991, para 0,720 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Renda, com crescimento de 46,4%, seguida pela Educação, com 44,7% e pela Longevidade, com 8,9%.

Como pode ser visto na figura 3.2.2, Três Barras do Paraná tem seu IDH Municipal em uma faixa intermediária da microrregião, havendo praticamente o mesmo número de municípios, tanto com IDH-M acima como abaixo.

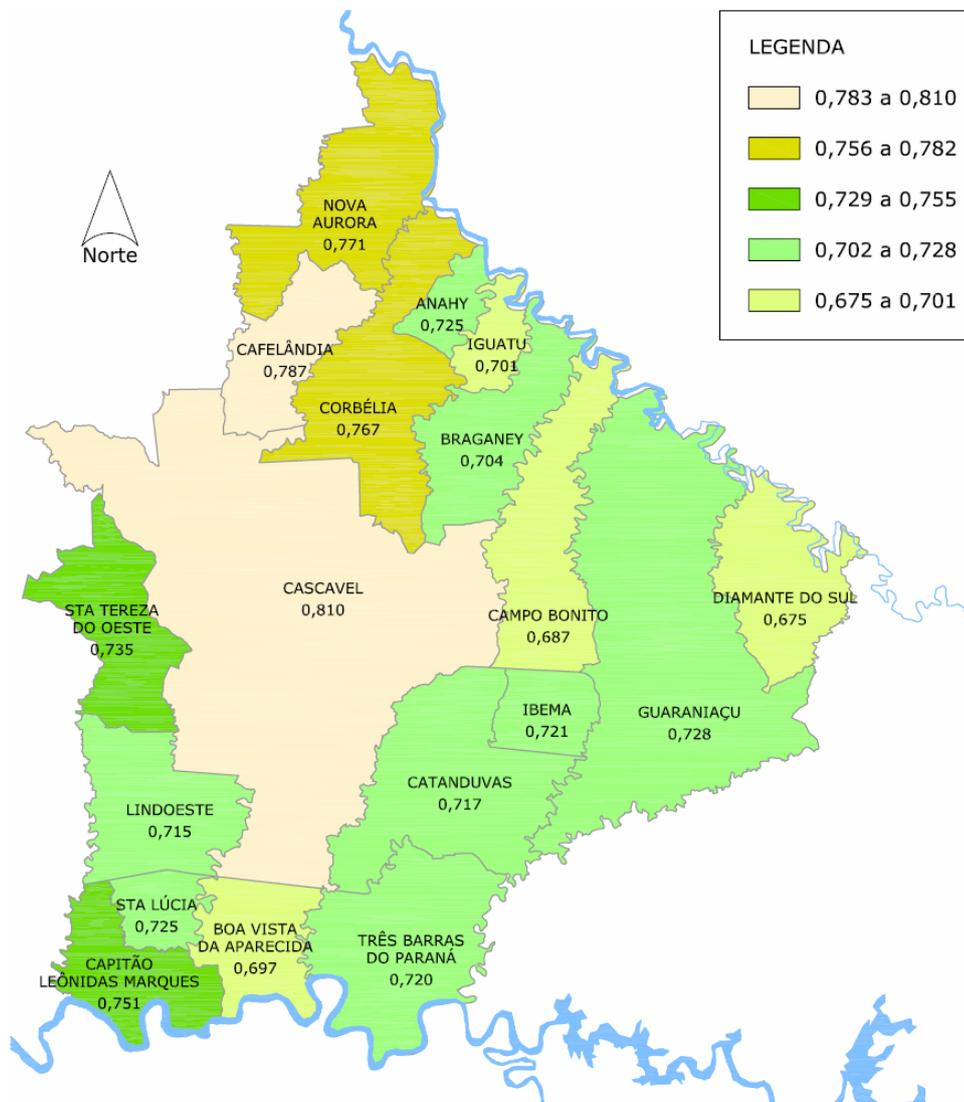


Figura 3.2.2 – IDH-M dos municípios da microrregião de Cascavel em 2000

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Nota: Dados trabalhados pela DRZ Consultores Associados

### Educação\*

A respeito do componente do IDH sobre Educação, Três Barras do Paraná, apresentou evolução no período 1991-2000 de 1,11%, crescimento abaixo da média da região (1,18%). De uma maneira geral, o crescimento deste índice deve-se à intensificação tanto do governo estadual como federal das políticas públicas de acesso a este serviço (tabela 3.2.2 e figura 3.2.3).

\* Os indicadores de educação serão tratados no texto a que se refere o assunto no capítulo de Aspectos de Infra-estrutura e Serviços Públicos.

Tabela 3.2.2 – IDHM-Educação na Microrregião de Cascavel – 1991 a 2000.

Município	IDHM-Educação, 1991	IDHM-Educação, 2000	Variação %
Anahy (PR)	0,675	0,846	1,25
Boa Vista da Aparecida (PR)	0,682	0,797	1,17
Braganey (PR)	0,692	0,814	1,18
Cafelândia (PR)	0,787	0,917	1,17
Campo Bonito (PR)	0,652	0,767	1,18
Capitão Leônidas Marques (PR)	0,722	0,852	1,18
Cascavel (PR)	0,817	0,937	1,15
Catanduvas (PR)	0,691	0,806	1,17
Corbélia (PR)	0,757	0,875	1,16
Diamante do Sul (PR)	0,569	0,74	1,30
Guaraniaçu (PR)	0,703	0,816	1,16
Ibema (PR)	0,696	0,827	1,19
Iguatu (PR)	0,659	0,806	1,22
Lindoeste (PR)	0,705	0,809	1,15
Nova Aurora (PR)	0,741	0,871	1,18
Santa Lúcia (PR)	0,718	0,821	1,14
Santa Tereza do Oeste (PR)	0,715	0,849	1,19
Três Barras do Paraná (PR)	0,736	0,816	1,11
MÉDIA	0,707	0,831	1,18

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil

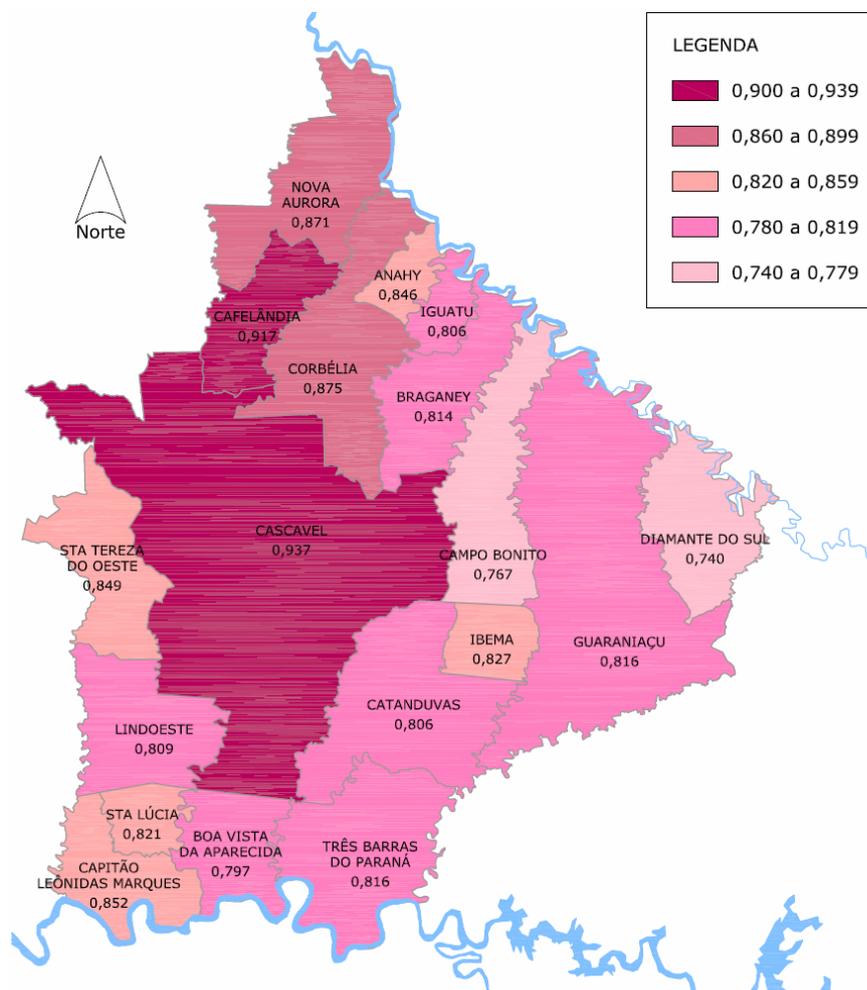


Figura 3.2.3 – IDHM-Educação na Microrregião de Cascavel em 2000  
 Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil



### Longevidade\*

Em relação às pesquisas sobre o padrão de qualidade de vida, constatou-se que no município de Três Barras do Paraná o Índice de Longevidade obteve um crescimento, atingindo 1,02% durante o período de 1991 a 2000 (abaixo da média da microrregião: 1,07%), o que significa que as condições gerais de qualidade de vida melhoraram, mas ainda devem melhorar recebendo contribuição também da evolução tecnológica e dos benefícios da própria globalização.

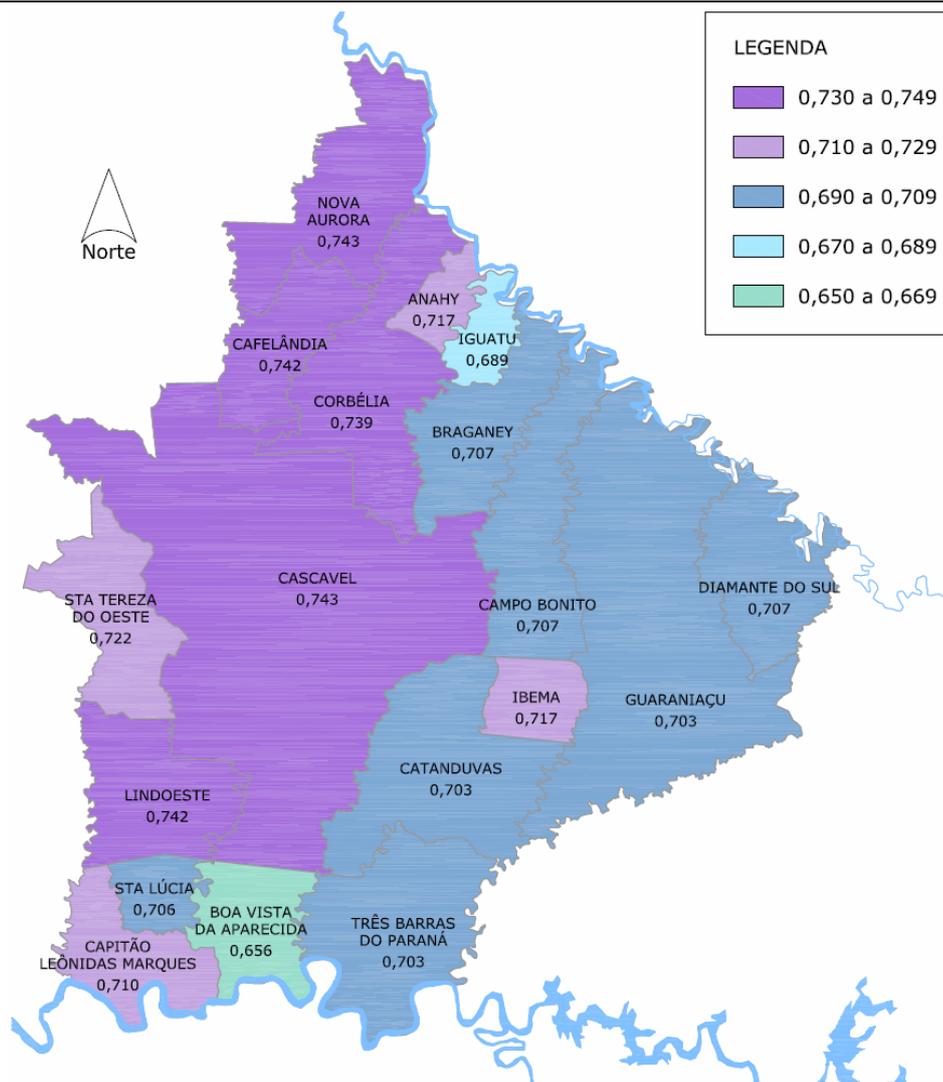
A tabela 3.2.3 e a figura 3.2.4 da microrregião de Cascavel apresenta o IDH de Longevidade, indicador que sintetiza as condições de saúde e salubridade daquele local, uma vez que quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida observada no local.

Tabela 3.2.3 – IDHM-Longevidade na Microrregião de Cascavel – 1991 a 2000.

Município	IDHM Longevidade, 1991	IDHM Longevidade, 2000	Variação %
Anahy (PR)	0,627	0,717	1,14
Boa Vista da Aparecida (PR)	0,643	0,656	1,02
Braganey (PR)	0,705	0,707	1,00
Cafelândia (PR)	0,725	0,742	1,02
Campo Bonito (PR)	0,658	0,707	1,07
Capitão Leônidas Marques (PR)	0,7	0,71	1,01
Cascavel (PR)	0,668	0,743	1,11
Catanduvas (PR)	0,627	0,703	1,12
Corbélia (PR)	0,725	0,739	1,02
Diamante do Sul (PR)	0,637	0,707	1,11
Guaraniaçu (PR)	0,671	0,703	1,05
Ibema (PR)	0,627	0,717	1,14
Iguatu (PR)	0,627	0,689	1,10
Lindoeste (PR)	0,643	0,742	1,15
Nova Aurora (PR)	0,725	0,743	1,02
Santa Lúcia (PR)	0,652	0,706	1,08
Santa Tereza do Oeste (PR)	0,653	0,722	1,11
Três Barras do Paraná (PR)	0,687	0,703	1,02
MÉDIA	0,667	0,714	1,07

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil

\* Os indicadores de longevidade serão tratados principalmente no texto sobre saúde no capítulo de Aspectos de Infra-estrutura e Serviços Públicos.



**Figura 3.2.4 – IDHM-Longevidade na microrregião de Cascavel em 2000**  
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

### Renda\*

O componente do IDH de renda de Três Barras do Paraná é de 0,664 (2000). O índice aparece com um crescimento de 1,15% no período de 1991 a 2000, sendo maior que a média da Microrregião (1,14%). A tabela 3.2.4 e a figura 3.2.5 apresenta o IDH de Renda dos municípios da Região Oeste Paranaense e principalmente do município de Três Barras do Paraná.

\* Os indicadores de renda serão tratados no texto referente ao assunto no Capítulo sobre Aspectos Sócio-econômicos.



Tabela 3.2.4 – IDHM-Renda na Microrregião de Cascavel – 1991 a 2000.

Município	IDHM-Renda, 1991	IDHM-Renda, 2000	Variação %
Anahy (PR)	0,538	0,612	1,14
Boa Vista da Aparecida (PR)	0,485	0,637	1,31
Braganey (PR)	0,553	0,592	1,07
Cafelândia (PR)	0,721	0,703	0,98
Campo Bonito (PR)	0,532	0,588	1,11
Capitão Leônidas Marques (PR)	0,559	0,691	1,24
Cascavel (PR)	0,705	0,749	1,06
Catanduvas (PR)	0,585	0,641	1,10
Corbélia (PR)	0,616	0,688	1,12
Diamante do Sul (PR)	0,482	0,579	1,20
Guaraniaçu (PR)	0,539	0,664	1,23
Ibema (PR)	0,577	0,62	1,07
Iguatu (PR)	0,525	0,609	1,16
Lindoeste (PR)	0,526	0,595	1,13
Nova Aurora (PR)	0,598	0,699	1,17
Santa Lúcia (PR)	0,533	0,648	1,22
Santa Tereza do Oeste (PR)	0,597	0,634	1,06
Três Barras do Paraná (PR)	0,559	0,642	1,15
MÉDIA	0,568	0,644	1,14

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil

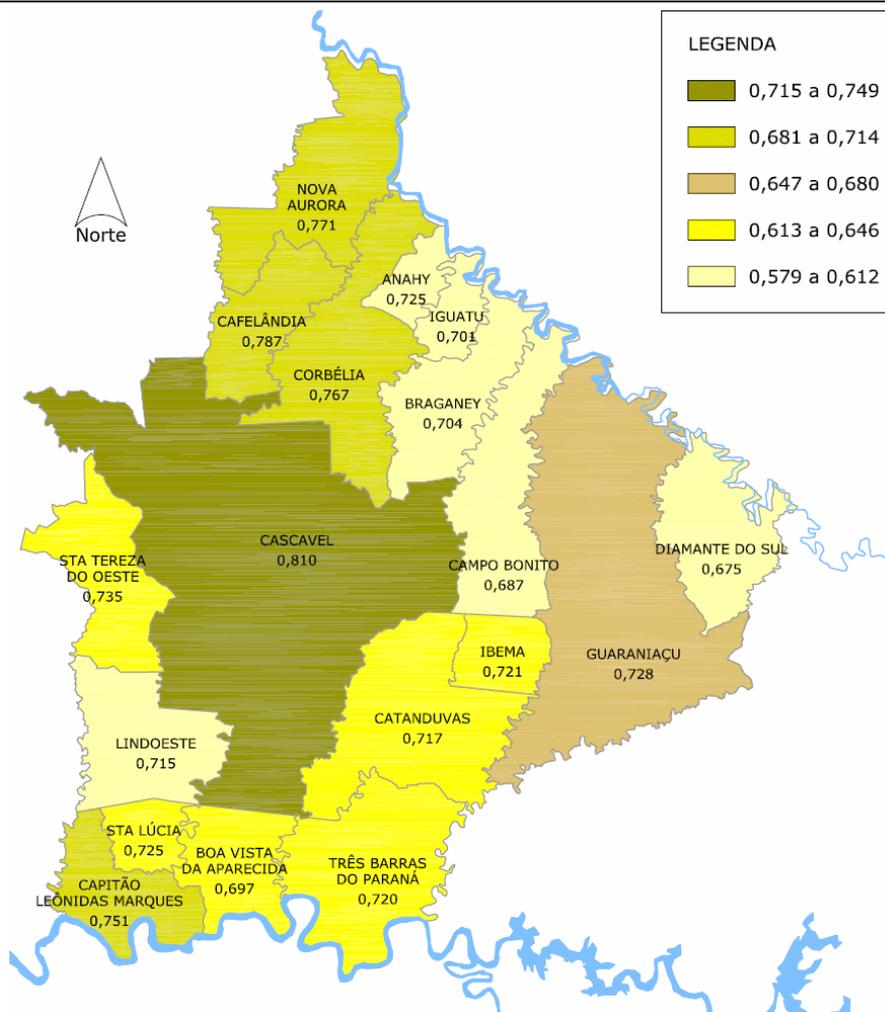


Figura 3.2.5 – IDHM-Renda da microrregião de Cascavel  
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil



## 3.3 Economia

### PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB

Principal indicador da atividade econômica, o Produto Interno Bruto – PIB exprime o valor da produção realizada dentro das fronteiras geográficas de um país, num determinado período, independentemente da nacionalidade das unidades produtoras.

De acordo com o defrator\* implícito utilizado pelo IBGE, o PIB a preço de mercado e per capita, durante o período de 2001 a 2004, apresentou variações significativas na economia regional.

A tabela 3.3.1 demonstra através dos valores absolutos transformados em valores relativos do PIB a partir de 2001 a representação sobre o esforço produtivo do município de Três Barras do Paraná, durante o período de 2001 a 2004 em comparação aos municípios de Santa Tereza do Oeste e Catanduvas que pertencem à Microrregião de Cascavel, obtendo os seguintes desempenhos:

- No período de 2001-2002, Três Barras do Paraná com crescimento do PIB a preços de mercado de 11,63% foi inferior ao crescimento de 24,53% do município de Santa Tereza do Oeste e de Catanduvas que apontou crescimento de 13,36%;
- Três Barras do Paraná obteve o seu melhor índice do PIB a preços de mercado no período de 2002-2003 com 19,60% de crescimento e nesse mesmo período os municípios de Santa Tereza do Oeste com

\* Índice de Defrator referente aos períodos: 2001/2002 = 10,16; 2002/2007 = 14,99 e 2003/2004.



crescimento 29,11% e Catanduvas com 31,50% de crescimento, sendo que esses dois municípios foram superiores ao desempenho de Três Barras do Paraná;

- Em relação ao período de 2003-2004, o PIB de Três Barras do Paraná apresentou queda de 0,85%; Santa Tereza do Oeste com queda de 3,28% e Catanduvas com crescimento positivo de 7,72%;
- No período de 2001 a 2004, os municípios apresentaram a seguinte média de desempenho do PIB a preços correntes: Três Barras do Paraná com 10,13%; Santa Tereza do Oeste com 16,79% e Catanduvas com 17,53% índice superiores à média nacional;
- Em relação à análise do PIB per capita período de 2001 a 2004 o município de Três Barras do Paraná com média 13,84%% foi superior ao desempenho obtido pelo município de Santa Tereza do Oeste com 11,93% e inferior ao de Catanduvas com 16,78% de crescimento. O PIB per capita do município de Três Barras do Paraná com melhor desempenho ocorreu no período de 2002-2003 com cresceu 23,65%, nesse mesmo período, Santa Tereza do Oeste cresceu 23,74% e Catanduvas com 30,64%;
- Para o município de Três Barras do Paraná, os dados sinalizam expectativas preocupantes de crescimento em relação às oscilações do PIB per capita, principalmente no período de 2003-2004 em que a expansão chegou a 2,61%, apesar do bom desempenho no ano período de 2002-2003 com crescimento surpreendente de 23,65% e no período de 2001-2002 o crescimento foi 15,25%.

Tabela 3.3.1 – PIB a preços correntes e per capita – Três Barras do Paraná, Santa Tereza do Oeste e Catanduvas.

Microrregião de Cianorte	2001		2002		2003		2004	
	A preços correntes (1000R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1000R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1000R\$)	Per capita (R\$)	A preços correntes (1000R\$)	Per capita (R\$)
Três Barras do Paraná	58.565	5.197	72.768	6.667	102.374	9.697	110.551	10.837
Santa T. Oeste	51.701	4.470	71.667	5.930	108.847	8.632	114.658	8.731
Catanduvas	55.873	5.308	70.502	6.656	109.056	10.229	127.946	11.925

Fonte: IBGE, IPARDES – Contas Regionais do Brasil.

### PIB por setor da economia

Na distribuição do PIB por ramo de atividade no ano de 2004 o município de Três Barras do Paraná mostra o perfil econômico de acordo com suas vocações, onde segue metodologicamente o perfil regional e diferentemente do enfoque



nacional em relação ao esforço produtivo em que o setor terciário tem grande força nos resultados financeiros e sociais.

Vale ressaltar a importância de todas as atividades, mas há de levar em consideração a participação dos setores: Agropecuária com 67,77% e Serviços com 27,10% sendo setores da economia que tendem a crescer pela vocação do Município, por outro lado, o fraco desempenho do Setor Industrial que respondeu com 5,13% de participação nas riquezas municipais.

A agropecuária com 67,7% de participação no contexto das riquezas locais é a atividade responsável por uma cadeia produtiva imprescindível, pois fomenta a indústria e principalmente os serviços, como transporte, comércio e etc. O Setor de Serviços, um pouco abaixo, segue a tendência nacional em relação ao esforço produtivo, porém, depende dos demais setores pela interdependência natural dos segmentos que compõem a economia.

Com relação ao setor industrial do Município, a atividade apresentou uma participação pífia de apenas 5,13%, sendo a menor participação dentre outros ramos de atividades, sendo um setor a ser explorado, principalmente na agroindústria e na agregação de valores da produção agrícola.

Tabela 3.3.2 – PIB – Três Barras do Paraná (segundo ramos de atividades) 2004.

Ramos de Atividades	Valor (R\$ 1,00)	Participação (%)
Agropecuária	71.303.983	67,77
Indústria	5.402.665	5,13
Serviços	28.510.765	27,10
TOTAL	105.217.412	100,00

Fonte: IBGE, IPARDES.

NOTA: A soma das parcelas difere do total devido aos arredondamentos.

## RENDA

### SALÁRIO E OUTRAS REMUNERAÇÕES

#### Dados Gerais

Considerando as variações entre os anos de 2001 e 2004, em todas as combinações foram identificadas oscilações, sendo que no número de unidades locais ocorreu um crescimento de 21,01%; na ocupação total de pessoas ocorreu 60,23%; com relação ao pessoal ocupado assalariado, também cresceu na ordem de 56,43%, os salários aumentaram em 122,68% em valores nominais, ficando a elevação dos salários acima da inflação do período que atingiu os patamares de 12,53% em 2002; 9,3% em 2003 e 7,6% em 2004.

Conforme dados da Tabela 3.3.3 os resultados alcançados ao longo dos quatro anos mostraram a capacidade do Município em relação aos parâmetros



analisados, onde nenhum resultado negativo foi encontrado durante o período de 2001 a 2004.

Tabela 3.3.3 – Dados gerais das unidades locais por faixas de pessoal ocupado total, segundo seção da classificação de atividades no município de Três Barras do Paraná.

Ano	Número de unidades locais	Δ% Base ano 2001	Pessoal ocupado total	Δ% Base ano 2001	Pessoal ocupado assalariado	Δ% Base ano 2001	Salários (Mil Reais)	Δ% Base ano 2001
2001	338	100,00	782	100,00	381	100,00	1.927	100,00
2002	378	11,83	1.052	34,53	426	11,81	2.946	52,88
2003	400	18,34	1.147	46,68	480	25,98	3.683	91,13
2004	409	21,01	1.253	60,23	596	56,43	4.291	122,68

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas – Tabela Sidra 1735.

## EMPREGO

O IBGE Censo – Cadastro Geral de Empresas no período de 2001 a 2004 mostra que a população ocupada total do município de Três Barras do Paraná apresentou uma elevação de 60,23% nos mais diversos ramos de atividade durante os quatro anos, resultados da variação de 782 para 1.253 ocupações.

No período de 2001 para 2002 a elevação foi de 34,53%; de 2002 para 2003 foi identificado redução de 9,03% e de 2003 para 2004 registrou-se o crescimento de 9,24% na ocupação total. Com esses bons resultados compete ao executivo envidar esforços para a continuidade e implementação dos programas de geração de renda e emprego.

O Comércio e demais serviços das instituições privadas e a classificação Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais, de acordo com as informações constantes na Tabela 3.3.4, foram os segmentos que mais contribuíram de forma efetiva e transparente para o desenvolvimento econômico e social do Município, sendo responsáveis pela manutenção e formação da mão-de-obra disponível.

Considerando a média dos quatro anos analisados em relação a variável Pessoal Ocupado, o Comércio em geral participou com uma média de 51,42% e a Administração Pública em geral e outros serviços coletivos com 4,91% da média da ocupação de pessoal.

Apesar da ausência de informações referente à Educação, ressalta-se a importância da Administração Pública na ocupação de pessoal que, como a maioria dos pequenos e médios municípios brasileiros, historicamente, tem sido grande empregador.



Tabela 3.3.4 – Distribuição de Ocupação Total – Três Barras do Paraná (2001-2004).

Classificação de Atividades	Ano			
	2001	2002	2003	2004
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	X	5	X	X
Pesca	-	-	-	5
Indústrias extrativas	-	-	X	X
Indústrias de transformação	71	79	89	102
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	14	18	17	7
Alojamento e alimentação	396	441	471	494
Transporte, armazenagem e comunicações.	38	41	32	36
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	30	37	49	49
Atividades imob., aluguéis e serviços prestados às emp.	7	X	X	X
Administração pública, defesa e seguridade social.	12	15	28	26
Educação	X	X	X	X
Saúde e serviços sociais	16	16	17	15
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais.	14	17	18	14
Total	782	1.052	1.147	1.253

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas – Sidra Tabela 1735.

Nota: Os dados com menos de 3 (três) informantes não foram identificados com o caractere X

### ESTABELECEMENTOS E EMPREGOS NA ATIVIDADE ECONÔMICA

No ano de 2005, o Setor de Serviços de Três Barras do Paraná foi responsável por 34,42% dos empregos, correspondendo a 242 empregos no Município e 69,29% do total de estabelecimentos, contando com 97 estabelecimentos.

O Setor Industrial conta com 4,69% das pessoas ocupadas (com empregos) que se encontram nesse segmento econômico de Três Barras do Paraná, ou seja, é responsável por 33 empregos e 12 estabelecimentos correspondendo a 8,57% do total dos estabelecimentos, sendo o menor empregador do setor econômico.

O Setor de Governo, que contabiliza 48,93% dos empregos, correspondendo a 344 empregos e 1,43% dos estabelecimentos, resultado de dois estabelecimentos na área governamental do Município. A administração pública passa a ser o maior empregador, o que é uma evidência em relação aos municípios do porte de Três Barras do Paraná.

O Setor Primário, representado pela agricultura, em 2005 com 84 empregos registrou 11,95%; correspondendo 20,71% do total de estabelecimentos do Município.

Tabela 3.3.5 – Estabelecimentos e empregos por atividade econômica – 2005.

Variáveis	Estabelecimentos	Empregos
Indústria	12	33
Comércio (Serviços)	97	242
Administração pública direta e indireta	2	344
Agropecuária	29	84
Total	140	703

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - MTB – RAIS – posição em 31 de dezembro.



## PRODUÇÃO

Em relação ao Valor Bruto da Produção, analisando os municípios de população semelhante (Três Barras do Paraná, Catanduvas e Santa Tereza do Oeste) que pertencem à Microrregião de Cascavel, observou-se que no ano de 2005, o Município de Catanduvas é o que apresenta a melhor colocação com o valor bruto da produção (mil) de R\$ 129.021 com vantagem em relação a Três Barras do Paraná com R\$ 123.379 e Santa Tereza do Oeste com R\$ 80.914.

Segundo relatório da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SEAB, no ano de 2005, Três Barras do Paraná ocupa a 41ª posição no Estado do Paraná em relação Valor Bruto da Produção enquanto Santa Tereza do Oeste ficou com 98ª e Catanduvas com a 51ª posição, levando o Município a evolução no *ranking*, com a conquista de 20 posições de 1997 para 2001 e 14 posições de 2001 a 2005.

Essa reflexão tem a finalidade de mostrar que o Município poderá desenvolver boas políticas nesse segmento econômico no sentido de contribuir social e economicamente para a comunidade local, além do efeito multiplicador que as externalidades econômicas podem gerar, ou seja, outras atividades econômicas estabelecidas em função do crescimento da agropecuária, além da geração de renda, emprego e etc.

Tabela 3.3.6 – Ranking - VBP de Três Barras do Paraná em 1997, 2001 e 2005.

Município	VBP – 1997 (Mil R\$)	VBP – 2001 (Mil R\$)	VBP – 2005 (Mil R\$)	Ranking		
				1997	2001	2005
Três Barras do	73.791	97.229	123.379	75º	55º	41º

Fonte: SEAB / Departamento de Economia Rural - DERAL – Relatório 2006 com publicação em 2007.

## Soja

De acordo com o IBGE, na Tabela 3.3.7 - durante o período 2003 a 2005, o rendimento médio da cultura Soja no município de Três Barras do Paraná foi de 2.910 kg/ha, sendo inferior às médias: do Estado com 2.616 kg/ha, da Mesorregião Oeste Paranaense com 2.726 kg/ha e superior à média 2.841 kg/ha da Microrregião de Cascavel.

Tabela 3.3.7 – Produção Agrícola Municipal –Soja – Rendimento Médio kg/ha.

Unidade da Federação. Mesorregião, Microrregião e Município	2003	2004	2005
Paraná	3.017	2.547	2.284
Oeste Paranaense	3.155	2.348	2.673
Microrregião de Cascavel	3.160	2.786	2.579
Três Barras do Paraná	3.180	2.850	2.700

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal – Tabela 99.



A soja (Tabela 3.3.8) participou com 10,95%; 11,52% e 6,28% do valor total da produção agropecuária do Município nos anos 2003, 2004 e 2005, respectivamente, demonstrando significativa participação desse produto para a economia de Três Barras do Paraná. Se comparada com outros municípios paranaenses, a cultura da soja em Três Barras do Paraná contrasta com boa parte destes municípios, onde a soja é a principal fonte de arrecadação.

No ano de 2004 ocorreu a maior participação do produto devido aos preços de comercialização altamente favoráveis em função de variáveis internacionais que influenciaram nos preços, atingindo a 11,52% do valor da produção agropecuária municipal.

Tabela 3.3.8 – Participação da Soja no Valor da Produção Agropecuária Municipal.

Ano Base	Produção Agropecuária (Em Mil R\$)	Valor Produção da Soja (Em Mil R\$)	Participação da Soja na Produção Agropecuária Municipal (%)
2003	117.065	12.822	10,95
2004	124.615	14.357	11,52
2005	123.379	7.748	6,28

Fontes: SEFA e IBGE / SIDRA Tabela 1612.

### Milho

De acordo com IBGE, a produção do município de Três Barras do Paraná de 4.559 kg/ha garantiu rendimento médio de produção superior ao do Estado do Paraná com 2.616 kg/ha, inferior ao da Mesorregião com 5.545 kg/ha e da Microrregião com 5.598 kg/ha. Nos anos de 2004 e 2005 Três Barras do Paraná teve o melhor desempenho, com produção média do produto de 5.529 e 5.636 kg/ha, respectivamente.

Tabela 3.3.9 – Produção Agrícola Municipal – Milho - Rendimento Médio kg/ha.

Unidade da Federação. Mesorregião, Microrregião e Município	2003	2004	2005
Paraná	3.017	2.547	2.285
Oeste Paranaense	5.433	3.908	4.335
Microrregião de Cascavel	5.860	5.275	5.499
Três Barras do Paraná	5.630	5.529	5.636

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal – Tabela 99.

O milho (Tabela 3.3.10) participou com 16,51%; 15,83% e 16,31% do valor total da produção agropecuária do Município nos anos 2003, 2004 e 2005, respectivamente, destacando a participação dessa cultura na economia de Três Barras do Paraná, apresentando a média de 16,22% da produção agropecuária do Município em relação ao triênio analisado.



Tabela 3.3.10 – Participação do Milho no Valor da Produção Agropecuária Municipal.

Ano Base	Produção Agropecuária (Em Mil R\$)	Valor Produção do Milho (Em Mil R\$)	Participação da Soja na Produção Agropecuária Municipal (%)
2003	117.065	19.325	16,51
2004	124.615	19.732	15,83
2005	123.379	20.119	16,31

Fontes: Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná - SEFA e IBGE / SIDRA Tabela 1612.

Em relação ao PIB a preços de mercado, a mais significativa participação conjunta dos produtos milho e soja, com 31,4% ocorreu no ano de 2003 enquanto que em 2004 a participação foi de 30,84% mostrando um desempenho praticamente estático na produção e comercialização do produto.

Em relação à participação na produção agropecuária municipal o ano de maior destaque foi em 2003, quando as culturas do milho e da soja foram responsáveis por 27,46%; no ano de 2004 a participação foi de 27,36%, praticamente o mesmo desempenho e finalmente com queda significativa em 2005, quando chegou a 22,59% devido as condições climáticas adversas e preços de comercialização abaixo do esperado em relação aos custos.

Tabela 3.3.11 – Evolução Municipal - Valor da Produção Agropecuária e Valor da Produção.

Ano Base	Produção Agropecuária	PIB	Produtos (Em mil R\$)		
			Milho	Soja	Soja + Milho
2003	117.065	102.374	19.325	12.822	32.147
2004	124.615	110.551	19.732	14.357	34.089
2005	123.379	N/D*	20.119	7.748	27.867

Fontes: Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA e IBGE - Produção Agrícola Municipal - SIDRA - Tabela 1612.

\*Sem informações pelo IBGE.

### Estabelecimentos por grupo de atividade econômica

Conforme demonstra a Tabela 3.3.12, do total de 1908 estabelecimentos vinculados às atividades agropecuárias, 913 pertencem às lavouras temporárias, correspondendo a 47,85%; 13 estabelecimentos com horticultura e produtos - 0,68%; 7 estabelecimentos com lavouras permanentes - 0,37% em 7 estabelecimentos; 481 estabelecimentos com pecuária, que participam com 25,21% do total e 494 estabelecimentos na produção mista (lavoura e pecuária), correspondendo a 25,89%. Isto quer dizer que a pecuária e a produção mista perfaz 51,10% do número de estabelecimentos.

Apesar destas informações serem do ano de 1996, a participação expressiva da pecuária e da lavoura permanente mostra a força econômica desse segmento na economia local.



Tabela 3.3.12 – Número de estabelecimentos por grupo da atividade econômica e condição legal das terras – Ano 1996 – Três Barras do Paraná.

Grupo de Atividade Econômica	Terras próprias	Terras Arrendadas	Terra em Parceria	Terras ocupadas	Total
Lavoura temporária	512	21	246	134	913
Horticultura e produtos	8	-	1	4	13
Lavoura permanente	3	-	2	2	7
Pecuária	350	6	40	85	481
Produção mista	314	9	69	102	494
Total	1.187	36	358	327	1.908

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário – SIDRA Tabela 307.

### Lavouras Temporárias

Pela análise dos quadros de produção envolvendo lavouras temporárias, lavouras permanentes, extração vegetal e silvicultura e pecuária, o total da área plantada/colhida durante o ano de 2005, está assim distribuído: milho 47,66%; soja 28,16%; feijão 5,83%; mandioca 5,24%; e fumo 4,36%, sendo que as principais culturas temporárias perfazem um total de 91,25%.

Em relação ao PIB municipal as culturas de fumo e mandioca em 2003 foram responsáveis por 15,75%, resultado do valor R\$ 16.124 (mil) de produção e no ano de 2004 foram de 12,11%, para um valor de R\$ 13.392 (mil), sendo que, desta forma, os produtos soja e milho ficaram com maior participação das riquezas do Município.

Considerando o valor da produção agropecuária, a participação dos produtos fumo e mandioca com 12,94% em 2004 e 10,85% em 2005, foram inferiores aos produtos milho e soja, com participação de 27,36% em 2004 e 22,596%. Isto posto, vale dizer que as culturas de fumo e mandioca são extremamente importantes nesse contexto para Três Barras do Paraná.

A cultura do feijão tem participação significativa com 5,83% da área plantada e colhida, conforme demonstra a Tabela 3.3.13.



Tabela 3.3.13 – Produção Agrícola Municipal – Lavoura Temporária 2004 – 2005.

Lavoura	Quantidade produzida (tonelada)		Valor da produção (Mil Reais)		Valor da produção (Percentual)		Área plantada/colhida (Hectare)		Área plantada/colhida (Percentual)	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Algodão	144	54	202	79	0,36	0,18	80	30	0,31	0,13
Amendoim	40	340	32	408	0,06	0,91	20	170	0,08	0,74
Arroz	660	600	330	450	0,59	1,00	300	400	1,16	1,73
Aveia	700	650	175	130	0,31	0,29	500	500	1,93	2,17
Batata	600	-	180	-	0,32	-	40	-	0,15	-
Cana-de-açúcar	7.200	7.200	360	252	0,65	0,56	120	120	0,46	0,52
Feijão	2.700	1.735	2.700	1.885	4,85	4,20	1.500	1.345	5,79	5,83
Fumo	2.268	1.902	7.484	7.100	13,45	15,83	1.134	1.006	4,38	4,36
Mandioca	36.000	26.216	8.640	6.292	15,53	14,03	1.200	1.210	4,63	5,24
Melancia	300	-	105	-	0,19	-	10	-	0,04	-
Milho	70.220	62.000	19.732	20.119	35,46	44,87	12.700	11.000	49,03	47,66
Soja	18.525	17.550	14.357	7.748	25,80	17,28	6.500	6.500	25,09	28,16
Trigo	3.690	1.200	1.351	310	2,43	0,69	1.800	600	6,95	2,60
Triticale	-	400	-	66	-	0,15	-	200	-	0,87
Total	-	-	55.648	44.839	100,00	100,00	25.904	23.081	100,00	100,00

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal Três Barras do Paraná – Sidra Tabela 1612.

### Lavouras Permanentes

Para as lavouras permanentes, laranja, pêssego e uva são produzidos em Três Barras do Paraná. No ano de 2005, o produto com maior participação financeira foi a laranja com 55,26% e em seguida a uva com 38,16%. Nessas lavouras percebe-se a troca de plantio, visto que, em 2004 não houve produção de laranja e uva, que são culturas que mais de destacaram em 2005. Neste período, foi estabelecida portaria que proíbe o plantio de tangerina, e a produção de erva-mate foi abandonada por baixa rentabilidade. Por estes motivos, atualmente não há mais cultivo destas duas últimas lavouras permanentes, destacando-se a laranja e a uva.

Pode-se estudar a viabilidade de outras culturas, como abacate, banana, caqui, maracujá, goiaba, limão, mamão, manga, maracujá e morango, no sentido de ampliar a diversificação agrícola. A prática da diversificação pode vislumbrar possibilidades para incremento da lavoura permanente e temporária do Município, assim como buscar melhoria para as culturas já desenvolvidas, pois configuram-se como culturas alternativas para gerar renda. Para tanto, o Executivo juntamente com a Secretaria Municipal de Agricultura e órgão estadual vinculados a esse segmento devem propiciar incentivos aos agricultores para direcionar atividades alternativas e promover o desenvolvimento do Município.



Tabela 3.3.14 – Produção Agrícola Municipal – Lavoura Permanente 2004 – 2005.

Lavoura	Quantidade produzida (tonelada)		Valor da produção (Mil Reais)		Valor da produção (Percentual)		Área plantada (Hectare)		Área plantada (Percentual)	
	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005	2004	2005
Erva-mate	390	60	56	10	44,44	6,58	65	20	84,42	45,45
Laranja	-	240	-	84	-	55,26	-	20	-	45,45
Pêssego	12	-	7	-	5,56	-	2	-	2,60	-
Tangerina	179	-	63	-	50,00	-	10	-	12,99	-
Uva	-	60	-	58	-	38,16	-	4	-	9,09
Total	-	-	126	152	100,00	100,00	77	44	100,00	100,00

Fonte: SIDRA IBGE (Tabela 1613)

\* Nota: Erva-mate em folha verde.

## PECUÁRIA

O plantel da pecuária é fonte significativa de renda para Três Barras do Paraná. Conforme a Tabela 3.3.15, a atividade pecuária apresenta uma participação considerável na economia do Município, sendo que no período de 2002 a 2005 o aumento do rebanho atingiu 8,18%. No período 2002-2003 ocorreu um crescimento de 6,53%; no período de 2003-2004 o crescimento foi de 7,53% e no período de 2004-2005 a criação de rebanhos apontou uma queda de 5,57%.

Nos mesmos períodos (2002-2003; 2003-2004 e 2004-2005) no Estado do Paraná, a criação de rebanhos cresceu em 3,01%; 10,98% e 7,19%; na Mesorregião Oeste Paranaense o crescimento foi de 2,17%; 6,76% e 4,42%; na Microrregião de Cascavel ocorreu acréscimo de 6,08%; 6,04% e decréscimo de 1,32%.

Em média, o crescimento dos rebanhos com melhor desempenho foi do Estado do Paraná com 7,06%, em seguida o da Mesorregião Oeste Paranaense com 4,45%; depois da Microrregião de Cascavel com 3,6% e finalmente do município de Três Barras com crescimento de 2,83%, mantendo, com isso, os patamares médios de rebanhos.

Tabela 3.3.15 – Efetivo dos Rebanhos por Tipo de Rebanho (Cabeças) – 2001 a 2004.

Regiões e Município	2002	2003	2004	2005
Paraná	153.452.903	158.069.248	175.421.134	188.034.309
Oeste Paranaense	53.881.524	55.049.878	58.769.145	61.364.188
Microrregião de Cascavel	21.645.666	22.962.264	24.348.789	24.027.351
Três Barras do Paraná	732.504	780.356	839.141	792.410

Fonte: IBGE, Produção Pecuária 2002 – SIDRA Tabela 73.

## Efetivos de Rebanhos

O Município apresenta significativa potencialidade para o desenvolvimento das atividades avicultura e bovinocultura, já que grandes abatedouros estão sendo disponibilizados na região, gerando possibilidade de aquisição da criação junto aos produtores, beneficiando os municípios que industrializam produtos dessa natureza.



Em relação às aves, a criação de galinhas, galos, frangos (as) e pintos, no período 2002-2005, conforme demonstra a Tabela 3.3.16, aumentou de 668.360 para 712.571 cabeças, o que corresponde a 6,61% de incremento na produção de aves. O rebanho de bovinos demonstrou crescimento de 29,95%, resultado do aumento de 41.854 para 54.389 cabeças. Com isso, esse rebanho permanece o de maior concentração no Município.

Os demais rebanhos apresentam números menos expressivos, entretanto, pode-se avaliar a viabilidade de estabelecer políticas de incentivo para o desenvolvimento da atividade como alternativa de geração de renda para os proprietários rurais.

As aves, pelas suas características em termos de volume, têm a maior participação nos rebanhos do Município, sendo que em 2002 a participação no total dos rebanhos era de 91,24%; em 2003 de 91,94%; em 2004 de 90,65%. Em 2005 ocorreu crescimento de 89,92% o mais baixo durante todos os períodos.

A criação de bovinos, segmento mais forte economicamente dentro da pecuária local, teve participação de 5,71% em 2002; 5,20% em 2003; 6,48% em 2004 e 6,85 em 2005 que, somados à participação das aves, contribuem com 97,0% do segmento pecuária.

Outro segmento de extrema importância e de mercado certo é a suinocultura que, no Município, tem participado com a média de 2,66% durante os anos de 2002 a 2005, o que significa pouco interesse e incentivo para esse commodities, a qual poderá ser vista como alternativa, no mínimo interessante, para compartilhar do desenvolvimento de Três Barras do Paraná.

Tabela 3.3.16 - Efetivos de rebanhos e produtos – período de 2002 a 2005.

Tipo de Rebanho	Efetivo dos Rebanhos (cabeças)				Efetivo dos Rebanhos (%)			
	2002	2003	2004	2005	2002	2003	2004	2005
Bovino	41.854	40.577	54.389	54.255	5,71	5,20	6,48	6,85
Suíno	19.549	19.592	21.348	23.038	2,67	2,51	2,54	2,91
Eqüino	1.230	1.212	1.217	1.155	0,17	0,16	0,15	0,15
Assinino	5	5	5	5	0,00	0,00	0,00	0,00
Muar	103	103	106	104	0,01	0,01	0,01	0,01
Coelhos	37	40	46	53	0,01	0,01	0,01	0,01
Ovino	1.006	978	986	810	0,14	0,13	0,12	0,10
Galinhas	55.542	55.670	60.930	56.055	7,58	7,13	7,26	7,07
Galos, Frangas, Frangos	612.818	661.812	699.736	656.516	83,66	84,81	83,39	82,85
Codornas	241	250	259	269	0,03	0,03	0,03	0,03
Caprino	119	117	119	150	0,02	0,01	0,01	0,02
Total	732.504	780.356	839.141	792.410	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE - Produção Pecuária 2005 – SIDRA Tabela 73.



### Produtos de Origem Animal

Os produtos de origem animal apresentam-se como opções viáveis pelos investimentos relativamente baixos e que sinalizam algumas vantagens econômicas e sociais, por serem atividades que podem aquecer o comércio praticamente durante todos os meses do ano.

A atividade leiteira, bem como a pecuária de corte, desde que bem gerenciadas, são atividades que poderão proporcionar incremento na economia local. A produção do leite apresentou queda no ano de 2003, retornando ao crescimento nos anos posteriores da análise, mas apresenta um potencial produtivo muito interessante devido às próprias características da região, que demonstra força nesse segmento. Cabe destacar a necessidade do órgão Executivo, em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura e com apoio dos órgãos do governo estadual e federal, promover o incentivo ao retorno dessa importante atividade geradora de renda, justamente pela sua expressão no cenário agropecuário regional.

A sericultura trata-se de uma atividade que apresenta expressivo potencial de geração de renda alternativa, principalmente pelo fato de não requerer investimentos vultosos. A potencialidade dessa atividade credencia estudos por parte do Poder Executivo por ter, se bem gerenciada, retorno significativo para o Município. Os números mostram que não houve uma ação efetiva para consolidação da atividade no contexto socioeconômico do Município. (Tabela 3.3.17)

A produção de mel de abelha é outra atividade com potencial para ser explorada em Três Barras do Paraná, face à facilidade de gerar renda.

O Município poderá consolidar políticas de diversificação, no sentido de preservar o homem no campo e gerar renda durante todo o ano, haja vista, que alguns produtores já estão exercendo, com sucesso, atividades alternativas de produção agropecuária.

Tabela 3.3.17 – Produtos de origem animal.

Tipo de Produto	2002	2003	2004	2005
Leite (Mil litros)	6.674	5.775	9.151	9.808
Bicho-da-seda (Quilograma)	5.742	13.735	3.707	1.437
Lã (Quilograma)	410	408	1.042	-
Ovos de Galinha (Mil dúzias)	612	668	731	655
Ovos de Codorna (Mil dúzias)	0	3	0	0
Mel de Abelha (Quilograma)	320	409	460	480

Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Agrícola Municipal 2004 SIDRA Tabela 74.

### CONCLUSÃO

Na elaboração dessa etapa do diagnóstico municipal, alguns pontos podem ser considerados relevantes para o Município, tais como: a composição do PIB do ano de 2004, identificando o Setor Primário como o que mais contribuiu, com 67,7%. Já



o Setor de Serviços contribuiu com 27,10% e o Setor Secundário com 5,13%. Por outro lado, o PIB municipal, considerando o ano imediatamente anterior, sinalizou elevação de 11,63% no período de 2001-2002; com aumento mais significativo no período de 2002-2003 atingindo a 19,60% e finalmente com crescimento negativo de 0,85%.

Em relação ao PIB per capita, os indicadores mostram queda de crescimento real de 15,25% no período de 2001-2002; no período de 2002-2003 o crescimento foi de 23,65%, considerado totalmente fora dos padrões brasileiros; e finalmente o crescimento de 2,61% no período de 2003-2004. O comportamento relativo ao período de 2003-2004 torna-se um parâmetro preocupante e, ao mesmo tempo, o Município pode, em razão desse crescimento menor, promover desafios de desenvolvimento econômico e social para recuperação do PIB per capita.

O Setor do Governo é um dos principais empregadores locais e aliado ao Setor de Serviços, são os mais importantes na geração de emprego e renda, o que demonstra grande dependência da economia do Município em relação ao setor público.

Em relação ao valor da produção, durante o período de 2003-2004, o município de Três Barras do Paraná foge um pouco da realidade da grande parte dos municípios paranaenses, onde a mandioca e o fumo passam a ter importante participação na economia local, porém mantém na dianteira o produto milho com a maior participação, superando inclusive, a soja que em boa parte dos municípios é o carro chefe de suas riquezas.

A pecuária tem uma participação considerável na economia do Município, apontando crescimento de 8,18% durante o período de 2003-2005, demonstrando importante potencial para o incremento da economia local, considerando o fato de que a região tem essa vocação e isto tem refletido nas cadeias econômicas desse segmento. Por estas razões, como forma alternativa de geração de renda continuada, vale a pena reunir esforços para adoção de políticas de médio e longo prazo para a consolidação desse importante commodities, promovendo como parte do processo a agregação de valores (beneficiamento da produção). Em relação à produção animal, observou-se a necessidade de incentivos e investimentos na cadeia leiteira, sericultura e produção de mel, por serem alternativas viáveis de geração de riquezas para o Município.

Os ramos de atividades que têm maior número de trabalhadores são no setor público e no comércio (serviços), e mesmo tendo o maior número de ocupações ainda não é uma quantidade significativa para atender à demanda de trabalhadores em busca de emprego, tampouco como forma de fixação da população no Município. A agropecuária, apesar de empregar pouco é um setor importante, pois as rendas do Município provêm em grande parte dela e a cadeia produtiva depende dos produtos



primários, dessa forma, existem grandes propriedades rurais que não geram empregos devido à característica da produção e a mecanização que não exige muita mão-de-obra.

Ao encontrar alternativas para os segmentos de mercado local e atrair novos investidores, gera-se a possibilidade de instalação de indústrias e agroindústrias como meio de utilizar a matéria-prima produzida internamente, fomentando o comércio e estimulando a consolidação das atividades agrícolas no processo de desenvolvimento econômico municipal, aumentando, com isso, a demanda por mão-de-obra e estimulando os gastos dentro do Município.

Se os administradores municipais de Três Barras do Paraná conseguirem implantar uma Política Econômica eficiente, o Município poderá ordenar-se e desenvolver-se economicamente através da implantação de programas e projetos, da execução de obras e manutenções, da aquisição de equipamentos e do fornecimento de serviços públicos básicos ligados à área da saúde, educação e lazer.

## **4. ASPECTOS SÓCIO-ESPACIAIS**



## 4.1 Uso e Ocupação do Solo

### ESPAÇO URBANO

#### Evolução

A planta original do núcleo urbano de Três Barras do Paraná foi projetada e concretizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No entanto, na implantação das ruas no sítio, não foi obedecida a orientação solar, segundo a Prefeitura Municipal devido a erro de projeto.

A pequena vila da década 1960 experimentou uma verdadeira expansão da malha na de 70, como pode ser verificado no Mapa 16 – Evolução Urbana.

A partir de 1980, começaram a ser implantados conjuntos habitacionais para a população de baixa renda no Município. A porção mais recente consiste em empreendimentos dessa natureza. Depois deste período, não foram realizados mais novos loteamentos.

Outras áreas urbanas do município são os distritos de Alto Alegre, Barra Bonita e Santo Isidoro. Todos contam com posto de saúde e escola pública.

#### Forma

A malha urbana de Três Barras do Paraná tem como característica principal o desenho de três vias paralelas de grande porte atravessando a cidade no sentido leste-oeste: as avenidas Paraná, Brasil e São Paulo localizadas no espigão da cidade (Mapa 16 – Evolução Urbana e figura 4.1.1). Estas conformam um eixo que confere linearidade à cidade, apesar das dimensões transversal e longitudinal da área urbana serem equivalentes. Na hipótese do núcleo crescer como as vizinhas Cascavel e

Toledo, tais vias comporiam um sistema trino de circulação veicular, distribuindo o escoamento de pessoas e mercadorias. Hoje, pelo pequeno porte do município, a largura da via pode parecer imprópria e desnecessária.

Fora do eixo, as quadras mantêm o padrão retangular, apesar de atingirem os fundos de vale, que deveriam ser preservados. Mais periféricamente, no entanto, o desenho difere daquele mais central, revelando uma ocupação de baixa renda, seja irregular ou de políticas habitacionais, com lotes diminutos e quadras menores e irregulares (Mapa 16 – Evolução Urbana).



Figura 4.1.1 – Vista aérea da sede de Três Barras do Paraná  
Fonte: Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

### Uso e Ocupação do Solo

Conforme a configuração do espaço, os usos comerciais e de serviços se concentram no eixo formado pelas três vias principais (Mapa 17 – Uso do Solo Urbano). Há mais alguns outros pontos de comércio vicinal, de bairro, nas ruas das Margaridas e Castelo Branco.

Os usos institucionais encontram-se bem distribuídos pela malha urbana que é adensada, sem locais de residências isoladas (Mapa 17 – Uso do Solo Urbano e figura 4.1.1). Este último tipo de uso ocupa as outras quadras fora do eixo, que é comercial, e, impropriamente, os fundos de vale dos córregos Três Barras e Trigolândia.

O lote padrão na área urbana mede 15 x 35 m, resultando em 525 m<sup>2</sup>, mas podem ser encontrados lotes com 180 m<sup>2</sup>, resultados de desdobros.

As edificações da cidade não ultrapassam o segundo pavimento, sendo predominantes moradias térreas. Quanto ao material, encontram-se distribuídas em todo



território construções de alvenaria e de madeira. O recuo frontal obedecido pela população é de 3 m.

## ESPAÇO RURAL

### Uso e Ocupação do Solo

No município de Três Barras do Paraná predominam pequenas propriedades rurais, de até 50 hectares, caracterizando agricultura familiar. Há poucos latifúndios, sendo que cerca de 90% dos proprietários repartem entre si metade de todo território produtivo, e 2% dos proprietários detêm quase 38% das terras. (tabela 4.1.1)

Tabela 4.1.1 – Número e área de estabelecimentos rurais segundo categorias de proprietários rurais, Três Barras do Paraná (1996)

Categorias de proprietários rurais	Unidades	(%)	Hectares	(%)
Total	1.813	100	42.723,66	100
Agricultores familiares (até 50 ha)	1678	92,56	21082,398	49,35
Empresários familiares (de 50 a 100 ha)	82	4,52	5.429,04	12,71
Empresários rurais (mais 100 ha)	53	2,93	16212,224	37,95

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Grande parte dos pequenos e médios estabelecimentos rurais destina-se a lavouras temporárias, seguida pela pecuária juntamente com a produção mista (lavoura e pecuária). As maiores propriedades servem mais à pecuária. (tabela 4.1.2)

Tabela 4.1.2 – Número de estabelecimentos rurais segundo grupos de área por atividade econômica, Três Barras do Paraná (1996)

Estabelecimentos	Lavoura temporária	Horticultura e produtos de viveiro	Lavoura permanente	Pecuária	Produção mista (lavoura e pecuária)
Total	865	13	7	463	465
Menos de 1 ha	9	2	-	17	5
1 a 2 ha	33	1	-	17	14
2 a 5 ha	204	3	3	82	86
5 a 10 ha	220	3	-	81	116
10 a 20 ha	211	2	4	111	130
20 a 50 ha	148	2	-	92	82
50 a 100 ha	23	-	-	36	23
100 a 200 ha	10	-	-	15	8
200 a 500 ha	4	-	-	7	1
500 a 1000 ha	3	-	-	2	-
1000 a 2000 ha	-	-	-	3	-

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Devido a esta estrutura fundiária, existem muitas comunidades rurais em Três Barras do Paraná, 35 ao todo (Mapa 18 – Uso do Solo Rural). São estas: Água Verde, Alto Barra, Alto Palmares, Antônio Zeca, Cruz Alta, Encruzilhada, Flor da Serra, Flores da Cunha, Freitas, Igreja Amarela, Itaguaçu, Kenedi, Linha Alta, Linha Nova, Mercindo, Nossa Senhora de Fátima, Palmital, Perobal, Pica-pau, Procopiak, Rosário do



Oeste, Santa Bárbara, Santa Genoveva, Santa Terezinha, Santo Antônio, São Bento, São Cristóvão, São Francisco, São José, São Luiz, São Paulo, São Paulo do Iguaçu, São Pedro, Sertãozinho e Trigolândia. Tais comunidades, em geral, possuem igreja e espaço comunitário. A comunidade de Rosário do Oeste conta com uma quadra de esportes e a de Alto Barras uma associação de pequenos produtores rurais.

Quanto a usos que podem gerar impacto ambiental, é importante salientar os muitos aviários espalhados por todo território municipal, além das 6 cascalheiras à beira das estradas e 3 pedreiras, segundo Mapa 18 – Uso do Solo Rural.

Um grande problema que afeta o sistema hídrico de Três Barras do Paraná significativamente é a localização de seus cemitérios rurais, 16 ao todo. Todos estão a menos de 500 m, distâncias não-seguras, provavelmente contaminando o subsolo e, por conseguinte, as águas do município.

Em relação à conservação da vegetação nativa, 40% da mata ciliar encontram-se preservada segundo a Prefeitura Municipal, e ainda existe o Parque Estadual do Rio Guarani, com 2.230 hectares. Também há produção de madeira de reflorestamento, entre pinus e eucalipto, que, apesar de não constituírem áreas de ecossistemas, com biodiversidade e complexidade de relações entre fauna, flora e demais seres vivos, compõem massa arbórea que tem importância na conservação do solo e de outros fatores ambientais.

Tabela 4.1.3 – Utilização das terras em área, Três Barras do Paraná (1996)

Utilização das terras	Área dos estabelecimentos agropecuários	
	Hectare	Percentual
Total	42.723,66	100
Lavouras permanentes	278,792	0,65
Lavouras temporárias	13.858,44	32,44
Lavouras temporárias em descanso	234,614	0,55
Pastagens naturais	1.524,12	3,57
Pastagens plantadas	19.534,01	45,72
Matas e florestas naturais	4.924,05	11,53
Matas e florestas artificiais	388,966	0,91
Terras produtivas não utilizadas	337,538	0,79
Terras inaproveitáveis	1.643,13	3,85

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

### Condição Legal das Terras

Em Três Barras do Paraná, existe uma área de posse do poder público onde integrantes do Movimento Sem Terra (MST) aguardam serem instalados em local próprio de política de reforma agrária.

Já foram realizados assentamentos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pela Companhia Paranaense de Energia (COPEL), no local indicado no Mapa 18 – Uso do Solo Rural.



Tabela 4.1.4 – Condição legal das terras, Três Barras do Paraná (1996)

<b>Condição legal das terras</b>	<b>Hectare</b>	<b>(%)</b>
Terras próprias	35.316,34	82,66
Terras arrendadas	230,598	0,54
Terras em parceria	3.392,56	7,94
Terras ocupadas	3.784,16	8,86
Total	42.723,66	100

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário



## 4.2 Habitação

### DENSIDADE HABITACIONAL E CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO URBANA

Segundo o censo demográfico do IBGE, no ano de 2000 Três Barras do Paraná possuía 3.088 domicílios particulares permanentes, sendo 1.345 destes situados em território urbano e 1.743 no rural. A maioria dos domicílios, tanto urbanos quanto rurais, estava ocupada por famílias de três ou quatro componentes (Tabela 4.2.1). É importante observar que 97,4% da população de Três Barras do Paraná residiam em domicílio particular permanente; outros 2,5% em domicílios particulares improvisados; e uma pequena porção (não chega a 0,1%) em domicílios coletivos.

Tabela 4.2.1 – Percentual de Famílias residentes por número de componentes e situação domiciliar – Três Barras do Paraná 2000.

Componentes da Família	Total	Urbana	Rural
01	6,74	4,76	1,97
02	19,90	9,90	9,97
03	24,30	11,10	13,20
04	24,60	11,20	13,40
05	14,80	4,86	9,91
06	6,17	2,62	3,55
07	2,07	0,50	1,57
08	1,04	0,27	0,77
09	0,43	-	0,43
10 ou mais	0,05	-	0,05

Fonte: IBGE - <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=cd&o=9&i=P>



Os imóveis residenciais de Três Barras do Paraná, em sua maioria (77,5%) são próprios, outros 7,6% alugados e mais de 13,3% são cedidos, entre imóveis urbanos e rurais. (Tabela 4.4.2)

Tabela 4.2.2 – Percentual de Famílias residentes por condição de ocupação e situação do domicílio – Três Barras do Paraná 2000.

Condição de ocupação do domicílio	Urbana	Rural
Próprio	35,56%	45,08%
Alugado	6,41%	0,41%
Cedido	2,61%	8,53%
Outra	-	1,41%

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=cd&o=9&i=P>

Os aluguéis com valores mais baixos – em média R\$250,00 – concentram-se nos bairros Alto Campo, Jardim Floresta e proximidades. Isso se deve ao distanciamento dessas áreas das zonas comerciais onde se concentram as lojas, mercados, serviços públicos e outros, o que justifica também a valorização dos terrenos que se encontram no centro da cidade, nas avenidas São Paulo, Paraná e Brasil, que chegam a custar R\$ 100.000,00, contrastando com valores de R\$ 15.000,00 dos lotes de mesmo padrão, porém situados na periferia.

## DÉFICIT HABITACIONAL

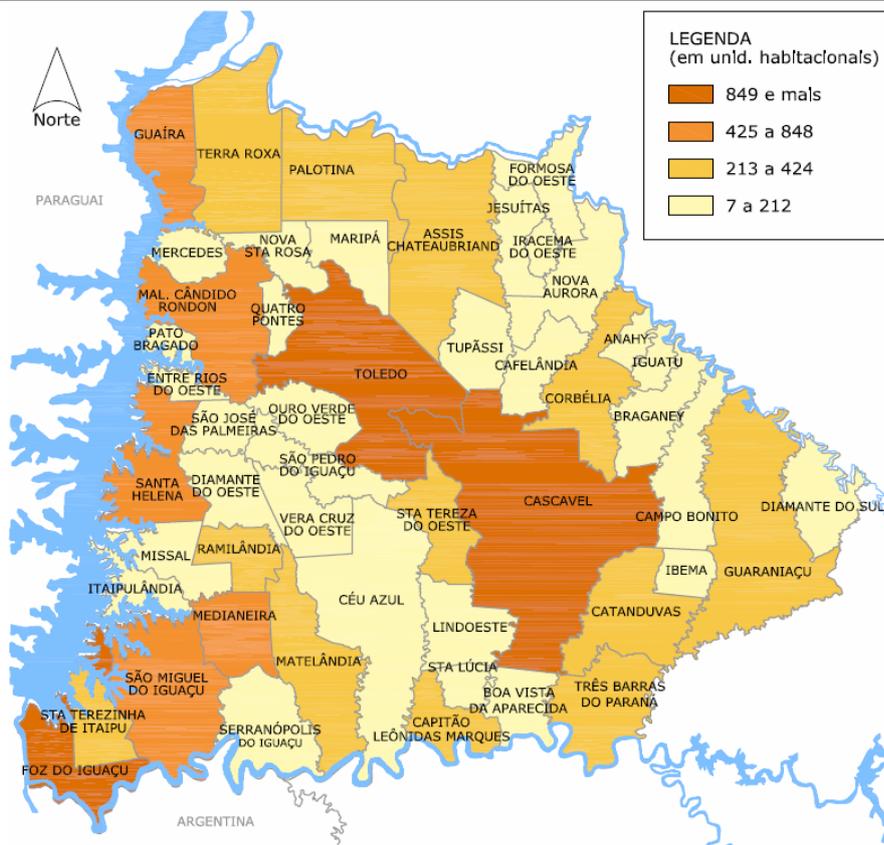
O déficit habitacional corresponde "*à necessidade de reposição total de unidades precárias e ao atendimento da demanda não-solúvel nas condições atuais do mercado de habitação*".\*

O déficit habitacional paranaense foi estimado em 169.227 novas moradias, em 2000, e o de Três Barras do Paraná foi de mais de 200 novas moradias (figura 4.2.1). No Município, atinge 10% da população, enquadrado, portanto, no conjunto de 374 municípios do Estado com déficit entre 3,18% a 12,70% (figura 4.2.2).

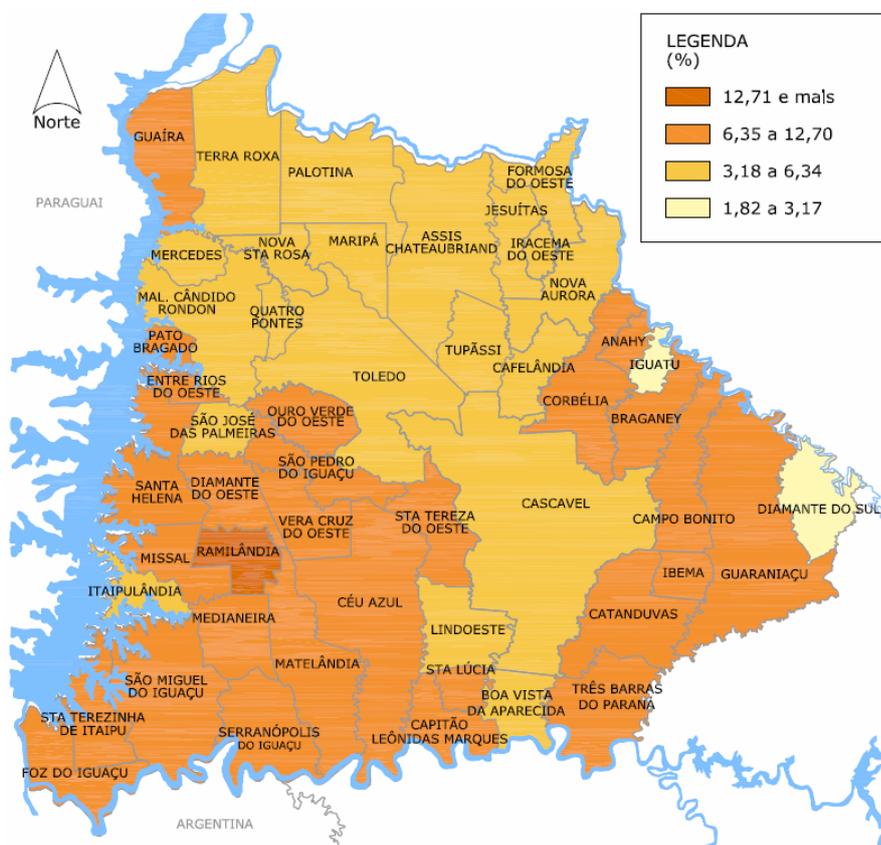
O déficit habitacional leva em consideração três fatores, segundo o Atlas de Necessidades Habitacionais no Paraná:

- Domicílios improvisados (figura 4.2.3);
- Famílias conviventes (figura 4.2.4);
- Co-habitação disfarçada (figura 4.2.5).

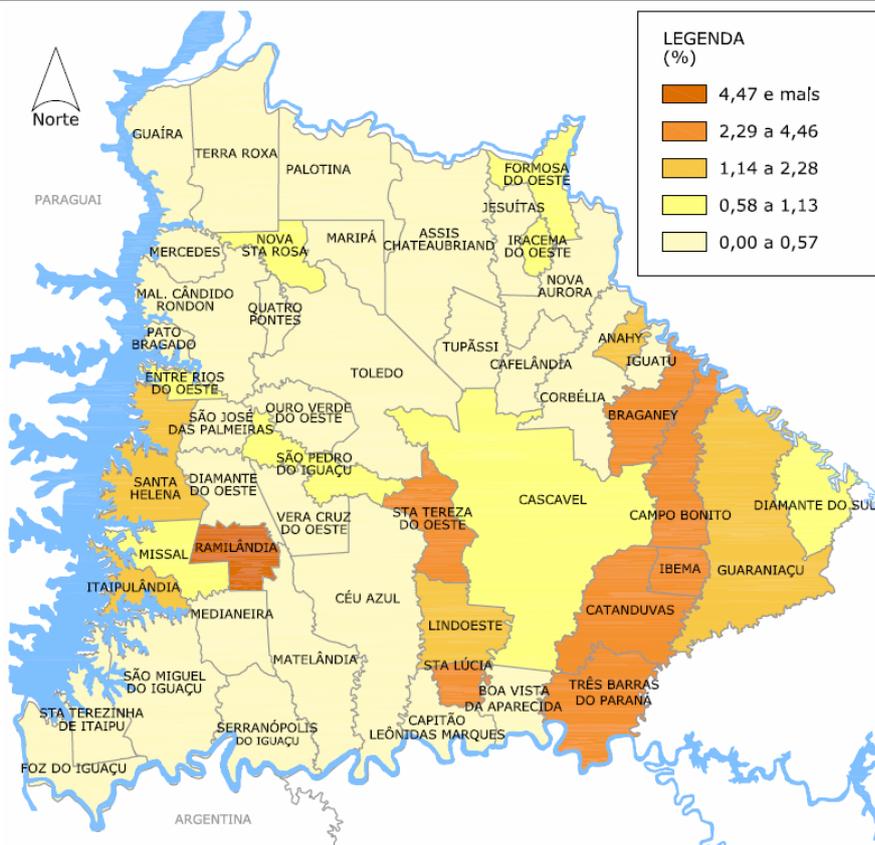
\* Atlas de necessidades habitacionais IPARDES 2000.



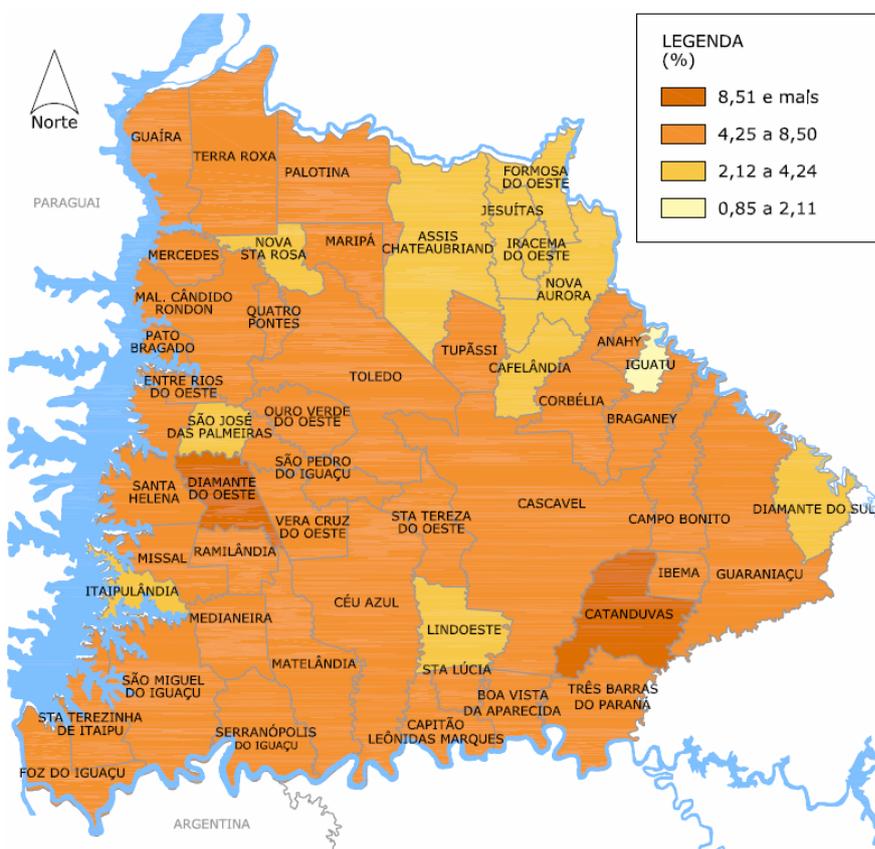
**Figura 4.2.1 – Déficit Habitacional Absoluto**  
 Fonte: Atlas de Necessidades Habitacionais no Paraná, 2000



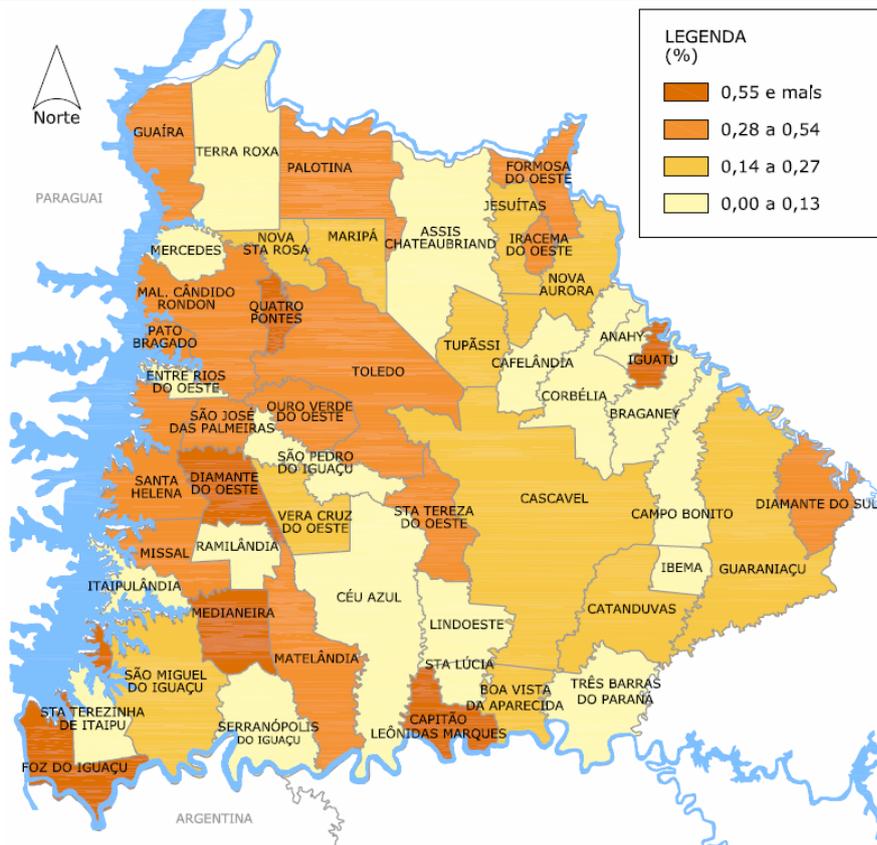
**Figura 4.2.2 – Déficit Habitacional Relativo**  
 Fonte: Atlas de Necessidades Habitacionais no Paraná, 2000



**Figura 4.2.3 – Domicílios improvisados**  
 Fonte: Atlas de Necessidades Habitacionais no Paraná, 2000



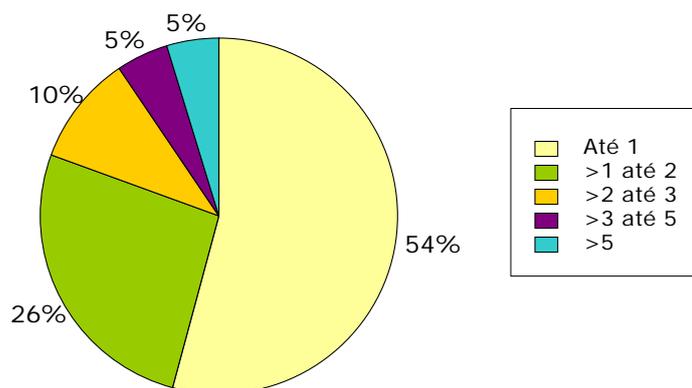
**Figura 4.2.4 – Famílias conviventes**  
 Fonte: Atlas de Necessidades Habitacionais no Paraná, 2000



**Figura 4.2.5 – Co-habitação disfarçada**  
**Fonte: Atlas de Necessidades Habitacionais no Paraná, 2000**

O déficit habitacional, em 2000, era composto de 54% de famílias com renda de até 1 salário mínimo e 36% por famílias de 1 a 3 salários mínimos\*, observados no gráfico 4.2.1.

**Gráfico 4.2.1 – Déficit habitacional segundo classe de renda – 2000**



**Fonte: Atlas de necessidades habitacionais no Paraná – 2000**  
**Notas: Dados trabalhados pela DRZ Consultores Associados**

Em Três Barras do Paraná, conforme levantamento realizado através de cadastros da Prefeitura Municipal há 200 famílias, aproximadamente, morando em áreas

\* Dados do Censo IBGE 2000.



irregulares, próximas aos córregos. Os locais de maior concentração delas estão na Rua Bahia, próximo ao Bairro Jardim Floresta e na Rua Santa Catarina, Bairro Alto Campo.

Existem também habitações em condições precárias implantadas em Áreas de Preservação Ambiental – APP, tais como as da Rua Mato Grosso, Minas Gerais, Rondônia e Amapá (Mapa 17 – Uso do Solo Urbano). Muitas delas são alugadas ou cedidas.

Na localidade do Santo Isidoro, encontram-se as famílias em situação de maior precariedade habitacional. Ali, foi realizado um cadastramento pela Prefeitura Municipal que constatou demanda de 35 famílias que necessitam de moradia.

### POLÍTICA HABITACIONAL

As políticas públicas para o setor habitacional visam criar mecanismos de controle das invasões irregulares, principalmente em APP, através da construção de casas populares e da disseminação de palestras educativas.

As primeiras ações do Município com fins habitacionais aconteceram em 1986, com a implantação de 11 empreendimentos, totalizando 310 unidades habitacionais nas áreas urbanas (Mapa 19 – Conjuntos Habitacionais).

Há previsão para a implantação de novos conjuntos habitacionais na localidade do Santo Isidoro e de mais 28 casas populares para o ano de 2007, através de convênio com a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e Caixa Econômica Federal (CEF).

Tabela 4.2.3 – Conjuntos habitacionais públicos em Três Barras do Paraná.

Empreendimento	Unidades	Conclusão	Programa	Modalidade
Cresol	14	20/06/2006	Parceria	Parceria Rural
Três Barras do Paraná Rural I	43	25/01/2006	C. da Família	C. Família Rural
Moradias Floresta Solidariedade	39	01/04/2002	Casa Feliz	Feliz Paraná Solidário
Vila Rural Araucária	24	20/02/1998	Vila Rural	Vila Rural
Três Barras do Paraná IV	25	25/05/1994	C. da Família	C. Família
Três Barras do Paraná	30	31/12/1987	Mutirão	Mutirão
Três Barras do Paraná	20	28/02/1987	Mutirão	Mutirão
Três Barras do Paraná	20	18/12/1986	Mutirão	Mutirão
Moradias Floresta	23	-	Casa Feliz	C. Feliz Normal
Residencial Três Barras do PR I	62	-	C. da Família	C. Família/ Caução
Residencial Três Barras do PR I Santo Isidoro	10	-	C. da Família	C. Família
TOTAL (11)	310			

Fonte: COHAPAR – [www.pr.gov.br/cohapar](http://www.pr.gov.br/cohapar)



## 4.3 Sistema Viário

### REGIONAL

A região de Três Barras do Paraná tem como importantes vias de escoamento rodovias que compõem o anel de integração:

- BR-277: conduzindo o tráfego até Curitiba no sentido leste;
- BR-277: até Foz do Iguaçu no sentido oeste;
- BR-376: até Campo Mourão no sentido nordeste.

A cidade de Cascavel, importante centro de serviços e comércio para Três Barras do Paraná, situa-se no encontro das vias citadas. A ligação entre tais municípios, no entanto, é dada majoritariamente pela PR-180 atualmente, passando pelo município vizinho de Boa Vista da Aparecida e pela PR-484. Por encontrar-se em pior estado de conservação, a PR-471, que dá acesso direto de Três Barras do Paraná ao anel de integração (PR-277) atravessando Catanduvas, é menos utilizada por sua população. (Mapa 20 – Sistema Viário Regional)

A ferrovia que liga Cascavel a Guarapuava, a Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A (Ferroeste), é importante alternativa de transporte de cargas.

Em Foz do Iguaçu pode ser acessada a hidrovia do Rio Paraná, que sobe até São Simão no estado de Goiás e Iturama em Minas Gerais.



Para referência aeroportuária, Três Barras do Paraná conta com aeroportos públicos em Cascavel e Marechal Cândido Rondon e mais o aeroporto internacional de Foz de Iguaçu.

## MUNICIPAL

O sistema viário municipal de Três Barras do Paraná é articulado principalmente pelas rodovias estaduais PR-471 e PR-484. A primeira atravessa o Município no sentido norte-sul, interligando a cidade ao anel de integração paranaense e ao distrito de Barra Bonita. A segunda, no leste-oeste, dá acesso aos vizinhos Boa Vista da Aparecida e Quedas do Iguaçu.

Quanto a estradas municipais, Três Barras do Paraná é bastante servido de rotas alternativas devido a sua estrutura fundiária de predomínio de pequenas propriedades. Mas existem aquelas que se destacam na circulação intra-municipal, e são pavimentadas por pedra irregular (Mapa 21 – Sistema Viário Municipal).

A caixa de rolagem das estradas rurais varia entre 4 a 6 metros de largura, sendo a faixa *non aedificandi* exigida de 12 metros, porém, muitas vezes essa distância não é respeitada pelos proprietários rurais que, em diversos pontos do território rural, cercam parte da faixa de domínio das estradas rurais e a utilizam para plantio de lavouras e pastagens. Por essas estradas rurais passam os veículos responsáveis pelo transporte escolar.

## URBANO

O sistema viário urbano da sede de Três Barras do Paraná é estruturado pelo eixo central que apresenta porte e abrangência que propiciam seu uso de circulação e centralização de comércio e serviços. Composto pelas avenidas Brasil, Paraná e São Paulo que possuem caixa de rolagem de cerca de 7 m em cada sentido e canteiro central também de 7 m, totalizando mais de 21 m, o eixo atravessa a área urbana de leste a oeste, dando continuidade à rodovia PR-471. A Avenida Paraná ainda possui área de estacionamento oblíquo no canteiro central. A dimensão do passeio público nestes locais é de 3 m. (Mapa 22 – Sistema Viário Urbano)

As faixas carroçáveis das demais vias variam entre 8 e 10 metros. Aquelas de menor dimensão transversal possuem passeio público de 1 m, e as maiores, passeio de 1,5 m.

As ruas Castelo Branco, Ângelo Boaretto e das Margaridas destacam-se entre as vias fora do eixo por concentrarem pequeno mas significativo comércio, além de conduzirem o tráfego do centro aos bairros mais periféricos. O destaque à Rua Sobradinho se deve, além destas mesmas características, também ao fato de dar



---

prosseguimento à rodovia até as avenidas principais já mencionadas. (Mapa 22 – Sistema Viário Urbano)

As demais ruas da malha urbana da sede podem ser consideradas como vias locais, ou seja, que se destinam ao acesso direto às propriedades, onde o uso e ocupação do solo é principalmente residencial, com eventuais ocupações comerciais e de prestação de serviços de interesse cotidiano, com baixo potencial de geração de tráfego e movimento.

Um problema de circulação de pedestres reside no fato de que poucos passeios públicos são pavimentados, e mesmo entre aqueles com calçamento, estes são inadequados, de material inseguro, escorregadio e com grande desnível em relação à caixa de rolagem. Também se encontram inadequados em relação à norma NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – que regulamenta os elementos e procedimentos para garantir a acessibilidade universal.

Outro problema, segundo a Prefeitura Municipal, está no desenho da curva da rodovia de acesso, indicada no Mapa 22 – Sistema Viário Urbano, que representa perigo aos motoristas e pedestres que caminham da sede a suas comunidades rurais

# **5. ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA**



## 5.1 Abastecimento de Água

O abastecimento de água na Mesorregião Oeste Paranaense atende, na região de Três Barras do Paraná, um percentual dentro da média do Estado. A média dos domicílios atendidos por rede geral de abastecimento de água na área urbana do Estado do Paraná é de 96,79%. Observa-se na figura 5.1.1, que o município de Três Barras do Paraná possui atendimento por rede de abastecimento de água entre 90 a 96,79% dos domicílios, seguindo dados do IPARDES do ano de 2000.

Toda a área urbana de Três Barras do Paraná é atendida pelo convênio com a Companhia de Abastecimento do Estado do Paraná (SANEPAR), sendo esta responsável pelo tratamento de água e sua distribuição nos domicílios.

A captação de água é realizada no córrego Trigolândia, o tratamento é realizado através de processo de adução, coagulação, decantação, filtração, desinfecção e fluoretação.

O atendimento às vilas ou comunidades rurais é de responsabilidade do Município ou das próprias comunidades, existindo programas para a implantação do sistema de tratamento. Apenas os distritos de Santo Isidoro, Barra Bonita, Alto Alegre e a Vila Rural próxima da área urbana, são abastecidos pelo sistema da SANEPAR, porém administradas pelo Município.

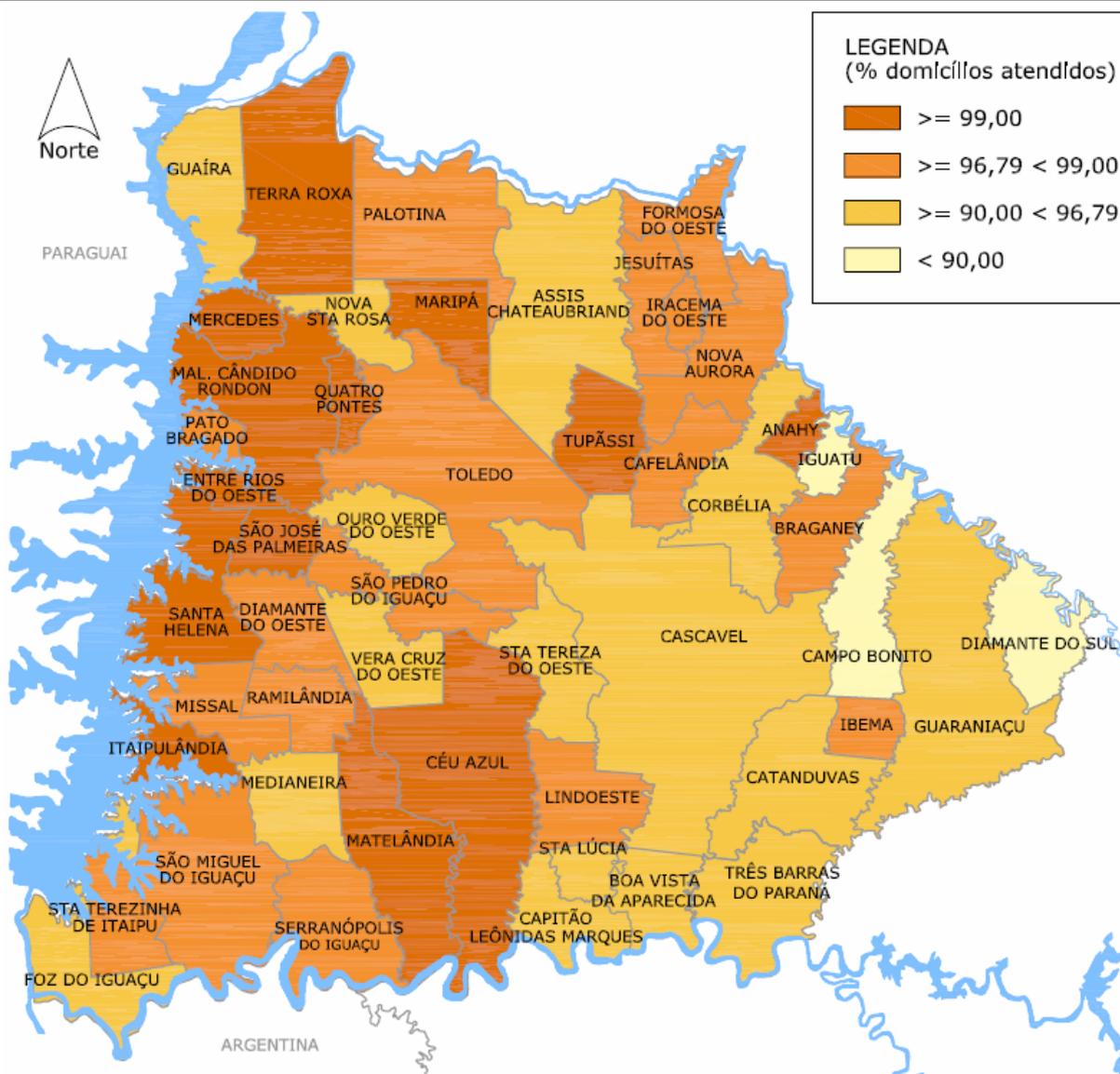


Figura 5.1.1 – Abastecimento de água na Mesorregião Oeste Paranaense  
Fonte: IPARDES, 2000

Hoje são atendidas aproximadamente 1.180 ligações atendendo a imóveis na área urbana, abrangendo 95% da população, com consumo diário médio de litros por pessoa. O consumo de água no Município apresenta-se bastante reduzido caracterizando-se considerável economia, uma vez que o consumo diário ideal recomendado pelas organizações internacionais é de 150 litros por pessoa, considerando também que famílias atualmente estão enquadradas no programa de Tarifa Social que delimita consumo de 10m<sup>3</sup>/mês por residência ou de 2,5m<sup>3</sup>/mês por pessoa.

O principal problema no fornecimento de água tratada está na localização do manancial de abastecimento muito próxima de áreas de cultivo de soja, milho, feijão e de implantação de granjas avícolas, atividades estas que consomem considerável volume de água. Em função desta situação, o manancial apresenta deficiência de quantidade de vazão em períodos de estiagem. A SANEPAR já perfurou



diversos poços na tentativa de obter outras fontes de abastecimento, porém a região não oferece condições para utilização desses recursos.

Além disso, existe o risco de contaminação pelas atividades agropecuárias desenvolvidas próximas ao manancial e pela localização do cemitério municipal (Mapa 23 – Abastecimento de Água). Cabe destacar a necessidade de adequação do cemitério frente às exigências ambientais das leis e normas pertinentes, como meio de preservar e de garantir a qualidade das águas do Município, pois o problema se estende aos vários outros cemitérios rurais que existem em Três Barras do Paraná que não estão sob administração da Prefeitura.

A projeção para os próximos 10 anos é a manutenção da rede de abastecimento de água, garantindo a qualidade em 100% da área urbana, prevendo na Lei Municipal de Parcelamento do Solo que os novos loteamentos terão tal benefício executado pelo loteador, bem como monitorar e fiscalizar as APP ao longo de cursos d'água para garantir a preservação dos recursos hídricos.



## 5.2 Esgotamento Sanitário

Na Mesorregião Oeste Paranaense grande parte dos municípios não possui rede geral de esgoto, sendo poucos os que atendem mais de 47% da população e que a maioria deles atende menos de 20% de sua população (figura 5.2.1).

Em Três Barras do Paraná a coleta e tratamento de esgoto são de responsabilidade da SANEPAR, que atende hoje 3,96% da sua população. Porém uma parceria entre o Município e o Governo do Estado, através da SANEPAR, vai alterar essa realidade para que 39% da população sejam beneficiadas com o Sistema de Esgotamento Sanitário, fundamental para a qualidade de vida da população e para a melhora nos números do IDH Municipal. Serão implantadas mais 500 ligações prediais.

Atualmente não são atendidos por rede coletora de esgoto os setores indicados no Mapa 24 – Rede de Coleta de Esgoto.

O esgoto é encaminhado para uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), que foi projetada para suportar 100% da demanda de ligações da área urbana.

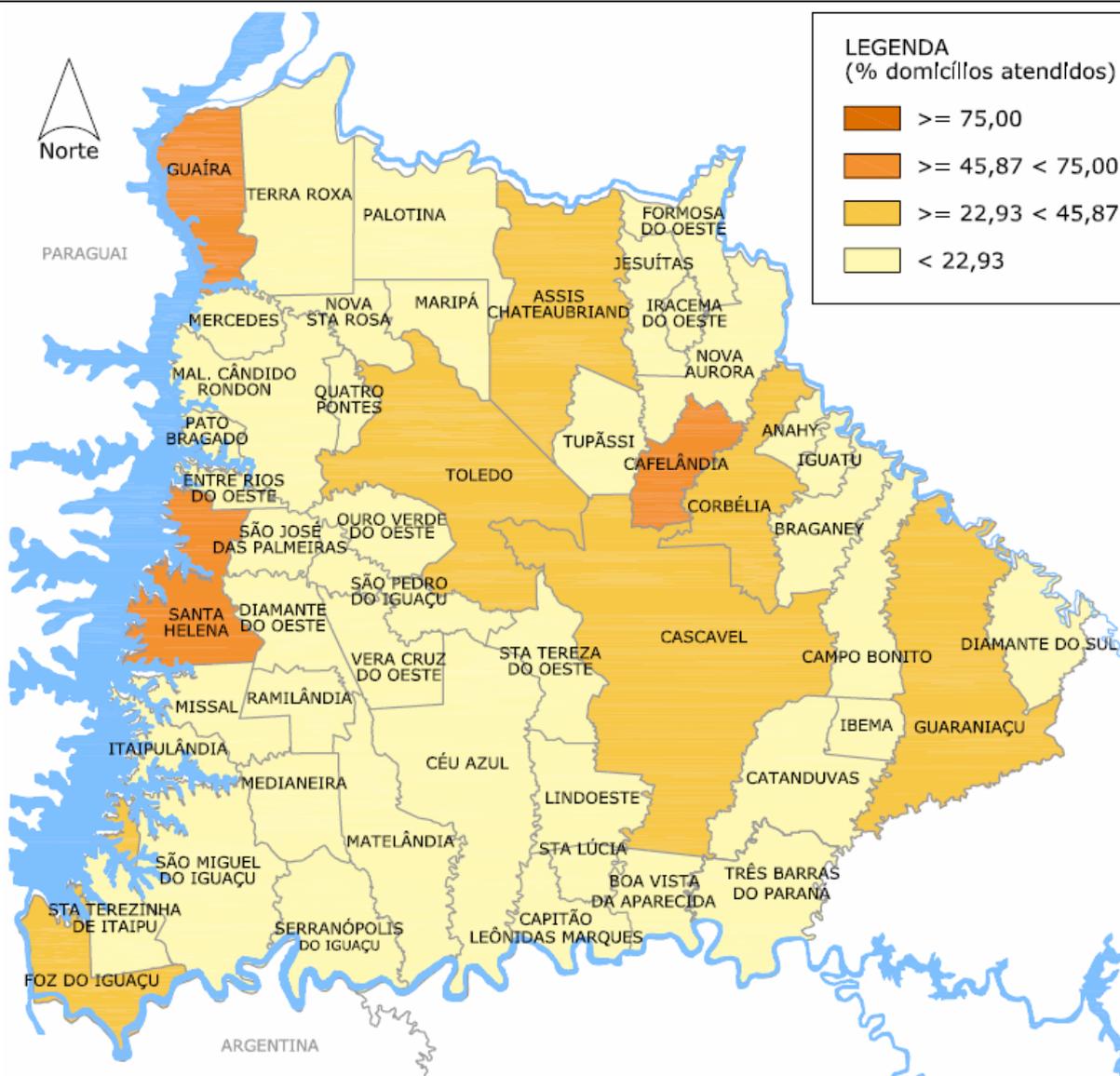


Figura 5.2.1 – Esgotamento sanitário na Mesorregião Oeste Paranaense  
 Fonte: IPARDES, 2000

As habitações que ainda não são atendidas pela rede de coleta de esgoto utilizam-se do sistema de fossa e sumidouro, em média, uma por lote, porém existem casos de mais de um desses equipamentos, em que a segunda fossa teve que ser construída na calçada por falta de espaço. Casos que geram problemas à SANEPAR, que por vezes é obrigada a desviar a rede de abastecimento de água nesses locais e solicitar a desativação das fossas, para evitar contaminação da água. Atualmente a Vigilância Sanitária faz o controle da construção dessas fossas não permitindo que as mesmas fiquem próximas à rede de abastecimento de água. O uso das fossas sépticas gera demandas constantes de limpeza e essas são executadas por empresas particulares contratadas pelo usuário e eventualmente pela Prefeitura Municipal. Entretanto, sabe-se que as fossas sépticas e sumidouros, desde que adequadamente construídos e eficientemente manejados, geram menor impacto ambiental do que sistemas inadequados de tratamento de esgoto coletivo.



A área rural não dispõe do serviço de coleta de esgoto, utilizando-se também de fossas sépticas ou ligações clandestinas, sem qualquer tipo de tratamento, em córregos e ribeirões.

Segundo técnicos da Prefeitura Municipal, o solo do Município possui boa profundidade, não apresentando problemas quanto à infiltração em lençóis freáticos.

A projeção para os próximos 10 anos é a manutenção da rede de coleta de esgoto existente, bem como a ampliação da coleta em 100% da área urbana, prevendo na Lei Municipal de Parcelamento do Solo que os novos loteamentos já terão tal benefício executado pelo loteador.

Priorizar o tratamento de esgoto e a fiscalização da rede de águas pluviais, a fim de combater e prevenir ligações clandestinas de esgoto nas galerias de captação pluvial evita a contaminação dos cursos hídricos. Monitorar e inibir ligações clandestinas de águas pluviais nas tubulações de coleta de esgoto evita, por sua vez, a sobrecarga das redes.



## 5.3 Drenagem de Águas Pluviais e Pavimentação

### PAVIMENTAÇÃO

Na sede de Três Barras do Paraná praticamente todas as vias são pavimentadas, mas somente as três avenidas principais (Brasil, Paraná e São Paulo) são asfaltadas (Mapa 25 – Pavimentação). Há projeto da Prefeitura para calçamento por pedra irregular daquelas ruas que se encontram ainda em leito natural.

No Município existem pedreiras que suprem a necessidade deste tipo de pavimentação que também é utilizado em algumas estradas rurais. (Mapa 21 – Sistema Viário Municipal)

### DRENAGEM

O sistema de drenagem de águas pluviais utiliza a própria topografia para, através da gravidade, conduzir as águas pluviais a valas ou drenos e aos corpos d'água que se encontram dentro da malha urbana, córregos Três Barras e Trigolândia.

A rede de galerias contempla somente a porção mais central da sede do Município, descobrindo as áreas mais periféricas, justamente aquelas de maior declividade e proximidade com os fundos de vale. Esta falta acarreta processos de erosão, mas não há previsão do poder público para ampliar o atendimento desta infraestrutura. (Mapa 26 – Drenagem)



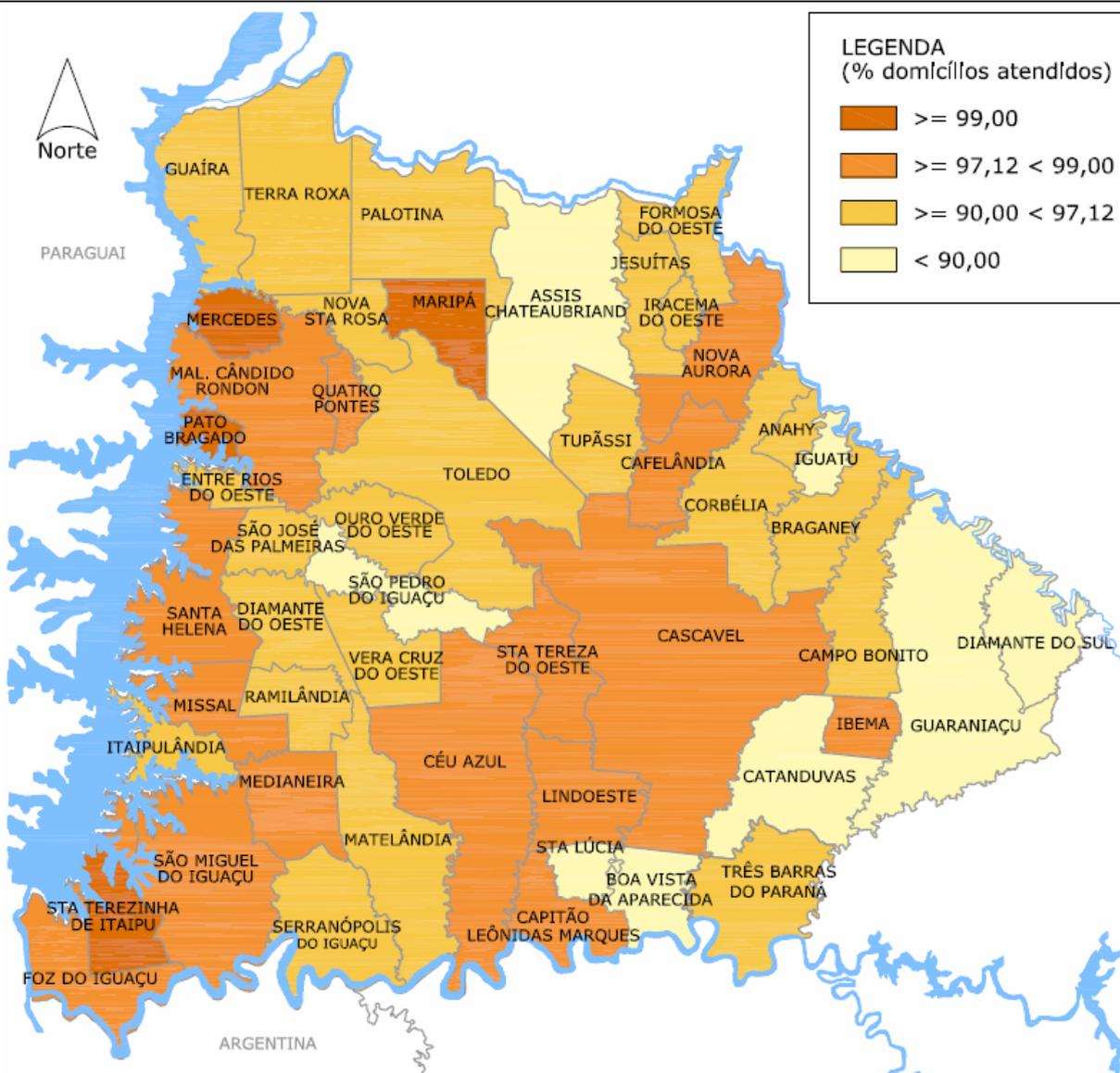
## 5.4 Resíduos Sólidos

Dentro de sua Mesorregião, o Município de Três Barras do Paraná classifica-se entre aqueles abaixo da média estadual de 97,12% dos domicílios atendidos por este tipo de serviço (figura 5.4.1).

A coleta dos resíduos domiciliares em Três Barras do Paraná é feita com veículo basculante fechado e é terceirizada. Toda a área urbana da sede do município é atendida diariamente no período noturno. A quantidade recolhida de quatro toneladas/dia e destinada ao aterro sanitário (Mapa 27 – Resíduos Sólidos), deve ser reduzida em 25%, segundo previsões municipais, através da futura implantação da coleta seletiva. Busca-se, desta maneira, o aumento da vida útil do aterro sanitário que atualmente é de seis anos, e que poderá ser estendida através desta iniciativa por mais três anos no mínimo.

No ano de 2006, Três Barras do Paraná desenvolveu um programa de coleta seletiva que envolvia as escolas, mas foi desativado por falta de pessoal treinado. No momento, há apenas catadores que recolhem o material reciclável, e nenhuma ação da municipalidade. Poucas residências separam o material reciclável, ao contrário dos estabelecimentos comerciais.

Não se faz coleta dos resíduos domésticos nos distritos de Barra Bonita, Santo Isidoro e Alto Alegre. Este lixo é queimado e, em alguns casos, é enterrado em quintais.



**Figura 5.4.1 – Coleta de lixo na Mesorregião Oeste Paranaense**  
 Fonte: IPARDES, 2000

Os resíduos da construção civil (entulho) são recolhidos pelo município e depositados em terreno próximo à malha urbana e ao ponto de captação de água da sede, fora do perímetro, conforme Mapa 27 – Resíduos Sólidos.

As indústrias de Três Barras do Paraná são responsáveis por seus próprios resíduos. Parte deles é submetida a processos de decomposição ou são utilizados como fonte de energia (a madeira, por exemplo); em outros casos são comercializados como material reciclável.

O lixo hospitalar dos estabelecimentos da saúde é armazenado em contêiner e recolhido por empresas especializadas que fazem o processo de destinação final de acordo com a legislação em vigor. Todos os estabelecimentos de saúde, inclusive farmácias e agroveterinários, possuem plano de gerenciamento de resíduos protocolados junto ao Instituto Ambiental do Paraná.



---

O material proveniente de podas de árvores é destinado à população de baixa renda como fonte de energia.

O antigo depósito de lixo do Município encontra-se cercado e arborizado, mas, como mostra o Mapa 27 – Resíduos Sólidos, está em local próximo a nascentes.

## **VARRIÇÃO**

A Secretaria de Serviços Urbanos é responsável pela varrição que é realizada somente na área central da sede do município, diariamente no período da manhã.

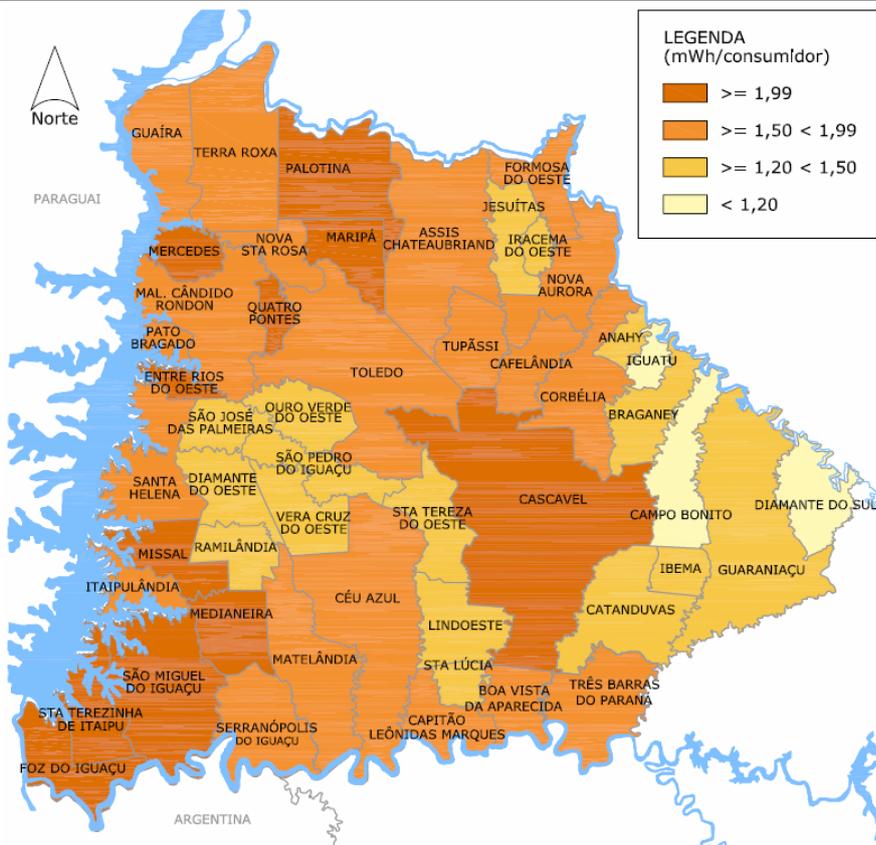


## 5.5 Energia Elétrica e Iluminação Pública

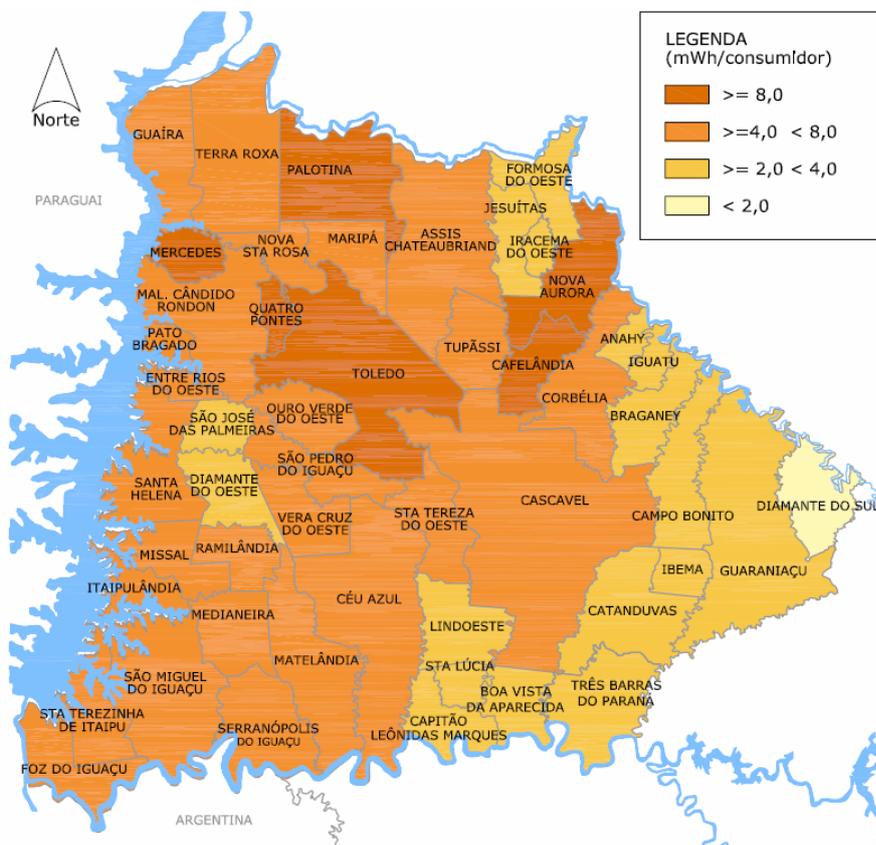
### ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) é responsável pelo fornecimento de energia em Três Barras do Paraná.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, no ano de 2000, 95,47% dos habitantes de Três Barras do Paraná vivam em domicílio com energia elétrica. Hoje, toda área urbana é atendida e o consumo médio residencial em megawatts-hora (mWh) por consumidor demonstra intensa utilização pela população. Já em meio rural, a classificação do Município comparado aos outros da mesma Mesorregião, encontra-se entre as mais baixas, já que a produção do setor primário em Três Barras não é caracterizada como de grande nível de mecanização, predominando pequenas propriedades dedicadas à policultura e gado leiteiro. Da mesma forma, os consumos comercial e industrial são baixos, pois não há grandes estabelecimentos nem atividades que exijam grande maquinário ou funcionamento contínuo, excetuando-se a câmara de resfriamento do laticínio.



**Figura 5.5.1 – Consumo de energia elétrica residencial**  
 Fonte: IPARDES, 2000



**Figura 5.5.2 – Consumo de energia elétrica rural**  
 Fonte: IPARDES, 2000

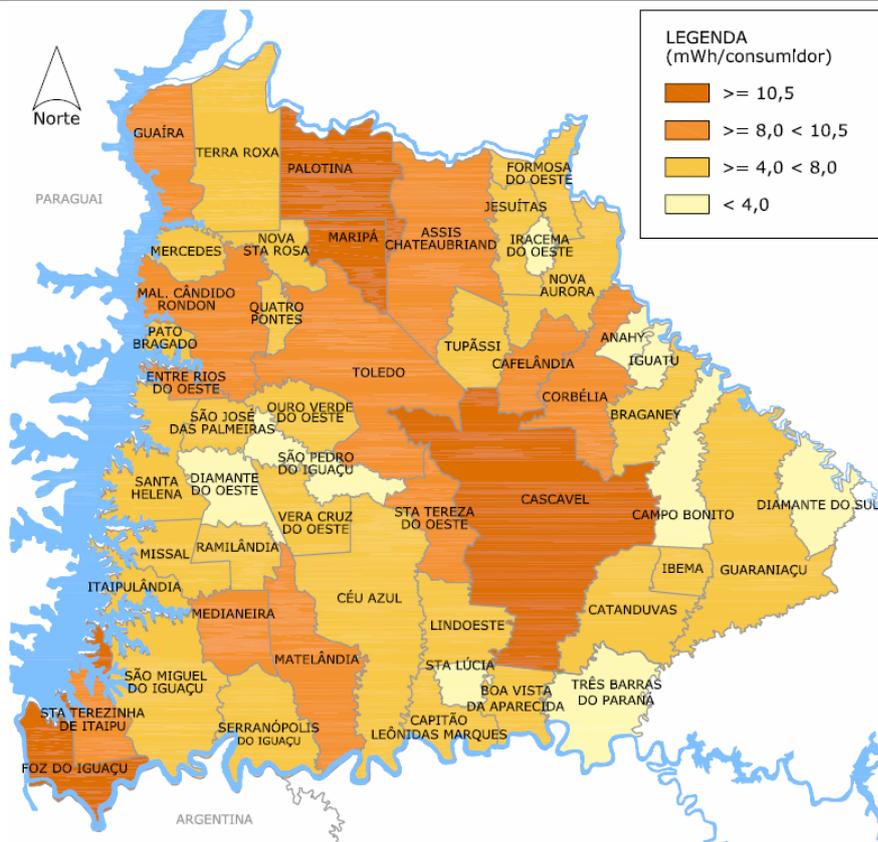


Figura 5.5.3 – Consumo de energia elétrica comercial  
 Fonte: IPARDES, 2000

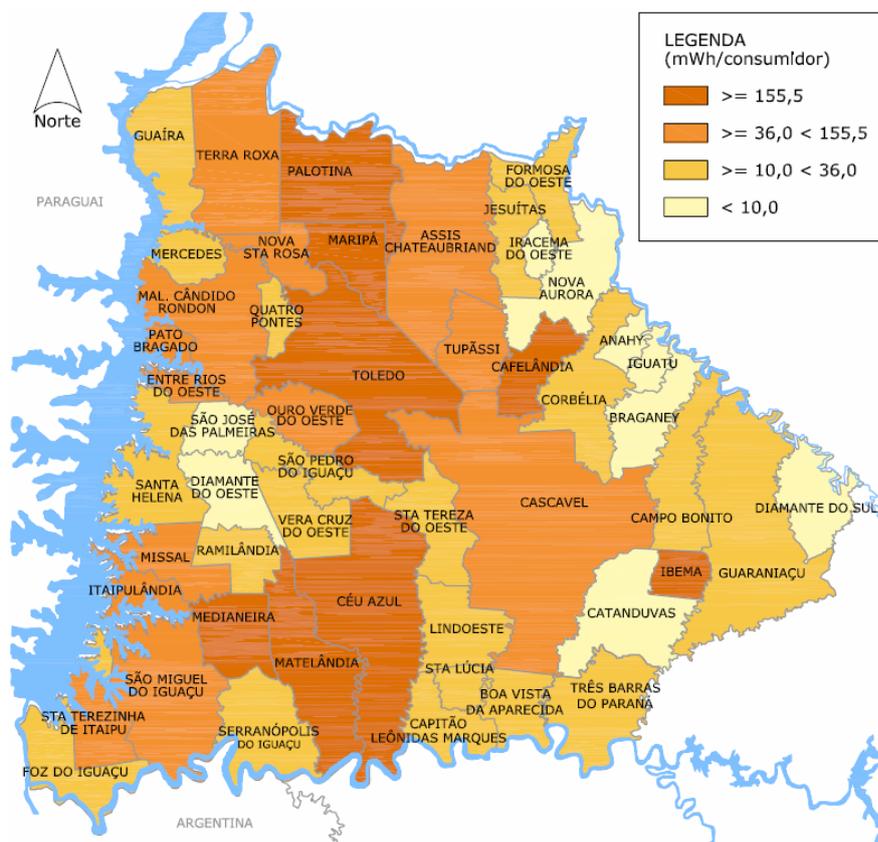


Figura 5.5.4 – Consumo de energia elétrica industrial  
 Fonte: IPARDES, 2000



---

## ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Toda área urbana do Município, tanto a sede como os distritos, é atendida por iluminação pública.

Os diferentes tipos de lâmpadas utilizadas estão distribuídos conforme o Mapa 28 – Iluminação Pública, e são:

- Vapor de sódio com potência de 250W;
- Vapor de mercúrio com potência de 125W;
- Vapor de mercúrio com potência de 80W.

Não há previsão de troca das lâmpadas de sódio pelas de mercúrio, nem de rebaixamento da iluminação.

Alguns locais da cidade sofrem com problemas de luminosidade ruim devido às copas das árvores que se transpõem ao foco da iluminação. Tal conflito da iluminação pública e rede de distribuição de energia com a arborização urbana são notórios não apenas em Três Barras do Paraná, mas na maioria dos municípios do país. Ao mesmo tempo, a conscientização da importância da arborização urbana é, a cada dia, adquirida por mais pessoas. Assim, uma das propostas a serem contempladas pelo Plano Diretor deverá ser um plano de substituição de árvores, adequando as espécies para resolver a incompatibilidade e a necessidade de podas contínuas feitas pela COPEL.



## 5.6 Comunicação

### TELEFONIA E INTERNET

O serviço de telefonia fixa que atende o município de Três Barras do Paraná é a Brasil Telecom; o de telefonia móvel conta com a operadora Vivo. Os sistemas funcionam de maneira satisfatória, mas o segundo poderia ser melhorado quanto ao alcance do sinal, que é falho em alguns locais da zona rural, pois sua antena está localizada em outro município. Portanto, somente a antena de telefonia fixa situa-se dentro da área urbana da sede.

Hoje, o Município conta com serviços de internet oferecendo sistema de discagem e banda larga.

### RÁDIO E TELEVISÃO

Devido à localização do Município é possível sintonizar as ondas de rádios AM e FM da região, porém com baixa qualidade de captação, e também os sinais de televisão das antenas geradoras, emissoras e retransmissoras de Cascavel. À torre que capta os sinais de televisão de Três Barras do Paraná falta manutenção que é de responsabilidade da Prefeitura.

Não há emissoras de rádio privadas nem comunitárias no Município.



---

## PERIÓDICOS

O jornal de maior expressão em Três Barras do Paraná é o “O Paraná”, com cerca de 70 exemplares diários. Outros jornais que circulam no Município são: “Gazeta” e “Correio do Povo do Paraná”.

Não há banca de revistas na cidade.

## CORREIOS

O Município dispõe de uma agência de correios que está localizada na área central conforme Mapa 29 – Equipamentos Urbanos.

A correspondência da área rural e bairros mais distantes é atendida através de caixas de postagens.

# **6. ASPECTOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS**



## 6.1 Saúde

Município de Três Barras do Paraná está inserido na 10ª Regional de Saúde do Estado do Paraná, a qual é composta por 25 municípios, sendo a sede Cascavel. O papel da regional é de apoio, cooperação técnica e investimentos nos municípios e nos consórcios, fomentando a busca contínua e crescente da eficiência com qualidade. O município conta também com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná (CISOP) com sede em Cascavel.

Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD, o município apresentou uma diminuição de 30,17% na taxa de mortalidade infantil no período de 1991 a 2000, passando de 36,03 óbitos por mil nascidos vivos em 1991 para 25,16 no ano de 2000, taxa ainda muito acima da preconizada pela OMS (15,9 óbitos por 1000 nascidos vivos).

Um dos indicadores que compõe o IDH-M, que é a esperança de vida ao nascer, cresceu 1 ano no período de 1991 a 2000 em Três Barras do Paraná, enquanto no Paraná cresceu 4 anos. Isso não implica a mesma disparidade no valor bruto do indicador, pois a esperança de vida em 2000 é de 67,2 anos no município e de 69 anos no Estado.

Segundo dados da 10ª regional os coeficientes de Três Barras do Paraná, em comparação com as médias regionais, em 2002, se mostravam piores em sua maioria, à exceção de acidentes de trânsito e homicídios. Mas houve grande melhora no município em relação a certas causas de morte, como doenças infecciosas e parasitárias que teve sua taxa reduzida de 26,90% para 9,49% e diabetes que diminuiu em praticamente quatro vezes. Destacam-se ainda as altas taxas de morte por



neoplasias malignas, que ultrapassam significativamente as médias regionais, tanto no ano de 2002, quanto em 2004.

Tabela 6.1.1 – Evolução do coeficiente de mortalidade por 100 mil por causa, comparado com as médias da 10ª Regional do Estado – 2002 e 2004

Ocorrências	Ano 2002		Ano de 2004	
	Município	Regional	Município	Regional
Tuberculose	0,00	3,77	9,49	1,44
Hanseníase	0,00	0,21	0,00	0,00
AIDS	0,00	3,98	0,00	3,50
Doenças Infecciosas e parasitárias	26,90	14,23	9,49	11,75
Neoplasias Malignas	134,48	87,71	151,79	98,95
Diabetes	35,86	19,68	9,49	20,82
Infarto do Miocárdio	71,72	54,63	66,41	48,24
Acidentes Cérebro-vasculares	80,69	58,40	66,41	52,78
Acidentes de Trânsito	26,90	34,12	28,46	48,65
Suicídios	8,97	6,07	0,00	9,28
Homicídios	17,93	22,19	28,46	29,69

Fonte: CD Banco de dados SIM - SVS / MS 1996-2002

Notas: O coeficiente para Hanseníase é por 10.000 hab.

No Município estão bem distribuídos os equipamentos públicos de saúde, sendo um centro de saúde no centro da malha urbana, três postos de saúde, um em cada distrito, um hospital municipal e uma clínica especializada da APAE. (Mapa 29 – Equipamentos Urbanos, Mapa 30 – Equipamentos no Município e Mapa 31 – Abrangência da Saúde)

Três Barras do Paraná possui atualmente um médico para cada 1182 habitantes (considerando-se o censo de 2000 que contabilizou uma população total de 11.822 habitantes); número que não atende às exigências do Ministério da Saúde que preconiza 1/1000 [médico/habitantes]. Existem no município 41 leitos que satisfazem às exigências do Ministério da Saúde (3 leitos/1000 habitantes) atingindo 3,5 leitos/1000 habitantes.

Os serviços da Secretaria Municipal de Saúde são compostos pelas unidades assistenciais diretas ou unidades de serviços e compreendem:

- Hospital Municipal Três Barras;
- Centro de Saúde de Três Barras;
- Posto de Saúde Alto Alegre;
- Posto de Saúde Barra Bonita;
- Posto de Saúde Santo Isidoro;
- Departamento Administrativo;
- Vigilância Epidemiológica;
- Vigilância Sanitária;
- Farmácia Municipal.

Há certos serviços especializados oferecidos na rede pública:



- Anatomia patológica/citopatológica;
- Atenção à tuberculose;
- Cardiologia;
- Controle e acompanhamento à gestação;
- Emergência;
- Equipe Saúde da Família (ESF);
- Fisioterapia;
- Hemoterapia;
- Laboratório clínico (patologia clínica);
- Radiologia;
- Reabilitação;
- Urgência.

### Postos de Saúde

Prestam atendimento nas ações básicas de saúde, em um total de três unidades, um em cada distrito. São a porta de entrada dos serviços de saúde do Município. Suas ações são planejadas tomando como base o território e a área de abrangência onde estão inseridas.

Tabela 6.1.2 – Unidades de Atendimento

Unidades de Atendimento	Localização
Posto de Saúde Alto Alegre	Distrito Alto Alegre
Posto de Saúde Barra Bonita	Distrito Barra Bonita
Posto de Saúde Santo Isidoro	Distrito Santo Isidoro

Fonte: PM Três Barras do Paraná

### Programa Saúde da Família

O Programa Saúde da Família tem como objetivo assistir da melhor maneira possível as famílias da comunidade, identificando os problemas de saúde, prevenindo doenças, promovendo saúde e o envolvimento dos profissionais de saúde com essas famílias, humanizando o tratamento e criando uma relação de confiança entre a equipe e a comunidade. Tem por característica atender integralmente o indivíduo em todas as suas etapas de vida, desde recém-nato, idade adulta até idoso. Procura pela promoção e educação para a saúde, buscando a consciência sanitária das populações. O propósito é reorganizar a prática da atenção à saúde em novas bases, melhorar a qualidade de vida dos brasileiros\*.

O Programa funciona com atendimento de livre demanda, agendamento de consultas domiciliares, internação e visita também domiciliares.

\* Definição retirada do site: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude>, consultado em 09 de novembro de 2005.



Em Três Barras do Paraná existem três equipes de PSF (Programa Saúde da Família), sediados em cada um dos seguintes equipamentos de saúde: Centro de Saúde de Três Barras, Posto de Saúde Alto Alegre e Posto de Saúde Barra Bonita.

#### **Laboratório de Análises Clínicas**

A Secretaria Municipal de Saúde mantém convênio com um laboratório de análises clínicas privado equipado para realizar exames de média complexidade.

#### **Serviço de Raios-X**

O serviço de apoio diagnóstico de radiologia está instalado no Hospital Municipal e realiza exames radiológicos de que complexidade.

#### **Farmácia Municipal**

O auxílio ao acesso da população a medicamentos, concretizado pela farmácia municipal, funciona no Centro de Saúde e realiza a dispensação de medicamentos à população somente com prescrição médica.

#### **Serviço de Odontologia**

O atendimento odontológico acontece no Centro de Saúde de Três Barras do Paraná (UBS Central). O quadro de funcionários desse serviço possui três odontologistas e três auxiliares de consultório dentário, no entanto, não há programa preventivo.

#### **VISA – Vigilância, Inspeção Sanitária e Apreensão**

Este Departamento tem como objetivo analisar as condições higiênico-sanitárias de todos os estabelecimentos que prestam serviços à população.

Para tanto, as atividades da vigilância sanitária são:

- Inspeção;
- Liberações de alvará e Licença Sanitária;
- Habite-se;
- Investigações de surtos;
- Coleta de amostras de alimentos;
- Coleta de água para análise, do programa do SISAGUA;
- Fiscalização dos relatórios mensal com informações sobre o controle da qualidade de água do sistema SANEPAR de Santo Isidoro, Barra Bonita e Três Barras;
- Acompanhamento dos mananciais de Saneamento Rural;
- Preenchimento das fichas de investigação de acidentes relacionados a trabalho;
- Encaminhamento de projetos arquitetônicos;



- Encaminhamento de Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), que tramita na VISA Municipal, na 10ª Regional de Saúde e no IAP (Instituto Ambiental do Paraná).
- Conferência dos balancetes das farmácias dos psicotrópicos, remédios sujeitos ao controle especial da Portaria 344/98 MS, nos períodos: de 1º de janeiro a 31 de março, de 1º de abril a 30 de junho, de 1º de julho a 30 de setembro, de 1º de outubro a 31 de dezembro e mais um anual;
- Autorizações para Traslados de Restos Mortais;
- Controle de Animais Agressores;
- Controle de doenças endêmicas / dengue;
- Atendimento a denúncias e reclamações;
- Blitze e inspeções de rotina.

A Programação das Ações Prioritárias de Vigilância em Saúde 2007 (PAP vs. 2007) estabelece ações e parâmetros, além de corroborar as metas propostas pelo ministério da saúde e outras aprovadas para o Paraná; consiste em um pacto feito para atingir no ano de 2007 metas regionais de saúde e metas descentralizadas aos municípios. O município de Três Barras do Paraná deve:

- Cadastrar 60% dos mananciais do Município;
- Realizar palestras sobre Educação Sanitária e Saúde do Trabalhador;
- Fazer duas inspeções por estabelecimento da alçada da VISA.

Tais estabelecimentos vistoriados pela Vigilância Sanitária são: os de serviços de saúde (como hospital, pronto socorro, laboratórios, raios-X, farmácias, consultórios médico ou odontológico, clínicas de fisioterapia ou de estética), escolas, creches, salões de beleza, restaurantes, lanchonetes, pizzarias, bares, supermercados, mercearias, distribuidoras de cosméticos e produtos de higiene, indústria de alimentos saneantes e domi-sanitários, fábricas de doces, biscoitos e chocolates, casas de carnes e frios e rodoviárias.

As pocilgas, cooperativas e instalações veterinárias necessitam de anuência prévia para construção e uso e ocupação.

A VISA realiza inspeções através de coleta de hortifrutigranjeiro para análises de resíduos de agrotóxicos. São feitos também cadastros do SINAVISA dos pontos de distribuição do leite das crianças, tendo-se feitas quatro inspeções por mês e preenchida e enviada a nível central a ficha de inspeção.

Um dos principais problemas enfrentados no município, e de agravo à saúde pública é a criação de animais dentro da área urbana. Segundo o que prima e preconiza o Código de Saúde do Paraná (Lei nº 13.331/01), os locais de criação de animais só serão permitidos em zonas rurais, onde deverão ser implantadas medidas



constantes da legislação específica. O hábito dos moradores de Três Barras do Paraná de criar suínos e aves em perímetro urbano é freqüente, chegando a ocasionar a invasão da avenida principal da cidade pelos animais. Tal prática não é devidamente punida, pois não há lei municipal que determine um valor de multa. Os infratores são notificados e lhes é dado um prazo para a retirada dos animais, contudo, tais criadores recolocam suas criações em outro local dentro do perímetro. Tudo isso dificulta o trabalho da Vigilância Sanitária.

Outro problema são os abates clandestinos, que apesar das palestras promovidas pelo Departamento para orientar a população, continuam ocorrendo. Tanto as proibições que constam na lei estadual nº 13.331/01 e no decreto nº 5.711/02, quanto os alertas sobre sanidade animal, os perigos do consumo de alimentos in natura e carnes sem inspeção, haja vista os casos de raiva bovina, tuberculose e brucelose, já foram expostos ao conhecimento da população. O problema poderia ser minimizado se o Município contasse com um abatedouro municipal.

#### Departamento Administrativo

O quadro de funcionários da saúde apresenta-se a seguir:

Tabela 6.1.4 – Quadro de funcionários

RECURSOS HUMANOS	
PROFISSIONAL	QUANTIDADE
Médico Clínico-Geral	02
Médico Cirurgião-geral	01
Médico Plantonista	04
Médico de Saúde da Família	03
Médico Psiquiatra	01
Psicólogo	01
Terapeuta Ocupacional	01
Dentista	03
Farmacêutica	01
Fisioterapeuta	01
Fonoaudióloga	01
Bioquímica	01
Enfermeiro	03
Técnico de Enfermagem	04
Auxiliar de Enfermagem	10
Auxiliar de Consultório Dentário	01
Auxiliar Administrativo	05
Agente Comunitário	20
Agente de Vigilância Sanitária	01
Técnico de Vigilância Sanitária	01
Assistente Social	02
Motorista	06

Fonte: PM Três Barras do Paraná



## 6.2 Educação

No período de 1991 a 2000, o acesso à educação na maioria dos municípios do Estado do Paraná melhorou segundo os indicadores do Desenvolvimento Humano e de certa maneira Três Barras do Paraná acompanhou esta evolução. No entanto, todos os índices de Três Barras do Paraná quanto à educação da população com mais de 25 anos ainda se encontram muito piores do que a média do estado. O município não havia alcançado em 2000 as taxas estaduais de 1991. Menos de 20% dos adultos tem capacidade de inserção no mercado de trabalho mais exigente – com mais de 8 anos de estudo. (figura e tabela 6.2.1).

Tabela 6.2.1 – Comparativo do Nível Educacional da População Adulta (25 anos ou mais) de Três Barras do Paraná e Paraná – 1991 a 2000.

Indicadores	Município		Estado	
	1991	2000	1991	2000
taxa de analfabetismo	26,4	20,3	18,6	11,7
% com menos de 4 anos de estudo	56,9	45,7	43,4	31,0
% com menos de 8 anos de estudo	89,9	83,7	74,2	63,4
média de anos de estudo	3,1	4,0	4,8	6,0

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD

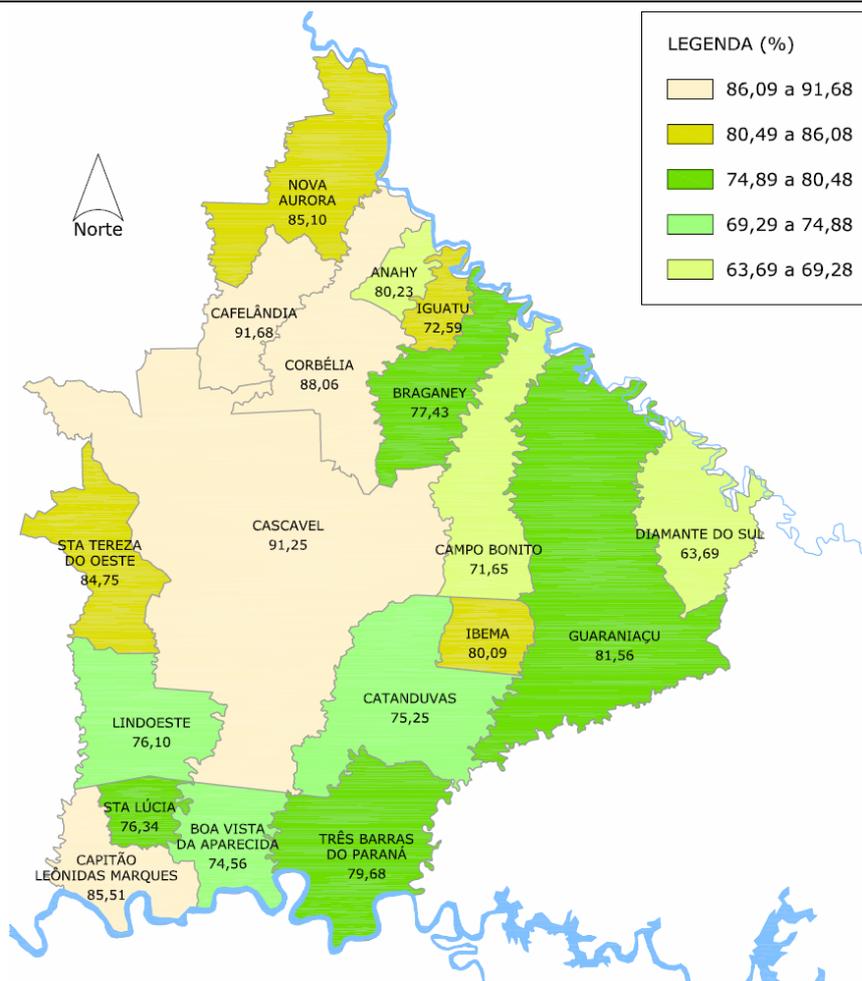


Figura 6.2.1 – População Adulta Alfabetizada  
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

A população jovem, porém, demonstra uma real queda do analfabetismo e um relevante crescimento na taxa de frequência à escola em todas as faixas etárias. A taxa de analfabetismo de 18 a 24 anos caiu de 12,1% em 1991 para 3,7% em 2000 e a porcentagem de adolescentes de 15 a 17 que freqüentam a escola passou de 45% em 1991 para 72% em 2000 (tabela 6.2.2). Além disso, a freqüência escolar cresceu em números absolutos e relevantes no ensino médio e no superior (figura 6.2.2 e gráfico 6.2.1).

Tabela 6.2.2 – Comparativo do Nível Educacional da População Jovem de Três Barras do Paraná e Paraná – 1991 a 2000.

Faixa Etária (anos)	Taxa de Analfabetismo		% com menos de 4 anos de estudo		% com menos de 8 anos de estudo		% freqüentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 10	12,2	4,2	-	-	-	-	82,6	95,1
10 a 14	4,8	2,0	56,8	33,0	-	-	80,2	94,0
15 a 17	6,9	1,6	24,0	10,2	79,8	44,9	45,0	72,4
18 a 24	12,1	3,7	31,3	11,3	72,7	48,5	-	-

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD

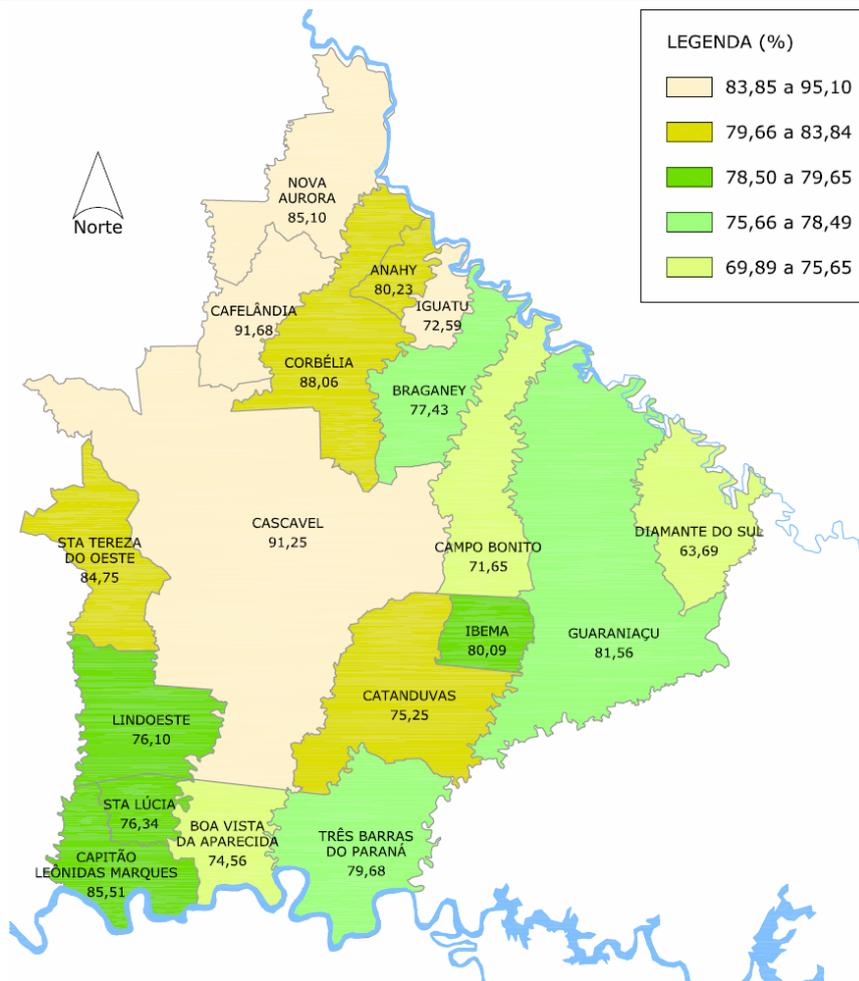
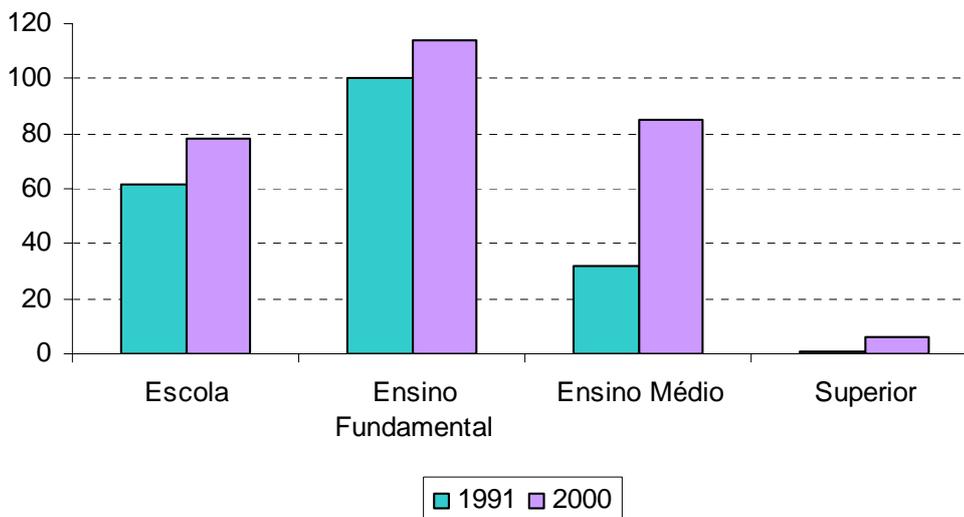


Figura 6.2.2 – Freqüência escolar  
 Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Gráfico 6.2.1 – Taxa Bruta de Freqüência Escolar Total e em Graduações – município de Três Barras do Paraná – 1991 a 2000



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – PNDU  
 Nota: Dados Trabalhados pela DRZ Consultores Associados

## REDE ESCOLAR

A rede escolar de Três Barras do Paraná é formada basicamente por escolas públicas, que oferecem Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissionalizante e uma escola de educação infantil privada. (tabelas 6.2.3, 6.2.4 e 6.2.5)

Tabela 6.2.3 – Atendimento na rede privada de ensino – Três Barras do Paraná 2006.

Nome	Ensino	Localidade	Alunos	Turmas
Escola Ed. Especial Recanto do Saber - APAE	Fundamental	Sede	56	05
TOTAL			56	05

Fonte: Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

Tabela 6.2.4 – Atendimento na rede municipal de ensino – Três Barras do Paraná 2006.

Nome	Ensino	Localidade	Alunos	Turmas
Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança	Infantil	Sede	73	05
Escola Municipal Abelardo Luz	Infantil Fundamental	Distrito Barra Bonita	92	05
Escola Municipal Carlos Gomes	Infantil Fundamental	Sede	946	44
Escola Municipal Salgado Filho	Infantil Fundamental	Distrito Santo Isidoro	116	06
Escola Municipal João Mello de Moraes	Fundamental	Distrito Alto Alegre	45	04
TOTAL			1260	63

Fonte: Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

Tabela 6.2.5 – Atendimento na rede estadual de ensino – Três Barras do Paraná 2006.

Nome	Ensino	Localidade	Alunos	Turmas
Colégio Estadual Princesa Isabel	Fundamental Médio	Sede	1661	52
Escola Estadual Alto Alegre	Fundamental	Distrito Alto Alegre	49	04
Escola Estadual Barra Bonita	Fundamental	Distrito Barra Bonita	73	04
Escola Estadual Pedro Luiz Messias	Fundamental	Distrito Santo Isidoro	106	04
TOTAL			1889	64

Fonte: Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná



Figura 6.2.1 – C. E. Princesa Isabel  
Fonte: [www.diaadiaeducacao.pr.gov.br](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br)



Figura 6.2.2 – Ginásio C. E. Princesa Isabel  
Fonte: [www.diaadiaeducacao.pr.gov.br](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br)



Figura 6.2.3 – Escola Estadual Alto Alegre  
Fonte: [www.diaadiaeducacao.pr.gov.br](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br)



Figura 6.2.4 – Escola Estadual Barra Bonita  
Fonte: [www.diaadiaeducacao.pr.gov.br](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br)



Figura 6.2.5 – E. E. Pedro Luiz Messias  
Fonte: [www.diaadiaeducacao.pr.gov.br](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br)



Figura 6.2.6 – E. E. Pedro Luiz Messias  
Fonte: [www.diaadiaeducacao.pr.gov.br](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br)

Aplicando-se os raios dos percursos ideais para crianças em cada faixa etária no mapa da área urbana de Três Barras do Paraná, identificam-se as áreas descobertas, e portanto prováveis à instalação de futuros estabelecimentos de ensino (Mapa 32 – Abrangência da Educação).

A oferta de vaga nas creches e escolas de educação infantil é destinada a crianças cujas mães trabalham fora de casa, motivo pelo qual o período de funcionamento é integral. Nessas instituições, o envolvimento com pais se dá somente em datas comemorativas.

O funcionamento das escolas de ensino fundamental e médio é matutino, vespertino e noturno.



Tabela 6.2.6 – Quadro de funcionários das escolas municipais – Três Barras do Paraná 2006.

Escolas Municipais	Funcionários	Diretora	Prof <sup>a</sup>	Zeladora	Outros
Escola Estadual Alto Alegre	12	01	09	01	01 apoio adm
Escola Estadual Barra Bonita	11	01	09		01 apoio adm
Escola Estadual Pedro Luiz Messias	09	01	06	02	
Colégio Estadual Princesa Isabel	108	01	74	18	07 apoio adm 04 equipe pedagógica 02 coordenadores 01 diretor auxiliar 01 secretário
Escola Municipal Carlos Gomes	93	01	57	19	03 apoio adm 10 equipe pedagógica 01 cozinheira 01 coord. (ed. esp.) 01 diretor auxiliar
Escola Rural Municipal Abelardo Luz	10	-	07	03	
Escola Rural Municipal João Mello de Moraes	08	-	05	03	
Escola Rural Municipal Salgado Filho	11	-	08	03	
Centro Municipal de Ed. Infantil Sonho de Criança	15	01	09	-	04 apoio adm 01 cozinheira
TOTAL	277	06	184	49	38

Fonte: Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

A proporção de alunos por professor em Três Barras do Paraná gira em torno de 25 e 35. Ao todo, são 184 professoras com níveis de formação variados incluindo magistério, curso acadêmico, curso superior, pós-graduação e especialização. A SEED (Secretaria de Estado da Educação), SEMED (Secretaria Municipal de Educação) e AMOP (Associação dos Municípios do Oeste do Paraná) oferecem curso de capacitação em datas estipuladas no calendário escolar. O Município de Três Barras do Paraná recebe assessoramento pedagógico do Núcleo Regional de Cascavel.

## ENTIDADE ESCOLA

A secretaria ainda conta com outros profissionais especializados que atuam na Entidade Escola no ano de 2007: psicólogo, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, nutricionista, fonoaudióloga, assistente social e instrutora profissional, além de contador, motorista, auxiliar de serviços gerais, atendente, secretária, diretora e nove regentes de classe. O atendimento aos educandos é individual por 30 minutos. (tabela 6.2.7)



Tabela 6.2.7 – Atendimentos especializados da Entidade Escola – Três Barras do Paraná – 2007.

Atendimento	Alunos
Educação Infantil 0 a 3 anos (Estimulação Precoce)	05
Fonoaudiologia	41
Fisioterapia	23
Psicológico	56
Psiquiátrico	56
Terapia Ocupacional	26
Assistência Social	56

Fonte: Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná

A Entidade Escola ainda possui educandos em escolarização; são 02 alunos na educação infantil de 4 a 6 anos, 17 alunos na educação especializada e 32 alunos na educação profissional.

### EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para atendimento dos alunos com necessidades especiais, este tipo de ensino foi centralizado em uma única escola municipal. A Escola Municipal Carlos Gomes possui professores especializados que lecionam em classes especiais:

- DA (deficiência auditiva): 02 alunos e 01 professor especializado;
- DV (deficiência visual): 05 alunos e 01 professor especializado;
- DM (deficiência mental): 13 alunos e 01 professor especializado;
- Sala de recursos: 15 alunos e 02 professores especializados.

E ainda, no Colégio Estadual Princesa Isabel há uma sala de recurso. Sendo que no município também existe a APAE, entidade filantrópica.

### PROJETOS E PROGRAMAS

Os programas desenvolvidos no município são o Paraná Alfabetizado e a EJA noturno (Escola de Jovens e Adultos). Ao todo, há 90 alunos, que têm aulas no Colégio Estadual Princesa Isabel e na Escola Municipal Carlos Gomes.

### TRANSPORTE ESCOLAR

O transporte escolar público de Três Barras do Paraná, conta com ônibus e Kombis para atender os alunos da zona rural. O serviço é terceirizado e conta com 8 empresas fazendo percursos diferentes.

As rotas abrangem as seguintes comunidades rurais:

- 1ª linha: Kenedi, Procopiak, Santo Antônio, Nossa Senhora de Fátima, Mercindo e Igreja Amarela;
- 2ª linha: Kenedi, Procopiak, Santo Antônio e Mercindo;



- 3ª linha: Kenedi, Procopiak, Santo Antônio, Nossa Senhora de Fátima, Mercindo, Igreja Amarela, Santa Terezinha e Palmital;
- 4ª linha: Kenedi, São Paulo, Itaguaçu, Pica-pau e Alto Barras;
- 5ª linha: Linha Nova, Flor da Serra e Palmital;
- 6ª linha: São Bento, Freitas, São Pedro, Itaguaçu, Encruzilhada, Rosário do Oeste e distrito de Santo Isidoro;
- 7ª linha: Itaguaçu, Alto Barra, Encruzilhada, Rosário do Oeste e Flores da Cunha;
- 8ª linha: Itaguaçu, Encruzilhada, Flores da Cunha, São José e Trigolândia.

### **MERENDA ESCOLAR**

A SEMED (Secretaria Municipal de Educação) realiza pregão presencial para compra dos alimentos, cuja distribuição, fiscalizada pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE), é feita diretamente nas escolas. Em cada uma ainda há um responsável pelo recebimento e conferência das mercadorias. Justifica-se, portanto, a necessidade da contratação de um profissional nutricionista para acompanhamento e elaboração do cardápio.

### **PRINCIPAIS PROBLEMAS**

A evasão escolar em Três Barras do Paraná é alta, e a incidência maior está nas séries do ensino médio. Os motivos principais segundo o Departamento de Educação é o desestímulo pessoal, desinteresse, ou devido a jornada de trabalho para aumento de renda.

Um dos maiores problemas da Secretaria reside na inadequação a portadores de necessidades especiais tanto dos edifícios públicos, que não respeitam as normas de acessibilidade (NBR-9050), quanto dos profissionais de educação, que não possuem capacitação de qualidade.

Também se faz necessário um trabalho que realmente leve ao conhecimento da população o serviço do transporte escolar.

## 6.3 Cultura

As atividades culturais de Três Barras do Paraná são coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura através do Departamento de Cultura, que conta com os seguintes equipamentos:

- Biblioteca Cidadã;
- Tele Centro.

Na biblioteca, localizada conforme o Mapa 29 – Equipamentos Urbanos, podem se fazer pesquisas, empréstimos de livros, fotocópias, acessos à internet, e cursos em seu salão comunitário. Além disso, promovem-se a “Hora do Conto” e inclusão digital para portadores de necessidades especiais.



Figura 6.3.1 – Biblioteca Cidadã  
Fonte: DRZ Assessoria



O acervo da biblioteca é constituído de livros de história e literatura, e conta ainda com um sistema de videoteca. Sua utilização é feita principalmente por estudantes e professores, e não tem suprido toda a demanda. Este contato direto com o conhecimento e a tecnologia favoreceu a qualidade de ensino e aprendizagem, e na formação de vários cursos.

As festividades realizadas no município através da Secretaria são:

- EXPOBARRAS;
- Pesca Variada;
- Festa do Colono (no Dia do Trabalho);
- Festival Nacional da Música Popular e Sertaneja (no Dia de Corpos Christi);
- Cavalgadas (no Dia Sete de Setembro).



## 6.4 Esporte e Lazer

Os equipamentos de esportes e recreação, em Três Barras do Paraná, em geral atendem suficientemente a demanda, apresentam acessibilidade universal e encontram-se bem distribuídos entre sede e distritos (Mapa 29 – Equipamentos Urbanos e Mapa 30 – Equipamentos no Município):

- Estádio Municipal (centro);
- Ginásio Municipal Mário Lopes (centro);
- Quadra de esportes Jardim Floresta (Bairro Jardim Floresta);
- Quadra de esportes Alto Campo (Bairro Alto Campo);
- Quadra de esportes Avelino Conradi (Distrito Barra Bonita);
- Quadra de esportes Santo Isidoro (Distrito Santo Isidoro);
- Quadra de esportes Rosário d'Oeste (Comunidade Rural Rosário d'Oeste);
- Quadra de esportes Erminio Morozine (Distrito Santo Isidoro);
- Clube Recreativo Três Nascentes;
- Praia Artificial de Barra Bonita (Distrito Barra Bonita).

Cinco desses equipamentos mostram certos problemas: o Ginásio Municipal está com deficiências de vestiário para arbitragem e no fornecimento de energia; as quadras de esporte do Jardim Floresta e do Alto Campo não possuem arquibancadas; a do Rosário d'Oeste necessita de fechamento nas laterais; e a praia artificial precisa de investimentos como um todo. É prevista ainda a construção de uma quadra esportiva no distrito de Alto Alegre.



As atividades desenvolvidas no Departamento de Esporte contemplam tanto a população da zona urbana quanto da zona rural e abrangem:

- Gincanas;
- Campeonatos Esportivos de Futsal Municipais;
- Jogos Regionais do Brasileirinho;
- Jogos Estudantis do Interior;
- Olimpíadas Pró-Caxias;
- Jogos de Verão;
- Abertura de Temporada de Verão;
- Torneio de Pesca Variada;
- Cavalgadas;
- Atividades na Praia Artificial de Barra Bonita.

## LAZER E TURISMO

O município de Três Barras do Paraná oferece várias opções de atividade de turismo ecológico e rural como caminhadas, trilha, pesca esportiva, camping, cavalgada, etc. Os ótimos pontos estratégicos de atração turística de Três Barras do Paraná são:

- Parque Estadual do Rio Guarani;
- Praia Artificial de Barra Bonita;
- Praia Artificial do Dionísio;
- Lago da Usina Salto Caxias.

O Parque Estadual do Rio Guarani possui área de 2.230 ha e sua manutenção e fiscalização é feita pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná) e pela Polícia Florestal. É composto por vegetação nativa, havendo sibipirunas, ipês, palmeiras, cedros, etc., mas também há espécies exóticas como ligustro e magnólia.

No centro da cidade, há um hotel contendo 27 apartamentos e oito quartos. No entanto, o único meio de transporte às áreas de interesse turístico é efetuado de maneira individual ou através de contratação de uma empresa de transporte de turismo. Além de não haver transporte coletivo público, não há rotas, roteiros, mapas esquemáticos nem centro de informações ao turista.

Mas para que este grande potencial turístico de Três Barras do Paraná seja bem explorado, estimulando-se visitas aos pontos turísticos, mas cuidando para que não ocorra degradação da paisagem, a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo de Três Barras do Paraná investe nesse setor através de:

- Apoio a cursos e treinamentos a futuros empreendedores;
- Repasse de recurso através de convênios com associações ligadas na atividade;



- Trabalho de levantamento e identificação de atrações turísticas;
- Melhoria nas malhas viárias de acesso às áreas de turismo;
- Oferta de máquinas para terraplanagens e abertura de vias;
- Investimento nas instalações públicas;
- Construção da orla do lago em Barra Bonita;
- Melhoria de infra-estrutura da praia artificial de Barra Bonita;
- Implantação do Centro de Visitação do Parque Estadual do Rio Guarani.

Quanto ao lazer urbano, que deve suprir as necessidades dos moradores do município, não existem áreas verdes suficientes. A praça central está passando por uma reestruturação, sendo sua conservação e manutenção feita pela Secretaria de Serviços Urbanos. Os bairros de Jardim Iguaçu, Jardim Guarani, Jardim Floresta e Alto Campo são os menos servidos por áreas verdes de lazer.



## 6.5 Assistência Social

Os programas e ações existentes na área da Assistência Social são considerados Serviços de Proteção Social Básica, que buscam potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos. A oferta de serviços, programas, projetos e benefícios objetivam prevenir situações de risco à população que vive em estado de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza. A Secretaria Municipal da Ação e Bem Estar Social tem como finalidade inserir essa população nas diversas ações ofertadas na Proteção Social básica e nos vínculos da rede pública.

### **PROGRAMAS E AÇÕES**

#### **Produção Solidária de Alimentos (PRODUSA):**

É um programa que visa à geração de trabalho e renda, conjugados com a garantia de acesso a alimentos saudáveis, tendo como enfoque a segurança alimentar e nutricional sustentável. É a pactuação entre Estado e Sociedade Civil. O programa destina-se ao apoio e fomento de organizações populares autogestionárias (grupos formais ou informais), com estrutura mínima para o desenvolvimento da produção de alimentos voltada à economia solidária como forma de gerar trabalho, renda e organização social. Com o PRODUSA, o município de Três Barras do Paraná foi contemplado com padarias comunitárias uma em cada distrito de Barra Bonita e de Santo Isidoro.



---

### **Programa Atendimento Social:**

Foi criado em 2001, através de Lei Municipal, onde são oferecidos atendimentos às famílias de baixa renda do município. Para se beneficiar deste programa, as famílias deverão ser cadastradas na Secretaria Municipal de Ação e bem estar Social, e atender as seguintes exigências: residir no município a mais de 6 meses, possuir renda familiar de até 1 salário mínimo. São oferecidos auxílio-funeral, auxílio-alimento, passagens, vestuário, melhoria habitacional, documentação, óculos, dentadura, medicamentos, atendimento médico e exames que não tenham cobertura do SUS. Toda essa concessão de benefícios tem limites de valor estipulados na Lei Municipal nº 141/06. A referida lei é ajustada e/ou alterada a cada ano conforme necessidades para melhor atender as famílias.

### **Programas de Ações Sócio-educativas de Apoio às Famílias Carentes:**

É um programa destinado às famílias com renda familiar perca pita de ½ (meio) salário mínimo. São desenvolvidas palestras mensais às famílias e cursos profissionalizantes às mulheres e aos filhos adolescentes das famílias participantes. São R\$1.530,00 (um mil e quinhentos e trinta reais) mensais que o Ministério de Desenvolvimento Social envia ao município através do Fundo Municipal de Assistência Social.

### **Programa de Alimento a Pessoa Carente e Portadora de Doenças Crônicas:**

Criado por lei municipal em 2005, o programa fornece auxílio de alimentos básicos e materiais de higiene às famílias que tenham doença crônica e renda familiar per capita de até R\$150,00 (cento e cinquenta reais), com limite máximo por pessoa de R\$100,00 (cem reais) mensais. A necessidade do atendimento será requisitada pelo médico, atestando a doença crônica.

### **Programa de Cestas Básicas:**

É fornecida uma cesta básica no mês de agosto e dezembro a 1.500 famílias com até 1 salário mínimo mensal. Primeiramente, realiza-se cadastro e a cesta é entregue na casa do cadastrado.

### **Programa de Compra Direta Local da Agricultura Familiar:**

O Governo do Estado contemplou o município com este programa que beneficia 18 famílias agricultoras e 7 entidades. O valor do recurso destinado ao município no ano 2007 foi de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais).

### **Programa Frente de Trabalho:**

São ofertas de trabalho para pessoas acima de 16 anos de idade, na limpeza de margens de estradas, bueiros entupidos e outros serviços de interesse do



município. São proporcionados três dias de serviço por mês para cada pessoa e o valor da diária é de R\$12,00 (doze reais). Há 35 a 40 pessoas por semana que trabalham na Frente de Trabalho.

### **Programa Leite das Crianças**

#### **Casa Abrigo:**

Esta instituição foi construída com recursos do Fundo da Infância e da Adolescência (FIA) e com a contrapartida da Prefeitura. A entidade é em regime de abrigo, que tem o objetivo de atender crianças e adolescentes que estão em situação de alta complexidade nos casos submetidos ao abandono, à violência, a maus tratos físicos e/ou psíquicos e ao abuso sexual. São oferecidos serviços de alimentação, higienização, mais todos os cuidados e garantias dos direitos da criança e do adolescente.

#### **Centro de Treinamento para Crianças e Adolescentes:**

É uma entidade onde são atendidos crianças e adolescentes, de 7 a 14 anos de idade, que estão em risco pessoal e social. São proporcionados aos participantes alimentação, reforço-escolar, aula de música e atividades esportivas, como vôlei e futebol na quadra de areia.

Todos esses programas e serviços abrangem as famílias carentes do município com renda de até 1 salário mínimo, com exceção, do Programa Compra Direta Local da Agricultura Familiar, que precisa estar enquadrado no PRONAF "b" e "d". Atendem-se cerca de 3.200 crianças, 125 adolescentes, 200 mães e 230 idosos, mensalmente, com os programas acima citados.

### **EQUIPAMENTOS**

Três Barras do Paraná conta com a Casa Abrigo, no Bairro Iguaçu, o Recanto do Bem Estar dos Idosos, no centro da cidade, e o Centro de Treinamento para Crianças e Adolescentes, próximo ao Bairro Iguaçu. (Mapa 29 – Equipamentos Urbanos)



## 6.6 Segurança

O Município tem o setor de segurança composto por uma delegacia de polícia civil e outra da polícia militar (Mapa 29 – Equipamentos Urbanos).

A Delegacia Regional de Polícia Civil de Três Barras do Paraná é equipada com cadeia e três viaturas, funcionando com um delegado e soldados.

A Delegacia de Polícia Militar em Três Barras do Paraná pertence a 2ª Companhia do 6º Batalhão de Polícia Militar com sede em Cascavel responsável pelo policiamento em 24 municípios. A Companhia, com sede em Quedas do Iguaçu, atende mais outros 7 municípios e para isso utiliza-se das modalidades de Rádio Patrulha, Patrulhamento Rural além de patrulhamento aquático no Lago da Hidrelétrica de Salto Caxias.



## 6.7 Serviços Funerários

Três Barras do Paraná possui 16 cemitérios, todos na zona rural, sendo somente um destes administrado pelo município, os outros 15 são de responsabilidade das comunidades (Mapa 30 – Equipamentos no Município). Quanto à vida útil, ainda não foi estimada, pois as comunidades são pequenas e o espaço físico é suficiente.

Nenhum dos cemitérios tem sua situação regularizada perante o Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Porém, vêm sendo feitas remoções e traslados de cadáveres no caso de túmulos localizados perto de mananciais potencialmente agravantes à saúde ambiental, e também a pedido de familiares. A Vigilância Sanitária tem acompanhado estas ações com base código de saúde do Paraná Lei nº 13.331, de novembro de 2001 e Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002.

O cemitério administrado pelo município está situado em local impróprio, dentro da microbacia de captação de água pela SANEPAR e a menos de 3 km do Parque Estadual Guarani (Mapa 30 – Equipamentos no Município).

Em Três Barras do Paraná, há uma funerária privada que presta os serviços necessários e uma capela mortuária municipal. Esta é localizada ao lado do Hospital Municipal (Mapa 29 – Equipamentos Urbanos).

# **7. ASPECTOS INSTITUCIONAIS**



## 7.1 Organização Administrativa

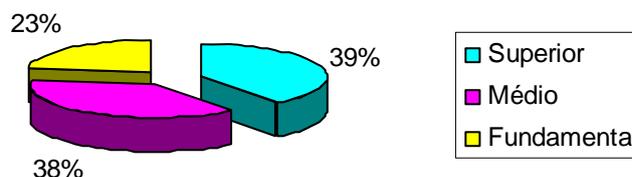
A estrutura administrativa do Município de Três Barras do Paraná é composta pela Chefia de Gabinete, Assessoria Jurídica, 10 Secretarias e 19 Departamentos. São as seguintes as Secretarias: de Administração; de Finanças; de Educação; de Viação, Obras e Serviços Urbanos; de Saúde; de Ação Social, Bem Estar Social e Habitação; de Agricultura; de Abastecimento e Meio Ambiente; de Indústria e Comércio e Secretaria de Esporte e Cultura. A estrutura administrativa está regulada pela Lei nº 014/1993 com modificações posteriores.

A participação popular é assegurada pela Administração através dos seguintes Conselhos Municipais: Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Conselho Municipal do Trabalho, Conselho do Desenvolvimento Municipal, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Alimentação Escolar, Conselho da Defesa Civil (todos em funcionamento); Conselho Municipal do Orçamento Participativo, Conselho Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Turismo, Conselho Municipal da Mulher, Conselho Municipal Antidrogas, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Esportes e Conselho Municipal de Desenvolvimento Industrial, Comercial e Serviços (não estão em funcionamento).

A administração pública conta com 358 funcionários. O regime de contratação é estatutário e o regime previdenciário é pelo INSS.

Segundo dados da Prefeitura (julho/2007), por nível de escolaridade a administração pública é composto de 142 com nível superior (39%), 135 de nível médio (38%) e 81 de nível fundamental (23%).

Gráfico 7.1.1 – Composição por nível escolaridade dos funcionários



Fonte: Prefeitura de Três Barras do Paraná – julho/2007

### Política de Treinamento de Servidores

Os cursos de treinamento são mais intensivos nas áreas de Educação e Saúde, principalmente por serem oferecidos pelos Governos Estadual e Federal. O setor de contabilidade frequenta os cursos oferecidos pelo Tribunal de Contas do Estado. Na área fazendária há muitos anos não se realiza treinamento. As demais áreas, inclusive o pessoal de pátio, também necessitam de treinamento e o desenvolvimento de um programa de treinamento mais regular.

### O Setor de Tributação do Município

O setor de tributação tem uma estrutura que atende a demanda fiscal, onde atual 2 (dois) funcionários. Existe a necessidade de mais um funcionário para atuar na fiscalização externa e de um veículo para a locomoção. A fiscalização atualmente é feita por um servidor não com a qualificação de fiscal.

Em termos de equipamentos a situação é boa e satisfaz as necessidades. O sistema não é bom e os programas são da empresa CETIL.

### Os Setores de Gestão, Planejamento, Finanças e Obras.

Estes setores estão contemplados na estrutura administrativa e são de vital importância para a implantação e implementação do Plano Diretor. Estes setores estão contemplados na estrutura administrativa: Secretaria de Administração e Planejamento, Secretaria de Finanças e Secretaria de Obras, Urbanismo e Transporte, entretanto vale a observação acima de implementação do organograma e alçadas de decisão, com uma fiscalização nesta área, o que hoje não possui.

### O Controle de Patrimônio

Com as exigências do Tribunal de Contas o sistema de controle tem que ser constantemente atualizado e aprimorado de forma a atender as exigências na prestação de contas pela Contabilidade junto ao Tribunal.

### Normas e Trâmite de Procedimentos Administrativos e o Arquivo de Processos

Como na grande maioria municípios pequenos e médios a edição de normas administrativas para o bom funcionamento dos vários setores da administração,



a não ser os atos obrigatórios, é muito rara. A expedição de normas de procedimentos administrativos, dentro dos limites legais, é instrumento importante para dar eficiência e uniformidade ao desempenho das funções públicas. O exercício adequado só se consolidará através do conhecimento da equipe a respeito da importância destas normas, já que assim terão embasamento para a sua elaboração e prática.

A protocolização, tramitação e arquivamento dos requerimentos é um item importante da desburocratização dos procedimentos. O arquivamento dos requerimentos e processos deve ser feito num arquivo geral, de forma organizada e de fácil busca. Entretanto, a prática indica que alguns tipos de processos poderiam ser arquivados no próprio setor (ex. obras e licitações), porém os demais documentos devem ser centralizados para uma maior segurança e organização.

Particularmente, em relação ao Alvará de Licença para funcionamento de atividades no Município, o sistema não oferece dificuldades. O pequeno número de Alvarás expedidos não justifica um aumento de estrutura para atender a demanda.

### **Regime de Previdência**

O regime de previdência é pelo INSS.

### **Dos Equipamentos de Informática de dos Softwares**

A situação em relação aos equipamentos pode ser considerada boa, entretanto em alguns setores precisa de atualização e um reforço de equipamento.

O Município possui um site, que terá suporte para a inclusão das necessidades do Plano Diretor.

### **Sistema de Informação Municipal**

O município possui Cadastro e/ou bancos de dados informatizados de: saúde, educação, contabilidade, funcionários, controle de execução de orçamento, cadastro imobiliário e mobiliário e folha de pagamento.



## 7.2. Finanças Públicas

É o conjunto de ações e problemas que integram o processo de arrecadação e execução de despesas, pela administração pública e a gestão do patrimônio público. Abrangem todos os atos relativos á arrecadação de tributos, captação de outros recursos, formulação e execução dos orçamentos, realização de compras, fiscalização, controle interno e prestação de contas.

De uma forma geral, a teoria das finanças públicas gira em torno da existência das falhas de mercado que torna necessária a presença do governo, o estudo das funções do governo, da teoria da tributação e do gasto público.

O objetivo da análise do perfil das finanças municipais é identificar diferenças e semelhanças dos diversos elementos de receita, despesa, ativo e passivo em diferentes grupos de Municípios.

### **RECEITAS FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**

#### **Composição das receitas do município de Três Barras do Paraná**

No município de Três Barras do Paraná, a receita é composta, fundamentalmente, por receitas correntes que exerce grande influência na arrecadação, isto vale dizer, que no período de 2003 a 2005, as receitas correntes foram responsáveis, em média por 94,94% enquanto que a Receita de Capital representou 5,06% na média da Receita Total (Tabela 7.2.1).



No ano de 2005 com 97,85% foi a maior participação da receita corrente e em 2003 com 6,84% a maior participação da receita de capital em relação a receita total durante o período analisado.

Tabela 7.2.1 – Composição da Receita Municipal – Três Barras do Paraná (Valores em Reais)

Ano	Receita Corrente	%	Receita de Capital	%	Receita Total Bruta	%
2003	12.113.009	93,16	888.758	6,84	13.001.767	100,00
2004	13.077.670	93,50	909.066	6,50	13.986.736	100,00
2005	14.503.970	97,85	319.233	2,15	14.823.203	100,00
Média	13.231.550	94,94	705.686	5,06	13.937.235	100,00

Fonte: IBGE – FINBRA 2003/2005

A dedução média da receita corrente foi de R\$ 1.194.700 do resultado da diferença da receita corrente bruta de R\$ 13.231.550 com a receita corrente líquida de R\$ 12.036.849. O maior valor de dedução da receita corrente do período em análise foi de R\$ 1.301.601 no ano de 2005 oriundas do FUNDEF (FPM, ICMS, IPI e LC87-96).

Tabela 7.2.2 - Receita Total Líquida do Município de Três Barras do Paraná – 2002 a 2005

Ano	Receita Corrente	Dedução da Receita Corrente	Receita Corrente Líquida	Receita* Total Líquida
2003	12.113.009	1.104.239	11.008.770	11.897.528
2004	13.077.670	1.178.261	11.899.409	12.808.475
2005	14.503.970	1.301.601	13.202.369	13.521.602
Média	13.231.550	1.194.700	12.036.849	12.742.535

Fonte: IBGE – FINBRA 2003/2005

\* Nota: Receita Total Líquida = Receita Corrente Líquida + Receita de Capital

### Receitas Correntes e Receita Tributária

Considerando as informações do ano de 2005 a receita tributária do município de Três Barras do Paraná com o indicador 2,14% foi inferior a alguns dos municípios da microrregião de Cascavel, tais como, Capitão Leônidas Marques com 5,76%; Catanduvas com 5,84%; Santa Tereza do Oeste em que o indicador foi de 6,65%; Guaraniaçu com 7,20%; e Cascavel com a significativa marca de 21,78%.

Nos últimos três anos a receita tributária atingiu em média o indicador 2,33% da receita corrente; o ponto mais relevante do período analisado ocorreu em 2003 com 2,53% da participação do total das receitas correntes do município.

Visualizando a hipótese do poder Executivo estar exercendo os limites de apuração, a capacidade contributiva da população representada nos tributos, os mesmos poderão ser revistos em termos de valores reais e a adoção de fiscalização mais eficaz com a finalidade de aprimorar o desempenho da política tributária no médio e longo prazo.



Tabela 7.2.3 - Receita Tributária X Receita Corrente – Três Barras do Paraná (Valores em Reais)

Ano	Receita Tributária	Receita Corrente	% Indicador (A:B) . 100
2003	306.877	12.113.009	2,53
2004	305.852	13.077.670	2,34
2005	310.429	14.503.970	2,14
Média	307.719	13.231.550	2,33

Fonte: IBGE – FINBRA 2003/2005

#### Composição das receitas correntes do município de Três Barras do Paraná

Em valores absolutos as transferências correntes, conforme Tabela 7.2.4 mostra, por exemplo, que em 2005 a participação foi de 95,62% da receita corrente, ou seja dos R\$ 13.994.780 de receita corrente, R\$ 13.382.361 são de origem das transferências das receitas correntes, isso leva a contribuição significativa desses recursos para o desenvolvimento sócio-econômico do município de Três Barras do Paraná.

Tabela 7.2.4 – Composição da Receita Corrente – Três Barras do Paraná – 2002 a 2004 (em R\$)

Origem da Receita	2003	2004	2005	Média
Patrimonial	142.578	95.364	216.239	151.394
Tributária	306.877	305.852	310.429	307.719
Transf. Receitas Correntes	9.237.126	12.001.815	13.382.361	11.540.434
Outras Receitas Correntes	2.025.668	124.344	85.751	745.254
Total Receitas Correntes	11.712.249	12.527.375	13.994.780	12.744.801

Fonte: IBGE – FINBRA 2002/2005

A composição da receita corrente do município de Três Barras do Paraná apresenta como uma das principais fontes, as transferências correntes e demais receitas correntes, sendo que a transferência corrente corresponde por 90,55% em média da receita corrente total durante o período de três anos, sendo que o ano de 2004 com 95,80% foi o ano da maior contribuição da União e do Estado para as finanças públicas do município.

A receita tributária com a média de 2,41%; a receita patrimonial atingiu 1,19% e as demais receitas correntes com 5,85% ao longo dos três anos compõem o quadro de contribuição dessas fontes de recursos para o município de Três Barras do Paraná.

Tabela 7.2.5 – Composição da Receita Corrente – Três Barras do Paraná 2003 a 2005

Origem da Receita	2003 (%)	2004 (%)	2005 (%)	Média
Patrimonial	1,22	0,76	1,55	1,19
Tributária	2,62	2,44	2,22	2,41
Transferências Correntes	78,87	95,80	95,62	90,55
Demais Receitas Correntes	17,30	0,99	0,61	5,85
Receita Corrente Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE – FINBRA 2002/2005



A análise conjunta das principais fontes de receitas durante 2002 a 2005, demonstra crescimento apenas no período de 2002-2003, na ordem de 80,28%, no período de 2003-2004 ocorreu uma queda de 6,78% e no período seguinte continuou reduzindo, em 44,91%, enfim ocorreram variações negativas.

### Participação percentual de tributos municipais na receita corrente

A análise conjunta das principais fontes de receitas durante o período de 2003-2005, mostra que a média das variações de crescimento foi de 7,23% com desempenho abaixo das expectativas, levando-se em consideração a média de inflação para igual período que foi de 8,78%.

Considerando uma análise dinâmica no período de 2003-2004 ocorreu variação de 4,71% e crescimento de 9,75% no período de 2004-2005, portanto uma de variação de crescimento de 107,01%.

Tabela 7.2.6 – Receitas Próprias do Município de Três Barras do Paraná (Valores em R\$)

Tributos	2003	2004	2005
IPTU	22.453	33.985	26.588
ISSQN	40.645	55.473	67.243
ITBI	39.744	60.248	69.096
TAXAS	82.964	44.845	50.600
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	-	-	-
TOTAL	185.806	194.551	213.527

Fonte: IBGE – FINBRA 2003/2005

Considerando as informações do IBGE, conforme Tabela 7.2.7, a média dos tributos municipais em relação à receita corrente, durante o período 2003-2005 apresentou comportamento e resultados insignificantes, como por exemplo, o IPTU com 0,21%; o ISSQN com 0,41%; ITBI com 0,42%; e com ligeira vantagem Taxas com 0,46% e finalmente a nula participação da Contribuição e Melhoria.

Tabela 7.2.7 – Participação Percentual de Tributos Municipais na Receita Corrente

Exercício	Receita Corrente	IPTU	ISSQN	ITBI	Taxa	C.Melhoria
2003	100,00	0,19	0,34	0,33	0,68	-
2004	100,00	0,26	0,42	0,46	0,34	-
2005	100,00	0,18	0,46	0,46	0,35	-
Médias	100,00	0,21	0,41	0,42	0,46	-

Fonte: IBGE – FINBRA 2003/2005

## DESPESAS FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

### Composição Financeira do Município de Três Barras do Paraná

Os indicadores encontrados na proporcionalidade entre Despesas de Capital e Despesas Correntes revelam o peso que a manutenção da estrutura administrativa incide sobre pequenos municípios. Em Três Barras do Paraná nos anos



2003 a 2005 em média de 82,82% das Despesas Totais estiveram comprometidas com Despesas Correntes e as Despesas de Capital com 17,18% das despesas totais.

Tabela 7.2.8 – Composição da Despesa Três Barras do Paraná (valores em R\$).

Ano	Despesa Corrente	%	Despesas de Capital	%	Despesa Total	%
2003	8.951.975	82,18	1.940.933	17,82	10.892.908	100,00
2004	10.700.799	81,19	2.478.933	18,81	13.179.732	100,00
2005	10.420.116	85,14	1.818.256	14,86	12.238.372	100,00
Média	10.024.297	82,82	2.079.374	17,18	12.103.671	100,00

Fonte: IBGE – FINBRA 2003/2005

A Despesa Corrente municipal de Três Barras do Paraná é encabeçada pela Despesa de Pessoal que corresponde em média durante os três anos analisados, mostrou o seguinte comportamento:

- Da Despesa Total, a participação foi de 30,49%.
- Da Receita Total, a participação em média com 26,48%.
- Da Receita Corrente, a participação ficou em 27,89%.
- Da Despesa Corrente, a participação ficou em 36,82 %.

As maiores participações das Despesas de Pessoal ocorreram nos seguintes anos em relação a durante os três anos analisados:

- 2004 - Da Receita Total com 28,11% de participação.
- 2004 – Da Receita Corrente com 30,06 % de participação.
- 2003 – Da Despesa Total com 30,94% de participação.
- 2003 - Da Despesa Corrente, a participação ficou em 37,25%.

As menores participações dos gastos com Despesa com Pessoal foram:

- 2005 - Da Receita Total com 25,43% de participação.
- 2005 – Da Receita Corrente com 25,99% de participação.
- 2004 - Da Despesa Total com 29,83% de participação.
- 2005 – Da Despesa Corrente, a participação ficou em 36,17%.

Os indicadores que mensuram a participação financeira das Despesas de Pessoal com em relação às receitas e despesas totais e correntes mostram o ótimo desempenho e administração das contas públicas no que se refere aos gastos com pessoal, com esses resultados o município deverá estabelecer critérios sistemáticos para não comprometer os limites estabelecidos pela LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal.



Tabela 7.2.9 - Gastos com Pessoal X Despesas Totais - Três Barras do Paraná

Ano	Receitas (R\$)		Despesas (R\$)			Participação Pessoal (%) sobre a:		
	Total	Corrente	Total	Corrente	Pessoal	Receita Corrente	Despesa Corrente	Despesa Total
2003	13.001.767	12.113.009	10.892.908	8.951.975	3.370.795	27,83	37,65	30,94
2004	13.986.736	13.077.670	13.179.732	10.700.799	3.931.724	30,06	36,74	29,83
2005	14.823.203	14.503.970	12.238.372	10.420.116	3.769.183	25,99	36,17	30,80
MÉDIA	13.937.235	13.231.550	12.103.671	10.024.297	3.690.567	27,89	36,82	30,49

Fonte: IBGE – FINBRA 2003/2005

### Despesas por Função

A análise das despesas por função do município de Três Barras do Paraná em relação ao período 2003-2005, que corresponde ao somatório das despesas correntes e despesas de capital, mostra através da Tabela 7.2.10 como boa parte dos municípios brasileiros, que os maiores gastos estão concentrados para: educação e cultura, saúde e saneamento, administração, transporte e o conjunto produtivo (indústria, comércio e agricultura), as quais juntas corresponderam a 79,86% das despesas por função durante o ano de 2005.

Em média, durante os três anos, saúde e saneamento correspondem a 17,44%; educação e cultura com 21,42%; administração com 10,70%; transportes com 17,79%; encargos especiais com 3,96%; urbanização com 7,11%; assistência social e previdência com 5,90%; legislativa com 2,61%; agricultura, comércio e indústria com 11,36% e desporto e lazer com 1,72%.

Comparando os gastos com as necessidades do município, as áreas de agricultura/comércio/indústria, habitação, segurança e desporto e lazer são áreas fundamentais para o desenvolvimento do município em que deverão ser criados estímulos para a apresentação de propostas e projetos junto à comunidade de alternativas que possam criar empregos e gerar rendas de forma mais contundente para o município.



Tabela 7.2.10 - Despesas Municipais por Função - Período de 2003 a 2005

Discriminação	Em Reais			Participação % nas despesas do município de TRÊS BARRAS DO PARANÁ		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Despesa por função	10.892.88	13.179.73	14.293.29	100,00	100,00	100,00
Legislativa	301.998	333.087	360.000	2,77	2,53	2,52
Administração	1.238.134	1.285.561	1.568.728	11,37	9,75	10,98
Assist. e previdência	747.370	851.477	624.020	6,86	6,46	4,37
Saúde e saneamento	1.830.615	2.493.321	2.371.411	16,81	18,92	16,59
Educação e cultura	2.422.351	2.808.544	2.959.847	22,24	21,31	20,71
Urbanismo	861.061	979.021	859.339	7,90	7,43	6,01
Agric/Ind/Com	793.328	1.293.219	2.428.490	7,28	9,81	16,99
Transporte	2.215.461	2.428.490	2.085.959	20,34	18,43	14,59
Desporto e lazer	206.837	197.970	250.300	1,90	1,50	1,75
Encargos especiais	275.726	509.044	785.199	2,53	3,86	5,49

Fonte: IBGE – FINBRA 2003/2005

### Evolução das despesas totais em relação às receitas totais do município

O município de Três Barras do Paraná apresentou desempenho equilibrado das finanças públicas, onde as despesas referente administração pública municipal durante o período de 2003 a 2005 foram inferiores as receitas totais em todos os seus níveis.

No exercício fiscal de 2005 ocorreu o maior superávit em que a receita superou a despesa em maior proporção que os demais exercícios, em que a despesa participou com 82,56% sobre a receita ficando uma margem de 17,44% para atingir o limite da receita total.

Tabela 7.2.11 – Evolução da Despesa e Receita 2003 – 2005 (Valores em Reais)

Ano	Despesa Total	Receita Total	(A:B).100
2003	10.892.908	13.001.767	87,78
2004	13.179.732	13.986.736	94,23
2005	12.238.372	14.823.203	82,56
Média	12.103.671	13.937.235	86,84

Fonte: IBGE – FINBRA 2003/2005

### INDICADORES FINANÇAS PÚBLICAS – DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

Os indicadores representam as possibilidades de a Administração Pública tomar decisões de investimentos e gastos em geral, sendo uma bússola para que o Executivo tome decisões técnicas no sentido de salvaguardar o patrimônio público.

#### Indicador de Esforço Tributário

Para análise do Indicador do esforço tributário, a relação entre a receita tributária com a população, mostra que o ano de 2005, em valores nominais, foi o que apresentou o melhor resultado de contribuição, onde cada pessoa que compõe a



população do município de Três Barras do Paraná contribuiu com R\$ 31,54. No ano de 2003 a contribuição per capita foi de R\$ 27,51 e no ano de 2004 foi de R\$ 29,98.

O valor médio de contribuição R\$ 29,59 durante o período 2003-2005 foi pífio sendo considerado baixo o que pode dificultar as ações do executivo caso não haja uma revisão na política fiscal do município.

Tabela 7.2.12 - Indicador de Esforço Tributário (Valores em Reais)

Ano	Receita Tributária (A)	População (B)	Indicador (A:B)
2003	306.877	11.157	27,51
2004	305.852	10.201	29,98
2005	310.429	9.842	31,54
Média	307.719	10.400	29,59

Fonte: IBGE – FINBRA 2003/2005

### Indicador de Dependência

Neste índice procura-se avaliar em que medida o Município depende das receitas transferidas para poder oferecer o conjunto de bens e serviços à população. Trata-se de um quociente entre Receitas Transferidas e Despesas Totais. Quanto mais próximo de "1" maior a dependência do Município em relação às transferências, especialmente o FPM e ICMS.

Três Barras do Paraná, durante os anos de 2003 a 2005 obteve índice médio de 1 (um) no limite de comprometimento, comprovando que o município tem um grau de dependência considerado muito elevado e preocupante, pois o índice foi crescente de 2003 a 2005, alcançando o índice de 1,12 no ano de 2005. Demonstrando que o município em função da baixa arrecadação das receitas tributárias apresenta forte dependência das receitas transferidas para manter suas despesas, comprometendo os limites dos recursos disponibilizados.

Este resultado demonstra que o município deve realizar planejamentos de alternativas próprias, fazendo também adoção de políticas de crescimento e desenvolvimento, para fazer frente aos imprevistos na transferência de recursos governamentais pela própria dinâmica econômica mundial e a forte dependência que os municípios, principalmente os de pequeno porte tem em relação aos recursos governamentais.

Tabela 7.2.13 – Indicador de Dependência (Valores em Reais)

Ano	Receita Transferida*	Despesa Total (B)	Indicador (A:B)
2003	9.435.023	10.892.908	0,87
2004	13.285.489	13.179.732	1,01
2005	13.699.584	12.238.372	1,12
Média	12.140.032	12.103.671	1,00

Fonte: IBGE – FINBRA 2003/2005

\* Nota: Somatórios da Transferência de receita Corrente e Transferência de Capital



### Indicador de Financiamento dos Gastos

Esse estudo retrata a relação entre despesas correntes e receita própria; ou seja, em que medida o Município consegue cobrir seus gastos de custeio da máquina administrativa com sua arrecadação própria (excluídas as Receitas Transferidas e Operações de Crédito). Quanto maior o índice, menor o esforço tributário.

O município de Três Barras do Paraná está na dependência de um grande esforço tributário para obtenção de índices mais satisfatórios que possam fazer frente as despesas correntes. Uma das hipóteses possíveis pode estar vinculada ao aumento das despesas correntes, visto que no período 2003-2005 o índice médio de crescimento das despesas correntes no período foi de 8,46%.

No ano de 2003 o índice foi de 29,17 no ano de 2004 o índice aumentou para 34,99 e em 2005 foi para 33,57.

Considerando as variações entre os períodos, durante o período de 2003-2004-2005, as despesas correntes cresceram 19,54% e a receita tributária cresceu modestamente 0,33%. No período de 2004-2005 com queda nas despesas e crescimento nas receitas tributárias mostra desempenho timidamente melhor face redução de 2,62% nas despesas correntes e 1,5% na receita própria.

A Tabela 7.2.14 mostra o comportamento da arrecadação própria, cujos indicadores comprovam a forte dependência dos recursos de transferência, além de tudo, a redução na receita própria durante o período analisado. A participação desta receita ainda é muito pequena em relação à despesa corrente, ficando a evidência de adoção de reformulação na política tributária municipal no sentido de criar estímulos de arrecadação que possam suprir e/ou amenizar as dificuldades de caixa por que passa o município, notadamente no segundo semestre, haja vista, que os níveis de despesas são relativamente estáveis para os padrões do município.

Tabela 7.2.14 - Indicador de Financiamentos dos Gastos (Valores em Reais)

Ano	Despesa Corrente (A)	Receita Tributária (B)	Indicador (A:B)
2003	8.951.975	306.877	29,17
2004	10.700.799	305.852	34,99
2005	10.420.116	310.429	33,57
Média	10.024.297	307.719	32,58

Fonte: IBGE – FINBRA 2003/2005

### Indicador de Poupança

Este indicador foi calculado obtendo-se o saldo resultante da diferença entre receitas correntes e despesas correntes, no período 2003-2005. Este indicador reflete o esforço da administração em relação ao saneamento financeiro do município.

A média dos indicadores de poupança do município foi de 1,32. O melhor indicador de poupança ocorreu no ano de 2005 com o valor de 1,39, isto



demonstra que as despesas correntes foram contidas o que resultou uma média de R\$ 3.207.253 de poupança com R\$ 4.083.854 o melhor resultado conseguido no ano de 2005.

Tabela 7.2.15 – Indicador de Poupança (Valores em Reais) Período 2003-2005

Ano	Receita Corrente (A)	Despesa Corrente (B)	Poupança	Indicador (A:B)
2003	12.113.009	8.951.975	3.161.034	1,35
2004	13.077.670	10.700.799	2.376.871	1,22
2005	14.503.970	10.420.116	4.083.854	1,39
Média	13.231.550	10.024.297	3.207.253	1,32

Fonte: IBGE – FINBRA 2003/2005

### Indicador Capacidade de Investimento

No que se refere à capacidade própria de investimentos, o município tem apresentado um índice médio de 20,22% nos três anos analisados e conforme dados informados na Tabela 7.2.16, onde em todos os anos as despesas correntes e amortizações foram inferiores as receitas efetivas, cujo comportamento de poupança interna proporciona índices positivos para a capacidade de investimento.

Em relação à Receita Efetiva ocorre em todos os anos uma poupança interna, porém para viabilizar novos investimentos há necessidade de precaução nos gastos correntes do município, desde o início do exercício para evitar descontroles ao longo do ano, notadamente no 2º semestre onde as dificuldades de aumento na arrecadação são maiores.

A capacidade de investimentos apurada ao longo dos três anos apresentou o resultado positivo, sendo que o mais expressivo aconteceu no ano de 2005 com 25,48% nesse mesmo ano, conforme na tabela 7.2.15, a poupança do município foi de R\$ 3.695.494.

Tabela 7.2.16 – Evolução dos Tributos Municipais na Receita Corrente - Três Barras do Paraná (Valores em Reais) – Período de 2003 a 2005

Ano	Receita Total	Receita* Efetiva	Despesa Corrente	Amortização	Despesa Corrente + Amortização	Capacidade de Investimento	Cap. de Inv. (%)**
2003	13.001.767	11.514.009	8.951.975	204.673	9.156.648	2.357.361	20,47
2004	13.986.736	12.777.670	10.700.799	286.377	10.987.176	1.790.494	14,01
2005	14.823.203	14.503.970	10.420.116	388.360	10.808.476	3.695.494	25,48
Média	13.937.235	12.931.883	10.024.297	293.137	10.317.434	2.614.449	20,22

Fonte: IBGE – FINBRA 2003/2005

\* Nota: Receita Efetiva = Receita Corrente - Operações de Crédito

\*\* Nota: Cap. Inv. % = Capacidade de Investimento / Receita Efetiva x 100



## REPASSES FINANCEIROS AOS MUNICÍPIOS

Parte substancial dos impostos federais recolhidos aos cofres do Tesouro Nacional encontra-se previamente destinadas aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios brasileiros, por força de dispositivos da Constituição Federal.

### Repasses Federais para o município de Três Barras do Paraná

O repasse federal para o município de Três Barras do Paraná, durante o período de 2003/2006 cresceu acumulativamente em valores nominais 12,93% com média de variações de crescimento foi equivalente a 5,52% no período contra inflação média 7,47% no período.

O repasse federal ao município de Três Barras do Paraná cresceu nos seguintes patamares 9,27% de 2003-2004; depois cresceu 16,02% de 2004-2005 e queda de 8,74% durante o período 2005/2006 sinalizando baixo desempenho na evolução das transferências da esfera federal.

Em relação aos repasses da União, o FPM principal fonte de recursos do governo federal, teve a participação média de 51,40% do total dos repasses ao longo dos quatro anos. No ano de 2003 o FPM teve participação de 69,99%; 6,48% em 2004; 70,63% no ano 2005; e 63,11% no ano de - fica identificado um equilíbrio nos últimos quatro anos, as participações foram decrescentes de 2003 para 2004 e 2005 para 2006, porém pela regularidade desses repasses proporciona condições de planejamento na utilização dos recursos transferidos pela União ao longo dos anos.

O crescimento acumulado do FPM de 2003 para 2006 foi de 4,33% e ao longo dos quatro anos o crescimento do FPM foi de 3,8 % no período de 2003-2004; 23,27% no período de 2004-2005 e queda de 18,45% no período de 2005-2006. A média das variações foi de 2,87% que é superior à média de inflação em igual período.

Em relação ao FUNDEF, segunda maior repasse do governo federal, o crescimento financeiro do mesmo, foi de 13,93% referente ao período de 2003-2004; 15,77% no período de 2004-2005 e 4,16% no período de 2005-2006 identificando com isso queda substancial no período de 2005-2006, com média de crescimento de 11,29% ao longo dos quatro anos. A participação do FUNDEF em relação aos repasses federal foi de 26,53% no ano de 2003; 27,66% em 2004; 27,60% em 2005 e 31,50% em 2006, com média de 28,32%. O repasse federal demonstra que os recursos deverão ser administrados com rigor e racionalmente levando em consideração a sua escassez e as necessidades crescentes da população.



Tabela 7.2.17 – Evolução dos Repasses Federais Realizados – 2003 a 2006 (R\$)

Especificação	2003	2004	2005	2006	Média
FPM	2.937.289	3.048.778	3.758.098	3.064.563.	2.436.041
ITR	26.217	64.855	30.486	30.455	38.003
LC 87/96	120.073	136.524	138.805	82.711	119.528
CIDE	-	30.679	47.085	39.838	29.401
FEX	-	36.553	57.699	108.598	50.713
FUNDEF	1.113.288	1.268.335	1.468.388	1.529.517	1.344.882
TOTAL	4.196.867	4.585.724	5.320.505	4.855.682	4.739.695

Fonte: STN - Relatórios Fiscais do Município.

### REPASSES ESTADUAIS PARA O MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

Em relação ao total dos repasses estaduais, o ICMS (repasso líquido) principal fonte de recursos do governo estadual, o município de Três Barras do Paraná participou com os seguintes percentuais: 86,51% (2002); 92,26% (2003); 92,78% (2004) e 92,52% (2005), identificando um equilíbrio nos repasses comprovado com o a média de 91,53% com esse comportamento, praticamente uniforme, ao longo dos quatro anos, o executivo municipal terá condições de estabelecer critérios e planejamento na utilização desses recursos transferidos pelo Estado.

Considerando o período de 2002 a 2005, em valores nominais o ICMS líquido apontou crescimento significativo de 113,94% mostrando que os indicadores de arrecadação do ICMS são considerados bons, pois foram bem superiores ao índices inflação que foi acumulada em 22,10% em igual período.

O município de Três Barras do Paraná ao longo dos quatro anos analisados, mostra que os valores líquidos de repasse do ICMS apontaram as seguintes variações sobre o ano imediatamente anterior: de 2002/2003 teve uma variação de 24,21%; o repasse de 2003/2004 a variação 50,39% e finalmente no período de 2004/2005 houve crescimento de 14,53% isto evidencia um crescimento da arrecadação do ICMS líquido no primeiro e último período analisado.

Por outro lado, o total líquido dos repasses do Estado, comparativamente ao mesmo período sinaliza que enquanto o ICMS líquido crescia 24,21% (2002/2003) o total líquido crescia 16,47%, em 2003/2004 o ICMS (líquido) se elevava 50,39% o total líquido crescia 49,55% e finalmente, enquanto o ICMS líquido apontava crescimento de 14,53% no período 2004/2005 o total líquido de repasses estaduais aumentou 14,85% com percentual próximo do crescimento no repasse do ICMS líquido.

O resultado durante o período 2004-2005 poderia ser melhor se não fosse o comportamento exógeno desfavorável das condições climáticas adversas, níveis de preços de comercialização em baixa, juros elevados, descapitalização dos produtores e da política cambial em que a valorização do Real (R\$) em relação ao a moeda



americana (dólar), foram considerados pelos analistas como os principais fatores que comprometeram a economia paranaense e brasileira em função do grau da dependência desempenho da agropecuária.

O IPVA é um fator relevante em termos de transferência do Estado para grande parte dos municípios, tem razoável representatividade financeira nos resultados participando em média de 4,53% do total das receitas em que a maior ocorreu em 2003 com 5,08%, ficando registrado com o melhor desempenho do período analisado, em contraste o ano de 2002 em que a participação foi de 4,32% o pior desempenho.

Tabela 7.2.18 – Repasses de Receitas ao Município de TRÊS BARRAS DO PARANÁ – 2002-2005 (R\$)

Ano	ICMS*		Fundo de Exportação**	Royalties Petróleo / Lei Candir Repasse Líquido***	IPVA****	Total Repasse Líquido
	Repassse Bruto	Repassse Líquido				
2002	1.905.565	1.619.730	57.643	114.176	80.923	1.872.292
2003	2.366.866	2.011.837	56.990	1.006	110.832	2.180.665
2004	3.663.066	3.025.645	90.156	3.481	141.921	3.261.203
2005	4.170.098	3.465.239	108.936	4.097	167.142	3.745.414
Média	3.026.399	2.530.613	78.431	30.690	125.205	2.764.894

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda/PR

\* ICMS - valor referente a cota-parte do ICMS aplicada sobre o Índice de Participação do Município. Valor Líquido já deduzidos 15% para o FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, e eventuais valores dados como garantia.

\*\* Fundo de Exportação - cota parte do imposto (ICMS) sobre produtos industrializados de Estados exportadores. Valor divulgado corresponde ao valor líquido, já descontado FUNDEF e PASEP.

\*\*\* Royalties Petróleo - cota parte dos royalties - compensação financeira pela produção de petróleo. Lei 7.990/89. Foi incluído na coluna para o ano de 2002 o valor de R\$ 113.910,93 (Repassse Líquido da Lei Candir) que somado a R\$ 265,26 (Royalties Petróleo) totalizou R\$ 114.176,19.

\*\*\*\* IPVA - Repasse correspondente aos veículos licenciados no Município. Não se fundamenta no Índice do FPM.

## VALOR ADICIONADO DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

### Comparativo - Resumo dos Índices do Município - ICMS

Os números apresentados na Tabela 6.2.19 mostram que Três Barras do Paraná apresentou vantagens comparativas considerando os valores nominais sobre os municípios de Catanduvas e Santa Tereza do Oeste\* no período de 2002 e 2005.

Em média o município de Três Barras do Paraná com variação média de 21,80%% apresentou melhor desempenho entre os três municípios, em seguida com 14,52% o município de Santa Tereza do Oeste e por último o município de Catanduvas com a média de 13,39%.

Analisando período por período, o município de Três Barras do Paraná apresentou desempenho superior ao município de Catanduvas nos períodos de 2002-2003 e 2004-2005 e superior em todos os períodos ao município de Santa Tereza do Oeste. O

\* Municípios da microrregião de Cascavel, os quais juntamente com o município de Catanduvas e Três Barras do Paraná pertencem ao mesmo grupo populacional.



município de Catanduvas, considerando as variações percentuais durante os períodos, apresentou desempenho inferior ao município de Santa Tereza do Oeste nos períodos de 2002-2003 e 2004-2005; mas apresentou variação superior ao município de Três Barras do Paraná no período de 2003-2004; enquanto que Santa Tereza do Oeste teve desempenho inferior ao município de Três Barras do Paraná em todos os períodos e foi inferior ao município de Catanduvas apenas no período de 2003-2004.

As maiores variações ocorreram no período de 2002-2003, sendo: 39,16% para o município de Três Barras do Paraná; 23,69% e para o município de Santa Tereza do Oeste com 37,78%; No período 2003-2004 o município de Catanduvas apresentou o melhor desempenho com 29,77%. As variações negativas ocorreram no período de 2004-2005, sendo: 8,89%% (Catanduva) 8,0% (Santa Tereza do Oeste).

Tabela 7.2.19 - Comparativo Valor Adicionado – Ano Base – 2002-2005 (em Reais)

Município	2002	2003	2004	2005
Três Barras do Paraná	83.395.749	116.056.800	136.698.428	148.251.283
Catanduvas	51.936.269	61.959.945	80.403.358	73.254.163
Santa Tereza do Oeste	35.839.545	49.379.559	56.184.124	51.691.217

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda/PR

### **Evolução do Valor Adicionado e do Valor da Produção Agropecuária**

O Comportamento econômico do município de Três Barras do Paraná, referente ao Valor Adicionado, apresentou algumas oscilações, como por exemplo, no período de no período de 2002-2003 o crescimento foi de 39,16% o mais significativo; no período 2003-2004 o desempenho foi de 17,79%; no período de 2004-2005 o crescimento de 8,49% que foi menor que o do mesmo período.

Como no valor adicionado, o valor da produção agropecuária apresentou comportamentos contrastantes conforme Tabela 7.2.20 – no período de 2002-2003 o expressivo crescimento de 43,81%; em 2003-2004 a variação o crescimento foi de 6,45% e no período 2004-2005 o ritmo de queda foi acentuado culminando com a variação negativa de 0,99% do valor da produção agropecuária.

### **Comportamento Financeiro**

- O Valor Adicionado de 2004-2005 saiu de R\$ 136.698.428 para R\$ 148.251.283 com variação de 8,45% contra o crescimento de 17,79% do período anterior, levando a uma perda do poder aquisitivo da sociedade local.
- Valor da Produção Agropecuária de 2004-2005 saiu de R\$ 124.614.806 para R\$ 123.379.491 caindo 0,99% em contraste com os crescimentos dos períodos anteriores, essas referências, no mínimo leva a reflexão da conduta e desempenho desses indicadores



pele valor expressivo que representa na composição da renda municipal.

Tabela 7.2.20 – Evolução Valor Adicionado e Produção Agropecuária – 2002-2004

Ano Base	Valor Adicionado (R\$)	Variação (%)	Produção Agropecuária (R\$)	Variação (%)
2002	83.395.749	-	81.401.693	-
2003	116.056.800	39,16	117.065.129	43,81
2004	136.698.428	17,79	124.614.806	6,45
2005	148.251.283	8,45	123.379.491	(0,99)

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda/PR

## PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DA ECONOMIA NO VALOR ADICIONADO

### Setor Primário

Os dados, conforme indica a Tabela 6.2.21 mostram informações onde sinaliza que o Setor Primário apresentou indiscutivelmente a maior participação no valor adicionado do Município, com participação média de 57,53%, durante os quatro anos em relação ao setor secundário e o setor de serviços, onde a melhor participação aconteceu no ano de 2003 com 61,91% e a pior correspondeu a 51,89% no ano de 2002.

O ganho financeiro\* do setor primário mostrou que no período de no período de 2002-2003, o crescimento foi de 66,04%; 2003-2004 apresentou um crescimento de 12,44% e no período de 2004-2005 apontou elevação de 2,42%. No último período analisado o ganho financeiro do setor foi relativamente menor devido as dificuldades do setor e das questões macroeconômicas, comercialização e climáticas que não foram favoráveis.

O resultado do período 2004-2005 requer cuidados e a busca incessante do aprimoramento e a conscientização do exercício empreendedor como sendo regra básica a ser aplicada para atender as exigências que a gestão pública cada vez mais eficaz e modernizada para enfrentar as dificuldades, apesar de que nos demais períodos o ganho financeiro foi significativo, notadamente, no período de 2002-2003 que atingiu a 66,04%.

### Setor Secundário

O Setor Secundário com a média de 36,60% de participação no valor adicionado do município durante o período de 2002-2005; o segmento apresenta a 2ª posição em termos de participação dos setores da economia local, buscando a consolidação econômica de Três Barras do Paraná demonstrada no potencial da indústria de transformação.

\* Variação percentual em relação ao ano imediatamente anterior.



A maior participação do Setor Secundário em relação ao Valor Adicionado do Município durante o ano de 2002 atingiu a 42,60% e o pior desempenho foi de 31,88% em 2003.

O ganho financeiro no período de 2002-2003 foi o crescimento positivo de 4,13%; 2003-2004 variação subiu para 28,23% e 2004-2005 o com 20,86% justamente no período em que o setor primário apresentou crescimento de 2,42% devido a participação que caiu de 59,10% para 55,81% além do setor terciário também apresentar queda na participação de 6,05 para 5,43% e 21,92%.

### Setor Terciário

Setor Terciário tendo o comércio como um de segmento de expressão na maioria dos pequenos municípios, nos anos de 2002-2005 foi o segmento econômico com a 3ª maior expressão econômica do município, com participação média de 5,78% na composição do valor adicionado de Três Barras do Paraná, e pela importância sócio-econômica, o município deverá definir políticas para o Setor no sentido de fortalecimento para contemplar a consolidação na economia local e participar mais ativamente na distribuição e geração de renda, haja vista, os baixos índices de participação ao longo dos quatro anos analisados.

A melhor participação desse setor no valor adicionado ocorreu no exercício de 2003 com 6,14% e a pior no ano de 2005 com 5,43%.

O ganho financeiro do Setor do período o período de 2002-2003 a variação 55,65%; 2003-2004 com variação 16,16%; e no período de 2004-2005 com variação negativa de 2,72%.

Tabela 7.2.21 – Valor Adicionado dos Setores da Economia em relação ao Município de Três Barras do Paraná – período 2002-2005

Ano	Município	Setores da Economia					
	Três Barras do Paraná	Primário	%	Secundário	%	Terciário	%
2002	83.395.749	43.273.645	51,89	35.528.095	42,60	4.575.384	5,49
2003	116.056.800	71.850.678	61,91	36.994.739	31,88	7.121.564	6,14
2004	136.698.428	80.787.709	59,10	47.436.628	34,70	8.272.563	6,05
2005	148.251.283	82.744.285	55,81	57.331.967	38,67	8.047.516	5,43
Média	121.100.565	69.664.079	57,53	44.322.857	36,60	7.004.257	5,78

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda/PR

### PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO MUNICÍPIO

A participação da agropecuária de Três Barras do Paraná coloca o município com participação média de 0,5194% do valor total da produção do Estado. A proporção dos valores totais da produção agropecuária do município em relação a do Estado é significativa para o crescimento econômico do município.



No Estado do Paraná o Setor da Agropecuária considerando o ano de 2005 representou 16,64% do total do valor adicionado, isto quer dizer, que outros setores da economia: a indústria com 52,42% e o comércio com 30,67% tem maior representatividade financeira direta, porém o setor primário abastece sobremaneira o desenvolvimento do estado devido a cadeia econômica de origem na agropecuária.

Em nível estadual, considerando o PIB 2005, o setor agropecuário participa com 19,67%; a indústria com 39,94% e o comércio com 40,39% o equilíbrio na distribuição dos valores torna-se um parâmetro que proporciona a visualização de uma distribuição eficiente dos recursos entre os setores: primário e principalmente nos setores: secundário e terciário.

Tabela 7.2.22 – Participação do Valor Total da Produção Agropecuária (2002 – 2005)

Ano Base	Três Barras do Paraná (R\$)	Estado	Participação do Município no estado
2002	81.401.693	19.047.199.510	0,4274
2003	117.065.129	28.036.556.969	0,4175
2004	124.614.806	29.278.025.570	0,4256
2005	123.379.491	26.016.436.889	0,4742
Média	111.615.280	21.488.345.275	0,5194

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda/PR

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os dados apresentados neste capítulo e verificando as causas e conseqüências dos ativos e passivos da contabilidade pública do município, as finanças públicas do Município apresentaram os seguintes resultados analíticos:

Em relação a Receita Total do Município, durante o período de 2002 a 2005, observou-se que em média 94,94% foram correspondentes as Receitas Correntes; a Receita Tributária que é uma das Receitas Correntes representou em média 2,33% e as Receitas de Transferências Correntes que apresentou a média de 90,55% das Receitas Correntes; mas ainda é necessário ressaltar que o poder Executivo rever a capacidade de contribuição da população em relação aos tributos, adotando uma fiscalização mais eficaz melhorando o desempenho da política tributária no médio e longo prazo, reduzindo a dependência do Município em relação à Receita de Transferência.

Como pode ser verificado a Arrecadação Própria do Município é muito baixa, tornando o Município cada vez mais dependente das Receitas de Transferências.

A arrecadação do ITBI, ISSQN, Taxas e IPTU, que são importantes fontes de arrecadação no setor econômico e financeiro, o Município deverá estimular os contribuintes, estabelecendo propostas técnicas e fiscais, revendo o cadastro imobiliário e as políticas adotadas para a tributação e fiscalização, com objetivo de fomentar o crescimento da arrecadação. O executivo deverá também estabelecer programas para a



arrecadação da Contribuição de Melhoria, haja vista, que no período de análise ela inexistiu no contexto das receitas próprias.

Os índices de esforço tributário, financiamento dos gastos, poupança e dependência do município em relação às receitas adquiridas através de transferências, mostraram a sua potencialidade, inclusive seus pontos fracos, ou seja, necessidades de rever o comportamento com as finanças públicas municipais. Tabela 7.2.12 - Indicador de Esforço Tributário (Valores em Reais)

As Transferências do FPM demonstraram ser muito importante no total das receitas do Município, apresentou uma média de 51,40% dos repasses da União, o FUNDEF com a participação de 28,32%. Em relação ao ICMS 91,53% em média das transferências do Estado no período de 2003 à 2005. As receitas provenientes destas transferências sempre são relevantes para municípios do mesmo porte de Três Barras do Paraná, confirmando-se, portanto, que a dependência do município é elevada em relação às transferências, principalmente as recebidas do FPM e ICMS.

A capacidade de investimento próprio do Município demonstrada durante o estudo apresentou-se positiva indicando que o município tem capacidade de formar Poupança, no entanto é necessária a precaução das Despesas Correntes para viabilização de novos investimentos, para evitar um descontrole ao longo do exercício.

Através do índice de dependência, verificou-se uma grande preocupação para o município, já que o mesmo tem um elevado índice de dependência em relação às transferências ou repasses do governo federal e estadual, principalmente em relação ao ICMS e FPM. E com isto o município fica praticamente a mercê destas transferências para cumprir com suas obrigações, haja vista que a receita própria do município ainda é muito pequena.

Quanto a Despesa Total do Município obteve crescimento em todos os períodos analisados, sinalizando uma grande preocupação quanto a este crescimento, apesar do aumento da Despesa Total ser inferior ao da Receita Total no período de 2003 a 2005, o fato de que as Despesas Correntes que correspondem a gastos contínuos e normalmente necessários, sinaliza a tendência clássica que a medida que ocorre o crescimento a capacidade de investimento e poupança do município poderá ser reduzida.

Em média as Despesas Correntes representaram 82,82% da Despesa Total, com um crescimento médio de 8,46% durante os dois períodos analisados, enquanto as Despesas de Capital que se referem as despesas com investimento, inversões financeiras e transferência de capital representaram em média 17,18% da Despesa Total e apresentou crescimento de 0,54% em média nos períodos entre 2003 e 2005, resultado da elevação de 27,72% no período de 2003-2004 e da queda 26,65% no período de 2004-2005 que comprometeu os gastos do governo nas despesas de capital.



A despesa com pessoal corresponde a grande parte da despesa corrente, além de que representou em média 30,49% da despesa total do município durante os três anos analisados, o que indica um percentual muito bom diante da conjuntura do setor público brasileiro. O crescimento médio apresentado durante o período analisado 2003-2005 foi de 6,26% significando um crescimento menor que a comparação com a Receita Corrente que representou em média 9,44%. De acordo com Lei de Responsabilidade Fiscal o município poderá atingir o limite máximo 54% da Receita Corrente Líquida, portanto os gastos com pessoal estão com margem favorável, ou seja, uma média de 27,89% de participação em relação à receita corrente, o que não elimina os cuidados e acompanhamento para evitar que essas despesas progridam e comprometam o Município.

As Despesas por Função, mostram o destino dos recursos que o município disponibiliza para atendimento a sua população com isso e de acordo com as informações a distribuição entre as despesas com a administração, saúde e educação está dentro da realidade de grande parte dos municípios, porém foi identificada maior ousadia nos recursos destinados para a habitação, desenvolvimento econômico, esportes e segurança. Há necessidade, portanto, uma readequação orçamentária no direcionamento dos investimentos com a finalidade de definir a aplicação dos recursos que poderá proporcionar maior crescimento e viabilizar alternativas para criação de empregos e conseqüentemente geração de renda.

No Valor Adicionado do Município a maior participação, durante o período de 2002 a 2005, está com o setor primário com a média de 57,53%, e bem próximo do segmento de indústria de transformação com 36,6°% de participação é econômica e socialmente interessante para o município que direciona o Executivo a investimentos no setor visando retorno financeiro e social, como geração de emprego, renda e etc., o que não invalida os investimentos nos demais setores, os quais necessitam de políticas públicas de incentivo à promoção do desenvolvimento econômico, principalmente o comércio e serviços que apresenta as menores participações no valor adicionado do município.

Apesar de o município possuir uma economia basicamente agrícola, não o impossibilita de explorar o potencial para o desenvolvimento de indústrias e serviços, inclusive com matéria-prima do setor primário para agregar valores. Desse modo, recomenda-se que o setor público municipal se atente para esta despesa, verificando os benefícios que a mesma propõe. Da mesma forma, devem analisar quais são os setores que poderão trazer maiores retornos para o município no momento da distribuição dos gastos, de acordo com as reais necessidades sociais e econômicas, como por exemplo, as despesas com saúde e educação, que possuem uma receita específica para o dispêndio.



Para aumentar a arrecadação o Município precisará adotar políticas fiscais e desenvolvimentistas para fomentar os setores econômicos do município, ou seja, aprimorando os setores mais consolidados como agropecuária e indústria e estabelecer políticas econômicas de choque no setor de serviços que está abaixo das expectativas do município.

Sendo a agricultura com elevado grau de concentração (direcionada ao cultivo das culturas mencionadas ao longo do texto), o setor da indústria apresenta bom desempenho econômico e social do município, porém foi o setor da economia local que mais cresceu no período 2004-2005. Por isso, sugere-se que as Secretarias de Desenvolvimento Econômico e da Agricultura tenham maior poder de decisão para implantar programas de desenvolvimento e até mesmo de descentralização na agricultura, principalmente para os pequenos agricultores, que não possuem potencial suficiente para cultivar uma cultura que exija maiores investimentos.

Apesar das incertezas e turbulências com que depara a Agropecuária, é segmento mais forte e de representatividade para composição do valor adicionado. E nessa linha de pensamento é necessário ajuste e mecanismos políticos para aprimorar o Setor Primário e estabelecer metas e programas de incentivos, também, ao comércio e ao o setor industrial como forma de projetar o município para indicadores sociais e econômicos que venham contribuir com a população.

Quanto à população verifica-se que o município poderia ter uma população maior, mas isto também depende do desempenho das suas atividades econômicas que precisam melhorar para atrair novos moradores, pois sem um desenvolvimento que proporcione mais empregos e geração de renda o município não terá atrativos para o aumento da população.

Pode-se concluir, pois mesmo apresentando superávit nas suas finanças, durante o período analisado, foi identificada uma grande dependência do município para a realização de investimentos em relação às transferências intergovernamentais. Verificou-se também um alto grau de necessidade de desenvolvimento do município, através de incentivos e investimentos realizados pelo setor público, visando aumentar a sua própria arrecadação.



## 7.3 Legislação e Instrumentos de Planejamento

O município de Três Barras do Paraná é regido pela Lei Orgânica promulgada em 05 de abril de 1990, que em seu Título IV, Capítulo I, Seção III, em seus artigos 85 a 90 trata da Política Urbana. Cabe destaque o artigo 89 que diz: “O Plano Diretor, matéria de Lei Complementar, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana”.

O município conta com o conjunto de leis urbanísticas aprovadas em 1988. Código de Obras aprovado pela Lei nº 011/88; Código de Posturas, Lei nº 012/88, Lei de Zoneamento sob nº 010/88 e a Lei do Parcelamento do Solo sob nº 013/88, modificada pelas leis 022 e 030 de 2005.

A Lei nº 050/97 fixou área do perímetro urbano.

O Código Tributário foi aprovado pela Lei nº 038/92, e modificado pela Lei nº 185/03 que atualizou o ISS conforme a Lei Complementar 116/03.

A Estrutura Administrativa está regulada pela Lei nº 014/93 com modificações posteriores. O Município possui a Lei do Orçamento Anual nº 208/06, a Lei de Diretrizes Orçamentária nº 152/06 e a Lei do Plano Plurianual nº 079/05.

A legislação municipal mantém uma inter-relação com a legislação estadual e federal.

A relação físico-territorial não está de acordo com a situação existente, apresentado falhas entre a legislação e a ocupação do solo, desmembramento de lotes e outros.

## A Arrecadação Própria e a Capacidade de Endividamento

Para tomadas de decisões em relação ao planejamento e em especial sobre a arrecadação dos tributos municipais, apresentamos um resumo do comportamento das principais receitas correntes (Gráfico 7.3.1). As receitas próprias do Município estão em torno de 9% (R\$ 1.132.287,00) de um total arrecadado em 2006 de R\$ 12.540.506,00 de receitas correntes, sendo que as receitas correntes transferidas atingiram R\$ 11.408.220,00 (91%). O FPM representou 28,5% (R\$ 3.572.777,00) das receitas correntes e o ICMS 37% (R\$ 4.653.355,00).

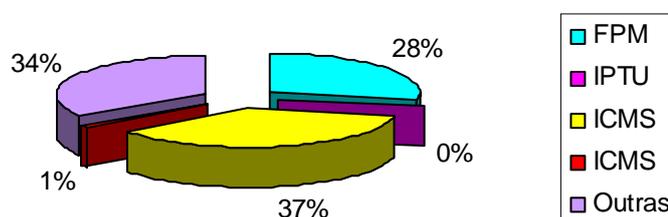
O aumento de receita poderá vir de esforço local através do aprimoramento da arrecadação do IPTU, ISS e ITBI, com a atualização cadastral, Planta de Valores e medidas administrativas e legais para melhorar a eficiência no ISS.

Os valores venais dos imóveis para efeito de lançamento do IPTU estão bem abaixo do valor de mercado. A última atualização geral do cadastro imobiliário e da Planta Genérica de Valores ocorreu em 1997, a partir daí tem sido atualizado os valores anualmente pela inflação e o cadastro pelas construções que dão entrada no setor de obras.

Para os terrenos edificados a alíquota é de 0,5%, e para não edificados a alíquota é de 3,5%, não existindo progressividade.

As alíquotas do ISS não estão atualizadas, mas por força legal são cobradas no intervalo de 2 a 5%, mas na sua maioria a alíquota é de 3%. Em 2006 o valor arrecadado de IPTU foi de R\$ 30.764,00, o que representou 0,2% das receitas correntes e 2,71% das receitas correntes próprias e do ISS somou R\$ 114.138,00, o que representou, respectivamente, 0,91% e 10,0%. A distribuição das principais receitas está representada no gráfico 7.3.1.

Gráfico 7.3.1 – Arrecadação Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná



Fonte: Prefeitura de Três Barras do Paraná

## Capacidade de Endividamento

A capacidade de endividamento, conforme cálculo do PARANACIDADE é de R\$ 1.846.400,00, sendo que deste montante já está autorizado empréstimos no valor de R\$ 1.695.600,00. Entretanto a capacidade de endividamento se altera no tempo em função da arrecadação e dos compromissos assumidos. Além disso, em cada caso, os pedidos de empréstimos são submetidos à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que



controla o endividamento individual e global dos municípios, limitado a 1,2 da receita corrente líquida, conforme fixado na Resolução 40/2001 do Senado Federal e ao máximo a cada ano em 16% da receita líquida (Resolução 43/2001). Portanto, operações de créditos pleiteadas pelo município deverão estar dentro destes dois limites, além da análise da capacidade de pagamento da obrigação a ser assumida.

A capacidade de investimento será avaliada dentro do Plano de Ação e Investimentos, onde é analisado o comportamento das receitas e despesas nos últimos cinco anos e feita a projeção das receitas (incluindo as operações de créditos) e estimada as despesas para o próximo quinquênio (incluindo despesas com encargos e amortizações). Como resultado desta análise se estimará a capacidade de investimentos para os próximos cinco anos do município.

### **Despesa com Pessoal**

A despesa de pessoal em relação à receita corrente líquida está em 38,55% (dezembro/2006), portanto bem abaixo dos limites exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (54% e 51% - prudencial).

# **8. SISTEMATIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES**



## 8.1 Opinião Pública

Na elaboração do Plano Diretor Municipal, o levantamento da opinião pública é parte imprescindível da leitura comunitária que é realizada também através das audiências públicas. A participação popular atesta a veracidade da situação e desagrado público que diagnosticada resulta no maior instrumento de política urbana e territorial do Município, o Plano Diretor. Ela também está assegurada em lei federal, o Estatuto das Cidades e pelo Termo de Referência do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.

Para tanto, foi aplicado à população de Três Barras do Paraná um questionário em que fossem apontados três pontos positivos e três negativos em relação ao Município, e depois exposta sugestão de melhoria. Após a coleta dos dados, as questões levantadas foram agrupadas em assuntos comuns, como, por exemplos, saúde e educação. Alguns assuntos específicos que tiveram uma incidência relevante dentro do questionário formaram um item único, como, por exemplo, a Praça.

Esta avaliação auxiliará a prefeitura a visualizar as principais potencialidades e deficiências do Município através da opinião pública, que será levada em conta também na sistematização das informações, ao final deste volume. Destarte, as definições das metas de investimento, quer seja em novos programas de caráter social, quer em melhorias das que já são do gosto da população, têm embasamento também na manifestação da população.

Foram distribuídos formulários nas escolas para os estudantes levarem para suas casas e reponde-los com ajuda dos pais, tentando deste modo, abranger todo território do Município. Assim, a avaliação pôde ser analisada segundo a situação do



residente – urbana ou rural – permitindo a comparação das necessidades reais que cada um representou no questionário.

A começar pelos moradores da zona rural, representados por 504 questionários entregues, entre os pontos positivos apontados pelos mesmos (gráfico 8.1.1), “educação”, “praça” e “saúde” foram os mais elogiados pela população (58%, 41% e 38 %). Segundo a população, isso se deve ao fato de reformas recentes nesses elementos. A biblioteca está em quarto lugar; logo após têm-se as estradas e o transporte público. Os demais itens mais citados foram equipamentos de lazer e esporte, como o lago, a prainha e o ginásio de esportes.

Quanto aos aspectos negativos, às condições das estradas municipais são mencionadas por 36% dos respondentes, as principais reclamações foram às estradas de Três Barras do Paraná a Catanduvas. A saúde está em segundo lugar, com 34%, consideradas negativas a falta de remédios e a dificuldade de transporte para a população tratar-se no hospital de Cascavel. O transporte está em terceiro lugar, principalmente o escolar, e recebeu 27,2%, os fatores mencionados para a seleção foram: má preservação de algumas estradas ocasionando dificuldades do transporte, os horários do percurso, os veículos antigos e em mau estado de conservação e a pouca quantidade de transporte. Com 13,2% o item “esporte” refere-se a algumas comunidades que reclamam o término de alguns ginásios esportivos. Também muito criticada pela população está a falta de incentivo rural (11,2%) em que as principais reclamações são pela falta de Secretaria da Agricultura, o baixo preço do leite e o incentivo a criação de suínos.

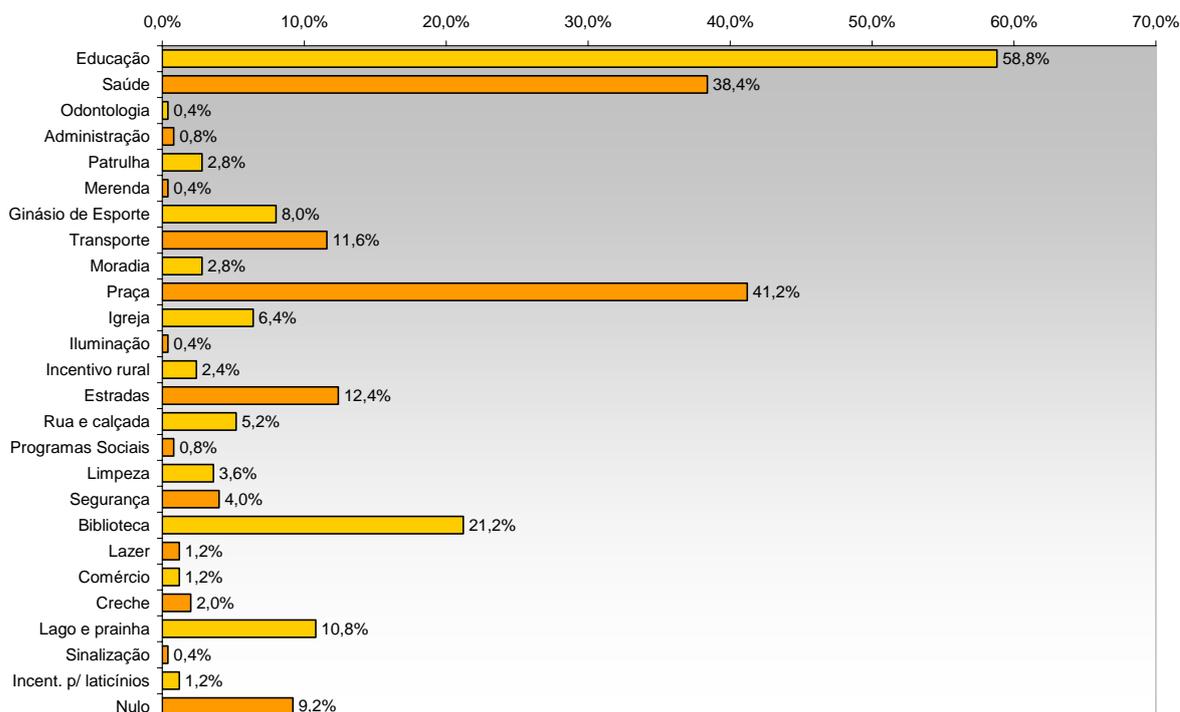
As sugestões de melhorias condizem com a enumeração de pontos negativos, sendo a maior exigência a pavimentação das estradas. A principal sugestão é o conserto das estradas e o asfaltamento das principais, 38% como a estrada de Três Barras do Paraná a Barra Bonita e Santo Isidoro.

Em seguida está a saúde (28%), com sugestões relativas a transporte para levar os doentes a Cascavel, mais remédios, e mais profissionais ligados a área, como médicos plantonistas, pois segundo alguns questionários, a população rural, às vezes, fica sem atendimento.

O transporte está em terceiro lugar (22%), sendo necessário, segundo a população, melhorar os ônibus do transporte público e aumentar a frota que não está suprindo a necessidade da população.

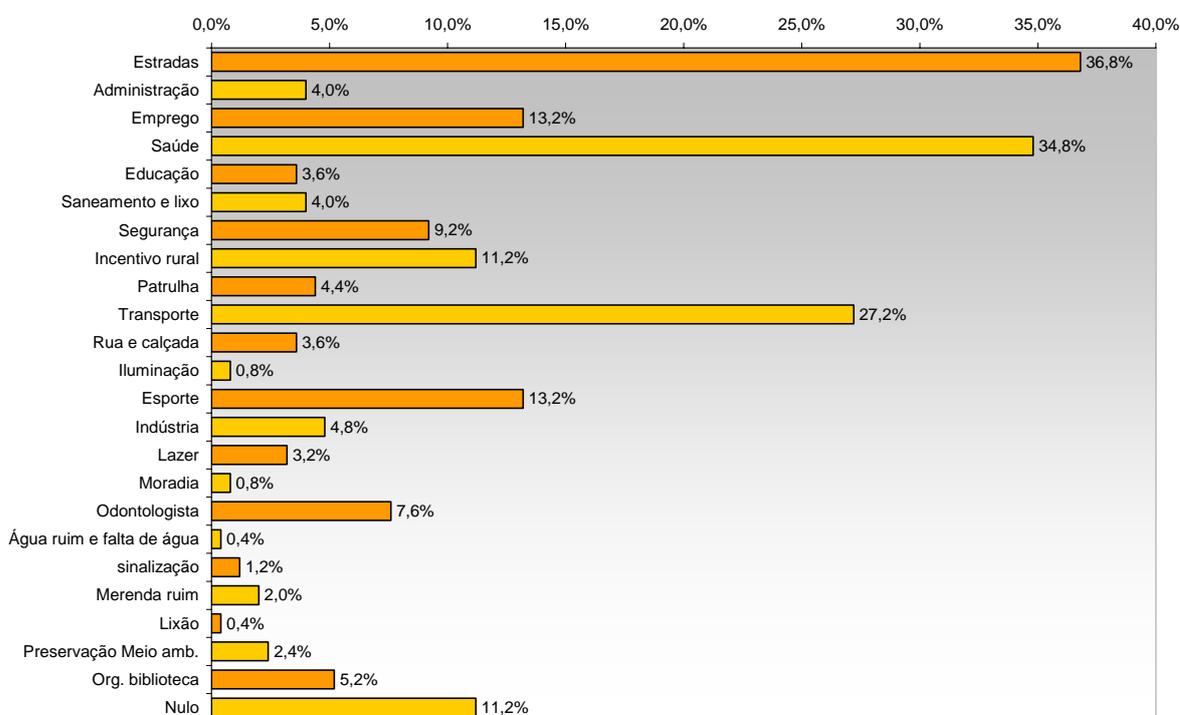
Os demais itens estão com porcentagens parecidas, mas é importante ressaltar “saneamento e lixo”, pois a população sugere a coleta seletiva de lixo. Em relação ao esporte, a principal reivindicação é o término do mini-ginásio de Rosário D'Oeste.

Gráfico 8.1.1 – Pontos positivos segundo a população rural



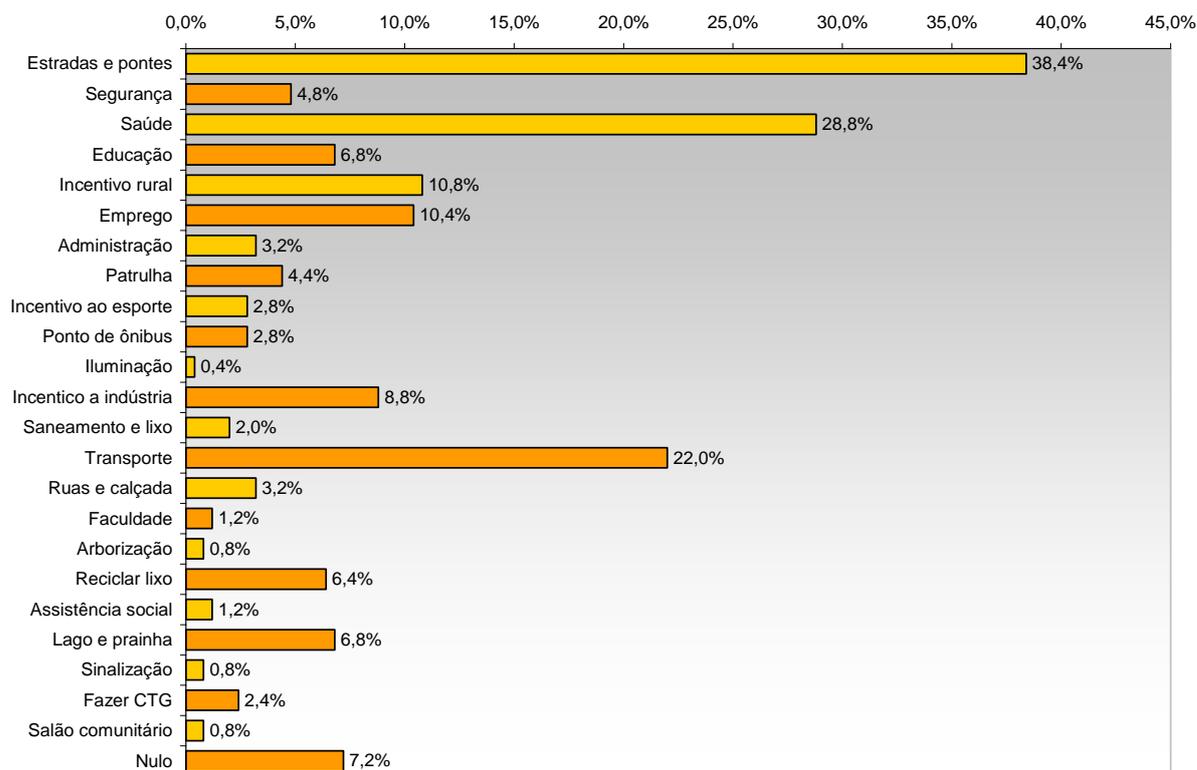
Fonte: DRZ Consultores Associados

Gráfico 8.1.2 – Pontos negativos segundo a população rural



Fonte: DRZ Consultores Associados

Gráfico 8.1.3 – Sugestões de melhorias da população rural



Fonte: DRZ Consultores Associados

Passando à população urbana, foram respondidos 517 questionários, dos quais a maioria indicou como principais bons elementos: a “praça”, com 51%, a “educação”, com 48,8%, e a “saúde”, com 39%. Como dito anteriormente este fato deve-se a recente reforma nesses itens descritos acima.

Em seguida está a “biblioteca”, muito citada pela população, mas que também sofreu algumas reclamações, segundo os entrevistados, quanto à má administração e o atendimento ruim. Um dos pontos muito apontados foi a “segurança”, mostrando a satisfação da população em relação a esse item.

Dos pontos negativos para a população, em primeiro lugar coloca-se o item “saúde”, com 30%; os entrevistados alegam atendimento ruim, falta de remédios e de conserto do aparelho de raios-x. Em seguida, está a falta de emprego, esse item muitas vezes associado a falta de indústrias no município.

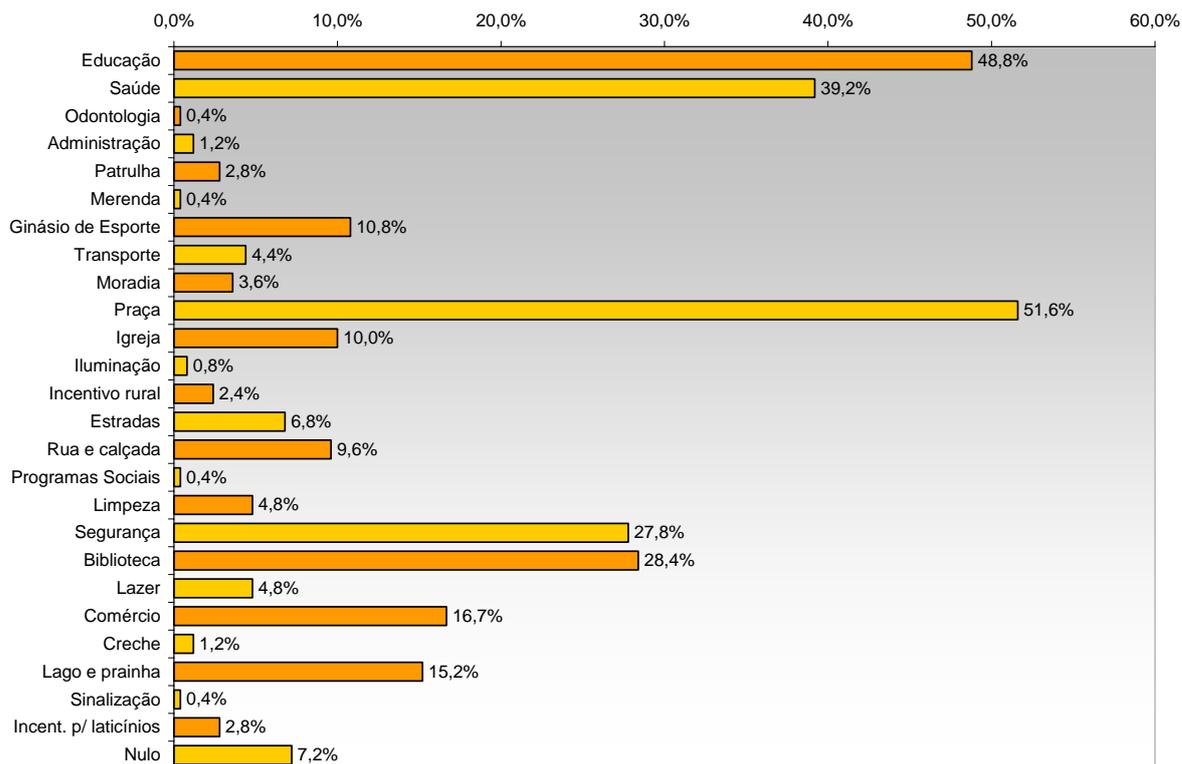
Item não muito apontado, mas que vale ser sublinhado, é o item “saneamento/lixo”, com 7,2%. A população reclama da falta de esgoto em algumas áreas e do lixo nas ruas.

Como sugestão de melhoria, os itens “saúde” e “incentivo ao esporte”, estão empatados na primeira posição com 26%. Na saúde, a população propõem mais organização no sistema, como também as mesmas sugestões já descritas anteriormente dadas na área rural, como mais remédios, mais profissionais e o transporte de doentes

para Cascavel, enquanto que para o esporte a população sugere a reforma de quadras de esporte, alegando que algumas se encontram em estado de desuso.

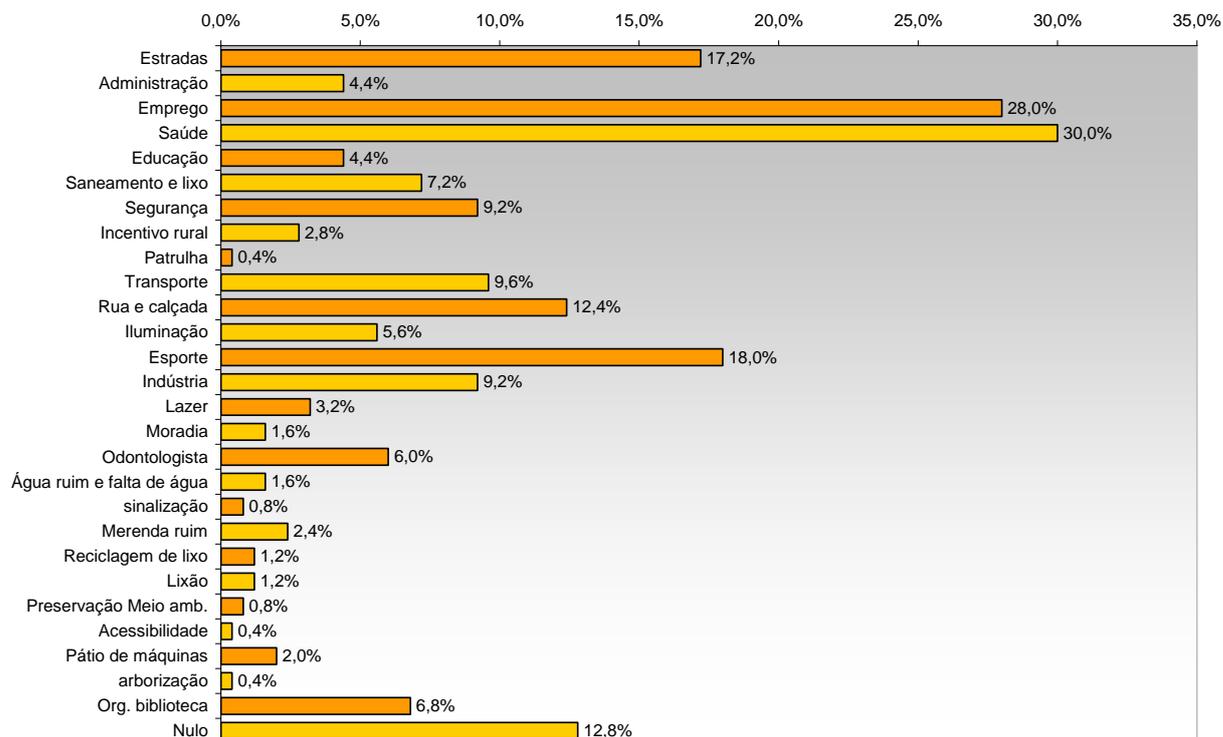
Pontos específicos citados pela população que devem ser explicitados são, no item “Lago e prainha”, retirar o esgoto que cai na prainha, e no item “odontologia”, colocar profissionais nos dois períodos do dia.

Gráfico 8.1.4 – Pontos positivos segundo a população urbana da sede



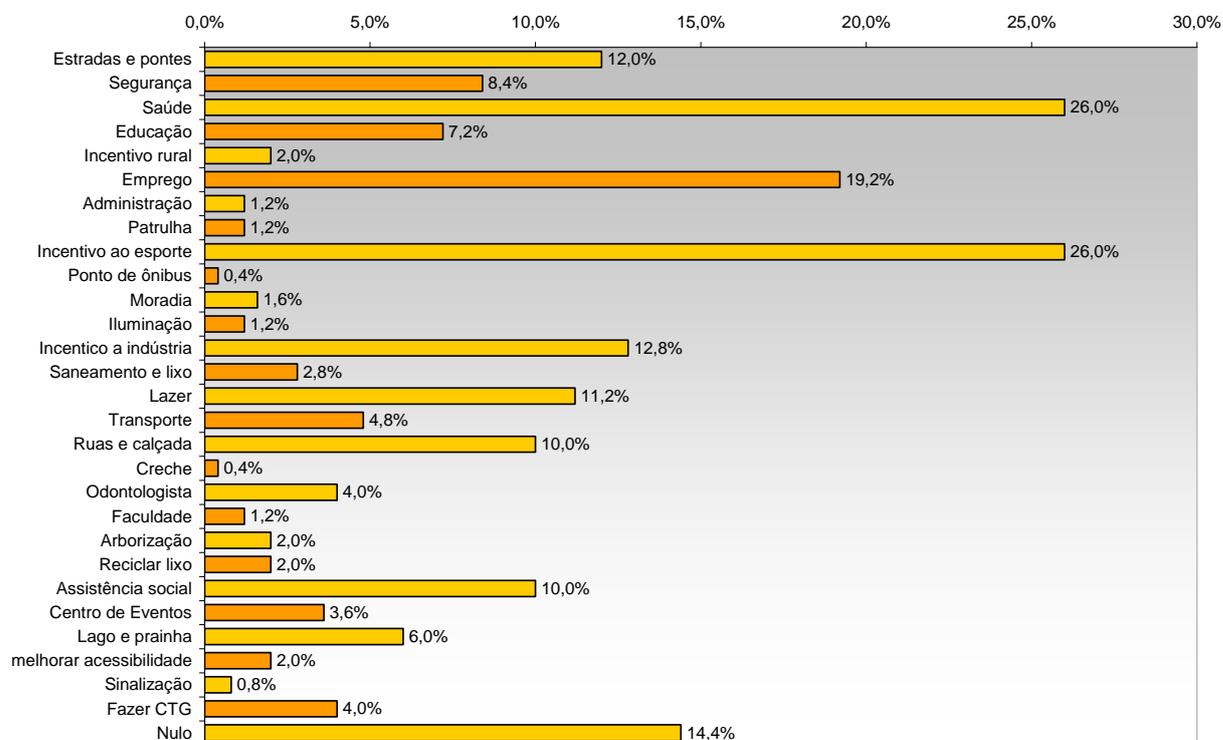
Fonte: DRZ Consultores Associados

Gráfico 8.1.5 – Pontos negativos segundo a população urbana da sede



Fonte: DRZ Consultores Associados

Gráfico 8.1.6 – Sugestão de melhorias da população urbana da sede



Fonte: DRZ Consultores Associados

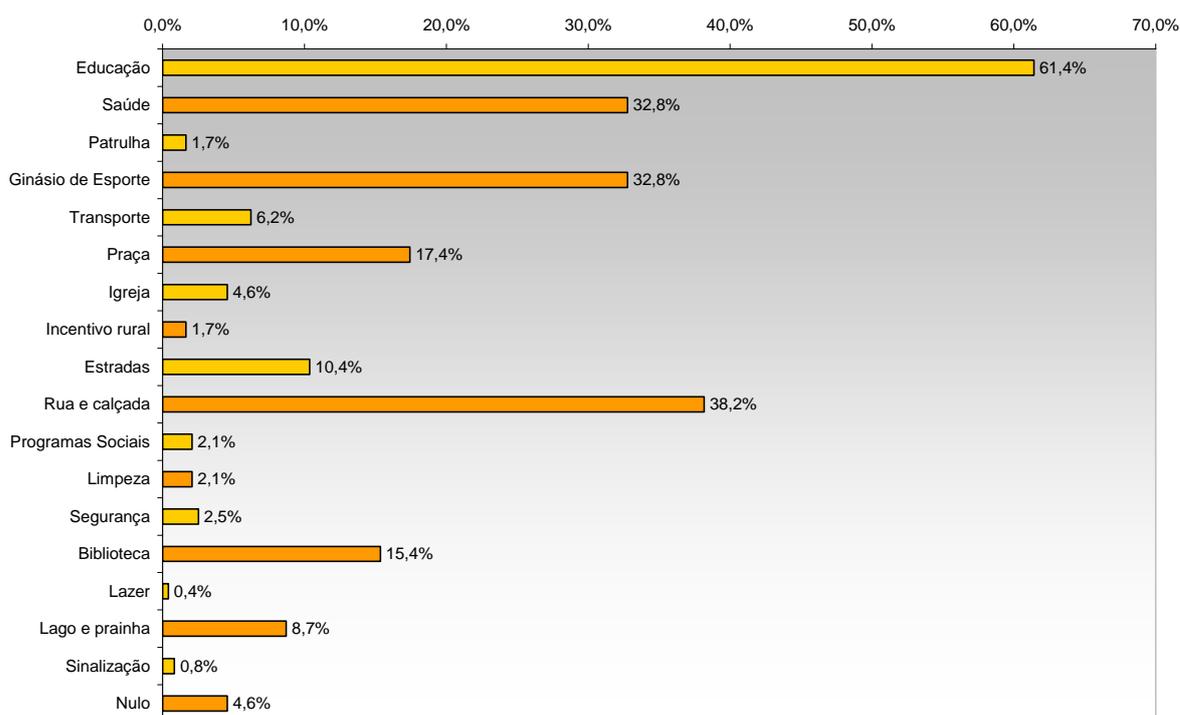


A população dos distritos respondeu a 241 questionários ao todo. As indicações desta população mostram “Educação” com 61,4% de aprovação, “Ruas e Calçadas” em segundo lugar com 38,2%, a “Saúde” e “Ginásio de Esportes” empatados com 32,8%.

O ponto negativo principal na opinião dos distritos reside na saúde, com índice de descontentamento de 32%. Em seguida está a falta de incentivos ao esporte e a má conservação das estradas refletida nas muitas sugestões de asfaltamento e de melhor manutenção das estradas municipais principais, como as que ligam os distritos a sede.

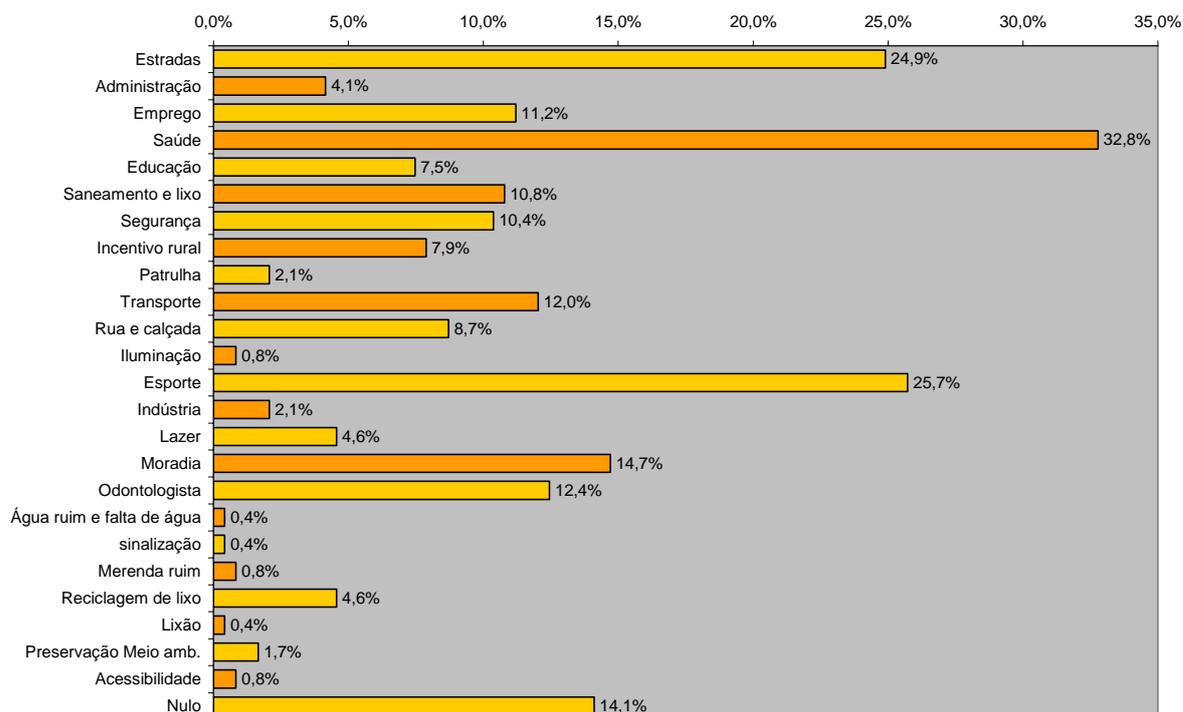
As sugestões de melhorias, da mesma forma como nas outras tabulações, detêm-se nos itens já elencados como problemáticos. Os cinco mais lembrados são: estradas, saúde, transporte, educação e emprego.

Gráfico 8.1.7 – Pontos positivos segundo a população urbana dos distritos



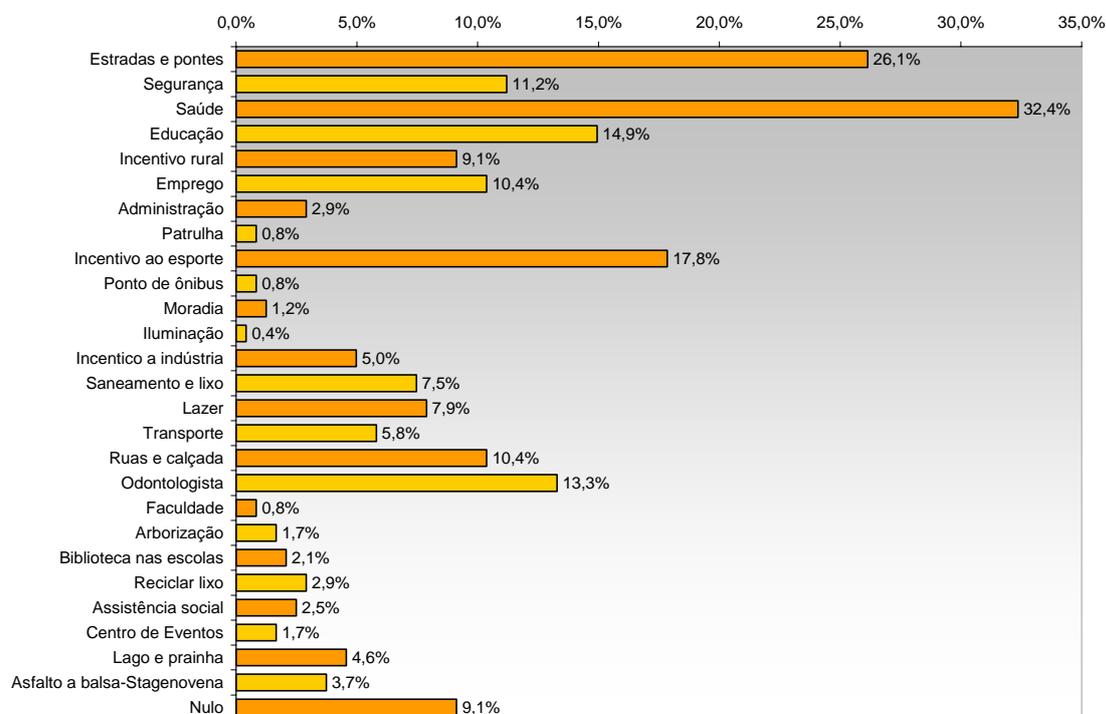
Fonte: DRZ Consultores Associados

Gráfico 8.1.8 – Pontos negativos segundo a população urbana dos distritos



Fonte: DRZ Consultores Associados

Gráfico 8.1.9 – Sugestão de melhorias da população urbana dos distritos



Fonte: DRZ Consultores Associados



## 8.2 Sistemática CDP

A metodologia a ser adotada na análise e sistematização da Avaliação Temática Integrada é a CDP (Condicionantes, Deficiências e Potencialidades), desenvolvida na Alemanha, aferida em diversos países, adotada como padrão pelos organismos das Nações Unidas e será utilizada conforme indicado no Termo de Referência do PARANACIDADE.

A sistemática CDP representa uma metodologia de ordenação dos dados levantados que possibilitará sua análise de forma sistematizada e compreensível, de fácil visualização. Através deste método, uma visão sintética será extremamente eficaz para a definição de estratégias do planejamento.

Na adoção da metodologia CDP, os dados levantados serão classificados em três categorias:

- CONDICIONANTES;
- DEFICIÊNCIAS;
- POTENCIALIDADES.

A Sistemática CDP aplicada na elaboração do Plano Diretor Municipal apresenta basicamente um método de ordenação criteriosa e operacional dos problemas e fatos, resultantes de pesquisas e levantamentos, proporcionando apresentação compreensível, facilmente visualizável e compatível com a situação atual da cidade.

Ela pode orientar o planejamento territorial e todas as fases do processo, baseando-se nos critérios de eficiência, de adequação dos meios e recursos e de controle de resultados, evitando, com isto, os erros de uma simples eliminação de deficiência. A classificação dos elementos da estrutura municipal, segundo



Condicionantes/Deficiências/Potencialidades, atribui aos mesmos uma função dentro do processo de desenvolvimento da cidade, isto significa que, as tendências desse desenvolvimento podem ser percebidas com maior facilidade.

Com base na classificação acima estrutura-se a situação do Município.

### **Condicionantes**

Consistem em elementos existentes no ambiente urbano, natural ou construído, além de planos e decisões já instituídos, com conseqüências futuras no ambiente físico ou na estrutura urbana e rural, que determinam a ocupação e o uso do espaço municipal, e que pelas suas características e implicações não podem ou não devem ser alterados. Figuram como restrições, impedimentos e obrigadoriedades, como por exemplo: rios, morros, vales, o patrimônio histórico e cultural, sistema viário, etc.

### **Deficiências**

São elementos ou situações de caráter negativo que significam estrangulamentos na qualidade de vida das pessoas e dificultam o desenvolvimento do Município. Devem ser solucionados através de ações ou políticas que provoquem as mudanças desejadas.

As Deficiências podem ter as seguintes características:

- Natural: rios e córregos poluídos, desmatamentos, vales inaproveitáveis, etc.
- Técnica: carência ou inadequação de equipamentos ou da infraestrutura existente, sistema viário, etc.
- Cultural: patrimônios históricos degradados, etc.
- Social: não amparo às classes menos favorecidas, desemprego, analfabetismo, falta de cursos profissionalizantes, etc.
- Legal: deficiência, inadequação ou não obediência de legislação urbanística, ocupações irregulares, etc.
- Financeira: baixo poder aquisitivo, etc.
- Administrativo: excesso de burocracia nos procedimentos administrativos, falta de fiscalização, deficiência na execução e no controle das ações administrativas, etc.
- Econômico: baixa produtividade, elevado custo de manutenção, etc.

### **Potencialidades**

São aspectos positivos existentes no Município que devem ser explorados ou otimizados, resultando em melhoria da qualidade de vida da população.

As Potencialidades pode ter as seguintes características:



- Natural: áreas adequadas à urbanização, áreas com potencial de implantação de equipamentos de lazer, turístico ou paisagístico, etc.
- Técnica: infra-estrutura e equipamentos existentes ou com capacidade ociosa, etc.
- Cultural: utilização ou otimização do uso de prédios históricos, preservação dos prédios históricos ou dos elementos culturais do Município, etc.
- Social: política social integrada, parcerias, aproveitamento de iniciativas comunitárias, etc.
- Legal: terrenos públicos disponíveis, etc.
- Financeiro: aumento da eficiência fazendária na arrecadação municipal, capacidade de endividamento não utilizada, parcerias, etc.
- Administrativo: ações administrativas no sentido de desburocratizar a máquina pública, aumentando sua eficiência com menor custo, etc.
- Econômico: localização estratégica, recursos naturais possíveis, pólo de abrangência, recursos humanos existentes e potencial (universidades e escolas técnicas), etc.

A utilização da sistemática CDP possibilitará classificar todos os aspectos levantados nas leituras técnicas e comunitárias nestas três categorias, visando a identificar as ações prioritárias e tomadas de decisões.

As informações estão sintetizadas e sistematizadas na tabela 8.2.1, apresentando as principais Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, dentro dos aspectos utilizados na Avaliação Temática Integrada: Regionais, Ambientais, Sócio-econômicos, Sócio-espaciais, de Infra-estrutura, de Serviços Públicos e Institucionais.



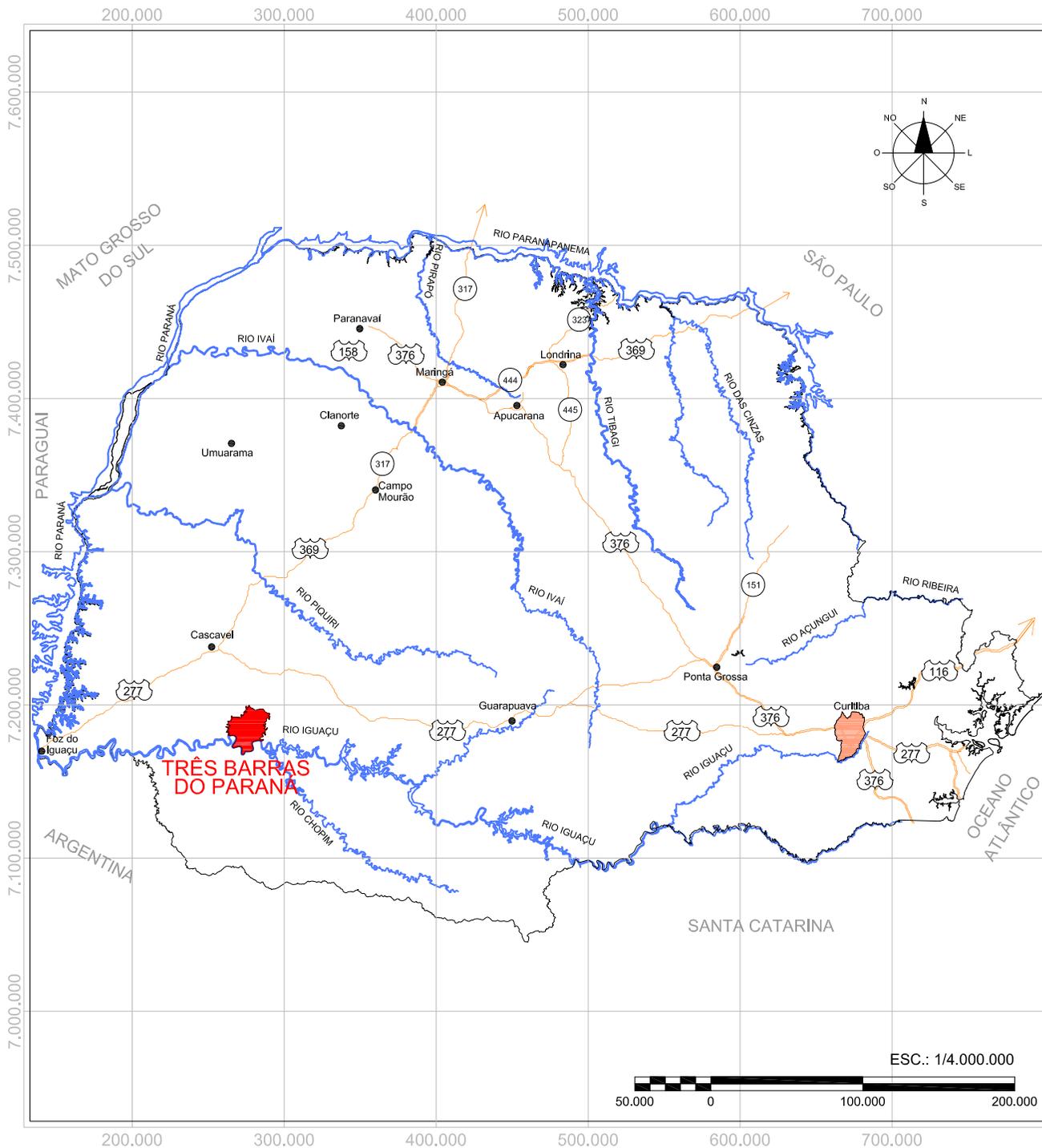
Tabela 8.2.1 – Síntese das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades

Aspectos	C	D	P	Fatores
Regionais				Rios Iguaçu e Guarani e Hidrelétrica de Salto Caxias.
				Boa localização na microrregião de Cascavel.
				Boa estrutura de cursos superiores nos municípios da região.
				Reservatório da Usina Santo Caxias
Ambientais				Relevo bastante acidentado.
				Desmatamento das faixas de preservação permanente dos rios.
				Arborização urbana deficiente.
Sócio-Econômicos				Decréscimo da população (pelo IBGE).
				Envelhecimento da população, com não retenção dos jovens.
				Desenvolvimento do setor turístico.
				Baixo poder aquisitivo.
				Parque Estadual Guarani.
				Atividades Turísticas da Usina de Salto Caxias
Sócio-Espaciais				Predomínio da agricultura familiar.
				Grande quantidade de comunidades rurais.
				Déficit habitacional (200 casas na zona urbana).
				Ocupação por cerca de 250 famílias de áreas irregulares próximas aos córregos e áreas de preservação ambiental.
				Falta de acessibilidade universal nas vias dos bairros periféricos.
				Malha urbana coesa.
				Ausência de áreas verdes nas áreas periféricas da sede.
Infra-Estrutura				Estradas não pavimentadas.
				Água com potencial contaminação devido à proximidade entre o cemitério e o manancial.
				Atendimento urbano de 4% de rede de esgoto sanitário.
				Boa parte dos passeios públicos sem pavimentação.
				Curva acentuada na rodovia de acesso à cidade.
				Falta de galerias de águas pluviais na periferia.
				Pavimentação em quase 100% das vias urbanas.
				Aterro com licença do IAP.
				Ineficiência na coleta seletiva.
Serviços Públicos				Pontos de conflitos no sistema viário.
				Sistema Copel com abundância de energia.
				Posto de saúde recém-reformado.
				Falta de medicamentos.
				Deficiência no atendimento nos postos e no hospital.
				Evasão escolar.
				Condições físicas das escolas (falta acessibilidade, laboratório de informática e espaço coberto para recreação e atividades físicas).
				Falta de transporte da área rural à urbana aos não estudantes.
				Transporte escolar insuficiente e sucato.
				Deficiências em alguns prédios e equipamentos de esporte e lazer.
Institucional				Cemitério Municipal localizado na microbacia de captação.
				16 cemitérios rurais irregulares.
				Baixo poder aquisitivo para melhorar a arrecadação municipal.
			Potencial para aumento da arrecadação.	
			Não atualização da legislação tributária e falta de procedimentos administrativos para dar eficiência à arrecadação própria.	



---

## ANEXOS – MAPAS



# LEGENDA

FONTE: IPARDES

Distâncias de Três Barras do Paraná a: Cascavel.....110 Km  
Curitiba.....460 Km

Coordenadas Geográficas: 23°29'06" S  
51°47'30" O

- Rodovias Principais
- Rodovias Federais
- Rodovias Estaduais
- Rios Principais






 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

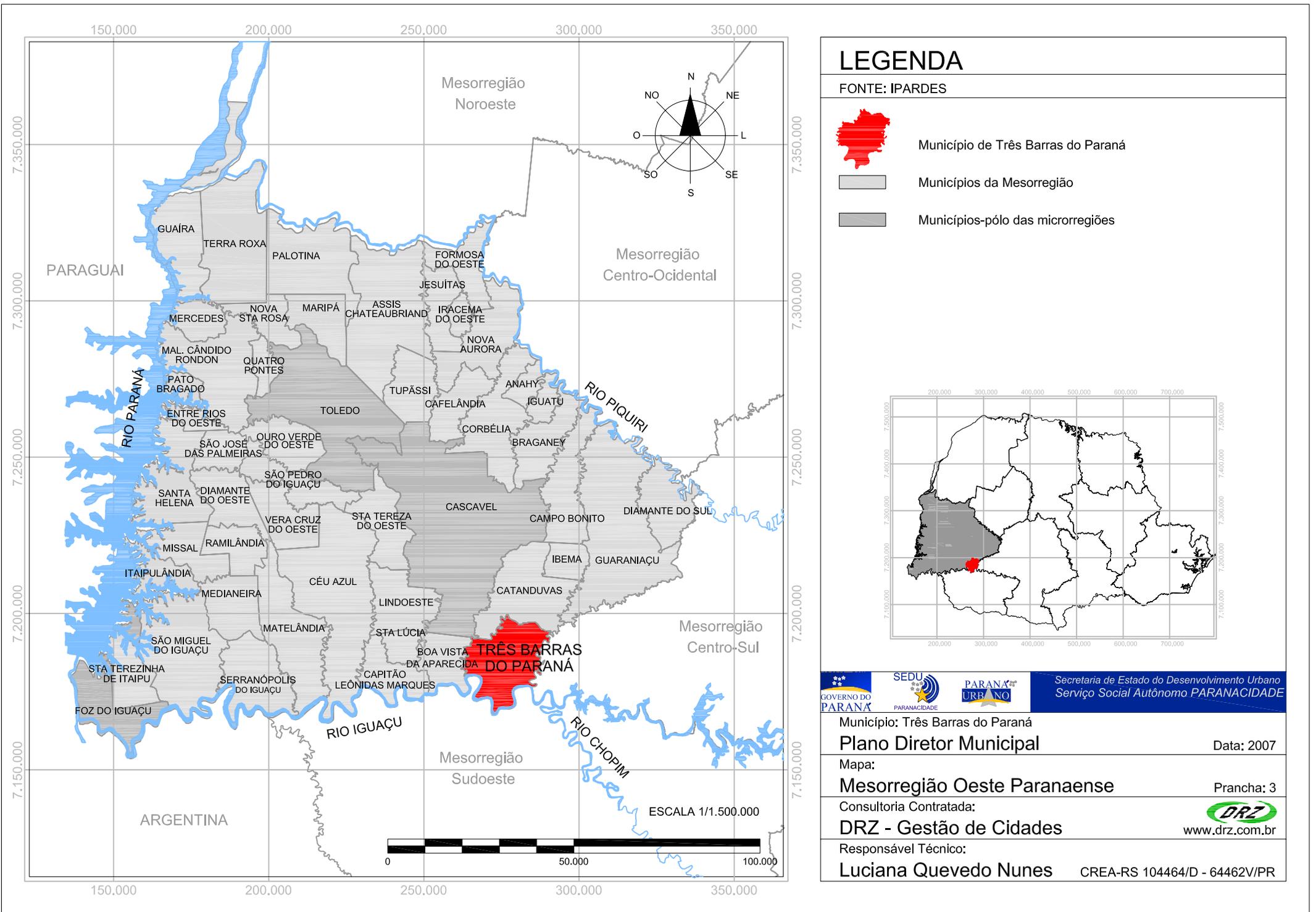
Município: Três Barras do Paraná  
**Plano Diretor Municipal** Data: 2007

Mapa:  
**Localização Geográfica** Prancha: 1

Consultoria Contratada:  
**DRZ - Gestão de Cidades**  [www.drz.com.br](http://www.drz.com.br)

Responsável Técnico:  
**Luciana Quevedo Nunes** CREA-RS 104464/D - 64462V/PR

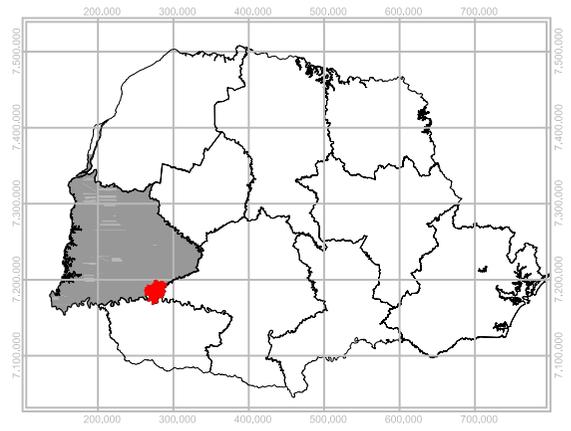




# LEGENDA

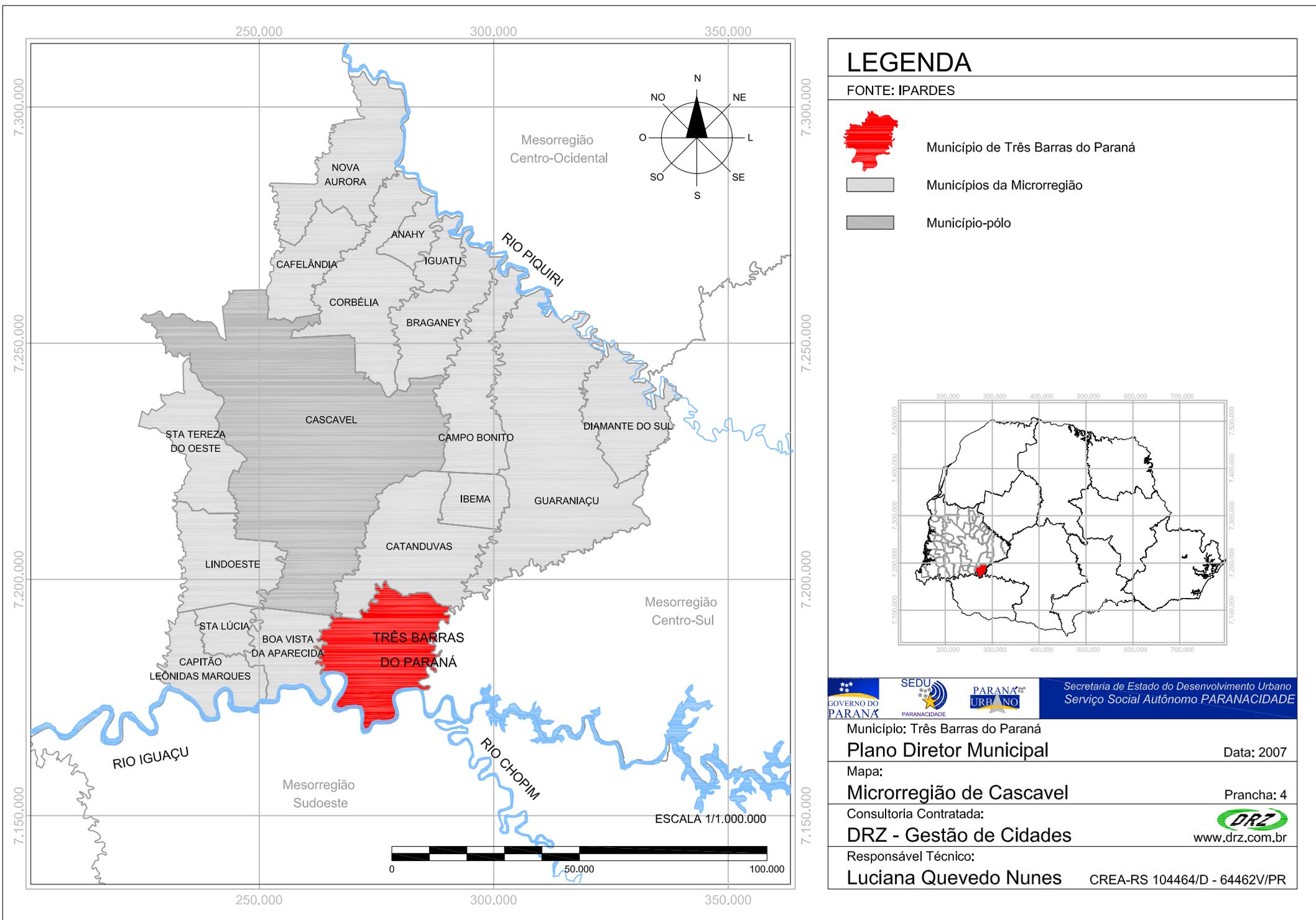
Fonte: IPARDES

-  Município de Três Barras do Paraná
-  Municípios da Mesorregião
-  Municípios-pólo das microrregiões




 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

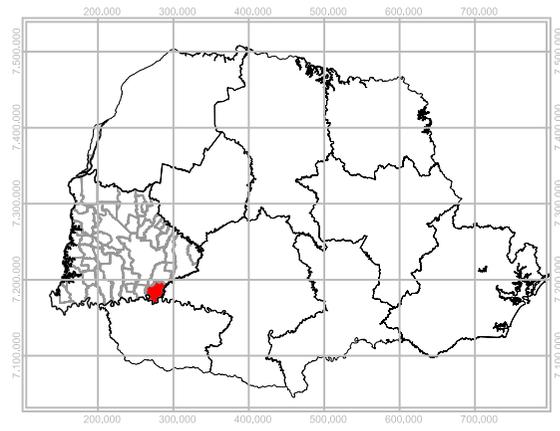
Município: Três Barras do Paraná	Data: 2007
<b>Plano Diretor Municipal</b>	
Mapa:	Prancha: 3
<b>Mesorregião Oeste Paranaense</b>	
Consultoria Contratada:	
<b>DRZ - Gestão de Cidades</b>	<a href="http://www.drz.com.br">www.drz.com.br</a>
Responsável Técnico:	
<b>Luciana Quevedo Nunes</b>	CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



# LEGENDA

FONTE: IPARDES

-  Município de Três Barras do Paraná
-  Municípios da Microrregião
-  Município-pólo



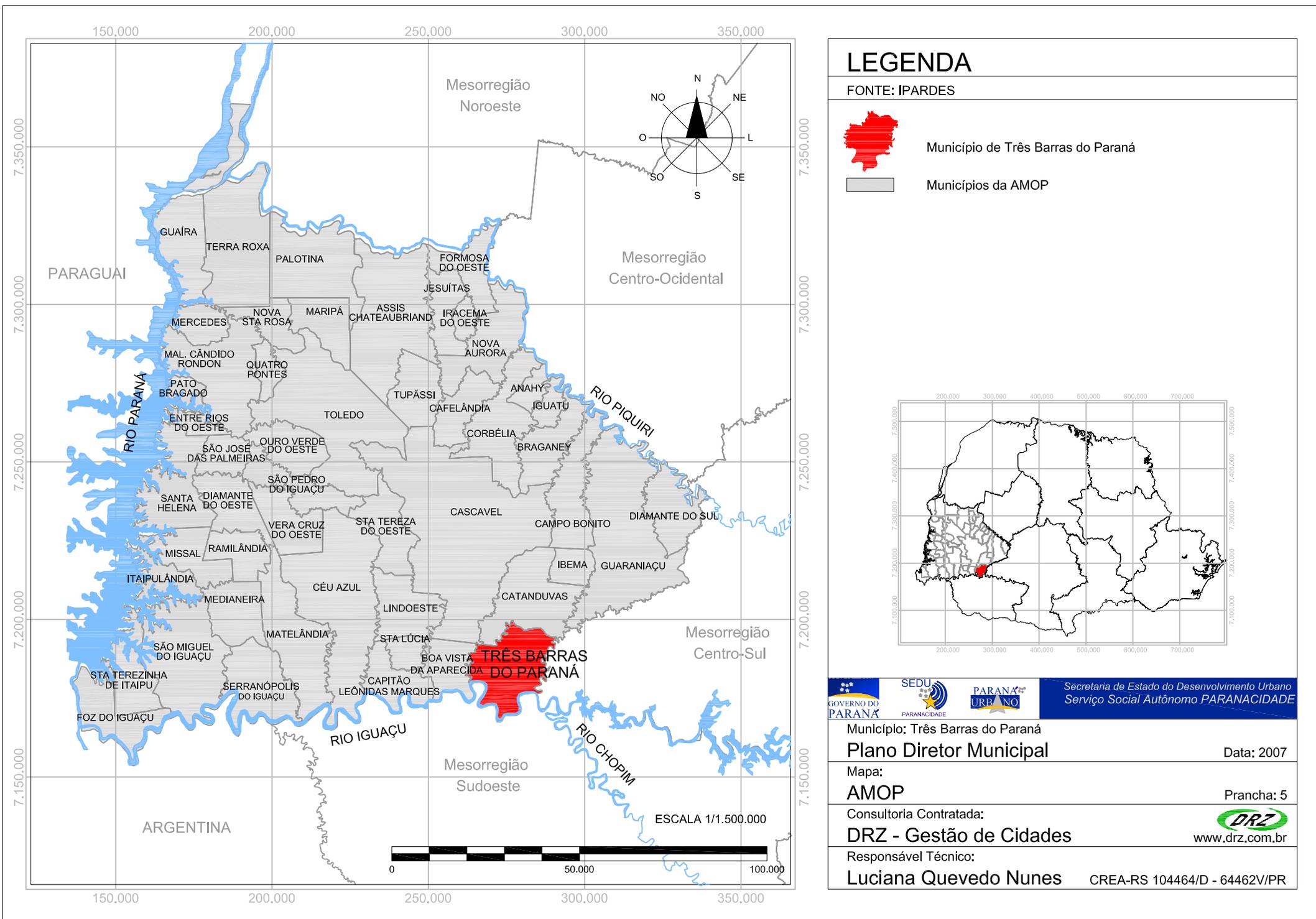

 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Três Barras do Paraná  
**Plano Diretor Municipal** Data: 2007

Mapa:  
**Microrregião de Cascavel** Prancha: 4

Consultoria Contratada:  
**DRZ - Gestão de Cidades**   
www.drz.com.br

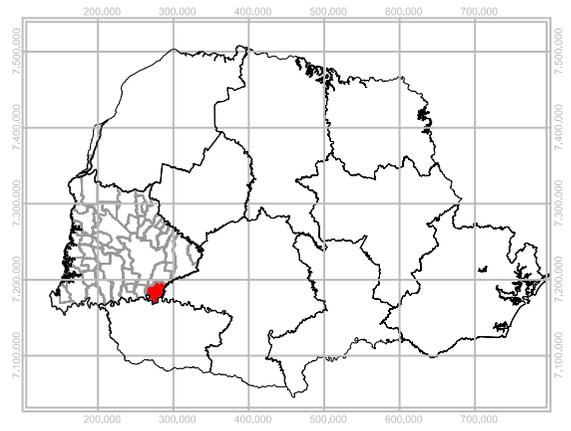
Responsável Técnico:  
**Luciana Quevedo Nunes** CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



# LEGENDA

FORTE: IPARDES

-  Município de Três Barras do Paraná
-  Municípios da AMOP



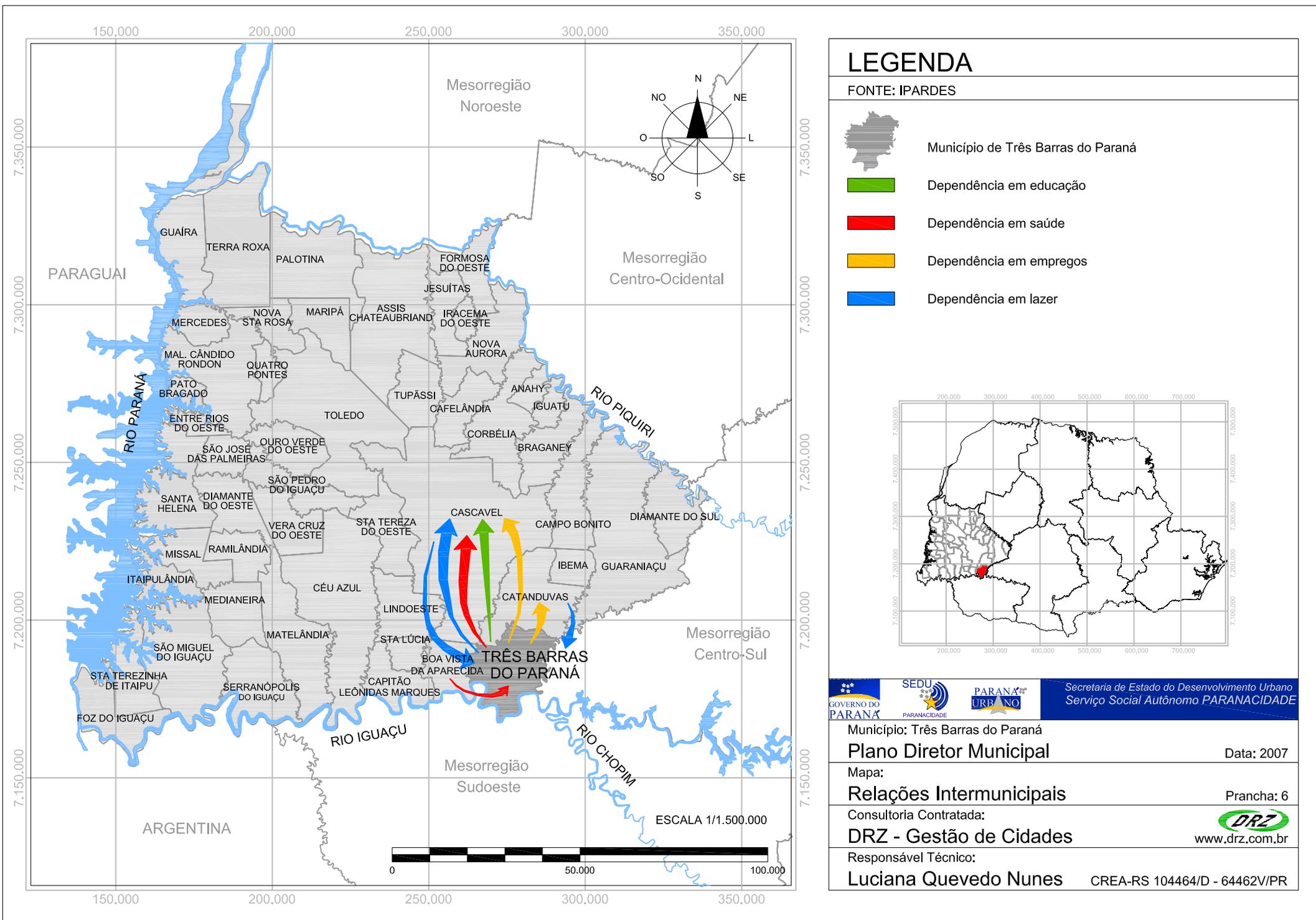

 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Três Barras do Paraná  
**Plano Diretor Municipal** Data: 2007

Mapa:  
**AMOP** Prancha: 5

Consultoria Contratada:  
**DRZ - Gestão de Cidades**   
www.drz.com.br

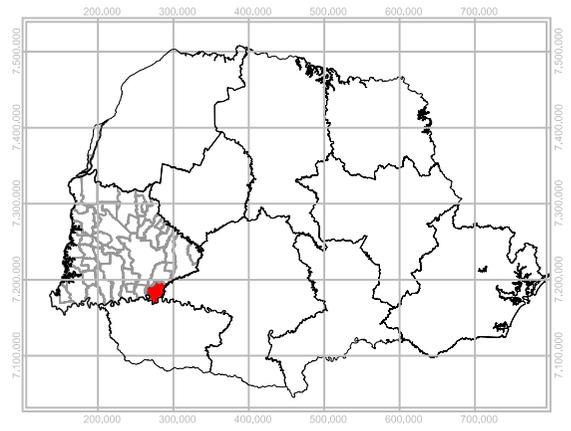
Responsável Técnico:  
**Luciana Quevedo Nunes** CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



# LEGENDA

FONTE: IPARDES

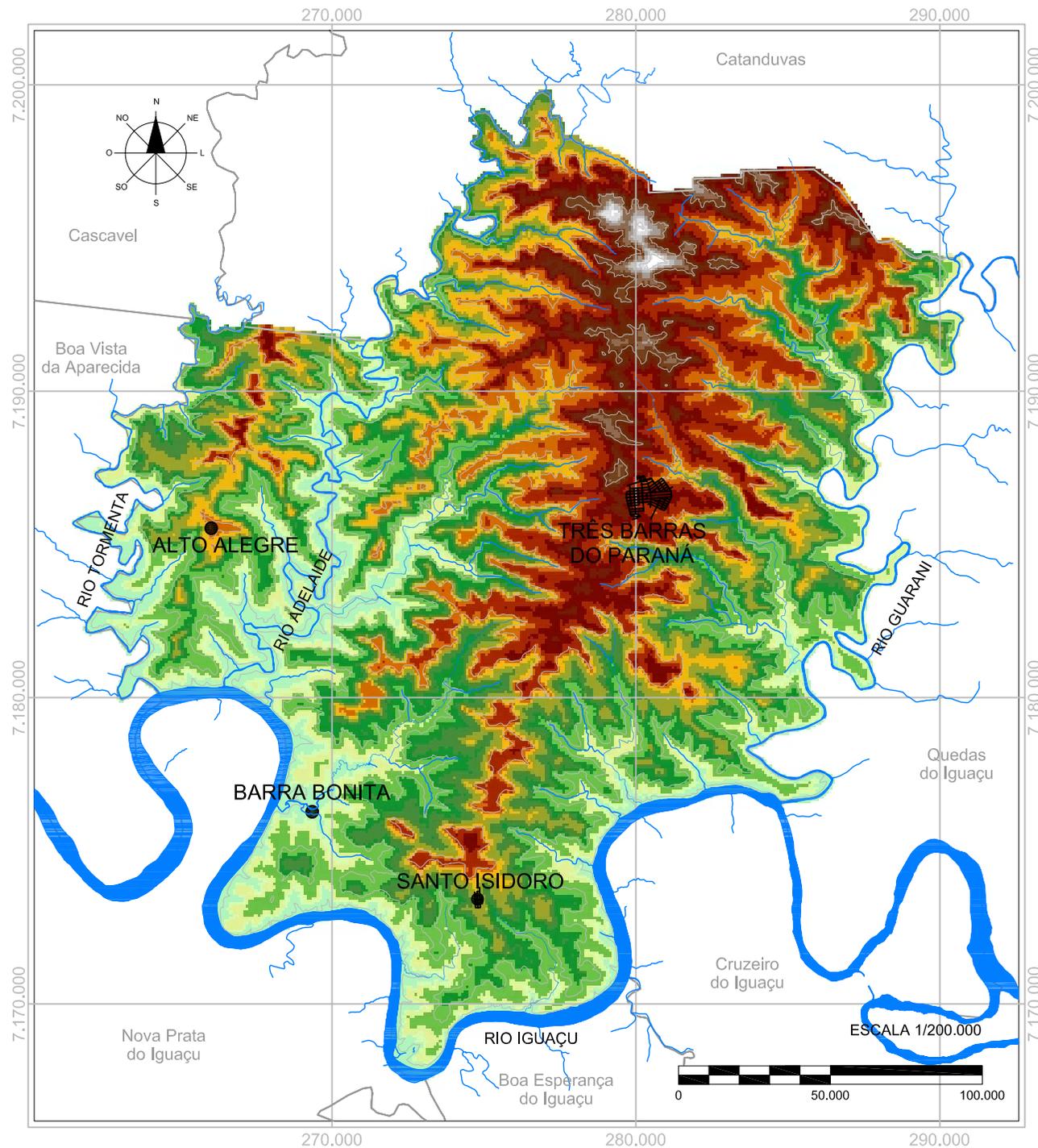
-  Município de Três Barras do Paraná
-  Dependência em educação
-  Dependência em saúde
-  Dependência em empregos
-  Dependência em lazer







Município: Três Barras do Paraná  
**Plano Diretor Municipal** Data: 2007  
 Mapa:  
**Relações Intermunicipais** Prancha: 6  
 Consultoria Contratada:  
**DRZ - Gestão de Cidades**   
www.drz.com.br  
 Responsável Técnico:  
**Luciana Quevedo Nunes** CREA-RS 104464/D - 64462V/PR

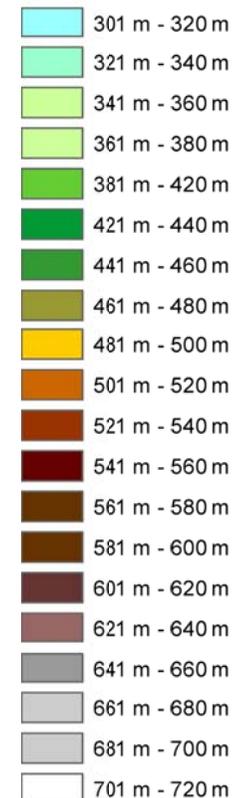


# LEGENDA

FONTE: COPEL

## Legenda

### Altitude



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Trés Barras do Paraná

**Plano Diretor Municipal**

Data: 2007

Mapa:

**Hipsometria**

Prancha: 7

Consultoria Contratada:

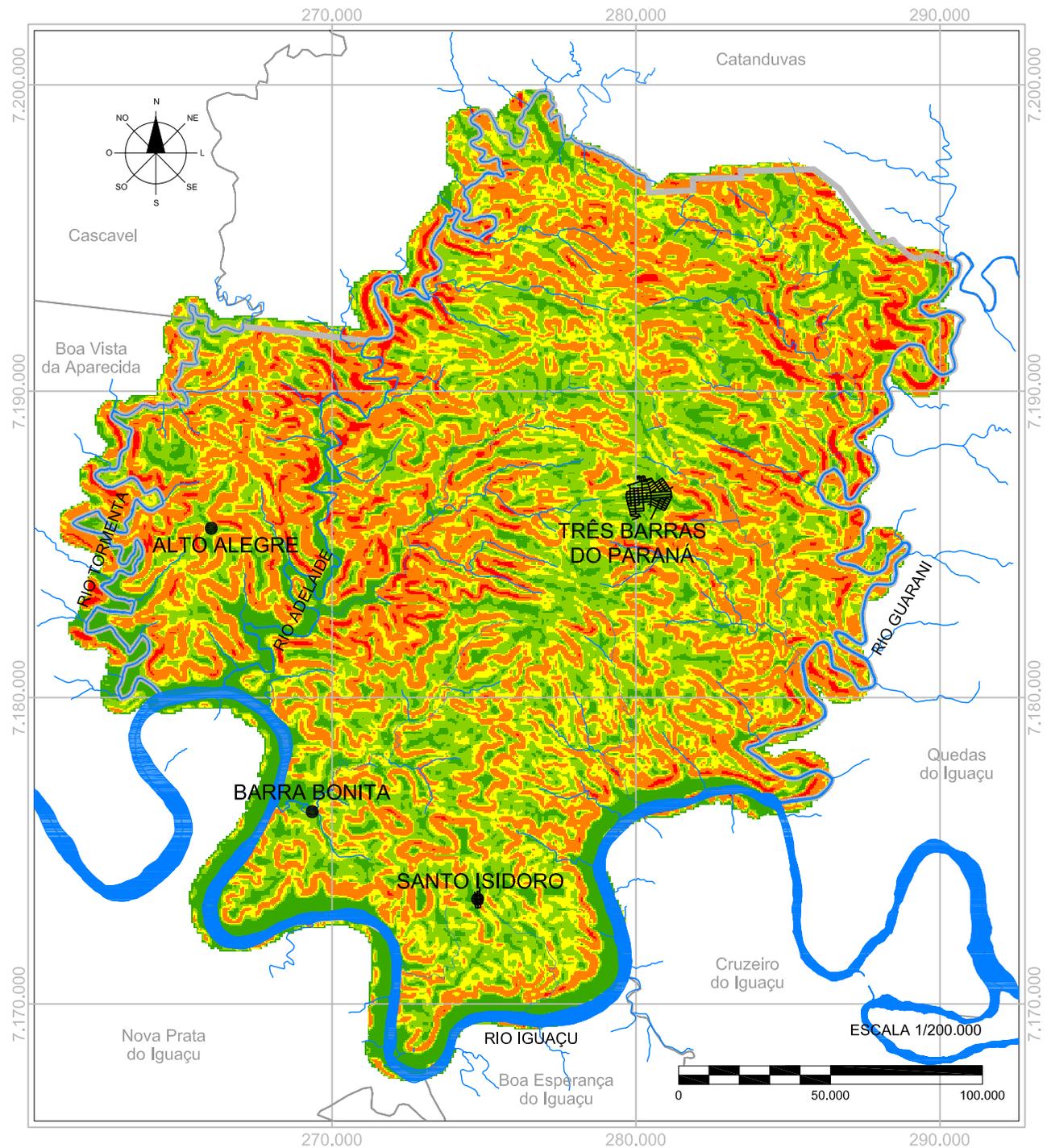
**DRZ - Gestão de Cidades**



Responsável Técnico:

**Luciana Quevedo Nunes**

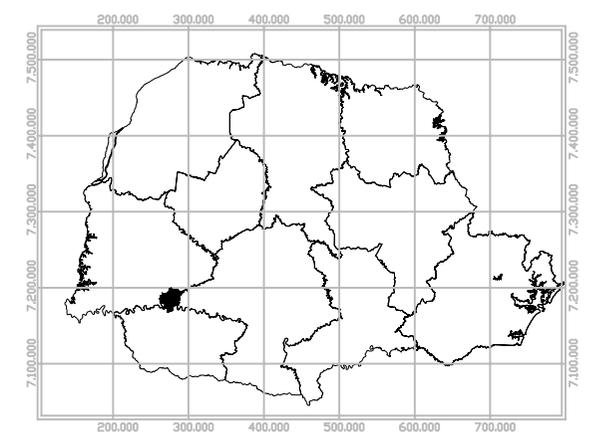
CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



# LEGENDA

FONTE: IPARDES

-  Declividade até 5%
-  Declividade de 5% a 10%
-  Declividade de 10% a 15%
-  Declividade de 15% a 30%
-  Declividade acima de 30%





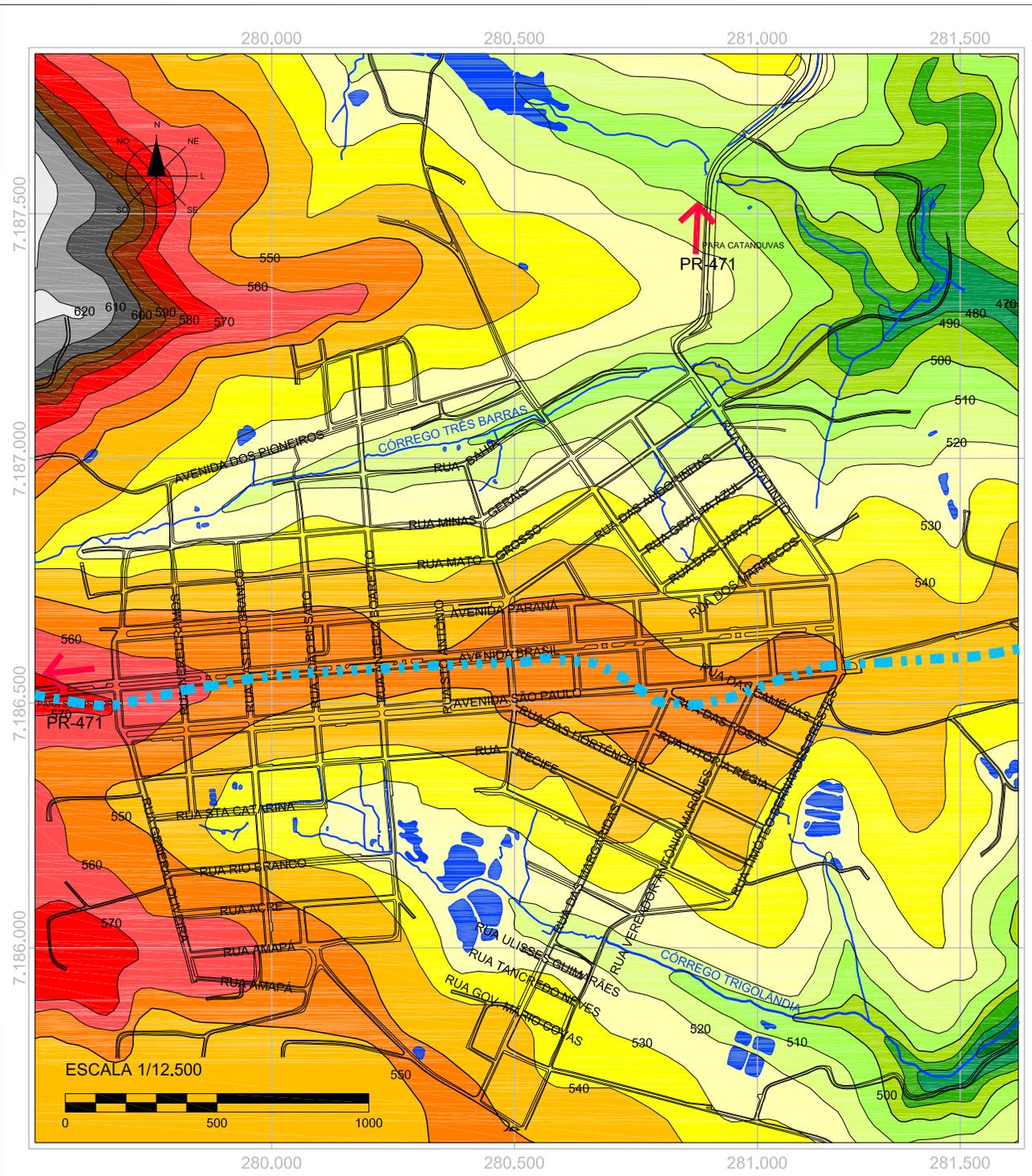
 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Trés Barras do Paraná  
**Plano Diretor Municipal** Data: 2007

Mapa:  
**Declividade** Prancha: 8

Consultoria Contratada:  
**DRZ - Gestão de Cidades**   
www.drz.com.br

Responsável Técnico:  
**Luciana Quevedo Nunes** CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



# LEGENDA

Fonte: COPEL e Prefeitura Municipal de Três Barras do PR

-  Córregos
-  Açude / alagado / mangue
-  460 m - 470 m
-  470 m - 480 m
-  480 m - 490 m
-  490 m - 500 m
-  500 m - 510 m
-  510 m - 520 m
-  520 m - 530 m
-  530 m - 540 m
-  540 m - 550 m
-  550 m - 560 m
-  560 m - 570 m
-  570 m - 580 m
-  580 m - 590 m
-  590 m - 600 m
-  600 m - 610 m
-  610 m - 620 m
-  620 m - 630 m




 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Três Barras do Paraná  
**Plano Diretor Municipal** Data: 2007

Mapa:  
**Hipsometria Urbana** Prancha: 9

Consultoria Contratada:  
**DRZ - Gestão de Cidades**   
www.drz.com.br

Responsável Técnico:  
**Luciana Quevedo Nunes** CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



# LEGENDA

FONTES: COPEL E PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PR

-  Córregos
-  Açude / alagado / mangue
-  Declividade até 5%
-  Declividade de 5% até 15%
-  Declividade de 15% até 30%
-  Declividade acima de 30%
-  Sítios mais apropriados para expansão urbana

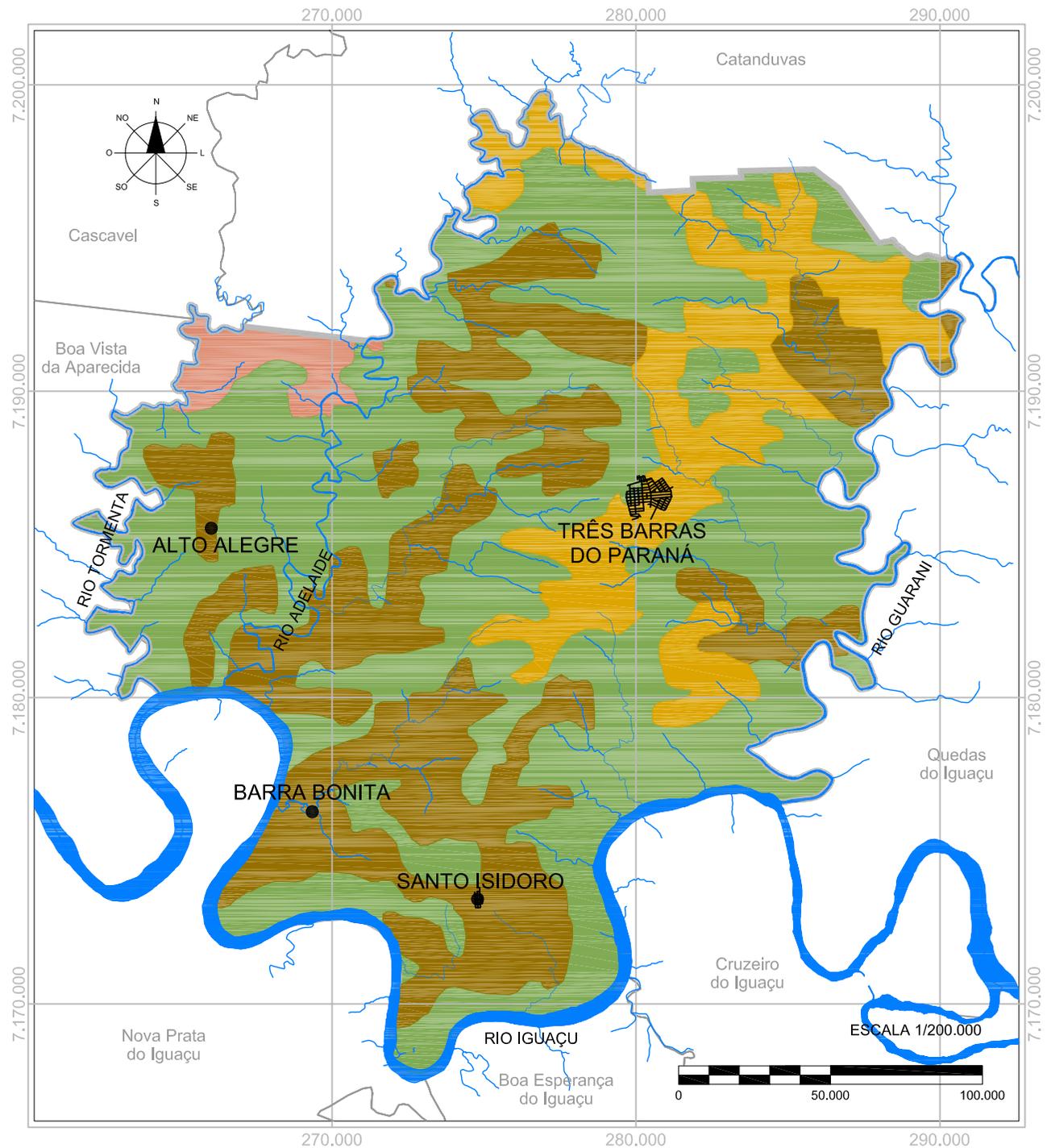

 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Três Barras do Paraná  
**Plano Diretor Municipal** Data: 2007

Mapa:  
**Declividade Urbana** Prancha: 10

Consultoria Contratada:  
**DRZ - Gestão de Cidades**   
www.drz.com.br

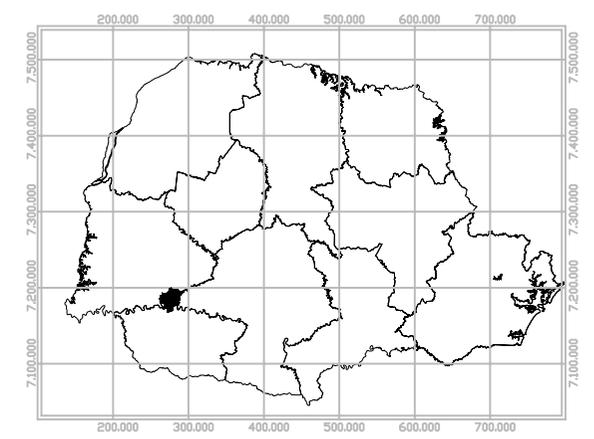
Responsável Técnico:  
**Luciana Quevedo Nunes** CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



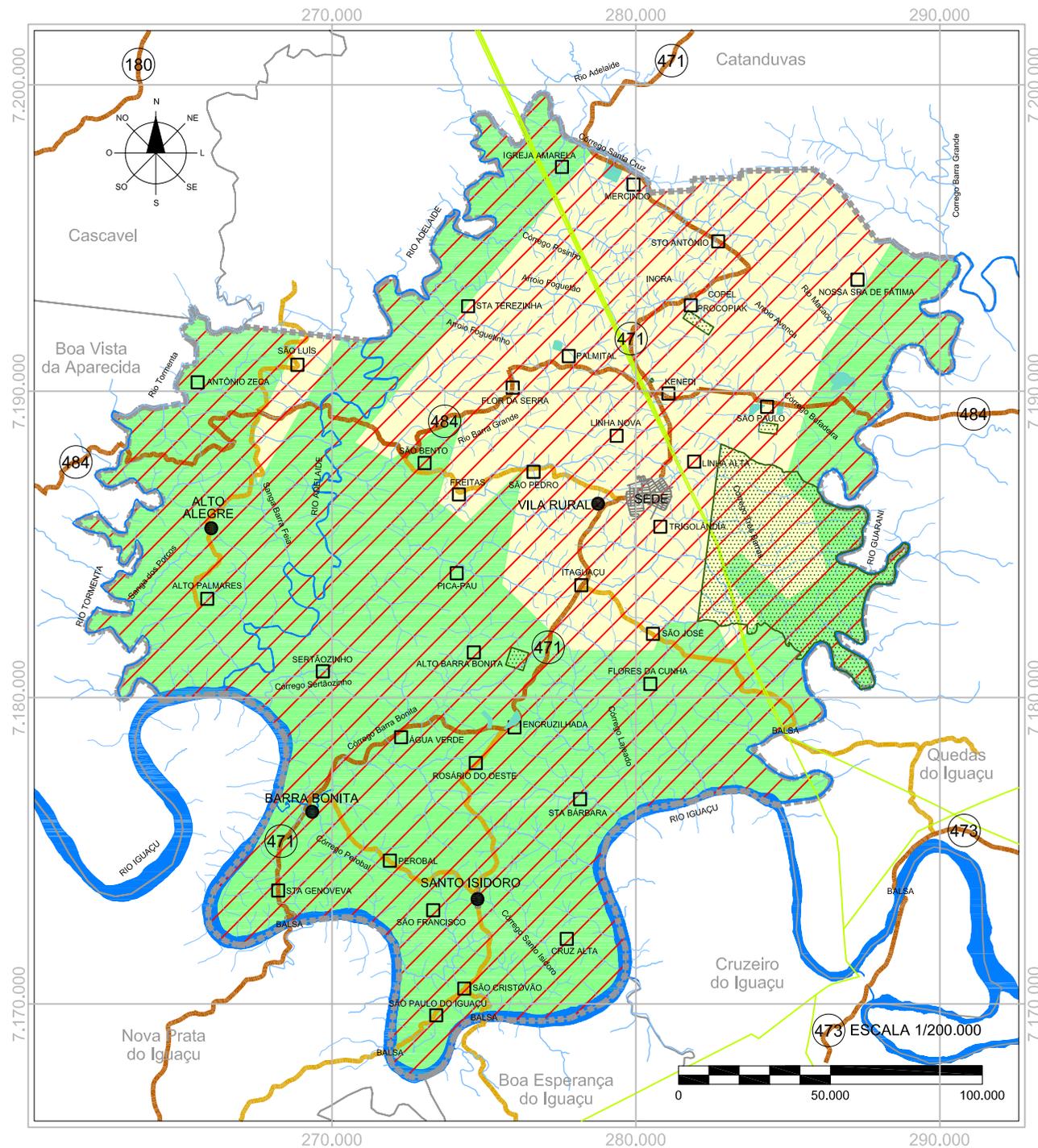
# LEGENDA

FONTE: IPARDES

- Latossolo vermelho distroférico
- Nitossolo vermelho distroférico
- Nitossolo vermelho distroférico
- Neossolo lítico eutrófico



Município: Três Barras do Paraná  
**Plano Diretor Municipal** Data: 2007  
 Mapa:  
**Solos** Prancha: 11  
 Consultoria Contratada:  
**DRZ - Gestão de Cidades**  www.drz.com.br  
 Responsável Técnico:  
**Luciana Quevedo Nunes** CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



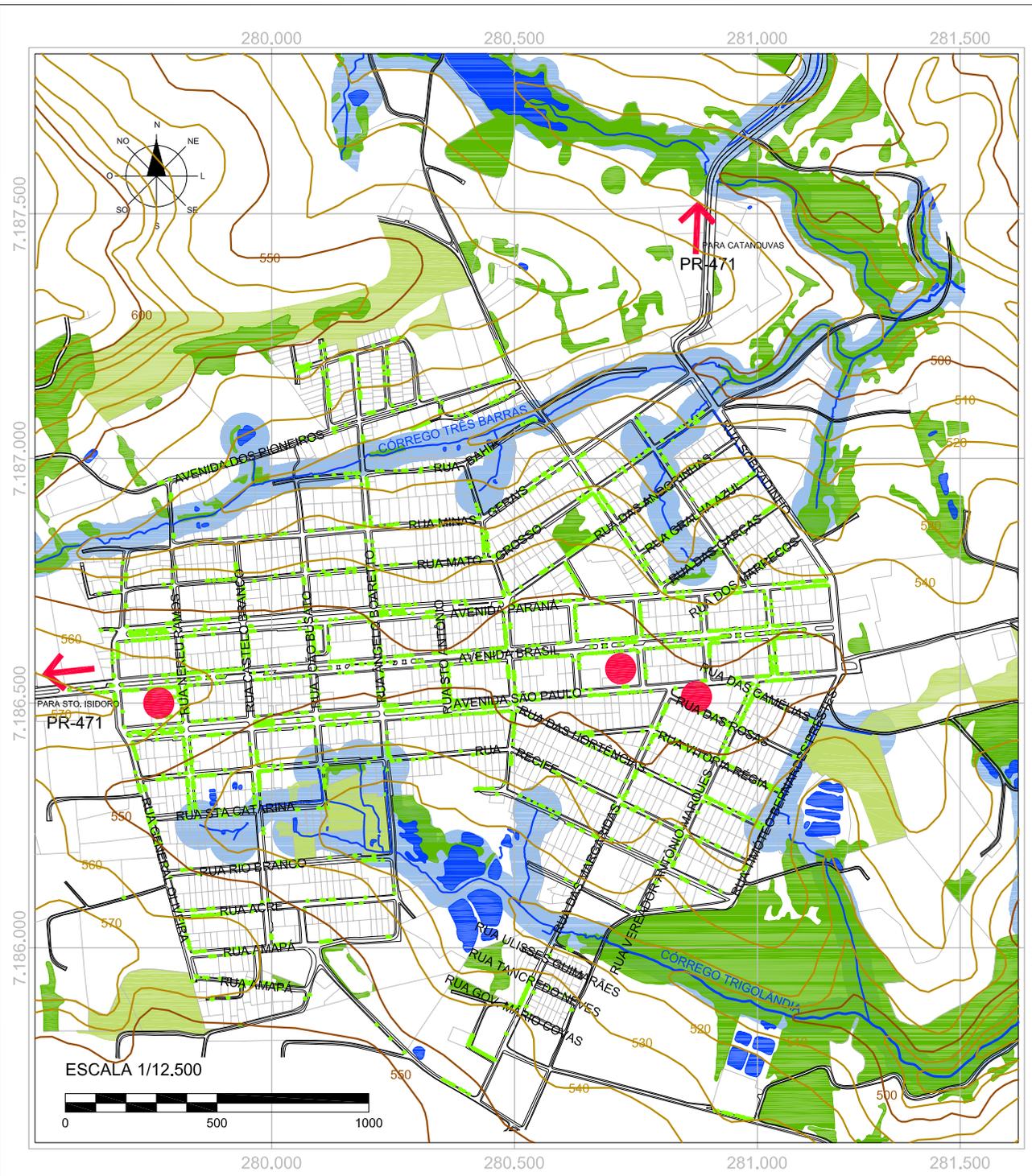
# LEGENDA

FONTE: IPARDES

- Limite municipal de Três Barras do Paraná
- Rios principais
- Córregos
- Rodovias estaduais
- Rodovias municipais principais
- Linha de transmissão de energia elétrica de alta tensão
- Comunidades rurais
- Eucaliptos
- Mata Nativa
- Região Fitogeográfica Floresta Ombrófila Mista
- Região Fitogeográfica Floresta Estacional Semidecidual
- Corredor de Biodiversidade Iguazu-Paraná

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Três Barras do Paraná  
**Plano Diretor Municipal** Data: 2007  
 Mapa:  
**Cobertura Vegetal** Prancha: 12  
 Consultoria Contratada:  
**DRZ - Gestão de Cidades**  www.drz.com.br  
 Responsável Técnico:  
**Luciana Quevedo Nunes** CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



# LEGENDA

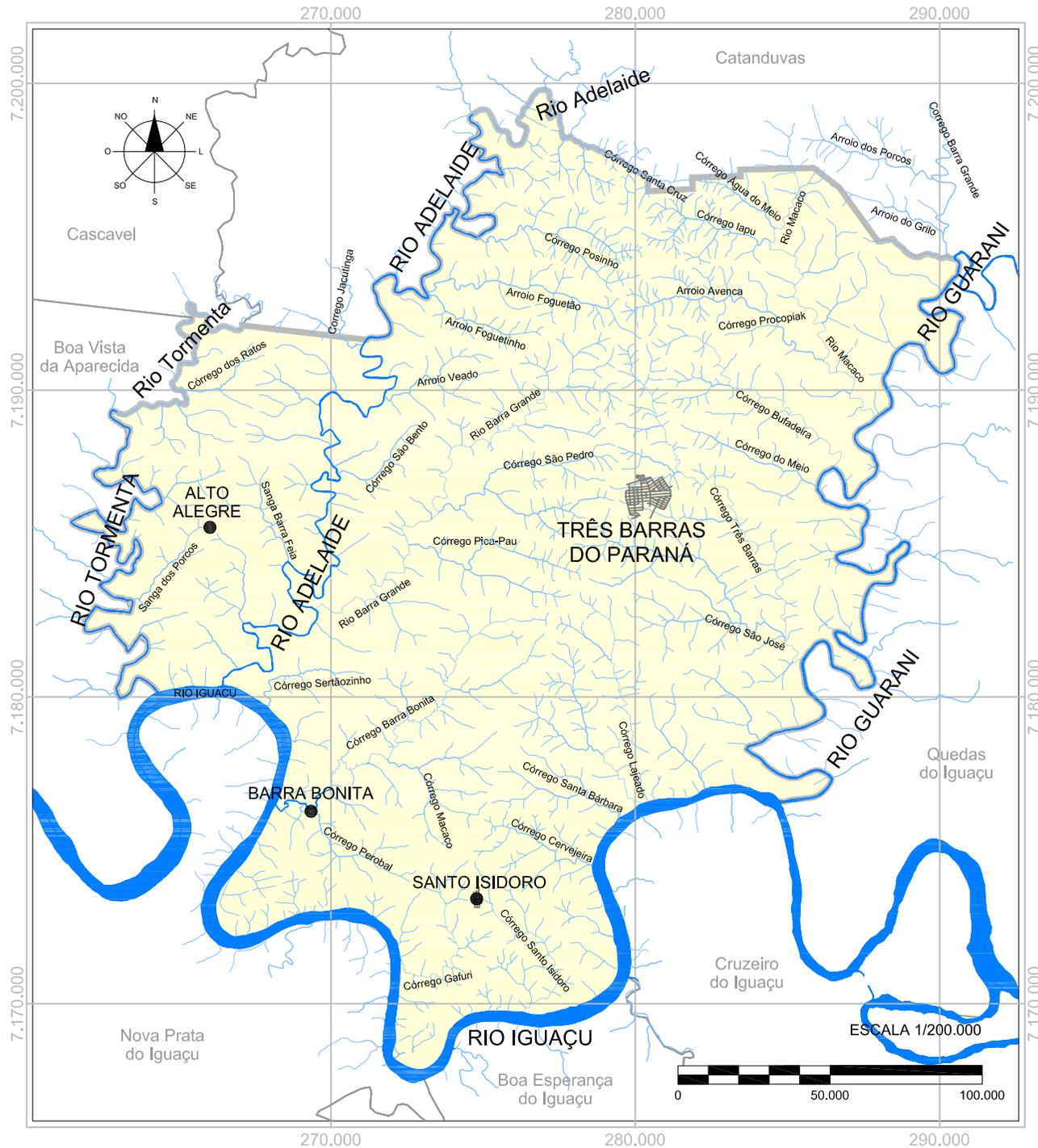
FONTES: COPEL E PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PR

-  Córregos
-  Açude / alagado / mangue
-  Vegetação natural de baixo porte
-  Vegetação natural de grande porte
-  Faixa de preservação de córregos - 30m
-  Raio de proteção a nascentes - 50m
-  Praças
-  Árvore Isolada




 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

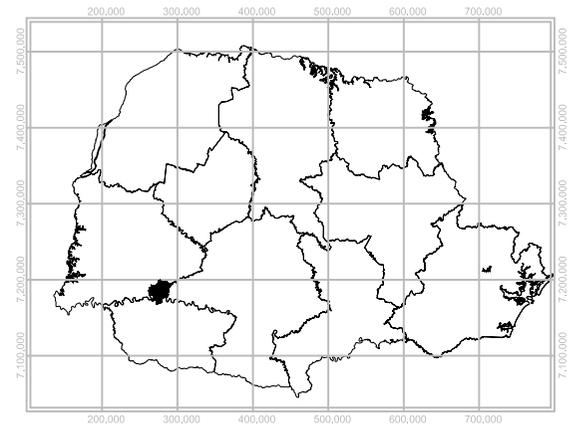
Município: Três Barras do Paraná  
**Plano Diretor Municipal** Data: 2007  
 Mapa:  
**Arborização Urbana** Prancha: 13  
 Consultoria Contratada:  
**DRZ - Gestão de Cidades**   
www.drz.com.br  
 Responsável Técnico:  
**Luciana Quevedo Nunes** CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



# LEGENDA

FONTE: IPARDES

-  Município de Três Barras do Paraná
-  Limites municipais
-  Rios Principais
-  Córregos
-  Corpos d'água menores





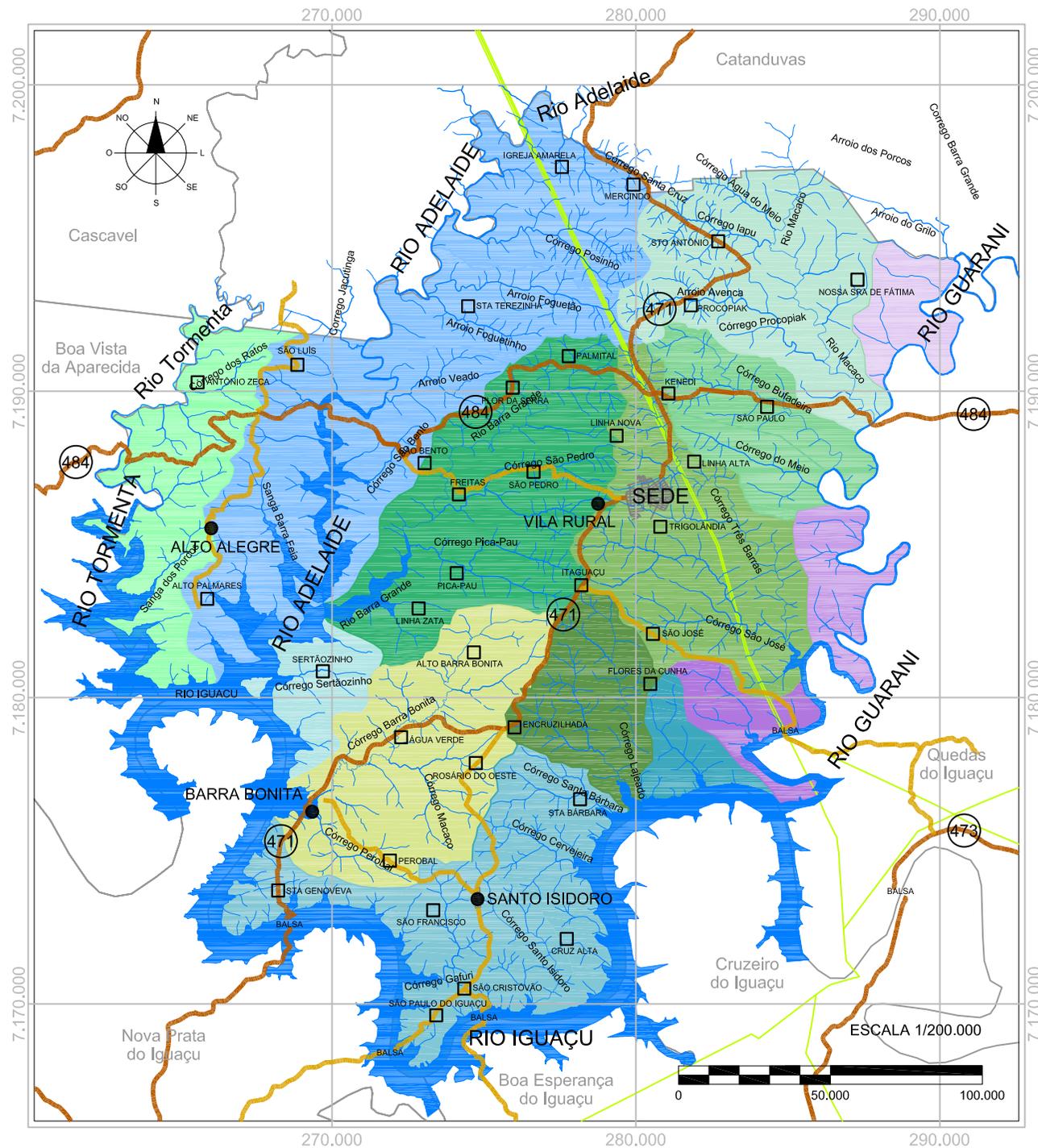

 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Três Barras do Paraná  
**Plano Diretor Municipal** Data: 2007

Mapa:  
**Hidrografia Municipal** Prancha: 14

Consultoria Contratada:  
**DRZ - Gestão de Cidades**  www.drz.com.br

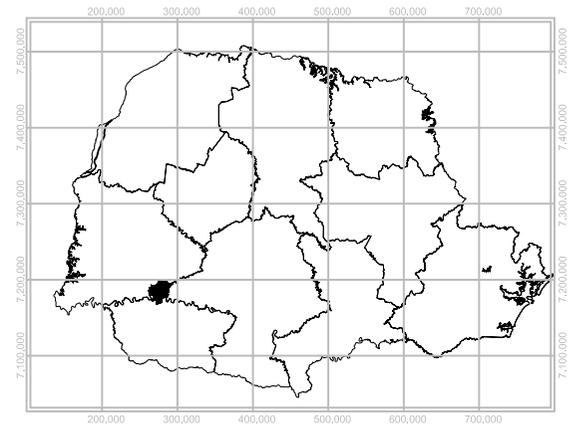
Responsável Técnico:  
**Luciana Quevedo Nunes** CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



# LEGENDA

FONTE: IPARDES

- Rodovias estaduais
- Rodovias municipais principais
- Linha de alta tensão
- Rios Principais
- Córregos
- Corpos d'água menores
- Comunidades rurais
- Bacia Córrego Bufadeira
- Bacia Córrego Três Barras
- Bacia Rio Guarani I
- Bacia Rio Guarani II
- Bacia Rio Guarani III
- Bacia Rio Iguaçu I
- Bacia Rio Iguaçu II
- Bacia Rio Iguaçu III
- Bacia Córrego Barra Bonita
- Bacia Córrego Lajeado

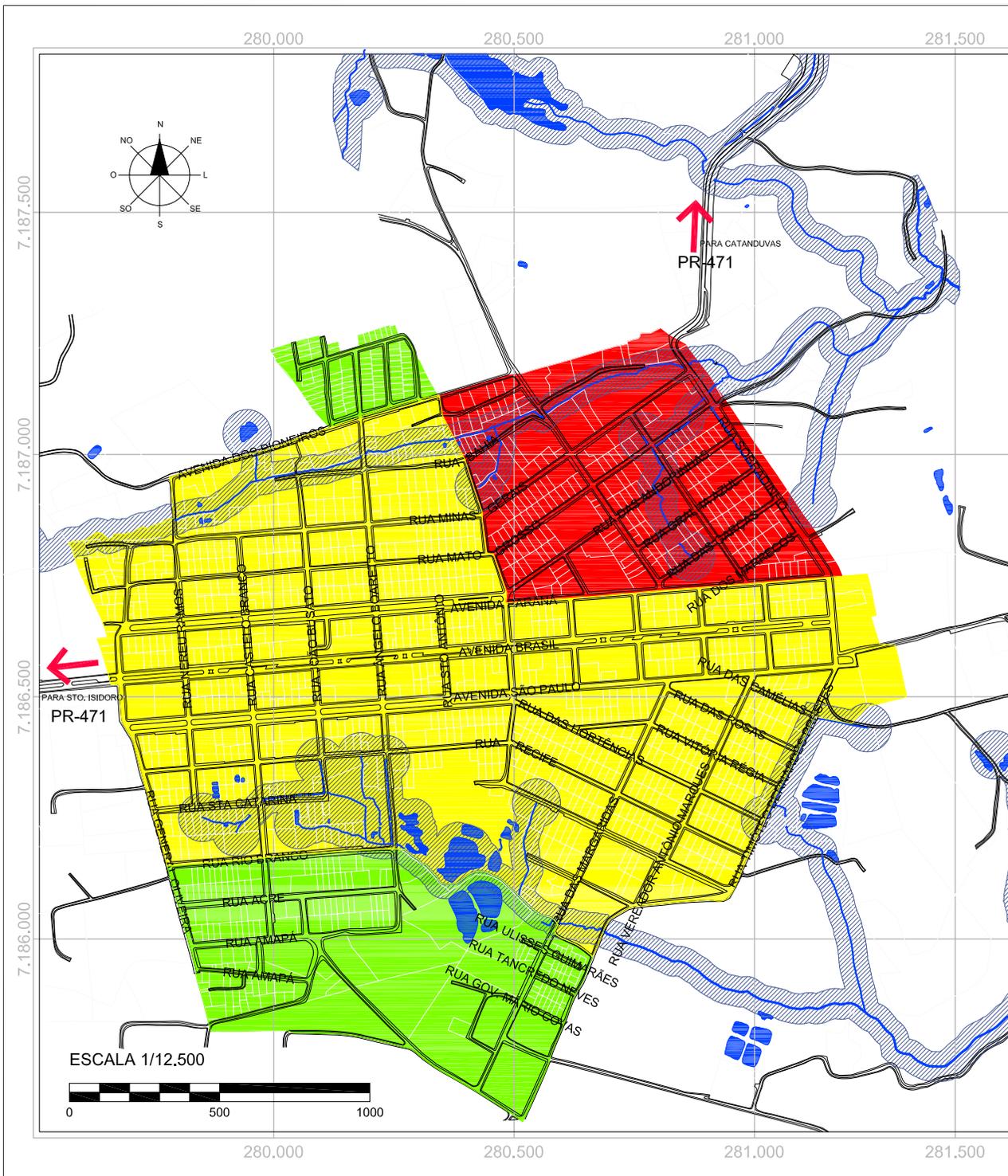


Município: Três Barras do Paraná  
**Plano Diretor Municipal** Data: 2008

Mapa:  
**Bacias Hidrograficas** Prancha: 15

Consultoria Contratada:  
**DRZ - Gestão de Cidades**  www.drz.com.br

Responsável Técnico:  
**Luciana Quevedo Nunes** CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



## LEGENDA

FORNE: COPEL E PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PR

-  Córregos
-  Açude / alagado / mangue
-  Faixa de preservação de córregos - 30m
-  Raio de proteção a nascentes - 50m
-  Década de 1960
-  Década de 1970
-  Década de 1980
-  Década de 1990
-  Década de 2000



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Três Barras do Paraná

Plano Diretor Municipal

Data: 2007

Mapa:

Evolução Urbana

Prancha: 16

Consultoria Contratada:

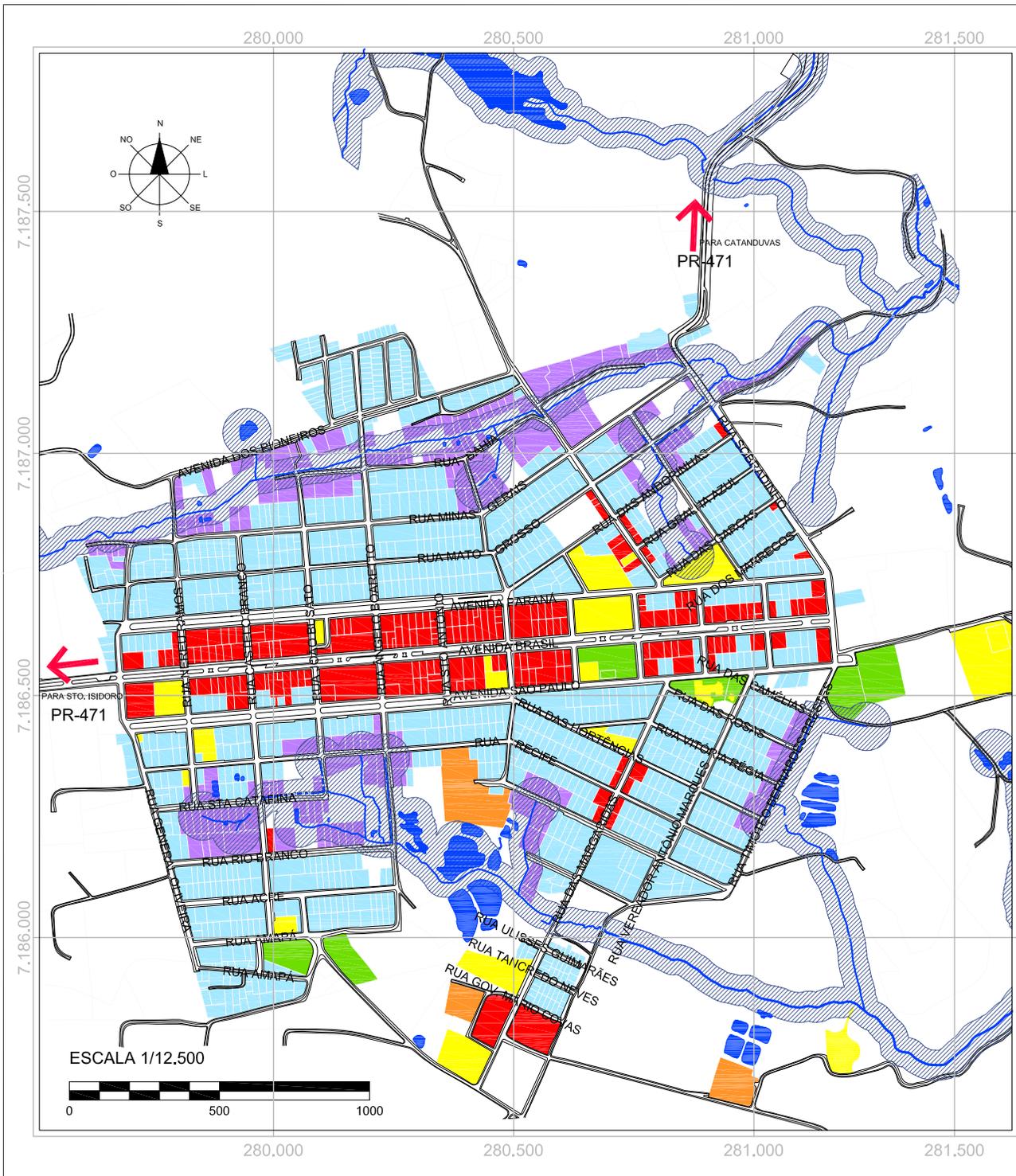
DRZ - Gestão de Cidades



Responsável Técnico:

Luciana Quevedo Nunes

CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



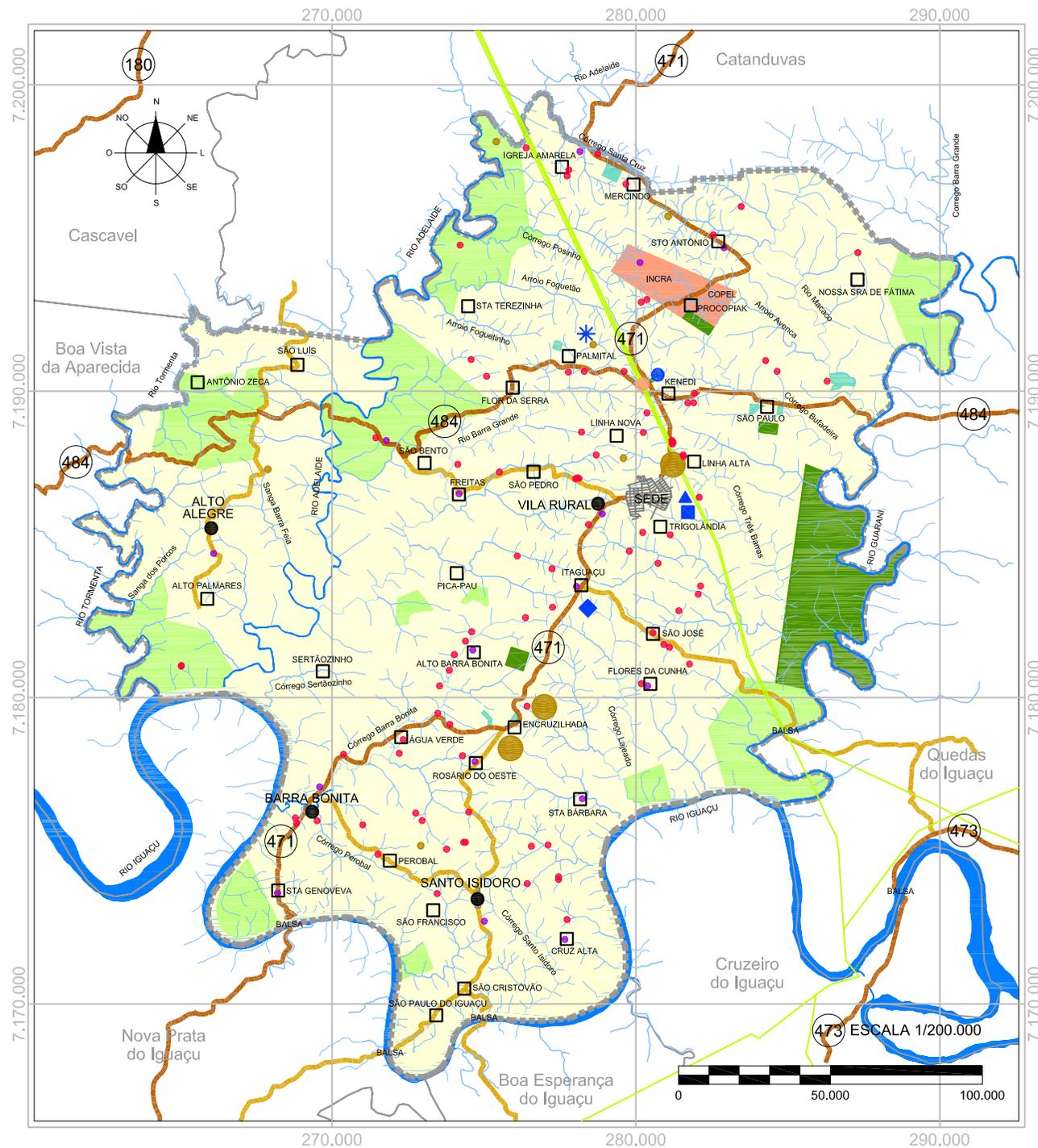
# LEGENDA

Fonte: COPEL e Prefeitura Municipal de Três Barras do PR

-  Córregos
-  Açude / alagado / mangue
-  Faixa de preservação de córregos - 30m
-  Raio de proteção a nascentes - 50m
-  Uso comercial e de serviços
-  Uso industrial
-  Uso institucional
-  Área verde
-  Uso de lazer
-  Uso residencial
-  Ocupação irregular


 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Três Barras do Paraná  
**Plano Diretor Municipal** Data: 2007  
 Mapa:  
**Uso do Solo Urbano** Prancha: 17  
 Consultoria Contratada:  
**DRZ - Gestão de Cidades**   
www.drz.com.br  
 Responsável Técnico:  
**Luciana Quevedo Nunes** CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



# LEGENDA

FONTE: IPARDES

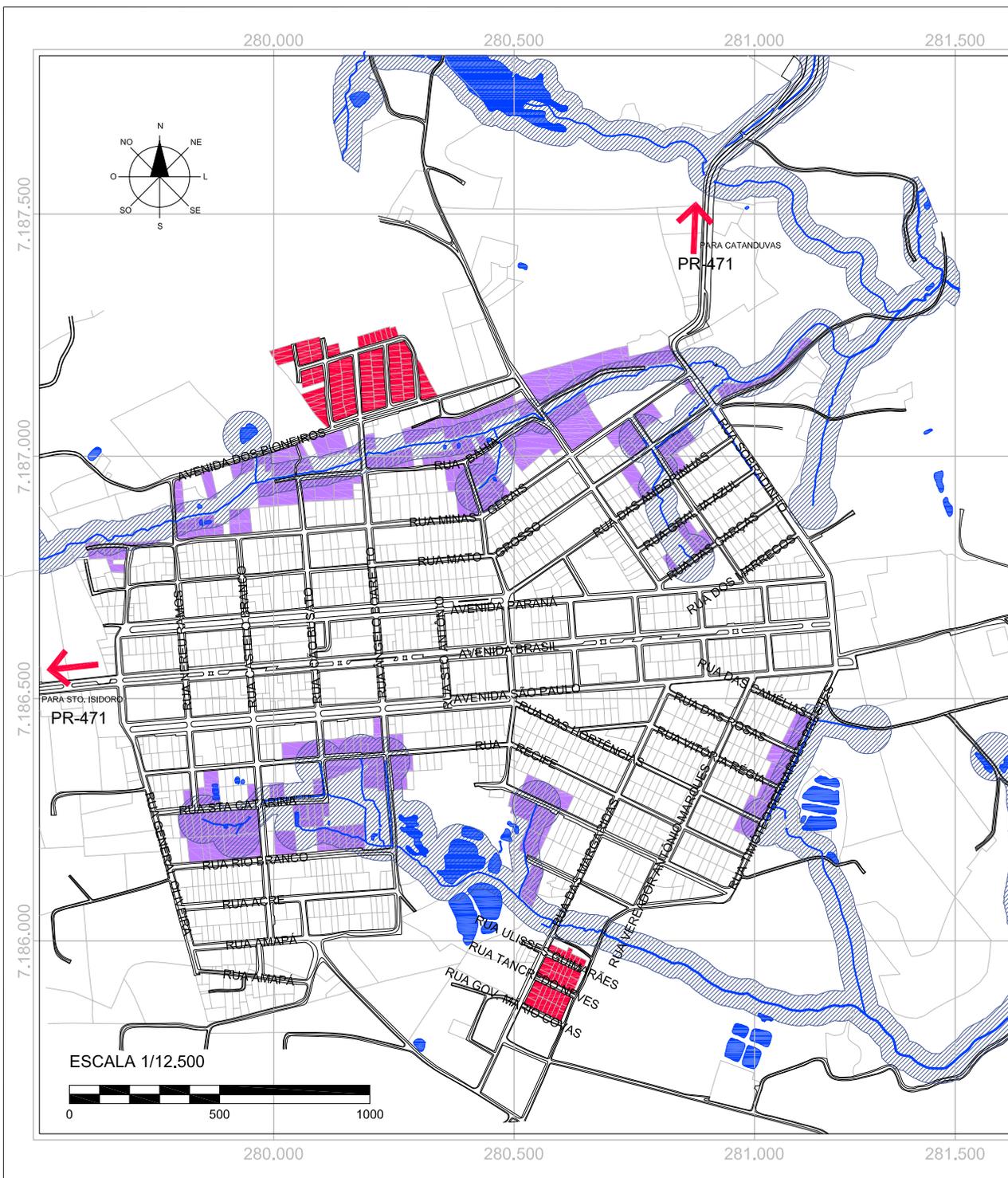
- Limite municipal de Três Barras do Paraná
- Rios principais
- Córregos
- Rodovias estaduais
- Rodovias municipais principais
- Linha de transmissão de energia elétrica de alta tensão
- Comunidades rurais
- \* Antigo depósito de lixo
- Aterro sanitário
- ▲ Local de depósito de entulho de construção civil
- Laticínio
- ◆ Fecularia
- Aviário
- Cemitério
- Cascalheira
- Pedreira
- Invasão de terra pelo MST
- Assentamentos
- Predomínio de policultura em pequenas propriedades
- Pastagem
- Eucaliptos
- Mata Nativa

Município: Três Barras do Paraná  
**Plano Diretor Municipal** Data: 2007

Mapa:  
**Uso e Ocupação do Solo Rural** Prancha: 18

Consultoria Contratada:  
**DRZ - Gestão de Cidades**  www.drz.com.br

Responsável Técnico:  
**Luciana Quevedo Nunes** CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



## LEGENDA

FONTE: COPEL E PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PR

-  Córregos
-  Açude / alagado / mangue
-  Faixa de preservação de córregos - 30m
-  Raio de proteção a nascentes - 50m
-  Conjuntos habitacionais da Cohapar
-  Ocupação irregular de fundo de vale



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Três Barras do Paraná

**Plano Diretor Municipal**

Data: 2007

Mapa:

**Conjuntos Habitacionais**

Prancha: 19

Consultoria Contratada:

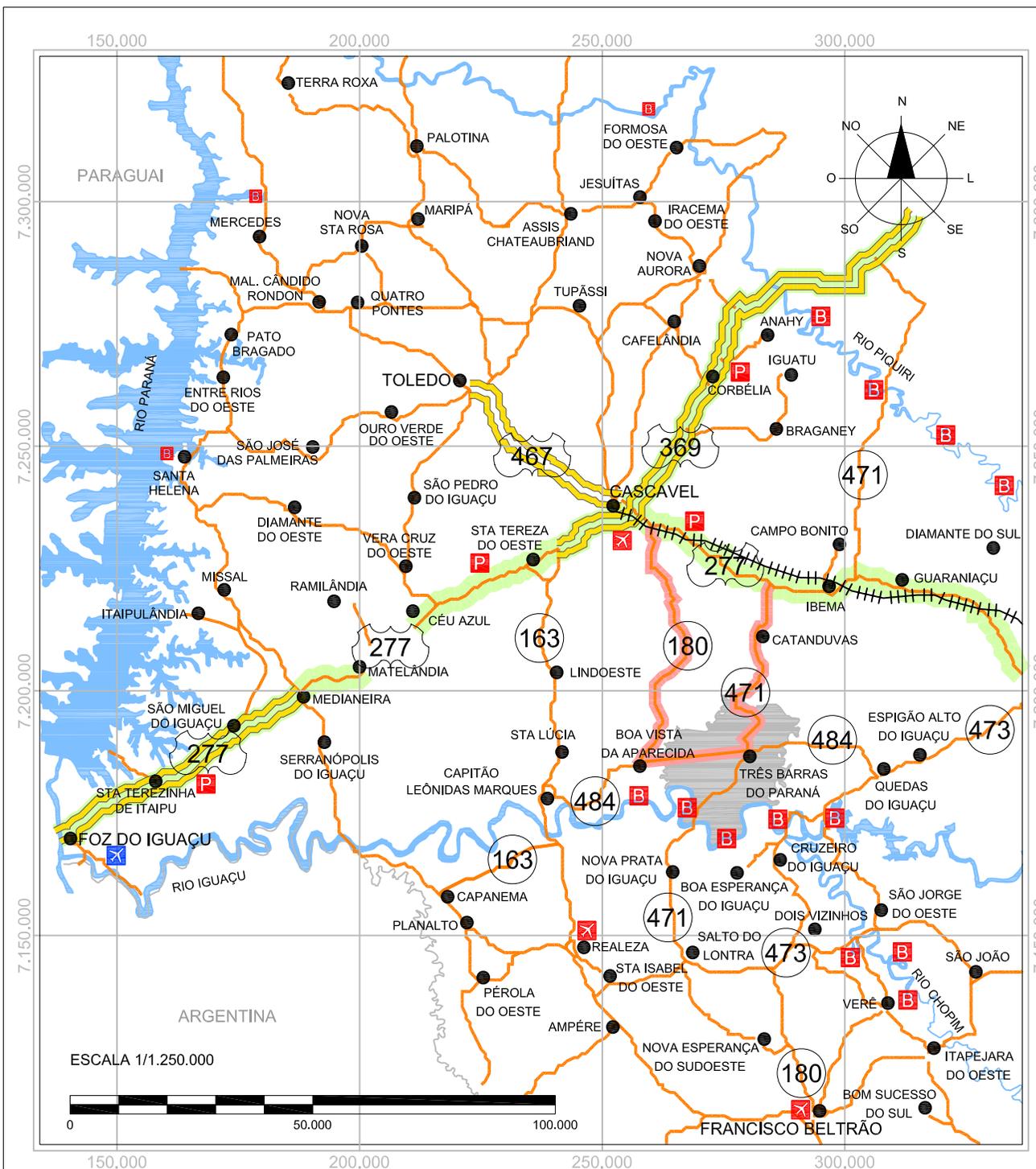
**DRZ - Gestão de Cidades**



Responsável Técnico:

**Luciana Quevedo Nunes**

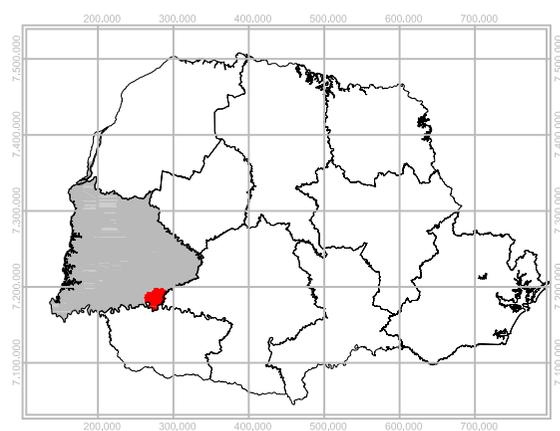
CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



# LEGENDA

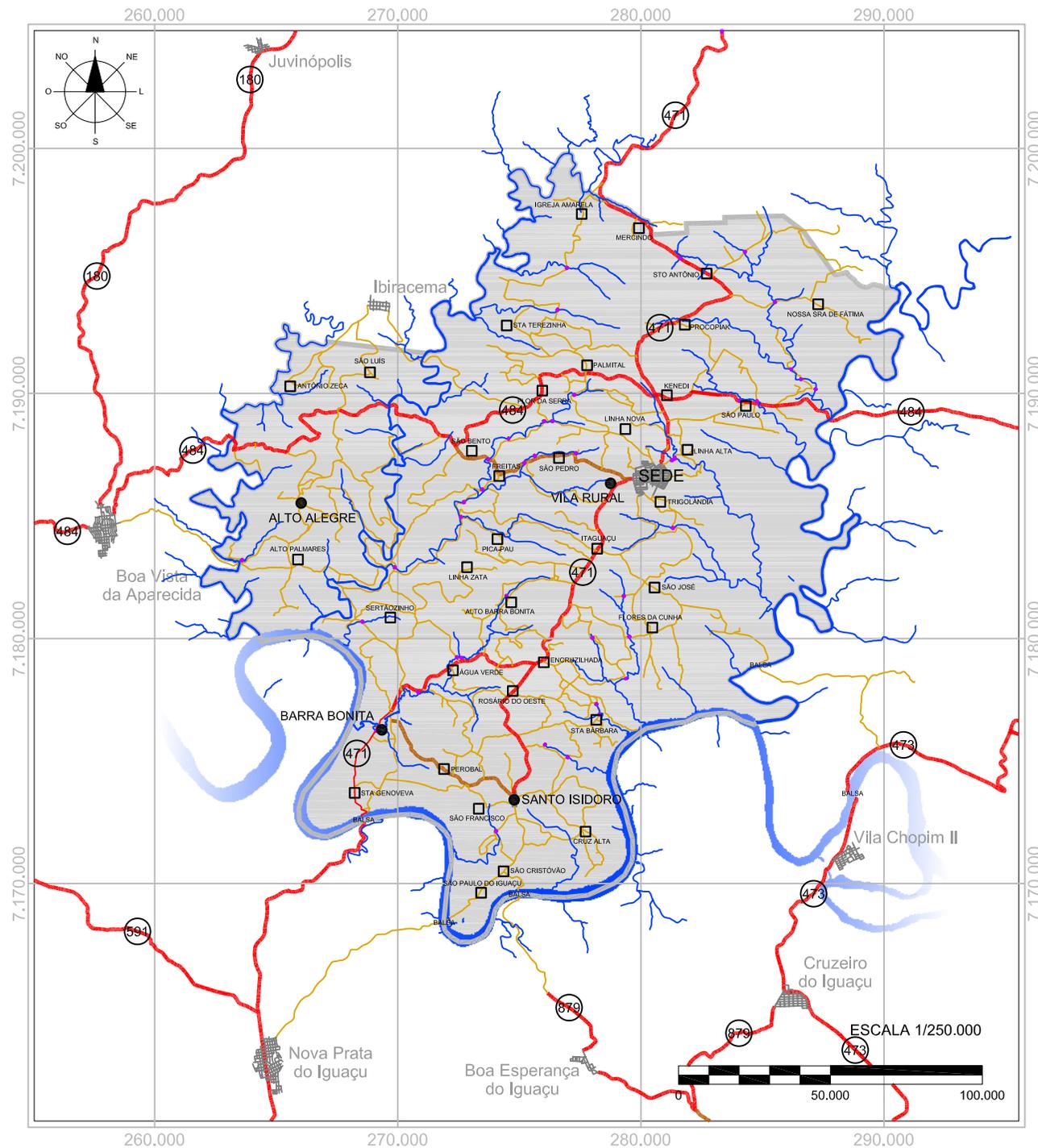
FONTE: IPARDES

- Município de Três Barras do Paraná
- Anel de integração
- Acessos principais a Três Barras do Paraná
- Rodovia pavimentada pista dupla
- Rodovia pavimentada pista simples
- Ferrovia
- Rodovia federal
- Rodovia estadual
- Praça de pedágio
- Balsa
- Aeroporto público
- Aeroporto internacional



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

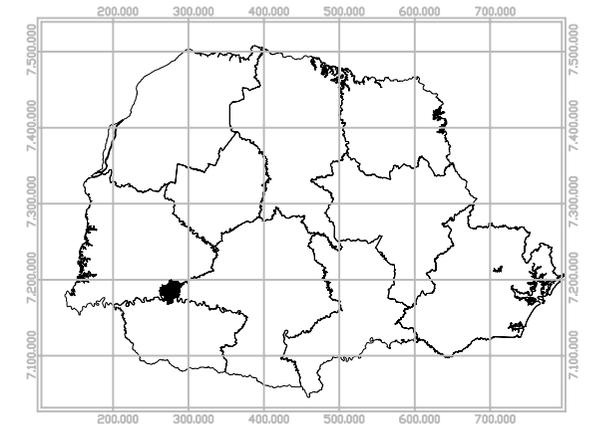
Município: Três Barras do Paraná  
**Plano Diretor Municipal** Data: 2007  
 Mapa:  
**Sistema Viário Regional** Prancha: 20  
 Consultoria Contratada:  
**DRZ - Gestão de Cidades**  www.drz.com.br  
 Responsável Técnico:  
**Luciana Quevedo Nunes** CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



# LEGENDA

FONTE: IPARDES

- Rodovia Estadual pavimentada
- Rodovia Estadual não pavimentada
- Rodovia Municipal pavimentada
- Rodovia Municipal não pavimentada
- Principais Corpos d'água
- Pontes
- Comunidades rurais



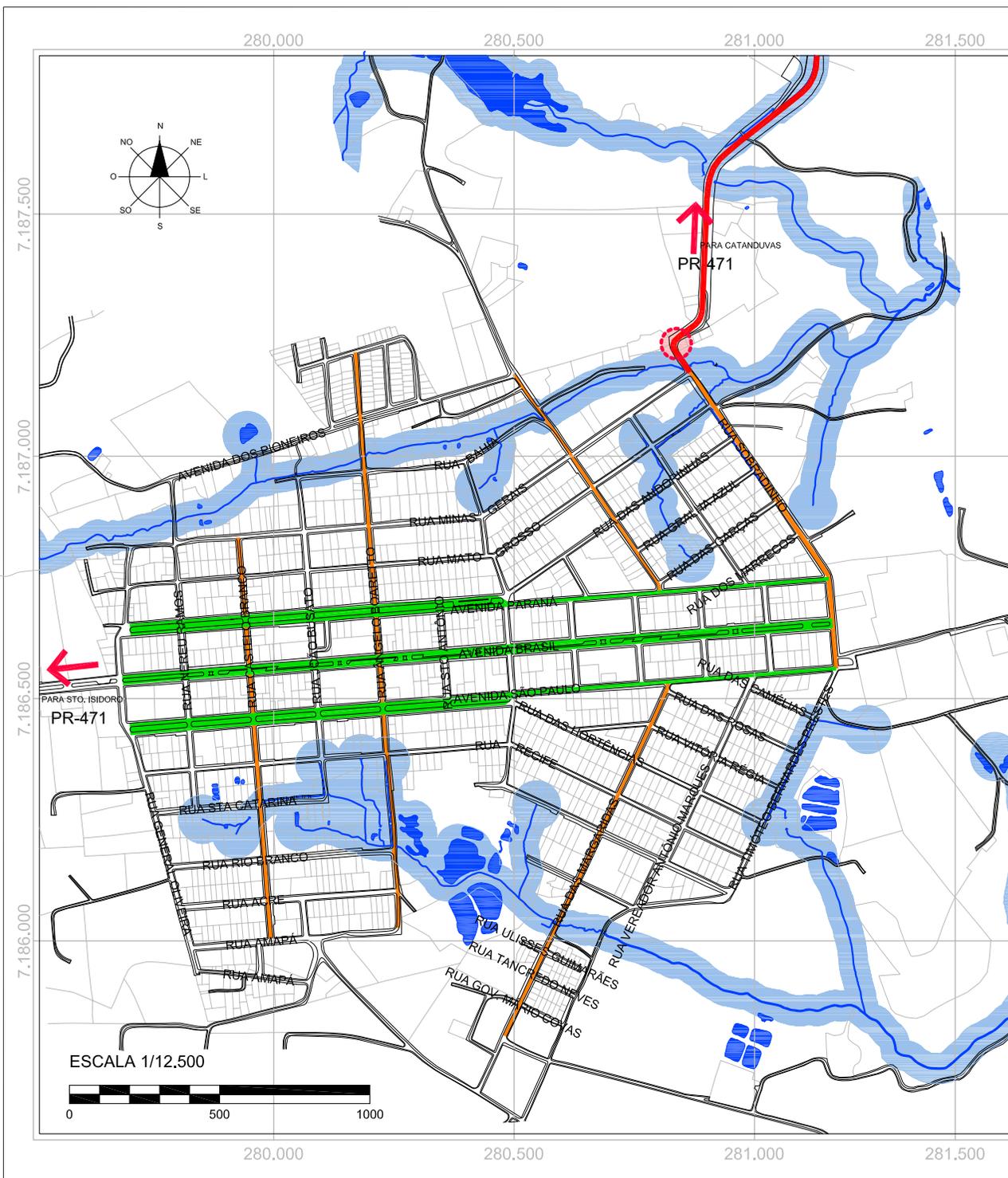
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Projeto: **Plano Diretor de Três Barras do Paraná** Data: 2007

Prancha: **Sistema Viário Municipal** Mapa: 21

Consultoria Contratada: **DRZ - Gestão de Cidades** [www.drz.com.br](http://www.drz.com.br)

Responsável Técnico: **Luciana Quevedo Nunes** CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



## LEGENDA

FONTE: COPEL E PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PR

-  Rodovia
-  Via principal
-  Via secundária
-  Via local
-  Córregos
-  Açude / alagado / mangue
-  Faixa de preservação de córregos - 30m
-  Raio de proteção a nascentes - 50m
-  Ponto de conflito de tráfego de veículos



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Três Barras do Paraná

**Plano Diretor Municipal**

Data: 2007

Mapa:

**Sistema Viário Urbano**

Prancha: 22

Consultoria Contratada:

**DRZ - Gestão de Cidades**



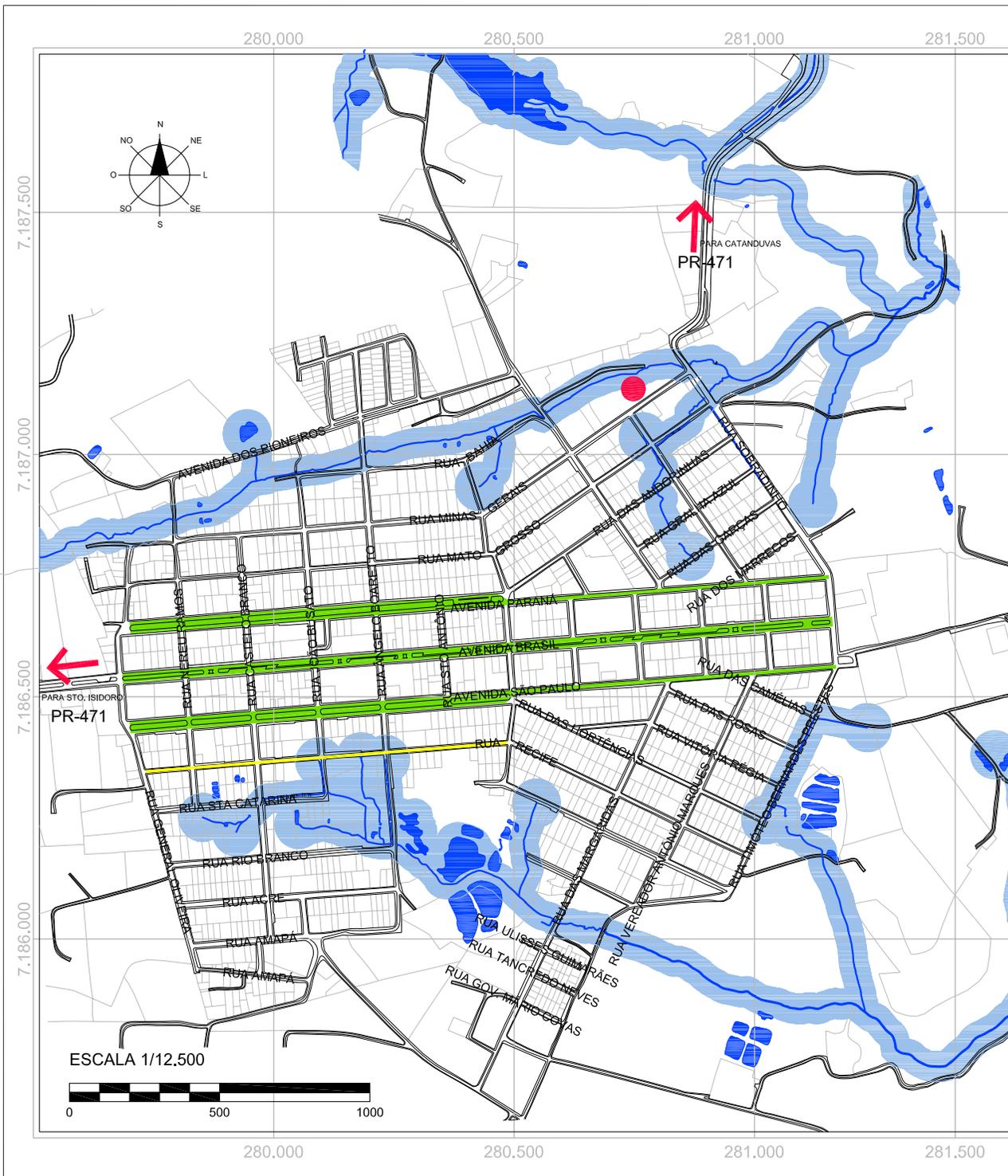
www.drz.com.br

Responsável Técnico:

**Luciana Quevedo Nunes**

CREA-RS 104464/D - 64462V/PR





## LEGENDA

FONTE: COPEL E PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PR

-  Córregos
-  Açude / alagado / mangue
-  Faixa de preservação de córregos - 30m
-  Raio de proteção a nascentes - 50m
-  Estação de tratamento de esgoto
-  Rede de coleta de esgoto
-  Expansão da rede de coleta de esgoto



Município: Três Barras do Paraná

Plano Diretor Municipal

Data: 2007

Mapa:

Rede de Coleta de Esgoto

Prancha: 24

Consultoria Contratada:

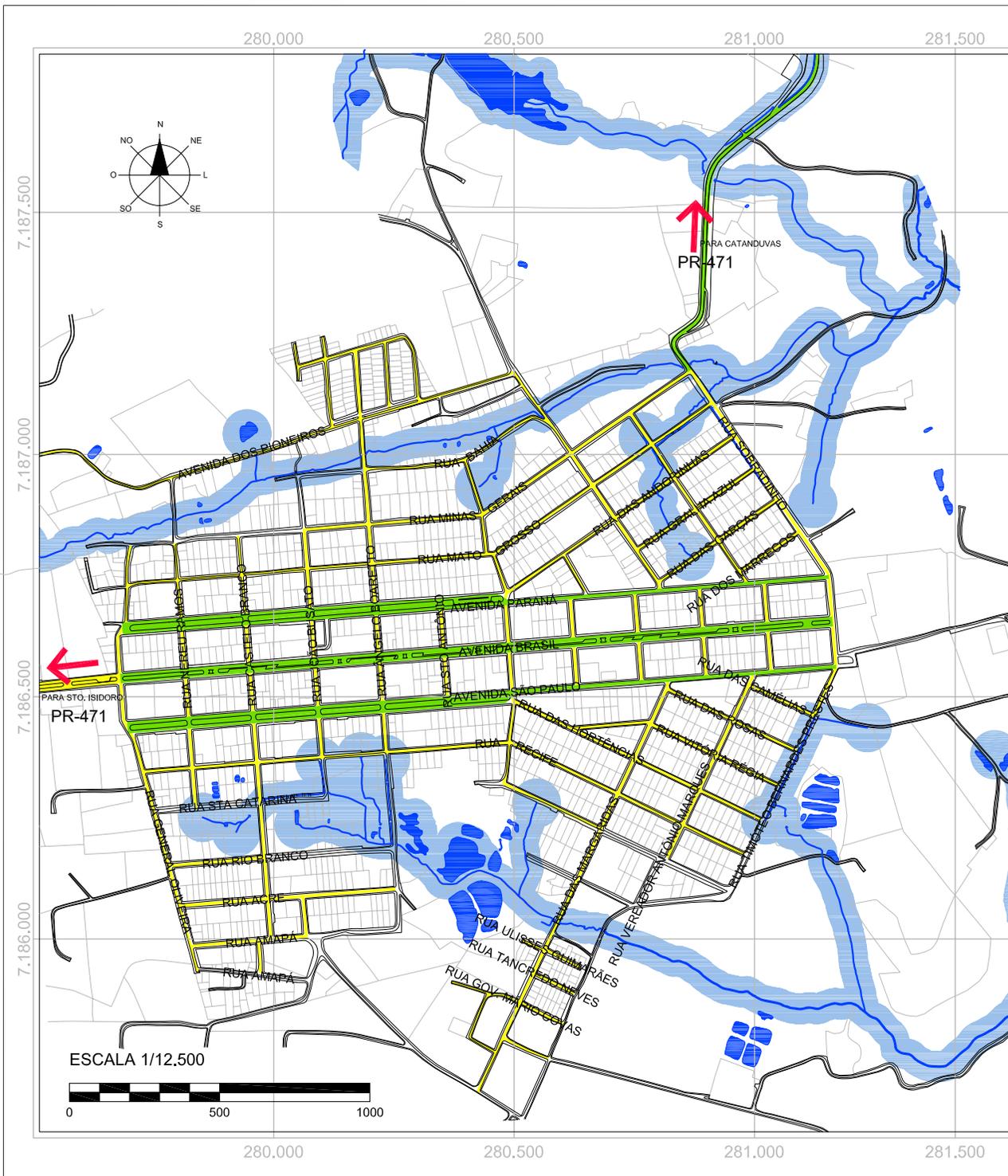
DRZ - Gestão de Cidades



Responsável Técnico:

Luciana Quevedo Nunes

CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



## LEGENDA

FORNTE: COPEL E PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PR

-  Córregos
-  Açude / alagado / mangue
-  Faixa de preservação de córregos - 30m
-  Raio de proteção a nascentes - 50m
-  Via pavimentada com asfalto
-  Via pavimentada com pedra irregular
-  Via não pavimentada



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Três Barras do Paraná

**Plano Diretor Municipal**

Data: 2007

Mapa:

**Pavimentação**

Prancha: 25

Consultoria Contratada:

**DRZ - Gestão de Cidades**

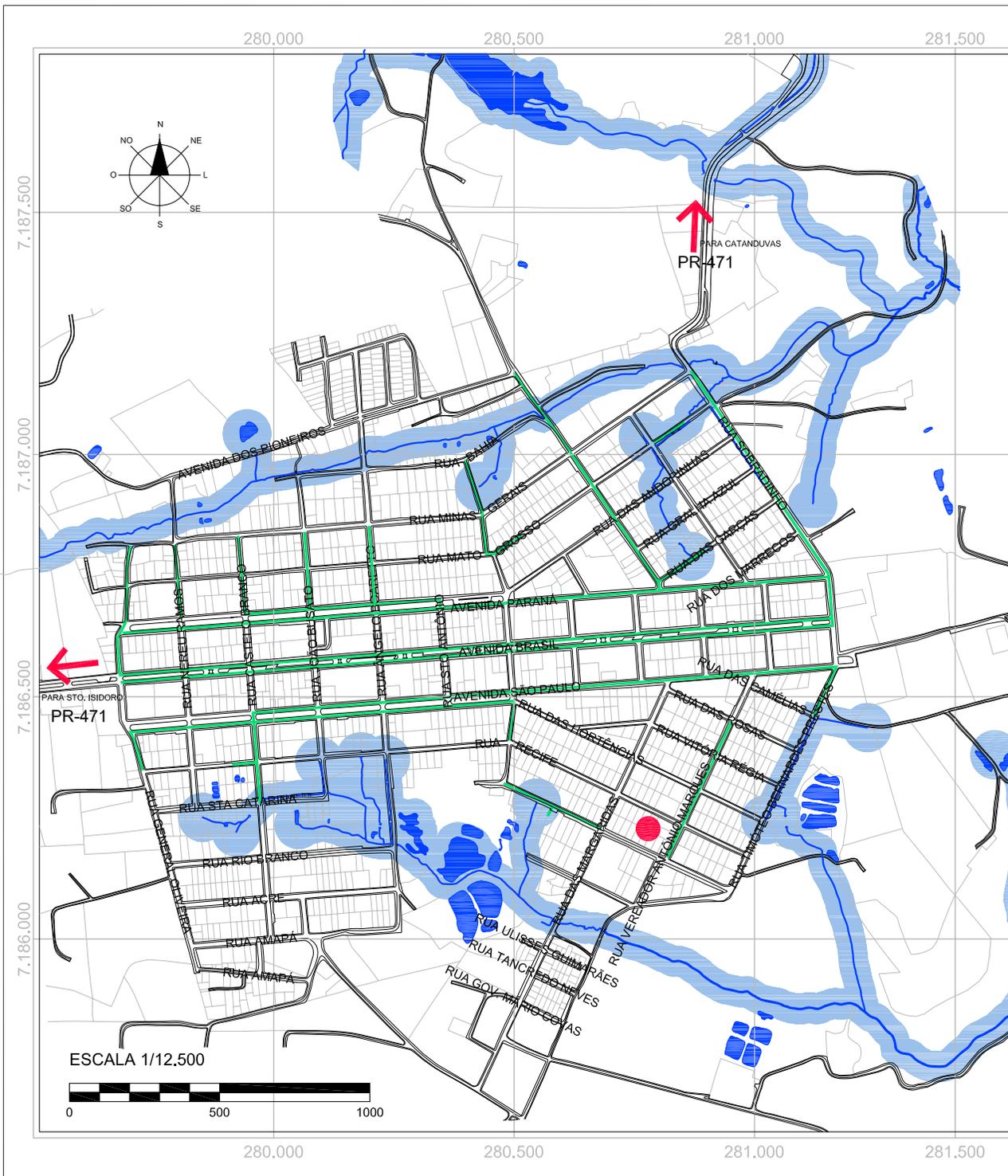


www.drz.com.br

Responsável Técnico:

**Luciana Quevedo Nunes**

CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



## LEGENDA

FONTES: COPEL E PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PR

-  Rede de drenagem
-  Córregos
-  Açude / alagado / mangue
-  Faixa de preservação de córregos - 30m
-  Raio de proteção a nascentes - 50m
-  Erosão



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Três Barras do Paraná

Plano Diretor Municipal

Data: 2007

Mapa:

Rede de Drenagem

Prancha: 26

Consultoria Contratada:

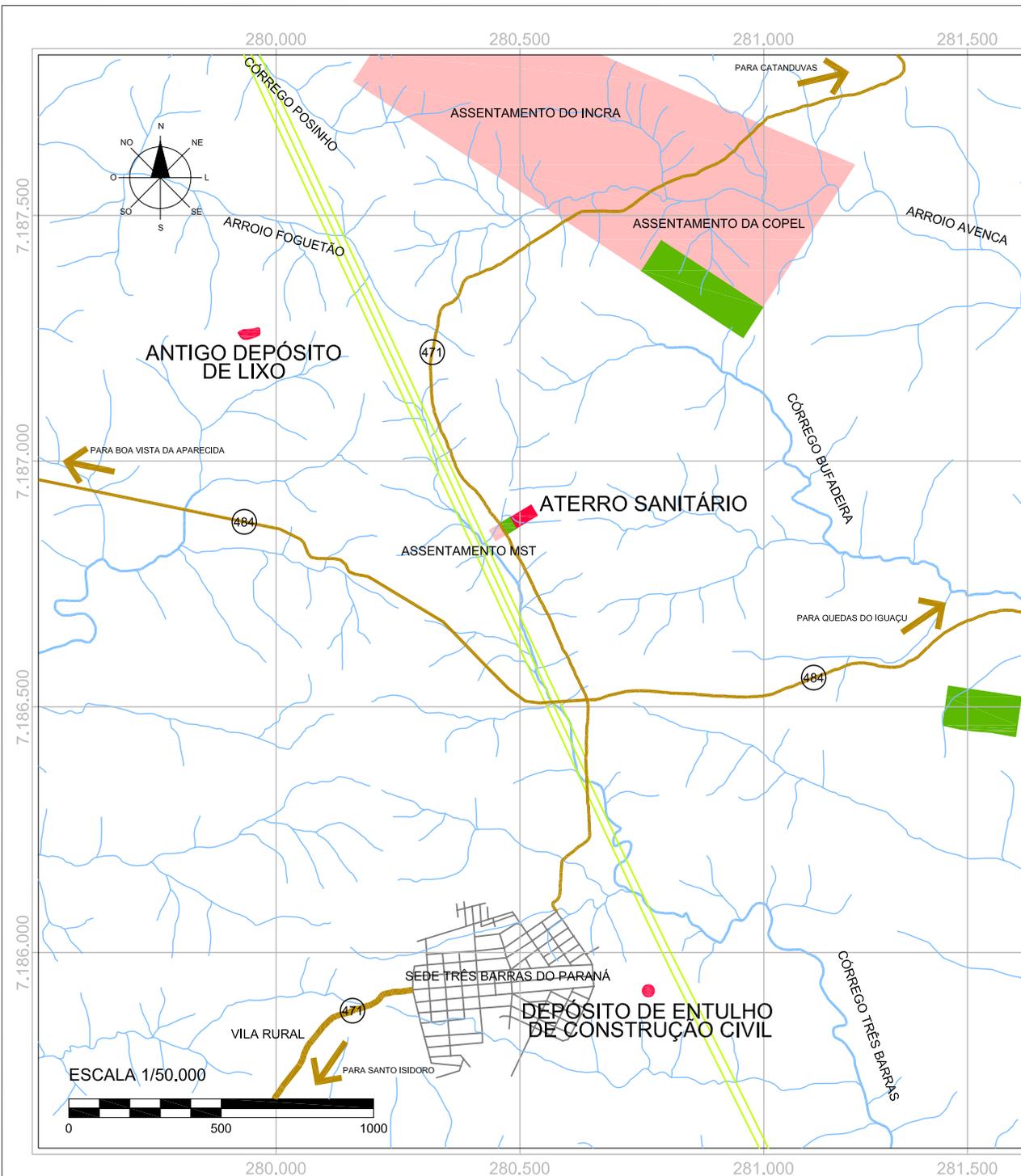
DRZ - Gestão de Cidades



Responsável Técnico:

Luciana Quevedo Nunes

CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



# LEGENDA

Fonte: COPEL e Prefeitura Municipal de Três Barras do PR

-  Linha de transmissão de energia elétrica de alta tensão
-  Rodovias estaduais
-  Córregos
-  Matas nativas
-  Assentamentos
-  Destino final de resíduos sólidos



Município: Três Barras do Paraná

## Plano Diretor Municipal

Data: 2007

Mapa:

## Resíduos Sólidos

Prancha: 27

Consultoria Contratada:

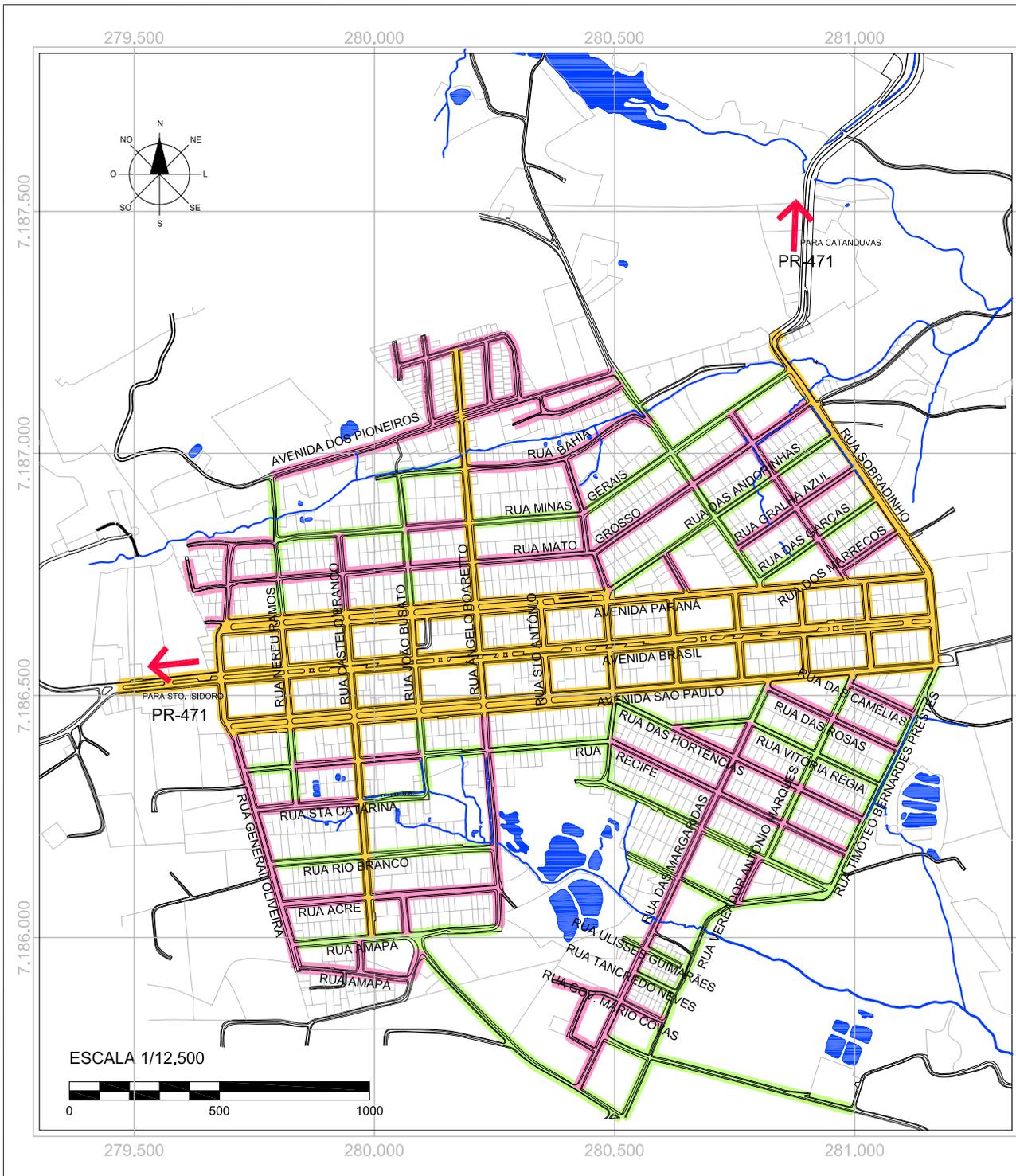
**DRZ - Gestão de Cidades**



Responsável Técnico:

**Luciana Quevedo Nunes**

CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



# LEGENDA

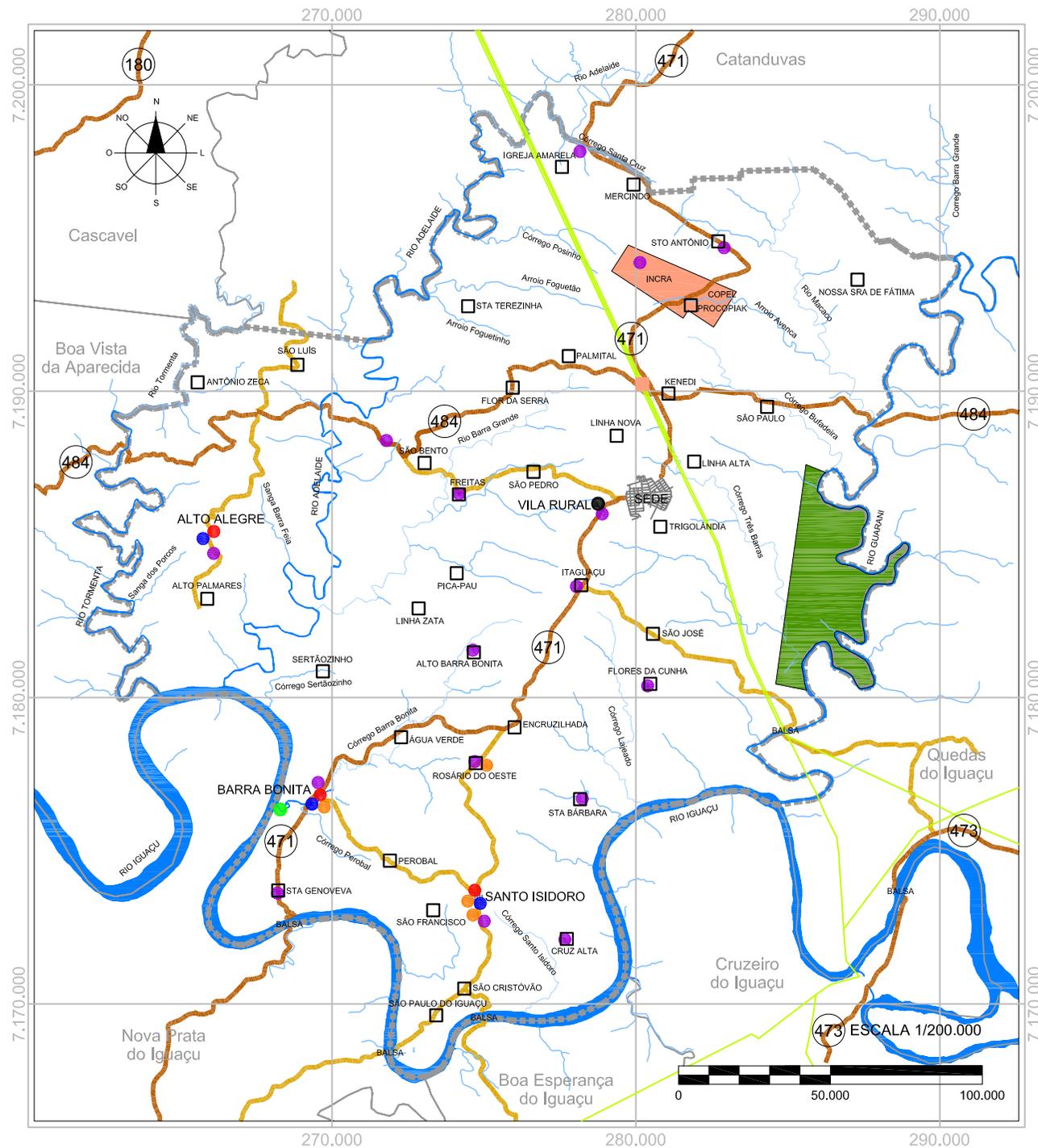
Fonte: COPEL e Prefeitura Municipal de Três Barras do PR

-  Córregos
-  Açude / alagado / mangue
-  Vapor de sódio 250W
-  Vapor de mercúrio 125W
-  Vapor de mercúrio 80W


 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Três Barras do Paraná	Data: 2007
<b>Plano Diretor Municipal</b>	
Mapa:	Prancha: 28
<b>Iluminação Pública</b>	
Consultoria Contratada:	
<b>DRZ - Gestão de Cidades</b>	www.drz.com.br
Responsável Técnico:	
<b>Luciana Quevedo Nunes</b>	CREA-RS 104464/D - 64462V/PR





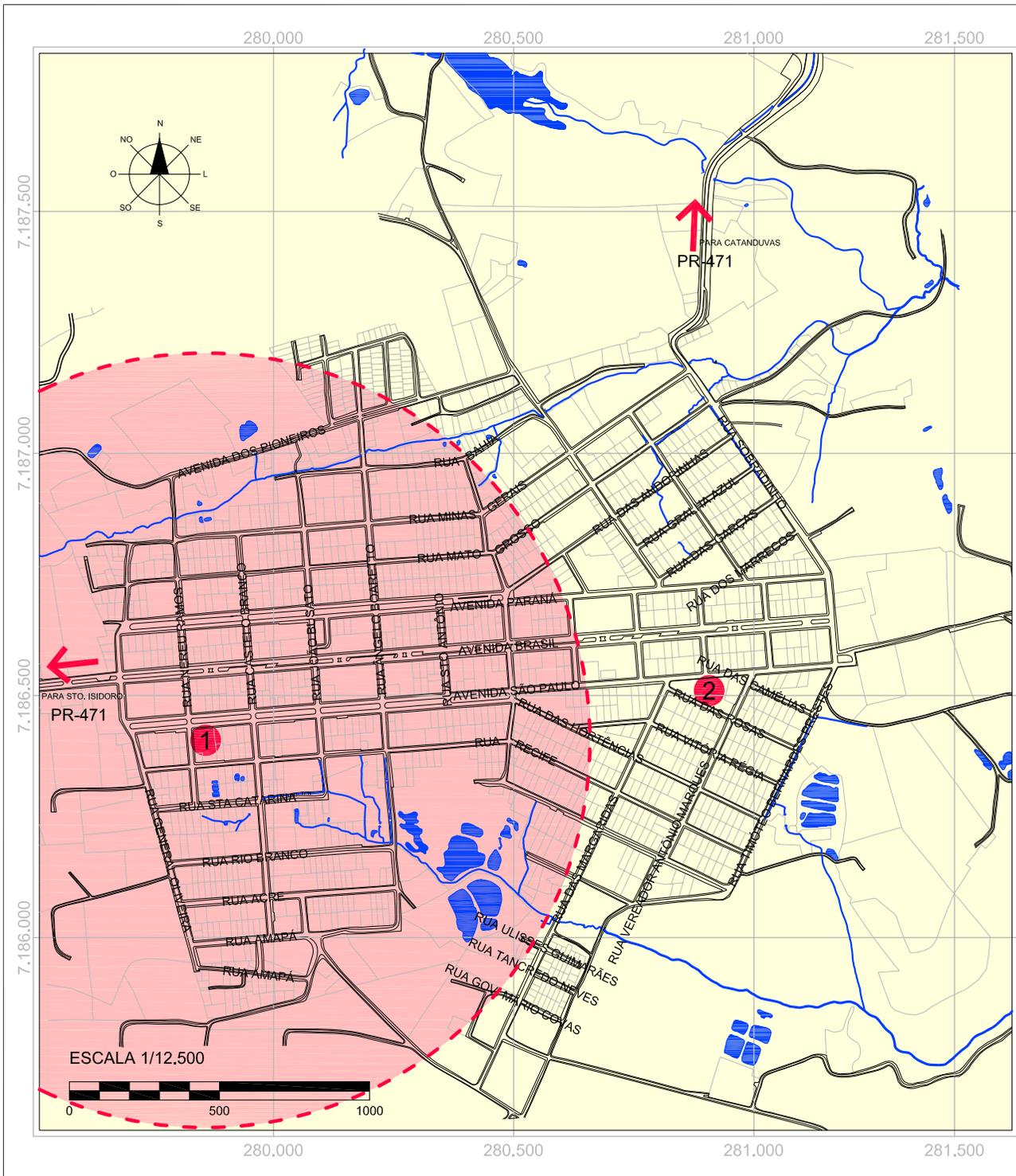
# LEGENDA

FONTE: IPARDES

- Limite municipal de Três Barras do Paraná
- Rios principais
- Córregos
- Rodovias estaduais
- Rodovias municipais principais
- Linha de transmissão de energia elétrica de alta tensão
- Parque Estadual Guarani
- Assentamentos
- Ocupação pelo MST
- Comunidades rurais
- Cemitério
- Escola
- Posto de saúde
- Quadra poliesportiva
- Praia artificial

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Três Barras do Paraná	
<b>Plano Diretor Municipal</b>	Data: 2007
Mapa:	Prancha: 30
<b>Equipamentos no Município</b>	ESCALA 1/200.000
Consultoria Contratada:	www.drz.com.br
Responsável Técnico:	Luciana Quevedo Nunes CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



# LEGENDA

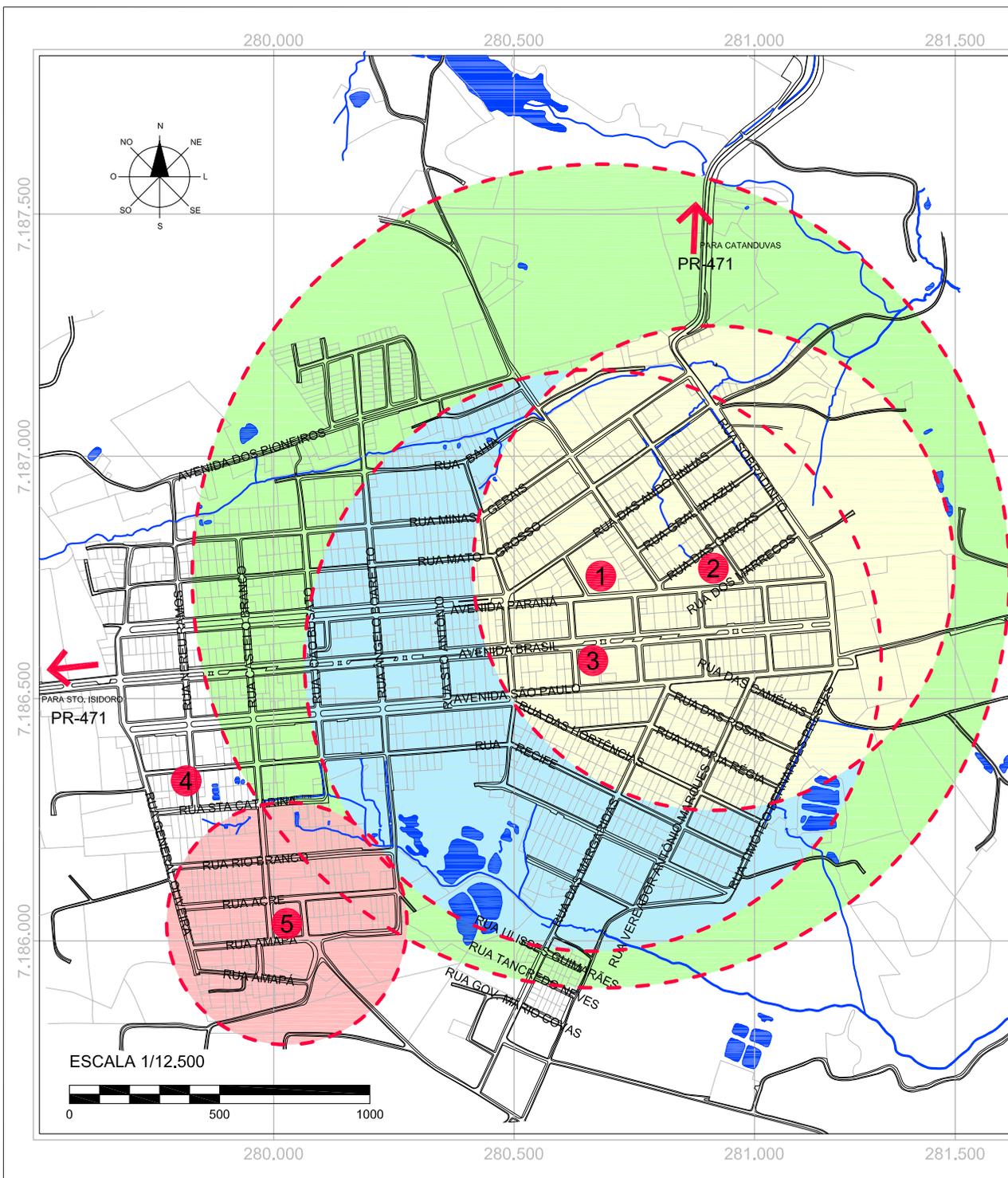
Fonte: COPEL e Prefeitura Municipal de Três Barras do PR

-  Córregos
-  Açude / alagado / mangue
-  Faixa de preservação de córregos - 30m
-  Raio de proteção a nascentes - 50m
-  Centro de Saúde de Três Barras
-  Hospital Municipal Três Barras
-  Abrangência de centros de saúde (R= 800m)
-  Abrangência de hospitais (R= 2000m)




 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Três Barras do Paraná	Data: 2007
<b>Plano Diretor Municipal</b>	
Mapa:	Prancha: 31
<b>Abrangência da Saúde</b>	
Consultoria Contratada:	
<b>DRZ - Gestão de Cidades</b>	www.drz.com.br
Responsável Técnico:	
<b>Luciana Quevedo Nunes</b>	CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



# LEGENDA

FONTES: COPEL E PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PR

-  Córregos
-  Açude / alagado / mangue
-  Faixa de preservação de córregos - 30m
-  Raio de proteção a nascentes - 50m
-  1 Colégio Estadual Princesa Isabel
-  2 Escola Municipal Carlos Gomes
-  3 Biblioteca Cidadã
-  4 APAE - Escola Recanto do Saber
-  4 Centro Municipal de Educação Infantil Sonho de Criança
-  Abrangência de centros de educação infantil (R= 250m)
-  Abrangência de escolas de ensino fundamental (R= 500m)
-  Abrangência de escolas de ensino médio (R= 850m)
-  Abrangência de bibliotecas (R= 600m)



Município: Três Barras do Paraná

**Plano Diretor Municipal**

Data: 2007

Mapa:

**Abrangência da Educação**

Prancha: 32

Consultoria Contratada:

**DRZ - Gestão de Cidades**



Responsável Técnico:

**Luciana Quevedo Nunes**

CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



*Parte III*

*Diretrizes & Proposições*



## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS .....	237
LISTA DE MAPAS .....	238
INTRODUÇÃO .....	239
<b>1. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL .....</b>	<b>241</b>
Aspectos Ambientais .....	242
Aspectos de Infra-Estrutura .....	243
<b>2. DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO .....</b>	<b>245</b>
Economia .....	246
Saúde .....	247
Educação .....	248
Cultura .....	250
Esporte, Lazer e Turismo .....	251
Assistência Social .....	252
Habitação de Interesse Social .....	253
Segurança Pública .....	253
Defesa Civil .....	254
<b>3. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>255</b>
<b>4. DESENVOLVIMENTO FÍSICO-TERRITORIAL .....</b>	<b>259</b>
Macrozoneamento Municipal .....	261
Macrozoneamento Urbano .....	265
Perímetro Urbano .....	267
Sistema Viário Urbano e Municipal .....	267
ANEXO – MAPAS .....	272



---

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vias Arteriais .....	269
Figura 2 – Vias Coletoras.....	269
Figura 3 – Vias Locais .....	270
Figura 4 – Passeio ecológico.....	270
Figura 5 – Perspectiva.....	270



## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Macrozoneamento Municipal .....	273
Mapa 2 – Macrozoneamento Urbano – Sede Três Barras do Paraná .....	274
Mapa 3 – Macrozoneamento Urbano – Distrito Alto Alegre .....	275
Mapa 4 – Macrozoneamento Urbano – Distrito Barra Bonita .....	276
Mapa 5 – Macrozoneamento Urbano – Distrito Santo Isidoro .....	277
Mapa 6 – Perímetro Urbano – Sede Três Barras do Paraná .....	278
Mapa 7 – Perímetro Urbano – Distrito Alto Alegre .....	279
Mapa 8 – Perímetro Urbano – Distrito Barra Bonita .....	280
Mapa 9 – Perímetro Urbano – Distrito Santo Isidoro .....	281
Mapa 10 – Sistema Viário Municipal .....	282
Mapa 11 – Sistema Viário Urbano – Sede Três Barras do Paraná .....	283
Mapa 12 – Sistema Viário Urbano – Distrito Alto Alegre .....	284
Mapa 13 – Sistema Viário Urbano – Distrito Barra Bonita .....	285
Mapa 14 – Sistema Viário Urbano – Distrito Santo Isidoro .....	286



## INTRODUÇÃO

A Política de Desenvolvimento Municipal baseia-se nos princípios gerais definidos na constituição federal como também ao Estatuto da Cidade sendo neste Plano Diretor Municipal composta de quatro vertentes:

- Proteção e Preservação Ambiental
- Desenvolvimento Sócio Econômico
- Desenvolvimento Institucional
- Desenvolvimento Físico-Territorial.

Em cada vertente foram definidas diretrizes e proposições necessárias que divididas em curto (até 3 anos), médio (até 6 anos) e longo prazo (até 10 anos) atendem a prioridade de ação de abrangência social, seguida de custo de investimento e manutenção, capacidade técnica de execução e atendimento dos objetivos do Plano Diretor Municipal.

O Estatuto da Cidade aponta os princípios constitucionais fundamentais norteadores do Plano Diretor sendo:

- Função social da propriedade;
- Desenvolvimento sustentável;
- Funções sociais da cidade;
- Igualdade e justiça social;
- Participação popular.

Em seguida, temos como base as diretrizes gerais da política urbana estabelecidas no Estatuto da Cidade, em seu artigo 2º:

- Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para presentes e futuras gerações;
- Gestão democrática, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- Ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a utilização inadequada dos imóveis urbanos; o parcelamento do solo, a edificação ou usos excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana; a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; a deterioração das áreas urbanizadas;



- Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;
- Recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos, regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação considerados a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.

Dessa forma o Plano Diretor Municipal deverá contemplar as diretrizes e proposições da seguinte forma:

- **DIRETRIZES:** são indicações da direção que o desenvolvimento sustentável do Município deve seguir; revelam os objetivos gerais a serem alcançados a fim de promover as funções sociais da cidade e o desenvolvimento tanto urbano como rural;
- **PROPOSIÇÕES:** são as ações que redundarão na melhoria da qualidade de vida da população do presente e do futuro; são as realizações (programas, projetos, organizações, obras, etc.) planejadas em curto, médio e longo prazo, tendo em vista as diretrizes definidas;

Seguem-se, portanto, as diretrizes gerais e as proposições nelas baseadas para o município de Três Barras do Paraná, segundo cada uma das vertentes da Política de Desenvolvimento Municipal, desenvolvidas pela Equipe Técnica Municipal, Comissão de Acompanhamento, municipais e Equipe Técnica da Consultoria.

O levantamento participativo para a consolidação das diretrizes e proposições aqui descritas contou com a divulgação do Plano Diretor Municipal através da Primeira Audiência Pública, que permitiu a Leitura Comunitária através de distribuição de questionários, através das instituições de ensino, bem como da Leitura Técnica através das constantes discussões e debates propostos em reuniões com a Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento.

# **1. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**



O meio ambiente é elemento fundamental do sistema do planejamento e desenvolvimento sustentável do Município, inclusive da área rural.

A garantia do direito de cidades sustentáveis faz referência à formulação e implementação de políticas públicas compatíveis com os princípios de desenvolvimento sustentável definidos na agenda 21.

## ASPECTOS AMBIENTAIS

### Diretrizes:

- Criar os instrumentos necessários ao exercício das funções de planejamento e fiscalização de todas as atividades que tenham interferência no meio ambiente do Município;
- Compatibilizar as políticas de Meio Ambiente e de Saneamento;
- Incentivar a utilização de fontes alternativas de energia;
- Incentivar o uso adequado de fontes naturais;
- Monitorar o uso dos solos urbano e rural, a poluição do ar, do solo e da água, principalmente mananciais;
- Compatibilizar usos e resolver conflitos de interesse entre áreas agrícolas e de preservação ambiental;
- Recuperar as áreas degradadas e garantir a preservação dos rios e córregos;
- Estruturar o Parque Estadual Guarani;
- Garantir o corredor de biodiversidade Iguaçu;
- Desenvolver programa que enfoque o atendimento de 12 m<sup>2</sup> de áreas verdes por habitante, exigidos pela OMS;
- Criar política de controle da exploração prejudicial através da conscientização ambiental.

### Proposições:

N°	DESCRIÇÃO	PRAZO		
		CURTO	MÉDIO	LONGO
1.1	Elaborar Plano de Arborização Municipal para incrementar a arborização das vias urbanas com espécies adequadas, preferencialmente nativas.			
1.2	Elaborar legislação ambiental municipal para as especificidades locais.			
1.3	Aplicar penalidades às infrações definidas em lei ambiental municipal.			
1.4	Realizar mapeamento detalhado e georreferenciado do uso do solo de maneira a gerar instrumento para a revisão do macrozoneamento e do zoneamento.			



1.5	Fazer vistoria e relatório bimestrais das áreas ambientalmente frágeis (cascalheiras, pedreiras, depósitos de resíduos, entorno de cemitérios, de emissários, voçorocas, áreas sujeitas a desmoronamento, nascentes de corpos d'água do Parque Estadual, etc.), verificando (se houver): - Qualidade da água; - Adensamento vegetal; - Biodiversidade; - Situação de processos erosivos e de assoreamentos; - Presença de edificações, ou outras intervenções humanas nocivas.			
1.6	Capacitar funcionários para o exercício do licenciamento ambiental dos empreendimentos a serem implantados no Município, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade, onde a ocupação será controlada por meio de diretrizes do poder público, através da exigência a ser criada de: - PCA (Plano de Controle Ambiental Preliminar); - EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente); - EIVI/RIV (Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança).			
1.7	Recuperar com intenso plantio de árvores e implantação de mobiliário de esporte e lazer (bancos, postes, lixeiras, barras de alongamento e pista de caminhada) a faixa de preservação dos córregos Trigolândia e Três Barras (posteriormente à relocação das famílias hoje instaladas irregularmente).			
1.8	Formar parceria entre as esferas municipal e estadual para administrar o Parque Estadual Guarani, com organograma e funções definidas dos servidores.			
1.9	Reativar no viveiro municipal plantio de mudas para paisagismo e arborização urbanos.			
1.10	Treinar equipe da prefeitura para podas e retiradas de árvores.			
1.11	Oferecer incentivo fiscal para os proprietários das edificações implantarem a calçada ecológica.			
1.12	Implantar a educação ambiental nas escolas da rede pública e particular, através de projeto que contemple tanto atividades cognitivas (visitas a locais ambientalmente frágeis e parques ecológicos) como atividades práticas (plantio de árvores, coleta de material reciclável, etc).			
1.13	Desenvolver campanhas educativas voltadas à redução do desperdício da água potável.			
1.14	Realizar palestras com os produtores rurais para conscientização sobre uso racional da água, do solo e das matas, criando rede de vigilância coletiva.			
1.15	Oferecer incentivos a proprietários rurais que recuperam áreas de preservação permanente.			
1.16	Conceder benefícios fiscais para estabelecimentos comerciais ou industriais que fizerem o reuso de água, aproveitamento de energia solar ou eólica e água da chuva.			
1.17	Introduzir o uso de materiais reciclados na Administração Municipal no lugar de todos aqueles passíveis de substituição.			

## ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA

### Diretrizes:

- Atender 100% da área urbana com água tratada e coleta e tratamento de esgoto;
- Coibir a construção de fossas nas calçadas;
- Coibir ligações clandestinas de esgoto às galerias de águas pluviais;
- Ampliar rede de drenagem de águas pluviais e pavimentação até atingir 100% de cobertura da área urbana, a fim de combater os problemas de erosão do solo;
- Criar sistemas de manejo mais sustentáveis dos materiais reciclável, de entulho de construção civil, orgânico e resultante de poda de vegetação;



- Desenvolver projeto de reciclagem do entulho para a construção civil, possibilitando a redução de custos para os projetos de habitação popular;
- Solucionar conflito entre arborização urbana e iluminação pública.

**Proposições:**

N°	DESCRIÇÃO	PRAZO		
		CURTO	MÉDIO	LONGO
1.18	Ampliar a rede de distribuição de água a futuros conjuntos habitacionais.			
1.19	Ampliar a rede de coleta de esgoto urbana.			
1.20	Instalar rede de coleta de esgoto nos distritos.			
1.21	Realizar levantamento de todas as fossas sépticas na área urbana, a fim de advertir os proprietários em situação irregular e penalizar aqueles que não adequarem a fossa em prazo estabelecido em legislação ambiental municipal.			
1.22	Fazer vistoria e relatório anuais das galerias de águas pluviais para verificar ligações clandestinas de esgoto e penalizar os proprietários segundo legislação ambiental municipal.			
1.23	Pavimentar as vias urbanas que se encontram em leito natural (tanto da sede quanto dos distritos de Três Barras do Paraná).			
1.24	Asfaltar a PR-470 (Três Barras do Paraná – Santo Isidoro).			
1.25	Pavimentar com pedra irregular as estradas rurais indicadas no mapa de sistema viário municipal deste volume.			
1.26	Cascalhar as estradas rurais classificadas como vias coletoras, que constam no mapa de sistema viário municipal deste volume.			
1.27	Substituir pontes deterioradas por pontes de concreto.			
1.28	Regular acerca de parcerias entre a Prefeitura e os produtores rurais com fim de construir “passadores” de gado.			
1.29	Implantar Plano de Gestão de Resíduos Sólidos.			
1.30	Dar apoio a iniciativas particulares de coleta seletiva, principalmente a associações de coletores de material reciclável, através de isenções tributárias, parcerias ou publicidade.			
1.31	Implantar na área do aterro sanitário complexo de manejo de resíduos, com estrutura para triagem e destinação de: - Recicláveis para enfardamento; - Orgânicos (incluindo restos de poda) para compostagem; - Entulhos para transformação em material de construção.			
1.32	Treinar pessoal para trabalhar no manejo dos resíduos recicláveis, de entulho de construção civil, de poda de vegetação e orgânicos.			
1.33	Definir destinação de resíduos especiais como: pneus, eletroeletrônicos, resíduos volumosos e rejeitos de matadouros, de criação de suínos, etc.			
1.34	Implantar coleta de lixo nos distritos (Santo Isidoro, Barra Bonita e Alto Alegre).			
1.35	Atualizar a taxa de lixo.			
1.36	Rebaixar a iluminação pública das ruas residenciais, pondo fim aos problemas de sombreamento noturno que conferem insegurança e anulam a eficiência das lâmpadas.			
1.37	Viabilizar nova área para o Cemitério Municipal.			
1.38	Regularizar os cemitérios, com rede de drenagem, arborização, pavimentação, etc., conforme exigências do IAP.			
1.39	Elaborar legislação funerária municipal.			

## **2. DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO**



O desenvolvimento sócio-econômico do Município depende de algumas ações e atitudes que venham ao encontro dos anseios da comunidade no sentido de propiciar aos mesmos um padrão de vida melhor, mais digno e acima de tudo mais humano. Desta forma, as diretrizes e proposições nesta vertente contemplam as áreas do serviço público como educação, saúde, assistência social e organização econômica no Município.

## **ECONOMIA**

### **Diretrizes:**

- Compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental;
- Fomentar atividades econômicas com tecnologia e uso intensivo de conhecimentos e informações;
- Investir mais em políticas de incentivo a agricultura;
- Oferecer apoio à diversificação da produção agrícola;
- Fomentar a agroindústria e a agricultura de base familiar;
- Apoiar iniciativas de comercialização direta entre os produtores familiares e os consumidores;
- Incentivar a organização associativa e cooperativa dos agentes engajados na produção rural e urbana de produtos e serviços;
- Prover condições para orientar e capacitar o sistema produtivo local e atender as demandas por produtos e serviços;
- Promover a melhoria da qualificação profissional da população;
- Promover cursos de capacitação e aperfeiçoamento para fortalecimento, entrada e prospecção de atividades produtivas de maior potencial e dinamismo econômicos sustentáveis;
- Implementar e apoiar programas e iniciativas de geração de oportunidades de trabalho e renda, principalmente para jovens e mulheres;
- Criar alternativas concretas para aumentar a renda nas unidades produtivas, e concomitantemente melhorar as condições próprias da comunidade como um todo, privilegiando os empreendimentos comunitários;
- Desenvolver parceria entre associações de produtores rurais, vileiros, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e todos os órgãos do Município, principalmente a Prefeitura Municipal e a Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.



**Proposições:**

N°	DESCRIÇÃO	PRAZO		
		CURTO	MÉDIO	LONGO
2.1	Elaborar Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável, levando em consideração a vocação agrícola do Município, privilegiando: - Fortalecimento dos elos das cadeias produtivas desde a produção até a comercialização; - Aproveitamento do potencial produtivo local; - Articulação entre os agentes econômicos do Município.			
2.2	Implantar o programa de repovoamento dos principais rios e córregos do Município com espécies de peixes característicos da região, estimulando os vários tipos de pesca: de subsistência, comercial, esportiva e de lazer.			
2.3	Utilizar métodos participativos, e reuniões entre os grupos de interesse e os responsáveis pelas entidades executoras/apoiadoras (por área de interesse), em que seriam tomadas as decisões, definidas responsabilidades e feitos encaminhamentos para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.			
2.4	Estimular a exploração agropecuária por meio de práticas agro-ecológicas.			
2.5	Facilitar o atendimento a agricultores familiares – crédito rural, incrementado e expandindo os negócios nas diversas atividades.			
2.6	Oferecer cursos de capacitação aos produtores rurais, respeitando o zoneamento agrícola oficial, tais como: - Reforma de pastagem; - Meio ambiente: recomposição de matas ciliares e reserva legal; - Pomar e horta caseira; - Fruticultura comercial.			
2.7	Divulgar feiras, eventos e exposições regionais aos produtores locais e organizar idas a tais acontecimentos, reduzindo custos.			
2.8	Adquirir balança comunitária, para beneficiar os produtores rurais na pesagem da safra.			
2.9	Incentivar o abatedouro municipal, com atuação efetiva da vigilância sanitária, a fim de solucionar o problema de abates clandestinos.			
2.10	Oferecer pontos de venda permanentes para o pequeno produtor rural.			
2.11	Atuar em conjunto com a Associação Comercial na busca de melhores oportunidades para o fortalecimento do comércio promovendo cursos profissionalizantes e de capacitação destinados ao desenvolvimento de técnicas atualizadas aplicáveis no setor.			
2.12	Firmar convênios com o SINE, o SENAC, o SESI/SENAI e outros para facilitar cursos profissionalizantes para as empresas que demandam mão-de-obra local mais qualificada.			
2.13	Elaborar e implantar programa de agroindústria.			
2.14	Incentivar a associação dos produtores autônomos sem empresas constituídas, na forma de cooperativas.			
2.15	Contratar engenheiro agrônomo.			

**SAÚDE**

**Diretrizes:**

- Garantir o atendimento a todos os cidadãos, diminuindo a incidência de doenças com políticas de prevenção de doenças e aumentando o próprio atendimento com investimentos na estrutura de saúde;
- Ampliar a cobertura populacional do Programa Saúde da Família e Saúde Bucal;



- Desenvolver programas que visem não apenas o tratamento curativo, mas que forneçam a população ferramentas para o auto cuidado, prevenindo assim complicações que geram mais gastos para o sistema;
- Desenvolver política de recursos humanos adequada com reordenamento e readequação administrativa nas esferas física e financeira;
- Adotar maior controle epidemiológico;
- Promover o diálogo entre os municípios do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná (CISOP) para haver investimento na saúde regional.

#### Proposições:

Nº	DESCRIÇÃO	PRAZO		
		CURTO	MÉDIO	LONGO
2.16	Adequar os edifícios públicos do setor para acesso dos portadores de necessidades especiais.			
2.17	Reformar a lavanderia do Hospital Municipal.			
2.18	Adquirir microônibus para levar pacientes às consultas em Cascavel.			
2.19	Adquirir carro para vigilância sanitária.			
2.20	Contratar médico veterinário para a vigilância sanitária.			
2.21	Contratar médico a fim de ampliar horário de atendimento nos distritos.			
2.22	Reformar e ampliar o posto de saúde de Santo Isidoro.			
2.23	Enfatizar a saúde bucal no PSF.			
2.24	Abrir 2 vagas para odontologista a fim de aumentar o número de vagas de consultas.			
2.25	Criar programa de conscientização da população em relação ao atendimento médico.			
2.26	Conscientizar a população em relação de seus deveres e direitos para o fortalecimento do programa PSF.			
2.27	Fortalecer ações de prevenção de doenças e promoção da saúde como palestras, oficinas e dinâmicas, com temas pertinentes dando atenção especial a DST/AIDS, para a população em geral e específicas a crianças e adolescentes atuando em parceria com entidades escolares, grupos e organizações, direta e indiretamente envolvidas no assunto, inclusive com reuniões familiares.			
2.28	Promover campanhas direcionadas ao homem e a mulher, procurando esclarecer melhor a ambos, sobre prevenção de diversas doenças.			
2.29	Contratar médico pediatra.			
2.30	Oferecer cursos de capacitação para os profissionais da área da saúde, incluindo o setor de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, para possibilitar melhor atendimento aos usuários do serviço.			
2.31	Contratar, regionalmente (CISOP), mais médicos especialistas e providenciar mais exames, principalmente aqueles solicitados pelos médicos especialistas através da aquisição de aparelhagem ou da instituição de convênios.			

#### EDUCAÇÃO

##### Diretrizes:

- Promover e apoiar iniciativas e programas para erradicação do analfabetismo e para elevação do nível escolar da população;



- Desenvolver uma educação de boa qualidade, de forma a garantir o sucesso do aluno na escola e na vida, assegurando, inclusive, sua inserção na sociedade e no mercado de trabalho;
- Estimular e garantir a permanência do aluno na escola, oferecendo-lhe infraestrutura física e recursos humanos e materiais básicos necessários ao desenvolvimento das atividades de ensino e ao pleno atendimento da população;
- Reduzir a evasão escolar através da implantação de programas de apoio aos estudantes (merenda, assistência médica e social);
- Garantir infra-estrutura física e recursos materiais básicos adequados necessários à prática de esportes e a atividades culturais;
- Ampliar número de vagas nas creches;
- Garantir o transporte escolar da rede municipal de ensino;
- Ampliar programas de educação para adultos;
- Desenvolver programas de treinamento e aperfeiçoamento profissional específico.

**Proposições:**

N°	DESCRIÇÃO	PRAZO		
		CURTO	MÉDIO	LONGO
2.32	Ceder espaço e material para grupos de alfabetização não governamentais.			
2.33	Ampliar a oferta de vagas no ensino noturno, tornando possível o estudo da população que trabalha em período diurno.			
2.34	Implantar o curso supletivo, além do ensino regular, privilegiando o aumento do nível escolar da população.			
2.35	Estimular a livre organização e manifestação do corpo discente através de Grêmios Escolares, objetivando a sua participação efetiva na comunidade e na sociedade.			
2.36	Incentivar o desenvolvimento intelectual dos alunos através da realização de concursos, competições didáticas e culturais, que ofereçam premiações, valorizando o discente, tais como: excursões de estudo e lazer, certificados, medalhas, etc.			
2.37	Adequar os edifícios públicos do setor ao uso de portadores de necessidades especiais.			
2.38	Aumentar o número de salas de aula na escola e no colégio da sede de Três Barras do Paraná.			
2.39	Ampliar o Centro de Educação Infantil Sonho de Criança.			
2.40	Ampliar e reestruturar a Casa Familiar Rural.			
2.41	Adquirir lixeiras para separação dos recicláveis nas escolas municipais.			
2.42	Promover atividades extracurriculares, mantendo por um período mais longo o aluno na escola como aulas de pintura, música, dança, teatro, culinária, tapeçaria, esporte, reforço escolar, entre outros.			
2.43	Elaborar programas de orientação e incentivo aos jovens e adolescentes, melhorando a oferta de cursos de informática e línguas na grade curricular.			
2.44	Implantar o programa Escola Aberta, abrindo as instituições de ensino para atividades extracurriculares, eventos, comemorações festivas, cursos e palestras, integrando família, escola e comunidade em suas atividades e em seus espaços de lazer e esporte.			
2.45	Adquirir ônibus para ampliar a frota de transporte escolar.			
2.46	Firmar convênios com o SINE, o SENAC, o SESI/SENAI, SENAR e outros para oferecer cursos profissionalizantes a longa distância.			



N°	DESCRIÇÃO	PRAZO		
		CURTO	MÉDIO	LONGO
2.47	Criar cursos profissionalizantes nos níveis médio e superior via Governo do Estado do Paraná e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).			
2.48	Investir na capacitação profissional dos funcionários da educação pública municipal, principalmente quanto à questão da inclusão.			
2.49	Informatizar a rede de ensino.			

## CULTURA

### Diretrizes:

- Desenvolver uma política de incentivo à preservação do patrimônio municipal desde já a fim de impedir processo contínuo de desconstrução da história;
- Incentivar a população a cultivar tradições, criar laços com a comunidade e ter sentimento de cooperação mútua;
- Apoiar a formação de grupos culturais nas áreas de teatro, dança, música, etc., para que haja representação do município em eventos da região.

### Proposições:

N°	DESCRIÇÃO	PRAZO		
		CURTO	MÉDIO	LONGO
2.50	Mapear construções ou conjuntos de construções de valor arquitetônico para que sejam preservadas através de instrumentos legais como transferência do direito de construir.			
2.51	Fazer cumprir o contido na Lei nº. 1.059/2006 que cria o Fundo Municipal de Cultura.			
2.52	Ampliar acervo da Biblioteca.			
2.53	Promover concursos e exposições municipais, com ou sem premiação, fomentando a produção e a divulgação pública de trabalhos de qualidade.			
2.54	Promover oficinas culturais de dança, teatro, capoeira, música, circo, etc. para crianças e adolescentes com profissionais capacitados para ministrar as aulas.			
2.55	Apoiar e realizar eventos culturais para a comunidade em geral (apresentações teatrais, circenses, musicais, etc.).			
2.56	Instituir evento semanal, quinzenal ou mensal, como bailes ou feiras noturnas com apresentação musical e dança ou jogral de crianças, favorecendo o comércio local, inclusive os produtores rurais.			
2.57	Organizar calendário de eventos.			
2.58	Estimular a produção artístico-cultural, em articulação com a iniciativa privada, divulgando programas de benefício e incentivos para os produtores concorrerem a cotas para a realização de seus projetos ou para a manutenção de ações já em andamento.			
2.59	Promover programa de incentivos à produção artesanal/artística, mediante orientação para a instalação de pequenas unidades produtoras em áreas alvos de revitalização econômica e social; com incentivos fiscais ou apoio logístico.			
2.60	Incentivar publicações sobre a história do Paraná e, em especial, a história do Município.			



## ESPORTE, LAZER E TURISMO

### Diretrizes:

- Desenvolver e implantar projetos para melhorar o acesso ao esporte;
- Promover atividades esportivas diversificadas extracurriculares;
- Promover o esporte como forma de prevenção à marginalidade social;
- Ter o esporte como forma de divulgação e captação de eventos e recursos para o Município;
- Incentivar os atletas amadores a participarem de eventos estaduais e nacionais;
- Ampliar a oferta de áreas verdes públicas qualificadas (com equipamentos de lazer, esportes e infra-estrutura) a toda a população;
- Somar forças regionalmente no sentido de priorizar o turismo no Rio Iguaçu, assegurando espaço a todos os municípios.
- Dar apoio a iniciativas particulares na abertura de estabelecimentos de comércio voltado ao turismo como restaurantes, pousadas, pesque-pague, etc.
- Promover o desenvolvimento da infra-estrutura de apoio ao turismo;
- Apoiar e promover eventos com potencial turístico;
- Compatibilizar os eventos e iniciativas turísticas com as potencialidades culturais, educacionais e naturais do Município e da região.

### Proposições:

N°	DESCRIÇÃO	PRAZO		
		CURTO	MÉDIO	LONGO
2.61	Criação de escolinhas esportivas em todas as modalidades como: futebol, ginástica, vôlei, handebol, atletismo, xadrez e outras.			
2.62	Providenciar melhor vestiário para arbitragem e fornecimento de energia ao Ginásio Municipal.			
2.63	Construir quadra poliesportiva no distrito de Alto Alegre.			
2.64	Construir arquibancadas nas quadras de esporte do Jardim Floresta e do Alto Campo.			
2.65	Fechar as laterais da quadra poliesportiva da comunidade Rosário d'Oeste.			
2.66	Dotar a praia artificial de infra-estrutura.			
2.67	Criar um núcleo de produção de artesanato e culinária como atrativo turístico.			
2.68	Desenvolver atividades do eco-esporte no Parque Estadual Guarani com a população local em grupos afins.			
2.69	Aprimorar os eventos de pesca, com maior valorização ambiental e regulamentação deste turismo e dos esportes náuticos.			
2.70	Criar um sistema de identificação visual de informações sobre locais de turismo que facilite a identificação dos pontos turísticos e das instituições de utilidade pública e de serviços, com placas indicativas nas saídas e entradas das cidades vizinhas.			
2.71	Confeccionar roteiro de visitas dos pontos interessantes levantados no inventário turístico para incentivar o eco-turismo e turismo rural.			
2.72	Formular calendário turístico regional contendo os principais eventos do Município, o que divulga e harmoniza o turismo municipal em relação ao regional.			



2.73	Buscar junto ao SEBRAE meios de apoiar o setor empresarial da cadeia do turismo no Oeste do Paraná (desenvolvendo projetos, programas, promovendo cursos, palestras, fornecendo incentivos fiscais, etc.).		
------	--	--	--

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

### Diretrizes:

- Promover pleno funcionamento dos conselhos;
- Instituir a efetiva função fiscalizadora do Conselho Municipal de Assistência Social para monitoramento e avaliação dos programas e projetos e execução;
- Garantir a participação dos conselheiros no processo de construção das propostas orçamentárias no âmbito da política da Assistência Social;
- Garantir recursos para a manutenção dos programas desenvolvidos pela divisão da Assistência Social;
- Integrar políticas de assistência social com as demais políticas públicas;
- Estabelecer parcerias com os setores de educação, saúde e infra-estrutura, e mantê-las efetivas através de programas e projetos comuns.
- Criar sistema para identificar, diagnosticar, planejar, executar, monitorar e avaliar as ações desenvolvidas pela rede de assistência social no Município;
- Priorizar as atividades de criação de trabalho e renda e as ações educativas emergenciais à população em situação de risco social.

### Proposições:

N°	DESCRIÇÃO	PRAZO		
		CURTO	MÉDIO	LONGO
2.74	Promover reuniões com todos os conselhos juntos e com os diversos setores.			
2.75	Divulgar os conselhos para comunidade.			
2.76	Implantar sistema informatizado municipal de informações sobre o monitoramento e avaliação da rede sócio-assistencial visando garantir qualidade dos serviços.			
2.77	Identificar metas e estratégias para as situações de ausência de cobertura dos direitos sócio-assistenciais.			
2.78	Adequar os edifícios públicos do setor ao uso de portadores com necessidades especiais.			
2.79	Ampliar a Casa Abrigo.			
2.80	Reformar o Centro de Treinamento para Crianças e Adolescentes.			
2.81	Prover capacitação específica e contínua para técnicos e funcionários da Assistência Social (gestores, profissionais, conselheiros e prestadores de serviço da rede social).			
2.82	Incentivar a criação do projeto de alcoólicos anônimos (A.A.).			



## HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

### Diretrizes:

- Promover a toda população moradia digna, ou seja, com qualidade construtiva, com custo justo, provida de infra-estrutura, com acesso a fonte de trabalho e aos serviços públicos básicos de educação, saúde, cultura e segurança;
- Promover a regularização fundiária sustentável conforme a Resolução do CONAMA nº 369;
- Cuidar da produção de habitação de interesse popular zelando pela qualidade dos usos e ocupações do solo e da paisagem urbana.

### Proposições:

Nº	DESCRIÇÃO	PRAZO		
		CURTO	MÉDIO	LONGO
2.83	Criar o Conselho Municipal de Habitação, elencando representantes de entidades de classe, como o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), para participarem da aprovação dos projetos públicos, com o fim de garantir a qualidade das construções da população de baixa renda.			
2.84	Criar o Fundo Municipal de Habitação.			
2.85	Elaborar Plano Municipal de Habitação.			
2.86	Elaborar Plano de Regularização Fundiária Sustentável.			
2.87	Criar programa de arquitetura/engenharia pública que forneça projeto de habitação popular (de 70 m <sup>2</sup> ou menos) para famílias de renda comprovadamente baixa e orientação quanto às normas legais de construção.			
2.88	Buscar junto aos governos do Estado e da União a construção de novas unidades habitacionais para sanar o déficit a 200 famílias.			
2.89	Cadastrar as famílias que sofrem com o déficit habitacional no Município, a fim de promover em ordem de prioridades as ações necessárias para a solução desse déficit e controlar as famílias, coibindo a proliferação da ocupação irregular no Município.			
2.90	Apoiar e desenvolver programas de cooperativas de habitação popular, mediante assessoramento para a obtenção de melhores padrões de assentamento, aperfeiçoamento técnico de suas equipes e consecução dos objetivos de proporcionar moradia de qualidade e custo justo.			

## SEGURANÇA PÚBLICA

### Diretrizes:

- Promover a integração de Segurança Pública com os programas e eventos realizados no Município;
- Prevenir o envolvimento de jovens e adolescentes com o uso e tráfico de drogas.



**Proposições:**

N°	DESCRIÇÃO	PRAZO		
		CURTO	MÉDIO	LONGO
2.91	Implantar o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência).			
2.92	Capacitar os policiais sobre projetos e programas.			
2.93	Aumentar o número de efetivos de maneira compatível com as tarefas necessárias de patrulhamento na área urbana e rural.			

**DEFESA CIVIL**

**Diretrizes:**

- Incentivar o engajamento de comunidades participativas, informadas, preparadas e cômicas de seus direitos e deveres relativos à segurança comunitária contra desastres;
- Garantir a redução de desastres no território municipal;
- Apoiar a organização e o funcionamento de Comissões Municipais de Defesa Civil – COMDEC, de forma articulada.

**Proposições:**

N°	DESCRIÇÃO	PRAZO		
		CURTO	MÉDIO	LONGO
2.94	Criar a Comissão de Defesa Civil.			
2.95	Elaborar Plano Diretor de Defesa Civil.			
2.96	Implementar programas de mudança cultural e de treinamento de voluntários conscientizando a população acerca de suas responsabilidades frente a prevenção de desastres.			
2.97	Incluir conteúdos relativos à redução de desastres, valorização da vida humana, primeiros socorros e reanimação cardiorrespiratória nos currículos escolares.			
2.98	Vistoriar as áreas onde possivelmente haja risco de desastres e, se necessário, fazer advertências para reduzir as situações de risco.			

# **3. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**



Com o objetivo de acompanhar e implementar as diretrizes e proposições elencadas no Plano Diretor faz-se necessária a organização das instituições governamentais que promovam o desenvolvimento institucional, fomentada pelos instrumentos de democratização da gestão urbana, baseados nos princípios fundamentais da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade.

**Diretrizes:**

- Incentivar e fortalecer a participação popular para concretizar o plano diretor, o orçamento participativo e a iniciativa popular de projetos de lei;
- Articular governo, sociedade civil, entidades e outros órgãos não governamentais;
- Implantar o Sistema de Informações Geográficas Municipais (SIG) com base de dados sempre atualizada para planejar, implantar, monitorar, e avaliar o desenvolvimento municipal, subsidiando quaisquer tomadas de decisões;
- Implantar o Sistema de Planejamento Integrado para garantir a participação de todos os departamentos municipais, órgãos estaduais atuantes no município e a população nos processos decisórios e de formulação de estratégias para o desenvolvimento municipal, implicando eficiência ao evitar duplicidade de projetos e análises;
- Criar a Secretaria de Planejamento Municipal;
- Criar o Conselho de Desenvolvimento Municipal;
- Criar o Fundo de Desenvolvimento Municipal, a ser gerido pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, para o atendimento dos objetivos e diretrizes elencados no Plano Diretor;
- Fazer modernização tributária na Prefeitura para melhorar a arrecadação fiscal e conseqüentemente os serviços públicos.

**Proposições:**

N°	DESCRIÇÃO	PRAZO		
		CURTO	MÉDIO	LONGO
3.1	Criar Departamento de Planejamento Territorial Municipal com quadro técnico em que conste arquiteto urbanista e engenheiro civil, dentro da Secretaria de Obras, Urbanismo e Transporte, para centralizar decisões acerca do PDM a fim de implantá-lo.			
3.2	Criar o Fundo de Desenvolvimento Municipal, a ser gerido pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, para o atendimento dos objetivos e diretrizes elencados no Plano Diretor.			
3.3	Elaborar mensagens e encaminhar anteprojeto de lei do PDM para apreciação, deliberação e aprovação na Câmara Municipal até 30 dias após a conclusão do PDM.			



3.4	Comunicar ao Instituto Nacional de Colonização (INCRA) a aprovação do PDM e de nova delimitação do Perímetro Urbano da Sede e do Distrito, encaminhando cópias das leis e respectivas plantas com os polígonos que delimitam os perímetros para caracterizar os territórios sujeitos ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), de responsabilidade do Município e ao Imposto Territorial Rural (ITR), de responsabilidade da União.			
3.5	Encaminhar cópias das Leis dos Perímetros Urbanos e da Lei de Parcelamento do Solo para fins urbanos para os Cartórios de Registro de Imóveis, formalizando-se para que sejam registrados novos loteamentos, desmembramentos e remembramentos, no âmbito do Município, somente após a aprovação formal da Prefeitura do Município, observando a legislação municipal integrante do PDM.			
3.6	Adotar estratégias para a ampla divulgação e disponibilização do PDM aprovado, junto à população, utilizando-se dos meios de comunicação locais (site oficial do Município ou exclusivo para o PDM, por exemplo), tornando claros e conhecidos os objetivos e metas que levaram o Município a adotar o novo conjunto de diretrizes, leis e projetos prioritários para investimentos e quais as relações do PDM aprovado com o dia-a-dia das pessoas físicas e jurídicas do Município.			
3.7	Realizar eventos para a popularização do PDM aprovado e disponibilizar cópias do mesmo para os segmentos organizados da sociedade civil, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Militar e também para arquitetos, engenheiros, contadores e corretores de imóveis, entre outros profissionais que atuam no Município.			
3.8	Providenciar os impressos ou arquivos digitais para consultas prévias e alvarás, laudos de vistoria, notificações, autos de infração, Habite-ses e demais modelos, conforme previsão nos instrumentos legais aprovados que compõem o PDM.			
3.9	Implantar o fluxo dos documentos/processos exigidos para a implementação do PDM aprovado, disciplinando as responsabilidades, competências, tarefas e rotinas das unidades administrativas da Prefeitura.			
3.10	Estabelecer mecanismos internos para que o PDM aprovado seja conhecido, em todos os detalhes, e técnica e legalmente entendido e defendido por toda a equipe municipal responsável por sua implementação.			
3.11	Capacitar e reciclar permanentemente os recursos humanos do Município que atuam na implementação do PDM aprovado (engenheiro, arquiteto, fiscais de obras e posturas, responsáveis pela aprovação de loteamento, desmembramentos, remembramentos, construções, ampliações, demolições, responsáveis pela liberação de alvarás de localização e funcionamento, pelo protocolo e pelo acompanhamento e controle de resultados).			
3.12	Estimular a participação da população, representada por seus segmentos organizados, no planejamento do Município através de Audiências, Conferências, Plebiscitos, Referendos e Consultas Públicas e de órgãos colegiados (Conselho de Desenvolvimento Municipal ou outros), devendo ser convocados os Conselhos para reuniões ordinárias e extraordinárias, para os casos previstos na legislação do PDM, cuidando de exarar atas dessas reuniões e emitir as Resoluções recomendadas.			
3.13	Monitorar, anualmente, a implementação do PDM utilizando como parâmetros a execução dos projetos priorizados e os indicadores administrativos, urbanísticos, de infra-estrutura, sociais e econômicos idealizados pelo PDM, com a utilização dos dados disponíveis nos bancos de dados e monitorar, a cada dez anos, o PDM como um todo e submeter os resultados à população e à Câmara Municipal.			
3.14	Implantar o Sistema de Planejamento Integrado para garantir a participação de todos os departamentos municipais, órgãos estaduais atuantes no município e a população nos processos decisórios e de formulação de estratégias para o desenvolvimento municipal, implicando eficiência ao evitar duplicidade de projetos e análises.			
3.15	Implantar o Sistema de Informações Geográficas Municipais (SIG) com base de dados sempre atualizada para planejar, implantar, monitorar, e avaliar o desenvolvimento municipal, subsidiando quaisquer tomadas de decisões.			
3.16	Definir metodologia e protocolo de trabalho integrado das secretarias municipais utilizando o SIG por meio eletrônico.			



MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ  
Plano Diretor Municipal  
Diretrizes e Proposição



3.17	Criar base de dados acessível por meio eletrônico a toda população.			
3.18	Atualizar os dados referentes ao Município a medida que forem produzidos.			
3.19	Elaborar Plano Diretor de Tecnologia da Informática.			
3.20	Interligar em rede todo poder municipal.			
3.21	Prover Internet em todos os computadores dos órgãos da administração Municipal e terminal de consulta.			
3.22	Informatizar a administração tributária.			
3.23	Atualizar a planta genérica de valores.			
3.24	Fazer recadastramento imobiliário.			
3.25	Regularizar loteamentos dos distritos, provendo registro legal dos imóveis.			
3.26	Atualizar o código tributário.			
3.27	Incluir as prioridades de investimentos decorrentes do PDM no Plano Plurianual (PPA), nas Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Orçamento Anual (LOA), instrumentos atuais e seguintes, para a viabilização de ações institucionais e de investimentos em infra-estrutura e equipamentos urbanos e rurais para a consecução das diretrizes, objetivos e metas do PDM.			
3.28	Reformar prédio da Prefeitura.			
3.29	Implantar o Plano de Cargos e Carreiras.			
3.30	Elencar três representantes da administração pública e seis representantes da sociedade civil para comporem o Conselho de Desenvolvimento Municipal.			
<b>AÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL</b>				
3.31	Acompanhar a aplicação da legislação municipal relativa ao planejamento e desenvolvimento territorial, também propondo sobre a atualização ou a complementação do Plano Diretor Municipal.			
3.32	Acompanhar políticas setoriais integradas que tenham relação com o desenvolvimento territorial do Município.			
3.33	Definir prioridades na aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento.			
3.34	Examinar a viabilidade dos projetos do poder público.			
3.35	Analisar e aprovar projetos de empreendimentos de impacto significativo, incluindo indicação de medidas compensatórias ou mitigadoras e alterações que entender necessário, sem prejuízo das demais aprovações previstas na legislação.			

## **4. DESENVOLVIMENTO FÍSICO-TERRITORIAL**



O desenvolvimento físico-territorial depende do instrumento de ordenação e indução territorial do desenvolvimento do Município, levando em conta a distribuição atual dos usos do solo, das densidades demográficas, da infra-estrutura, de equipamentos urbanos e de equipamentos comunitários e o controle do meio ambiente. Consideram-se ainda, em Três Barras do Paraná, o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Reservatório e Entorno da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias e a correspondente Portaria do IAP (Instituto Ambiental do Paraná) nº 146 de 06 de outubro de 2006. Sendo assim, cada zona ou macrozona definida tem traçadas diretrizes dentro do planejamento territorial estando definida através de:

- Macrozoneamento Municipal: envolve todo o território municipal e o divide em regiões, tanto urbanas quanto rurais. A divisão das regiões é caracterizada por separar grandes porções de terra onde predominem as seguintes ocupações do solo não coexistentes: atividades primárias, o patrimônio ambiental e, por fim, os agrupamentos humanos. (mapa em anexo)
- Macrozoneamento Urbano: restrito às áreas contidas nos perímetros urbanos, corresponde ao território caracterizado pelo processo de urbanização (ajuntamento de residências, comércio, serviços públicos e privados, entre outras atividades humanas), onde deve ser implantado um modelo de ordenamento que promova, através de melhor densificação, a qualidade dos bairros, viabilizando a otimização do uso da infra-estrutura e dos investimentos públicos e privados. (mapa em anexo)

#### **Diretrizes do Ordenamento Territorial:**

- Promover a preservação, conservação e qualificação ambiental;
- Implantar um sistema de planejamento municipal que promova o desenvolvimento territorial de forma organizada e equilibrada, em harmonia com os municípios vizinhos;
- Descentralizar as oportunidades geradas pela urbanização e pelas ações de transformação do território, evitando que as zonas se caracterizem por uso excessivamente restrito;
- Reestruturar e revitalizar os espaços inadequadamente transformados pela ação humana;
- Realizar a adequada integração entre as pessoas, o ambiente natural, os espaços transformados pela ação humana e o sistema de produção de atividades;
- Qualificar os espaços de moradia com a adequada integração ao ambiente natural e às bacias hidrográficas;



- Otimizar o aproveitamento das potencialidades territoriais do Município e da infraestrutura instalada;
- Aplicar instrumentos previstos no Estatuto da Cidade;
- Recuperar os investimentos do Poder Público, dos quais tenha resultado valorização de imóveis urbanos;
- Adequar o sistema viário determinando categorias de uso;
- Garantir a mobilidade urbana através da integração do sistema viário com o sistema de transporte.

## MACROZONEAMENTO MUNICIPAL

### 1. Macrozona de Atividades Agrossilvipastoris 1

Fica definida como Macrozona de Produção Rural aquela destinada às atividades de agricultura, pecuária, silvicultura e extrativismo. Esta macrozona apresenta porções com restrições de uso devido à presença do Parque Estadual do Guarani e da represa da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias.

As políticas ambientais e as de incentivo ou proibição de atividades, definidas e praticadas pelos órgãos competentes, respeitarão a subdivisão territorial em microbacias segundo o EMATER (Instituto Paranaense de Assessoria Técnica e Extensão Rural). Além disso, deve ser observado o zoneamento agrícola do estado.

#### DIRETRIZES:

- Compatibilizar os usos com a proteção ambiental;
- Estimular atividades econômicas estratégicas e ecologicamente equilibradas;
- Incentivar a implantação de atividades rurais diversificadas com aumento da produtividade;
- Promover a cidadania e a qualidade de vida da população rural, estimulando à permanência dos trabalhadores agrícolas na área rural, evitando a migração para a cidade;
- Estimular as culturas em cada microbacia segundo a identificação das potencialidades para cada solo, promovendo o ordenamento do uso e ocupação do solo rural.

### 2. Macrozona de Atividades Agrossilvipastoris 2

A Macrozona de Produção Rural Especial engloba as áreas que congregam uso agropecuário e ocupação com características urbanas, resultantes de programas relacionados a reforma agrária.

Em Três Barras do Paraná, há três áreas: a Vila Rural (de programa da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR) e dois assentamentos (um do Instituto



Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – e outro da Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL).

**DIRETRIZES:**

- Manter as características dos programas originários;
- Destinar os lotes, em caso de transferência, para as famílias selecionadas pelos programas correspondentes;
- Fomentar a organização entre os proprietários.

**3. Macrozona de Produção Industrial**

Tornam-se Macrozona de Produção Industrial os lotes voltados para a Rodovia PR-484, configurando eixo com o objetivo de estimular o desenvolvimento de atividades da agroindústria, estando sujeitas à legislação ambiental, anuência o Instituto Ambiental do Paraná e do Poder Executivo Municipal para sua implantação.

**DIRETRIZES:**

- Estimular atividade de geração de emprego e renda para os pequenos produtores rurais;
- Fomentar a implantação de agroindústrias;
- Apoiar a instalação de parques industriais;
- Minimizar impactos antrópicos e ambientais;
- Priorizar a implantação de indústrias que incorporem mão-de-obra local nos diferentes níveis de formação;
- Respeitar a faixa de domínio da rodovia para locação do estabelecimento com previsão de adequações viárias e execução de vias marginais.

**4. Macrozona de Controle Ambiental**

Inserem-se na Macrozona de Controle Ambiental as áreas que representam risco ambiental, como:

- Aterro sanitário;
- Depósito de resíduos da construção civil;
- Antigo depósito de lixo;
- Cemitério;
- Cascalheira;
- Pedreira.

**DIRETRIZES:**

- Estabelecer normas de controle ambiental;



- Definir ações de recuperação imediata, em casos de contaminação, erosão e outros conflitos já existentes;
- Garantir qualificação da área para utilização pública após vida útil definida.

## 5. Macrozona de Recuperação e Preservação de Mata Nativa

Ficam definidas como Macrozona de Recuperação e Preservação de Mata Nativa:

- Faixas de preservação permanente ao longo dos cursos d'água;
- Ilhas formadas com a represa da Usina Hidrelétrica;
- Parque Estadual Guarani;
- Parte do entorno do Rio Guarani com remanescentes florestais mais expressivos e confrontantes com o Parque;
- Porções preservadas de vegetação nativa, incluindo reservas legais.

Tais áreas não são parceláveis nem edificáveis, sendo as intervenções humanas restritas a correções em sistemas de escoamento de águas pluviais, de saneamento básico, de combate à erosão e a equipamentos de suporte às atividades de recreação, desde que públicos e preferencialmente sem grande movimentação de terra ou impermeabilização, seguindo a legislação ambiental federal pertinente.

As áreas com exploração agrossilvipastoril poderão ser mantidas, sem ampliação.

### DIRETRIZES:

- Garantir a máxima preservação dos ecossistemas naturais;
- Estimular atividades econômicas estratégicas ecologicamente viáveis, como turismo de aventura e pesquisa/extensão na área de ciências biológicas;
- Permitir usos de eco-turismo, educação ambiental, estudos científicos, etc.
- Estimular a formação de corredores de biodiversidade, vista a inclusão do Município no Corredor de Biodiversidade Iguaçu-Paraná;
- Proibir corte raso de vegetação nativa, queimada, extrativismo, caça e outro uso ou atividade qualquer degradante ao meio ambiente ou não autorizado ou condizente com a finalidade desta zona.

## 6. Macrozona de Proteção Ambiental

Esta macrozona diz respeito à área do reservatório demarcada por Plano Ambiental de Conservação e Uso do Reservatório e Entorno da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias e Portaria do IAP nº 146 de 06 de outubro de 2006.

### DIRETRIZES:

- Garantir a máxima preservação dos ecossistemas naturais;



- Proibir pesca, navegação que não seja relacionada a acompanhamentos limnológicos ou ictiológicos, e outro uso ou atividade qualquer degradante ao meio ambiente ou não autorizado ou condizente com a finalidade desta zona;
- Permitir usos de ecoturismo, educação ambiental, estudos científicos, etc.

### **7. Macrozona de Piscicultura**

A macrozona de piscicultura, conforme o Plano de Salto Caxias, deve ser definida em áreas de remanso como estímulo a esta atividade rentável realizada com granjas aquáticas respeitando as leis concernentes.

#### **DIRETRIZES:**

- Garantir a máxima preservação dos ecossistemas naturais;
- Restringir a criação a somente espécies nativas ou já aclimatadas;
- Desenvolver estudos sobre capacidade de biomassa e monitoramento da ictiofauna;
- Proibir navegação que não seja relacionada à aquicultura.

### **8. Macrozona de Usos Múltiplos**

A macrozona de usos múltiplos definida pelo Plano de Salto Caxias contém a parte do reservatório em que não há incentivo à pesca, nem restrições como na área de preservação.

#### **DIRETRIZES:**

- Incentivar a utilização do potencial do lago artificial;
- Garantir a segurança das populações e do ambiente natural do entorno do lago;
- Respeitar especificações contidas no Plano Ambiental de Conservação e Uso do Reservatório e Entorno da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias.

### **9. Macrozona de Turismo e Lazer**

O Plano de Salto Caxias também define macrozonas de turismo e lazer em locais que atendem certos requisitos de infra-estrutura. Este Plano Diretor inclui outras áreas propícias e que também apresentam ocupação considerável.

#### **DIRETRIZES:**

- Respeitar especificações de infra-estrutura de lazer contidas no Plano Ambiental de Conservação e Uso do Reservatório e Entorno da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias;
- Fazer cumprir as leis ambientais pertinentes, principalmente de APP (área de preservação permanente);
- Controlar ocupação com índices e taxas, observando o Plano de Salto Caxias;
- Atender as exigências da lei de parcelamento municipal.



## 10. Macrozona de Uso Urbano

Fica definida como macrozona urbana e urbanizável aquela destinada à aglomeração de moradia, trabalho, comércio, serviço, lazer e circulação definido pelo perímetro urbano.

### DIRETRIZES:

- Otimizar a infra-estrutura urbana instalada;
- Condicionar o crescimento urbano à capacidade de oferta de infra-estrutura urbana;
- Orientar o processo de expansão urbana;
- Permitir o pleno desenvolvimento das funções urbanas;
- Garantir o desenvolvimento da gestão da política urbana;
- Permitir o acesso à infra-estrutura urbana.

## 11. Macrozona de Cinturão Verde

A macrozona do cinturão verde compreendida pela área ao redor do perímetro urbano numa faixa de 500 metros de largura, tem objetivo de amenizar os conflitos entre as atividades rurais e urbanas.

### DIRETRIZES:

- Garantir e salvaguardar a saúde e bem estar da comunidade urbana;
- Disciplinar o manejo das atividades rurais ali exploradas;
- Proibir atividades produtivas que utilizam queimadas ou defensivos agrícolas que podem comprometer a população urbana;
- Propiciar o bom fornecimento de produtos perecíveis;
- Incentivar as atividades agrícolas que desenvolvem produtos orgânicos, preferencialmente hortifrutigranjeiros.

## MACROZONEAMENTO URBANO

### 1. Macrozona Residencial Consolidada

A Macrozona Residencial Consolidada compreende a área de ocupação já consolidada e constitui a maior parte da área residencial central.

Ficam permitidas nesta macrozona a ocupação residencial controlada e atividades produtivas voltadas às atividades de lazer, cultura e esporte que não sejam incômodas.

### DIRETRIZES:

- Controlar a ocupação através de coeficientes de aproveitamento e taxa de permeabilidade;
- Controlar o adensamento e a instalação de atividades geradoras de tráfego;



- Estimular e orientar a utilização de materiais que favorecem a permeabilidade do solo nas calçadas, pistas de rolamento e praças;
- Melhorar a acessibilidade e mobilidade urbana;
- Implantar áreas verdes e de lazer público e conservar as existentes.

## 2. Macrozona Produtiva

Caracterizada pela instalação de atividades de produção econômica de pequeno e médio porte, a Macrozona Produtiva localiza-se principalmente ao longo das principais vias da área urbana.

### DIRETRIZES:

- Controlar a ocupação através de coeficientes de aproveitamento e taxa de permeabilidade;
- Controlar o adensamento e a instalação de atividades geradoras de tráfego;
- Incentivar o uso semi-público das propriedades e a interação entre espaços público e privado;
- Melhorar o calçamento e adequar o mobiliário urbano de forma a facilitar a acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais;
- Valorizar paisagisticamente.

## 3. Macrozona de Recuperação e Preservação de Fundo de Vale

A Macrozona de Recuperação e Preservação de Fundo de Vale engloba faixa 30 metros de largura em cada margem dos córregos urbanos (os fundos de vale).

### DIRETRIZES:

- Relocar a população que se encontra instalada na área, obedecendo a diretrizes e proposições relativas à defesa civil definidas neste volume;
- Recuperar a área ambientalmente;
- Fazer revitalização paisagística e recreativa do local.

## 4. Macrozona de Expansão Urbana

Esta macrozona caracteriza-se pelas áreas propícias ao crescimento da malha urbana em Três Barras do Paraná, principalmente com uso residencial, pois são contíguas a bairros já consolidados, distanciadas de atividades industriais que possam gerar incômodo, além de apresentarem declividades aceitáveis.

Em respeito ao art. 3º, da Lei 6766 de 1979, é somente admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas ou de expansão urbana, assim definida por lei municipal; áreas que não sejam: terrenos alagadiços e sujeitos a inundação, antes de tomadas às providências para assegurar o escoamento das águas; terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam



previamente saneados; terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas as exigências específicas das autoridades competentes; terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação; área de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.

#### DIRETRIZES:

- Garantir continuidade das vias nos próximos loteamentos principalmente às vias arteriais e coletoras;
- Garantir a reserva de área pública para instalação de equipamentos públicos e áreas verdes;
- Garantir a justa distribuição dos equipamentos públicos;
- Observar infra-estrutura mínima exigida na lei de parcelamento do solo.

#### PERÍMETRO URBANO

O perímetro urbano da sede de Três Barras do Paraná fica ampliado a vários lotes adjacentes à malha urbana atual devido à necessidade de construção de novas unidades habitacionais para sanar o déficit e a relocação dos ocupantes dos fundos de vale.

Os novos lotes urbanos atendem as previsões da dinâmica demográfica e trazem reserva de área suficiente para moderar a economia imobiliária.

Quanto aos distritos do Município, propõem-se neste volume do PDM traçados para seus perímetros urbanos com base nos mapas de projeto de loteamento em posse da Prefeitura Municipal, sendo necessário, portanto, o mapeamento georreferenciado para definição precisa dos mesmos.

#### SISTEMA VIÁRIO URBANO E MUNICIPAL

As propostas para o ordenamento do sistema viário definem eixos de circulação contínua dentro da malha urbana atual, sendo projetados além do perímetro urbano como diretrizes para futuros loteamentos, com intuito de garantir acesso e circulação aos diversos pontos da malha urbana e evitar desapropriações no futuro.

As diretrizes procuram respeitar a topografia local e a harmonia com o sistema viário atual, conforme mapa de ordenamento do sistema viário urbano.

Os eixos recebem uma hierarquia viária sendo composta de rodovias, vias de estruturação municipal, vias arteriais, vias coletoras e locais, onde cada uma delas tem sua função e dimensão própria.



---

DIRETRIZES:

- Induzir o desenvolvimento pleno da área urbana do Município, através de uma compatibilização coerente entre circulação e zoneamento de uso e ocupação do solo, face à forte relação existente entre o ordenamento do sistema viário e o estabelecimento das condições adequadas ao desenvolvimento das diversas atividades no meio urbano;
- Adaptar a malha viária existente às melhorias das condições de circulação;
- Hierarquizar as vias urbanas, bem como implementar soluções visando maior fluidez no tráfego de modo a promover segurança e conforto;
- Eliminar pontos críticos de circulação, principalmente em locais de maiores ocorrências de acidentes;
- Adequar os locais de acesso pública às pessoas com necessidades especiais;
- Garantir acessibilidade universal nos passeios públicos.

### 1. Vias Estruturais

As vias estruturais, geralmente de responsabilidade da União ou do Estado, são as que, no interior do Município, estruturam o sistema de orientação dos principais fluxos intermunicipais de carga e de pessoas. São vias rápidas de tráfego pesado em que a travessia de pedestre deverá ser ressaltada por sinalização horizontal e vertical.

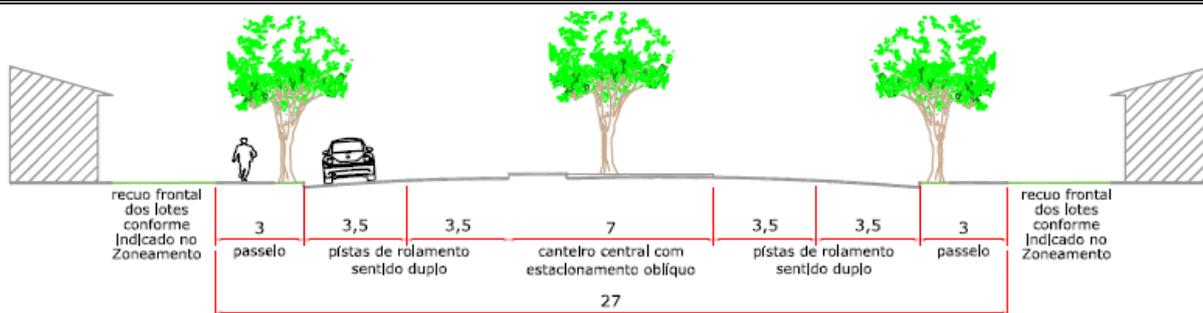
A faixa de domínio a ser respeitada nas propriedades lindeiras a estas vias é de 15 metros a partir do eixo. As vias de estruturação municipal deverão comportar, no mínimo, duas pistas de rolamento para veículos de carga, duas pistas de acostamento para veículos de carga.

As vias estruturais são as rodovias estaduais PR-471 e PR-484.

### 2. Vias Arteriais

As vias arteriais são vias que tem a finalidade de canalizar o tráfego principal distribuindo-o às vias coletoras e locais, e que na área urbana ou na rural interligam, respectivamente, bairros e distritos.

Devem atender, no mínimo, quatro pistas de rolamento, dois passeios para pedestres e canteiro central, preferencialmente com estacionamento oblíquo, conforme figura abaixo.



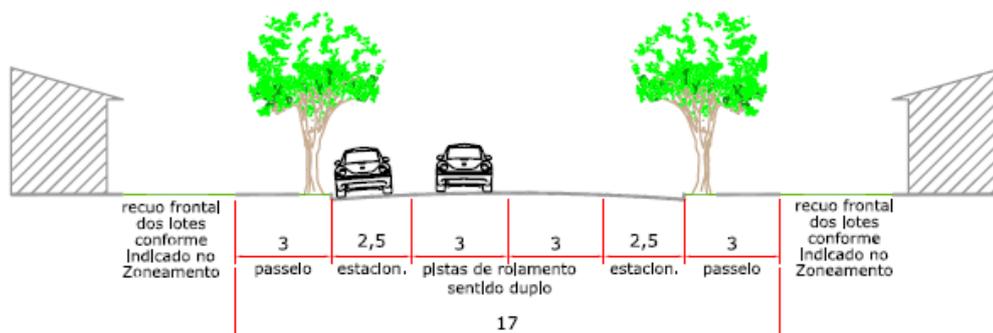
**Figura 1 – Vias Arteriais**  
Fonte: Acervo da DRZ Consultores Associados

Em Três Barras do Paraná são vias arteriais as avenidas Brasil, Paraná e São Paulo.

#### 4. Vias Coletoras

As vias coletoras têm por finalidade coletar o tráfego das locais e conduzir às arteriais e também distribuir o fluxo às locais do Município. Esta característica de origem-destino determina a hierarquia viária em Três Barras do Paraná conforme mapa de Sistema Viário Urbano. As vias coletoras têm preferência sobre as vias locais.

A configuração ideal para este tipo de via contempla, no mínimo, duas pistas para veículos de carga, duas pistas de estacionamento e dois passeios conforme figura abaixo.



**Figura 2 – Vias Coletoras**  
Fonte: Acervo da DRZ Consultores Associados

São vias coletoras as ruas Castelo Branco, Ângelo Boareto, das Margaridas, das Araras e Sobradinho.

#### 5. Vias Locais

As vias locais são caracterizadas pelo baixo volume de tráfego e pela função prioritária de acesso às propriedades. Nos futuros loteamentos, faz-se necessária a observação de continuidade de maior parte das vias existentes contendo, no mínimo, duas pistas para veículos leves, duas pista de estacionamento para veículos e dois passeios conforme figura abaixo.

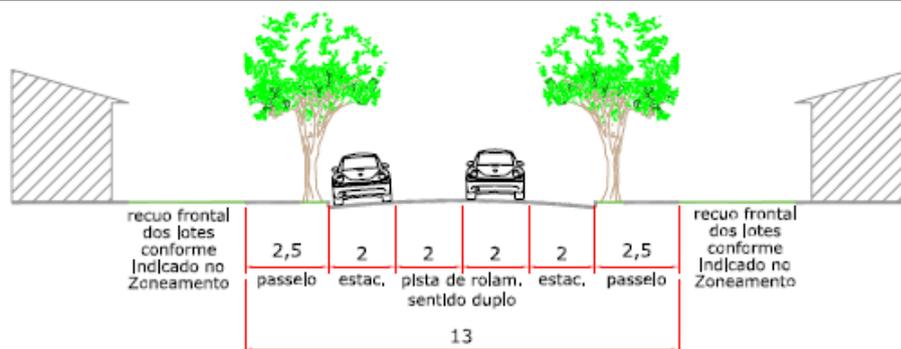


Figura 3 – Vias Locais

Fonte: Acervo da DRZ Consultores Associados

## 6. Passeios Públicos

O passeio público é parte da via pública destinada ao uso exclusivo de pedestre. Deverá ser garantida a qualidade na execução do passeio, bem como da sua manutenção, sendo proibido a criação de degraus, rebaixamentos, buracos ou obstáculos de qualquer natureza ou dimensão. Nos lotes de esquina, deverá ser prevista a execução de rampas para garantir a acessibilidade de portadores de necessidades especiais conforme as normas especificadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), Norma Brasileira NBR 9050, apresentadas na figura 31.

A largura dos passeios deverá ser determinada pelo perfil de cada via conforme especificados nas figuras 1, 2 e 3. Deverão ser arborizados com espécies apropriadas, e as árvores deverão ter distância média entre si de dez metros (10 m) e contar com espaço livre de calçamento ao seu redor de no mínimo 30 cm de raio. Preferencialmente, tal área permeável deve ser contínua, conformando o que se chama “calçada ecológica”. Sua posição no passeio pode ser junta ao meio-fio, ou central onde for possível 1,20 m de circulação em cada lado. Esta faixa de vegetação rasteira é interrompida somente pelas rampas de acesso a veículos e pessoas com necessidade especiais conforme figura 4.

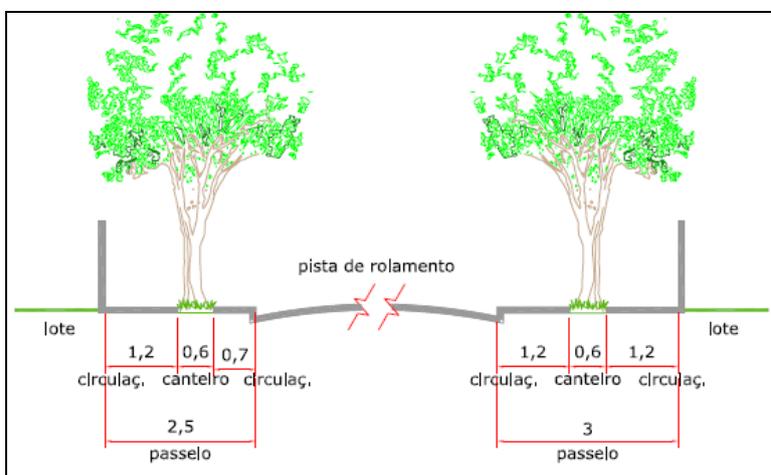


Figura 4 – Passeio ecológico

Fonte: DRZ Geotecnologia e Consultoria

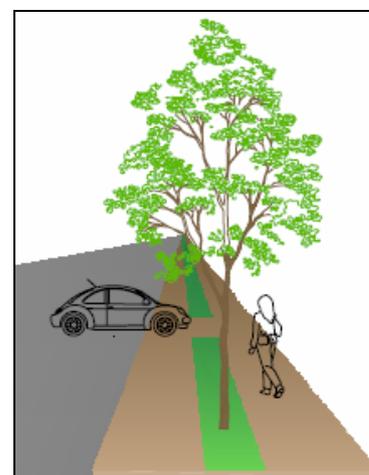


Figura 5 – Perspectiva

Fonte: DRZ



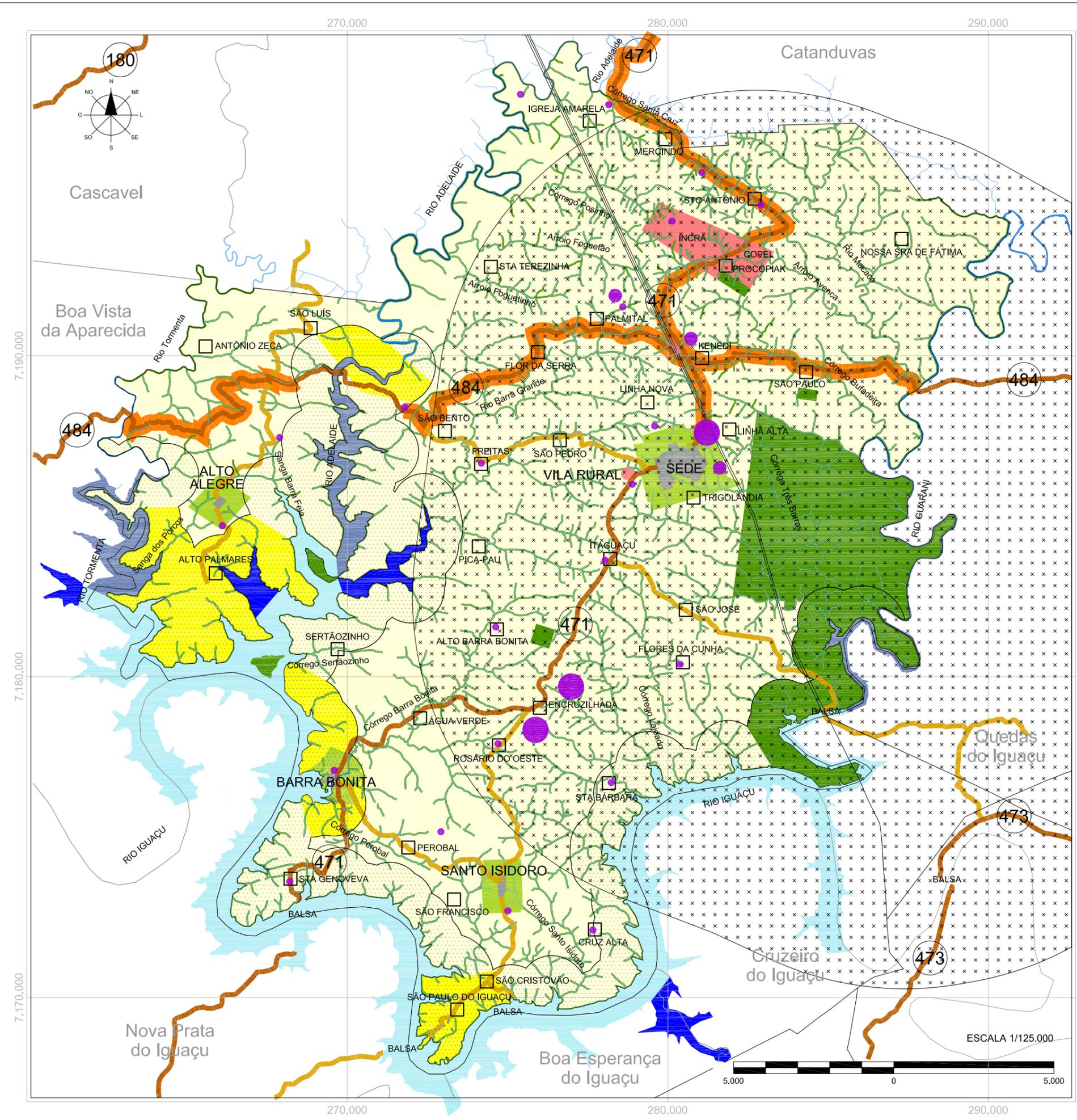
PROPOSIÇÕES:

N°	DESCRIÇÃO	PRAZO		
		CURTO	MÉDIO	LONGO
4.1	Realizar mapeamentos georreferenciados dos distritos Alto Alegre, Barra Bonita e Santo Isidoro para a descrição dos perímetros propostos.			
4.2	Elaborar projeto de sinalização viária para adaptação das novas diretrizes.			
4.3	Adquirir e executar a nova sinalização urbana.			
4.4	Adequar passeios públicos a NBR 9050.			
4.5	Readequação da estrada ao distrito Alto Alegre.			
4.6	Readequação da estrada ao distrito Barra Bonita.			
4.7	Readequação da estrada ao distrito Santo Isidoro.			



---

**ANEXO – MAPAS**



## LEGENDA

FONTE: IPARDES

- Limite municipal de Três Barras do Paraná
- Rios principais
- Córregos
- Rodovias estaduais
- Rodovias municipais principais
- Linha de transmissão de energia elétrica de alta tensão
- Comunidades rurais
- ▨ Área de Entorno do Lago da Usina Hidrelétrica (largura = 1 km)
- ▨ Área de Amortecimento do Pq Estadual Guarani (largura = 10 km)
- Macrozona de Atividades Agrossilvipastoris 1
- Macrozona de Atividades Agrossilvipastoris 2
- Macrozona de Produção Industrial
- Macrozona de Controle Ambiental
- Macrozona de Recuperação ou Presevação de Mata Nativa
- Macrozona de Proteção Ambiental
- Macrozona de Psicultura
- Macrozona de Usos Múltiplos
- Macrozona de Turismo e Lazer
- Macrozona de Uso Urbano
- Macrozona do Cinturão Verde



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Três Barras do Paraná

**Plano Diretor Municipal**

Mapa:  
**Macrozoneamento Municipal**

Consultoria Contratada:  
**DRZ - Gestão de Cidades**

Responsável Técnico:  
**Luciana Quevedo Nunes**

Data: 2007

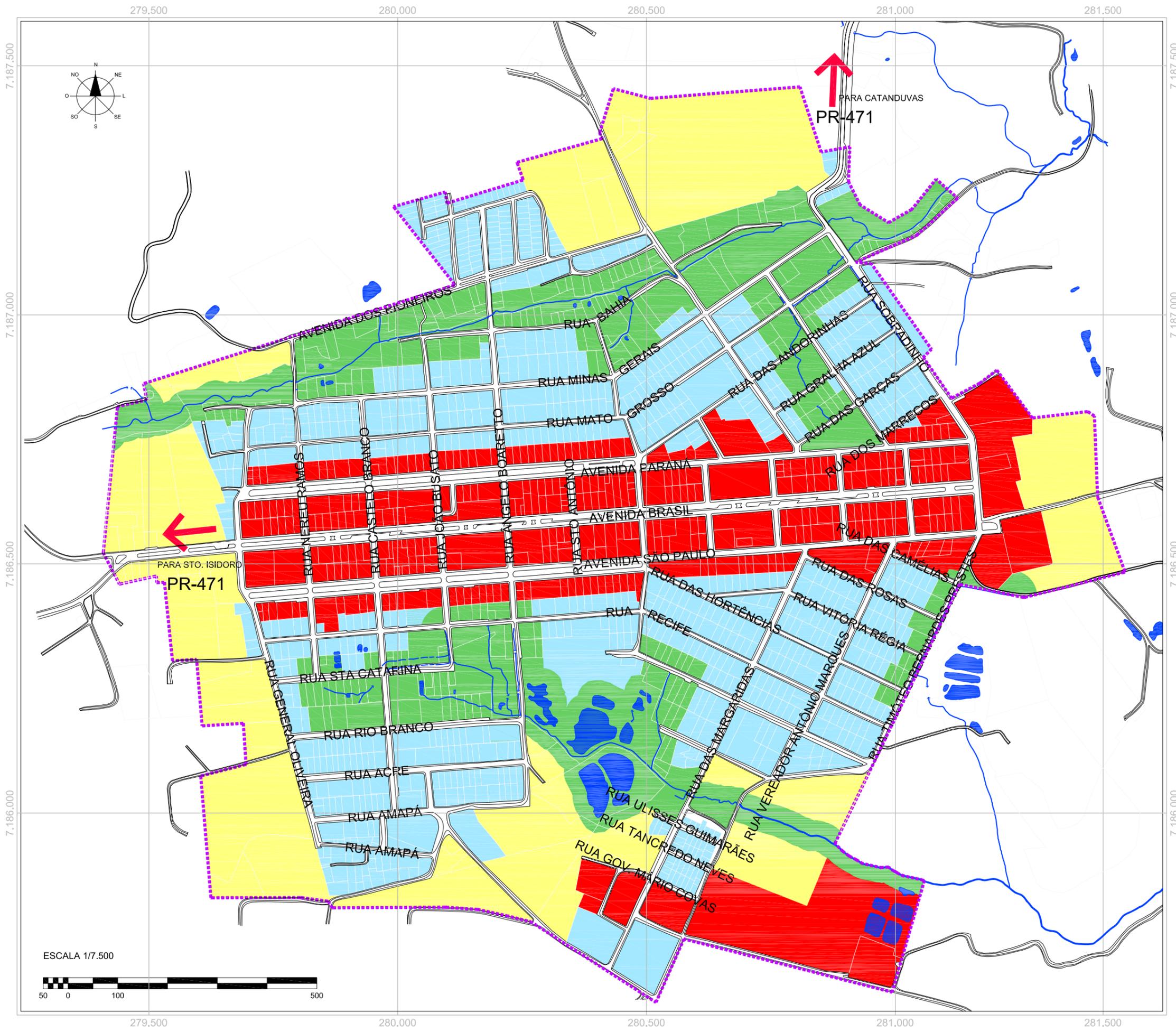
Prancha nº: 1



www.drz.com.br

ESCALA 1/125.000

CREA-RS 104464/D - 64462V/PR



# LEGENDA

FONTE: COPEL E PREFEITURA MUNICIPAL

- - - Perímetro Urbano
- Córregos
- Açude / alagado / mangue
- Macrozona Produtiva
- Macrozona de Expansão Urbana
- Macrozona de Recuperação e Preservação de Fundo de Vale
- Macrozona Residencial Consolidada



Município: Três Barras do Paraná

**Plano Diretor Municipal** Data: 2007

Mapa: Prancha nº: 2

**Macroz. Urbano - Sede**

Consultoria Contratada:  DRZ

**DRZ - Gestão de Cidades** www.drz.com.br

Responsável Técnico:

**Luciana Quevedo Nunes** CREA RS 104464/D  
64462V/PR

266.000

266.500

7.185.500

7.185.500

7.185.000

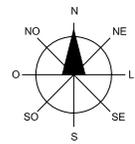
7.185.000

266.000

266.500



PARA SEDE TRÊS BARRAS DO PARANÁ



PARA DISTRITO BARRA BONITA



# LEGENDA

FONTE: COPEL E PREFEITURA MUNICIPAL

- ⋯⋯⋯ Perímetro Proposto
- Macrozona Produtiva
- Macrozona de Expansão Urbana
- Macrozona de Recuperação e Preservação de Fundo de Vale
- Macrozona Residencial Consolidada



Município: Três Barras do Paraná

**Plano Diretor Municipal** Data: 2007

Mapa: Macroz. Urb. - Alto Alegre Prancha nº: 3

Consultoria Contratada: DRZ - Gestão de Cidades

Responsável Técnico: Luciana Quevedo Nunes

CREA RS 104464/D 64462V/PR



www.drz.com.br



# LEGENDA

FONTE: COPEL, PREF. MUNICIPAL E DIGITALGLOBE

-  Perímetro Proposto
-  Macrozona Produtiva
-  Macrozona de Expansão Urbana
-  Macrozona de Recuperação e Preservação de Fundo de Vale
-  Macrozona Residencial Consolidada

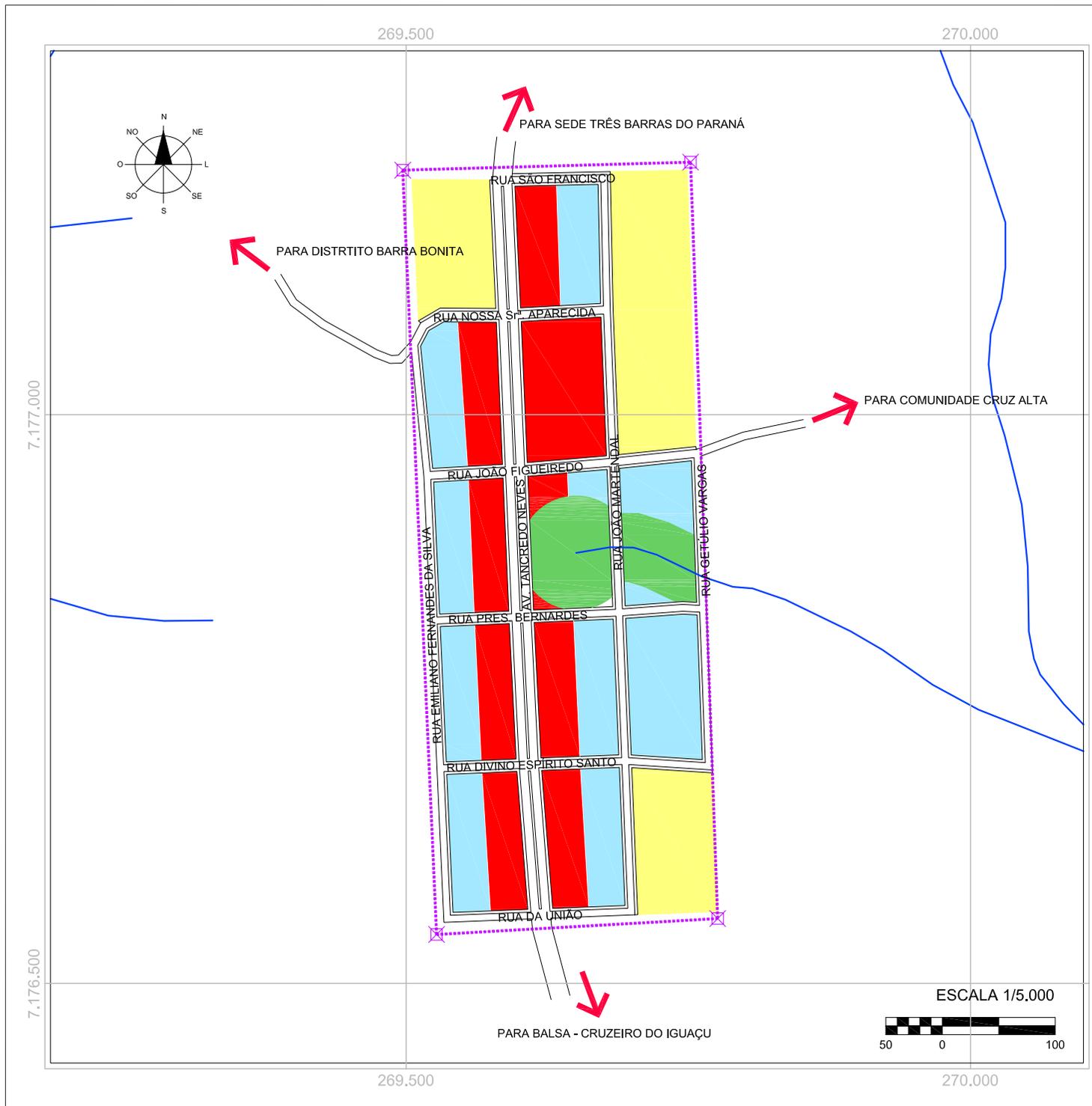


Município: Três Barras do Paraná  
**Plano Diretor Municipal** Data: 2007

Mapa:  
**Macroz. Urb. - Barra Bonita** Prancha nº: 4

Consultoria Contratada:  
**DRZ - Gestão de Cidades**  [www.drz.com.br](http://www.drz.com.br)

Responsável Técnico:  
**Luciana Quevedo Nunes** CREA RS 104464/D  
 64462V/PR



# LEGENDA

FONTE: COPEL E PREFEITURA MUNICIPAL

- ⋯⋯⋯ Perímetro Proposto
- Macrozona Produtiva
- Macrozona de Expansão Urbana
- Macrozona de Recuperação e Preservação de Fundo de Vale
- Macrozona Residencial Consolidada



Município: Trés Barras do Paraná  
**Plano Diretor Municipal** Data: 2007  
 Mapa:  
**Macroz. Urb. - Sto Isidoro** Prancha nº: 5  
 Consultoria Contratada:  
**DRZ - Gestão de Cidades** www.drz.com.br  
 Responsável Técnico:  
**Luciana Quevedo Nunes** CREA RS 104464/D  
 64462V/PR



266.000

266.500

7.185.500

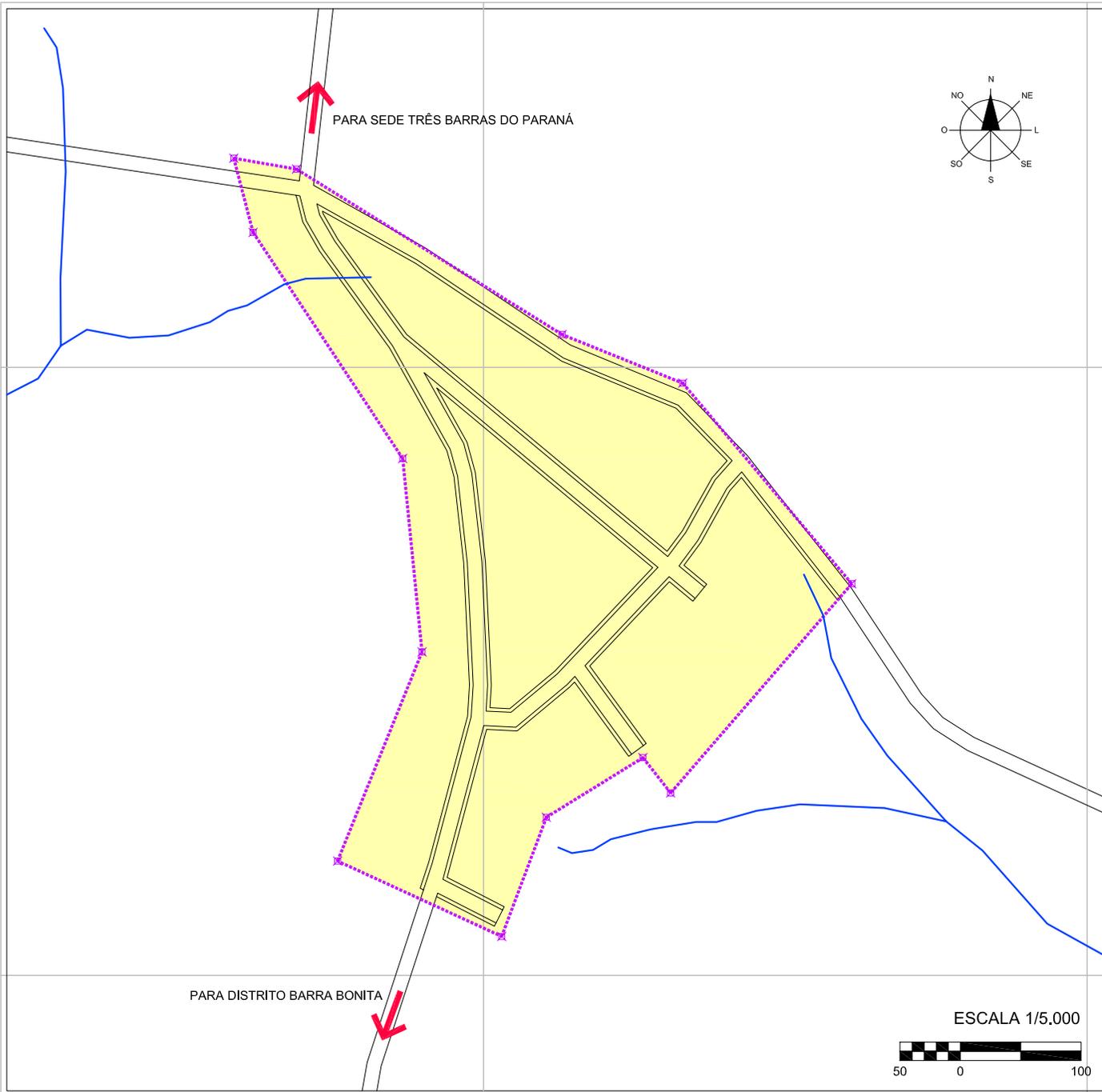
7.185.500

7.185.000

7.185.000

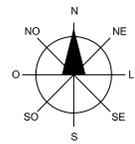
266.000

266.500



PARA SEDE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

PARA DISTRITO BARRA BONITA



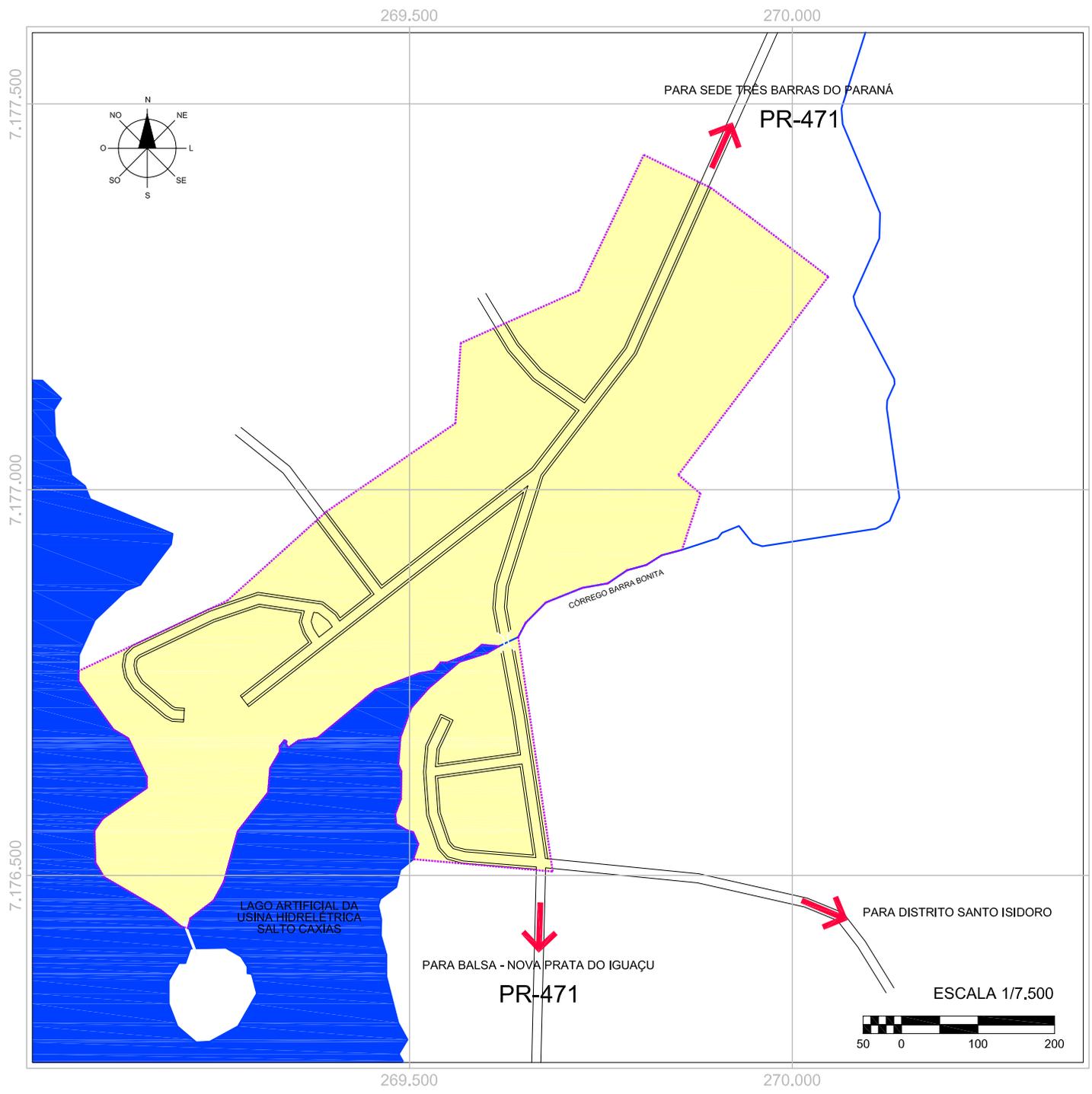
# LEGENDA

FONTE: COPEL E PREFEITURA MUNICIPAL

-  Perímetro Proposto
-  Área Urbana



Município: Três Barras do Paraná	
<b>Plano Diretor Municipal</b>	Data: 2007
Mapa:	Prancha nº: 7
<b>Perímetro - Alto Alegre</b>	
Consultoria Contratada:	
<b>DRZ - Gestão de Cidades</b>	www.drz.com.br
Responsável Técnico:	CREA RS 104464/D
<b>Luciana Quevedo Nunes</b>	64462V/PR



# LEGENDA

FONTE: COPEL, PREF. MUNICIPAL E DIGITALGLOBE

- Perímetro Proposto
- Área Urbana



Município: Três Barras do Paraná  
**Plano Diretor Municipal** Data: 2007

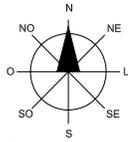
Mapa:  
**Perímetro - Barra Bonita** Prancha nº: 8

Consultoria Contratada:  
**DRZ - Gestão de Cidades** [www.drz.com.br](http://www.drz.com.br)

Responsável Técnico:  
**Luciana Quevedo Nunes** CREA RS 104464/D  
 64462V/PR

269.500

270.000



PARA DISTRITO BARRA BONITA

PARA SEDE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

PARA COMUNIDADE CRUZ ALTA

PARA BALSA - CRUZEIRO DO IGUAÇU



7.177.000

7.177.000

7.176.500

7.176.500

269.500

270.000

ESCALA 1/5.000



# LEGENDA

FONTE: COPEL E PREFEITURA MUNICIPAL

----- Perímetro Proposto

Área Urbana



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Três Barras do Paraná

Plano Diretor Municipal

Data: 2007

Mapa:

Perímetro - Sto Isidoro

Prancha nº: 9

Consultoria Contratada:

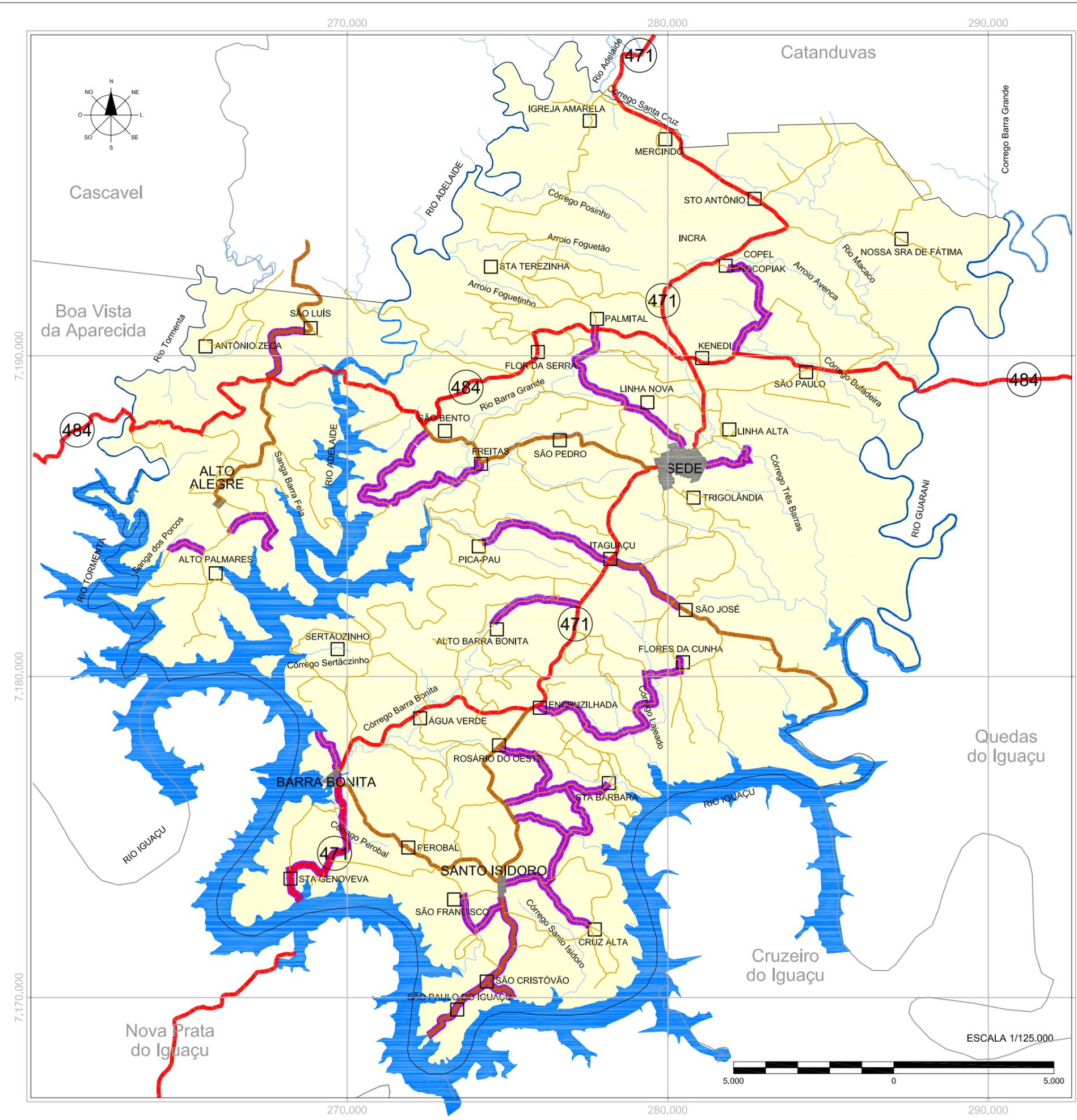
DRZ - Gestão de Cidades



Responsável Técnico:

Luciana Quevedo Nunes

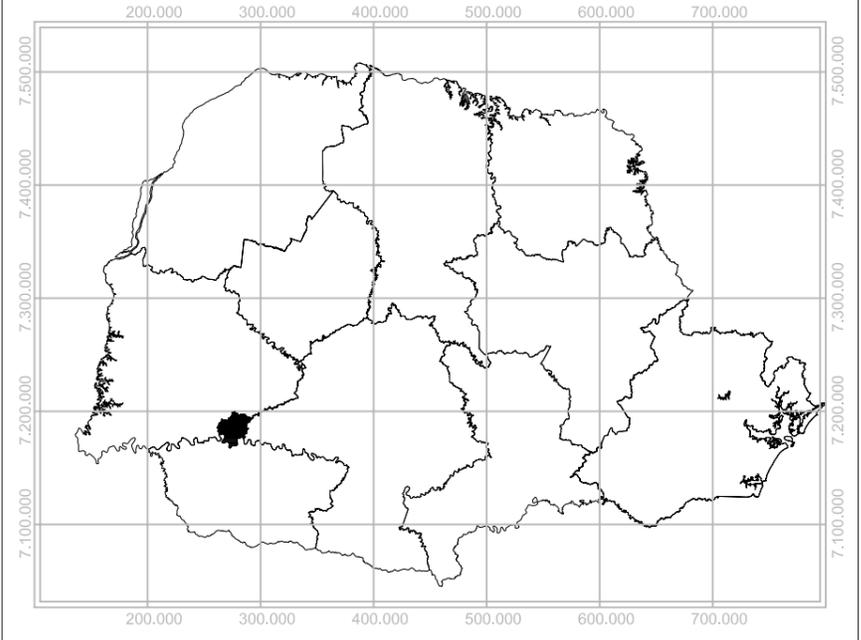
CREA RS 104464/D  
64462V/PR



## LEGENDA

FONTE: IPARDES

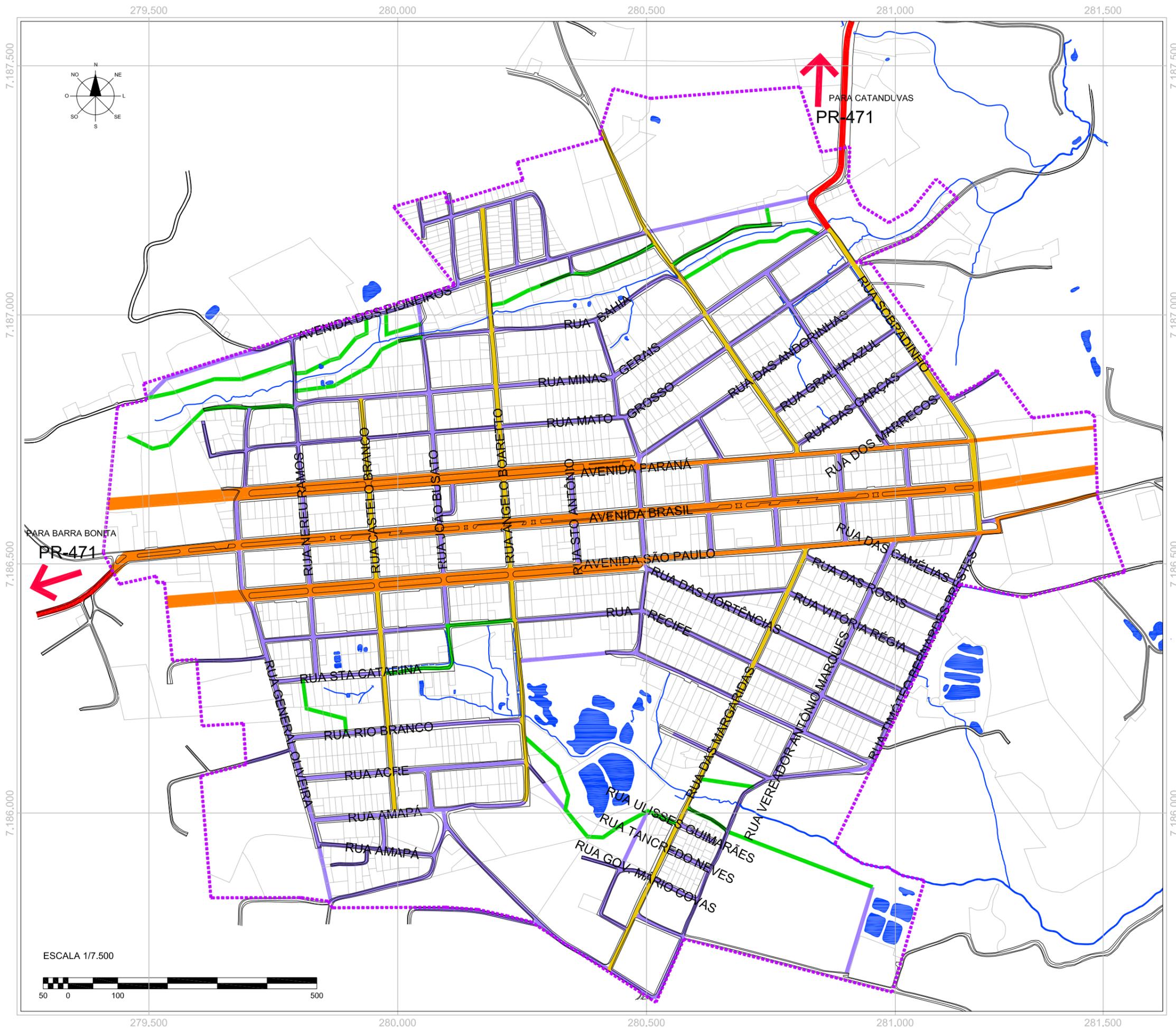
- Limite municipal de Três Barras do Paraná
- Rios principais
- Córregos
- Via Estrutural
- Via Arterial
- Via Coletora
- Estradas a pavimentar
- Comunidades rurais



Município: Três Barras do Paraná  
**Plano Diretor Municipal** Data: 2007  
 Mapa:  
**Sistema Viário Municipal** Prancha nº: 10  
 Consultoria Contratada:  
**DRZ - Gestão de Cidades**   
www.drz.com.br  
 Responsável Técnico:  
**Luciana Quevedo Nunes** CREA-RS 104464/D - 64462V/PR

ESCALA 1/125.000





### LEGENDA

FONTE: COPEL E PREFEITURA MUNICIPAL

- ⋯ Perímetro Urbano
- Córregos
- Açude / alagado / mangue
- Via Estrutural
- Via Arterial
- Via Coletora
- Via Marginal
- Via Local

Município: Três Barras do Paraná

**Plano Diretor Municipal** Data: 2007

Mapa: **Sistema Viário Urbano - Sede** Prancha nº: 11

Consultoria Contratada: **DRZ - Gestão de Cidades**  www.drz.com.br

Responsável Técnico: **Luciana Quevedo Nunes** CREA RS 104464/D 64462V/PR

266.000

266.500

7.185.500

7.185.500

7.185.000

7.185.000

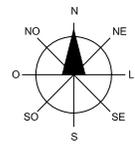
266.000

266.500



PARA SEDE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

PARA DISTRITO BARRA BONITA



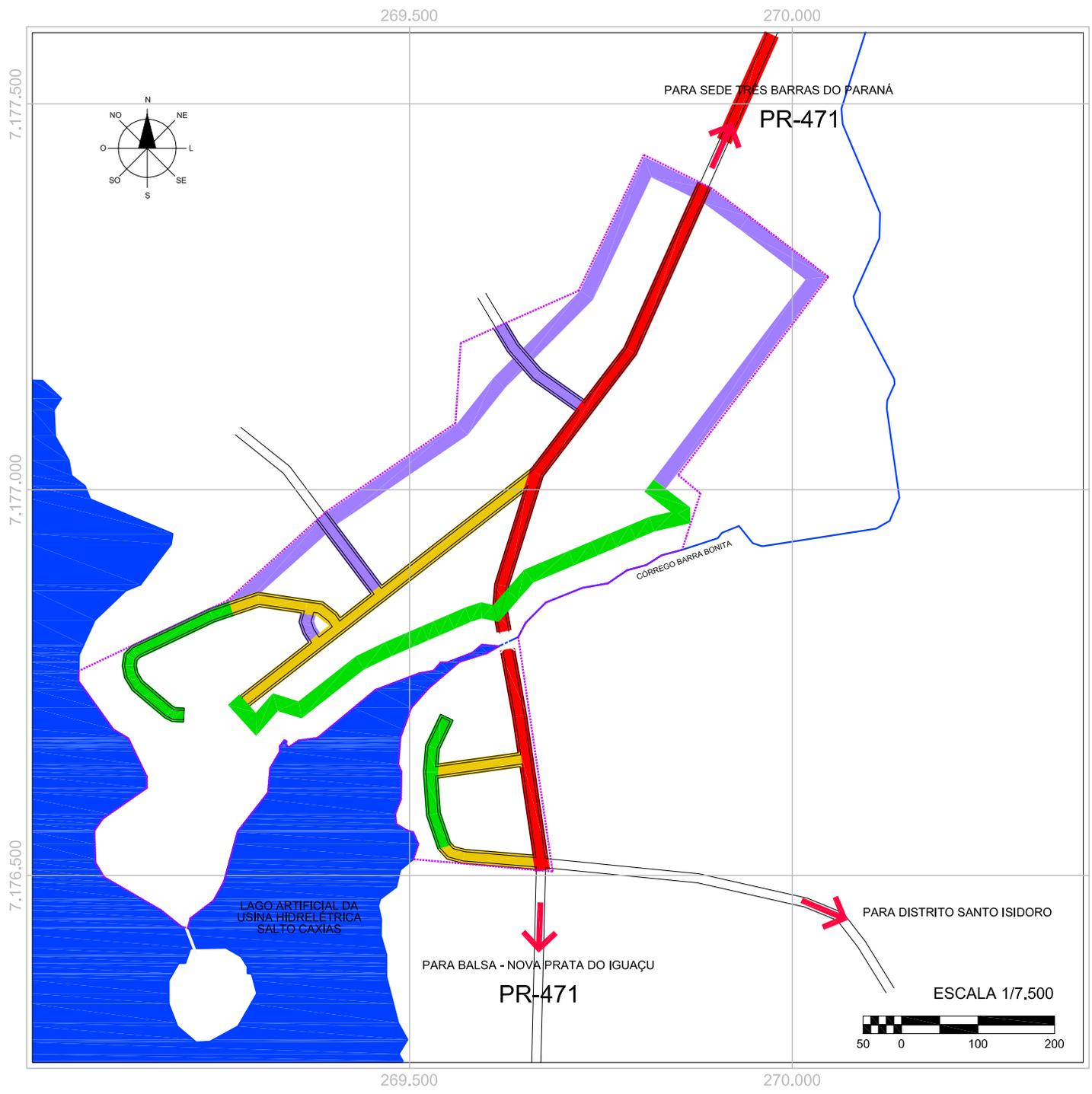
# LEGENDA

FONTE: COPEL E PREFEITURA MUNICIPAL

- ⋯ Perímetro Proposto
- Via Arterial
- Via Coletora
- Via Local



Município: Três Barras do Paraná	
<b>Plano Diretor Municipal</b>	Data: 2007
Mapa:	
<b>Sist. Viário - Alto Alegre</b>	Prancha nº: 12
Consultoria Contratada:	
<b>DRZ - Gestão de Cidades</b>	<a href="http://www.drz.com.br">www.drz.com.br</a>
Responsável Técnico:	
<b>Luciana Quevedo Nunes</b>	CREA RS 104464/D 64462V/PR



# LEGENDA

FONTE: COPEL, PREF. MUNICIPAL E DIGITALGLOBE

- ⋯ Perímetro Proposto
- █ Via Estrutural
- █ Via Arterial
- █ Via Coletora
- █ Via Local
- █ Via Marginal de Fundo de Vale



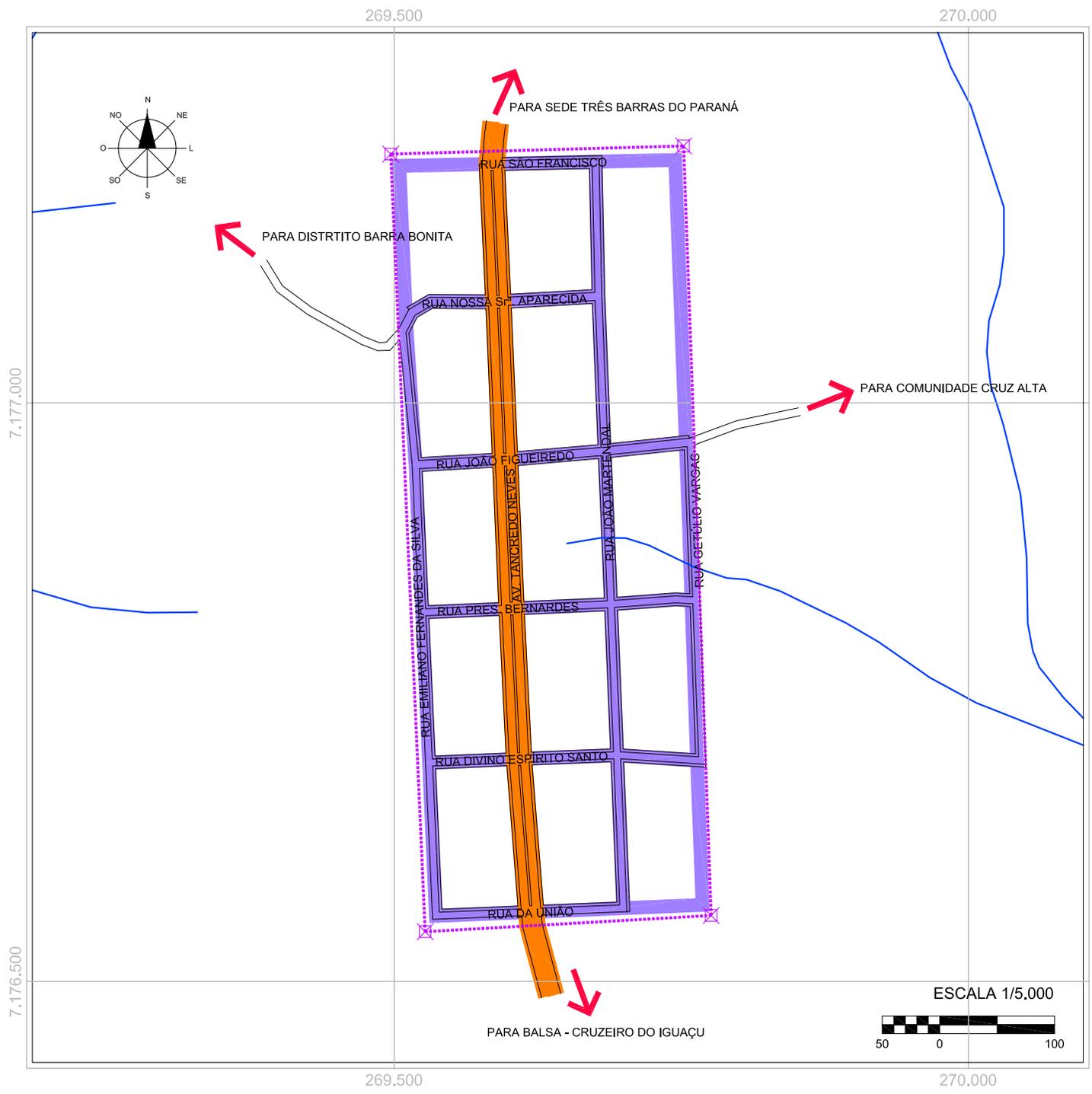
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano  
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Município: Três Barras do Paraná  
**Plano Diretor Municipal** Data: 2007

Mapa:  
**Sist. Viário - Barra Bonita** Prancha nº: 13

Consultoria Contratada:  
**DRZ - Gestão de Cidades** [www.drz.com.br](http://www.drz.com.br)

Responsável Técnico:  
**Luciana Quevedo Nunes** CREA RS 104464/D  
64462V/PR



# LEGENDA

FONTE: COPEL E PREFEITURA MUNICIPAL

- ⋯ Perímetro Proposto
- Via Arterial
- Via Local



Município: Trés Barras do Paraná  
**Plano Diretor Municipal** Data: 2007  
 Mapa:  
**Sist. Viário - Sto Isidoro** Prancha nº: 14  
 Consultoria Contratada:  
**DRZ - Gestão de Cidades** [www.drz.com.br](http://www.drz.com.br)  
 Responsável Técnico:  
**Luciana Quevedo Nunes** CREA RS 104464/D  
 64462V/PR



***Parte IV***

***Plano de Ação e Investimentos***





## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	289
<b>1. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.....</b>	<b>291</b>
Aspectos Ambientais.....	292
Aspectos de Infra-Estrutura .....	296
<b>2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL.....</b>	<b>300</b>
Econômico.....	301
Social .....	302
<b>3. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA.....</b>	<b>310</b>
Monitorização da Aprovação e Implantação da Legislação Proposta .....	312
Monitorização da Adaptação da Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal .....	315
Monitorização da Execução das Obras Previstas no P.A.I. ....	315
<b>4. ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO FÍSICO-TERRITORIAL .....</b>	<b>320</b>
<b>5. RESUMO DAS AÇÕES .....</b>	<b>323</b>
<b>6. INDICADORES E METAS PARA AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA.....</b>	<b>342</b>
<b>7. PARECER TÉCNICO.....</b>	<b>345</b>
ANEXO I - COMPORTAMENTO DAS RECEITAS 2002 A 2006.....	350
ANEXO II - COMPORTAMENTO DAS RECEITAS 2008 A 2012 .....	351



## INTRODUÇÃO

O Plano de Ação e Investimentos (PAI) trata do indicativo das ações e projetos que terão prioridade na implementação do Plano Diretor Municipal (PDM), com a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais.

Nele são apresentadas as estimativas de custos de instalação e implantação dos programas e projetos para os próximos 5 (cinco) anos e a compatibilidade destes custos com a projeção orçamentária, analisando a futura capacidade de investimento e de endividamento do Município, bem como as verbas que poderão advir de ações políticas com obtenção de recursos a fundo perdido.

No PAI Municipal são elencadas as propostas para as áreas prioritárias de atuação. É fruto das análises comunitárias e técnicas e estão divididas em medidas urbanísticas de cunho concreto, diretrizes políticas norteadoras da legislação do PDM, de suas leis complementares e de órgãos da administração municipal envolvidos nestas ações, e entidades públicas a quem a administração poderá buscar apoio. Descrevem-se as propostas segundo os temas:

- Proteção e Preservação Ambiental;
- Desenvolvimento Econômico-social;
- Desenvolvimento Institucional;
- Desenvolvimento e Ordenamento Físico-territorial.

A elegibilidade das ações e projetos prioritários deu-se através do debate dos problemas e potencialidades encontradas no território municipal e, neste processo de discussão, os principais atores foram: Equipe Técnica Municipal, Comissão de Acompanhamento, Administração Municipal, Legislativo Municipal e, fundamentalmente, a comunidade em geral, em seus diversos segmentos representativos.

Para definição do número de projetos prioritários adotou-se o critério de estabelecer as principais ações para cada tema de intervenção, respeitando, para tanto, o período dos próximos cinco anos, levando-se em consideração os seguintes indicadores:

- Construção e consolidação da estrutura urbana proposta pelo PDM;
- Melhoria nos índices sociais e econômicos;
- Modernização da administração, com redução de custos;
- Melhoria na qualificação e produtividade;
- Agilidade no atendimento da população local.

O tempo de execução das propostas está embasado conforme a prioridade de investimento considerando em cada proposta sua abrangência social e seu efeito multiplicador nos diferentes segmentos que compõem a política de



---

desenvolvimento do PDM, com objetivo de alcançar melhor aproveitamento dos investimentos e aumento da produtividade nos serviços públicos, resultando a melhoria dos indicadores sociais e econômicos.

Desta forma, as ações foram classificadas em curto (até dois anos) médio (de dois a quatro anos) e longo prazo (de quatro a cinco anos), sendo estimados valores para a execução das Medidas Urbanísticas e Políticas a serem realizadas, bem como apontadas possíveis fontes de recursos a quem a administração pública poderá recorrer, tanto para financiamento quanto para desenvolver projetos a fundo perdido.

A análise da capacidade de investimento envolve o ocorrido nos exercícios de 2002 a 2006 e a projeção do que poderá ocorrer nos anos de 2008 a 2012, demonstrando a provável evolução das receitas e despesas e o que poderá ser gasto em termos de dispêndio, com investimentos, encargos e amortizações.

Várias medidas apontadas na construção do PDM poderão ser tomadas sem custos adicionais aos que o Município já possui, bastando apenas adotar medidas administrativas de forma a racionalizar e otimizar procedimentos e ações, especialmente na área institucional, dando mais agilidade e eficiência à máquina administrativa.

# **1. PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**



Um dos princípios constitucionais fundamentais norteadores do PDM é a garantia do direito às cidades sustentáveis. O princípio de desenvolvimento sustentável passou a ser um componente fundamental do desenvolvimento territorial (urbano e rural), pelo qual os seres humanos e suas futuras gerações são o centro das preocupações e têm o direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza, conforme dispõe o princípio 1 da Agenda 21.

No Plano Diretor Municipal de Três Barras do Paraná, a proteção e preservação ambientais tornam-se a base do desenvolvimento municipal, interferindo não apenas nas ações diretas, tais como intervenção na fauna, flora e recursos hídricos, como também na definição de uso do solo, nas ações para saneamento ambiental e infra-estrutura.

## ASPECTOS AMBIENTAIS

### 1. Legislação Ambiental Municipal

A questão ambiental é tema de grande relevância, em decorrência das formas de uso/ocupação, que na maioria das vezes, não consideram as características naturais, gerando uma série de problemas sócio-ambientais. Portanto, a criação e a implantação de processos e sistemas legais de regulamentação das questões ambientais no território municipal são necessárias. O monitoramento e a fiscalização fazem parte desse processo, assim como a capacitação de funcionários municipais.

#### AÇÕES A CURTO PRAZO

1. Elaborar legislação ambiental municipal para as especificidades locais.
2. Capacitar funcionários acerca de licenciamento ambiental para auxiliarem os pedidos dos empreendimentos a serem implantados no Município, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade, onde a ocupação é controlada através da exigência de PCA (Plano de Controle Ambiental Preliminar); EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente); EIVI/RIV (Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança).  
Capacitar funcionários acerca de licenciamento ambiental para convocarem o IAP em casos irregulares.

#### AÇÕES A MÉDIO PRAZO

3. Realizar mapeamento detalhado e georreferenciado do uso do solo de maneira a gerar instrumento para a revisão do macrozoneamento e do zoneamento.

#### AÇÕES A CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

4. Aplicar penalidades às infrações definidas em lei ambiental municipal.



5. Fazer vistoria e relatório bimestrais das áreas ambientalmente frágeis, verificando (se houver): qualidade da água, adensamento vegetal, biodiversidade, situação de processos erosivos e assoreamentos, presença de edificações, ou outras intervenções humanas nocivas.

## 2. Arborização Urbana

Nas áreas urbanas de Três Barras do Paraná a arborização é bem colocada nos canteiros centrais das avenidas. No entanto, afastando-se destas, há práticas de poda drástica e eliminação sem reposição dos espécimes pelos moradores. É necessário, portanto, que não só se faça planejamento, mas também se viabilize a aplicação das novas regras, informando a população e punindo os contrários. O Plano de Arborização deve analisar a necessidade de ações concretas como elaboração de inventário e de projeto de podas, cortes e plantios. Tal documento, por sua vez, deve especificar, entre outras coisas, cada espécie a plantar nos passeios de Três Barras do Paraná. Este plano de ação e investimentos aponta a necessidade destas serem nativas e de porte pequeno se situadas sob rede elétrica (como as exemplificadas no quadro abaixo). Deve-se observar também a diversificação, evitando extermínio em massa no caso da ocorrência de doenças ou pragas.

Nome Popular	Nome Científico	Ocorrência Florestal no Município	Crescimento	Porte (m)
Araribá	<i>Centropodium tomentosum</i>	Fl. Estacional Semidecidual	Muito rápido	10-22
Cabreúva	<i>Myroxylon peruiferum</i>	Fl. Estacional Semidecidual	Moderado	10-20
Canafístula	<i>Peltophorum dubium</i>	Fl. Estacional Semidecidual	Muito rápido	15-25
Candeia	<i>Gochnatia polymorpha</i>	Fl. Estacional Semidecidual Fl. Ombrófila Mista	Rápido	6-8
Grumixama	<i>Eugenia brasiliensis</i>	Fl. Estacional Semidecidual Fl. Ombrófila Mista	Lento	10-15
Guarantã	<i>Esembeckia leiocarpa</i>	Fl. Estacional Semidecidual	Moderado	20-30
Ipê	<i>Tabebuia sp</i>	Fl. Estacional Semidecidual	Rápido	20-30
Pitangueira	<i>Eugenia uniflora</i>	Fl. Estacional Semidecidual Fl. Ombrófila Mista	Rápido	6-12
Tarumã	<i>Vitex megapotamica</i>	Fl. Estacional Semidecidual	Rápido	5-20
Uvaia	<i>Eugenia pyriformis</i>	Fl. Estacional Semidecidual	Lento	6-13

Fonte: [http://www.arvoresbrasil.com.br/?pg=lista\\_especies](http://www.arvoresbrasil.com.br/?pg=lista_especies)

Fazem parte das ações necessárias ao desenvolvimento da arborização urbana em Três Barras do Paraná ações de subsídio como treinamento de funcionários para poda e investimento no viveiro.

### AÇÕES A CURTO PRAZO

6. Treinar equipe da prefeitura para podas e retiradas de árvores.



#### AÇÕES A MÉDIO PRAZO

7. Elaborar Plano de Arborização Municipal para incrementar a arborização das vias urbanas com espécies adequadas, preferencialmente nativas.
8. Reativar no viveiro municipal plantio de mudas para paisagismo e arborização urbanos.

### 3. Educação Ambiental

A inserção da educação ambiental nas escolas difunde o conhecimento sobre o ambiente, a fim de ajudar a preservação e utilização sustentável dos seus recursos.

A educação ambiental tornou-se lei em 27 de Abril de 1999 (Lei Federal nº 9.795), que afirma no Art. 2º: *“A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”*. O Art. 1º diz: *“Processo em que se busca despertar a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, garantindo o acesso à informação em linguagem adequada, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e estimulando o enfrentamento das questões ambientais e sociais. Desenvolve-se num contexto de complexidade, procurando trabalhar não apenas a mudança cultural, mas também a transformação social, assumindo a crise ambiental como uma questão ética e política”*.

#### AÇÕES A CURTO PRAZO

9. Implantar a educação ambiental nas escolas da rede pública, através de projeto que contemple tanto atividades cognitivas (visitas a locais ambientalmente frágeis e parques ecológicos) quanto atividades práticas (plantio de árvores, coleta de material reciclável, etc).
10. Desenvolver campanhas educativas voltadas à redução do desperdício da água potável.
11. Realizar palestras com os produtores rurais para conscientização sobre uso racional da água, do solo e das matas, criando rede de vigilância coletiva.

### 4. Recuperação e Preservação Ambiental

Para um ambiente equilibrado entre natural e construído, além do controle e da disciplina do uso dos recursos naturais, hoje se deve recuperar áreas de maior importância (como margens de corpos d'água) pois a degradação configura-se como processo em estágio avançado.

A definição de prioridades na recuperação ambiental atinge os espaços mais modificados pelas atividades humanas como os corpos d'água e suas matas ciliares.



A Lei 4.771/65 – Código Florestal Brasileiro define que a mata ciliar tem a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e de flora, bem como proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. A mata ciliar é área de preservação permanente, devendo ser respeitada uma extensão específica de acordo com a largura dos rios, córregos, lagos, represas e nascentes.

Na sede de Três Barras do Paraná os fundos de vale são completamente desrespeitados, alastrando-se a invasão e até mesmo o loteamento das margens. A recuperação da faixa de preservação permanente de, pelo menos, 15 m em áreas com interesse social de acordo com a Resolução do CONAMA nº 369, é de extrema importância para a qualidade ambiental tanto natural quanto urbana, em toda sua abrangência (água, solo, vegetação, infra-estrutura, paisagem, segurança, lazer, etc.).

Quanto à preservação, ao contrário da recuperação que foca aquilo já degradado impondo multas e remediações, ações de incentivo serão necessárias para buscar a prevenção nos processos que exaurem os recursos, ou seja, deve-se economizar material e energia. Além disso, o Parque Estadual Guarani deve ter estrutura administrativa eficaz, para garantir sua viabilidade de existência permanente.

#### AÇÕES A CURTO PRAZO

1. Formar parceria entre as esferas municipal e estadual para administrar o Parque Estadual Guarani, com organograma e funções definidas dos servidores.
2. Introduzir o uso de materiais reciclados na Administração Municipal no lugar de todos aqueles passíveis de substituição.

#### AÇÕES A CURTO/MÉDIO PRAZO

3. Recuperar com intenso plantio de árvores e implantação de mobiliário de esporte e lazer (bancos, postes, lixeiras, barras de alongamento e pista de caminhada) a faixa de preservação dos córregos Trigolândia e Três Barras (posteriormente à relocação das famílias hoje instaladas irregularmente).

#### AÇÕES A CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

4. Oferecer incentivo fiscal para os proprietários das edificações implantarem a calçada ecológica.
5. Oferecer incentivos a proprietários rurais que recuperam áreas de preservação permanente.
6. Conceder benefícios fiscais para estabelecimentos comerciais ou industriais que fizerem o reuso de água, aproveitamento de energia solar ou eólica e água da chuva.



## ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA

Considerando a proteção ambiental, sabe-se que a infra-estrutura urbana interfere diretamente na qualidade de vida das pessoas e no meio ambiente. A falta de pavimentação, galerias de águas pluviais e esgotamento sanitário, além da destinação incorreta de resíduos são fatores que potencializam a degradação ambiental.

Investimentos em saneamento (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, coleta de resíduos sólidos), pavimentação e drenagem diminuem a incidência de doenças e internações hospitalares e evitam o comprometimento dos recursos hídricos do Município.

### 5. Esgoto

Em Três Barras do Paraná o esgotamento sanitário é baixo (3,96%), apesar de já existir estação de tratamento com capacidade para atender toda população urbana da sede. Nos distritos, não há rede qualquer. Em todo território, utiliza-se mais comumente o método de fossa rudimentar. Há ainda irregularidades diversas como ligações clandestinas a galerias de águas pluviais, a valas ou diretamente aos rios, além de fossas no passeio público.

A intenção no Município, portanto, é aumentar a rede trazendo o benefício da infra-estrutura aos moradores da cidade. A coleta e o tratamento do esgoto são fundamentais à qualidade de vida, pois implica melhores condições de higiene e menor degradação de corpos d'água (diretamente influenciando a qualidade da água e todo o equilíbrio ecológico).

#### AÇÕES A CURTO PRAZO

1. Ampliar a rede de coleta de esgoto urbana.
2. Realizar levantamento de todas as fossas na área urbana, a fim de advertir os proprietários em situação irregular e penalizar aqueles que não se adequarem em prazo estabelecido em legislação ambiental municipal.

#### AÇÕES A CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

3. Fazer vistoria e relatório anuais das galerias de águas pluviais para verificar ligações clandestinas de esgoto e penalizar os proprietários segundo legislação ambiental municipal.

### 6. Pavimentação e Drenagem

A pavimentação em Três Barras do Paraná é constituída, majoritariamente, por pedra irregular. O asfalto é encontrado somente nas três avenidas principais. Tal característica é benéfica no sentido da infiltração das águas pluviais evitar



a sobrecarga do sistema de drenagem. No entanto, esta rede se limita à parte central, deixando as periféricas desprotegidas à ação erosiva da chuva.

É importante salientar que o calçamento semipermeável também tem custo e manutenção menores, maior vida útil e ameniza altas temperaturas, melhorando o micro-clima urbano.

As vias em leito natural são aquelas adjacentes aos fundos de vale, que, na verdade, juntamente com outros fatores precários, consistem áreas pobres, sem condições adequadas para moradia.

Tais deficiências conformam grande potencial para danos ambientais severos, como voçorocas e desaparecimento de nascentes por assoreamento.

Da mesma forma, nas estradas municipais, não só o conforto, mas também o ambiente é preservado pelas canaletas e o cascalho, que constituem o par drenagem/pavimentação.

#### AÇÕES A CURTO PRAZO

1. Cascalhar as estradas rurais classificadas como vias coletoras, que constam no mapa de sistema viário municipal deste volume.

#### AÇÕES A CURTO/MÉDIO PRAZO

2. Pavimentar com pedra irregular as estradas rurais indicadas no mapa de sistema viário municipal deste volume.

#### AÇÕES A MÉDIO PRAZO

3. Asfaltar a PR-470 (Três Barras do Paraná – Santo Isidoro).
4. Substituir pontes deterioradas por pontes de concreto.
5. Regular acerca de parcerias entre a Prefeitura e os produtores rurais com fim de construir “passadores” de gado.

#### AÇÕES A CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

6. Pavimentar as vias urbanas que se encontram em leito natural (tanto da sede quanto dos distritos de Três Barras do Paraná).

### **7. Coleta e Destinação de Resíduos**

Garantir o aproveitamento dos resíduos sólidos trata-se de ação prioritária para o desenvolvimento sustentável, levando-se em consideração a conservação ambiental, assim como a valorização social da população que poderá vir a trabalhar com a coleta de resíduos. Sistemas associativos ou cooperativos podem ofertar melhores condições de trabalho aos catadores, valorizando o trabalho e gerando renda. Além disto, a sistematização da coleta e destinação adequada de material reciclável



implica em aspecto prático (físico/financeiro) que é a redução de volume de resíduos destinados ao aterro, ampliando sua vida útil, otimizando processos e reduzindo custos com o manejo.

#### AÇÕES A CURTO PRAZO

1. Implantar Plano de Gestão de Resíduos Sólidos.
2. Dar apoio a iniciativas particulares de coleta seletiva, principalmente a associações de coletores de material reciclável, através de isenções tributárias, parcerias ou publicidade.
3. Implantar na área do aterro sanitário complexo de manejo de resíduos, com estrutura para triagem e destinação de: recicláveis para enfardamento; orgânicos (incluindo restos de poda) para compostagem; entulhos para transformação em material de construção.
4. Treinar pessoal para trabalhar no manejo dos resíduos recicláveis, de entulho de construção civil, de poda de vegetação e orgânicos.
5. Definir destinação de resíduos especiais como: pneus, eletroeletrônicos, resíduos volumosos e rejeitos de matadouros, de criação de suínos, etc.
6. Atualizar a taxa de lixo.

### **8. Iluminação Pública**

A iluminação pública dentro da visão ambiental, tem implicações quanto ao desperdício da infra-estrutura em decorrência da sua incompatibilidade com a arborização. Com o posicionamento das lâmpadas acima da copa das árvores, gera-se sombreamento indesejável à noite.

O rebaixamento da iluminação nas vias residenciais pode trazer mais sensação de segurança e menos podas drásticas das árvores, além de menos incômodo à avifauna urbana.

#### AÇÕES A CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

1. Rebaixar a iluminação pública das ruas residenciais, pondo fim aos problemas de sombreamento noturno que conferem insegurança e anulam a eficiência das lâmpadas.

### **9. Cemitérios**

A situação dos cemitérios em Três Barras do Paraná é severa e necessita de ações emergenciais. O necrochorume é matéria de grande preocupação ambiental por seu potencial contaminante perigoso à vida.



Apresentam-se em grande número (16), todos localizados próximos de corpos d'água, sem sistema de drenagem adequado e, por conseguinte, não regularizados perante o Instituto Ambiental do Paraná (IAP). O Cemitério Municipal ainda apresenta o fator agravante de situar-se na bacia do manancial da cidade.

#### AÇÕES A CURTO PRAZO

1. Viabilizar nova área para o Cemitério Municipal.
2. Regularizar os cemitérios, com rede de drenagem, arborização, pavimentação, etc., conforme exigências do IAP.
3. Elaborar legislação funerária municipal.

## **2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO- SOCIAL**



As possibilidades de inserção no processo produtivo são o fator de maior influência na qualidade de vida da população. A partir da geração de trabalho e renda incrementa-se o capital de giro no Município e criam-se condições para o empreendedorismo nas áreas de potencial econômico.

Ao poder público cabe prover serviços de qualidade para que não ocorra a emigração daqueles que, pelo aumento do poder aquisitivo, podem buscar, por exemplo, educação e saúde em instituições privadas em cidades maiores (onde se encontram os serviços mais diversificados). Mas principalmente, o governo deve servir toda a população como ente representativo em prol do bem comum. Por isto, o conceito de desenvolvimento entendido neste Plano Diretor Municipal não se restringe apenas ao crescimento econômico indicado pelo produto interno bruto (PIB) ou pela renda per capita. O desenvolvimento é "econômico-social", ou seja, inclui moradia, educação, nutrição, saúde e assistência social com ações correlacionadas.

## ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico do Município depende de ações que venham ao encontro das potencialidades e anseios da comunidade, no sentido de fomentá-las, oportunizando condições para atrair novos investimentos e tecnologias, prevendo a inclusão social participativa do trabalhador e investindo na qualificação profissional, inserindo jovens e trabalhadores no mercado de trabalho.

Diante da definição da base econômica de Três Barras do Paraná como sendo a agricultura e a pecuária, as ações buscam favorecer as condições para a evolução das atividades primárias a agroindústrias ou outras empresas que agreguem valor aos produtos.

### AÇÕES A CURTO PRAZO

1. Elaborar Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável, levando em consideração a vocação agrícola do Município, privilegiando: fortalecimento dos elos das cadeias produtivas desde a produção até a comercialização; aproveitamento do potencial produtivo local; e articulação entre os agentes econômicos do Município.
2. Implantar o programa de repovoamento dos principais rios e córregos do Município com espécies de peixes característicos da região, estimulando os vários tipos de pesca: de subsistência, comercial, esportiva e de lazer.
3. Oferecer cursos de capacitação aos produtores rurais, respeitando o zoneamento agrícola oficial, tais como: reforma de pastagem; meio ambiente: recomposição de matas ciliares e reserva legal; pomar e horta caseira; fruticultura comercial.



---

#### AÇÕES A MÉDIO PRAZO

4. Adquirir balança comunitária, para beneficiar os produtores rurais na pesagem da safra.
5. Incentivar o abatedouro municipal, com atuação efetiva da vigilância sanitária, a fim de solucionar o problema de abates clandestinos.
6. Oferecer pontos de venda permanentes para o pequeno produtor rural.

#### AÇÕES A CURTO/MÉDIO PRAZO

7. Estimular a exploração agropecuária por meio de práticas agro-ecológicas.
8. Incentivar a associação dos produtores autônomos sem empresas constituídas, na forma de cooperativas.

#### AÇÕES A CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

9. Utilizar métodos participativos, e reuniões entre os grupos de interesse e os responsáveis pelas entidades executoras/apoiadoras (por área de interesse), em que seriam tomadas as decisões, definidas responsabilidades e feitos encaminhamentos para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.
10. Facilitar o atendimento a agricultores familiares – crédito rural, incrementado e expandindo os negócios nas diversas atividades.
11. Divulgar feiras, eventos e exposições regionais aos produtores locais e organizar idas a tais acontecimentos, reduzindo custos.
12. Atuar em conjunto com a Associação Comercial na busca de melhores oportunidades para o fortalecimento do comércio promovendo cursos profissionalizantes e de capacitação destinados ao desenvolvimento de técnicas atualizadas aplicáveis no setor.
13. Firmar convênios com o SINE, o SENAC, o SESI/SENAI e outros para facilitar cursos profissionalizantes para as empresas que demandam mão-de-obra local mais qualificada.
14. Elaborar e implantar programa de agroindústria.

#### **SOCIAL**

Segundo diagnóstico apresentado neste documento, o Município apresenta uma projeção populacional decrescente. Nas ações que envolvem o desenvolvimento social priorizam-se ampliação e reforma nos equipamentos públicos para garantir o atendimento educacional, cultural, de esporte, lazer e recreação, de assistência social e de saúde pública da população, assim como a adequação dos equipamentos existentes à Norma Brasileira 9050 (NBR 9050) de acessibilidade universal.



## 1. Saúde

As ações prioritárias devem garantir à população o acesso ao atendimento qualificado no setor, através do investimento em ambos, procura e serviço, da saúde pública. Em outras palavras, prevêm-se ações para melhoria tanto da infraestrutura quanto da postura da população em relação à saúde.

### AÇÕES A CURTO PRAZO

1. Adquirir carro para vigilância sanitária.
2. Contratar médico veterinário para a vigilância sanitária.
3. Contratar médico a fim de ampliar horário de atendimento nos distritos.
4. Reformar e ampliar o posto de saúde de Santo Isidoro.
5. Criar programa de conscientização da população em relação ao atendimento médico.
6. Conscientizar a população em relação de seus deveres e direitos para o fortalecimento do programa PSF.
7. Promover campanhas direcionadas ao homem e a mulher, procurando esclarecer melhor a ambos, sobre prevenção de diversas doenças.
8. Contratar médico pediatra.

### AÇÕES A CURTO/MÉDIO PRAZO

9. Adequar os edifícios públicos do setor para acesso dos portadores de necessidades especiais.
10. Enfatizar a saúde bucal no PSF.

### AÇÕES A MÉDIO PRAZO

11. Reformar a lavanderia do Hospital Municipal.
12. Adquirir microônibus para levar pacientes às consultas em Cascavel.
13. Contratar 2 odontologistas a fim de aumentar o número de vagas de consultas.
14. Contratar, regionalmente (CISOP), mais médicos especialistas e providenciar mais exames, principalmente aqueles solicitados pelos médicos especialistas através da aquisição de aparelhagem ou da instituição de convênios.

### AÇÕES A CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

15. Fortalecer ações de prevenção de doenças e promoção da saúde como palestras, oficinas e dinâmicas, com temas pertinentes dando atenção especial a DST/AIDS, para a população em geral e específicas a crianças e adolescentes atuando em parceria com entidades escolares, grupos e organizações, direta e indiretamente envolvidas no assunto, inclusive com reuniões familiares.



16. Oferecer cursos de capacitação para os profissionais da área da saúde, incluindo o setor de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, para possibilitar melhor atendimento aos usuários do serviço.

## 2. Educação

A rede escolar tem suprido a demanda municipal, sendo a principal necessidade no setor ações voltadas à educação adulta.

Para os alunos em idade escolar, devem-se buscar maneiras de tornar a escola mais completa para construção de caráter, a fim de que eles se tornem adultos conscientes e capazes.

### AÇÕES A CURTO PRAZO

1. Ampliar a oferta de vagas no ensino noturno, tornando possível o estudo da população que trabalha em período diurno.
2. Implantar o curso supletivo, além do ensino regular, privilegiando o aumento do nível escolar da população.
3. Estimular a livre organização e manifestação do corpo discente através de Grêmios Escolares, objetivando a sua participação efetiva na comunidade e na sociedade.
4. Incentivar o desenvolvimento intelectual dos alunos através da realização de concursos, competições didáticas e culturais, que ofereçam premiações, valorizando o discente, tais como: excursões de estudo e lazer, certificados, medalhas, etc.
5. Adequar os edifícios públicos do setor ao uso de portadores de necessidades especiais.
6. Aumentar o número de salas de aula na escola e no colégio da sede de Três Barras do Paraná.
7. Ampliar o Centro de Educação Infantil Sonho de Criança.
8. Firmar convênios com o SINE, o SENAC, o SESI/SENAI, SENAR e outros para oferecer cursos profissionalizantes a longa distância.
9. Informatizar a rede de ensino.

### AÇÕES A MÉDIO PRAZO

10. Adquirir ônibus para ampliar a frota de transporte escolar.

### AÇÕES A LONGO PRAZO

11. Criar cursos profissionalizantes nos níveis médio e superior via Governo do Estado do Paraná e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).



---

#### AÇÕES A CURTO/MÉDIO PRAZO

12. Ceder espaço e material para grupos de alfabetização não governamentais.
13. Ampliar e reestruturar a Casa Familiar Rural.
14. Promover atividades extracurriculares, mantendo por um período mais longo o aluno na escola como aulas de pintura, música, dança, teatro, culinária, tapeçaria, esporte, reforço escolar, entre outros.
15. Elaborar programas de orientação e incentivo aos jovens e adolescentes, melhorando a oferta de cursos de informática e línguas na grade curricular.

#### AÇÕES A CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

16. Adquirir lixeiras para separação dos recicláveis nas escolas municipais.
17. Implantar o programa Escola Aberta, abrindo as instituições de ensino para atividades extracurriculares, eventos, comemorações festivas, cursos e palestras, integrando família, escola e comunidade em suas atividades e em seus espaços de lazer e esporte.
18. Investir na capacitação profissional dos funcionários da educação pública municipal, principalmente quanto à questão da inclusão.

### 3. Cultura

Três Barras do Paraná possui equipamentos de cultura e projetos que podem favorecer o desenvolvimento da cultura local.

É preciso, portanto, incentivar e garantir o acesso a atividades culturais, além da identificação, preservação e recuperação do Patrimônio Histórico.

#### AÇÕES A CURTO PRAZO

1. Fazer cumprir o contido na Lei nº 1.059/2006 que cria o Fundo Municipal de Cultura.

#### AÇÕES A MÉDIO PRAZO

2. Mapear construções ou conjuntos de construções de valor arquitetônico para que sejam preservadas através de instrumentos legais como transferência do direito de construir.
3. Promover concursos e exposições municipais, com ou sem premiação, fomentando a produção e a divulgação pública de trabalhos de qualidade.
4. Promover oficinas culturais de dança, teatro, capoeira, música, circo, etc. para crianças e adolescentes com profissionais capacitados para ministrar as aulas.
5. Promover programa de incentivos à produção artesanal/artística, mediante orientação para a instalação de pequenas unidades produtoras em áreas alvos de revitalização econômica e social; com incentivos fiscais ou apoio logístico.



6. Incentivar publicações sobre a história do Paraná e, em especial, a história do Município.

#### AÇÕES A CURTO/MÉDIO PRAZO

7. Ampliar acervo da Biblioteca.
8. Apoiar e realizar eventos culturais para a comunidade em geral (apresentações teatrais, circenses, musicais, etc.).
9. Instituir evento semanal, quinzenal ou mensal, como bailes ou feiras noturnas com apresentação musical e dança ou jogral de crianças, favorecendo o comércio local, inclusive os produtores rurais.
10. Organizar calendário de eventos.

#### 4. Esporte e Lazer

As prioridades em Três Barras do Paraná buscam garantir aos cidadãos acesso a atividades esportivas e de lazer, como meio de incrementar a qualidade de vida, através da implantação de espaços propícios (em falta na área urbana).

Também o aspecto turístico deve ser incrementado juntamente com a visão de se proporcionar lazer à população.

#### AÇÕES A CURTO PRAZO

1. Criar um sistema de identificação visual de informações sobre locais de turismo que facilite a identificação dos pontos turísticos e das instituições de utilidade pública e de serviços, com placas indicativas nas saídas e entradas das cidades vizinhas.
2. Confeccionar roteiro de visitas dos pontos interessantes levantados no inventário turístico para incentivar o eco-turismo e turismo rural.
3. Formular calendário turístico regional contendo os principais eventos do Município, o que divulga e harmoniza o turismo municipal em relação ao regional.

#### AÇÕES A MÉDIO PRAZO

4. Criação de escolinhas esportivas em todas as modalidades como: futebol, ginástica, vôlei, handebol, atletismo, xadrez e outras.
5. Dotar a praia artificial de infra-estrutura.
6. Criar um núcleo de produção de artesanato e culinária como atrativo turístico.
7. Desenvolver atividades do eco-esporte no Parque Estadual Guarani com a população local em grupos afins.
8. Aprimorar os eventos de pesca, com maior valorização ambiental e regulamentação deste turismo e dos esportes náuticos.



9. Buscar junto ao SEBRAE meios de apoiar o setor empresarial da cadeia do turismo no Oeste do Paraná (desenvolvendo projetos, programas, promovendo cursos, palestras, fornecendo incentivos fiscais, etc.).

## 5. Assistência Social

As ações principais no campo da assistência social no Município buscam melhorar sua parte organizacional para que sejam desenvolvidas com qualidade as atividades assistenciais de fato contra a exclusão e desigualdade social, e de geração de trabalho e renda. Ou seja, Três Barras do Paraná deverá preocupar-se com levantamento, análise e decisão relativos à realidade da sociedade.

### AÇÕES A CURTO PRAZO

1. Promover reuniões com todos os conselhos juntos e com os diversos setores.
2. Divulgar os conselhos para comunidade.
3. Implantar sistema informatizado municipal de informações sobre o monitoramento e avaliação da rede sócio-assistencial visando garantir qualidade dos serviços.
4. Adequar os edifícios públicos do setor ao uso de portadores com necessidades especiais.
5. Prover capacitação específica e contínua para técnicos e funcionários da Assistência Social (gestores, profissionais, conselheiros e prestadores de serviço da rede social).
6. Incentivar a criação do projeto de alcoólicos anônimos (A.A.).

### AÇÕES A MÉDIO PRAZO

7. Identificar metas e estratégias para as situações de ausência de cobertura dos direitos sócio-assistenciais.

### AÇÕES A LONGO PRAZO

8. Ampliar a Casa Abrigo.
9. Reformar o Centro de Treinamento para Crianças e Adolescentes.

## 6. Habitação

No âmbito das necessidades habitacionais, Três Barras do Paraná precisa focar ações que criem instrumentos úteis para buscar auxílio junto aos governos estadual e federal, como também parcerias com outros órgãos e até mesmo a iniciativa privada. Atentando à Resolução do CONAMA nº 369 e ao delineamento de zonas especiais de interesse social (ZEIS) deste Plano Diretor, principalmente nos fundos de



vale urbanos, o Município deve fazer a regularização fundiária sustentável, como meio de universalizar o acesso à moradia digna.

O objetivo é reduzir, já nos primeiros anos de implantação do Plano Diretor, o considerável déficit habitacional do Município em todo seu território (áreas urbanas e rurais).

#### AÇÕES A CURTO PRAZO

1. Criar o Conselho Municipal de Habitação, elencando representantes de entidades de classe, como o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), para participarem da aprovação dos projetos públicos, com o fim de garantir a qualidade das construções da população de baixa renda.
2. Criar o Fundo Municipal de Habitação.
3. Elaborar Plano Municipal de Habitação.
4. Elaborar Plano de Regularização Fundiária Sustentável.
5. Criar programa de arquitetura/engenharia pública que forneça projeto de habitação popular (de 70 m<sup>2</sup> ou menos) para famílias de renda comprovadamente baixa e orientação quanto às normas legais de construção.
6. Buscar junto aos governos do Estado e da União a construção de novas unidades habitacionais para sanar o déficit a 200 famílias.
7. Cadastrar as famílias que sofrem com o déficit habitacional no Município, a fim de promover em ordem de prioridades as ações necessárias para a solução desse déficit e controlar as famílias, coibindo a proliferação da ocupação irregular no Município.
8. Apoiar e desenvolver programas de cooperativas de habitação popular, mediante assessoramento para a obtenção de melhores padrões de assentamento, aperfeiçoamento técnico de suas equipes e consecução dos objetivos de proporcionar moradia de qualidade e custo justo.

#### 7. Segurança Pública

As ações prioritárias em segurança pública do Município procuram lutar contra as drogas ilegais e a insegurança no meio rural, além de disciplinar a convivência da sociedade.

#### AÇÕES A CURTO PRAZO

1. Implantar o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência).
2. Capacitar os policiais sobre projetos e programas.



---

#### AÇÕES A MÉDIO PRAZO

3. Aumentar o número de efetivos de maneira compatível com as tarefas necessárias de patrulhamento na área urbana e rural.

### **8. Defesa Civil**

A Defesa Civil tem o objetivo de promover, como o nome explica, a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem. Ainda, de forma multi-setorial e nos três níveis de governo – federal, estadual e municipal – com ampla participação da comunidade, compreende ações de prevenção, preparação, resposta e reconstrução.

Para que seja concreta sua atuação, este Plano de Ação e Investimentos prevê ações para municipalidade instaurar tal processo permanente.

#### AÇÕES A CURTO PRAZO

1. Criar a Comissão de Defesa Civil.
2. Elaborar o Plano Diretor de Defesa Civil.
3. Implementar programas de mudança cultural e de treinamento de voluntários conscientizando a população acerca de suas responsabilidades frente a prevenção de desastres.
4. Vistoriar as áreas onde possivelmente haja risco de desastres e, se necessário, fazer advertências para reduzir as situações de risco.

#### AÇÕES A MÉDIO PRAZO

5. Incluir conteúdos relativos à redução de desastres, valorização da vida humana, primeiros socorros e reanimação cardiorrespiratória nos currículos escolares.

# **3. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA**



A Prefeitura Municipal deve organizar e manter atualizado um vasto acervo de informações sobre o Município, em função de suas competências constitucionais e responsabilidades sociais. O conteúdo dessas bases de dados é utilizado constantemente, tanto nos serviços internos, subsidiando a elaboração das políticas públicas e a tomada de decisões, quanto no atendimento às solicitações externas. Para responder a essas demandas é necessário cruzar informações, que quase sempre estão espalhadas em diversos órgãos e arquivos, e recorrer a análises espaciais extremamente trabalhosas, dado que, de 70 a 80% das informações utilizadas na administração municipal possuem referência espacial.

O Sistema de Informações Geográficas (SIG) é uma ferramenta de informática que permite integrar bases de dados de origem distintas sobre uma base cartográfica digitalizada. Alguns SIGs oferecem ótimas ferramentas de apoio à decisão, com custo de treinamento e aquisição bastante acessíveis, favorecendo a implantação em pequenos e médios municípios, com a vantagem de possuírem maiores oportunidades em disciplinar adequadamente o uso do território, seja pelo baixo grau de urbanização ou por apresentarem menor conflito e demanda menos complexa. Desta forma, evita-se que, num futuro próximo, o município enfrente os problemas hoje encontrados nos grandes centros urbanos.

Ao investir na implementação do SIG, além de aproveitar o potencial existente em sua própria estrutura, a Prefeitura de Três Barras do Paraná ganhará agilidade nos processos, reduzindo e simplificando esforços dos diversos agentes envolvidos, gerando grande economia em escala e oferecendo atendimento de melhor qualidade aos contribuintes.

Um dos grandes desafios da gestão pública é estruturar uma equipe de servidores que esteja preparada e motivada para prestar o serviço público. Ao investir na capacitação técnica e humana, a prefeitura valoriza o funcionalismo e oferece atendimento de melhor qualidade à população. Outro desafio é implantar no Município a fiscalização, não só tributária, mas também de obras e planejamento urbano. Além disso, a revisão do atual Plano de Cargos e Salários deverá ser realizada, valorizando a qualificação profissional dos funcionários, assim como a revisão do atual organograma administrativo.

Caberá ao poder público implantar os instrumentos de gestão democrática garantindo o controle social na administração da cidade, através da inclusão dos diversos setores da sociedade em debates, consultas e audiências nas análises, discussões e avaliação de planos e projetos de interesse público. Além desses instrumentos deverá implantar o Orçamento Participativo.

O primeiro ato para implementação dos processos de gestão democrática do PDM é a instituição do Conselho de Desenvolvimento Municipal que é um



instrumento de monitoração que permite avaliar o desempenho da Gestão Municipal implementada através do PDM proposto. A proposta de monitoração visa acompanhar as seguintes linhas de atuação:

- A aprovação e implantação da Legislação Urbanística proposta no PDM;
- A adaptação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, sobretudo nos Departamentos envolvidos com a gestão do PDM;
- A execução dos programas e obras previstas neste PAI;
- Os valores arrecadados mensalmente pelos Departamentos Municipais de: Administração, Finanças, Obras e Viação, Utilidade Pública, Comunicação, Cultura, Rodoviário e Transportes, Agricultura e Pecuária, Esporte e Lazer.

## **MONITORIZAÇÃO DA APROVAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PROPOSTA**

O Plano Diretor Municipal apresenta anteprojeto para seis Leis Urbanísticas:

- do Perímetro Urbano;
- de Uso e Ocupação do Solo;
- de Parcelamento do Solo;
- do Sistema Viário;
- do Código de Obras;
- do Código de Posturas.

Estas leis são fundamentais para a gestão municipal uma vez que, em seu contexto geral, regulamentam toda a ocupação do território municipal, bem como as posturas de seus municípios. Cada instrumento legal proposto terá mais do que um indicador, como garantia de sua adequada monitorização.

### **1. Lei do Perímetro Urbano**

#### INDICADORES

- Lei aprovada, contendo memorial descritivo e respectivo mapa georreferenciado;
- Número da Lei do Perímetro Urbano aprovada pela Câmara Municipal;
- Cópia da Lei arquivada nos Departamentos Municipais: de Planejamento, Administração, Finanças, Urbanismo, Obras e Utilidade Pública;
- Cópia da Lei enviada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com indicação das áreas rurais transformadas em áreas urbanas;
- Atualização da Planta Genérica de Valores na Divisão de Tributação e Fiscalização.



## 2. Lei de Uso e Ocupação do Solo

### INDICADORES

- Lei aprovada, contendo texto, tabelas, anexos e respectivos mapas georreferenciados;
- Número da Lei de Uso e Ocupação do Solo aprovada pela Câmara Municipal;
- Cópia da Lei arquivada nos Departamentos Municipal: de Planejamento, Administração, Finanças, Urbanismo, Obras e Utilidade Pública;
- Atualização da Planta Genérica de Valores na Divisão de Tributação e Fiscalização, em função das zonas contidas nesta Lei;
- Número de Alvarás de Localização e Funcionamento expedidos para usos permitidos;
- Número de Alvarás de Localização e Funcionamento expedidos para usos permissíveis;
- Número de Alvarás de Localização e Funcionamento negados;
- Número de Notificações de Infração expedidas;
- Número de Autos de Infração expedidos.

## 3. Lei de Parcelamento do Solo

### INDICADORES

- Lei aprovada, contendo texto, tabelas e anexos;
- Número da Lei de Parcelamento do Solo aprovada pela Câmara Municipal;
- Cópia da Lei arquivada nas Secretarias Municipais: de Planejamento, Finanças e Gestão e na Divisão de Tributação e Fiscalização da mesma secretaria; de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos;
- Número de loteamentos aprovados ano a ano, a partir de 2008, com indicação da área total de novos loteamentos e da área em cada zona\*;
- Número total de desmembramentos, com indicação da área total e da área em cada zona;
- Número total de remembramentos, com indicação da área total e da área em cada zona;
- Número total de Notificações de Embargo expedidas;
- Número total de Autos de Infração expedidos.

## 4. Lei do Sistema Viário

### INDICADORES

- Lei aprovada, contendo texto, tabelas, anexos, perfis das vias e respectivo mapa georreferenciado;



- Número da Lei do Sistema Viário, aprovada pela Câmara Municipal;
- Cópia da Lei arquivada nas Secretarias Municipais: de Planejamento, Finanças e Gestão e na Divisão de Tributação e Fiscalização da mesma secretaria; de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos;
- Execução do sistema viário dos loteamentos aprovados de acordo com esta Lei, a partir da vigência do PDM;
- Abertura de vias de acordo com os perfis das vias urbanas constantes nesta Lei;
- Pavimentação de vias de acordo com os perfis das vias urbanas constantes nesta Lei.

## 5. Código de Obras

### INDICADORES

- Código aprovado, contendo texto, tabelas e anexos;
- Número do Código de Obras aprovado pela Câmara Municipal;
- Cópia da Lei arquivada nas Secretarias Municipais: de Planejamento, Finanças e Gestão e na Divisão de Tributação e Fiscalização da mesma secretaria; de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos;
- Número de Alvarás de Construção expedidos;
- Número de Certificados de Conclusão de Obra expedidos;
- Área total construída em cada ano, a partir de 2008, em cada zona\*;
- Número de Alvarás de Demolição expedidos, por ano;
- Área total demolida e área em cada zona, por ano;
- Número de Notificações de Embargo expedidas, por ano;
- Número de Autos de Infração expedidos, por ano;
- Número de Autos de Demolição expedidos e área total demolida, por ano.

## 6. Código de Posturas

### INDICADORES

- Código aprovado, contendo texto, tabelas e anexos;
- Número do Código de Posturas aprovado pela Câmara Municipal;
- Cópia da Lei arquivada nas Secretarias Municipais: de Planejamento, Finanças e Gestão e na Divisão de Tributação e Fiscalização de Urbanismo da mesma secretaria, Obras e Serviços Públicos;
- Número de Alvarás de Localização e Funcionamento expedidos para casas e locais de divertimentos públicos;
- Número de Alvarás de Localização e Funcionamento negados para casas e locais de divertimentos públicos;
- Número de Licenças expedidas;



- Número de Licenças Especiais expedidas;
- Número de Autorizações expedidas;
- Número de Notificações de Infração expedidas;
- Número de Autos de Infração expedidos.

### **Forma de Análise da Implantação da Legislação do Plano Diretor Municipal**

Verificação, a curto, médio e longo prazo (curto – dois primeiros anos; médio – de dois a quatro anos; longo – de quatro a cinco anos), da devida execução das medidas acima indicadas.

Estas informações servirão também para monitorização do crescimento urbano no Município.

### **MONITORIZAÇÃO DA ADAPTAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL**

Deverá ser verificado, na Prefeitura Municipal, se o funcionamento da estrutura administrativa satisfaz as necessidades da administração e em especial as do PDM para cada ano do PAI, levando-se em consideração necessidades como compra de veículos, máquinas, equipamentos e mobiliário; contratação e treinamento de funcionários; e execução dos programas e obras previstas no PAI.

### **Forma de Análise da Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal**

Verificação no Município, a curto, médio e longo prazo, da devida execução das medidas e implantação dos Departamentos indicados nas Ações.

### **MONITORIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS PREVISTAS NO P.A.I.**

Todas as obras definidas neste PAI, parte integrante do PDM de Três Barras do Paraná, deverão ser viabilizadas nos anos previstos. Portanto, a sua monitorização será feita através da verificação da execução das obras realizadas a curto, médio e longo prazo.

#### **AÇÕES A CURTO PRAZO (DOIS ANOS)**

1. Ampliar a rede de coleta de esgoto urbana.
2. Cascalhar as estradas rurais classificadas como vias coletoras, que constam no mapa de sistema viário municipal deste volume.
3. Implantar na área do aterro sanitário complexo de manejo de resíduos, com estrutura para triagem e destinação de: recicláveis para enfardamento; orgânicos (incluindo restos de poda) para compostagem; entulhos para transformação em material de construção.



4. Regularizar os cemitérios, com rede de drenagem, arborização, pavimentação, etc., conforme exigências do IAP.
5. Reformar e ampliar o posto de saúde de Santo Isidoro.
6. Adequar os edifícios públicos do setor ao uso de portadores de necessidades especiais.
7. Aumentar o número de salas de aula na escola e no colégio da sede de Três Barras do Paraná.
8. Ampliar o Centro de Educação Infantil Sonho de Criança.
9. Adequar os edifícios públicos do setor ao uso de portadores com necessidades especiais.
10. Buscar junto aos governos do Estado e da União a construção de novas unidades habitacionais para sanar o déficit a 200 famílias.
11. Adquirir e executar a nova sinalização urbana.
12. Adequar passeios públicos a NBR 9050.

#### AÇÕES A MÉDIO PRAZO (QUATRO ANOS)

13. Asfaltar a PR-470 (Três Barras do Paraná – Santo Isidoro).
14. Substituir pontes deterioradas por pontes de concreto.
15. Reformar a lavanderia do Hospital Municipal.
16. Dotar a praia artificial de infra-estrutura.
17. Reformar prédio da Prefeitura.

#### AÇÕES A LONGO PRAZO (CINCO ANOS)

18. Ampliar a Casa Abrigo.
19. Reformar o Centro de Treinamento para Crianças e Adolescentes.

#### AÇÕES A CURTO/MÉDIO PRAZO

20. Recuperar com intenso plantio de árvores e implantação de mobiliário de esporte e lazer (bancos, postes, lixeiras, barras de alongamento e pista de caminhada) a faixa de preservação dos córregos Trigolândia e Três Barras (posteriormente à relocação das famílias hoje instaladas irregularmente).
21. Pavimentar com pedra irregular as estradas rurais indicadas no mapa de sistema viário municipal deste volume.
22. Adequar os edifícios públicos do setor para acesso dos portadores de necessidades especiais.
23. Ampliar e reestruturar a Casa Familiar Rural.

#### AÇÕES A CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

24. Pavimentar as vias urbanas que se encontram em leito natural (tanto da sede quanto dos distritos de Três Barras do Paraná).



25. Rebaixar a iluminação pública das ruas residenciais, pondo fim aos problemas de sombreamento noturno que conferem insegurança e anulam a eficiência das lâmpadas.

### Forma de Análise

Verificação da execução das obras no Município ao longo dos cinco anos do PAI (curto – dois primeiros anos; médio – de dois a quatro anos; longo – de quatro a cinco anos).

As principais ações que o Município deve implementar para viabilizar processo permanente de planejamento e gestão municipal, a partir da implantação e execução do PDM, são:

### AÇÕES A CURTO PRAZO

1. Criar Departamento de Planejamento Territorial Municipal com quadro técnico em que conste arquiteto urbanista e engenheiro civil, dentro da Secretaria de Obras, Urbanismo e Transporte, para centralizar decisões acerca do PDM a fim de implantá-lo.
2. Criar o Fundo de Desenvolvimento Municipal, a ser gerido pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, para o atendimento dos objetivos e diretrizes elencados no Plano Diretor.
3. Elaborar mensagens e encaminhar anteprojetos de lei do PDM para apreciação, deliberação e aprovação na Câmara Municipal até 30 dias após a conclusão do PDM.
4. Comunicar ao Instituto Nacional de Colonização (INCRA) a aprovação do PDM e de nova delimitação do Perímetro Urbano da Sede e do Distrito, encaminhando cópias das leis e respectivas plantas com os polígonos que delimitam os perímetros para caracterizar os territórios sujeitos ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), de responsabilidade do Município e ao Imposto Territorial Rural (ITR), de responsabilidade da União.
5. Encaminhar cópias das Leis dos Perímetros Urbanos e da Lei de Parcelamento do Solo para fins urbanos para os Cartórios de Registro de Imóveis, formalizando-se para que sejam registrados novos loteamentos, desmembramentos e remembramentos, no âmbito do Município, somente após a aprovação formal da Prefeitura do Município, observando a legislação municipal integrante do PDM.
6. Adotar estratégias para a ampla divulgação e disponibilização do PDM aprovado, junto à população, utilizando-se dos meios de comunicação locais (site oficial do Município ou exclusivo para o PDM, por exemplo), tornando claros e conhecidos os objetivos e metas que levaram o Município a adotar o novo conjunto de diretrizes,



- leis e projetos prioritários para investimentos e quais as relações do PDM aprovado com o dia-a-dia das pessoas físicas e jurídicas do Município.
7. Realizar eventos para a popularização do PDM aprovado e disponibilizar cópias do mesmo para os segmentos organizados da sociedade civil, Corpo de Bombeiros, Polícias Civil e Militar e também para arquitetos, engenheiros, contadores e corretores de imóveis, entre outros profissionais que atuam no Município.
  8. Providenciar os impressos ou arquivos digitais para consultas prévias e alvarás, laudos de vistoria, notificações, autos de infração, Habite-ses e demais modelos, conforme previsão nos instrumentos legais aprovados que compõem o PDM.
  9. Implantar o fluxo dos documentos/processos exigidos para a implementação do PDM aprovado, disciplinando as responsabilidades, competências, tarefas e rotinas das unidades administrativas da Prefeitura.
  10. Estabelecer mecanismos internos para que o PDM aprovado seja conhecido, em todos os detalhes, e técnica e legalmente entendido e defendido por toda a equipe municipal responsável por sua implementação.
  11. Monitorar, anualmente, a implementação do PDM utilizando como parâmetros a execução dos projetos priorizados e os indicadores administrativos, urbanísticos, de infra-estrutura, sociais e econômicos idealizados pelo PDM, com a utilização dos dados disponíveis nos bancos de dados e monitorar, a cada dez anos, o PDM como um todo e submeter os resultados à população e à Câmara Municipal.
  12. Implantar o Sistema de Planejamento Integrado para garantir a participação de todos os departamentos municipais, órgãos estaduais atuantes no município e a população nos processos decisórios e de formulação de estratégias para o desenvolvimento municipal, implicando eficiência ao evitar duplicidade de projetos e análises.
  13. Prover Internet em todos os computadores dos órgãos da administração Municipal e terminal de consulta.
  14. Incluir as prioridades de investimentos decorrentes do PDM no Plano Plurianual (PPA), nas Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Orçamento Anual (LOA), instrumentos atuais e seguintes, para a viabilização de ações institucionais e de investimentos em infra-estrutura e equipamentos urbanos e rurais para a consecução das diretrizes, objetivos e metas do PDM.
  15. Implantar o Plano de Cargos e Carreiras.
  16. Elencar três representantes da administração pública e seis representantes da sociedade civil para comporem o Conselho de Desenvolvimento Municipal.



---

#### AÇÕES A MÉDIO PRAZO

17. Implantar o Sistema de Informações Geográficas Municipais (SIG) com base de dados sempre atualizada para planejar, implantar, monitorar, e avaliar o desenvolvimento municipal, subsidiando quaisquer tomadas de decisões.
18. Definir metodologia e protocolo de trabalho integrado das secretarias municipais utilizando o SIG por meio eletrônico.
19. Criar base de dados acessível por meio eletrônico a toda população.
20. Atualizar os dados referentes ao Município a medida que forem produzidos.
21. Elaborar Plano Diretor de Tecnologia da Informática.
22. Informatizar a administração tributária.
23. Atualizar a planta genérica de valores.
24. Fazer recadastramento imobiliário.
25. Regularizar loteamentos dos distritos, provendo registro legal dos imóveis.
26. Atualizar o código tributário.
27. Reformar prédio da Prefeitura.

#### AÇÕES A LONGO PRAZO

28. Interligar em rede todo poder municipal.

#### AÇÕES A CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO

29. Capacitar e reciclar permanentemente os recursos humanos do Município que atuam na implementação do PDM aprovado (engenheiro, arquiteto, fiscais de obras e posturas, responsáveis pela aprovação de loteamento, desmembramentos, remembramentos, construções, ampliações, demolições, responsáveis pela liberação de alvarás de localização e funcionamento, pelo protocolo e pelo acompanhamento e controle de resultados).
30. Estimular a participação da população, representada por seus segmentos organizados, no planejamento do Município através de Audiências, Conferências, Plebiscitos, Referendos e Consultas Públicas e de órgãos colegiados (Conselho de Desenvolvimento Municipal ou outros), devendo ser convocados os Conselhos para reuniões ordinárias e extraordinárias, para os casos previstos na legislação do PDM, cuidando de exarar atas dessas reuniões e emitir as Resoluções recomendadas.

# **4. ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO FÍSICO- TERRITORIAL**



O ordenamento e o desenvolvimento físico-territorial estão embasados nas diretrizes e proposições apresentadas no macrozoneamento e ordenamento do sistema viário. As ações previstas envolvem a regularização fundiária, o mapeamento e a adaptação do sistema viário existente, baseados nas propostas deste PDM.

Deve-se garantir o desenvolvimento físico-territorial do Município considerando a nova distribuição dos usos do solo proposta no PDM, a densidade demográfica, as infra-estruturas, os equipamentos urbanos e comunitários, o controle do meio ambiente.

### **1. Aquisição de área instituída como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)**

Em consonância com o Estatuto da Cidade, a regularização fundiária e a aquisição de áreas para a implantação de programas habitacionais de interesse social ficam facilitadas através da definição da ZEIS no PDM.

#### **AÇÕES A CURTO PRAZO**

1. Promover a regulamentação das ZEIS e outras áreas propícias à ocupação, conforme estabelecido na legislação de zoneamento do PDM.

#### **AÇÕES A CURTO/MÉDIO/LONGO PRAZO**

2. Adquirir áreas para a implantação de programas habitacionais de interesse social em ZEIS definidas no PDM.

### **2. Mapeamento dos Distritos**

Os distritos no município de Três Barras do Paraná necessitam de levantamento georreferenciado. Suas populações são consideráveis e apresentam ainda potencial de crescimento devido ao turismo no Lago da Usina Hidrelétrica Salto Caxias.

O mapeamento vem ao encontro do desenvolvimento territorial com certa sustentabilidade pois é importante instrumento para ordenação e planejamento.

#### **AÇÕES A CURTO PRAZO**

1. Realizar mapeamentos georreferenciados dos distritos Alto Alegre, Barra Bonita e Santo Isidoro para a descrição dos perímetros propostos.

### **3. Ordenamento Físico-territorial e do Sistema Viário**

As ações no ordenamento físico-territorial e do sistema viário estão relacionadas diretamente às necessidades de adaptação na sinalização das vias, adequações geométricas de entroncamentos e desenvolvimento dos espaços públicos.



---

AÇÕES A CURTO PRAZO

1. Elaborar projeto de sinalização viária para adaptação das novas diretrizes.
2. Adquirir e executar a nova sinalização urbana.
3. Adequar passeios públicos a NBR 9050.

## **5. RESUMO DAS AÇÕES**



MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ  
Plano Diretor Municipal  
Plano de Ação e Investimentos



AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
<b>PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL</b>		<b>6.369.000,00</b>	<b>4.230.000,00</b>	<b>1.559.000,00</b>	<b>30.000,00</b>	
<b>ASPECTOS AMBIENTAIS</b>		1.129.000,00	540.000,00	559.000,00	30.000,00	
1. Legislação Ambiental Municipal		20.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	
1	Elaborar legislação ambiental municipal para as especificidades locais.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
2	Capacitar funcionários para o exercício do licenciamento ambiental dos empreendimentos a serem implantados no Município, especialmente nas áreas de maior vulnerabilidade, onde a ocupação será controlada por meio de diretrizes do poder público, através da exigência a ser criada de: PCA (Plano de Controle Ambiental Preliminar); EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente); EIVI/RIV (Estudo de Impacto de Vizinhança/Relatório de Impacto de Vizinhança).	10.000,00	10.000,00			
3	Realizar mapeamento detalhado e georreferenciado do uso do solo de maneira a gerar instrumento para a revisão do macrozoneamento e do zoneamento.	10.000,00		10.000,00		Município
4	Aplicar penalidades às infrações definidas em lei ambiental municipal.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
5	Fazer vistoria e relatório bimestrais das áreas ambientalmente frágeis, verificando (se houver): qualidade da água, adensamento vegetal, biodiversidade, situação de processos erosivos e assoreamentos, presença de edificações, ou outras intervenções humanas nocivas.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
2. Arborização Urbana		19.000,00	0,00	19.000,00	0,00	
6	Treinar equipe da prefeitura para podas e retiradas de árvores.	Ação Institucional/ Administrativa				IAP Município
7	Elaborar Plano de Arborização Municipal para incrementar a arborização das vias urbanas com espécies adequadas, preferencialmente nativas.	12.000,00		12.000,00		
8	Reativar no viveiro municipal plantio de mudas para paisagismo e arborização urbanos.	7.000,00		7.000,00		IAP EMATER Município



MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ  
Plano Diretor Municipal  
Plano de Ação e Investimentos



AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
3. Educação Ambiental		0,00	0,00	0,00	0,00	
9	Implantar a educação ambiental nas escolas da rede pública, através de projeto que contemple tanto atividades cognitivas (visitas a locais ambientalmente frágeis e parques ecológicos) como atividades práticas (plantio de árvores, coleta de material reciclável, etc).	Ação Institucional/ Administrativa				Município
10	Desenvolver campanhas educativas voltadas à redução do desperdício da água potável.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
11	Realizar palestras com os produtores rurais para conscientização sobre uso racional da água, do solo e das matas, criando rede de vigilância coletiva.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
4. Recuperação e Preservação Ambiental		1.090.000,00	530.000,00	530.000,00	30.000,00	
12	Formar parceria entre as esferas municipal e estadual para administrar o Parque Estadual Guarani, com organograma e funções definidas dos servidores.	Ação Institucional/ Administrativa				Estado Município
13	Trocar todos os materiais passíveis de substituição por outros reciclados e/ou recicláveis, na Administração Municipal.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
14	Recuperar com intenso plantio de árvores e implantação de mobiliário de esporte e lazer (bancos, postes, lixeiras, barras de alongamento e pista de caminhada) a faixa de preservação dos córregos Trigolândia e Três Barras (posteriormente à relocação das famílias hoje instaladas irregularmente).	1.000.000,00	500.000,00	500.000,00		SEDU: PR Urbano II
15	Oferecer incentivo fiscal para os proprietários das edificações implantarem a calçada ecológica.	30.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	Município
16	Oferecer incentivos a proprietários rurais que recuperam áreas de preservação permanente.	30.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	Município
17	Conceder benefícios fiscais para estabelecimentos comerciais ou industriais que fizerem o reuso de água, aproveitamento de energia solar ou eólica e água da chuva.	30.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	Município



MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ  
Plano Diretor Municipal  
Plano de Ação e Investimentos



AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
<b>ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA</b>		5.240.000,00	3.690.000,00	1.000.000,00	0,00	
5. Esgoto		2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	
18	Ampliar a rede de coleta de esgoto urbana.	2.000.000,00	2.000.000,00			SANEPAR Município
19	Realizar levantamento de todas as fossas na área urbana, a fim de advertir os proprietários em situação irregular e penalizar aqueles que não se adequem em prazo estabelecido em legislação ambiental municipal.					SANEPAR Município
20	Fazer vistoria e relatório anuais das galerias de águas pluviais para verificar ligações clandestinas de esgoto e penalizar os proprietários segundo legislação ambiental municipal.					SANEPAR Município
6. Drenagem e Pavimentação		2.500.000,00	1.500.000,00	1.000.000,00	0,00	
21	Cascalhar as estradas rurais classificadas como vias coletoras, que constam no mapa de sistema viário municipal deste volume.	500.000,00	500.000,00			SEDU: PR Urbano II
22	Pavimentar com pedra irregular as estradas rurais indicadas no mapa de sistema viário municipal deste volume.	2.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00		SEDU: PR Urbano II
23	Buscar junto ao Governo Estadual o asfaltamento da PR-471 (Três Barras do Paraná – Barra Bonita).					Estado
24	Substituir pontes deterioradas por pontes de concreto.	80.000,00		80.000,00		Município
25	Regular acerca de parcerias entre a Prefeitura e os produtores rurais com fim de construir "passadores" de gado.					Município
26	Pavimentar as vias urbanas que se encontram em leito natural (tanto da sede quanto dos distritos de Três Barras do Paraná).	600.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	SEDU: PR Urbano II



MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ  
Plano Diretor Municipal  
Plano de Ação e Investimentos



AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
7. Coleta e Destinação de Resíduos		160.000,00	160.000,00	0,00	0,00	
27	Implantar Plano de Gestão de Resíduos Sólidos.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
28	Dar apoio a iniciativas particulares de coleta seletiva, principalmente a associações de coletores de material reciclável, através de isenções tributárias, parcerias ou publicidade.	50.000,00	50.000,00			Município
29	Implantar na área do aterro sanitário complexo de manejo de resíduos, com estrutura para triagem e destinação de: recicláveis para enfardamento; orgânicos (incluindo restos de poda) para compostagem; entulhos para transformação em material de construção.	100.000,00	100.000,00			Município
30	Treinar pessoal para trabalhar no manejo dos resíduos recicláveis, de entulho de construção civil, de poda de vegetação e orgânicos.	10.000,00	10.000,00			Município
31	Definir destinação de resíduos especiais como: pneus, eletroeletrônicos, resíduos volumosos e rejeitos de matadouros, de criação de suínos, etc.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
32	Atualizar a taxa de lixo.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
8. Iluminação Pública		50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	
33	Rebaixar a iluminação pública das ruas residenciais, pondo fim aos problemas de sombreamento noturno que conferem insegurança e anulam a eficiência das lâmpadas.	50.000,00	50.000,00			SEDU: PR Urbano II
9. Cemitérios		530.000,00	30.000,00	0,00	0,00	
34	Viabilizar nova área para o Cemitério Municipal.	30.000,00	30.000,00			Município
35	Regularizar os cemitérios, com rede de drenagem, arborização, pavimentação, etc., conforme exigências do IAP.	500.000,00	500.000,00			União Estado Município
36	Elaborar legislação funerária municipal.	Ação Institucional/ Administrativa				Município



MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ  
Plano Diretor Municipal  
Plano de Ação e Investimentos



AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
<b>DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO</b>		<b>1.488.000,00</b>	<b>801.000,00</b>	<b>561.000,00</b>	<b>126.000,00</b>	
<b>ECONOMIA</b>		105.000,00	30.000,00	70.000,00	5.000,00	
37	Elaborar Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável, levando em consideração a vocação agrícola do Município, privilegiando: fortalecimento dos elos das cadeias produtivas desde a produção até a comercialização; aproveitamento do potencial produtivo local; e articulação entre os agentes econômicos do Município.	15.000,00	15.000,00			Município
38	Implantar o programa de repovoamento dos principais rios e córregos do Município com espécies de peixes característicos da região, estimulando os vários tipos de pesca: de subsistência, comercial, esportiva e de lazer.	Atrelado à elaboração de projeto específico				Município
39	Oferecer cursos de capacitação aos produtores rurais, respeitando o zoneamento agrícola oficial, tais como: reforma de pastagem; meio ambiente: recomposição de matas ciliares e reserva legal; pomar e horta caseira; fruticultura comercial.	10.000,00	10.000,00			Município
40	Adquirir balança comunitária, para beneficiar os produtores rurais na pesagem da safra.	10.000,00		10.000,00		Município
41	Incentivar o abatedouro municipal, com atuação efetiva da vigilância sanitária, a fim de solucionar o problema de abates clandestinos.	50.000,00		50.000,00		Município
42	Oferecer pontos de venda permanentes para o pequeno produtor rural.	5.000,00		5.000,00		Município
43	Estimular a exploração agropecuária por meio de práticas agro-ecológicas.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
44	Incentivar a associação dos produtores autônomos sem empresas constituídas, na forma de cooperativas.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
45	Utilizar métodos participativos, e reuniões entre os grupos de interesse e os responsáveis pelas entidades executoras/apoiadoras (por área de interesse), em que seriam tomadas as decisões, definidas responsabilidades e feitos encaminhamentos para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
46	Facilitar o atendimento a agricultores familiares (crédito rural), incrementando e expandindo os negócios nas diversas atividades.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
47	Divulgar feiras, eventos e exposições regionais aos produtores locais e organizar idas a tais acontecimentos, reduzindo custos.	Ação Institucional/ Administrativa				Município



MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ  
Plano Diretor Municipal  
Plano de Ação e Investimentos



AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
48	Atuar em conjunto com a Associação Comercial na busca de melhores oportunidades para o fortalecimento do comércio promovendo cursos profissionalizantes e de capacitação destinados ao desenvolvimento de técnicas atualizadas aplicáveis no setor.	15.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	Município
49	Firmar convênios com o SINE, o SENAC, o SESI/SENAI e outros para facilitar cursos profissionalizantes para as empresas que demandam mão-de-obra local mais qualificada.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
50	Elaborar e implantar programa de agroindústria.	Atrelado à elaboração de projeto específico				Município
<b>SOCIAL</b>		1.383.000,00	771.000,00	491.000,00	121.000,00	
1. Saúde		340.000,00	150.000,00	180.000,00	10.000,00	
51	Adquirir carro para vigilância sanitária.	30.000,00	30.000,00			Município
52	Contratar médico veterinário para a vigilância sanitária.	Custo Permanente				Município
53	Contratar médico a fim de ampliar horário de atendimento nos distritos.	Custo Permanente				Município
54	Reformar e ampliar o posto de saúde de Santo Isidoro.	50.000,00	50.000,00			SEDU: PR Urbano II
55	Criar programa de conscientização da população em relação ao atendimento médico.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
56	Conscientizar a população em relação a seus deveres e direitos para o fortalecimento do programa PSF.	5.000,00	5.000,00			Município
57	Promover campanhas direcionadas ao homem e a mulher, procurando esclarecer melhor a ambos, sobre prevenção de diversas doenças.	5.000,00	5.000,00			União Estado Município
58	Contratar médico pediatra.	Custo Permanente				Município
59	Adequar os edifícios públicos do setor para acesso dos portadores de necessidades especiais.	100.000,00	50.000,00	50.000,00		SEDU: PR Urbano II
60	Enfatizar a saúde bucal no PSF.	Atrelado às necessidades específicas do programa				PSF
61	Reformar a lavanderia do Hospital Municipal.	20.000,00		20.000,00		Município
62	Adquirir microônibus para levar pacientes às consultas em Cascavel.	100.000,00		100.000,00		Município



MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ  
Plano Diretor Municipal  
Plano de Ação e Investimentos



AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
63	Contratar 2 odontologistas a fim de aumentar o número de vagas de consultas.	Custo Permanente				Município
64	Contratar, regionalmente (CISOP), mais médicos especialistas e providenciar mais exames, principalmente aqueles solicitados pelos médicos especialistas através da aquisição de aparelhagem ou da instituição de convênios.	Custo Permanente				Município
65	Fortalecer ações de prevenção de doenças e promoção da saúde como palestras, oficinas e dinâmicas, com temas pertinentes dando atenção especial a DST/AIDS, para a população em geral e específicas a crianças e adolescentes atuando em parceria com entidades escolares, grupos e organizações, direta e indiretamente envolvidas no assunto, inclusive com reuniões familiares.	Ação Institucional/ Administrativa				União Estado Município
66	Oferecer cursos de capacitação para os profissionais da área da saúde, incluindo o setor de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, para possibilitar melhor atendimento aos usuários do serviço.	30.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	União Estado Município
2. Educação		683.000,00	471.000,00	211.000,00	11.000,00	
67	Ampliar a oferta de vagas no ensino noturno, tornando possível o estudo da população que trabalha em período diurno.	Atrelado à elaboração de projeto específico				MEC SEED Município
68	Implantar o curso supletivo, além do ensino regular, privilegiando o aumento do nível escolar da população.	Atrelado à elaboração de projeto específico				SEED
69	Estimular a livre organização e manifestação do corpo discente através de Grêmios Escolares, objetivando a sua participação efetiva na comunidade e na sociedade.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
70	Incentivar o desenvolvimento intelectual dos alunos através da realização de concursos, competições didáticas e culturais, que ofereçam premiações, valorizando o discente, tais como: excursões de estudo e lazer, certificados, medalhas, etc.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
71	Adequar os edifícios públicos do setor ao uso de portadores de necessidades especiais.	200.000,00	200.000,00			SEDU: PR Urbano II
72	Aumentar o número de salas de aula na escola e no colégio da sede de Três Barras do Paraná.	100.000,00	100.000,00			SEDU: PR Urbano II
73	Ampliar o Centro de Educação Infantil Sonho de Criança.	70.000,00	70.000,00			SEDU: PR Urbano II



MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ  
Plano Diretor Municipal  
Plano de Ação e Investimentos



AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
74	Firmar convênios com o SINE, o SENAC, o SESI/SENAI, SENAR e outros para oferecer cursos profissionalizantes a longa distância.	Atrelado à elaboração de projeto específico	10.000,00			Município
75	Informatizar a rede de ensino.	30.000,00	30.000,00			SEED Município
76	Adquirir ônibus para ampliar a frota de transporte escolar.	200.000,00		200.000,00		Município
77	Criar cursos profissionalizantes nos níveis médio e superior via Governo do Estado do Paraná e Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).	Ação Institucional/ Administrativa				Estado
78	Ceder espaço e material para grupos de alfabetização não governamentais.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
79	Ampliar e reestruturar a Casa Familiar Rural.	50.000,00	50.000,00			Município
80	Promover atividades extracurriculares, mantendo por um período mais longo o aluno na escola como aulas de pintura, música, dança, teatro, culinária, tapeçaria, esporte, reforço escolar, entre outros.	Ação Institucional/ Administrativa				SEED Município
81	Elaborar programas de orientação e incentivo aos jovens e adolescentes, melhorando a oferta de cursos de informática e línguas na grade curricular.	Ação Institucional/ Administrativa				SEED Município
82	Adquirir lixeiras para separação dos recicláveis nas escolas municipais.	3.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	Município
83	Implantar o programa Escola Aberta, abrindo as instituições de ensino para atividades extracurriculares, eventos, comemorações festivas, cursos e palestras, integrando família, escola e comunidade em suas atividades e em seus espaços de lazer e esporte.	Ação Institucional/ Administrativa				União Estado Município
84	Investir na capacitação profissional dos funcionários da educação pública municipal, principalmente quanto à questão da inclusão.	30.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	SEED Município



MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ  
Plano Diretor Municipal  
Plano de Ação e Investimentos



AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
3. Cultura		10.000,00				
85	Fazer cumprir o contido na Lei nº 1.059/2006 que cria o Fundo Municipal de Cultura.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
86	Mapear construções ou conjuntos de construções de valor arquitetônico para que sejam preservadas através de instrumentos legais como transferência do direito de construir.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
87	Promover concursos e exposições municipais, com ou sem premiação, fomentando a produção e a divulgação pública de trabalhos de qualidade.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
88	Promover oficinas culturais de dança, teatro, capoeira, música, circo, etc. para crianças e adolescentes com profissionais capacitados para ministrar as aulas.	Atrelado à elaboração de projeto específico		50.000,00		Município
89	Promover programa de incentivos à produção artesanal/artística, mediante orientação para a instalação de pequenas unidades produtoras em áreas alvos de revitalização econômica e social; com incentivos fiscais ou apoio logístico.	Atrelado à elaboração de projeto específico				Município
90	Incentivar publicações sobre a história do Paraná e, em especial, a história do Município.	Atrelado à elaboração de projeto específico				Município
91	Ampliar acervo da Biblioteca.	10.000,00	5.000,00	5.000,00		Município
92	Apoiar e realizar eventos culturais para a comunidade em geral (apresentações teatrais, circenses, musicais, etc.).	Atrelado à elaboração de projeto específico				Município
93	Instituir evento semanal, quinzenal ou mensal, como bailes ou feiras noturnas com apresentação musical e dança ou jogral de crianças, favorecendo o comércio local, inclusive os produtores rurais.	Atrelado à elaboração de projeto específico				Município
94	Organizar calendário de eventos.	Ação Institucional/ Administrativa				Município



MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ  
Plano Diretor Municipal  
Plano de Ação e Investimentos



AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
4. Esporte e Lazer		140.000,00	40.000,00	100.000,00	0,00	
95	Criar um sistema de identificação visual de informações sobre locais de turismo que facilite a identificação dos pontos turísticos e das instituições de utilidade pública e de serviços, com placas indicativas nas saídas e entradas das cidades vizinhas.	20.000,00	20.000,00			MTur SETU Município
96	Confeccionar roteiro de visitas dos pontos interessantes levantados no inventário turístico para incentivar o eco-turismo e turismo rural.	10.000,00	10.000,00			Privado Município
97	Formular calendário turístico regional contendo os principais eventos do Município, o que divulga e harmoniza o turismo municipal em relação ao regional.	10.000,00	10.000,00			Município
98	Criação de escolinhas esportivas em todas as modalidades como: futebol, ginástica, vôlei, handebol, atletismo, xadrez e outras.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
99	Dotar a praia artificial de infra-estrutura.	100.000,00		100.000,00		MTur SETU Município
100	Criar um núcleo de produção de artesanato e culinária como atrativo turístico.	Atrelado à elaboração de projeto específico				MTur SETU Município
101	Desenvolver atividades do eco-esporte no Parque Estadual Guarani com a população local em grupos afins.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
102	Aprimorar os eventos de pesca, com maior valorização ambiental e regulamentação deste turismo e dos esportes náuticos.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
103	Buscar junto ao SEBRAE meios de apoiar o setor empresarial da cadeia do turismo no Oeste do Paraná (desenvolvendo projetos, programas, promovendo cursos, palestras, fornecendo incentivos fiscais, etc.).	Ação Institucional/ Administrativa				Município



MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ  
Plano Diretor Municipal  
Plano de Ação e Investimentos



AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
5. Assistência Social		150.000,00	50.000,00	0,00	100.000,00	
104	Promover reuniões com todos os conselhos juntos e com os diversos setores.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
105	Divulgar os conselhos para comunidade.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
106	Implantar sistema informatizado municipal de informações sobre o monitoramento e avaliação da rede sócio-assistencial visando garantir qualidade dos serviços.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
107	Adequar os edifícios públicos do setor ao uso de portadores com necessidades especiais.	50.000,00	50.000,00			Município
108	Prover capacitação específica e contínua para técnicos e funcionários da Assistência Social (gestores, profissionais, conselheiros e prestadores de serviço da rede social).	Ação Institucional/ Administrativa				União Estado Município
109	Incentivar a criação do projeto de alcoólics anônimos (A.A.).	Ação Institucional/ Administrativa				
110	Identificar metas e estratégias para as situações de ausência de cobertura dos direitos sócio-assistenciais.	Ação Institucional/ Administrativa				
111	Ampliar a Casa Abrigo.	50.000,00			50.000,00	SEDU: PR Urbano II
112	Reformar o Centro de Treinamento para Crianças e Adolescentes.	50.000,00			50.000,00	SEDU: PR Urbano II



MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ  
Plano Diretor Municipal  
Plano de Ação e Investimentos



AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
6. Habitação		40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	
113	Criar o Conselho Municipal de Habitação, elencando representantes de entidades de classe, como o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), para participarem da aprovação dos projetos públicos, com o fim de garantir a qualidade das construções da população de baixa renda.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
114	Criar o Fundo Municipal de Habitação.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
115	Elaborar Plano Municipal de Habitação.	20.000,00	20.000,00			Município
116	Elaborar Plano de Regularização Fundiária Sustentável.	20.000,00	20.000,00			SEDU: PR Urbano II
117	Criar programa de arquitetura/engenharia pública que forneça projeto de habitação popular (de 70 m <sup>2</sup> ou menos) para famílias de renda comprovadamente baixa e orientação quanto às normas legais de construção.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
118	Buscar junto aos governos do Estado e da União a construção de novas unidades habitacionais para sanar o déficit a 200 famílias.	Atrelado à elaboração de projeto específico				União Estado Município
119	Cadastrar as famílias que sofrem com o déficit habitacional no Município, a fim de promover em ordem de prioridades as ações necessárias para a solução desse déficit e controlar as famílias, coibindo a proliferação da ocupação irregular no Município.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
120	Apoiar e desenvolver programas de cooperativas de habitação popular, mediante assessoramento para a obtenção de melhores padrões de assentamento, aperfeiçoamento técnico de suas equipes e consecução dos objetivos de proporcionar moradia de qualidade e custo justo.	Ação Institucional/ Administrativa				Município



MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ  
Plano Diretor Municipal  
Plano de Ação e Investimentos



AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
7. Segurança Pública		0,00	0,00	0,00	0,00	
121	Implantar o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência).	Ação Institucional/ Administrativa				Estado
122	Capacitar os policiais sobre projetos e programas.	Ação Institucional/ Administrativa				Estado
123	Aumentar o número de efetivos de maneira compatível com as tarefas necessárias de patrulhamento na área urbana e rural.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
8. Defesa Civil		20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	
124	Criar a Comissão de Defesa Civil.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
125	Elaborar o Plano Diretor de Defesa Civil.	20.000,00	20.000,00			SEDU: PR Urbano II
126	Implementar programas de mudança cultural e de treinamento de voluntários conscientizando a população acerca de suas responsabilidades frente a prevenção de desastres.	Ação Institucional/ Administrativa				Estado Município
127	Vistoriar as áreas onde possivelmente haja risco de desastres e, se necessário, fazer advertências para reduzir as situações de risco.	Ação Institucional/ Administrativa				Estado Município
128	Incluir conteúdos relativos à redução de desastres, valorização da vida humana, primeiros socorros e reanimação cardiopulmonar nos currículos escolares.	Ação Institucional/ Administrativa				Estado Município



MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ  
Plano Diretor Municipal  
Plano de Ação e Investimentos



AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
<b>DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA</b>		<b>240.000,00</b>	<b>15.000,00</b>	<b>220.000,00</b>	<b>5.000,00</b>	
<b>INSTITUCIONAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA</b>		240.000,00	15.000,00	220.000,00	5.000,00	
129	Criar Departamento de Planejamento Territorial Municipal com quadro técnico em que conste arquiteto urbanista e engenheiro civil, dentro da Secretaria de Obras, Urbanismo e Transporte, para centralizar decisões acerca do PDM a fim de implantá-lo.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
130	Criar o Fundo de Desenvolvimento Municipal, a ser gerido pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, para o atendimento dos objetivos e diretrizes elencados no Plano Diretor.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
131	Elaborar mensagens e encaminhar anteprojeto de lei do PDM para apreciação, deliberação e aprovação na Câmara Municipal até 30 dias após a conclusão do PDM.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
132	Comunicar ao Instituto Nacional de Colonização (INCRA) a aprovação do PDM e de nova delimitação do Perímetro Urbano da Sede e do Distrito, encaminhando cópias das leis e respectivas plantas com os polígonos que delimitam os perímetros para caracterizar os territórios sujeitos ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), de responsabilidade do Município e ao Imposto Territorial Rural (ITR), de responsabilidade da União.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
133	Encaminhar cópias das Leis dos Perímetros Urbanos e da Lei de Parcelamento do Solo para fins urbanos para os Cartórios de Registro de Imóveis, formalizando-se para que sejam registrados novos loteamentos, desmembramentos e remembramentos, no âmbito do Município, somente após a aprovação formal da Prefeitura do Município, observando a legislação municipal integrante do PDM.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
134	Adotar estratégias para a ampla divulgação e disponibilização do PDM aprovado, junto à população, utilizando-se dos meios de comunicação locais (site oficial do Município ou exclusivo para o PDM, por exemplo), tornando claros e conhecidos os objetivos e metas que levaram o Município a adotar o novo conjunto de diretrizes, leis e projetos prioritários para investimentos e quais as relações do PDM aprovado com o dia-a-dia das pessoas físicas e jurídicas do Município.	Ação Institucional/ Administrativa				Município



MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ  
Plano Diretor Municipal  
Plano de Ação e Investimentos



AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
135	Realizar eventos para a popularização do PDM aprovado e disponibilizar cópias do mesmo para os segmentos organizados da sociedade civil, Corpo de Bombeiros, Polícias Civil e Militar e também para arquitetos, engenheiros, contadores e corretores de imóveis, entre outros profissionais que atuam no Município.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
136	Providenciar os impressos ou arquivos digitais para consultas prévias e alvarás, laudos de vistoria, notificações, autos de infração, Habiteses e demais modelos, conforme previsão nos instrumentos legais aprovados que compõem o PDM.	Custo Permanente				Município
137	Implantar o fluxo dos documentos/processos exigidos para a implementação do PDM aprovado, disciplinando as responsabilidades, competências, tarefas e rotinas das unidades administrativas da Prefeitura.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
138	Estabelecer mecanismos internos para que o PDM aprovado seja conhecido, em todos os detalhes, e técnica e legalmente entendido e defendido por toda a equipe municipal responsável por sua implementação.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
139	Monitorar, anualmente, a implementação do PDM utilizando como parâmetros a execução dos projetos priorizados e os indicadores administrativos, urbanísticos, de infra-estrutura, sociais e econômicos idealizados pelo PDM, com a utilização dos dados disponíveis nos bancos de dados e monitorar, a cada dez anos, o PDM como um todo e submeter os resultados à população e à Câmara Municipal.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
140	Implantar o Sistema de Planejamento Integrado para garantir a participação de todos os departamentos municipais, órgãos estaduais atuantes no município e a população nos processos decisórios e de formulação de estratégias para o desenvolvimento municipal, implicando eficiência ao evitar duplicidade de projetos e análises.	15.000,00	15.000,00			Município
141	Prover Internet em todos os computadores dos órgãos da administração Municipal e terminal de consulta.	Arelado à elaboração de projeto específico				Município



MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ  
Plano Diretor Municipal  
Plano de Ação e Investimentos



AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
142	Incluir as prioridades de investimentos decorrentes do PDM no Plano Plurianual (PPA), nas Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Orçamento Anual (LOA), instrumentos atuais e seguintes, para a viabilização de ações institucionais e de investimentos em infraestrutura e equipamentos urbanos e rurais para a consecução das diretrizes, objetivos e metas do PDM.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
143	Implantar o Plano de Cargos e Carreiras.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
144	Elencar três representantes da administração pública e seis representantes da sociedade civil para comporem o Conselho de Desenvolvimento Municipal.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
145	Implantar o Sistema de Informações Geográficas Municipais (SIG) com base de dados sempre atualizada para planejar, implantar, monitorar, e avaliar o desenvolvimento municipal, subsidiando quaisquer tomadas de decisões.	70.000,00		70.000,00		Município
146	Definir metodologia e protocolo de trabalho integrado das secretarias municipais utilizando o SIG por meio eletrônico.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
147	Criar base de dados acessível por meio eletrônico a toda população.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
148	Atualizar os dados referentes ao Município a medida que forem produzidos.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
149	Elaborar Plano Diretor de Tecnologia da Informática.	15.000,00		15.000,00		Município
150	Informatizar a administração tributária.	10.000,00		10.000,00		Município
151	Atualizar a planta genérica de valores.	15.000,00		15.000,00		Município
152	Fazer cadastramento imobiliário.	30.000,00		30.000,00		Município
153	Regularizar loteamentos dos distritos, provendo registro legal dos imóveis.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
154	Atualizar o código tributário.	5.000,00		5.000,00		Município
155	Reformar prédio da Prefeitura.	75.000,00		75.000,00		Município
156	Interligar em rede todo poder municipal.	5.000,00			5.000,00	Município



MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ  
Plano Diretor Municipal  
Plano de Ação e Investimentos



AÇÕES E/OU PROJETOS PRIORITÁRIOS		CUSTO ESTIMADO (R\$)	CURTO	MÉDIO	LONGO	FONTE DE RECURSO
157	Capacitar e reciclar permanentemente os recursos humanos do Município que atuam na implementação do PDM aprovado (engenheiro, arquiteto, fiscais de obras e posturas, responsáveis pela aprovação de loteamento, desmembramentos, remembramentos, construções, ampliações, demolições, responsáveis pela liberação de alvarás de localização e funcionamento, pelo protocolo e pelo acompanhamento e controle de resultados).	Ação Institucional/ Administrativa				Município
158	Estimular a participação da população, representada por seus segmentos organizados, no planejamento do Município através de Audiências, Conferências, Plebiscitos, Referendos e Consultas Públicas e de órgãos colegiados (Conselho de Desenvolvimento Municipal ou outros), devendo ser convocados os Conselhos para reuniões ordinárias e extraordinárias, para os casos previstos na legislação do PDM, cuidando de exarar atas dessas reuniões e emitir as Resoluções recomendadas.	Ação Institucional/ Administrativa				Município



MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ  
Plano Diretor Municipal  
Plano de Ação e Investimentos



ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO FÍSICO-TERRITORIAL		6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	
<b>AQUISIÇÃO DE ÁREA INSTITUÍDA COMO ZEIS</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	
159	Promover a regulamentação das ZEIS e outras áreas propícias à ocupação, conforme estabelecido na legislação de zoneamento do PDM.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
160	Adquirir áreas para a implantação de programas habitacionais de interesse social em ZEIS definidas no PDM.	Atrelado à elaboração de projeto habitacional específico				União Estado Município
<b>MAPEAMENTO DOS DISTRITOS</b>		6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	
161	Realizar mapeamentos georreferenciados dos distritos Alto Alegre, Barra Bonita e Santo Isidoro para a descrição dos perímetros propostos.	6.000,00	6.000,00			Município
<b>ORDENAMENTO FÍSICO-TERRITORIAL E DO SISTEMA VIÁRIO</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	
162	Elaborar projeto de sinalização viária para adaptação das novas diretrizes.	Ação Institucional/ Administrativa				Município
163	Adquirir e executar a nova sinalização urbana.	Atrelado à elaboração de projeto específico				DETRAN Município
164	Adequar passeios públicos a NBR 9050.	Atrelado à elaboração de projeto específico				Privado Município
<b>TOTAL DO INVESTIMENTO</b>		<b>8.103.000,00</b>	<b>5.052.000,00</b>	<b>2.340.000,00</b>	<b>161.000,00</b>	

## **6. INDICADORES E METAS PARA AVALIAÇÃO SISTEMÁTICA**



INDICADORES E METAS PARA PROTEÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	DESCRIÇÃO	ATUAL	2018
Índice de Arborização Urbana	Extensão de vias atendidas por arborização urbana	S. I.	90%
Qualidade da água	Índice de qualidade da água (1)	S. I.	79<IAP<100
Abastecimento de água	Percentual de domicílios urbanos atendidos	95%	100%
Cobertura mata ciliar	Áreas de mata na faixa de preservação permanente	S.I.	70%
Área de reserva legal	Percentual de área territorial ocupado por reservas de mata	S. I.	30%
Coleta de esgotos	Percentual de domicílios urbanos atendidos por rede de esgoto	4%	50%
Esgoto tratado	Percentual do volume de esgoto coletado	100%	100%
Coleta de lixo	Percentual de domicílios urbanos atendidos	90%	100%
Coleta Seletiva	Percentual de domicílios urbanos atendidos	S. I.	90%
Drenagem de águas pluviais	Percentual de extensão das vias urbanas com rede de drenagem	20%	70%

- (1) **Qualidade Ótima** 79<IAP<100  
**Qualidade Boa** 51<IAP<79  
**Qualidade Regular** 36<IAP<51  
**Qualidade Ruim** 19<IAP<36  
**Qualidade Péssima** IAP<19  
IAP – Índice de qualidade de água bruta para fins de abastecimento público
- (2) S.I. – sem informação disponível.



INDICADORES E METAS PARA DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO	DESCRIÇÃO	ATUAL	2018
Capacidade de Investimento	Média do Percentual da receita destinada para investimento	13%	15%
Indicador de Esforço Tributário	Receita tributária por população total (R\$ <i>per Capita</i> )	30,00	50,00
Indicador de Dependência	Receita transferida/despesa total	1,00	0,90
Indicador de Financiamento dos Gastos	Despesa corrente/receita própria	32,00	20,00
Renda <i>per Capita</i>	Valor do rendimento nominal mediano mensal (R\$)	380,00	500,00
Índice de Gini	Desigualdade de renda	0,49	0,45 (1)
IDH - Renda	Medido pela Organização das Nações Unidas	0,642 (2000)	0,736 (2)
IDH - Educação	Medido pela Organização das Nações Unidas	0,816 (2000)	0,900
Taxa de Analfabetismo	Medido pela Organização das Nações Unidas	20,0 (2000)	10,0
Média de anos de estudo	Medido pela Organização das Nações Unidas	4,6 (2000)	8,0
IDH - Longevidade	Medido pela Organização das Nações Unidas	0,703 (2000)	0,800
Número de leitos	Média de número de leitos por habitante	3,50	4,00
IDH - Municipal	Medido pela Organização das Nações Unidas	0,720 (2000)	0,856 (3)

(1) Redução de 10% - quanto mais próximo de 1 maior desigualdade

(2) Média do Estado do Paraná

INDICADORES E METAS PARA DESENVOLVIMENTO FÍSICO-TERRITORIAL	DESCRIÇÃO	ATUAL	2018
Déficit Habitacional Relativo	Percentual necessário de domicílios para população de baixa renda sobre total de domicílios urbanos	10% (2000)	5%
Índice de Áreas Verdes (praças e parques)	Total de áreas verdes por população total	S.I.	12,00 m <sup>2</sup> /hab
Lotes Vazios	Percentual de lotes vazios sobre o total de lotes urbanos	20%	10%
Vias Urbanas Pavimentadas	Percentual de extensão total de vias urbanas	80%	95%
Passeios Públicos Pavimentados	Percentual de passeios públicos pavimentados	S.I.	80%
Acessibilidade Universal nos Edifícios Públicos	Percentual dos edifícios públicos adaptados para acessibilidade universal	S.I.	100%

(1) S.I. – sem informação disponível.

## **7. PARECER TÉCNICO**



Através da análise do comportamento financeiro do Município de Três Barras do Paraná, obtiveram-se os resultados da capacidade de investimento dos últimos cinco anos anteriores a 2007, e as projeções para investimentos a serem realizados nos próximos cinco anos.

O Município de Três Barras do Paraná fará seus investimentos, conforme sua arrecadação, considerando que, no longo prazo, haverá um aumento médio e real das receitas e com as deduções das despesas, obter-se-á um montante para investimentos. Nessa análise é necessário também considerar a existência de receitas com destinos específicos, que custearão as despesas vinculadas às mesmas.

Todos os resultados apurados nessa análise irão compor o Plano de Ações que, na elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM), irá demonstrar a capacidade de investimentos a curto, médio e no longo prazo.

## **1. Comportamento das Receitas (2002 a 2006): Anexo I**

**1.1)** As receitas próprias tiveram um comportamento de oscilante no período 2002/2006, passando de R\$ 1.645.930,00 em 2002 para R\$ 1.132.287,00 em 2006. De 2002 para 2003 houve um crescimento expressivo de 40%, passando de R\$ 1.645.930,00 para R\$ 2.305.663,00. Já em 2003 para 2004 houve uma redução de 51%, e a partir daí as receitas próprias permaneceram praticamente estáveis.

O quadro do Anexo I demonstra o desempenho da receita própria, que encerrou o período 2002/2006 com uma média de arrecadação de R\$ 1.456.269,00.

**1.2)** Houve aumento de arrecadação de Transferências Constitucionais e Legais (Correntes) ao longo do período de 2002 a 2006. O crescimento das transferências correntes neste período foi sempre constante, com exceção de 2005 para 2006 que houve um pequeno decréscimo. O maior aumento ocorreu de 2002 para 2003 com 34%, passando de R\$ 1.645.930,00 para R\$ 2.305.663,00. Entre 2003 e 2004 o aumento foi de 18%, e entre 2004 e 2005 foi de 11%. De 2005 para 2006 houve uma redução de 5,5%.

No quinquênio 2002/2006 as transferências correntes passaram de R\$ 6.806.875,00 para R\$ 11.408.220,00, o que representou uma variação de 68%, superior à inflação no período, com média anual de transferências de R\$ 10.049.221,00.

**1.3)** No período analisado houve operação de crédito contratada no exercício de 2003 no valor de R\$ 599.000,00 e no de 2004 de R\$ 300.000,00.

**1.4)** As transferências de convênios são muito importantes para que o município possa realizar investimentos e toda a transferência de convênio depende de uma situação orçamentária e política. Houve transferências nos cinco exercícios. No exercício de



2004 houve a transferência mais expressiva, com um montante de R\$ 909.066,00, seguida de 2002 com R\$ 780.037,00. A menor ocorreu no exercício de 2003 com R\$ 256.507,00, com média no quinquênio de R\$ 577.168,00.

**1.5)** Diante da análise final da arrecadação total realizada pelo Município de Três Barras do Paraná de 2002 a 2006, pode se concluir que a evolução da arrecadação total foi importante para os investimentos realizados. Em o município mantendo nesta média de evolução ao longo dos próximos cinco anos (2008-2012), a média de investimentos acompanhará o crescimento da arrecadação total.

## **2. Comportamento das Despesas (2002 a 2006):**

**2.1)** Toda a evolução da arrecadação pelo Município de Três Barras do Paraná possibilitou que as despesas com encargos e amortizações fossem pagas no período. As despesas com encargos e amortizações foram praticamente crescentes no período 2002 a 2006. Iniciou 2006 com R\$ 331.835,00 e terminando 2006 com R\$ 542.336,00, com uma média no período de R\$ 413.462,00.

**2.2)** Os valores de investimentos realizados pelo Município de Três Barras do Paraná no quinquênio 2002-2006 foram demonstrados pelas informações contábeis e financeiras coletadas, e que estes investimentos, na média do quinquênio, foram mais que o dobro das despesas com encargos e amortizações. As maiores despesas com investimentos ocorreu em 2004 com o montante de R\$ 2.191.096,00, seguida de 2002 com R\$ 2.044.133,00. A menor em 2006 com R\$ 1.170.904,00.

**2.3)** O que se pode concluir com relação à despesa total realizada pelo Município de Três Barras do Paraná, no período de análise, é que a despesa acompanhou a evolução da receita no mesmo período e os investimentos foram significativos, com média de R\$ 1.684.152,00.

## **3. Resultado Primário (2002 a 2006):**

A evolução da receita do município proporcionou que, ao longo do período, se realizasse despesa com investimentos. Os resultados primários no período de 2002 a 2006 sofreram oscilações. O maior resultado positivo foi em 2005 com R\$ 2.782.253,00. Em 2002 houve resultado primário negativo de R\$ 213.669,00, nos demais foram sempre positivos. É de grande importância que os gestores municipais realizem seus investimentos na proporção da evolução da arrecadação e, se possível, trabalhando na diminuição das despesas de manutenção e custeio, aumento sua capacidade de investimento.



#### 4. Comportamento das Receitas (2008 a 2012): Anexo II

Trabalhou-se com as estimativas de crescimento das receitas de 2008 a 2012.

Sendo assim, serão apresentados os indicadores financeiros para que se façam tais investimentos das prioridades elencadas.

**4.1)** Foram realizadas previsões de arrecadação das receitas e estimativas para investimentos, para os próximos cinco anos posteriores a 2007, estimando que a evolução das receitas transferidas permaneça constante, não muito acima da média realizada nos cinco anos anteriores.

A arrecadação própria para 2008, esta bastante realista, passando de R\$ 1.132.287,00 arrecadados em 2006, para uma estimativa de R\$ 1.347.000,00 em 2008. A partir daí um uma projeção de aumento de 10% ao ano até 2012.

Uma realidade abordada na maioria dos municípios com população inferior a 50.000 habitantes é a não atualização da planta genérica de valores, cadastro técnico imobiliário e código tributário municipal onde, contribui para que o município deixe de arrecadar. Sendo assim, a reforma tributária é importante pelo fato de que, com um trabalho efetivo nesse sentido, se possa obter informações atualizadas do real valor dos imóveis no município e assim, se adequar as leis vigentes, à realidade do município e cobrar o que é justo para a população e para o município.

**4.2)** As transferências correntes a arrecadar previstas para 2008 a 2012 também são bastante realistas, com uma projeção de crescimento de 10% ao ano a partir de 2008 até 2012.

**4.3)** Não há operações de créditos previstas para os exercícios de 2008 e 2012, entretanto não impedimento que venha a ocorrer dentro da capacidade de endividamento do município.

Todos os recursos provenientes de operações de créditos poderão ser utilizados na realização de investimentos necessários e propostos no plano de ações.

**4.4)** As transferências de capital de convênios dependem de acordos firmados entre o Município e a União e o Estado. Para os exercícios de 2008 a 2012 estão previstas transferências via convênios em uma média anual de R\$ 1.668.000,00. Entretanto, mesmo previsto, em todos os exercícios dependerá de um esforço na elaboração de projetos e ação política para que o município possa ter acesso a estes recursos.

**4.5)** A análise geral da arrecadação total para investimentos do Município de Três Barras do Paraná, aponta para a uma evolução constante da receita que irá proporcionar que o município possa continuar investindo ainda ao longo dos próximos cinco anos (2008-2012) em patamares próximos ao que investiu de 2002 a 2006.



---

**5. Comportamento das Despesas (2008 a 2012):**

- 5.1)** A receita do Município de Três Barras do Paraná suporta financeiramente, dentro dos limites constitucionais, o pagamento dos encargos e das amortizações, onde, diante das liberações a ocorrer no período, haverá aumentos de encargos e amortizações.
- 5.2)** Diante da previsão de arrecadação, é coerente se fazer uma previsão de despesa considerando a previsão de arrecadação. As despesas com investimentos no período de 2008 a 2012 serão sempre maiores que as despesas com encargos e amortizações no período a realizar. O município poderá investir aproximadamente 16% nos próximos 05 anos, superior a média dos cinco anos passados que foi de 13%.
- 5.3)** Podemos observar no item 5.3 da planilha que as despesas com encargos e amortizações e a previsão das despesas com investimentos continuará crescendo a partir de 2008, entretanto cerca um quarto será absorvido com as despesas com encargos e amortizações.

Nas propostas de curto e médio prazo, com recursos próprios ou não definidos, temos uma estimativa de despesas de R\$ 7.392.000,00 para uma previsão de investimentos de R\$ 17.125.565,00 para os anos de 2008 a 2012. Considerando, ainda, que partes destes recursos poderão vir a “fundo perdido” através de convênios com o Estado ou União, ou ainda, através de financiamento pela capacidade de endividamento do Município, são perfeitamente factíveis as propostas com suas ações.



### ANEXO I - COMPORTAMENTO DAS RECEITAS 2002 A 2006

1) RECEITA DO MUNICÍPIO EM:	2002	2003	2004	2005	2006	Médias de Arrecadações Realizadas
<b>1.1) Receitas Próprias Arrecadadas</b> (Trib. Econ. Patr. Agro. Ind. Serv. e Outras)	1.645.930	2.305.663	1.075.855	1.121.609	1.132.287	1.456.269
<b>1.2) Transferências Correntes Arrecadadas</b> (Transferências Legais e Constitucionais)	6.806.875	9.126.699	10.823.554	12.080.760	11.408.220	10.049.221
<b>1.3) Receitas de Capital</b> (Somente operações de créditos contratadas)	0	599.000	300.000	0	0	179.800
<b>1.4) Transferências de Capital Arrecadadas</b> (Transferências de Convênios)	780.037	256.507	909.066	317.223	623.007	577.168
<b>1.5) Arrecadação Total</b> (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	<b>9.232.842</b>	<b>12.287.869</b>	<b>13.108.475</b>	<b>13.519.592</b>	<b>13.163.514</b>	<b>12.262.458</b>
2) DESPESA DO MUNICÍPIO EM:	2002	2003	2004	2005	2006	Médias de Despesas Realizadas
<b>2.1) Despesa c/ Encargos + Amortizações</b> (pagos)	331.835	275.726	398.664	518.751	542.336	413.462
<b>2.2) Despesa com Investimentos</b> (pagos)	2.044.133	1.613.259	2.191.096	1.401.366	1.170.904	1.684.152
<b>2.3) Despesa Total</b> (2.1 + 2.2)	<b>2.375.968</b>	<b>1.888.985</b>	<b>2.589.760</b>	<b>1.920.117</b>	<b>1.713.240</b>	<b>2.097.614</b>
3) RESULTADO PRIMÁRIO:	2002	2003	2004	2005	2006	X
<b>3.1) Receita</b> (fiscais correntes e fiscais de capital)	8.540.425	11.327.305	10.615.735	13.202.369	12.540.507	11.245.268
<b>3.2) Despesa</b> (fiscais corr. fiscais de cap. e res. de contingência)	8.754.094	10.769.664	8.221.865	10.420.116	12.026.267	10.038.401
<b>3.3) Resultado</b> (3.1 - 3.2)	<b>-213.669</b>	<b>557.641</b>	<b>2.393.869</b>	<b>2.782.253</b>	<b>514.240</b>	<b>1.206.867</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná



## ANEXO II - COMPORTAMENTO DAS RECEITAS 2008 A 2012

4) RECEITA DO MUNICÍPIO EM:	2008	2009	2010	2011	2012	Médias de Arrecadação a Realizar
<b>1.1) Receitas Próprias a Arrecadar</b> (Trib. Econ. Patr. Agro. Ind. Serv. e Outras)	1.347.000	1.469.000	1.615.000	1.777.490	1.955.240	1.632.746
<b>4.2) Transferências Correntes a Arrecadar</b> (Transferências Legais e Constitucionais)	14.494.000	15.801.000	17.381.000	19.119.000	21.030.000	17.565.000
<b>4.3) Receitas de Capital a Arrecadar</b> (Somente operações de créditos a contratar)	0	0	0	0	0	0
<b>4.4) Transferências de Capital a Arrecadar</b> (Transferências de Convênios)	1.375.000	1.500.000	1.650.000	1.815.000	2.000.000	1.668.000
<b>4.5) Previsão de Arrecadação Total</b> (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	<b>17.216.000</b>	<b>18.770.000</b>	<b>20.646.000</b>	<b>22.711.490</b>	<b>24.985.240</b>	<b>20.865.746</b>
5) DESPESA DO MUNICÍPIO EM:	2008	2009	2010	2011	2012	Médias de Despesas a Realizar
<b>5.1) Despesa c/ Encargos + Amortizações</b> (a pagar)	640.000	704.000	774.600	852.000	937.000	781.520
<b>5.2) Despesa com Investimentos</b> (a pagar)	2.805.165	3.085.600	3.394.200	3.733.600	4.107.000	3.425.113
<b>5.3) Previsão de Despesa Total</b> (2.1 + 2.2)	<b>3.445.165</b>	<b>3.789.600</b>	<b>4.168.800</b>	<b>4.585.600</b>	<b>5.044.000</b>	<b>4.206.633</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná



*Parte V*

*Processo Partecipativo*



## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS .....	354
INTRODUÇÃO .....	356
<b>1. REUNIÕES TÉCNICAS .....</b>	<b>358</b>
Primeira Reunião Técnica .....	359
Segunda Reunião Técnica .....	359
Terceira Reunião Técnica .....	368
Quarta Reunião Técnica .....	372
Quinta Reunião Técnica .....	374
Sexta Reunião Técnica .....	375
sétima reunião técnica .....	376
<b>2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS .....</b>	<b>378</b>
Primeira Audiência Pública .....	379
Segunda Audiência Pública .....	383
Terceira Audiência Pública .....	389



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1.1 – Leitura do Termo de Referência .....	359
Figura 1.2 – Leitura do Termo de Referência .....	359
Figura 1.3 – Treinamento do Estatuto da Cidade e Código Tributário.....	360
Figura 1.4 – Treinamento do Estatuto da Cidade e Código Tributário.....	360
Figura 1.5 – Slides de 1 a 8 da Apresentação do 1º Treinamento.....	361
Figura 1.6 – Slides de 9 a 16 da Apresentação do 1º Treinamento.....	362
Figura 1.7 – Slides de 17 a 24 da Apresentação do 1º Treinamento.....	363
Figura 1.8 – Slides de 25 a 32 da Apresentação do 1º Treinamento.....	364
Figura 1.9 – Slides de 33 a 40 da Apresentação do 1º Treinamento.....	365
Figura 1.10 – Slides de 41 a 48 da Apresentação do 1º Treinamento.....	366
Figura 1.11 – Slides de 49 a 56 da Apresentação do 1º Treinamento.....	367
Figura 1.12 – Ata do treinamento da fase III: página 1 .....	368
Figura 1.13 – Ata do treinamento da fase III: página 2 .....	369
Figura 1.14 – Cartilha de Diretrizes e Proposições: página 1 .....	369
Figura 1.15 – Cartilha de Diretrizes e Proposições: página 2 .....	370
Figura 1.16 – Cartilha de Diretrizes e Proposições: página 3 .....	370
Figura 1.17 – Cartilha de Diretrizes e Proposições: página 4 .....	371
Figura 1.18 – Cartilha de Diretrizes e Proposições: página 5 .....	371
Figura 1.19 – Cartilha de Diretrizes e Proposições: página 6 .....	372
Figura 1.20 – Cartilha de Diretrizes e Proposições: página 7 .....	372
Figura 1.21 – Quarta reunião técnica.....	373
Figura 1.22 – Revisão do cronograma.....	373
Figura 1.23 – Lista de presença da quarta reunião técnica.....	373
Figura 1.24 – Quinta reunião técnica .....	374
Figura 1.25 – Correções de Diretrizes e Proposições .....	374
Figura 1.33 – Lista de presença da quinta reunião.....	374
Figura 1.26 – Sexta reunião técnica .....	375
Figura 1.27 – Apresentação da tabulação.....	375
Figura 1.28 – Lista de presença da sexta reunião técnica .....	375
Figura 1.29 – Treinamento sobre Legislação.....	376
Figura 1.30 –Legislação.....	376
Figura 1.31 – Lista de presença do treinamento técnico sobre Legislação.....	377
Figura 1.32 - Ata do treinamento técnico sobre Legislação.....	377
Figura 2.1 – Explicação na 1ª Audiência Pública.....	379
Figura 2.2 – Autoridades presentes na audiência.....	379
Figura 2.3 – Lista de presença.....	380



---

Figura 2.4 – Continuação da lista de presença .....	380
Figura 2.5 – Continuação da lista de presença .....	380
Figura 2.6 – Slides de 1 a 8 da Apresentação da 1ª Audiência Pública .....	381
Figura 2.7 – Slides de 9 a 16 da Apresentação da 1ª Audiência Pública .....	382
Figura 2.8 – Slides de 17 a 20 da Apresentação da 1ª Audiência Pública.....	383
Figura 2.9 – Apresentação de Diretrizes.....	384
Figura 2.10 – 2ª Audiência Pública do PDM.....	384
Figura 2.11 – 2ª Audiência Pública do PDM.....	384
Figura 2.12 – Explicação à população .....	384
Figura 2.13 – Lista de presença da 2ª Audiência Pública.....	385
Figura 2.14 – Slides de 1 a 4 da Apresentação da 2ª Audiência Pública .....	385
Figura 2.15 – Slides de 5 a 12 da Apresentação da 2ª Audiência Pública.....	386
Figura 2.16 – Slides de 13 a 20 da Apresentação da 2ª Audiência Pública .....	387
Figura 2.17 – Slides de 21 a 28 da Apresentação da 2ª Audiência Pública .....	388
Figura 2.18 – Slides 29 da Apresentação da 2ª Audiência Pública .....	389
Figura 2.19 – Ata da 3ª Audiência Pública: página 1 .....	390
Figura 2.20 – Ata da 3ª Audiência Pública: página 2 .....	391
Figura 2.21 – Slides de 1 a 8 da Apresentação da 3ª Audiência Pública .....	392
Figura 2.22 – Slides de 9 a 16 da Apresentação da 3ª Audiência Pública.....	393
Figura 2.23 – Slides de 17 a 24 da Apresentação da 3ª Audiência Pública .....	394
Figura 2.24 – Slides de 25 a 32 da Apresentação da 3ª Audiência Pública .....	395
Figura 2.25 – Slides de 33 a 40 da Apresentação da 3ª Audiência Pública .....	396
Figura 2.26 – Slides de 41 a 43 da Apresentação da 3ª Audiência Pública .....	397



## INTRODUÇÃO

O estudo histórico da regulação do poder político distinguiu, dentre as sociedades da antiguidade, a grega e a romana, nas quais verdadeiramente surgiu o poder político. A afirmação de que os gregos e os romanos inventaram a política não implica que antes deles não existissem poder ou autoridade, mas que tais povos deram origem ao poder e à autoridade políticos propriamente ditos. A própria palavra política é grega e vem de "polis", que é a cidade, entendida como comunidade organizada formada pelos cidadãos (politikós), isto é, homens nascidos no solo da cidade, livres e iguais, portadores de dois direitos: a isonomia – igualdade perante a lei – e a isogoria – o direito de expor e discutir em público opiniões sobre ações que a cidade deve ou não realizar.

Quando as pessoas se reúnem para discutir a cidade, discutir um plano diretor de desenvolvimento integrado da polis, não conquistam um direito novo, inédito, mas revivem os velhos direitos à isonomia e à isogoria. Em outras palavras, colocam-se par a par, em pé de igualdade, para exercerem os direitos de exporem suas próprias opiniões e colaborarem para definir as linhas de desenvolvimento da cidade, seja através de fóruns ou audiências públicas, as quais têm a mesma origem, na Grécia Antiga, mas que têm relevante diferença jurídica, não se anulando, mas se completando.

O processo de construção do Plano Diretor Municipal (PDM) de Três Barras do Paraná iniciou um momento de reflexão do futuro do Município, enquanto entidade política administrativa e de afirmação de sua importância no contexto do desenvolvimento do Estado. E tão importante quanto construir um processo de planejamento para o município, é construir formas de permitir e promover a participação popular nesse processo. São necessárias a construção e a viabilização de tomadas de decisão pela população, desde a inclusão de moradores desvinculados de uma organização social consolidada até as Câmaras de Lei.

O Estatuto da Cidade estabelece que a definição de políticas públicas para o desenvolvimento municipal deve ser acompanhada pela população, garantindo sua participação nos vários níveis de elaboração do PDM. Essa participação popular pode ocorrer de várias maneiras: através de reuniões, fóruns de discussão e audiências públicas. Para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU), através do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, a participação popular é garantida mediante a representação dos Prefeitos Municipais legitimamente eleitos, Sociedade Civil Organizada, Câmara de Vereadores e Conselhos. Ainda, em Três Barras do Paraná, a Equipe Técnica Municipal (ETM) e a Comissão de Acompanhamento (CA) do PDM sempre estiveram preocupadas em garantir a máxima participação da sociedade e da comunidade local no processo de construção do PDM.



---

Visando dar continuidade ao processo de participação popular, as esferas de poder municipal, junto à empresa DRZ Consultores Associados, promoveram duas Audiências Públicas, realizadas durante todo o processo de construção do Plano Diretor. Foram objetivos destas Audiências: dar ampla e plena publicidade aos trabalhos técnicos do PDM, debater as propostas apresentadas, permitir a participação popular nas decisões de gestão da cidade, promover o confronto de idéias e permitir o controle das ações dos governantes.

As Listas de Presença das Audiências Públicas, das reuniões técnicas e de trabalho, bem como o registro fotográfico destes eventos, caracterizadas pelo cumprimento das formalidades legais a elas inerentes, estão apresentados nesta parte do trabalho, de forma a produzir um importante testemunho do processo de elaboração e aprovação do PDM de Três Barras do Paraná.

# **1. REUNIÕES TÉCNICAS**

## PRIMEIRA REUNIÃO TÉCNICA

A primeira reunião técnica em Três Barras do Paraná, após a assinatura do contrato de prestação de serviços de consultoria, iniciou-se a leitura do Termo de Referência da SEDU/PARANACIDADE e do Plano de Trabalho, no dia 5 de março de 2007 às 10 horas. Esta reunião ocorreu no prédio da Prefeitura Municipal onde estavam presentes funcionários da prefeitura, vereadores, o prefeito, representantes do PARANACIDADE e consultores da DRZ – Gestão de Cidades.

Definiram-se, a partir do conhecimento da norma, os primeiros passos para elaboração do Plano Diretor Municipal: indicação de Coordenador para Equipe Técnica Municipal, composição da mesma e agendamento de Treinamento incluindo os Vereadores e Secretários.

### RESUMO

- Data: 05/03/07.
- Horário: 10h00min.
- Local: Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná.
- Pauta: Leitura do Termo de Referência.
- Participantes: Equipe Técnica da consultoria DRZ – Gestão de Cidades, Renata Helena da Silva (analista do PARANACIDADE), Marlete Dal Magro (escolhida Coordenadora da Equipe Técnica Municipal), e funcionários da administração pública.



Figura 1.1 – Leitura do Termo de Referência  
Fonte: DRZ - Gestão de Cidades



Figura 1.2 – Leitura do Termo de Referência  
Fonte: DRZ - Gestão de Cidades

## SEGUNDA REUNIÃO TÉCNICA

No dia 2 de abril de 2007, das 14 às 17 horas, na Câmara Municipal realizou-se a segunda reunião técnica para entrega do Plano de Trabalho e Treinamento da equipe técnica municipal, composta por membros da administração e vereadores. O

Treinamento teve como temas o Código Tributário e Legislação Urbanística, Plano Diretor Municipal e o Estatuto da Cidade.

A partir do Treinamento, as pessoas designadas para compor a Equipe Técnica Municipal foram capacitadas a compreender as intenções do Plano Diretor Municipal, a fim de colaborarem de forma pró-ativa em sua elaboração. As explicações foram realizadas pelos técnicos da empresa de consultoria DRZ – Gestão de Cidades com auxílio de recursos visuais projetados em telão.

#### RESUMO

- Data: 02/04/2007.
- Horário: das 14h00min às 17h00min.
- Local: Câmara Municipal de Vereadores.
- Pauta: Treinamento com equipe técnica municipal, vereadores e analista do PARANACIDADE sobre o Plano Diretor Participativo e o Estatuto da Cidade e desenvolvimento das atividades a serem realizadas.
- Participantes: Equipe Técnica da consultoria DRZ – Gestão de Cidades, Equipe Técnica Municipal, analista do PARANACIDADE, vereadores, secretários e funcionários da administração municipal.



Figura 1.3 – Treinamento do Estatuto da Cidade e Código Tributário.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades



Figura 1.4 – Treinamento do Estatuto da Cidade e Código Tributário.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

**1º TREINAMENTO TÉCNICO**  
Plano Diretor Municipal

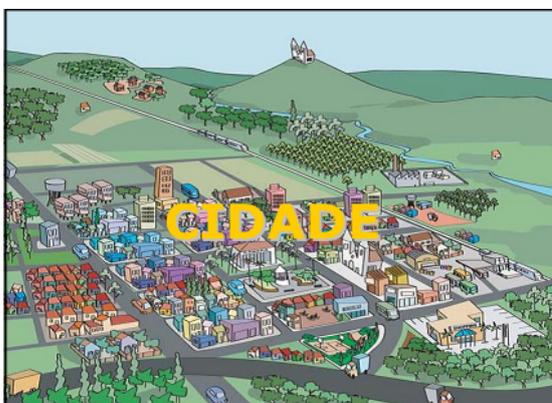
**Equipe Técnica Consultoria**

Cristina Gouveia Rosa  
Arquiteta e Urbanista  
Fernanda Lima Lanziani  
Arquiteta e Urbanista  
Michelle Patrício Sayegh  
Arquiteta e Urbanista  
Flavio de Souza Granado  
Engenheiro Civil  
Rubens Menoll  
Bacharel em Direito  
Agostinho de Rezende  
Administrador de Empresa  
Paulo Borges  
Economista

**Equipe Técnica Municipal**

**Objetivo da Audiência**

- Esclarecer o que é Plano Diretor, sua importância e necessidade da participação popular;
- Apresentar instrumentos do Estatuto da Cidade.



**O que é uma CIDADE?**

É fruto do trabalho coletivo de uma sociedade. Nela está materializada a história de um povo, suas relações sociais, políticas, econômicas e religiosas. Sua existência ao longo do tempo é determinada pela necessidade humana de se agregar, de se interrelacionar, de se organizar em torno do bem estar comum; de produzir e trocar bens e serviços, de criar cultura e arte; de manifestar sentimentos e anseios que só se concretizam na diversidade que a vida urbana proporciona.

**"a fotografia de uma cidade é a fotografia de uma sociedade"**

**Porque Elaborar um Plano Diretor?!**

- Construir uma cidade melhor para todos;
- Identificar o melhor local para os equipamentos públicos;
- Captar recursos para o Município;
- Para que a população participe das decisões sobre a cidade e sobre as prioridades do município;
- Formular propostas para os próximos 10 anos;
- Definir ações para áreas de loteamentos clandestinos e irregulares;
- Organizar o crescimento da cidade;
- Definir potencialidades econômicas do Município;
- Delimitar e preservar as áreas verdes e áreas de abastecimento público;
- Definir áreas com potencial turístico;
- Superar os problemas existentes levando em conta os potenciais sociais e econômicos do município;

Figura 1.5 – Slides de 1 a 8 da Apresentação do 1º Treinamento.  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

### Porque Elaborar um Plano Diretor?!

- Garantir, tanto no presente quanto no futuro, o uso democrático e sustentável dos recursos disponíveis;
- Compatibilizar o ambiente com a ocupação humana;
- Incluir toda a população que vive e utiliza uma cidade na definição de seu futuro;
- Tornar à cidade um benefício coletivo capaz de melhorar a qualidade de vida de moradores e usuários em geral;
- Para que todos os moradores assumam a tarefa de construir um futuro melhor para a cidade, promovendo assim os direitos de cidadania.



### Os Riscos de NÃO Planejar:

- Paralisação do crescimento da cidade;
- Aparecimento de "favelas" em áreas de proteção ambiental;
- Depredação dos recursos naturais;
- Risco de enchentes, deslizamentos e erosões;
- Pressão sobre atividades agrícolas próximas das cidades;
- Geração de maior demanda para infra-estrutura;
- Desperdício de infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos;
- Falta de aproveitamento dos recursos do Município;
- Crescimento desorganizado da cidade;



### Quais os Resultados de se Planejar a Cidade?

- A cidade fica mais organizada;
- Os problemas são conhecidos e portanto é mais fácil de propor soluções;
- É possível prevenir os danos ao Meio Ambiente, o que garante a qualidade dos recursos naturais para as próximas gerações;
- Pode-se fortalecer e promover uma melhor economia para a cidade através da geração de emprego e de renda.



### O QUE É PLANO DIRETOR??

O **PLANO DIRETOR** é uma lei municipal elaborada com a participação de todos. É o **INSTRUMENTO** básico da **POLÍTICA TERRITORIAL** que vai dizer como será o **DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO**. Nele deve estar explicitado o projeto de cidade que queremos ter. Podemos dizer de forma resumida que ele:

- É resultado do planejamento do futuro da cidade;
- Organiza seu crescimento e transformação;
- Define as ações prioritárias;
- Dimensiona as metas a serem buscadas;
- Regulamenta os instrumentos urbanísticos para normatizar o processo de construção e o mercado imobiliário;
- Estabelece o sistema de gestão democrático.



### PLANO DIRETOR

O **PLANO DIRETOR** vale para todo o município, ou seja, para as **ÁREAS URBANAS** e **RURAIS**. Deve indicar qual é o destino de cada parte do município, sem esquecer, é claro, que essas partes formam um todo. Ele deve regulamentar, no âmbito de cada município, os **INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS** previstos no Estatuto da Cidade para **GARANTIR a FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA CIDADE E ORDENAR O CRESCIMENTO DO MUNICÍPIO**.



### PLANO DIRETOR

O **PLANO DIRETOR** DEFINIRÁ AS PRINCIPAIS OBRAS E PROGRAMAS URBANOS QUE O MUNICÍPIO VAI REALIZAR NO PERÍODO DE SUA VIGÊNCIA (em torno de dez anos).



### PLANO DIRETOR

**MUNICÍPIOS PARA OS QUAIS O PLANO DIRETOR É OBRIGATÓRIO DE ACORDO COM O ESTATUTO DA CIDADE:**

- Com mais de 20.000 habitantes;
- Integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- Pertencentes a áreas de interesse histórico-turístico;
- Inseridas em área de influência de empreendimentos ou atividades com impacto regional ou nacional (mesmo com menos de 20.000 habitantes);



### PLANO DIRETOR

#### CONSTITUIÇÃO DO PARANÁ

*"As cidades com população inferior a vinte mil habitantes receberão assistência de órgão estadual de desenvolvimento urbano na elaboração das normas gerais de ocupação do território, que garantam a função social do solo urbano."*



Figura 1.6 – Slides de 9 a 16 da Apresentação do 1º Treinamento.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

### LEGISLAÇÃO

- Constituição Federal Art. 182-183;
- Estatuto da Cidade 10.257/01;
- Constituição do Estado do Paraná - 1989 - Art. 152;
- Decreto 2581 de 17 de Fevereiro de 2004 - Paraná;
- Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006.



### O Que Garante um Bom Planejamento?

Para garantir que o planejamento seja feito de acordo com as necessidades do Município foi aprovada uma Lei Federal que é:

#### O ESTATUTO DA CIDADE (Lei nº10.257/2001)



### ESTATUTO DA CIDADE

É uma **LEI FEDERAL (10.257/01)** que regulamentou e desenvolveu o capítulo Da Política Urbana da Constituição Federal (artigos 182 e 83), estabelecendo como deve ser elaborada a **POLÍTICA URBANA** em todo o país.

OBJETIVO:

**POSSIBILITAR QUE AS CIDADES POSSAM CRESCER DE FORMA MAIS ORDENADA, PROTEGER O MEIO AMBIENTE E GARANTIR OS DIREITOS URBANOS FUNDAMENTAIS, COMO A MORADIA DIGNA E OS TRANSPORTES SUSTENTÁVEIS.**



### ESTATUTO DA CIDADE

O **ESTATUTO DA CIDADE ESTABELECE** que a **PROPRIEDADE** precisa **CUMPRIR UMA FUNÇÃO SOCIAL**, ou seja, a terra deve servir para o benefício da coletividade e não apenas aos interesses de seu proprietário.

Para isso, o Estatuto estabelece um conjunto de regras para organizar o território do município, que devem ser aplicadas de acordo com a realidade local.

**Todos os municípios devem planejar o seu futuro e fazer seu Plano Diretor!**



### ESTATUTO DA CIDADE



- Estabelece princípios e defende nossos direitos
- Define os temas prioritários e os objetivos e diretrizes das políticas públicas
- Garante a auto-aplicabilidade dos instrumentos regulamentados



### ESTATUTO DA CIDADE



- Garante a função social da propriedade e da cidade
- Combate à retenção especulativa de terras e imóveis ociosos
- Estimula a ocupação das áreas bem localizadas



### ESTATUTO DA CIDADE



- Propõem diretrizes para a estruturação territorial
- Regulamenta os instrumentos urbanísticos
- Estabelece as diretrizes de uso e ocupação do solo
- Prevê áreas para equipamentos públicos



### ESTATUTO DA CIDADE



- Prevê o planejamento territorial da zona rural
- Estabelece limites para expansão da zona urbana
- Possui diretrizes para o parcelamento do solo



Figura 1.7 – Slides de 17 a 24 da Apresentação do 1º Treinamento.  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

<p style="text-align: center;"><b>ESTATUTO DA CIDADE</b></p>  <ul style="list-style-type: none"><li>• Protege os territórios ocupados por comunidades tradicionais</li><li>• Preserva as áreas de interesse histórico e cultural relevantes para a identidade da cidade</li><li>• Protege áreas ambientalmente frágeis e de interesse paisagístico e ecológico e cria um sistema de áreas verdes</li></ul> 	<p style="text-align: center;"><b>ESTATUTO DA CIDADE</b></p>  <ul style="list-style-type: none"><li>• Reserva espaços para a moradia digna</li><li>• Possibilita a regularização de assentamentos irregulares e garante a permanência dos moradores</li></ul> 
<p style="text-align: center;"><b>ESTATUTO DA CIDADE</b></p>  <ul style="list-style-type: none"><li>• Define a prioridade de investimentos a serem aplicados no município</li><li>• Prevê ações estratégicas para o desenvolvimento econômico</li><li>• Trata do transporte e mobilidade urbana</li></ul> 	<p style="text-align: center;"><b>ESTATUTO DA CIDADE</b></p>  <ul style="list-style-type: none"><li>• Cria um sistema de gestão democrática</li><li>• Estabelece prazo para a vigência e revisão do Plano Diretor</li></ul> 
<p style="text-align: center;"><b>ESTATUTO DA CIDADE</b></p> <p><b>DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA URBANA (Artigo 2º do Estatuto da Cidade):</b></p> <p>I - <b>garantia do direito a cidades sustentáveis</b>, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;</p> <p>II - <b>gestão democrática</b> por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;</p> 	<p style="text-align: center;"><b>ESTATUTO DA CIDADE</b></p> <p>III - <b>cooperação entre os governos, iniciativa privada e os demais setores da sociedade</b> no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;</p> <p>IV - <b>planejamento do desenvolvimento das cidades</b>, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;</p> 
<p style="text-align: center;"><b>ESTATUTO DA CIDADE</b></p> <p>VI - <b>ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;</li><li>b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;</li><li>c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infra-estrutura urbana;</li><li>d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente;</li><li>e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;</li><li>f) a deterioração das áreas urbanizadas;</li><li>g) a poluição e a degradação ambiental;</li></ul> 	<p style="text-align: center;"><b>ESTATUTO DA CIDADE</b></p> <p>VII - <b>integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais</b>, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de influência;</p> <p>IX - <b>justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;</b></p> <p>X - <b>adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira</b> e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais;</p> 

Figura 1.8 – Slides de 25 a 32 da Apresentação do 1º Treinamento.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

### ESTATUTO DA CIDADE

XI – **recuperação dos investimentos do Poder Público** de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;

XII – **proteção, preservação e recuperação do meio ambiente** natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

XIV – **regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda** mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais;



### ESTATUTO DA CIDADE

XII – **proteção, preservação e recuperação do meio ambiente** natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

XVI – **isonomia de condições para os agentes públicos e privados** na promoção de empreendimentos e atividades relativos ao processo de urbanização, atendido o interesse social.



### ESTATUTO DA CIDADE

As principais inovações que o Estatuto da Cidade traz são os instrumentos de política urbana, que podem ser divididas, em três grupos:



### ESTATUTO DA CIDADE

**1. Instrumentos de indução do desenvolvimento urbano**, voltados para o controle do processo de expansão e desenvolvimento urbano;

- PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIA (arts. 5º e 6º)
- IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO (art. 7º)
- DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULO (art. 8º)
- CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO (art. 46)

Objetivos:

- Induzir a ocupação de áreas já dotadas de infra-estrutura e equipamentos;
- Aumentar oferta de terra e edificação para atender à demanda existente.



### ESTATUTO DA CIDADE

• ORTOGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR (arts. 28 a 31).

• DIREITO DE SUPERFÍCIE (Arts. 21 a 24)

Objetivos:

Separar a propriedade dos terrenos urbanos do direito de edificação. Separando esses direitos, o poder público aumenta sua capacidade de interferir sobre o mercado imobiliário.



### ESTATUTO DA CIDADE

• TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR (Art. 35).

Objetivos:

Viabilizar a preservação de imóveis ou áreas de importante valor histórico ou ambiental

• OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS (arts. 33 a 34).

Objetivos:

Viabilizar intervenções de maior escala, em atuação concertada entre o poder público e os diversos atores da iniciativa privada.

• DIREITO DE PREEMPÇÃO (arts. 25 a 27).

Objetivos:

Facilitar a aquisição, por parte do poder público, de áreas de seu interesse, para a realização de projetos específicos.



### ESTATUTO DA CIDADE

**2. Instrumentos de regularização fundiária**, voltados para legalização das áreas urbanas ocupadas por população de baixa renda;

- ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS)
- USUCAPIÃO ESPECIAL DE IMÓVEL URBANO
- CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO (CDRU)

Objetivos:

- Inclusão a regularização;
- Introduzir serviços e infra-estruturas urbanas;
- Aumento da arrecadação municipal;
- Aumentar a oferta de terras para os mercados urbanos de baixa renda;



### ESTATUTO DA CIDADE

**3. Instrumentos de gestão democrática**, voltados a garantir o controle social na gestão das cidades.

- ÓRGÃO COLEGIADO DE POLÍTICA URBANA;
- DEBATE, AUDIÊNCIA, CONSULTA PÚBLICA;
- CONFERÊNCIAS SOBRE ASSUNTOS DE INTERESSE URBANO (Arts. 43 a 45);
- ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (Arts 36 a 38).

Objetivos:

- Democratizar o sistema de tomada de decisões sobre grandes empreendimentos;



Figura 1.9 – Slides de 33 a 40 da Apresentação do 1º Treinamento.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

### ESTATUTO DA CIDADE

PARA QUE O MUNICÍPIO FAÇA USO DO ESTATUTO DA CIDADE, ELE DEVERÁ POSSUIR UM **PLANO DIRETOR MUNICIPAL** QUE INDICARÁ E ORGANIZARÁ O CRESCIMENTO DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DAS REGRAS DISPOSTAS PELO ESTATUTO DA CIDADE, DETERMINANDO COMO E QUAIS REGRAS PODERÃO SER ALI IMPLANTADAS.



### ETAPAS DO PLANO DIRETOR

#### •PREPARAÇÃO E LANÇAMENTO

Mobilizar os cidadãos para participar do Plano Diretor e capacitá-los.



### ETAPAS DO PLANO DIRETOR

#### •LEITURA DA "CIDADE QUE TEMOS"



A leitura da cidade tem como objetivo conhecer bem a sua realidade, seus problemas e suas potencialidades. Traz informações como por exemplo: crescimento da população, expansão urbana, dados socioeconômicos, localização dos usos (moradia, comércio, indústria), os problemas a serem resolvidos e as potencialidades.



### ETAPAS DO PLANO DIRETOR

#### •ESCOLHA DOS TEMAS E OBJETIVOS

O resultado da leitura deve ser apresentado para os cidadãos juntamente com uma seleção de temas prioritários a serem trabalhados pelo Plano.



### ETAPAS DO PLANO DIRETOR

#### •PROPOSTA PARA "A CIDADE QUE QUEREMOS"

Nesta fase é debatido e definido os objetivos a serem alcançados e as propostas.



### ETAPAS DO PLANO DIRETOR

#### •DEFINIÇÃO DAS AÇÕES E DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS

São necessários para que os objetivos do Plano sejam cumpridos.

- As ações são planos específicos, programas projetos e obras que precisam ser executados. As ações prioritárias deverão ser consideradas nos orçamentos anuais.
- Os instrumentos servem para regular a atuação de todos os agentes que constroem no território do município. Nem todos os instrumentos do Estatuto da Cidade precisam estar no Plano Diretor, mas apenas aqueles que são necessários para cumprir os objetivos definidos e, quando adotados, devem ser regulamentados para que sejam auto-aplicáveis.



### ETAPAS DO PLANO DIRETOR

#### •REDAÇÃO DO PROJETO DE LEI

Essa é a hora de decidir o que entra ou não no Plano Diretor. Quando o Projeto de Lei (PL) for encaminhado à Câmara, os vereadores terão que avaliar seu conteúdo.



- Lei do Plano Diretor;
- Lei do Perímetro Urbano;
- Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural;
- Lei do Sistema Viário;
- Lei do Parcelamento;
- Código de Posturas;
- Código de Obras.



### PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO

O **PLANO DIRETOR** como um dos mais importantes **INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL, DEVE SER RESULTADO DE UM PROCESSO PARTICIPATIVO!** Pois irá **ORIENTAR** a administração de sua cidade.



Figura 1.10 – Slides de 41 a 48 da Apresentação do 1º Treinamento.  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

### PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO

#### O PLANO DIRETOR SÓ VALE SE A POPULAÇÃO PARTICIPAR!

O Estatuto da Cidade obriga a Prefeitura e a Câmara Municipal a dar espaço para que todos participem das decisões sobre a cidade. O plano Diretor só tem valor quando é feito ou colocado em prática com a participação de toda a sociedade.



O Plano Diretor precisa ser bem divulgado e estar a disposição para todos consultarem. Só assim as pessoas podem fiscalizar se a prefeitura está cumprindo o que foi decidido junto com a população.



### PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO

A população precisa participar das decisões para que o direito da Cidade seja de todos. O Estatuto obriga a prefeitura e realizar audiências e consultas públicas quando for tomar alguma decisão importante sobre a Cidade.

#### O Plano Diretor é de todos!!!!

Lembre-se de que um Plano Diretor é o resultado de um processo coletivo, não é exclusivamente do prefeito que o propôs, nem do partido político que está no governo. É da sociedade e deve valer durante várias gestões. Por isso, deve ser pactuado por todos e implementado com o apoio da Câmara Municipal e da sociedade.



### Responsabilidade de cada um...

#### CONSULTORIA

**COORDENAR** e **APOIAR TECNICAMENTE** o processo de elaboração do Plano Diretor; **DEFINIR** a **METODOLOGIA** de trabalho; e **CAPACITAR** equipe técnica municipal e Comissão de Acompanhamento.



### Responsabilidade de cada um...

#### EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Terá o objetivo de **FORNECER** dados, **ACOMPANHAR** e **ANALISAR** os estudos, a pertinência e a viabilidade das proposições apresentadas pela consultoria contratada, nas diversas fases do processo.



### Responsabilidade de cada um...

#### COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Formada por representantes das entidades no Município e cidadãos interessados para **ACOMPANHAR** e **OPINAR** nas diferentes fases do processo de elaboração do Plano Diretor, **REPRESENTANDO AS ASPIRAÇÕES DA COMUNIDADE**.



### Responsabilidade de cada um...

#### CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Formado por representantes da Sociedade Civil e Técnicos da Prefeitura que funcionará como um **INTERLOCUTOR** entre a **INICIATIVA POPULAR** e o **GOVERNO MUNICIPAL** e **ACOMPANHARÁ A APLICAÇÃO DO PLANO DIRETOR**, podendo propor alterações no mesmo diante de mudanças na realidade local.



### Responsabilidade de cada um...

#### VEREADOR

O **ESTATUTO DA CIDADE** (Lei Federal o n 10.257/01) exige que o **PLANO DIRETOR** seja uma **LEI**, que deve ser discutida com toda a sociedade em audiências públicas e aprovada pelas Câmaras Municipais. O **VEREADOR** faz as leis, e por isso deve **DISCUTIR** e **APROVAR** o Plano Diretor!

É fundamental que o **VEREADOR** se envolva em todo o processo de formulação do Plano Diretor, para se familiarizar com o assunto, pois será quem **IRÁ DISCUTI-LO, MODIFICÁ-LO, APROVÁ-LO E GARANTIR A SUA IMPLEMENTAÇÃO!**

O vereador deve se basear no **PLANO DIRETOR** para **CONTRIBUIR** na **ELABORAÇÃO** e **EXECUÇÃO** dos **ORÇAMENTOS ANUAIS**, na **GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS** e nas decisões sobre as **OBRAS** que serão **REALIZADAS** no seu município.



Muito Obrigada e até o próximo encontro!!



Visite nosso site: [www.drz.com.br](http://www.drz.com.br)  
E-mail: [paranacida@drz.com.br](mailto:paranacida@drz.com.br)  
(43) 3026 4065  
Londrina - Paraná

Figura 1.11 – Slides de 49 a 56 da Apresentação do 1º Treinamento.  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades



### TERCEIRA REUNIÃO TÉCNICA

Reuniram-se na Câmara Municipal de Vereadores de Três Barras do Paraná, os membros da Equipe Técnica do Plano Diretor, Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor e representantes da DRZ Consultores Associados para o treinamento das Diretrizes e Proposições fase III, da elaboração do Plano Diretor.

#### RESUMO

- Data: 08/05/07.
- Horário: 15h30min.
- Local: Câmara Municipal de Vereadores.
- Pauta: Treinamento das Diretrizes e Proposições da fase III.
- Participantes: Equipe Técnica da consultoria DRZ – Gestão de Cidades e Equipe Técnica Municipal.

Ata nº 004/2007  
Nos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e sete, às quinze e trinta horas, reuniram-se na Câmara Municipal de Vereadores de Três Barras do Paraná, os membros da equipe técnica do Plano Diretor, Comissão de acompanhamento do Plano Diretor e representantes da DRZ Consultores (Associação) dige: Associados  
Pauta: Treinamento das Diretrizes e Proposições Fase 3, da elaboração do Plano Diretor.  
Dando início a reunião a Arquiteta «Fiche» representante da DRZ plando sobre o início da terceira etapa e finalizar a segunda etapa, ou seja leitura técnica e leitura comunitária para coleta de dados junto a comunidade, através de questionários aplicados nas escolas. Após o levantamento dos dados serão discutidos em conjunto os temas prioritários que farão parte do Plano Diretor e as ações a serem realizadas a curto, médio e longo prazo. No decorrer dos trabalhos serão realizadas reuniões em algumas comunidades em busca da coleta de

Figura 1.12 – Ata do treinamento da fase III: página 1  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

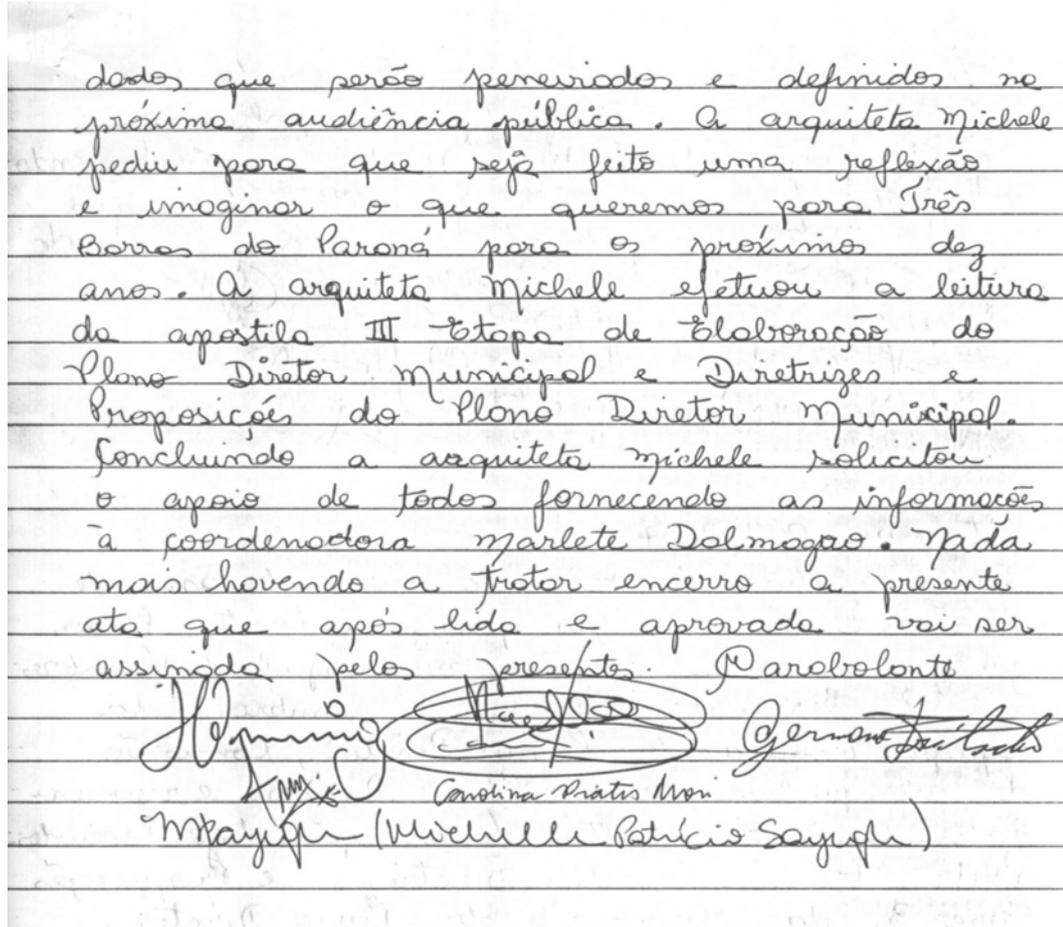


Figura 1.13 – Ata do treinamento da fase III: página 2  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

<p><b>Introdução</b></p> <p>A Política de Desenvolvimento Municipal baseia-se nos princípios gerais definidos na constituição federal como também ao Estatuto da Cidade sendo neste Plano Diretor Municipal composta de quatro vertentes onde serão identificadas medidas prioritárias de ação em cada uma, sendo as seguintes vertentes:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Proteção e Preservação Ambiental</li><li>• Desenvolvimento Sócio Econômico</li><li>• Desenvolvimento Institucional</li><li>• Desenvolvimento Físico-Territorial.</li></ul> <p>Em cada vertente foram definidas diretrizes, propostas e ações prioritárias que estarão divididas em curto (até 4 anos), médio (até 8 anos) e longo prazo (até 10 anos) atendendo a prioridade de ação de abrangência social, seguida de custo de investimento e manutenção, capacidade técnica de execução e atendimento dos objetivos do Plano Diretor Municipal.</p> <p>O Estatuto da Cidade aponta os princípios constitucionais fundamentais norteadores do Plano Diretor sendo:</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• função social da propriedade;</li><li>• desenvolvimento sustentável;</li><li>• funções sociais da cidade;</li><li>• igualdade e da justiça social;</li><li>• participação popular.</li></ul> <p>Em seguida, temos como base as diretrizes gerais da política urbana estabelecidas no Estatuto da Cidade, em seu artigo 2º:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para presentes e futuras gerações;</li><li>• Gestão democrática, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;</li><li>• Ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a utilização inadequada dos imóveis urbanos; o parcelamento do solo, a edificação ou usos excessivos ou</li></ul>
---	---

Figura 1.14 – Cartilha de Diretrizes e Proposições: página 1  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

<p>inadequados em relação à infra-estrutura urbana; a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; a deterioração das áreas urbanizadas;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;</li><li>• Recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos, regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais.</li></ul> <p>Dessa forma o Plano Diretor Municipal deverá contemplar as diretrizes, proposições, ações da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• DIRETRIZES: são opções estratégicas de curto, médio e longo prazo feitas nesta lei sob a forma de restrições, prioridades e estímulos indutores no sentido de serem alcançados os objetivos gerais estratégicos de promoção do desenvolvimento urbano e das funções sociais da cidade;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• PROPOSIÇÕES: são os resultados específicos que se pretende alcançar e planejar dentro do menor prazo possível;</li><li>• AÇÕES: são os atos que criam meios ou desencadeiam processos destinados a alcançar os objetivos estratégicos;</li></ul>
--	--

Figura 1.15 – Cartilha de Diretrizes e Proposições: página 2  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

<p><b>Proteção e Preservação Ambiental</b></p> <p>A garantia do direito de cidades sustentáveis faz referência à formulação e implementação de políticas públicas compatíveis com os princípios de desenvolvimento sustentável definidos na agenda 21, sendo neste plano apoiadas em duas estratégias prioritárias:</p> <p>Aperfeiçoar a regulação do uso e da ocupação do solo urbano e promover o ordenamento do território, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população considerando a qualidade ambiental.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Abastecimento de Água e Coleta de Esgoto</li><li>• Pavimentação e Drenagem de águas plúvias</li><li>• Rede de Energia e Iluminação Pública</li></ul>	<p><b>Desenvolvimento Sócio-Econômico</b></p> <p>O Desenvolvimento sócio-econômico do município depende de algumas ações e atitudes que venham de encontro com os anseios da comunidade nos sentido de propiciar aos mesmos um padrão de vida melhor, mais digno e acima de tudo mais humano. Desta forma as diretrizes e proposições nesta vertente contemplam as seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Econômico</li><li>• Saúde</li><li>• Educação</li><li>• Cultura</li><li>• Esporte e Lazer</li><li>• Ação Social</li><li>• Habitação de Interesse Social</li><li>• Segurança Pública</li><li>• Defesa Civil</li></ul>
---	---

Figura 1.16 – Cartilha de Diretrizes e Proposições: página 3  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

### Desenvolvimento Institucional

Com o objetivo de acompanhar e implementar os objetivos e diretrizes elencadas no Plano Diretor, faz-se necessária a organização para promoção do desenvolvimento Institucional fomentada pelos instrumentos de democratização da gestão urbana, baseados nos princípios fundamentais da Constituição Federal e diretrizes do Estatuto da Cidade.

São diretrizes para o desenvolvimento institucional:

- Participação popular através de debates, audiências, consultas públicas, conferências, iniciativa popular de projetos de lei, orçamento participativo e a criação de conselhos;
- Articulação entre o governo, sociedade civil, entidades e outros órgãos governamentais;
- Reorganização administrativa com implantação de uma assessoria de planejamento urbano;
- Treinamento dos funcionários;
- Implantação do Sistema de Informações Geográficas Municipais - SIG;

- Implantação do Sistema de Planejamento Integrado como um processo permanente, dinâmico e atualizado, para o monitoramento, avaliação e decisões sobre o desenvolvimento municipal;
- Adequação da gestão orçamentária às diretrizes do planejamento municipal;
- Criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal;
- Criação do Fundo de Desenvolvimento Municipal, a ser gerido pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, para o atendimento dos objetivos e diretrizes elencados no Plano Diretor.

### Sistema de Planejamento Integrado

O sistema de planejamento integrado tem o objetivo de garantir a participação de todas as secretarias e departamentos municipais; órgãos estaduais que atuam no município e a participação popular nos processos decisórios e de formulação de estratégias para o desenvolvimento municipal.

São objetivos do Sistema de Planejamento Integrado:

- Garantir a eficácia, eficiência e efetividade da gestão, na melhoria da qualidade de vida dos municípios;

Figura 1.17 – Cartilha de Diretrizes e Proposições: página 4  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

- Garantir mecanismos de monitoramento e gestão do Plano Diretor, na formulação e aprovação dos programas e projetos para a implementação e na indicação das necessidades de detalhamento, atualização e revisão do mesmo;
- Garantir estruturas e processos democráticos e participativos para o planejamento e gestão da política urbana, de forma continuada, permanente e dinâmica.

O sistema de planejamento Integrado será gerenciado pela Secretaria de Planejamento Municipal, sendo composto do Conselho de Desenvolvimento Municipal e demais conselhos existentes no município.

### Conselho de Desenvolvimento Municipal

O Conselho será o órgão responsável pelo acompanhamento, controle da implantação e gestão do Plano Diretor Municipal, sendo composto por 10 membros, distribuídos em partes iguais entre representantes da administração pública e de representantes da sociedade civil.

O conselho terá como principais atribuições:

- examinar a viabilidade dos projetos;

- estabelecer prioridades na aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento;
- acompanhar a aplicação da legislação municipal relativa ao planejamento e desenvolvimento territorial, propor e opinar sobre a atualização, complementação, ajustes e alterações do Plano Diretor Municipal;
- analisar e aprovar projetos de empreendimentos de impactos significativos, bem como indicar medidas compensatórias, mitigadoras e alterações que entender necessário, sem prejuízo das demais aprovações previstas na legislação;
- promover o acompanhamento de políticas setoriais integradas que tenham relação com o desenvolvimento territorial do Município;
- criação da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.

### Sistema de Informação Municipal

O Sistema tem como objetivo fornecer informações para planejamento, monitoramento, implementação e avaliação das políticas urbanas, subsidiando a tomada de decisões na gestão do Plano Diretor.

Figura 1.18 – Cartilha de Diretrizes e Proposições: página 5  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades



### Desenvolvimento Físico-Territorial

O desenvolvimento físico-territorial depende do instrumento de ordenação e indução territorial do desenvolvimento do Município, levando em conta a distribuição atual dos usos do solo, as densidades demográficas, de infra-estruturas, de equipamentos urbanos e de equipamentos comunitários e o controle do meio ambiente, considerando todas as regiões e suas características particulares para o processo de planejamento territorial. Sendo assim, cada região ou área possui uma diretriz dentro do planejamento territorial estando definida através de:

**Macrozoneamento Municipal** – envolve as regiões do território municipal como um todo, tanto a área urbana como a rural, e é caracterizado pela prevalência do patrimônio ambiental do município e da humanidade, pelos núcleos de agrupamentos rurais em estruturação e pelas atividades predominantemente ligadas à produção primária. O Macrozoneamento Municipal é composto das seguintes macrozonas:

- I - macrozona de produção rural;
- II - macrozona de recuperação e preservação ambiental ao longo dos cursos d' água;
- III - macrozona urbana;

- IV - eixo de produção industrial;
- V - macrozona de controle ambiental do aterro controlado e do Abatedouro Municipal;
- VI - macrozona de interesse ambiental;
- VII - macrozona de interesse turístico.

**Macrozoneamento Urbano** – restrito às regiões contidas no perímetro urbano. Corresponde às áreas caracterizadas pelo acelerado processo de urbanização e transformação das características naturais do território, onde deve ser implantado um modelo de ordenamento que promova a reestruturação e qualificação de bairros, periferias e agrupamentos urbanos, viabilizando a otimização do uso da infra-estrutura e dos investimentos públicos e privados, através de uma melhor densificação da cidade. O macrozoneamento urbano é composto das seguintes macrozonas:

- I - macrozona proteção ambiental e lazer;
- II - macrozona de proteção ambiental;
- III - macrozona de densificação urbana;
- IV - macrozona de ocupação prioritária;
- V - macrozona produtiva I;
- VI - macrozona produtiva II;
- VII - macrozona especial de interesse social;
- VIII - macrozona de expansão urbana.

Figura 1.19 – Cartilha de Diretrizes e Proposições: página 6  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

**Perímetro Urbano** – A definição deste perímetro pretende ordenar a expansão da malha urbana no interior desses limites de modo a otimizar o fornecimento de infra-estruturas e orientar o desenvolvimento do uso e da ocupação urbana da cidade.

### ORDENAMENTO DO SISTEMA VIÁRIO

As propostas para o ordenamento do sistema viário definem eixos de circulação contínua dentro da malha urbana atual sendo projetados além do perímetro urbano como diretrizes para futuros loteamentos com intuito de garantir acesso e circulação aos diversos pontos da malha urbana e evitar desapropriações no futuro.

1. Rodovias
2. Vias de Estruturação Municipal
3. Vias Arteriais
4. Vias Coletoras
5. Vias Locais
6. Vias Verdes
7. Via Marginal de Rodovia e Ferrovia
8. Ciclovias
9. Passeios Públicos

Figura 1.20 – Cartilha de Diretrizes e Proposições: página 7  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

## QUARTA REUNIÃO TÉCNICA

A quarta reunião técnica entre as equipes municipal e da consultoria ocorreu no dia 27 de setembro de 2007, no prédio da Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, para retomada dos trabalhos e definição de prazos, com membros da Equipe Técnica Municipal e a supervisora do PARANACIDADE, Renata Helena da Silva.

## RESUMO

- Data: 27/09/07.
- Horário: 14h00min.
- Local: Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná.
- Pauta: Retomada dos trabalhos e definição de prazos.
- Participantes: membros da Equipe Técnica da consultoria DRZ – Gestão de Cidades, a supervisora do PARANACIDADE Renata Helena Silva e membros da Equipe Técnica Municipal de Três Barras do Paraná.



Figura 1.21 – Quarta reunião técnica  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades



Figura 1.22 – Revisão do cronograma  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

Plano Diretor Municipal - Três Barras do PR 27/09/07

REUNIÃO LEITURA E FECHAMENTO FASE II - AVALIAÇÃO TEMÁTICA INTEGRADA - ETM, CONSULTORIA DRZ, PARANACIDADE

NOME	SETOR / ASSINATURA
1. LUCIANA QUEVEDO NUNES	DRZ - [Assinatura]
2. CAROLINA EDRES MOREI	DRZ - [Assinatura]
3. Marceli Dal Magro	Prefeitura
4. Germano [Assinatura]	Prefeitura
5. Jacqueline P. [Assinatura]	Prefeitura
6. José [Assinatura] Henriques [Assinatura]	PARANACIDADE
7. Renata Helena Silva	PARANACIDADE [Assinatura]
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	

Figura 1.23 – Lista de presença da quarta reunião técnica  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

## QUINTA REUNIÃO TÉCNICA

No dia 7 de novembro de 2007, às 9 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, aconteceu a reunião para correção e definição de diretrizes e proposições, com membros da Equipe Técnica Municipal, Comissão de Acompanhamento do PDM e vereadores.

### RESUMO

- Data: 07/11/2007.
- Horário: 09h00min.
- Local: Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná.
- Pauta: Correção e definição de diretrizes e proposições.
- Participantes: Equipe Técnica da consultoria DRZ – Gestão de Cidades, vereadores e membros da Equipe Técnica Municipal.



Figura 1.24 – Quinta reunião técnica  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades



Figura 1.25 – Correções de Diretrizes e Proposições  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

Nº.	Nome	Setor/Entidade	Assinatura/Contato
01	Wagner Duarte Nunes	Arquiteta / DRZ	[Assinatura] 43 3026465
02	Carolina Borges Mori	ARQUITETA / DRZ	Carla 43 3026465
03	Regabêlli da Silva Desobalchi	VISA mún.	[Assinatura] 45 323 1212
04	Nelson Pauli	SEC. IND. COM.	[Assinatura] 41 334 865
05	Márcia Ap. F. Cordeiro	ADM / Prefeitura	[Assinatura] 45 323 1212
06	Flávia Letícia Dal'Maschio	Sec. Ag. Tur.	[Assinatura]

Figura 1.33 – Lista de presença da quinta reunião.  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

## SEXTA REUNIÃO TÉCNICA

No dia 7 de novembro de 2007, às 14 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná, aconteceu a reunião para apresentação da tabulação de dados colhidos pela Equipe Técnica Municipal em reuniões comunitárias na área rural.

### RESUMO

- Data: 07/11/2007.
- Horário: 14h00min.
- Local: Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná.
- Pauta: Tabulação da pesquisa da opinião popular.
- Participantes: Equipe Técnica da Consultoria DRZ – Gestão de Cidades e membros da Equipe Técnica Municipal.



Figura 1.26 – Sexta reunião técnica  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades



Figura 1.27 – Apresentação da tabulação  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

Nº.	Nome	Setor/Entidade	Assinatura/Contato
01	WILIANA QUEVEDO NUNES	Arq. e Urb. / DRZ	[Assinatura] 30264065 (43)
02	CAROLINA PRATES LISPI	arq. e urb. / DRZ	Carol. 30264065
03	MARILETE AP. F. CORADONTE	Adm. - Pref.	[Assinatura] 32351212
04	MARILETE DAL MACEDO	Sec. Agric.	[Assinatura]
05	ESABETE DO SILVA REZBELLA	VI S12 MUNI	[Assinatura] 45313-1212-208
06	[Assinatura]	Vice Prefeito	[Assinatura]
07	WILMAR ZORZI	Vereador	[Assinatura]
08	MARCELA PAULI	SEC. IND. COM.	[Assinatura] N. 2004/14

Figura 1.28 – Lista de presença da sexta reunião técnica  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

## SÉTIMA REUNIÃO TÉCNICA

Para a redação e avaliação da proposta de legislação urbanística, foi dado treinamento para a Equipe Técnica Municipal. Também foram dadas instruções para se iniciarem definições do Plano de Ação e Investimentos. Apresentaram, discutiram e alteraram-se as minutas das 07 sete leis que comporão o Plano Diretor Municipal no dia 5 de março de 2008, às 9 horas, na Câmara de Municipal de Vereadores de Três Barras do Paraná.

### RESUMO

- Data: 05/03/08.
- Horário: 09h30min.
- Local: Câmara Municipal de Vereadores.
- Pauta: Treinamento sobre legislação urbanística e plano de ação e investimentos.
- Participantes: a Arquiteta Carolina Prates Mori e o Bacharel em Direito Rubens Menoli representando a consultoria DRZ – Gestão de Cidades, a coordenadora da Equipe Técnica Municipal Marlete Dalmagro, e membros da Equipe Técnica Municipal.



Figura 1.29 – Treinamento sobre Legislação.  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades



Figura 1.30 – Legislação.  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

DE: PREF. TRÊS BARRAS NO. DE FOL.: 0452351212 03 SEP. 2008 04:05PM P2  
Município de Três Barras do Paraná - PR.

Lista presença do treinamento da  
Legislação e Plano de Ação e Investimentos.  
Plano Diretor  
Marisete Ap. F. Corabronte  
Marleti DalMogno  
Carolina Antônia  
Germano Britsch  
Rubens Orunski - DRZ - consultoria  
~~ETAC~~  
Antônio Carlos de Matta.  
~~Antônio Carlos de Matta~~

Data: 05/03/2008

Figura 1.31 – Lista de presença do treinamento técnico sobre Legislação.  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

Ata nº 009/2008

Das cinco dias do mês de março do ano de dois mil e oito, às nove horas e trinta minutos, reuniram-se nas dependências da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, onde estavam presentes representantes da DRZ, senhorita Carolina e senhor memeli, representantes da Equipe Técnica Municipal Marleti Dal Mogno, Marisete Corabronte, Germano Britsch, Vereadores Omar G. Ferronides e Antônio Carlos de Matta. Dando início a reunião a senhorita Carol fez a abertura falando que será tratada sobre a Legislação e Plano (Diretor) de Ação e Investimentos. Na sequência foi apresentado minuto de silêncio ao Brasil. Foi pedido para incluir mais uma área de exposição urbana, na saída para Itaguasu, no prolongamento das Avenidas Brasil e Paraná. Outra sugestão foi a inclusão nos prioridades o abastecimento de água, ou seja captação dentro do Parque Estadual do Rio Guarani. Foi apresentado também o código de posturas. Nada mais havendo a tratar, encerra a presente ata que vai ser assinada pelos presentes. Marisete Corabronte

Germano Britsch  
Carolina Antônia  
Antônio Carlos de Matta

Figura 1.32 - Ata do treinamento técnico sobre Legislação.  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

## **2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

## PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

No dia 3 de abril de 2007, às 19 horas, na Câmara Municipal de Vereadores de Três Barras do Paraná, realizou-se a primeira audiência pública de elaboração do Plano Diretor Municipal.

A palestra ensinou à população conceitos básicos acerca de planejamento urbano: o que é qual a importância, como é feito, por que e por quem.

### RESUMO

- Data: 03/04/2007.
- Horário: 19h00min.
- Local: Câmara Municipal de Vereadores.
- Pauta: plano de trabalho, mobilização e participação comunitária.
- Participantes: Equipe Técnica da Consultoria DRZ Gestão de Cidades, Equipe Técnica Municipal, vereadores, secretários, funcionários da administração municipal, representantes da sociedade civil organizada e cidadãos de Três Barras do Paraná.



Figura 2.1 – Explanção na 1ª Audiência Pública  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades



Figura 2.2 – Autoridades presentes na audiência  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades



## 1ª Audiência Pública

Plano Diretor Municipal  
Três Barras do Pr

- 1ª Fase – Plano de Trabalho
- 2ª Fase - Avaliação Temática Integrada
- 3ª Fase - Diretrizes e Proposições
- 4ª Fase – Legislação
- 5ª Fase – Plano de Ação e Investimento

## Equipe Técnica Consultoria

**Michelle Patrício Sayegh**  
Arquiteta e Urbanista  
Coordenadora Geral do Plano Diretor

**Fernanda Lima Lanziani**  
Arquiteta e Urbanista  
**Flavio de Souza Granado**  
Engenheiro Civil  
Rubens Menotti  
Bacharel em Direito  
**Agostinho de Rezende**  
Administrador de Empresa  
**Paulo Borges**  
Economista

## Equipe Técnica Municipal

**Marlete Dal Magro**  
Coordenadora da Equipe Técnica Municipal

**Edgar Martins**  
**Nelson Pauli**  
**Marizete Ap. Fernandes Carabolante**  
**Cloves Blau**  
**Germano Fritsche**

## Objetivo da 1ª Audiência

- Dar início a participação pública no processo de elaboração do Plano Diretor;
- Esclarecer o que é Plano Diretor, sua importância e necessidade de participação popular;
- Leitura inicial das necessidades e aspirações da comunidade;
- Formação da Comissão de Acompanhamento;

## O QUE É PLANO DIRETOR??

O **PLANO DIRETOR** é uma lei municipal elaborada com a participação de todos. É o **INSTRUMENTO** básico da **POLÍTICA TERRITORIAL** que vai dizer como será o **DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO**. Nele deve estar explicitado o projeto de cidade que queremos ter. Podemos dizer de forma resumida que ele:

- É resultado do planejamento do futuro da cidade;
- Organiza seu crescimento e transformação;
- Define as ações prioritárias;
- Dimensiona as metas a serem buscadas;
- Regulamenta os instrumentos urbanísticos para normatizar o processo de construção e o mercado imobiliário;
- Estabelece o sistema de gestão democrático.

## O QUE É PLANO DIRETOR??

O **PLANO DIRETOR** vale para todo o município, ou seja, para as **ÁREAS URBANAS** e **RURALS**. Deve indicar qual é o destino de cada parte do município, sem esquecer, é claro, que essas partes formam um todo. Ele deve **REGULAMENTAR** e **GARANTIR** a **FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DA CIDADE** E **ORDENAR** O **CRESCIMENTO DO MUNICÍPIO**.

## Os Riscos de NÃO Planejar

- Paralisação do crescimento da cidade;
- Aparecimento de "favelas" em áreas de proteção ambiental;
- Depredação dos recursos naturais;
- Riscos de enchentes, deslizamentos e erosões;
- Geração de maior demanda para infra-estrutura;
- Desperdício de infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos;
- Falta de aproveitamento dos recursos do Município;
- Crescimento desorganizado da cidade;

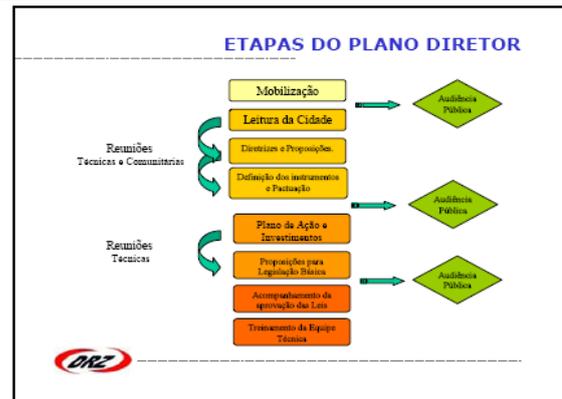
## Porque Elaborar um Plano Diretor?!

- Construir uma cidade melhor para todos;
- Identificar o melhor local para os equipamentos públicos;
- Captar recursos para o Município;
- Definir ações para áreas de loteamentos clandestinos e irregulares;
- Organizar o crescimento da cidade;
- Definir potencialidades econômicas do Município;
- Definir áreas com potencial;
- Superar os problemas existentes levando em conta os potenciais sociais e econômicos do município;
- Compatibilizar o ambiente com a ocupação humana;
- Os problemas são conhecidos e portanto é mais fácil de propor soluções;
- Proteção ao Meio Ambiente, o que garante a qualidade dos recursos naturais para as próximas gerações;

Figura 2.6 – Slides de 1 a 8 da Apresentação da 1ª Audiência Pública  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

### LEGISLAÇÃO

- Constituição Federal Art. 182-183;
- Estatuto da Cidade 10.257/01;
- Constituição do Estado do Paraná - 1989 - Art. 152;
- Decreto 2581 de 17 de Fevereiro de 2004 - Paraná;
- Lei Estadual nº 15.229 de 25 de julho de 2006.



### QUEM PARTICIPA DO PLANO DIRETOR??

O Plano Diretor será construído através do processo participativo, envolvendo a população, sociedade organizada, equipe técnica e Consultoria, a qual indicará estratégias para desenvolvimento sustentável da cidade.

O Plano Diretor deve contar com a **participação dos diversos setores que atuam na cidade** durante o processo de elaboração e votação, e, sobretudo, na sua implementação e gestão. Mais do que um documento técnico, o Plano é um **espaço de debate dos cidadãos** e de definição de opções, conscientes e negociadas, por uma estratégia de intervenção no território.

### PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO

O **PLANO DIRETOR** como um dos mais importantes **INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL, DEVE SER RESULTADO DE UM PROCESSO PARTICIPATIVO!** Pois irá **ORIENTAR** a administração de sua cidade.

A população precisa participar das decisões para que o direito da Cidade seja de todos. O Estatuto obriga a prefeitura a realizar audiências e consultas públicas quando for tomar alguma decisão importante sobre a Cidade.

### CONSULTORIA

**COORDENAR** e **APOIAR TECNICAMENTE** o processo de elaboração do Plano Diretor; **DEFINIR** a **METODOLOGIA** de trabalho; e **CAPACITAR** equipe técnica municipal e Comissão de Acompanhamento.

### EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Terá o objetivo de **FORNECER** dados, **ACOMPANHAR** e **ANALISAR** os estudos, a pertinência e a viabilidade das proposições apresentadas pela consultoria contratada, nas diversas fases do processo.

### COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

**ACOMPANHAR, OPINAR** e **DELIBERAR** nas diferentes fases do processo de elaboração, **REPRESENTANDO AS ASPIRAÇÕES DA COMUNIDADE.**

Posteriormente, opinará sobre a criação, atribuições, composição e funcionamento do **Conselho de Desenvolvimento Municipal**, que acompanhará a implementação, controle e atualização do Plano Diretor Municipal - PDM.

### VEREADOR

É fundamental que o **VEREADOR** se envolva em todo o processo de formulação do Plano Diretor, para se familiarizar com o assunto, pois será quem **IRÁ DISCUTI-LO, MODIFICÁ-LO, APROVÁ-LO E GARANTIR A SUA IMPLEMENTAÇÃO!**

O vereador deve se basear no **PLANO DIRETOR** para **CONTRIBUIR** na **ELABORAÇÃO** e **EXECUÇÃO** dos **ORÇAMENTOS ANUAIS**, na **GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS** e nas decisões sobre as **OBRAS** que serão **REALIZADAS** no seu município.

Figura 2.7 – Slides de 9 a 16 da Apresentação da 1ª Audiência Pública  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades



Figura 2.8 – Slides de 17 a 20 da Apresentação da 1ª Audiência Pública  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

## SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A segunda audiência pública, que demonstrou todo levantamento municipal e as diretrizes delineadas a partir dele, aconteceu no dia 7 de novembro de 2007, às 19 horas, na Câmara Municipal de Vereadores de Três Barras do Paraná.

### RESUMO

- Data: 07/11/07.
- Horário: 19h00.
- Local: Câmara Municipal de Vereadores.
- Pauta: Audiência Pública para apresentar os resultados das 2ª e 3ª fases (Avaliação Temática Integrada, Diretrizes e Proposições) à população, lembrando a todos de que os materiais podem ser modificados, e devem ter contribuições da população.
- Participantes: Equipe Técnica da Consultoria DRZ Gestão de Cidades, Equipe Técnica Municipal, vereadores, secretários, funcionários da administração municipal, representantes da sociedade civil organizada e cidadãos de Três Barras do Paraná.



Figura 2.9 – Apresentação de Diretrizes  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades



Figura 2.10 – 2ª Audiência Pública do PDM  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades



Figura 2.11 – 2ª Audiência Pública do PDM  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades



Figura 2.12 – Explanção à população  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ SEDU  
Plano Diretor Municipal PARANACIDADE

**2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA - ETM**  
PDM DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

Data: 7 DE NOVEMBRO DE 2007.  
Local: CAMARA MUNICIPAL  
Horário: 19 HORAS

Nº.	Nome	Setor/Entidade	Assinatura/Contato
01	LUANA QUEVEDO NUNES	Arq e Urb. DRZ	[Assinatura]
02	Germano Fritsche	Agricultura	[Assinatura]
03	GABRIEL RIZZO	BOO DO BRASIL	[Assinatura]
04	Robson Melanani	Agricultura	[Assinatura]
05	Edgar Martins	SECOM PRF	[Assinatura]
06	Luciana Quevedo Nunes	CONDICION	[Assinatura]
07	JACO SA DE SAUJE	[Assinatura]	[Assinatura]
08	Professor Pauli	SEE IND. CEM.	[Assinatura]
09	Roberto Tomasco	Câmara Municipal	[Assinatura]
10	Hélio K. Bruning	M.º. K.º.º.º.	[Assinatura]
11	Elizabeth Dery Jocher	USA mun.	[Assinatura]
12	Dionísio Denzschke	Esportiv	[Assinatura]
13	Ormar Basso	Vereador	[Assinatura]
14	JOSÉ BIBIANO	S. RUFFEL	[Assinatura]
15	Efécio Savan	Emater	[Assinatura]
16	Valmir Pissatto	[Assinatura]	[Assinatura]
17	Paulo P. Mangrini	SMAMA	[Assinatura]
18	Augustinho Magri	ASS. 21/16	[Assinatura]
19	Antônio S. Hoffmann	Lamasa	[Assinatura]
20	Caroline B. Zetter	[Assinatura]	[Assinatura]
21	Lidia J. Carabolante	Imprensa	[Assinatura]
22	Germano Basso	Demotica	[Assinatura]
23	Antônio J. de S. Schuca	Empresa	[Assinatura]
24	Dionísio Denzschke	[Assinatura]	[Assinatura]
25	Carla Brumppski	CONDICION	[Assinatura]
26	Roberto Fritsche	[Assinatura]	[Assinatura]
27	Marizete Ap. Fernandes Carabolante	Demotica	[Assinatura]
28	Germano Basso	[Assinatura]	[Assinatura]
29	Marcelo Dal Magro	S.º. Agrícola	[Assinatura]

Figura 2.13 – Lista de presença da 2ª Audiência Pública  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

### 2ª Audiência Pública

1ª Fase – Plano de Trabalho  
2ª Fase – Avaliação Temática Integrada  
3ª Fase – Diretrizes e Proposições  
4ª Fase – Legislação  
5ª Fase – Plano de Ação e Investimento

Plano Diretor Municipal  
Três Barras do Paraná

### Equipe Técnica Consultoria

Luciana Quevedo Nunes  
Arquiteta e Urbanista  
Coordenadora Geral do Plano Diretor

Carolina Prates Mori  
Arquiteta e Urbanista  
Fernanda Lima Lanziani  
Arquiteta e Urbanista  
Fabrício Vergara Mota  
Arquiteto e Urbanista  
Rubens Menoli  
Bacharel em Direito  
Agostinho de Rezende  
Administrador de Empresa  
Paulo Borges  
Economista

### Equipe Técnica Municipal

Marlete Dal Magro  
Coordenadora da Equipe Técnica Municipal

Edgar Martins  
Nelson Pauli  
Marizete Ap. Fernandes Carabolante  
Cloves Blau  
Germano Fritsche

### Comissão de Acompanhamento

Hélio K. Bruning  
Carlos A. Sartori  
Jaqueline P. Oenning  
José Marinho H. Filho  
Valmir Schlickmann

Figura 2.14 – Slides de 1 a 4 da Apresentação da 2ª Audiência Pública  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

### Objetivo da 2ª Audiência

Apresentação da Síntese do diagnóstico da realidade municipal, baseando-se no produto da Fase II - Avaliação Temática Integrada

Apresentação dos cenários construídos com base nas diretrizes e propostas do PDM, de acordo com o produto da Fase III - Diretrizes e Proposições

Manifestação da Sociedade Civil com sugestões para o aprimoramento das sínteses apresentadas

### O QUE É PLANO DIRETOR??

O **PLANO DIRETOR** é uma lei municipal elaborada com a participação de todos. É o **INSTRUMENTO** básico da **POLÍTICA TERRITORIAL** que vai dizer como será o **DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO**. Nele deve estar explicitado o projeto de cidade que queremos ter. Podemos dizer de forma resumida que ele:

- É resultado do planejamento do futuro da cidade!
- Organiza seu crescimento e transformação;
- Define as ações prioritárias;
- Dimensiona as metas a serem buscadas;
- Regulamenta os instrumentos urbanísticos para normatizar o processo de construção e o mercado imobiliário;
- Estabelece o sistema de gestão democrático.

### A CIDADE QUE NÓS TEMOS?

### A CIDADE QUE QUEREMOS?

### Sistematização das Informações

Aspectos	C	D	P	Fatores
Regional				Rio Iguaçu e Guarani
				Boa localização na microrregião de Cascavel
				Boa estrutura de centros superiores nos municípios da região
				Relevo bastante acidentado

Distância de Três Barras do Paraná a: Cascavel.....119 Km  
Curitiba.....499 Km

Coordenadas Geográficas: 27°29'54" S  
51°14'30" O

Roteiros Principais  
 Roteiros Federais  
 Roteiros Estaduais  
 Roteiros Locais

### Sistematização das Informações

Aspectos	C	D	P	Fatores
Ambiental				Relevo bastante acidentado.
				Desmatamento das faixas de preservação permanente dos rios e de fundo de vale.
				Arborização urbana deficiente.

### Sistematização das Informações

**Evolução da População**

**Evolução Populacional Estimada**

Aspectos	C	D	P	Fatores
Socio-Econômicos				Decréscimo de população (pelo IBGE)
				Envelhecimento da população, com não renovação dos jovens
				Desenvolvimento do setor turístico
				Baixo poder aquisitivo
				Parque Estadual Guarani
			Predomínio de agricultura familiar	

**Pop. Total : 11.822 hab.**  
**Pop. Rural: 6.892 hab.**  
**Pop. Urbana: 4.930 hab. (IBGE 2000)**  
**População estimada para 2017: 7.383 habitantes**

### Sistematização das Informações

Aspectos	C	D	P	Fatores
Socio-Especiais				Grande quantidade de comunidades rurais
				Deficit habitacional (200 casas na zona urbana)
				Ocupação por cerca de 250 famílias de áreas irregulares próximas aos córregos e áreas de preservação ambiental
				Falta de acessibilidade universal nas vias dos bairros periféricos
				Melha urbana coesa
				Assistência de áreas verdes nas áreas periféricas de sede
			Estradas não pavimentadas	

### Sistematização das Informações

Aspectos	C	D	P	Fatores
Infra-Estrutura				Águas com potencial contaminação devido à proximidade entre o comércio e o residencial.
				Aterro sanitário urbano de aproximadamente 5% de rede de esgoto sanitário.
				Boa parte dos passeios públicos sem pavimentação.
				Curvas acentuadas nos rodovias de acesso à cidade.
				Falta de galerias de águas pluviais na periferia.
				Pavimentação em quase 100% das vias urbanas.
				Aterro com licença do DAP.
				Ineficiência na coleta seletiva.
			Pontos de conflito no sistema viário.	
			Sistema COPEL com abundância de energia.	

Figura 2.15 – Slides de 5 a 12 da Apresentação da 2ª Audiência Pública  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

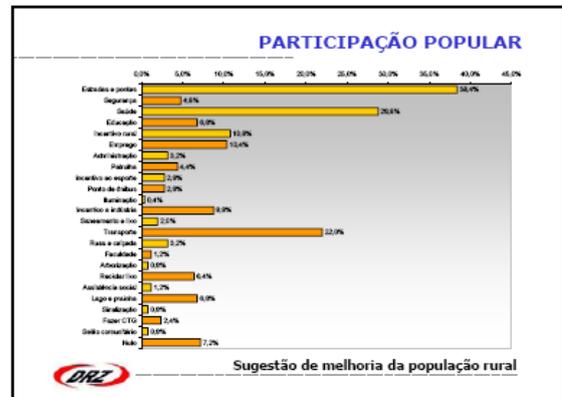
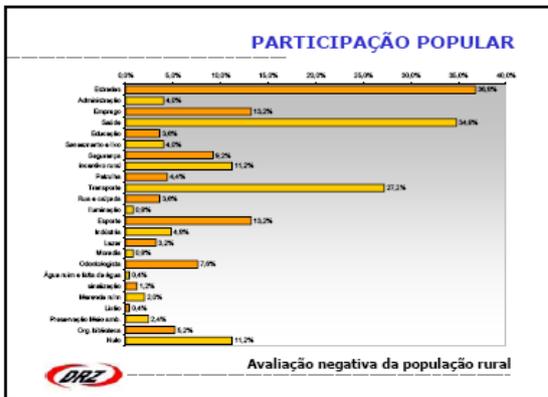
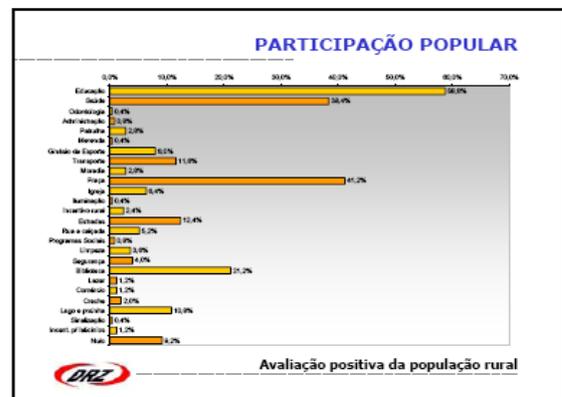
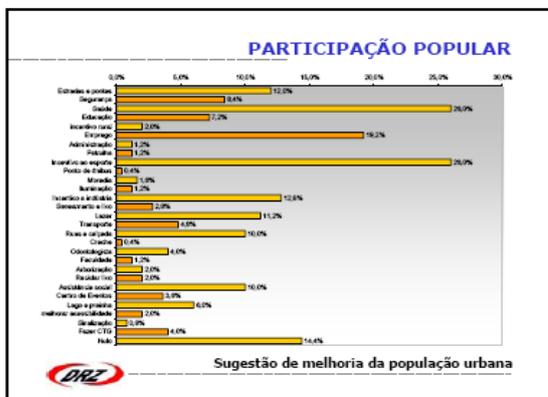
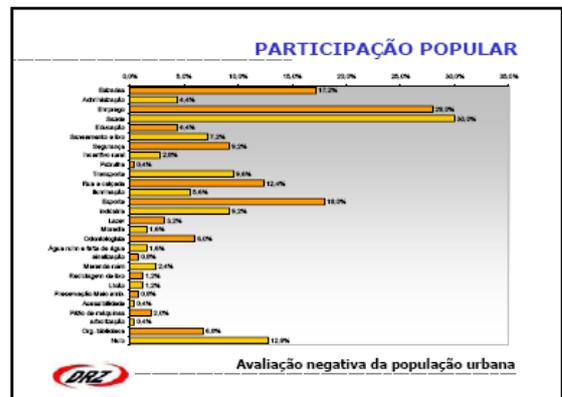
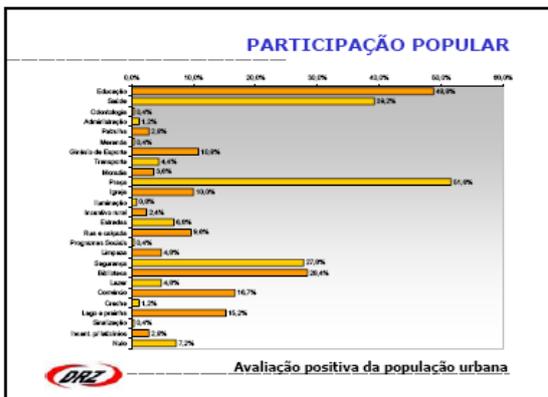
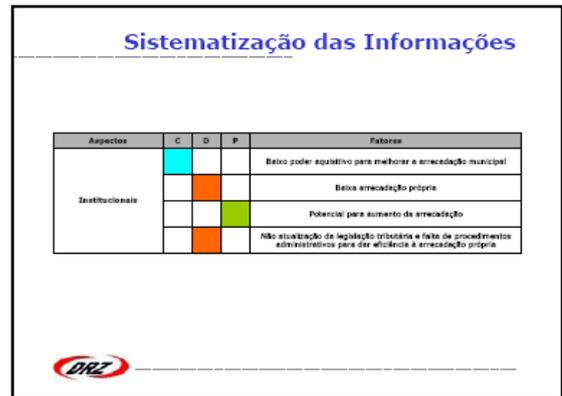


Figura 2.16 – Slides de 13 a 20 da Apresentação da 2ª Audiência Pública  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades





Figura 2.18 – Slides 29 da Apresentação da 2ª Audiência Pública  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

### TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Na finalização do Plano Diretor Municipal de Três Barras do Paraná, deu-se no dia 14 de maio, às 15 horas, na Câmara Municipal de Vereadores, a terceira e última audiência pública, para expor à população os produtos finais dos Anteprojetos de Leis e do Plano de Ação e Investimentos, de extrema importância para a regulação do desenvolvimento municipal, principalmente do urbano.

#### RESUMO

- Data: 14/05/08.
- Horário: 15h00min.
- Local: Câmara Municipal de Vereadores.
- Pauta: Legislação Urbanística (anteprojetos de leis) e Plano de Ação e Investimentos (planilhas resumo das ações e da análise financeira)
- Participantes: Equipe Técnica da Consultoria DRZ Gestão de Cidades, Equipe Técnica Municipal, vereadores, secretários, funcionários da administração municipal, representantes da sociedade civil organizada e cidadãos de Três Barras do Paraná.

Ata nº 002/2008  
Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, às quatorze horas, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Três Barras do Paraná, reuniram-se os membros da Equipe Técnica Municipal de Elaboração do Plano Diretor do Município, Representantes da Empresa DRZ - Consultores Associados através do Senhor Menoli e Senhora Caroline Mori, além de Representante do Corpo de Bombeiros de Cascovel, Senhor Marcos Antonio Selan e Tenente Rafael Tavares de 4º CB, e Professora Dilse M. Ronsoni com alunos da Escola Estadual Princesa Isabel, conforme lista de presença em anexo. Dando início aos trabalhos a Senhora Caroline fez a abertura da sessão apresentando aos presentes a Empresa e equipe técnica municipal, bem como relatou todos os passos do Plano Diretor já realizados. Na sequência o Senhor Menoli fez vários exemplos de legislação para compreensões dos presentes como por exemplo as várias legislações para construção, planejamento urbano, entre outros. Esta audiência tem como ponto principal as sete leis e o plano de Ação e Investimentos do Município de Três Barras do Paraná. Registramos a presença do vice-Prefeito Ilaelis Kuersten Bruning. Na sequência o Senhor Menoli apresentou mapa de macrozoneamento Municipal. Prosseguiu a Senhora Caroline fez uma breve

Figura 2.19 – Ata da 3ª Audiência Pública: página 1  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

8

explanações de cada macrozona como pastoral, industrial, controle ambiental, mata nativa, proteção ambiental, piscicultura, usos múltiplos, turismo e lazer, uso urbano e cinturão verde. Foi falado também sobre a Lei do Perímetro urbano. Registramos a presença do controlador Interno do Município senhor Edgór Martins. Lei de uso e ocupação do solo, Lei de parcelamento do solo para fins urbanos, Lei do sistema viário urbano e rural; Lei do Código de Obras, Código de postura. Dando sequência a senhora Caroline introduziu a abordagem do Plano de Ação e Investimentos para curto, médio e longo prazo. Concluindo a senhora Caroline fez o fechamento da audiência, solicitando a participação dos jovens no planejamento das ações do Município. Nada mais havendo a tratar, encerre a presente ata que após lida e aprovada vai ser assinada pelos representantes de DRZ, Equipe Técnica e Corpo Bombeiros.

Paraisópolis RR.  
Rubens Mendli-DRZ  
Carolina Prato  
Germano Dutra  
RAFAEL COSME P. TAVARES, 1º TENENTE

Figura 2.20 – Ata da 3ª Audiência Pública: página 2  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades

### 3ª Audiência Pública

1ª Fase – Plano de Trabalho

2ª Fase - Avaliação Temática Integrada

3ª Fase - Diretrizes e Proposições

4ª Fase – Legislação

5ª Fase – Plano de Ação e Investimento

**TRÊS BARRAS DO PARANÁ**

Plano Diretor Municipal

### Equipe Técnica da Consultoria

- Luciana Quevedo Nunes  
Arquiteta e Urbanista - Coordenadora Geral
- Carolina Prates Mori  
Arquiteta e Urbanista
- Cátia Andersen Casagrande  
Engenheira Ambiental
- Fabrizio Vergara Mota  
Arquiteto e Urbanista
- Fernanda Lima Lanziani  
Arquiteta e Urbanista
- Paulo Borges  
Economista
- Rubens Menoll  
Bacharel em Direito
- Agostinho de Razeide  
Administrador de Empresa

### Equipe Técnica Municipal

- Marlete Dal Magro  
Coordenadora da Equipe Técnica Municipal
- Edgar Martins
- Nelson Pauli
- Marizete Ap. Fernandes Carabolante
- Cloves Blau
- Germano Fritsche

### Processo Participativo

- Levantamentos realizados através de visitas à área urbana e rural;
- Questionários;
- Reuniões e consulta à Equipe da Administração Municipal;
- Reuniões para discussão de todas as etapas do PDM, com Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento;
- Audiências Públicas.

### Legislação Municipal

**Anteprojetos de Lei:**

- Plano Diretor Municipal;
- Perímetro Urbano;
- Uso e Ocupação do Solo Urbano;
- Parcelamento do Solo Urbano;
- Sistema Viário;
- Código de Obras;
- Código de Posturas.

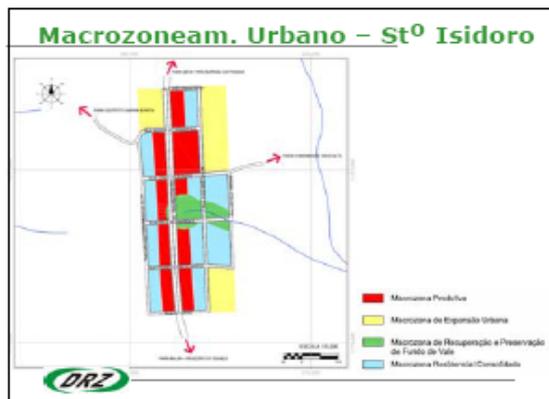
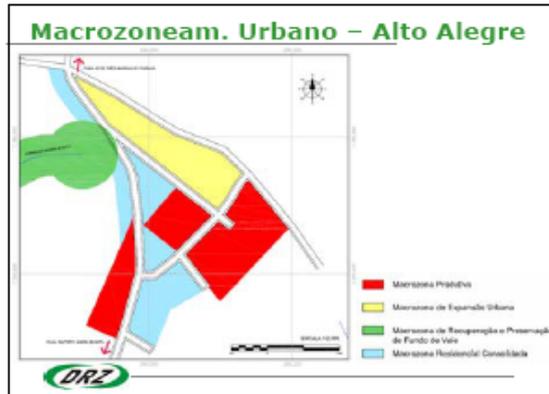
### Anteprojeto de Lei do Plano Diretor

É o instrumento básico da política municipal de desenvolvimento, que define, no nível municipal, os limites, as facilidades e as obrigações que envolvem a propriedade urbana. Contém os objetivos, as diretrizes, os instrumentos e as estratégias da política de desenvolvimento sustentável municipal e traz no seu conteúdo os macrozoneamentos, que definem unidades territoriais que expressam o declínio que o município pretende dar às diferentes áreas.

### Macrozoneamento Municipal

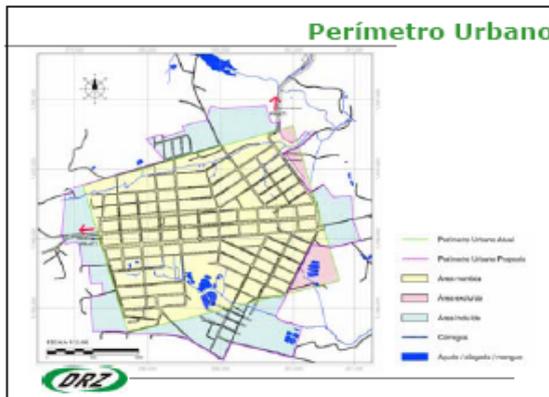
### Macrozoneamento Urbano

Figura 2.21 – Slides de 1 a 8 da Apresentação da 3ª Audiência Pública  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades



### Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano

Estabelece o novo perímetro urbano da cidade, para onde ela vai crescer e qual é o limite para implantação de loteamentos.



### Anteprojeto de Lei do Uso e Ocupação do Solo

Disciplina como será ocupado o solo urbano da cidade: as zonas residenciais, comerciais e prestadoras de serviços, industriais e outras. Harmoniza a implantação de atividades e usos diferenciados, mas complementares entre si.

Disciplina os índices urbanísticos:

- altura máxima de pavimentos;
- área mínima do lote;
- recuos mínimos frontais e laterais;
- coeficiente de aproveitamento;
- taxa de ocupação máxima;
- taxa de permeabilidade mínima;
- testada mínima do lote.

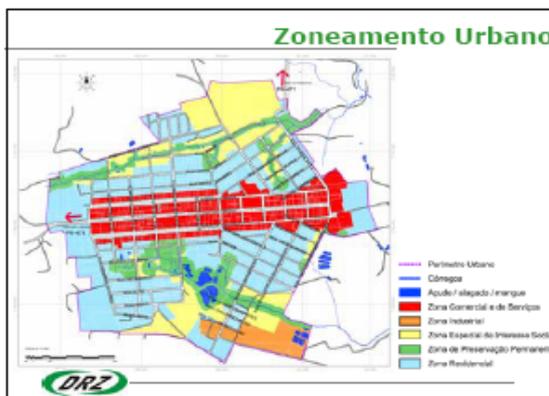
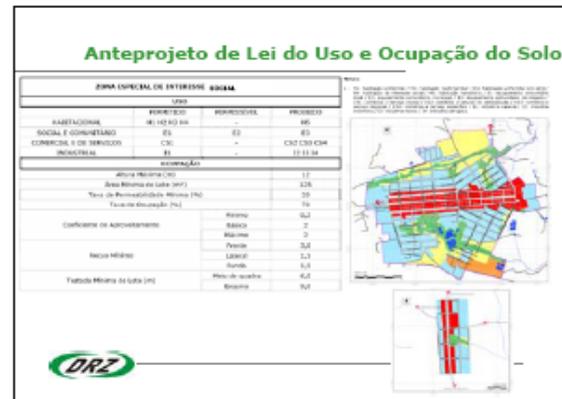
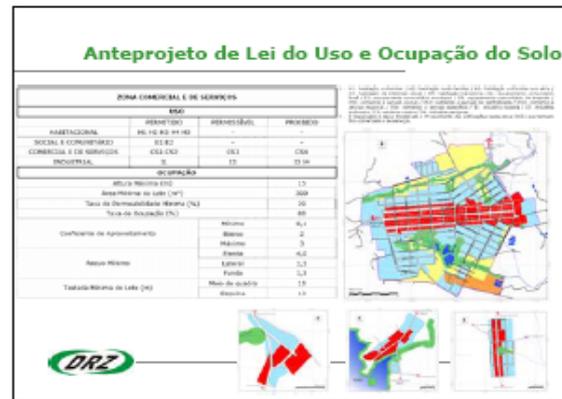
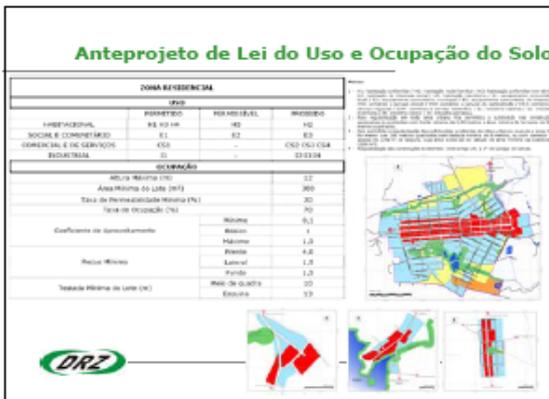
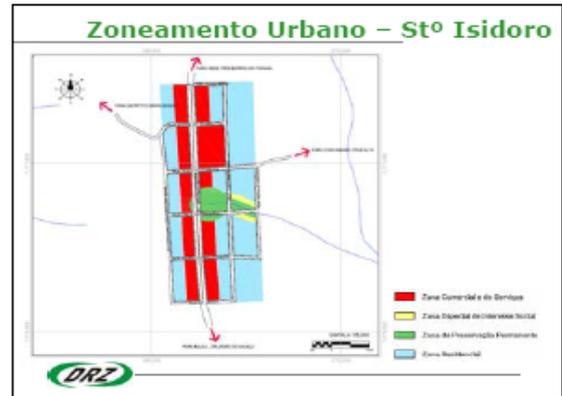


Figura 2.22 – Slides de 9 a 16 da Apresentação da 3ª Audiência Pública  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades



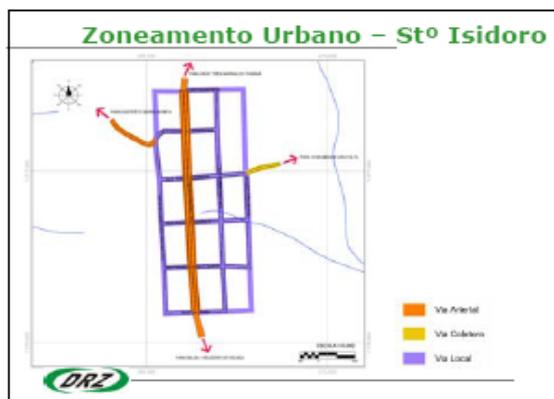
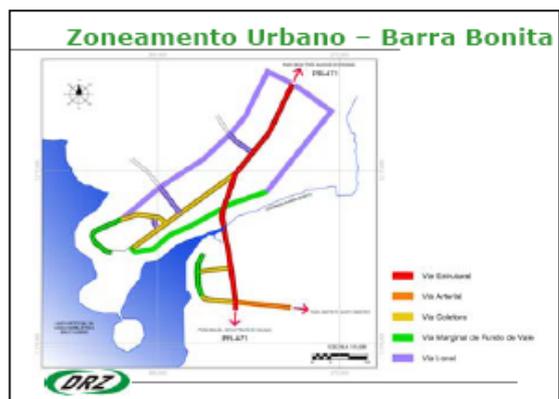
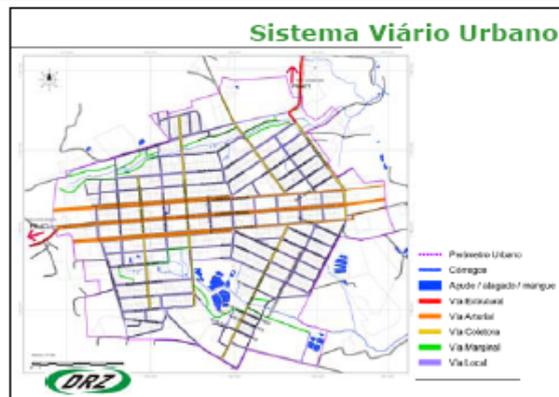
### Anteprojeto de Lei do Parcelamento do Solo

- Disciplina o parcelamento do solo para fins urbanos.
- Faz as exigências que o loteamento deve conter em termos de equipamentos e como esta execução será garantida ao adquirente de lote.
- Determina condições a serem cumpridas pelo loteador.

### Anteprojeto de Lei do Sistema Viário

- Classifica e hierarquiza as vias municipais (rurais e urbanas);
- Determina as dimensões mínimas das vias e das faixas de domínio;
- Projeta as novas vias para os futuros loteamentos e seus padrões, de forma a manter a continuidade do sistema viário e suas dimensões.

Figura 2.23 – Slides de 17 a 24 da Apresentação da 3ª Audiência Pública  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades



### Anteprojeto de Lei do Código de Obras

Estabelece normas para a elaboração de projetos e execução de obras e instalações, em seus aspectos técnicos, estruturais e funcionais, tais como segurança das edificações, recuos, acessibilidade, passeios e calçadas, áreas de estacionamento, etc.

### Anteprojeto de Lei do Código de Posturas

Contém as medidas de polícia e administrativas para assegurar o bem-estar público, a ordem, o sossego, a proteção e a conservação do meio ambiente e o disciplinamento das atividades comerciais, industriais e prestadoras de serviços.

### Plano de Ação e Investimentos

**Abordagem das Ações Prioritárias**

- Abrangência social e ambiental;
- Efeito multiplicador nos diferentes seguimentos;
- Incremento no aproveitamento dos recursos públicos e infra-estrutura;
- Aumento da produtividade nos serviços públicos;
- Desenvolvimento econômico sustentável.

**Prazos para a implantação**

- Curto prazo – até 2 anos;
- Médio prazo – de 2 a 4 anos;
- Longo prazo – de 4 a 5 anos.

Figura 2.24 – Slides de 25 a 32 da Apresentação da 3ª Audiência Pública  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades



### Plano de Ação e Investimento

	2007	2008	2009	2010	2011	Médias de Anunciação de Realizar
<b>3) RECEITA DO MUNICÍPIO (R)</b>						
3.1) Receita Própria arrecadada (CDB, L. 5486 e DGR - Agm - Ind - Serv - LDB004)	31.9.300	305.274	250.170	336.303	374.409	365.571
3.2) Transferências Correntes Arrecadação (Transf. Correntes e Contribuições)	2.114.200	2.086.879	3.339.124	4.329.761	4.883.332	3.876.265
3.3) Percento de Capital (Comende operações de crédito contratadas)	0	0	0	0	0	0
3.4) Transferências de Capital Arrecadação (Transf. de Investim.)	250.100	18.300	65.983	130.442	73.370	135.061
<b>3.5) Receita Total (3.1 + 3.2 + 3.3 + 3.4)</b>	<b>3.375.500</b>	<b>3.410.453</b>	<b>3.649.277</b>	<b>4.736.506</b>	<b>5.331.111</b>	<b>4.376.897</b>
<b>4) DESPESA DO MUNICÍPIO (D)</b>						
4.1) Despesa com Encargos e Anunciação (Juros)	619.070	583.978	332.677	130.345	130.307	544.394
4.2) Despesa com Investimentos (Capex)	650.465	465.832	339.218	176.325	413.578	373.469
4.3) Despesa Total (D.1 + D.2)	<b>1.269.535</b>	<b>1.049.810</b>	<b>671.895</b>	<b>306.670</b>	<b>543.885</b>	<b>917.863</b>
<b>5) RECURSOS DISPONÍVEIS (R-D)</b>						
5.1) Receita (Receita Corrente + Receita de Capital)	0	3.439.850	4.323.038	4.652.263	5.379.239	0
5.2) Despesa (Despesa Corrente + Despesa de Cap. + des. de contingência)	0	3.439.850	3.425.038	3.932.124	4.925.583	0
<b>5.3) Resultado</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>897.999</b>	<b>720.139</b>	<b>453.656</b>	<b>0</b>



### Plano de Ação e Investimento

	2008	2009	2010	2011	2012	Médias de Anunciação de Realizar
<b>4) RECEITA DO MUNICÍPIO (R)</b>						
4.1) Receita Própria Arrecadação (CDB, L. 5486 e DGR - Agm - Ind - Serv - LDB004)	354.942	335.250	306.311	402.340	445.000	355.561
4.2) Transferências Correntes Arrecadação (Transferências Correntes e Contribuições)	5.037.046	5.425.022	5.750.563	6.095.555	6.430.000	5.759.829
4.3) Receita de Capital Arrecadação (Contribuições de Investim. e outros recursos)	0	0	0	0	0	0
4.4) Transferências de Capital Arrecadação (Transferências de Investim.)	0	0	0	0	0	0
<b>4.5) Receita Total (4.1 + 4.2 + 4.3 + 4.4)</b>	<b>5.391.988</b>	<b>5.760.272</b>	<b>6.056.874</b>	<b>6.497.895</b>	<b>6.875.000</b>	<b>6.115.390</b>
<b>5) DESPESA DO MUNICÍPIO (D)</b>						
5.1) Despesa com Encargos e Anunciação (Juros)	118.326	123.328	131.130	138.888	147.330	131.824
5.2) Despesa com Investimentos	1.954.829	1.214.312	1.287.651	1.375.460	1.457.096	1.300.825
<b>5.3) Resultado (Receita Total - Despesa Total)</b>	<b>3.437.162</b>	<b>4.545.954</b>	<b>4.779.243</b>	<b>5.122.417</b>	<b>5.417.904</b>	<b>4.814.565</b>



Muito Obrigado!!!



Contate nos:  
[www.drz.com.br](http://www.drz.com.br)  
[carol@drz.com.br](mailto:carol@drz.com.br)  
[luciana@drz.com.br](mailto:luciana@drz.com.br)  
 (43) 3026 4065  
 Londrina - Paraná

Figura 2.26 – Slides de 41 a 43 da Apresentação da 3ª Audiência Pública  
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANJOS, L. *A avifauna da Bacia do Rio Tibagi*. In: MEDRI, M. E. et al. (Ed.). *A Bacia do Rio Tibagi*. Londrina: Editora do Autor, 2002. p.271-290.
- BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil*. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Último acesso em 26 de maio de 2008.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Guia para Implementação do Estatuto da Cidade*. Brasília, 2001.
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Plano Diretor Participativo: Guia para a Elaboração pelos Municípios e Cidadãos*. Brasília, 2004.
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. *Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de julho de 2001.
- BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. *Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências*. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de dezembro de 1979.
- BRASIL. Lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999. *Altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nos 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano)*. Diário Oficial da União, Brasília, 1 de fevereiro de 1999.
- BRASIL. Lei nº 10.932, de 3 de agosto 2004. *Altera o art. 4o da Lei no 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que "dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências"*. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de agosto de 2004.
- BRASIL. Lei nº 11.446, de 5 de janeiro de 2007. *Altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público*. Diário Oficial da União, Brasília, 8 de janeiro de 2007.
- FERRARI, Celso. *Dicionário de Urbanismo*. São Paulo: Disal, 2004.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Atlas de Necessidade Habitacionais*. Curitiba, 2000.
- IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Leituras Regionais: Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense*. Curitiba: IPARDES/BRDE, 2004.
- MASCARÓ, Juan. *Infra-estrutura urbana*. Porto Alegre: +4, 2005.
- MASCARÓ, Juan. *Loteamentos urbanos*. Porto Alegre: +4, 2005.
- MOURA, Rosa; WERNECK, Débora Z. *Rede, Hierarquia e Região de Influência das cidades: um foco sobre a Região Sul*. in Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba: IPARDES, n. 100, jan./jun. 2001, p. 27-57.
- PARANÁ. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. Serviço Social Autônomo PARANACIDADE. *Termo de Referência*. Curitiba, 2006.
- PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. *Lista vermelha de animais ameaçados de extinção no Paraná*. Curitiba, 1995.
- PERACCHI, L. A.; ROCHA, V. J.; LIMA, I. P. *Mamíferos não voadores da Bacia do Rio Tibagi*. In: MEDRI, M. E. et al. (Ed.). *A Bacia do Rio Tibagi*. Londrina: Editora do Autor, 2002. p.225-249.



---

**PÁGINAS NA INTERNET:**

Agência Nacional das Águas (ANA). Disponível em: <[www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br)>

Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR). Disponível em  
<[www.pr.gov.br/cohapar/](http://www.pr.gov.br/cohapar/)>

Empresa Brasileira de Pesquisas Agronômicas (EMBRAPA). Disponível em:  
<[www.embrapa.br](http://www.embrapa.br)>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).  
Disponível em: <[www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)>

Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em:  
<[www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)>

Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Disponível em: <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em:  
<[www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/resultados.htm](http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/resultados.htm)>

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Disponível em: <[www.inpe.br](http://www.inpe.br)>

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Disponível em:  
<[www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br)>

Instituto Polis. Disponível em: <[www.polis.org.br](http://www.polis.org.br)>

Ministério do Exército. Disponível em: <[www.exercito.gov.br](http://www.exercito.gov.br)>

Ministério do Meio Ambiente (MMA). Disponível em: <[www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)>

Portal Educacional do Paraná. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diaadia/index.php?PHPSESSID=2008060315490221>>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Disponível em:  
<[www.pnud.org](http://www.pnud.org)>

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE. Disponível em: <[www.paranacidade.org.br](http://www.paranacidade.org.br)>

Sistema de Indicadores Urbanos (SNIU). Disponível em: <[www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)>